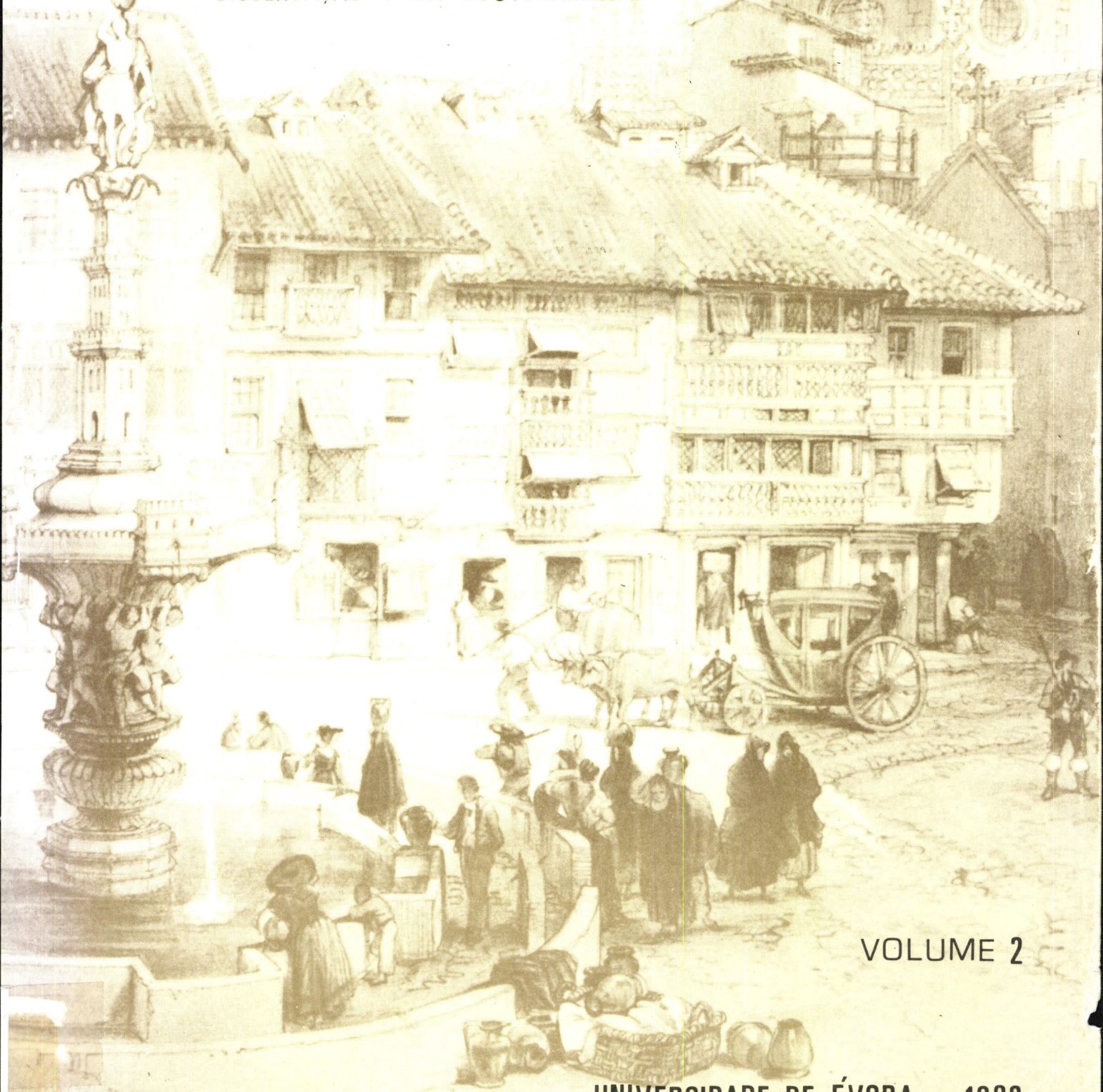


JOSÉ MARIA DA SILVA PINTO BARBOSA

Da Praça Pública em Portugal

DISSERTAÇÃO PARA DOUTORAMENTO



VOLUME 2

UNIVERSIDADE DE ÉVORA 1993

V

ERRATA

- P. 34 - Na legenda da fig. 1 onde se lê "à esquerda", leia-se: à direita
- P. 141 - A fig. nº2 deve considerar-se: fig. nº 1
- P. 278 - Onde se lê em título Praça D. Francisco Gomes deve ler-se: Praça da República
- P. 288 - Onde se lê Praça Do Pedro IV leia-se: Praça D. Pedro IV

José Maria da Silva Pinto Barbosa

DA PRAÇA PÚBLICA EM PORTUGAL



VOLUME II

59539

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

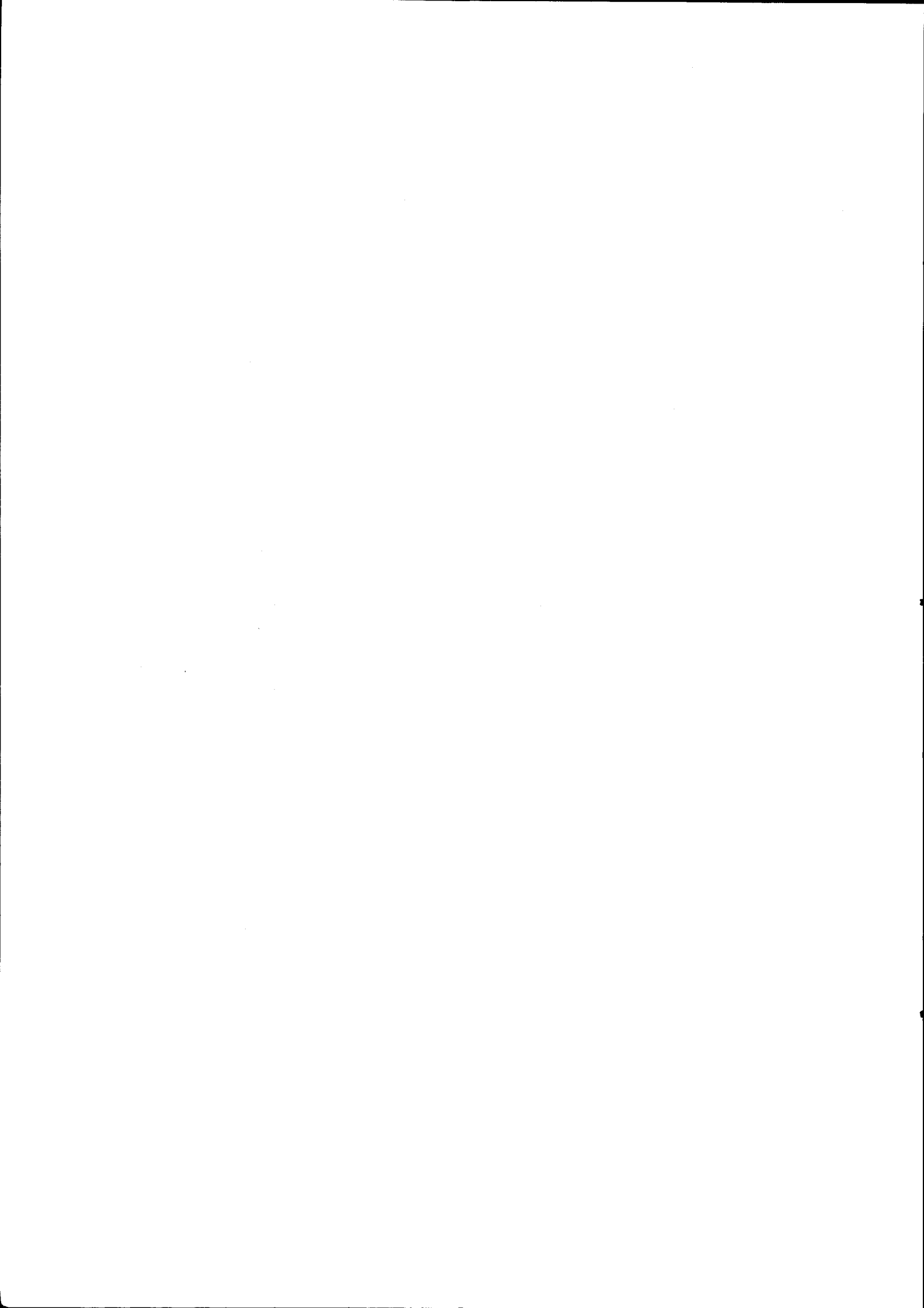
1993

Handwritten marks and scribbles in the bottom left corner.

INDICE

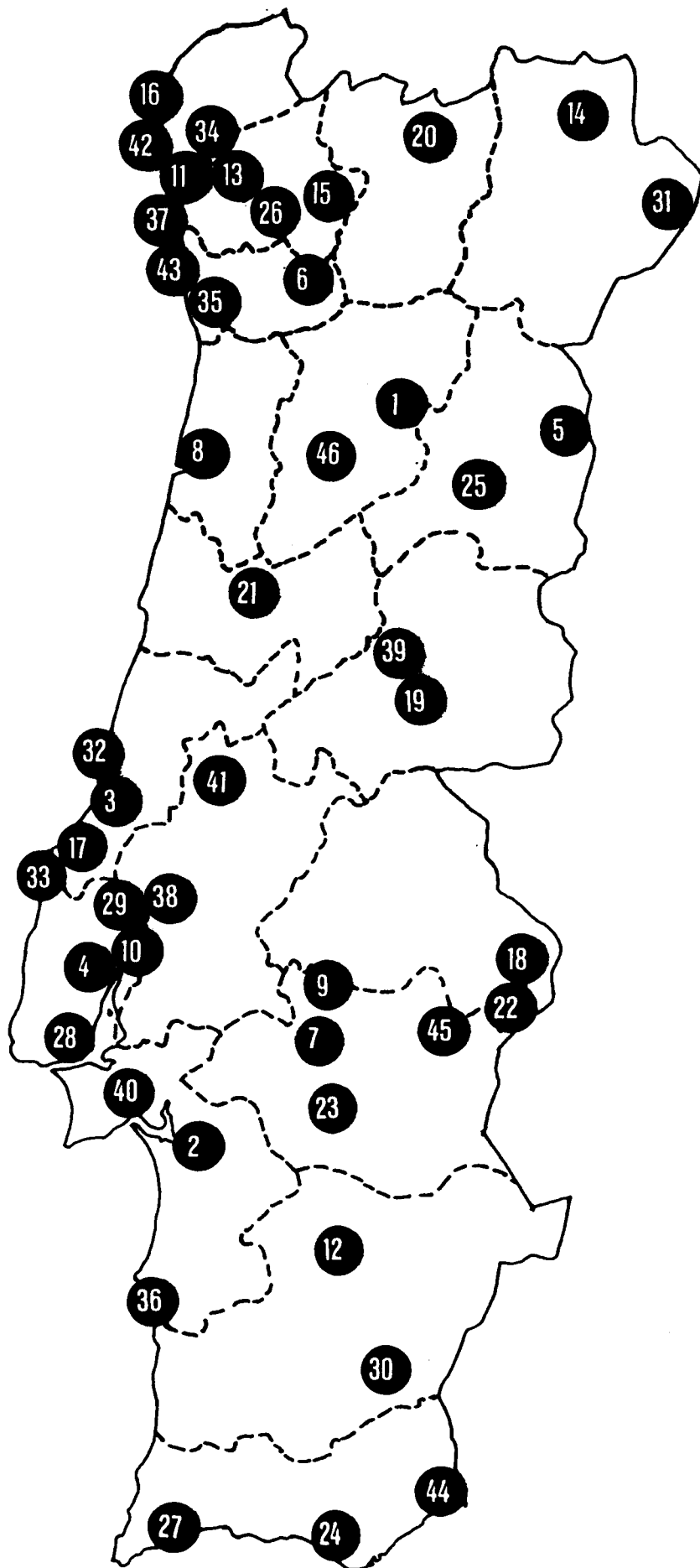
FICHAS DE ANÁLISE DAS PRAÇAS PÚBLICAS PRINCIPAIS DE QUARENTA E SEIS LOCALIDADES

Aguiar da Beira - P. dos Monumentos Nacionais	6
Alcobaça - P. 25 de Abril	13
Alcácer do Sal - L. Pedro Nunes	27
Alenquer - P. da República	35
Almeida - P. 25 de Abril	42
Amarante - P. da República	50
Arraiolos - P. Lima de Brito	58
Aveiro - P. do Município	66
Avis - P. Serpa Pinto	75
Azambuja - P. Serpa Pinto	83
Barcelos - L. do Apolo	89
Beja - P. da República	99
Braga - P. do Município, L. do Paço	108
Bragança - P. da Sé	127
Cabeceiras de Basto - P. da República	136
Caldas da Rainha - P. da República	143
Caminha - P. Conselheiro Silva Torres	151
Campo Maior - P. da República	160
Castelo Branco - P. Luis de Camões	169
Chaves - P. Luis de Camões, P. da República	178
Coimbra - P. do Comércio	193
Elvas - P. da República	207
Évora - P. do Giraldo	220
Faro - P. D. Francisco Gomes	239
Guarda - P. Luis de Camões	252
Guimarães - P. de Santa Maria	263
Lagos - P. da República	277
Lisboa - P. D. Pedro IV , P. do Comércio	288
Manique do Intendente - P. dos Imperadores	315
Mértola - P. Luis de Camões	324
Miranda do Douro - P. D. João III	334
Nazaré - P. Sousa Oliveira	343
Óbidos - P. de Santa Maria	352
Ponte de Lima - L. Luis de Camões	364
Porto - P. D. Pedro IV, P. da Ribeira	374
Porto Covo - P. Marquês de Pombal	394
Póvoa do Varzim - P. do Almada	404
Santarém - P. Visconde Serra do Pilar	415
S. Vicente da Beira - P. da República	430
Setúbal - P. de Bocage	439
Tomar - P. da República	457
Viana do Castelo - P. da República	470
Vila do Conde - P. da República	483
Vila Real de Sto. António - P. Marquês de Pombal	497
Vila Viçosa - Terreiro do Paço	511
Viseu - Largo da Sé	523

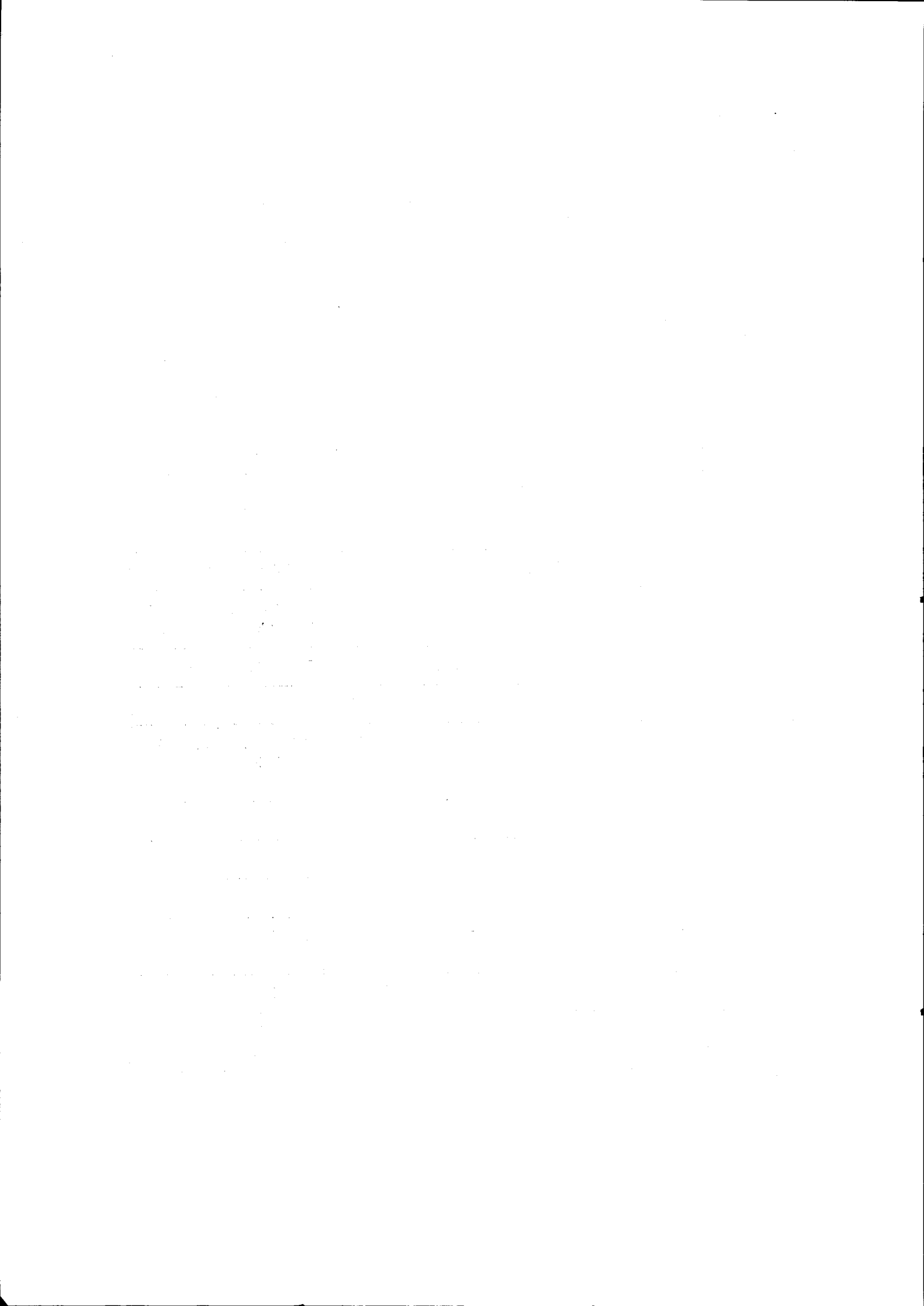


PRAÇAS PÚBLICAS PRINCIPAIS

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LOCALIDADES



- 1 - Aguiar da Beira
- 2 - Alcobaça
- 3 - Alcácer do Sai
- 4 - Alenquer
- 5 - Almeida
- 6 - Amarante
- 7 - Arraiolos
- 8 - Aveiro
- 9 - Avis
- 10 - Azambuja
- 11 - Barcelos
- 12 - Beja
- 13 - Braga
- 14 - Bragança
- 15 - Cabeceiras de Basto
- 16 - Caldas da Rainha
- 17 - Caminha
- 18 - Campo Maior
- 19 - Castelo Branco
- 20 - Chaves
- 21 - Coimbra
- 22 - Eivas
- 23 - Évora
- 24 - Faro
- 25 - Guarda
- 26 - Guimarães
- 27 - Lagos
- 28 - Lisboa
- 29 - Manique do Intendente
- 30 - Mértola
- 31 - Miranda do Douro
- 32 - Nazaré
- 33 - Óbidos
- 34 - Ponte de Lima
- 35 - Porto
- 36 - Porto Covo
- 37 - Póvoa do Varzim
- 38 - Santarém
- 39 - S. Vicente da Beira
- 40 - Setúbal
- 41 - Tomar
- 42 - Viana do Castelo
- 43 - Vila do Conde
- 44 - Vila Real Sto. António
- 45 - Vila Viçosa
- 46 - Viseu



CENTROS URBANOS SELECIONADOS PARA ESTUDO E SUA
DISTRIBUIÇÃO POR DISTRITOS

DISTRITO	LOCALIDADES SELECIONADAS	LOCALIDADES COM ESTUDOS PRELIMINARES
AVEIRO	AVEIRO	
BRAGA	BRAGA, BARCELOS, CABECEIRAS DE BASTO, GUIMARÃES, PÓVOA DO VARZIM	
BRAGANÇA	BRAGANÇA, MIRANDA DO DOURO	MIRANDELA, TORRE DE MONCORVO
CASTELO BRANCO	CASTELO BRANCO, S. VICENTE DA BEIRA	BELMONTE, CASTELO NOVO, COVILHÃ, FUNDÃO
COIMBRA	COIMBRA	FIGUEIRA DA FOZ, MONTEMOR-O-VELHO, PIODÃO
ÉVORA	ARRAILOS, ÉVORA, VILA VIÇOSA	ESTREMOZ, MONTEMOR-O-NOVO, MONSARAZ, REGUENGOS DE MONSARAZ, MORA, MOURÃO, PAVIA, PORTEL, REDONDO, VEIROS
FARO	FARO, LAGOS, VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	MONCARAPACHO, PORTIMÃO, TAVIRA
GUARDA	AGUIAR DA BEIRA, ALMEIDA, GUARDA	CASTELO MENDO, LINHARES, MOREIRA DO REI PINHEL, SABUGAL, TRANCOSO, V.N.FOZ COA
LEIRIA	ALCOBAÇA, CALDAS DA RAINHA, NAZARÉ, ÓBIDOS	LEIRIA, PENICHE, POMBAL, PORTO DE MÓS
LISBOA	ALENQUER, AZAMBUJA, LISBOA, MANIQUE	TORRES VEDRAS
PORTALEGRE	AVIS, CAMPO MAIOR, ELVAS	ALTER DO CHÃO, ARRONCHES, CASTELO DE VIDE CRATO, FRONTEIRA, MONFORTE, NISA, PORTALEGRE
PORTO	AMARANTE, PORTO, VILA DO CONDE	
SANTARÉM	SANTARÉM, TOMAR	GOLEGÃ
SETÚBAL	ALCÁCER DO SAL, PORTO COVO, SETÚBAL	SANTIAGO DO CACÉM, SINES
VIANA DO CASTELO	CAMINHA, PONTE DE LIMA, VIANA DO CASTELO	MELGAÇO, MONÇÃO, VALENÇA
VILA REAL	CHAVES	MESÃO FRIO, NURÇA, VILA REAL
UISEU	UISEU	LANEGO, PENEDONO, SANTA COMBA DÃO, S. JOÃO DA PESQUEIRA, S. JOÃO DE TAROUCA

AGUIAR DA BEIRA



Escala 1:25.000

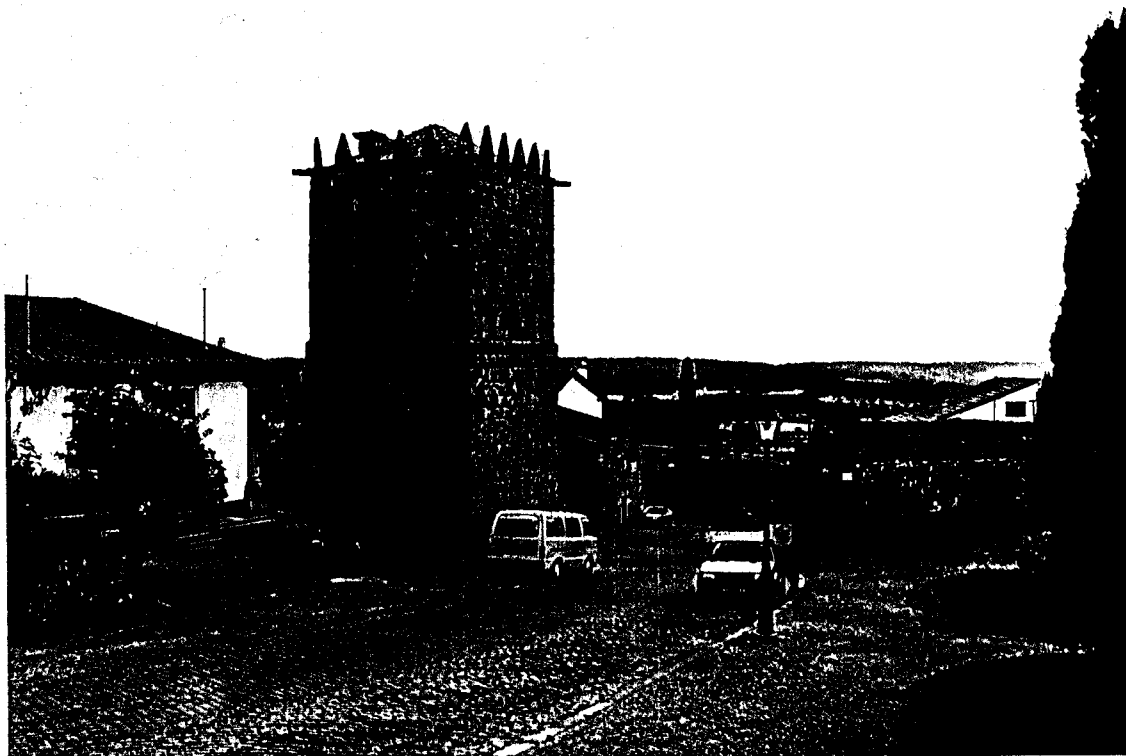
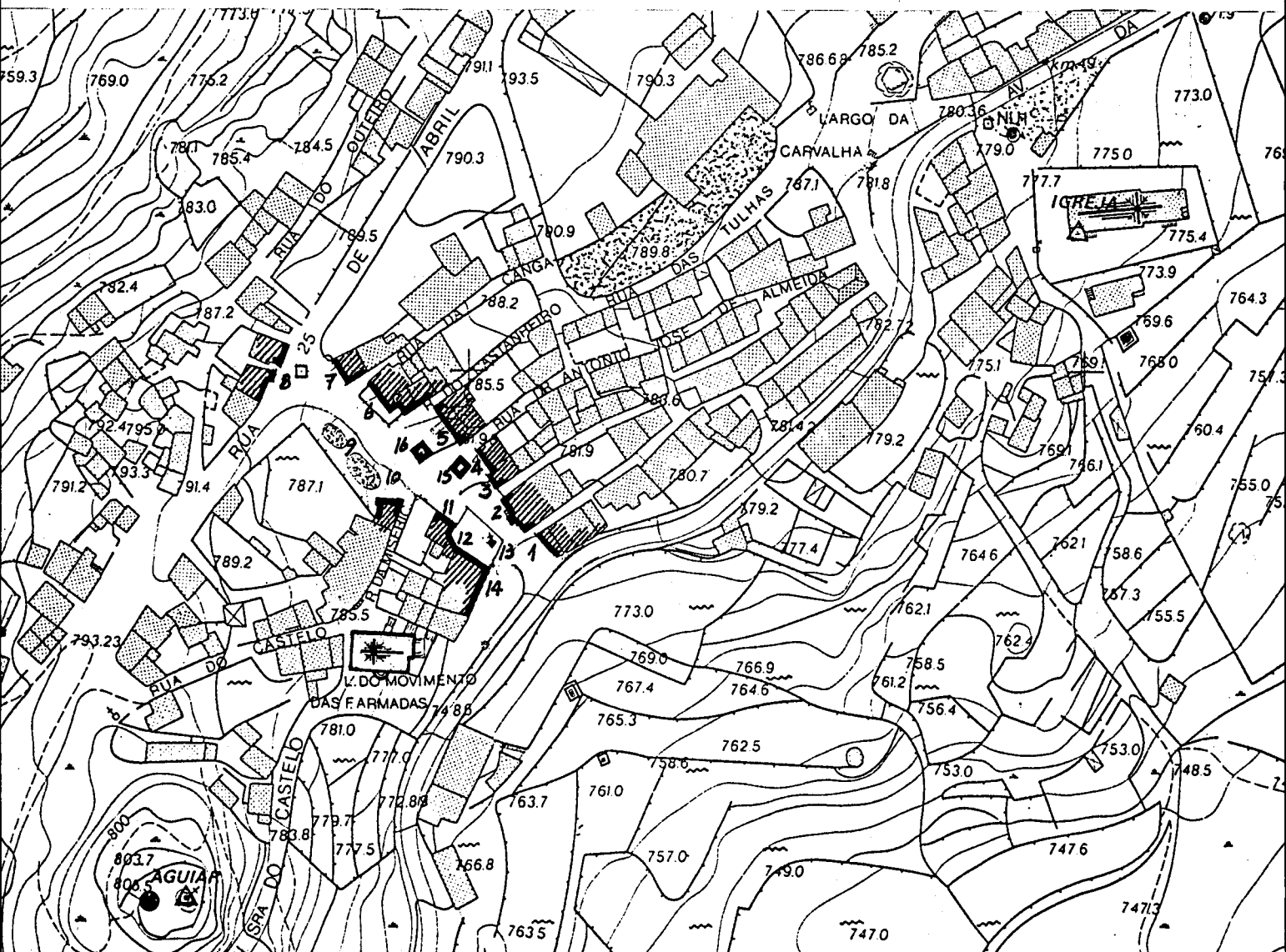


Fig. 1 - Aguiar da Beira e território envolvente. Escala 1:25000.

Fig. 2 - Perspectiva para o lado Sul da praça.

PRAÇA DOS MONUMENTOS NACIONAIS



Esca/a 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DOS MONUMENTOS NACIONAIS

- 1 - R/c (barbearia) + 1 (sede do P.S.D.)
- 2 - R/c + 1 (habitação)
- 3/4 - R/c (hab.)
- 5 - R/c + 1 (Câmara Municipal)
- 6/7 - R/c + 1 (hab.)
- 8 - R/c (hab.)
- 9 - Zona ajardinada
- 10- R/c (hab.)
- 11/12- R/c (armazém)
- 13- Pelourinho
- 14- R/c (comércio misto) + 1 (hab.)
- 15- Fonte amealhada
- 16- Torre medieval

1 - SÍTIO

"... está esta vila fundada em um alto monte, (805,5 metros de altitude) donde se descobrem a vila de Linhares, distante de sete léguas e na mesma distância, a cidade da Guarda, a vila de Trancoso, da qual dista duas léguas ao poente e outras tantas da serra da Estrela" (Costa, 1985; 17).

Aguiar, que poderá derivar do latim *aquilaris* (sítio onde existem águias) é local proeminente, constituído por um monte prolongado pelo lado Nordeste por uma linha de festo de menor declive; a vila desenvolveu-se a partir do sopé do monte ao longo do festo.

Duas exposições são dominantes: a Sudeste e a Noroeste, nas encostas que o festo divide, sendo a última a menos povoada e de ocupação mais recente.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

"Já existia no século X. Em 985 foi tomada e saqueada por Almançor. Possuía então um mosteiro de monges beneditinos. A rainha D. Teresa deu-lhe foral em 1120" (Proença e outros, 1924; Vol. III, 982). O monte sobranceiro à vila conserva restos do castelo, provavelmente romano; a posição estratégica do local justifica a génese a partir dele.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A partir do sopé do monte do castelo para Nordeste, aproveitando os menores declives para a construção, e a melhor exposição, em traçados irregulares.

2.3 - MALHA URBANA

Irregular. sendo nítida a predominância das ruas ao longo dos declives mais favoráveis, deixando para os espaços públicos espaços com declives apreciáveis, tais como o Adro e Largo da igreja, Praça dos Monumentos e Largo da Carvalho. Estas praças desenvolveram-se predominantemente no sentido perpendicular às curvas de nível.

A rua Direita é continuada pela rua da Misericórdia e do Castelo, marcando um antigo eixo longitudinal que atravessava o actual espaço da praça, entre a torre e a fonte.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Sensivelmente a meio da zona mais antiga da povoação.

3.2 - TOPOGRAFIA

Em plano inclinado com apreciável declive, de cerca de 10%, o que é invulgar em praças principais.

3.3 - DIMENSÕES

Aproximadamente 100 x 20 metros = 2000 m²

3.4 - FORMA

Irregular, alongada, contendo três elementos isolados no espaço - a torre medieval com cerca de 12 metros de altura, a fonte amealhada com plataforma superior para reuniões, também medieval e o pelourinho, possivelmente quinhentista.

3.5 - EXPOSIÇÃO

Pavimento exposto a Sudeste, o plano das principais fachadas está exposta a Sudoeste.

3.6 - PAVIMENTO

Cubos de granito (pavimentação recente) excepto na plataforma que envolve o pelourinho, em lajedo de pedra irregular limitado por pedras talhadas.

3.7 - VEGETAÇÃO

Alguns tufos de plantas ornamentais junto a fachadas e numa área com ajardinamento moderno algo dissonante com as principais peças de arquitectura.

3.8 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Um tanto variada e adulterada, destacando-se a casa solarenga típica, de paredes rebocadas brancas, com cunhais, cimalha e molduras em granito, actual edifício da Câmara. Casas típicas da região, com paramentos de pedra à vista têm vindo a ser substituídas por casas rebocadas. Predominam casas de dois pisos (5 a 6 metros de altura do beirado). O tradicional sino da Câmara está montado na torre medieval.

3.9 - ELEMENTOS ISOLADOS

É difícil encontrar outra praça com tantos elementos isolados no espaço e tão importantes, desde a torre medieval, à fonte ameada, semelhante a uma tribuna de reunião, ao pelourinho de gaiola, de grande nobreza na sua vetustês.

3.10 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

É o Paço do Concelho que dinamiza esta invulgar praça, complementada por uma loja de comércio misto e um barbeiro. O fraco índice de ocupação funcional será em parte justificado por um segundo centro em consolidação no Largo da Carvalha. Nota-se até um desinteresse na construção envolvente à praça, como o lote desocupado a Oeste permitiria. O acentuado pendente do pavimento que dificulta a ligação com a estrada regional poderá estar também na razão disso.

3.11 - PERCEPÇÃO

Torna-se difícil traduzir a percepção que se tem do espaço uma vez que ele se abre por uma imensa paisagem de vale por um lado e por outro o próprio espaço da praça é polarizado por diversos elementos isolados. O impulso que sentimos é o de deambular por entre eles e ir percebendo imagens fragmentárias. Não resta dúvida que a torre medieval impõe-se com o seu volume, mas a fonte-tribuna (que nos sugere uma tribuna de *forum* idêntica à de Linhares, também esta com fonte de mergulho por baixo) ou até o pelourinho com a periclitante gaiola apoiada apenas por dois colunelos, dispersam a atenção. Dificilmente a praça é entendida como uma unidade espacial, mas antes por uma reunião de elementos arquitectónicos notáveis.

4 - CONCLUSÕES

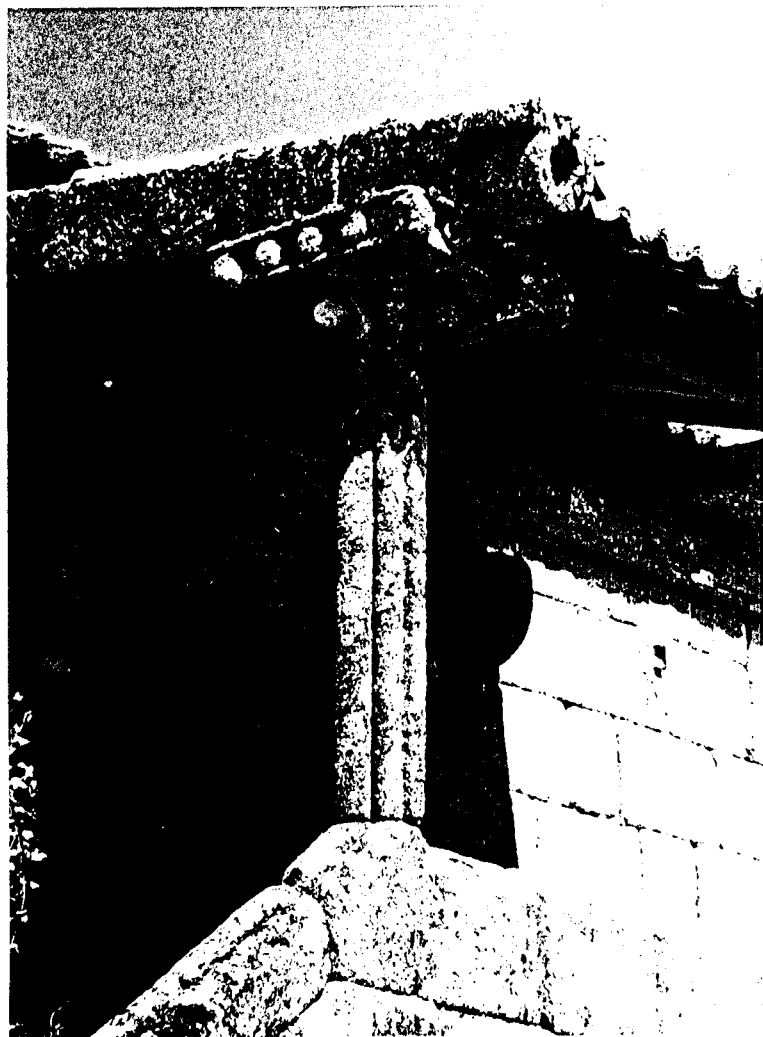
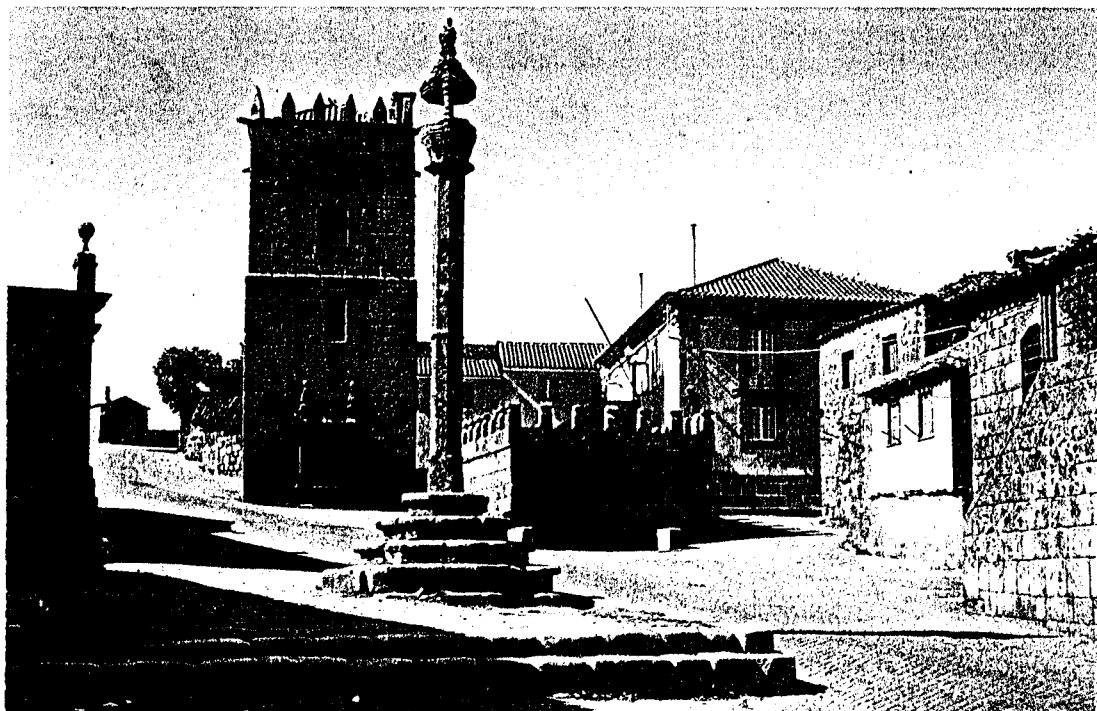
4.1 - SÍNTESE

A extensão da povoação pela encosta com declives acentuados terá dificultado a organização dos espaços urbanos, levando a uma imbricada implantação da igreja e a uma praça desenvolvida segundo o declive mais desfavorável.

Apesar das condições adversas, os monumentos medievais presentes consolidaram a praça. O moderno desenvolvimento rodoviário suscita um centro secundário de mais fácil ligação por estar em local de menor declive; constituiu-se assim uma situação de bipolarização em que a Praça dos Monumentos é vocacionada para a administração local e o Largo da Carvalha para o comércio e comunicação.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado com igreja e Casa da Câmara.



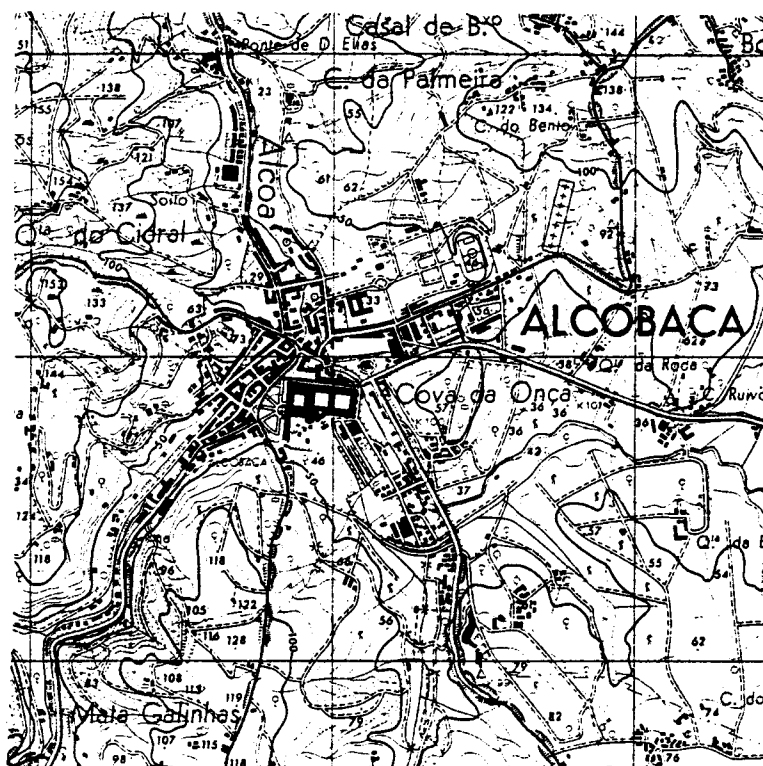
1
—
2

Fig. 1 - Pormenor da praça onde surgem destacados a torre medieval, o pelourinho e a fonte ameada.

Fig. 2 - Pormenor de uma varanda de casa de habitação tradicional mostrando um invulgar trabalho de silharia, o que está bem de acordo com um prestígio da praça, hoje decadente.

ALCOBAÇA

Escala 1:25.000



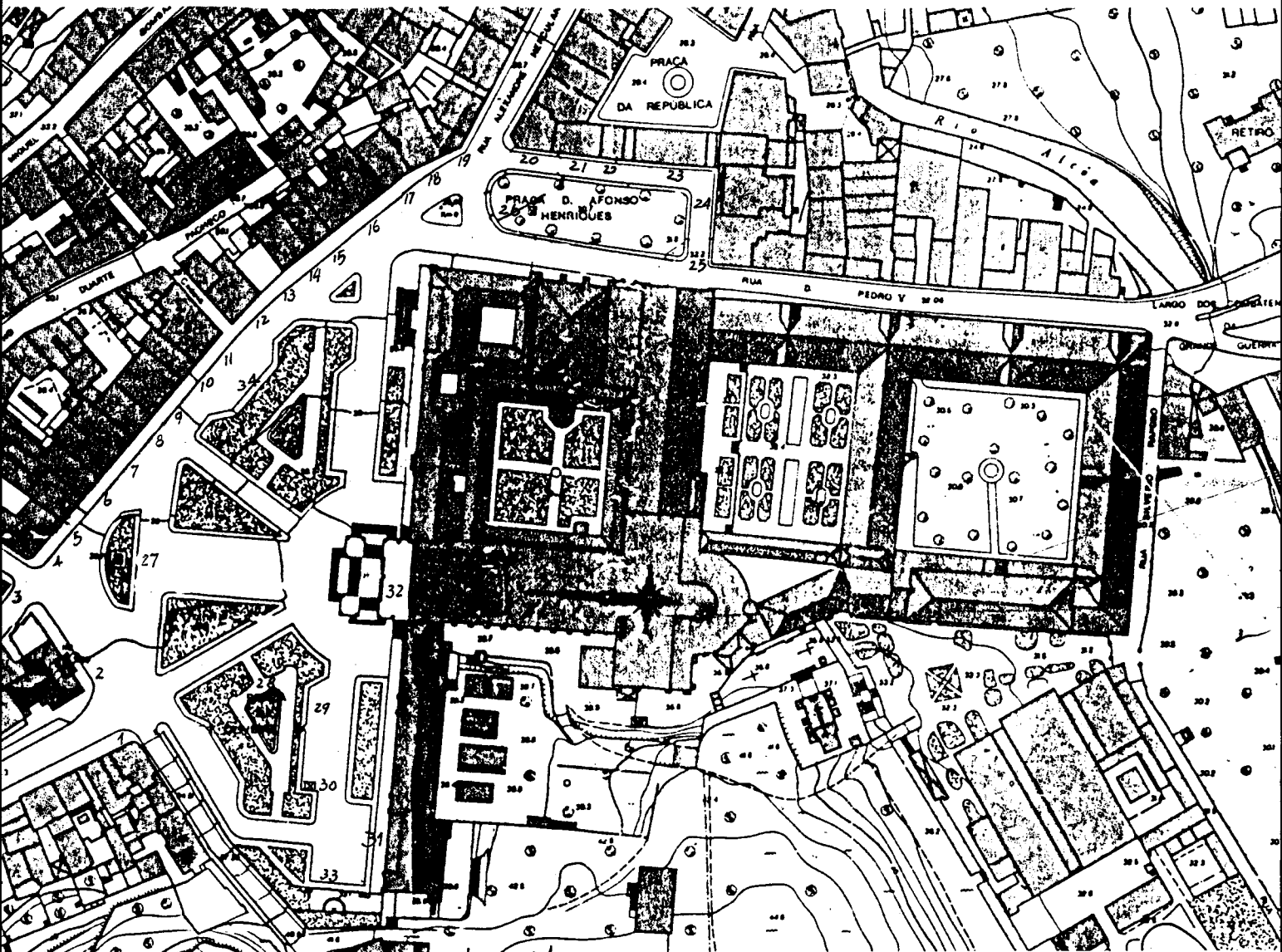
1 - SÍTIO

Em zona de vale rodeado por cabeços pouco pronunciados, com altitudes de poucas dezenas de metros. Terras bastante férteis, irrigadas pelos rios Alcôa e Baça, confluentes na própria vila de Alcobaça. Especialmente o mosteiro beneficia de óptimas várzeas para a agricultura. As condições naturais da zona, beneficiadas por um clima ameno e conjugadas com as técnicas agrícolas divulgadas pelos monges cistercienses proporcionaram uma das melhores zonas frutícolas do país.

DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO FUNCIONAL DAS PRAÇAS 25 DE ABRIL E D. AFONSO HENRIQUES

- 1 - R/c (loijas regionais) + 3 (habitação)
- 2 - R/c + 1 (C.T.T.)
- 3 - R/c (serviços de turismo) + 2 (hab.)
- 4 - R/c + 1 (banco)
- 5 - R/c (tabacaria e jornais) + 1 (hab.)
- 6 - R/c (padaria-pastelaria; loijas regionais) + 2 (hab.)
- 7 - R/c (banco) + 3 (hab.)
- 8 - R/c + 1 (banco)
- 9 - R/c (loijas regionais; bar; pastelaria) + 3 (escritórios e habitações)
- 10- R/c (artesanato) + 2 (hab.)
- 11- R/c (stand de automóveis) + 1 (escritório) + 2 (hab.)
- 12- R/c (tabacaria e jornais) + 1 (hab.)
- 13- R/c (artesanato; pastelaria) + 1 (seguros) + 3 (hab.)
- 14- R/c (banco) + 1 (consultório) + 2 (hab.)
- 15- R/c (electrodomésticos) + 2 (hab.)
- 16- R/c (banco) + 1 (consultório) + 2 (hab.)
- 17- R/c (stand de automóveis) + 3 (hab.)
- 18- R/c (artesanato seleccionado) + 1 (advogado) + 2 (hab.)

PRAÇA 25 DE ABRIL



Escala 1:2000

- 19- R/c (gelataria) + 1 (consultório) + 2 (hab.)
- 20- R/c (farmácia; pastelaria) + 2 (escritórios)
- 21- R/c (artesanato) + 1 (hab.)
- 22- R/c (roupas de homem) + 2 (hab.)
- 23- R/c (túnel de passagem; artesanato; sapataria; restaurante; túnel de passagem) + 2 (hab.)
- 24- R/c (supermercado) + 3 (hab.)
- 25- R/c (restaurante/bar; oculista) + 2 (armazéns)
- 26- Quiosque
- 27- Padrão à memória de Vieira da Natividade
- 28- Padrão comemorativo do 89º aniversário da fundação da abadia de Alcobaca - 1978
- 29- Seis pontos de vendas de frutas, recordações, etc
- 30- Quiosque
- 31- Biblioteca Municipal e administração do mosteiro
- 32- Igreja e mosteiro
- 33- Fonte
- 34- Bombas de combustível

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Segundo as crónicas, D. Afonso Henriques fez promessa de fundar um mosteiro para a ordem cisterciense, o que veio a acontecer em 1152. Embora pareça haver uma dualidade entre o castelo árabe, pré-existente e o mosteiro, mas é comum aceitar-se ter sido o mosteiro o verdadeiro motivo da formação da povoação e povoamento da região, aliás de acordo com a missão desta Ordem (cf. Raúl Proença e outros, 1924; vol. III, 611).

2.2 - FORMA DE CRESCIMENTO

Tudo indica que a vila se desenvolveu a partir de três pólos iniciais:

- Nas imediações do mosteiro e numa relação com a estrada regional de acesso.
- Junto à igreja da Misericórdia, do século XVI, localizada na rua de acesso ao castelo, mas já no sopé do monte.
- Junto à capela de Nossa Senhora da Conceição, do século XVII, local onde no séc. XII os monges cistercienses se instalaram em convento provisório, então chamado "abadia velha".

2.3 - MALHA URBANA

A malha urbana consolidada da vila de Alcobaça apresenta-se com desenvolvimentos lineares irregulares, em relação com as principais vias de comunicação regionais e também numa evidente adaptação ao relevo e ao leito dos rios que em parte a atravessam encanados.

No século XIX, por consequência de fenómenos diversos, entre os quais a extinção das ordens religiosas em 1834, foram construídas bastantes moradias em quintas que rodeavam o convento e que na actualidade estão transformadas em zonas urbanas com arruamentos já delineados neste século.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Os principais espaços públicos da zona histórica da vila situam-se numa relação directa ou muito próximo ao mosteiro. Este, foi a maior abadia cisterciense portuguesa, importante núcleo de divulgação da cultura e da arte (a biblioteca foi destruída pelas tropas francesas e posteriormente por populares, durante as guerras liberais). Daí que as dimensões dos espaços públicos existentes ultrapassem bastante o padrão usado por vilas de idêntica dimensão.

Apresentam-se três espaços contíguos, mas bem diferenciados entre si:

- O "rossio do convento", actual Praça 25 de Abril, o espaço mais vasto, situado em frente ao mosteiro.
- A Praça D. Afonso Henriques, contínua ao rossio e adjacente à ala Norte do mosteiro.
- A Praça da República, em comunicação com a Praça D. Afonso Henriques por dois túneis de ligação sob um edifício de limites comuns a ambas.

Será o Rossio o espaço principal, não só pela dimensão, mas pelas funções que foi tendo, de mercado e de feira, para além de átrio ou adro ampliado da abadia.

Depois de 1834 entrou o mosteiro em decadência e crescente degradação, num total desprezo pelo património local. Em sessão camarária de 2 de Março de 1838 é pedida a demolição de parte do castelo "que se acha quase a cair". A pedra resultante da demolição foi então vendida, ou dada, a quem quizesse (cf. acta da sessão camarária de 24 de Outubro de 1838 e de 19 de Novembro de 1939). Mais tarde, a 24 de Novembro de 1866, a Câmara decidiu demolir o pelourinho existente no rossio. Estes exemplos ilustram o pouco apreço em que era tido o património existente, atitude que normalmente se reflecte também nos espaços públicos.

O Rossio não passava de um vasto terreiro, onde no século XVIII emergia solitário o pelourinho (veja-se gravuras reproduzidas). Mais tarde teve uma arborização de plátanos, ladeando a estrada, em frente ao mosteiro, a qual foi cortada para ser construído o actual ajardinamento, obra do Estado Novo.

3.2 - TOPOGRAFIA

Sensivelmente plana.

3.3 - DIMENSÕES

Triângulo de 240 metros de base (lado da fachada do convento) por 110 metros de altura (eixo de entrada para a igreja). Área de 13200 metros quadrados.

A Praça D. Afonso Henriques, contígua ao rossio, tem as seguintes dimensões:

Comprimento	90 metros
Largura	40 metros
Área	3600 m ²

A Praça da República apresenta-se com as seguintes dimensões médias:

Comprimento	40 metros
Largura	35 metros
Área	1400 m ²

O total dos três espaços é de 18200 m².

3.4 - FORMA

Triângulo isósceles cuja base coincide com a fachada do convento e seus prolongamentos laterais. Segundo informações obtidas no local, esta forma triangular foi acentuada com o ajardinamento, uma vez que a estrada antiga passava entre a fachada do mosteiro e as fachadas opostas a ele. Destas obras resultou também a demolição de um infantário localizado à frente do mosteiro.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

Dada a extensão do espaço e as alterações que lhe foram introduzidas, não faz sentido ter em conta esta relação, tanto mais que a arquitectura doméstica foi quase totalmente substituída por obras do século XX.

3.6 - EXPOSIÇÃO

A igreja está orientada a nascente-poente, pelo que toda a fachada principal do convento vira-se a poente.

3.7 - PAVIMENTO

Arruamentos asfaltados e passeios empedrados a calcáreo branco. Jardim com troços lajeados ou em saibro.

3.8 - VEGETAÇÃO

É na sua maior parte recente e muito variada pelo que não contribui nem para a unidade do espaço, nem para criar sub-espacos. Por outro lado não foi procurada uma ambiência de paisagem adequada ao conjunto monumental. A praça lateral, D. Afonso Henriques, apresenta muito maior unidade, com a plantação única de plátanos de fins do século XIX.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Impõe-se a todo o espaço a fachada regular do mosteiro, onde a meio emerge a igreja com o portal medieval e todos os ornamentos que posteriormente lhe acrescentaram. Em oposição ao convento está uma arquitectura de prédios de rendimento ou de habitação e comércio que, na maior parte, variam entre o neoclássico do século XIX e a expressão arquitectónica utilizada no Estado Novo.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

São de assinalar dois padrões comemorativos: um à memória de Vieira da Natividade e outro para assinalar o 80º centenário da fundação da abadia, em 1978. Ambos estão localizados no jardim fronteiro ao mosteiro.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA 25 DE ABRIL E PRAÇA D. AFONSO HENRIQUES

Em termos de usos a ocupação mostra-se distribuída conforme a seguinte proporção:

Serviços	30%
Uso diário	30%
Uso ocasional	35%
Uso excepcional	5%

Observa-se um bom equilíbrio entre os diferentes tipos de uso. Dos serviços diversos sobressaem os correios, posto de turismo, biblioteca municipal e quatro filiais de bancos e ainda diversos consultórios de advocacia e de medicina.

O uso diário é representado sobretudo por várias pastelarias, padaria, gelataria, supermercado e restaurante. O número destas casas é justificado pelo frequente turismo que o mosteiro e a região desenvolvem.

Os comércios de uso ocasional são sobretudo virados para o artesanato de faianças, arte trazida pelos monges barristas e ceramistas que no séc. XVIII realizaram obras notáveis.

O comércio de uso excepcional é representado por dois stands de venda de automóveis.

A diversidade de usos é um forte contributo para manter este espaço como o principal da vila, embora um segundo centro esteja constituído a Noroeste, onde se localizou a Câmara Municipal, Tribunal, mercado, centro comercial e jardins.

3.12 - PERCEPÇÃO

Consideramos que os elementos mais marcantes da Praça 25 de Abril são os seguintes:

- O mosteiro com a sua extensa fachada de 200 metros, tendo ao centro a igreja a impor-se bastante acima das alas que a ladeiam e de todo o espaço fronteiro.

- A dimensão deste amplo "rossio", designação atribuída quando a envolvência construída não tinha a importância da actual.

- A envolvência paisagística observada para além da praça, nomeadamente o monte do castelo e outros montes envolventes.

Os restantes elementos consideramos secundarizados, contribuindo pouco para a caracterização do lugar.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Alcobaça surge como um exemplo de desenvolvimento urbano em grande parte apoiado numa estrutura religiosa de grande prestígio nacional. O castelo, que terá vindo da ocupação romana e muçulmana nunca se afirmou como elemento poderoso, arruinando-se através dos séculos sob os efeitos de terremotos e descuidos.

Também o sítio, onde se conjuga a existência de dois rios com a fertilidade dos campos e a amenidade do clima foram contributos importantes para que o convento e a povoação adquirissem importância. O vasto terreiro traduz essa importância, por ter servido de local de feiras e mercados e de local de encontro de gentes que aqui vinham a demandar o mosteiro para uma busca das mais variadas assistências.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Terreiro conventual, espaço de afluência de peregrinos, agricultores, doentes, mercadores e feirantes ou de festividades cíclicas.

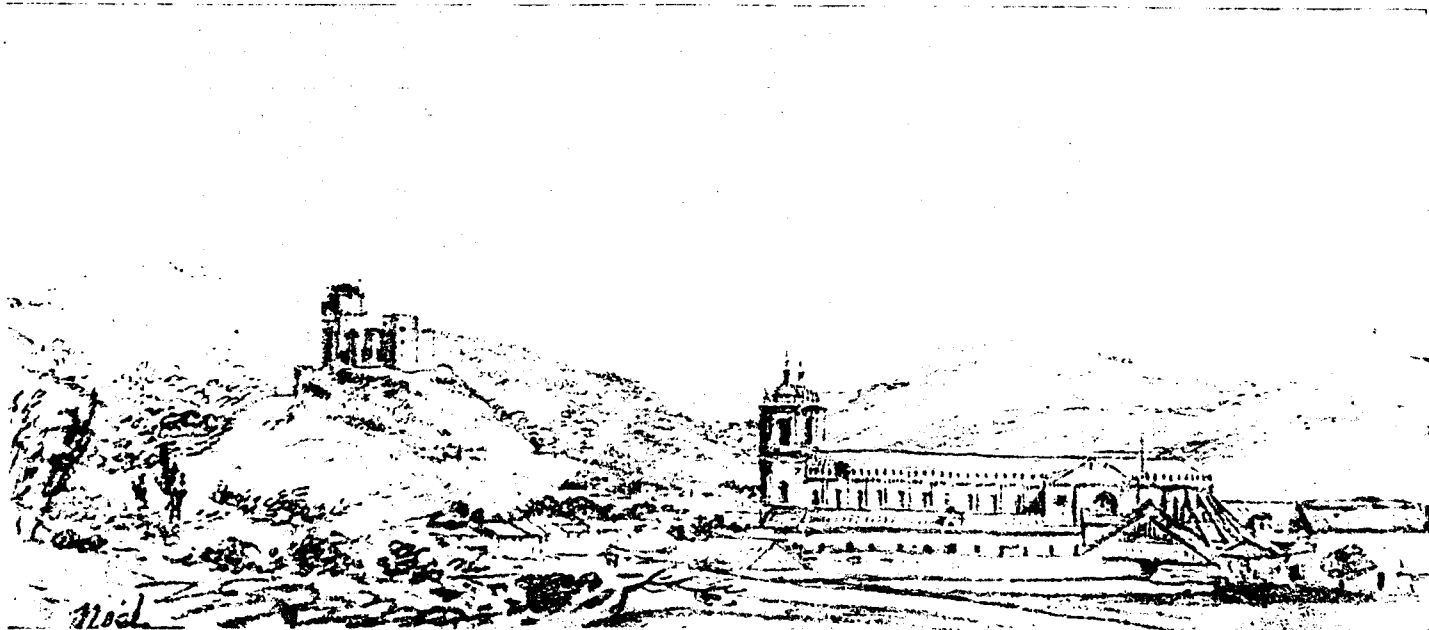
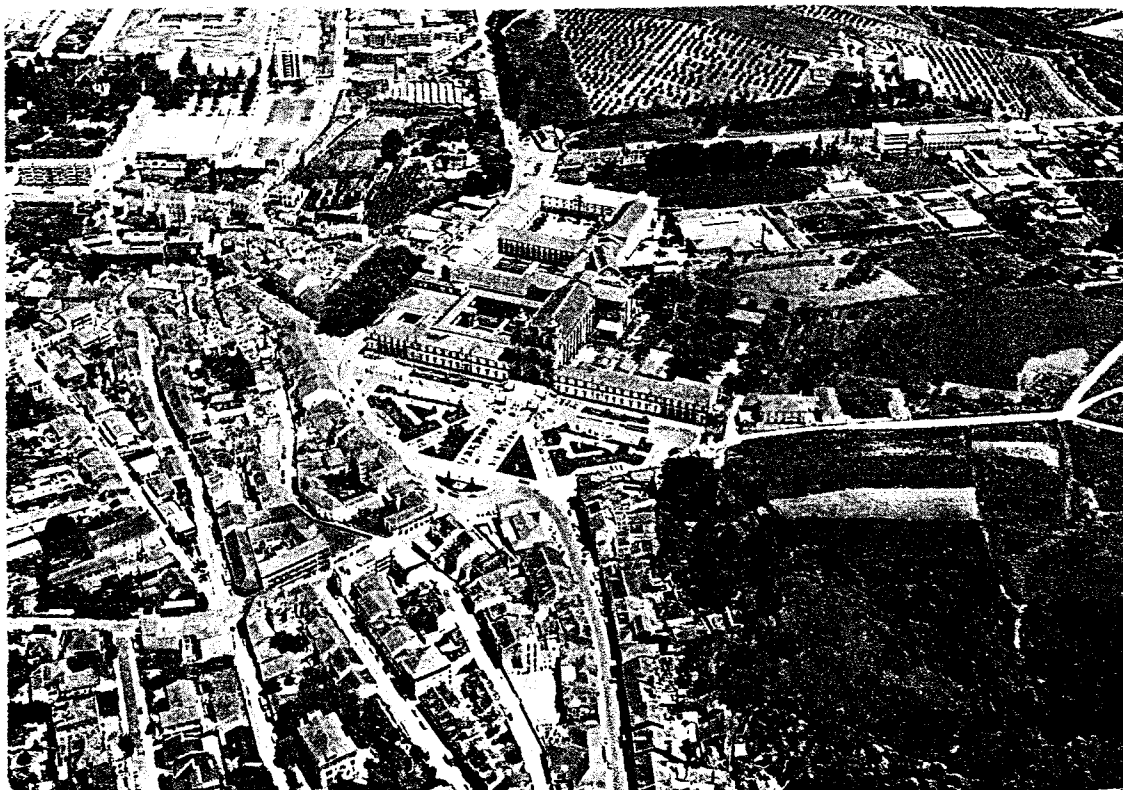


Fig. 1 - Alçado lateral Sul do mosteiro, vendo-se a relação com o castelo. Note-se as únicas casas existentes próximas do mosteiro. Desenho do pintor francês Alexandre-Jean Noel, do seu album de viagens de 1790, Museu Nacional de Arte Antiga.



1
2



Fig. 1 - Fotografia aérea de alcobaça, mostrando a relação do mosteiro com a urbe.

Fig. 2 - Perspectiva observada do castelo.

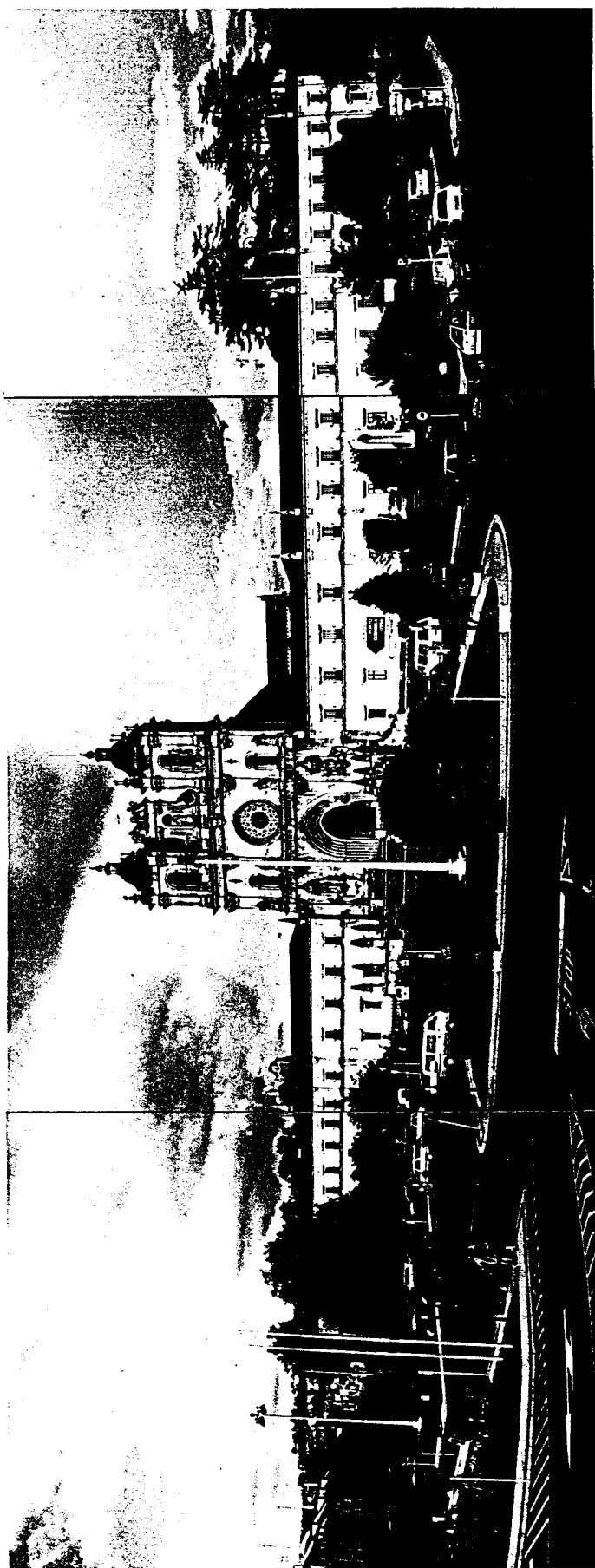


1
—
2



Fig. 1 - Postal mostrando o ajardinamento do "rossio", nos anos 40.

Fig. 2 - Aspecto actual do mesmo jardim onde, em grande parte, se perderam as reminiscências do terreiro conventual.



1
2

Fig. 1 - Pormenor da actual fachada da igreja reconstruída no começo do século XVIII, onde se conjugam elementos decorativos renascentistas, maneirinos e barrocos, conservando o portal gótico primitivo.



Fig. 2 - Nem por isso a arquitectura do mosteiro levou ao interesse por uma arquitectura doméstica de maior apuro, como se observa no lado Oeste da praça.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Pormenor da actual fachada da igreja reconstruída no começo do século XVIII, onde se conjugam elementos decorativos renascentistas, manuelinos e barrocos, conservando o portal gótico primitivo.

Fig. 2 - Nem por isso a arquitectura do mosteiro levou ao interesse por uma arquitectura doméstica de maior apuro, como se observa no lado Oeste da praça.





1



2

Fig. 1 - Aspecto da ligação da Praça 25 de Abril à Praça D. Afonso Henriques, arborizada de frondosos plátanos.

Fig. 2 - Vista da Praça D. Afonso Henriques, ladeada pelo alçado Norte do mosteiro.



Fig. 1 - Lado Este da Praça da República, vendo-se os dois arcos de ligação à Praça D. Afonso Henriques.

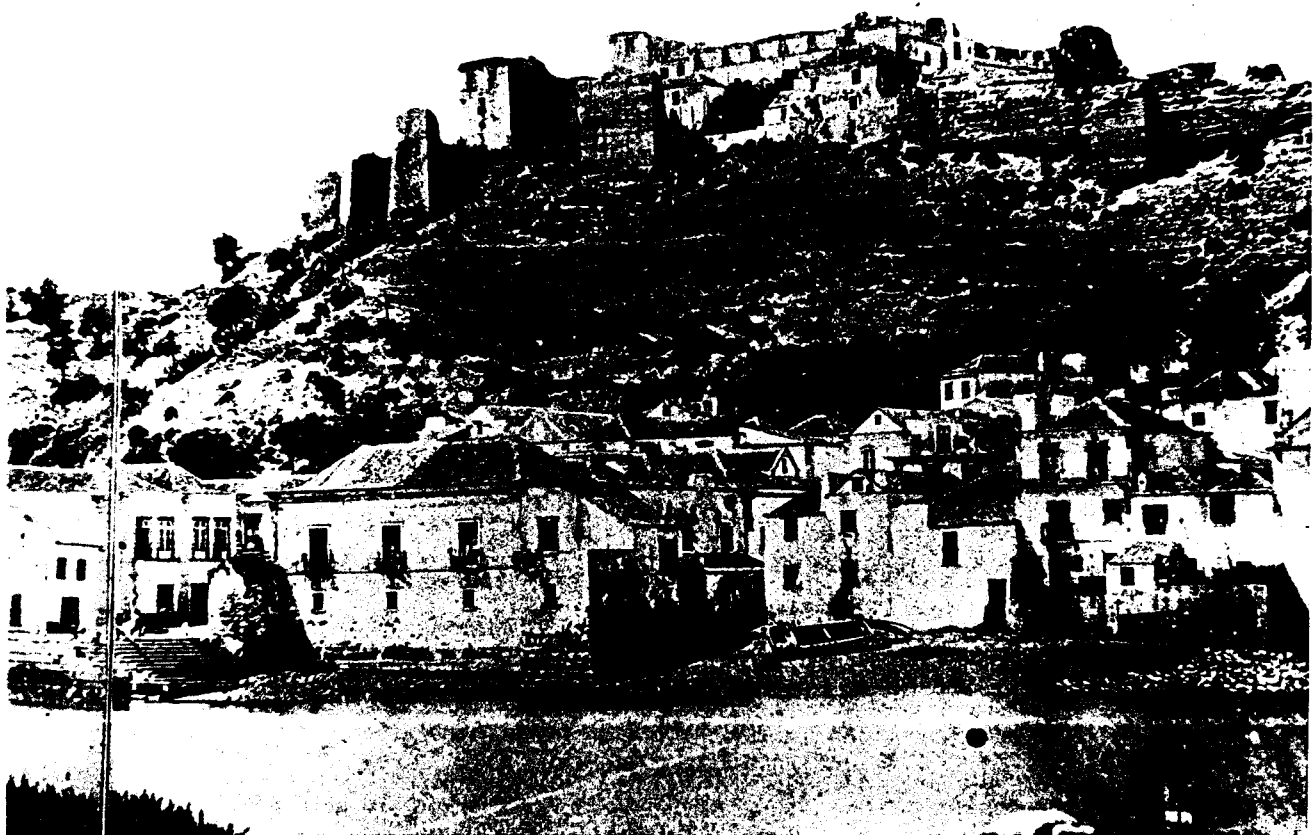
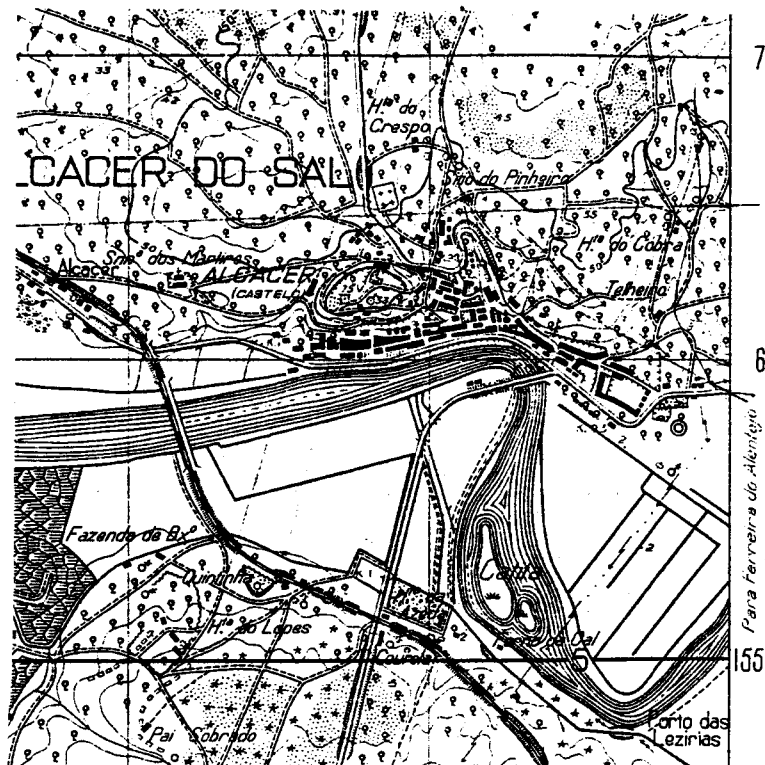
Fig. 2 - Aspecto do interior do arco do lado Norte; este é um dos poucos edifícios de arquitectura civil onde é possível encontrar marcas de épocas anteriores.

1
2

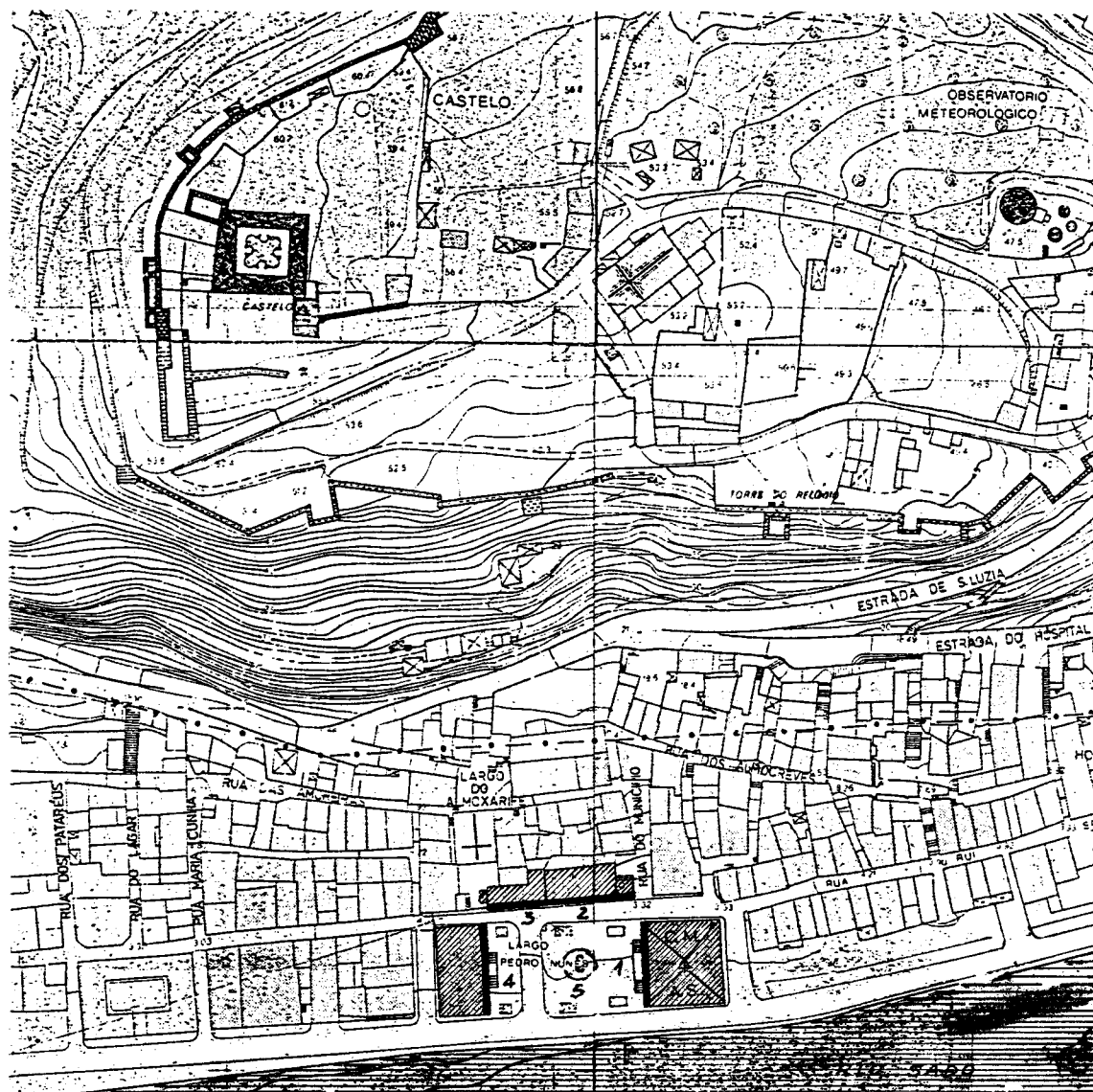
ALCÁÇER DO SAL

Fig. 1 - Planta de Alcácer do Sal.
Escala 1:25000.

Fig. 2 - Imagem de Alcácer de 1882.
A esquerda percebe-se as escadarias
de acesso ao porto e a praça onde
ainda está o pelourinho.
(Arquivo da C.M.A.S.)



LARGO PEDRO NUNES



Escala 1:2.000

LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO FUNCIONAL DO LARGO PEDRO NUNES

- 1 - R/c + 1 (Câmara municipal)
- 2 - Igreja do Espírito Santo (adaptada a museu)
- 3 - R/c + 1 (habitação)
- 4 - R/c (serviços diversos)
- 5 - Estátua de Pedro Nunes

1 - SÍTIO

No sopé do monte do castelo, do lado Sul e junto à margem direita do Sado, a cerca de 35 Km de Setúbal pelo rio.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A conjugação de alguns factores fundamentais prestigiaram a povoação: o castelo em local alcandorado e sobranceiro ao rio constituiu um importante local estratégico para explorar as potencialidades locais (o sal) e assegurar as ligações com o interior do território alentejano. A abundância da pantanos que desde tempos antigos proporcionaram a extracção do sal, um dos melhores da Europa, e a sua fácil comercialização graças à proximidade da costa e da navegabilidade do Sado. Posteriormente as condições naturais foram aproveitadas para a produção de arroz, introduzido no século XIX. Até meados do século passado desempenhou importante função comercial para o Alentejo e Algarve ao ser porto de escoamento de produtos cerealíferos.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O núcleo primitivo formou-se no alto do monte do castelo, sob a protecção das muralhas. A atracção exercida pelo rio e seu porto com toda a movimentação comercial que suscitava levou à transferência da povoação para as zonas mais baixas. O casario desceu pela encosta e veio a instalar-se predominantemente nas terras marginais.

2.3 - MALHA URBANA

Ruas longitudinais à povoação com um desenvolvimento sensivelmente paralelo ao rio, cortadas por travessas que as unem, constituem o modelo de base. A topografia condicionou a forma geral, devido à nesga de terrenos mais planos disponíveis, o que obrigou a um alongamento de acompanhamento à margem direita do rio.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Junto à margem direita do rio Sado, em contacto directo com o porto fluvial, caído posteriormente em desuso pelo assoreamento do leito do rio.

3.2 - TOPOGRAFIA

Sem desníveis aparentes.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento	41 metros
Largura	37 metros
Área	1517 m ²

3.4 - FORMA

Rectangular, com a igreja do Espírito Santo ligeiramente obliquada. O lado maior é paralelo ao rio.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$41 / 6 = 6,8$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Pavimento plano e abertura da praça ao Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de vidro com elaborado desenho (recente).

3.8 - VEGETAÇÃO

Não existe na praça e é reduzida na urbe, surgindo na periferia e avenida marginal nova, onde o espaço é mais desafogado.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Desde logo sobressai a igreja quatrocentista do Espírito Santo, limitando o lado Norte da praça com o alçado lateral. Um amplo janelão de dois arcos separados por colunelo ajuda a datar o edifício. Os edifícios públicos, colocados frente a frente, são de traça neoclássica do século XIX, dignos e despretenciosos. A habitação perfilha das características da arquitectura urbana do Sul - dois pisos com paramentos brancos e molduras de cor.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No centro da praça, substituindo o antigo pelourinho, está uma estátua a Pedro Nunes, obra que não consegue impor-se o suficiente de maneira a pontuá-la de maneira inequívoca.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Esta praça está actualmente vocacionada para os serviços aqui instalados. Falta-lhe polifuncionalidade para a tornar mais atraente e mantê-la como o centro que foi quando beneficiava do cais de atracagem.

3.12 - PERCEPÇÃO

Espaço extrovertido em que o domínio visual sobre as margens do rio e, para o lado oposto, sobre o castelo, exercem grande poder atractivo. É um bom exemplo de como a imagem duma praça pode não se restringir apenas aos seus limites determinados pelas edificações, mas estender-se muito para além deles. Da arquitectura envolvente destaca-se a parede imaculadamente branca da igreja do Espírito Santo, de aberturas assimétricas a interromper a alvura e a contrastar fortemente com o ritmo intenso da profusão de janelas e varandas dos dois edifícios administrativos com os quais estabelece diálogo.

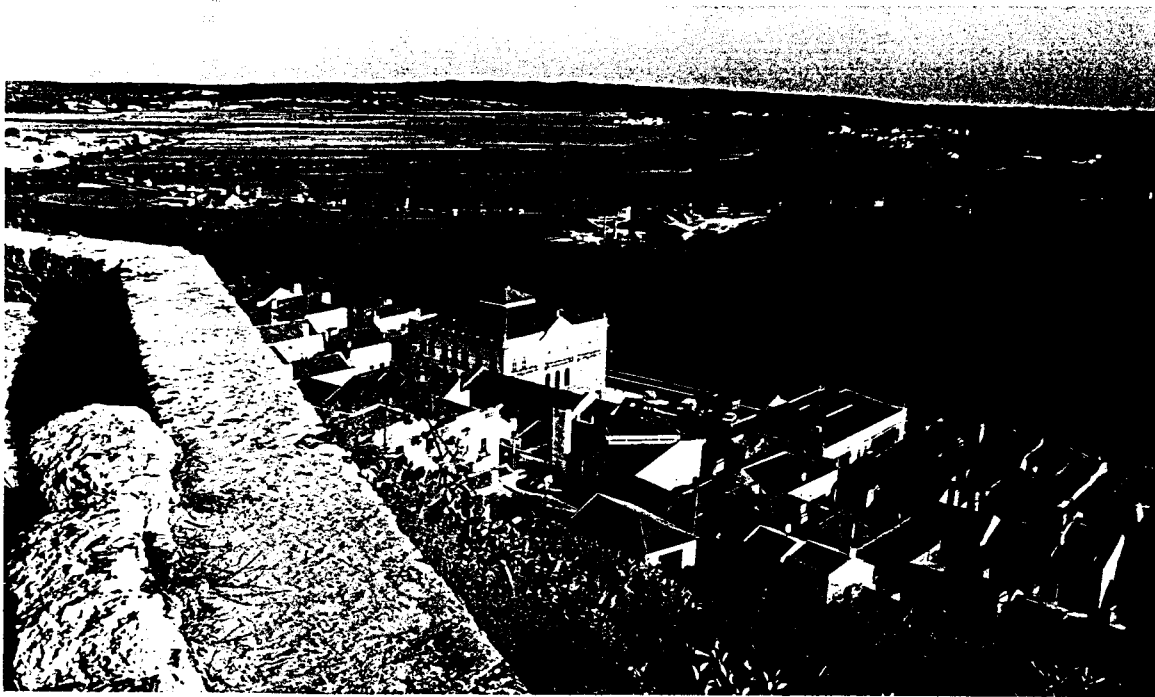
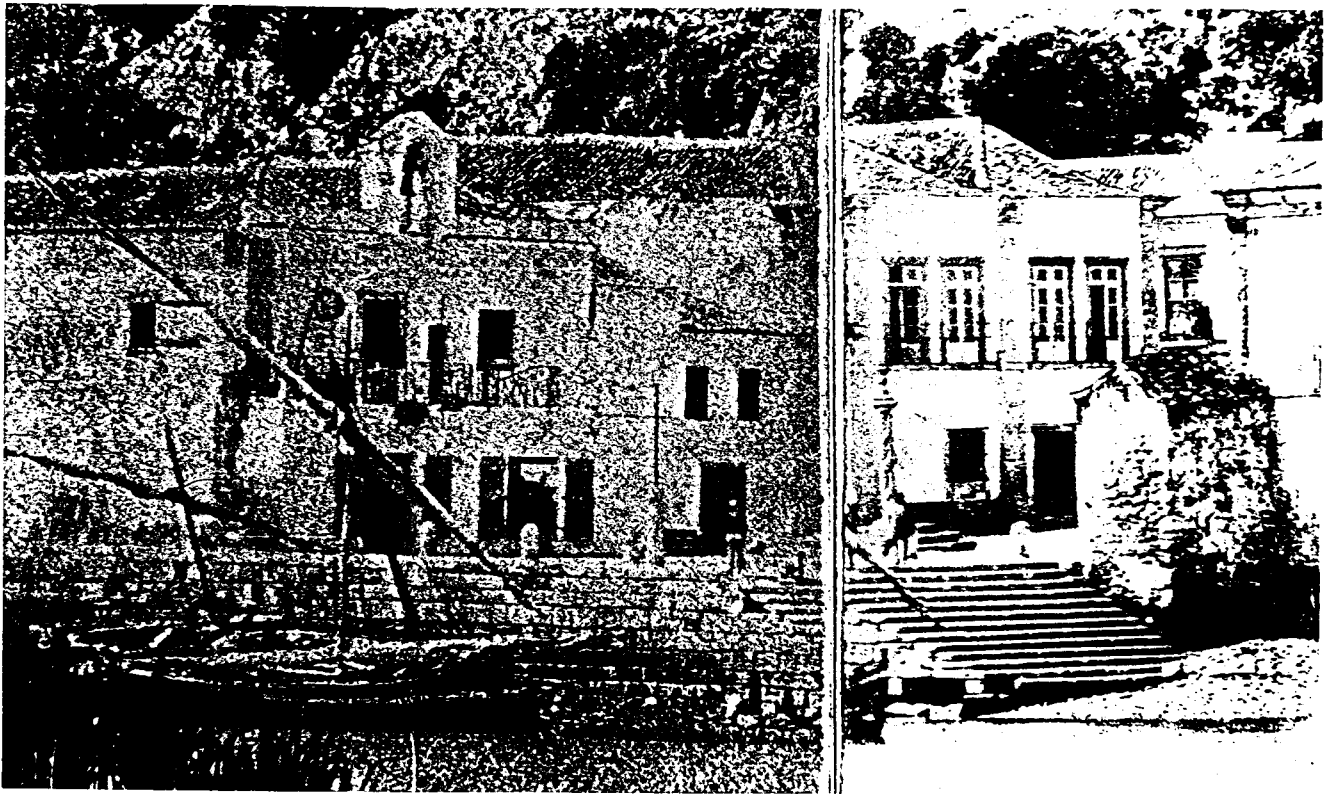
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Alteradas as funções que davam importância a esta praça, quer pelo desaparecimento do porto como pelo incremento das ligações rodoviárias, o centro da povoação deslocou-se para junto da ponte sobre o rio. A praça Pedro Nunes manteve-se por beneficiar dos anteriores edifícios da administração local aqui implantados. A sua perda de centralidade é compensada pela amenidade do local ou pela envolvência física de que disfruta, o que tem vindo a ser bem aproveitado para se instalarem na sua envolvência equipamentos de índole cultural.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça portuária a que se juntaram serviços municipais e igreja.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Pormenor da praça: Imagem de Alcácer de 1882. À esquerda estava a Casa da Câmara; o pelourinho, de elaborado labor, marcava o centro.

Fig. 2 - Fotografia actual obtida das muralhas do castelo, mostrando a situação marginal da praça e os actuais Paços do Concelho.



$\frac{1}{2}$



Fig. 1 - Relação da Praça Pedro Nunes (à esquerda) com o aglomerado actual.

Fig. 2 - Pormenor da praça mostrando o edifício dos Paços do Concelho e a igreja do Espírito Santo (actual museu).

ALENQUER



$\frac{1}{2}$
3

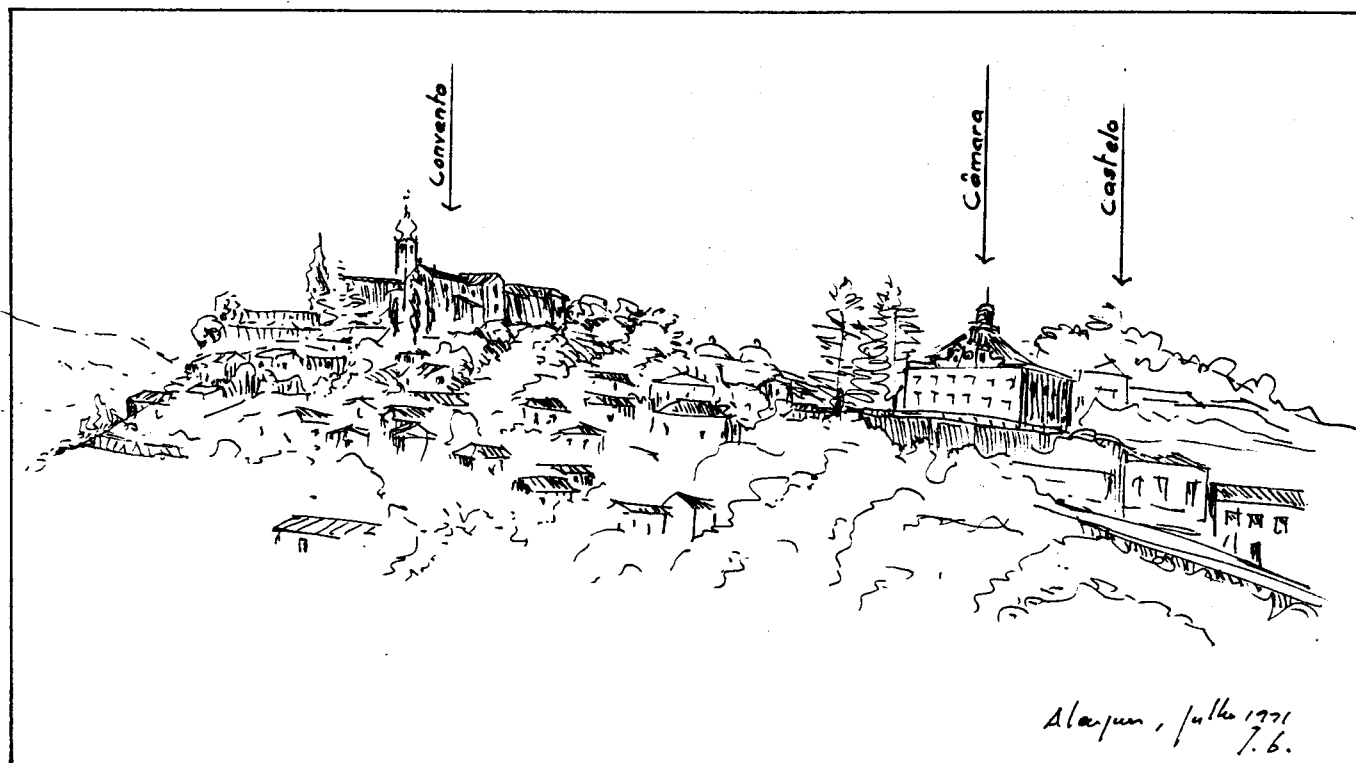


Fig. 1 - Paisagem do rio e encosta da vila. No alto, os Paços do Concelho. (Gile e Cabrita, 1991; 168)

Fig. 2 - Vila e envolvente. Carta militar, escala 1:25000.

Fig. 3 - Perspectiva observada da encosta oposta. Desenho do autor.

PRAÇA LUIS DE CAMÕES



Escola 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA LUIS DE CAMÕES

- 1 - R/c + 1 (Câmara Municipal, Tribunal, Finanças, Registo Civil, G.N.R.)
- 2 - R/c + 1 (habitação)
- 3 - Igreja da Misericórdia
- 4 - R/c + 1 (hab.)
- 5 - R/c + 1 (hab.)
- 6 - Jardim
- 7 - Balaustrada-miradouro
- 8 - Estacionamento automóvel

1 - SÍTIO

Caracteriza-se em grande parte pelo relevo bastante acentuado de todo o sítio onde inicialmente se implantou a povoação, entre o cume do monte pertencente ao castelo e a várzea do rio Alenquer, afluente do Tejo. A contrabalançar os acentuados desníveis está uma exposição muito favorável da encosta, a Sudoeste. A cota da praça corresponde à média entre o cume do monte e a várzea - 68,2 metros.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Os edifícios mais antigos que restam levam à conclusão duma preferência pela encosta sobranceira ao rio e de fácil acesso ao castelo. Foge um pouco à regra o convento de S. Francisco (1222), em monte isolado no extremo Sudoeste da povoação, em local estratégico, eventual reduto que o castelo próximo reforçava. No entanto não está posta de lado a ocupação da várzea desde os primeiros tempos da nacionalidade, por nela se ter construído a igreja de Santa Maria da Várzea pelos anos de 1245, por ordem de D. Sancho (Costa, 1929; 502).

2.2 - FORMA DE CRESCIMENTO

Três zonas diferenciadas compõem o aglomerado: a Vila Alta, em torno do castelo; a Baixa, no sopé da colina e o bairro da Triana, na margem oposta do rio de Alenquer. A Vila Alta teria dado origem à povoação, como normalmente acontece nos sítios de importância estratégica.

2.3 - TIPO DE MALHA

Irregular, com os maiores desenvolvimentos a procurarem ajustar-se às curvas de nível, unindo-se por frequentes travessas em "escadinhas". No bairro da margem esquerda do rio, várzea mais aberta e plana, o traçado é mais regular, sem obedecer a geometria rigorosa.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Em aterro a meia encosta, em local de fácil acesso da Vila Alta.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plano artificial, obtido por muros de suporte e aterro do lado do vale, em desaterro parcial do lado mais alto do monte.

3.3 - DIMENSÕES

52,5 x 36 metros = 1890 m²

3.4 - FORMA

Trapézio irregular, resultante da conjugação dos acessos com o aterro construído. Verticalmente tem importância o varandim miradouro que limita a praça; no envolvimento construído são os edifícios de R/c + 1 piso a predominarem.

3.5 - EXPOSIÇÃO

A praça abre-se a Sudoeste. A igreja do Espírito Santo (séc. XVII-XVIII) adaptou-se à rua que limita a praça por Nor-Noroeste, tal como o edifício da Câmara, cuja fachada está virada para Sudoeste.

3.6 - PAVIMENTO

Calçada regular de paralelepípedos de granito.

3.7 - VEGETAÇÃO

Frente à Câmara, foi construído o Jardim (1894), que ocupa grande parte da antiga praça. O jardim contém "araucárias" de grande porte, choupos e arbustos variados, em composição

simétrica. Existe uma palmeira isolada num extremo da praça.

3.8 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Impõe-se a arquitectura neoclássica do edifício da Câmara, construído em 1887 no mesmo local da antiga Câmara e cadeia. A restante arquitectura fica subordinada à imponente fachada camarária, pelo que a praça adquire razão aparente em função desta, apesar do discreto alçado lateral da igreja da Misericórdia, limite edificado por Noroeste.

3.9 - ELEMENTOS ISOLADOS

Busto de Jaime Augusto Ferreira, ao centro do jardim.

3.10 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A Praça Luis de Camões tem uma procura funcional por duas razões principais: o acesso aos serviços camarários e a outros serviços que o edifício da Câmara alberga e as visitas pela simples atracção lúdica do local. O jardim de árvores frondosas conjugado com o miradouro a dominar uma vasta zona do vale são fortes atractivos. Em muito menor grau de importância atractiva está a igreja da Misericórdia, que só abre esporadicamente ao culto.

3.11 - PERCEPÇÃO

Três elementos principais solicitam prioritariamente a atenção: a ampla balaustrada-miradouro, a placa central da praça com frondosas árvores de sombra e o edifício da Câmara Municipal. A Norte da praça é perfeitamente percebida a igreja da Misericórdia integrada no quarteirão limitante, mas impondo-se pouco, servindo mais de aconpanhamento à definição espacial juntamente com os outros edifícios secundários. As características de implantação da praça assemelham-se um tanto, em termos perceptivos, às praças portuárias, onde a abertura à paisagem é um dos elementos mais importantes para a caracterização. É evidente que o jardim a ocupar a maior parte do interior da praça altera-lhe as potencialidades de espaço de reunião; mas nesta situação fisiográfica não há dúvida que é um elemento importante de apelo à estadia.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Tendo começado em locais altos da encosta, em relação com o castelo, com o convento e outras igrejas, a vila foi-se estendendo encosta abaixo, procurando terrenos menos declivosos e com mais fáceis ligações aos caminhos e ao rio. Na Baixa instalaram-se as actividades de maior intensidade económica, promovendo-se aí um centro alternativo ao centro da Alta, mais dedicado à instalação de serviços administrativos e religiosos. A pouca atracção funcional da Praça Luis de Camões é compensada pela sua invulgar localização que a torna num local de fruição da paisagem.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Praça planeada urbanísticamente com Casa da Câmara ou outros serviços públicos



Fig. 1- O jardim da praça torna-se o local de estadia para os excursionistas de domingo.

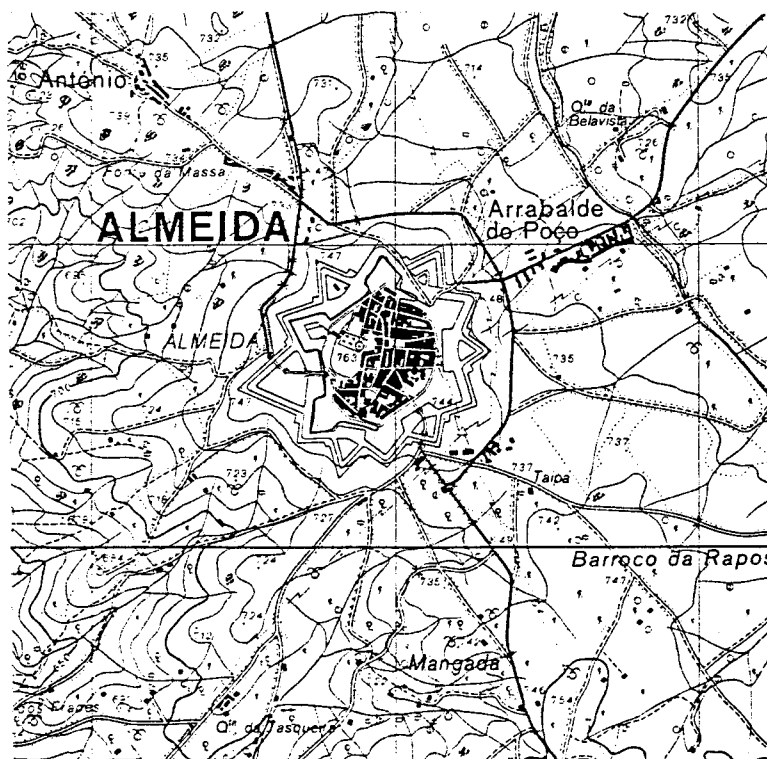


Fig. 1 - Lado Sudoeste da praça; ao fundo a encosta e convento de S. Francisco.

Fig. 2 - Edifício da Câmara e jardim fronteiro. Em primeiro plano a balaustrada do muro de suporte separador da rua com a praça.

ALMEIDA

Escala 1:25000



1 - SÍTIO

Situação planáltica, a cerca de 2 Km do rio Côa e uma altitude de 750 metros. Declives bastante suaves na povoação e envolvência próxima. Fica a 14 Km da fronteira com Espanha, daí a importância militar que teve.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Provavelmente resultou da transferência duma povoação mais antiga, romana ou muçulmana, para este local durante a 1ª dinastia, havendo certeza da intervenção de D. Dinis nas obras do castelo. Faz parte do sistema de castelos fronteiriços de Riba-Côa, constituídos por Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Castelo Bom e Castelo Melhor, etc... Mas, ao contrário de todos os outros localiza-se em local planáltico, devendo-se a importância militar às muralhas e castelo.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A actual estrutura urbana de Almeida não deixa perceber claramente a forma primitiva. No entanto, atendendo às características predominantes das praças fortes fronteiriças da 1ª dinastia, e sabendo-se que a actual Rua do Touro foi uma primeira rua direita, a ao traçado da actual Rua dos Combatentes Mortos pela Pátria, provavelmente coincidente com o 1º limite urbano, é de admitir que não fugisse ao modelo frequente. A 2ª fase de crescimento ter-se-á dado para Este, de solos mais planos, provavelmente através de uma porta adjacente a um rossio, onde foi constituído o Largo da Feira ou de S. João (actual praça 25 de Abril). Aí existiu a igreja desse patrono.

2.3 - MALHA URBANA

Os declives suaves e as sucessivas reconstruções deram-lhe um traçado irregular, intermédio entre o ortogonal e radiocêntrico, ajustado à forma poligonal das muralhas seiscentistas.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça 25 de Abril tem uma localização sensivelmente central à povoação; talvez por uma questão de estratégia militar não tem acesso directo de nenhuma das portas das muralhas. Uma passagem de 14 metros de comprimento liga-a àquela que desempenhou a função de última Rua Direita (actual rua dos Combatentes). No extremo Sul desta rua abre-se a Praça da Liberdade, onde se situa a Câmara Municipal, o Tribunal e edifícios de habitação. Há, portanto, uma bipolarização entre a praça do poder local e a praça constituída para local da feira.

3.2 - TOPOGRAFIA

Declive suave de aproximadamente 4%.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento	57,5 metros
Largura	32 metros
Área	1840 m ²

3.4 - FORMA

Rectangular com algumas irregularidades.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$32 / 6 = 5,3$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A maior dimensão tem o sentido Este-Oeste, orientação possivelmente motivada pela antiga igreja que existiu nesta praça. A única casa solarenga presente está exposta a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada irregular de granito com fiadas de lajedo a marcar o local da feira ou mercado.

3.8 - VEGETAÇÃO

Apenas um ulmeiro, *Ulmus glabra*, surge agora isolado na praça e que, provavelmente, estaria ao lado da desaparecida igreja de S. João.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Predomina a casa de habitação e de comércio com dois pisos e de características bastante modestas; apenas uma casa solarenga, localizada a meio do lado Norte da praça, apresenta um elaborado trabalho de silharia e da serralharia de varandas, o que dá uma nota diferente no modesto envolvimento arquitectónico.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Para além do ulmeiro referido existe um par de bombas de abastecimento de combustível que nada contribuem para o embelezamento da praça.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A vocação comercial da praça, como lugar de feira que sempre tem sido, está patente nos comércios de uso diário que predominam e que alternam com serviços diversos de uso ocasional. Em contrapartida as outras praças existentes restringem-se a albergar serviços públicos, como a Câmara e Tribunal, ou o Hospital, G.N.R., etc.

3.12 - PERCEPÇÃO

Na malha urbana apertada da vila esta praça surge como um espaço desafogado que uma arquitectura envolvente modesta, de pouca altura e expressão torna mais aberto. O maior impacto perceptivo advem da dimensão do espaço, profundamente contrastante com o tecido envolvente. O frondoso ulmeiro quebra um pouco a aridez desta praça quando é vista

em dia que não tem mercado ou feira. Porque nesses dias é a vivência da praça que se sobrepõe a tudo e funciona como autêntico centro cívico onde o povo naturalmente acede. Bem significativa foi a contestação popular de Setembro de 1991, quando a Câmara empreendeu obras de renovação e embelezamento da praça, entendidas, por falta de esclarecimento, como medidas limitativas do uso tradicional e de restrição aos privilégios adquiridos.

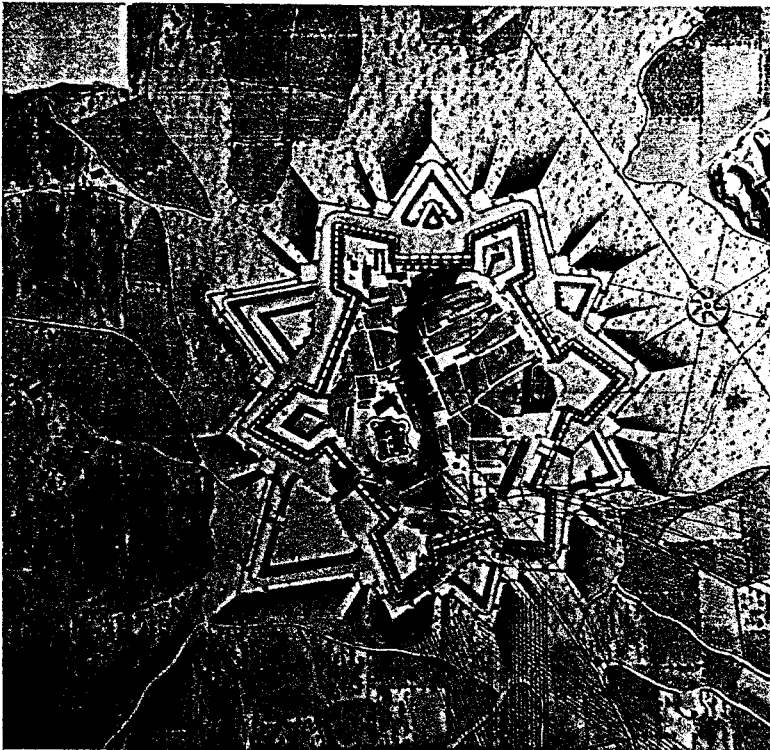
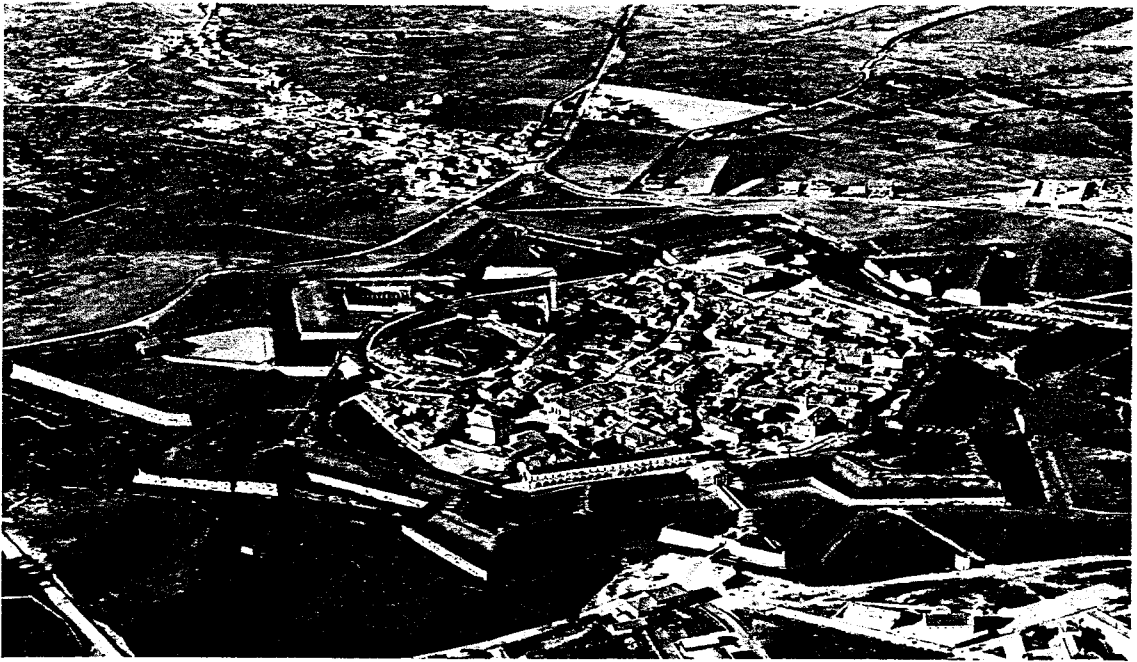
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Sendo uma povoação fechada por uma poderosa estrutura defensiva, apresenta uma organização que poderá definir-se muito mais como de uma regular ortogonalidade do que qualquer incipiente traçado radiocêntrico. Daí que sejamos inclinados a integrar este conjunto urbano no modelo das povoações fronteiriças com características defensivas, em que frequentemente ocorre esta semi-regularidade de traçado. Outro aspecto interessante está no facto de se apresentarem várias praças e largos, mas cremos que resultaram muito mais de alterações ocorridas a partir do século XVIII do que de outro traçado mais vetusto.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado, com igreja secundária.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Fotografia aérea panorâmica de Almeida.

Fig. 2 - Planta militar (Arquivo Histórico Militar).



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Perspectiva da praça para o lado Este.

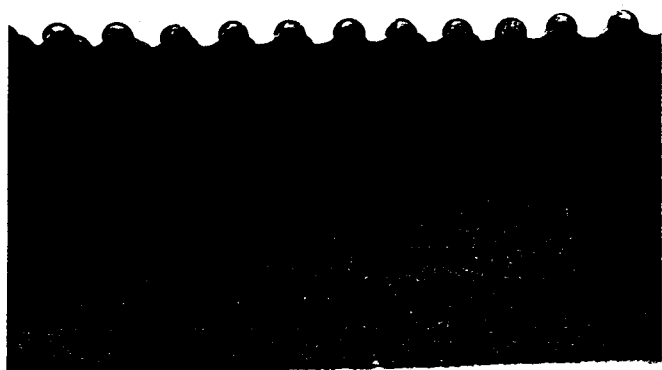
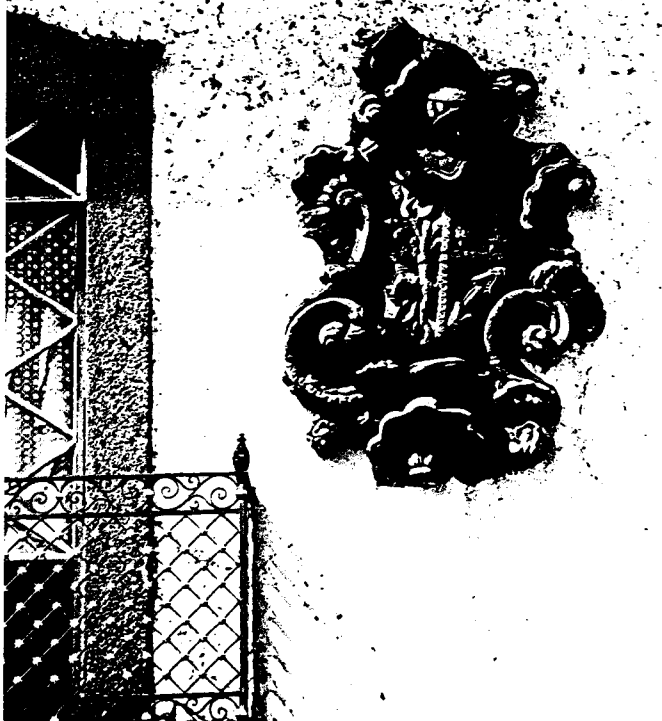
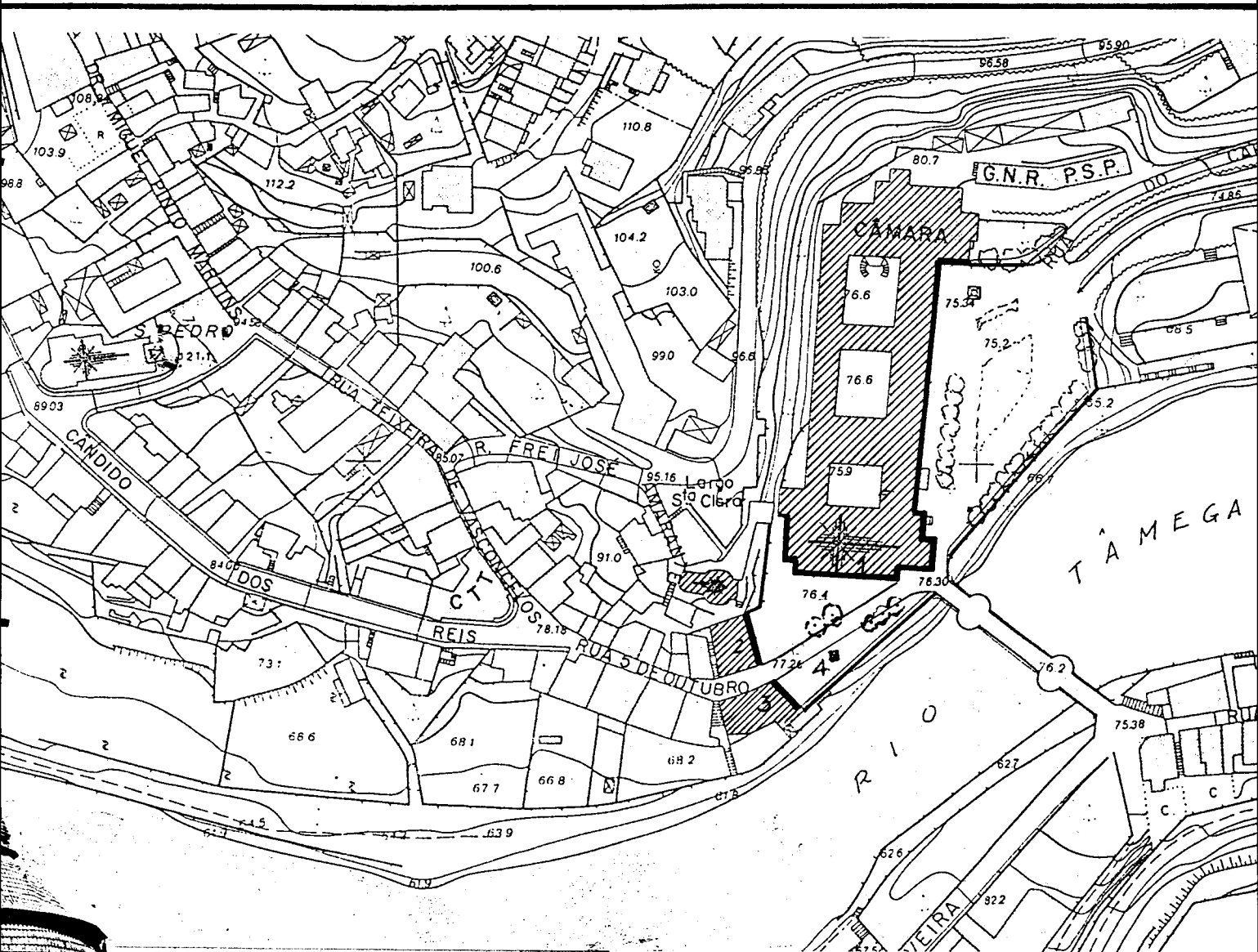


Fig. 2 - Pormenor da casa solarenga existente na praça.



PRAÇA DA REPÚBLICA



1
2

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DA REPÚBLICA

- 1 - Igreja de S. Gonçalo
- 2 - R/c (bar-restaurantes-esplanada)
+ 2 (habitação)
- 3 - R/c (tabacaria-papelaria)
+ 1 (advogado) + 3 (hab.)
- 4 - Quiosque

Fig. 1 - Planta à escala 1:2000.

Fig. 2 - Perspectiva sobre o lado Este da praça mostrando a ligação à ponte sobre o rio Tâmega.

1 - SÍTIO

Vale do rio Tâmega, afluente do Douro que, embora não tanto como ele, apresenta um vale com pendentes acentuados. O sítio é valorizado pelas estradas regionais que vindas de Trás-os-Montes e do Sul, via Lamego, atravessam aqui o rio Tâmega, dirigindo-se depois para o Porto ou para Braga. A urbe começou por localizar-se na margem direita do Tâmega, estendendo-se posteriormente à margem esquerda.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

As referências arcaicas mencionam uma ponte romana, da época de Trajano, e uma reconstrução por S. Gonçalo, em 1220. A ponte do frade beneditino durou cinco séculos, ruindo em 1763. A ponte actual data de 1788.

O convento foi fundado em 1540, por D. João III. O importante local de atravessamento do rio, mais tarde complementado com os conventos, promoveram o desenvolvimento da povoação: *"...Amarante só ganhará alguma consciência urbanística quando a malha urbana se começa a desenhar com os espaços conventuais de Santa Clara e S. Gonçalo, em expansão, desde o século XVI, com suas cercas disciplinadoras de caminhos vicinais..."* (Bernardo Marques, 1990; 9).

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A povoação foi crescendo ao longo da estrada, a partir da ponte, subindo a encosta da margem direita, estendendo-se depois à margem esquerda do Tâmega.

2.3 - MALHA URBANA

Irregular, por adaptação à topografia, de acentuados declives.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Logo ao desembocar da ponte, no sentido de Sul para Norte,

encontra-se o convento de S. Gonçalo, com o seu Largo a Oeste e o Rossio a Este, adjacentes ao convento. Ambos constituem espaços sobranceiros ao rio, beneficiando duma paisagem de extraordinária qualidade.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana, por nivelamentos conseguidos com muros de suporte sobranceiros ao rio.

3.3 - DIMENSÕES

A forma é decomponível em duas figuras geométricas:

Triângulo - $58 \times 28 / 2$ metros = 812 m^2

Trapézio - $(40 + 20 / 2) \times 20$ metros = 600 m^2

Área total = 1412 m^2

Maior dimensão 60 metros

3.4 - FORMA

Irregular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

De $60 / 12 = 5$ a $12 / 12 = 1$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Sudeste.

3.7 - PAVIMENTO

Empedrado com paralelepípedos.

3.8 - VEGETAÇÃO

É composta por cinco freixos *Fraxinus angustifolia*, dispostos em duas fiadas paralelas bordejando a rua.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

O convento com o seu majestoso pórtico renascentista e "varanda dos reis", impõe-se a tudo o mais, apesar do edifício de comércio e habitação, a Oeste, atingir quase a mesma cêrcea. São as suas qualidades formais que o evidenciam. O restante envolvimento é composto por uma alta muralha que por uma rampa adossada permite acesso à igreja e convento de Santa Clara, sobranceira à praça. Os restantes edifícios, de habitação e comércio têm modesta expressão arquitectónica.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Quiosque.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Bastante vitalidade, graças ao atravessamento obrigatório e a funções comerciais e de serviços existentes, tais como o restaurante-bar com esplanada, tabacaria e papelaria, escritórios de advogados, quiosque e habitações proporcionam. As visitas à igreja e convento (actual museu) é outro factor atractivo.

3.12 - PERCEPÇÃO

Aqui, como noutras situações análogas de praças-miradouros, a paisagem tem muita importância. O espaço é francamente extrovertido mas, a importância monumental e simbólica do convento oferece um poderoso contraponto.

Os elementos secundários serão a muralha de Santa Clara e a arquitectura doméstica. Cabe ainda pôr em destaque a verdejante paisagem das margens do Tâmega e o próprio rio extremamente aprazível observáveis da praça.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Amarante compõe-se de uma "rua que vai subindo sempre..." a que se ligam a igreja da Misericórdia, a antiga Casa da Câmara. No mais alto da vila está o Campo da Feira" (cf. Américo Costa, 1930; 263). Significam estas referências que esta praça não foi criada por uma necessidade das instituições ou do comércio, mas pelo uso a que a ponte obrigou beneficiando da situação o convento de S. Gonçalo, o qual veio a reforçar o uso. Cabe ainda referir que este trajecto faz parte das peregrinações a Santiago de Compostela, usado pelos caminantes que vindo de Lamego se dirigiam a Braga e daí a Espanha.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Praça, ou praças, derivada da proximidade de ponte, ligada a via importante, e de terreiro conventual.

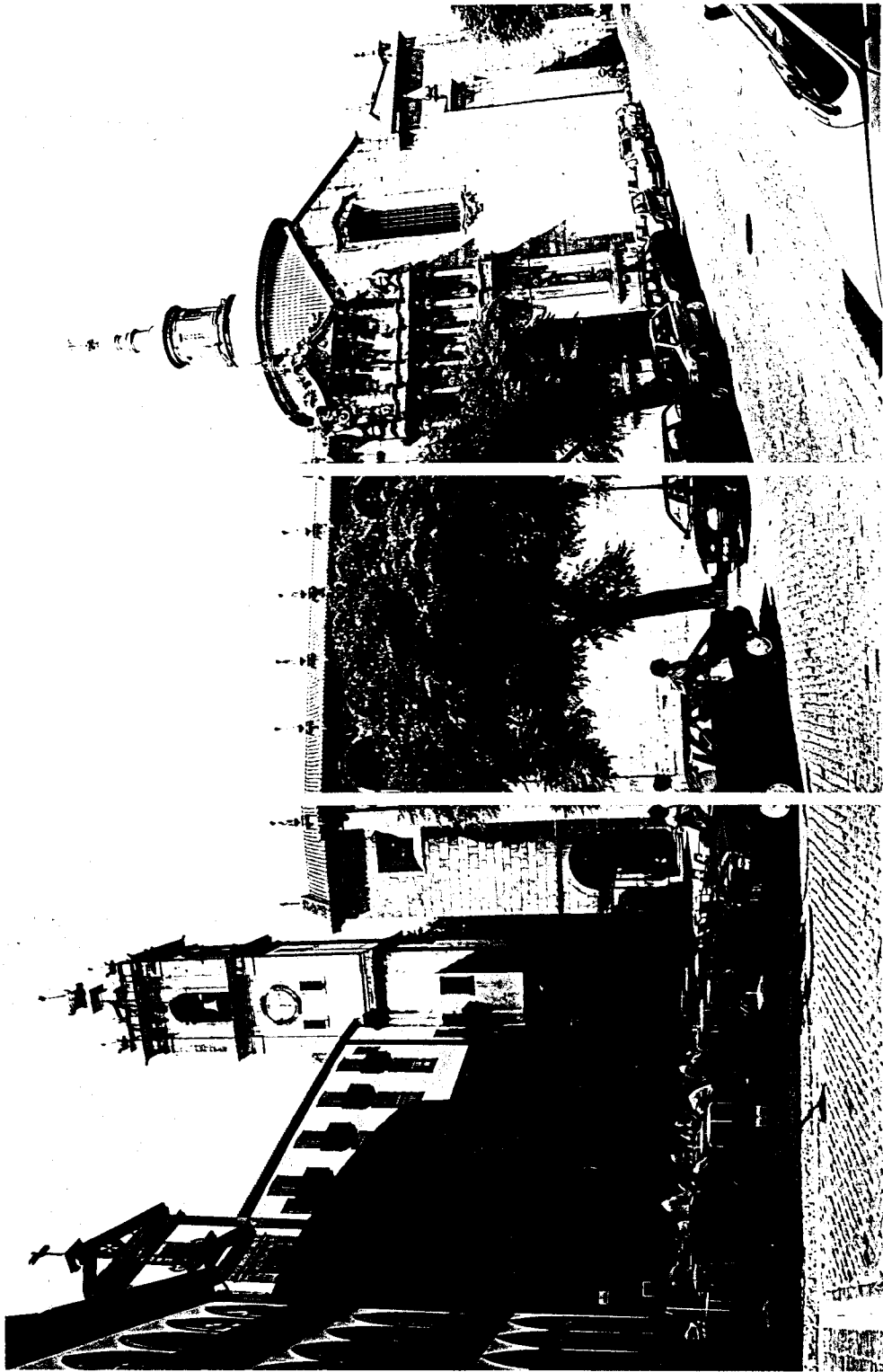


Fig. 1 - Panorâmica do lado Norte da Praça da República.



Fig. 1 - O belo portal renascentista do alçado lateral da igreja de S. Gonçalo que limita a praça do lado Norte.

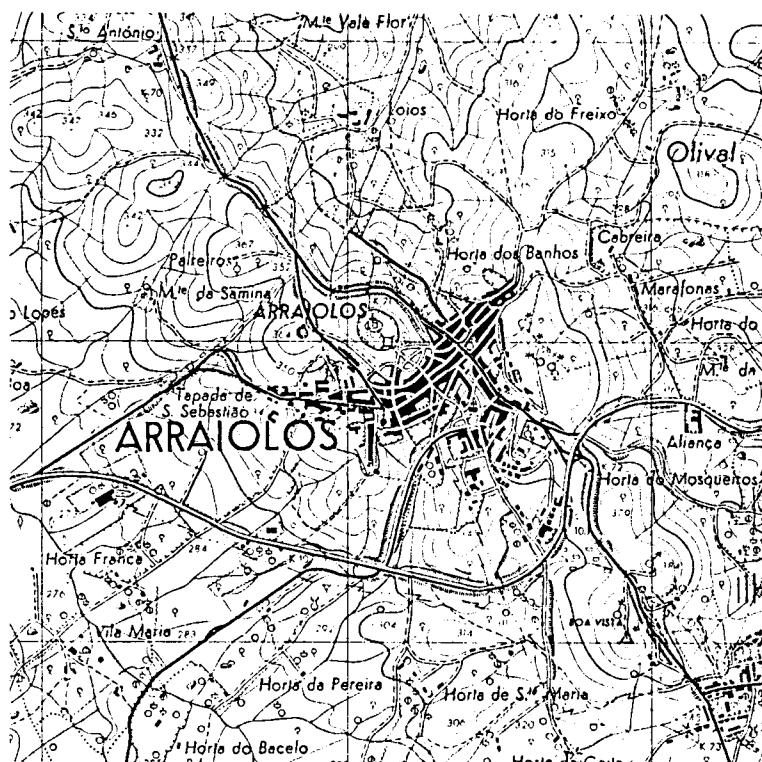
Fig. 2 - Esboço perspectivo observado da margem oposta à Praça da República.

1
—
2



ARRAIOLOS

Escala 1:25 000



1 - SÍTIO

As primeiras referências indicam uma *herdade* doada ao Bispo de Évora, que nela não chegou a construir castelo, como lhe fora concedido. Já no século XIV, "É o castelo situado ao norte da vila actual, num monte de figura cónica, elevado sobre todos os vizinhos (...) É um dos mais elevados pontos de toda a província e descobre a cidade de Évora, as vilas de Monsaraz, Redondo, Évora-monte, Vimieiro, Estremoz, Alter do Chão, Cabeço de Vide, Fronteira, Aviz, Galveios, Pavia, Águis, Lavre e Montemor-o-Novo" (Rivara, 1983; 26). Esta descrição dá-nos ideia da importância estratégica do sítio na planície alentejana.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A população já existia no século XII; fazendo parte do vasto número de castelos alentejanos fundados por D. Dinis, Arraiolos tem nele a sua razão de ser. Porém, desde fins do século XVI, princípio de XVII que a população preferiu trocar o cabeço do castelo pela encosta mais soalheira e de declives suaves, de acessos mais fáceis (cf. op. cit.; 34).

declives suaves, de acessos mais fáceis (cf. op. cit.; 34).

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Numa primeira fase cresceu pela encosta exposta a sul, para depois se espriar para Nordeste e Sudoeste, por declives suaves dos colos de outeiros vizinhos.

2.3 - MALHA URBANA

Não aparenta dependência das estradas regionais que percorrendo o território nos sentidos Este-Oeste e Norte-Sul aqui se encontram. O traçado aparenta uma maior relação com a topografia, com as ruas de maior desenvolvimento e menores declives, deixando para as travessas os maiores pendentos.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A praça principal procurou conjugar a topografia de uma zona quase plana com a ligação às estradas regionais, processo típico da "praça de mercado".

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

92 x 20 m = 1840 m² (dimensões médias)

3.4 - FORMA

Rectangulo muito alongado; apenas o lado voltado a Sudeste (o privilegiado) segue um alinhamento quase perfeito.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$20 / 6 = 3,3$ (adoptou-se a altura de dois pisos, como predominante, e a largura média)

3.6 - EXPOSIÇÃO

Os edifícios mais prestigiados estão virados a Sudeste. Recentemente foram descobertas colunas e arcos de fachada quinhentista ou seiscentista também com esta orientação.

3.7 - PAVIMENTO

Betonilha asfáltica sobre a calçada de pedra existente, a qual continuou aparente junto aos edifícios.

3.8 - VEGETAÇÃO

Já fora da praça mas constituindo como que um seu prolongamento, na rua da Amoreira, existe um breve alinhamento de *sóforas*.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A arquitectura envolvente desta praça é hoje predominantemente de expressão oitocentista urbana, chã, simples como é a arquitectura popular alentejana. Os edifícios, quase todos de rés-do-chão e primeiro andar, de paramentos obrigatoriamente brancos, são encimados por varandas de sacada e por listas de cores azuis ou ocres emoldurando os vãos ou marcando os cunhais, rodapés e cornijas. Esta arquitectura de grande economia de meios e de expressão nem sempre terá dado a tónica a esta praça, porque alguns exemplos presentes como o portal manuelino do edifício onde se encontra instalada a G. N. R.; outro edifício, sensivelmente a meio do lado Noroeste da praça, onde recentemente obras de remodelação tornaram aparentes elaborados arcos de pedra, tanto no rés-do-chão como no piso elevado.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No extremo Nordeste da praça localiza-se o pelourinho, de 1634 que constitui uma bela peça em mármore de Estremoz.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A Câmara Municipal com os serviços que lhe estão adstritos constitui actualmente o elemento forte do uso da praça, que se complementa com outros serviços como o notário, conservatória e registo predial, GNR e bancos.

Os estabelecimentos de consumo diário são reduzidos, apenas um bar-restaurante. Isto não significa que a praça não seja um local de reunião habitual, costume herdado do mercado e de toda uma estrutura urbana que a mantém com suficiente centralidade.

3.12 - PERCEPÇÃO

O aspecto que mais nos parece particularizar esta praça são as suas dimensões: as medidas médias de 92 metros de comprimento por uma largura de 20 metros que chega mesmo a estreitar para 15 metros e 10 metros em espaço contínuo e por isto ela surge-nos mais como uma rua larga do que um espaço nítidamente afirmado de praça. Numa observação mais atenta percebemos que existe uma boa unidade de todo o espaço e que as ruas que desembocam na praça têm dimensões ainda mais reduzidas do que as existentes na praça, o que contribui para enfatizá-la como tal.

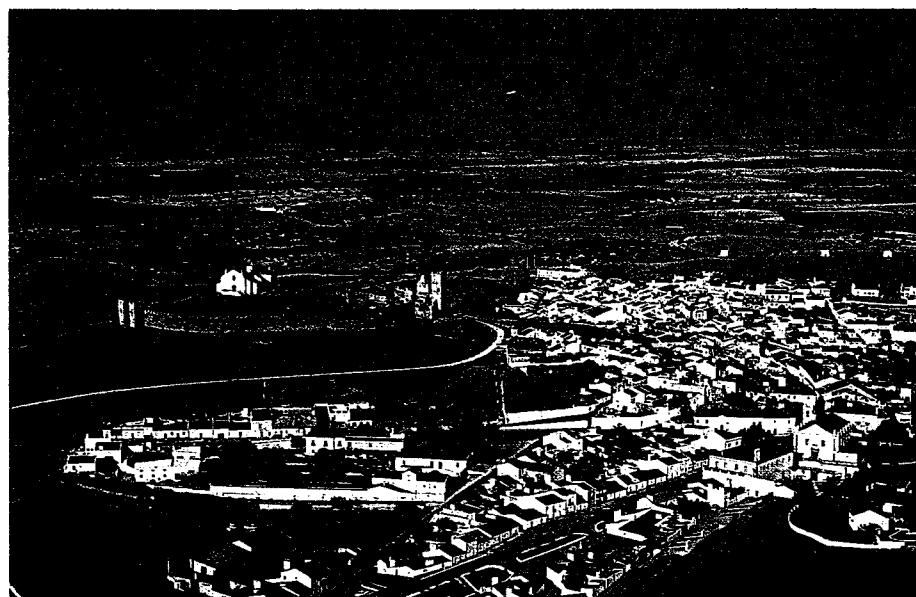
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A organização urbana optou por uma deslocação do alto do monte do castelo, onde o povoado se iniciou, para o sopé onde se instalou toda a organização cívica, como o mercado e comércios, os serviços autárquicos e demais serviços. Outros espaços constituídos não lhe tiraram o estatuto de lugar central da vila.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado com Casa da Câmara.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Fotografia aérea vertical de Arraiolos.

Fig. 2 - Panorâmica aérea mostrando a relação do Noroeste do castelo com a povoação.



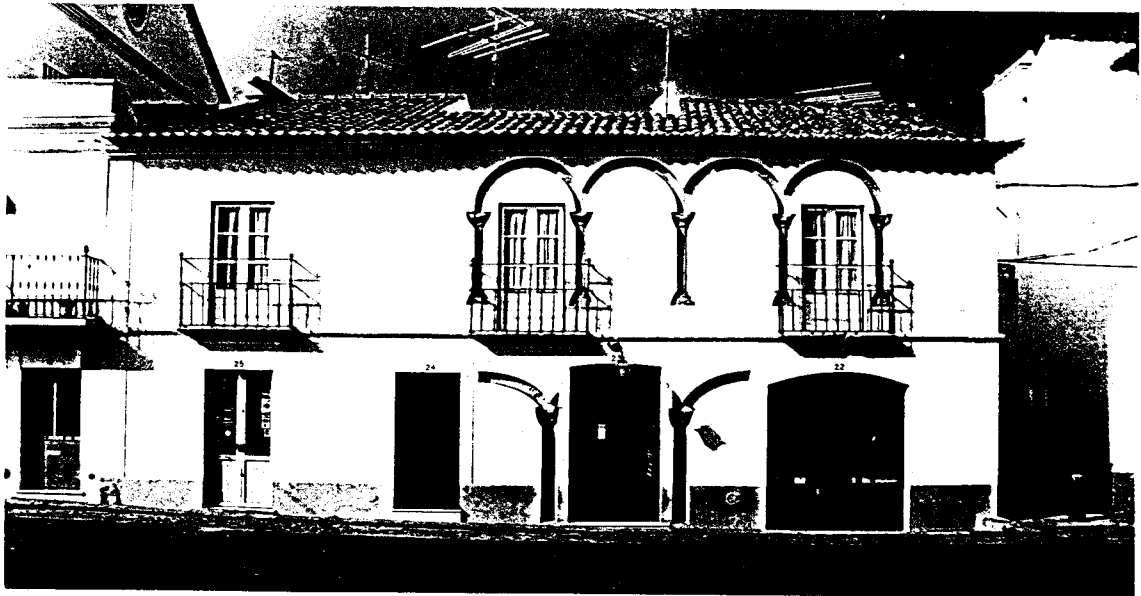
1

2



Fig. 1 - A praça vista para o lado Nordeste. No início, à esquerda, a C. M. A..

Fig. 2 - A praça vista para Sudoeste.



$\frac{1}{2}$

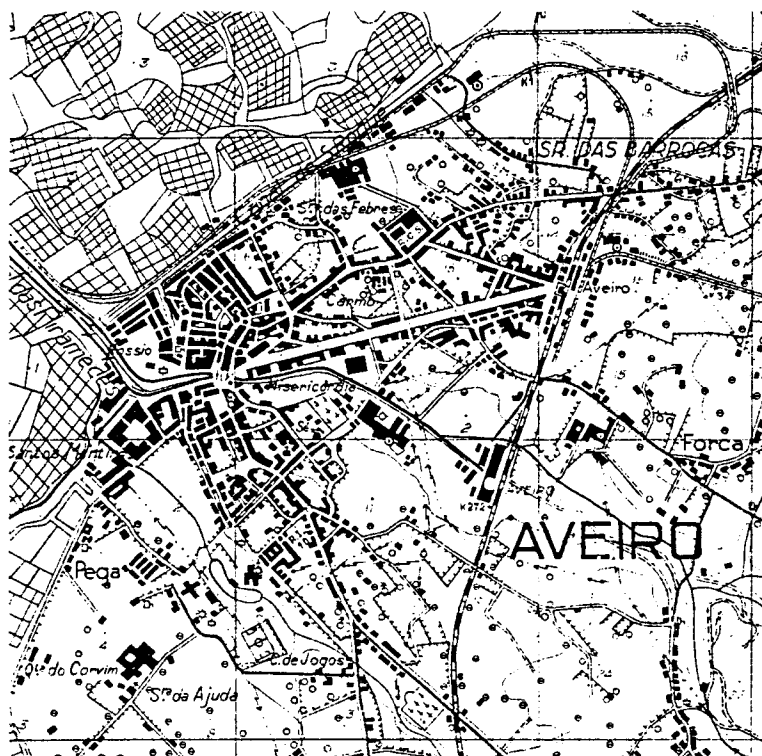
DOIS EXEMPLOS DE ARQUITECTURAS ANTERIORES DA PRAÇA

Fig. 1 - Edifício recentemente recuperado pós à vista antigos arcos numa arquitectura mais elaborada que a actual.

Fig. 2 - O pelourinho e o portal gótico atestam a "nobreza" do lugar.

AVEIRO

Escaia 1:25000



Relação com a cidade da Praça do Município



RELAÇÃO DA PRIMITIVA URBE MURALHADA COM A MALHA ENVOLVENTE

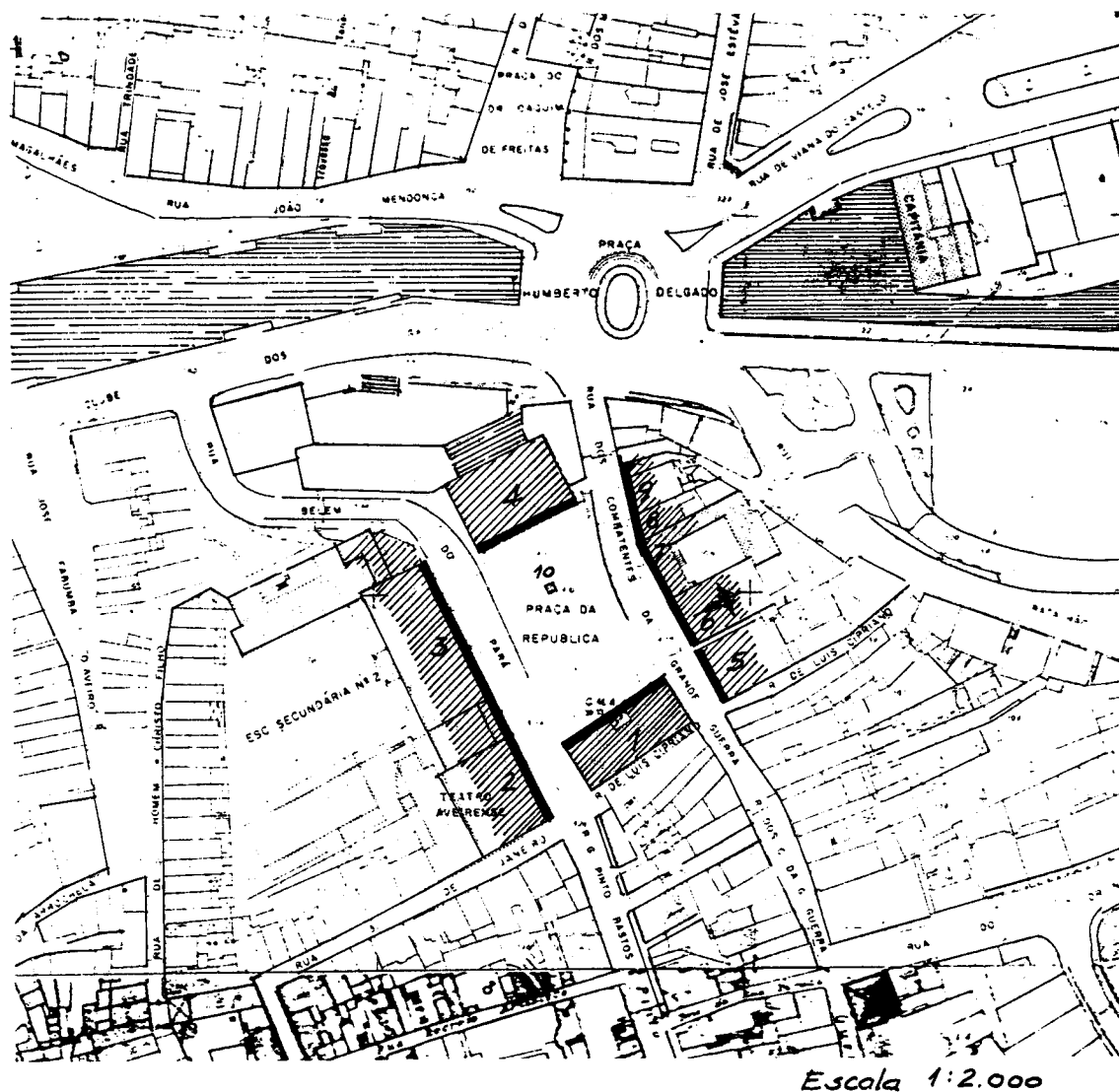
1 - Antigo adro da igreja de S. Miguel (demolida), actual Praça da República

2 - Terreiro

3 - Muralha

(adaptado de Nogueira Gonçalves, 1959; 148)

PRAÇA DA REPÚBLICA



OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DO MUNICÍPIO

- 1 - R/c + 2 (Câmara Municipal)
- 2 - R/c + 1 (teatro/cinema)
- 3 - R/c + 1 (escola secundária)
- 4 - R/c + 2 (serviços: Turismo, Finanças, biblioteca)
- 5 - R/c + 2 (galeria da C.M. e serviços camarários)
- 6 - Igreja da Misericórdia
- 7 - R/c (pronto a vestir; serviços da Misericórdia + 1 (Misericórdia)
- 8 - R/c (ourivesaria) + 2 (advogados)
- 9 - R/c (farmácia) + 2 (habitação)
- 10- Estátua a José Estevão Coelho de Magalhães, 1889

1 - SÍTIO

É uma das raras cidades portuguesas litorais com uma topografia quase plana, daí que o mar tivesse formado rias e esteios, mais tarde transformados em canais que penetram terra adentro.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Desde a Alta Idade Média que se conhecem referências à intensa salicultura, e terá sido esta actividade fundamental que motivou as sucessivas doações aos familiares da monarquia portuguesa, desde 1187. A povoação começou por localizar-se próximo ao canal central e ligeiramente sobre a ele, em outeiro existente.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

No século XIII foi promovida à categoria de vila, desenvolvendo-se o reduzido povoado à volta da igreja matriz de S. Miguel, que existia na actual Praça da República e que foi demolida em 1835 (Rebelo, s/d; 23). O infante D. Pedro, donatário da vila, dotou-a de muralhas, construídas entre 1418-1422 (Inventário artístico de Portugal; 102).

No século XVII ocorreram as grandes fundações monásticas que vão constituir importantes polos geradores da malha urbana, que se estendem para a outra margem do canal central.

2.3 - MALHA URBANA

Sendo irregular não deixa de oferecer reminiscências geométricas e de se estruturar de acordo com modelos tradicionais: a partir da Porta da Ribeira, fronteira ao canal, desenvolve-se a rua da Costeira, prolongada pela rua Direita que liga à Porta da Vila, oposta à primeira. Este eixo é adjacente ao largo da igreja de S. Miguel e da Câmara. Outras ruas secundárias, a da Corredoura, a das Beatas e a do Caneiro, ligadas entre si por travessas, completam a malha. Se a muralha quatrocentista impõe um limite, condicionando a forma perimetral, não há dúvida que as instituições monásticas e clericais foram importantes elementos estruturadores da malha, relacionando-se com elas os espaços mais amplos que existiam intramuros e que perduraram até à actualidade.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Não sendo uma cidade portuária, é bastante interessante notar que a praça principal é excêntrica, no sentido duma maior aproximação ao canal. Surgem outros espaços complementares e também importantes: o Largo do Terreiro, intramuros, e o Rossio com outros largos localizados extramuros, já do outro lado do canal e referentes à segunda fase de crescimento urbano.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plano artificial obtido por aterro, havendo um desencontro entre a praça e as ruas laterais e inclinadas.

3.3 - DIMENSÃO

Como tantas outras praças a actual não tem uma medida original, porque resulta da demolição do edifício gerador - a igreja de S. Miguel, constituindo um espaço quase quadrado, ligeiramente irregular:

$$54 \times 52 \text{ m} = 2808 \text{ m}^2$$

A praça primitiva tinha aproximadamente $42 \times 52 \text{ m} = 2184 \text{ m}^2$ (Gaspar; 206)

3.4 - FORMA

Quadrangular, irregular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$54 / 12 = 4,5 \quad \text{e} \quad 52 / 8,5 = 6,1$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Em relação ao eixo Norte-Sul o espaço roda para Nor-No-
roeste, daí que a igreja de S. Miguel tivesse a melhor

roeste, daí que a igreja de S. Miguel tivesse a melhor exposição.

3.7 - PAVIMENTO

O actual tabuleiro da praça em cuidada calçada de calcáreo branco e cinzento escuro é obra dos anos sessenta, da mesma altura em que foi construído o edifício moderno dos serviços de turismo e outros.

3.8 - VEGETAÇÃO

Floreiras integrando o pavimento da praça e floreiras amovíveis constituem a única vegetação.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Coexistem variados estilos referentes às respectivas épocas de construção: a igreja da Misericórdia com o seu portal maneirista e restante fachada azulejada em 1867; a Câmara Municipal em estilo joanino de 1797; a Escola Secundária de fachada neoclássica do século XIX; o Teatro Aveirense, dos anos trinta; edifícios de habitação e comércio do princípio do século; edifício dos serviços de Turismo e Finanças que representa a influência da arquitectura internacional dos anos cinquenta, com o rés-do-chão de pilares e vidro, permitindo o prolongamento visual da praça.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Centralizada na praça uma estátua dedicada a José Estevão Coelho de Magalhães, de 1889.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A plurifuncionalidade contribui para a vivência da praça, porém, no vasto tabuleiro não ocorrem reuniões e as estadias são raras e só no verão. A isto não será alheio o desnivelamento entre as ruas e o tabuleiro, causando barreiras físicas desmotivadoras. Por outro lado o tabuleiro serve apenas serviços, que em nada apelam à estadia.

3.12 - PERCEPÇÃO

O edifício da Câmara com a sua torre do relógio central, tende a impor-se ao espaço. Mas a diversidade de volumes e expressões arquiteturais causam a dispersão da atenção. O edifício do Turismo e Finanças é um contraponto ao edifício da Câmara. Há ainda o tabuleiro, vasto, plataforma isolada das ruas laterais, bem marcado pelo desenho do pavimento. Pelo tipo de relações espaciais a praça funciona sobretudo como átrio dos dois grandes edifícios adjacentes - Câmara e Turismo, sendo as fachadas laterais secundarizadas em termos perceptivos. A diversidade formal e uma ausência de apelo à estadia. Os muros de suporte laterais, à altura de bancos do lado do tabuleiro proporcionam assentos de costas voltadas para a circulação e desnível, o que não é confortável.

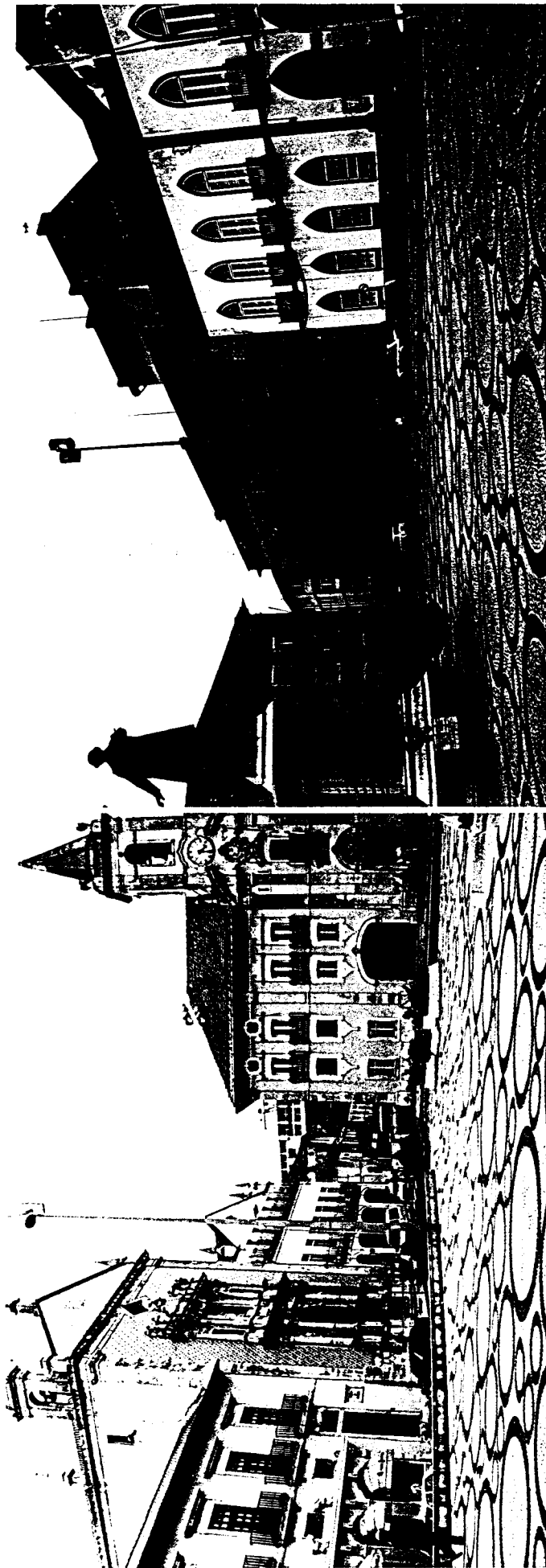
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Sendo uma praça sobranceira ao canal, o edifício de Turismo e Finanças apesar da sua transparência ao nível do rés-do-chão, impediu que toda a praça se abrisse para a paisagem e constituísse num extraordinário espaço de abertura à cidade, não se aproveitando da melhor maneira das demolições do edifício pré-existente. A praça articula-se mal com todo o espaço envolvente.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada de adro frontal ampliado, juntando-se-lhe Casa da Câmara.



A Praça do Município vista para o lado Sul

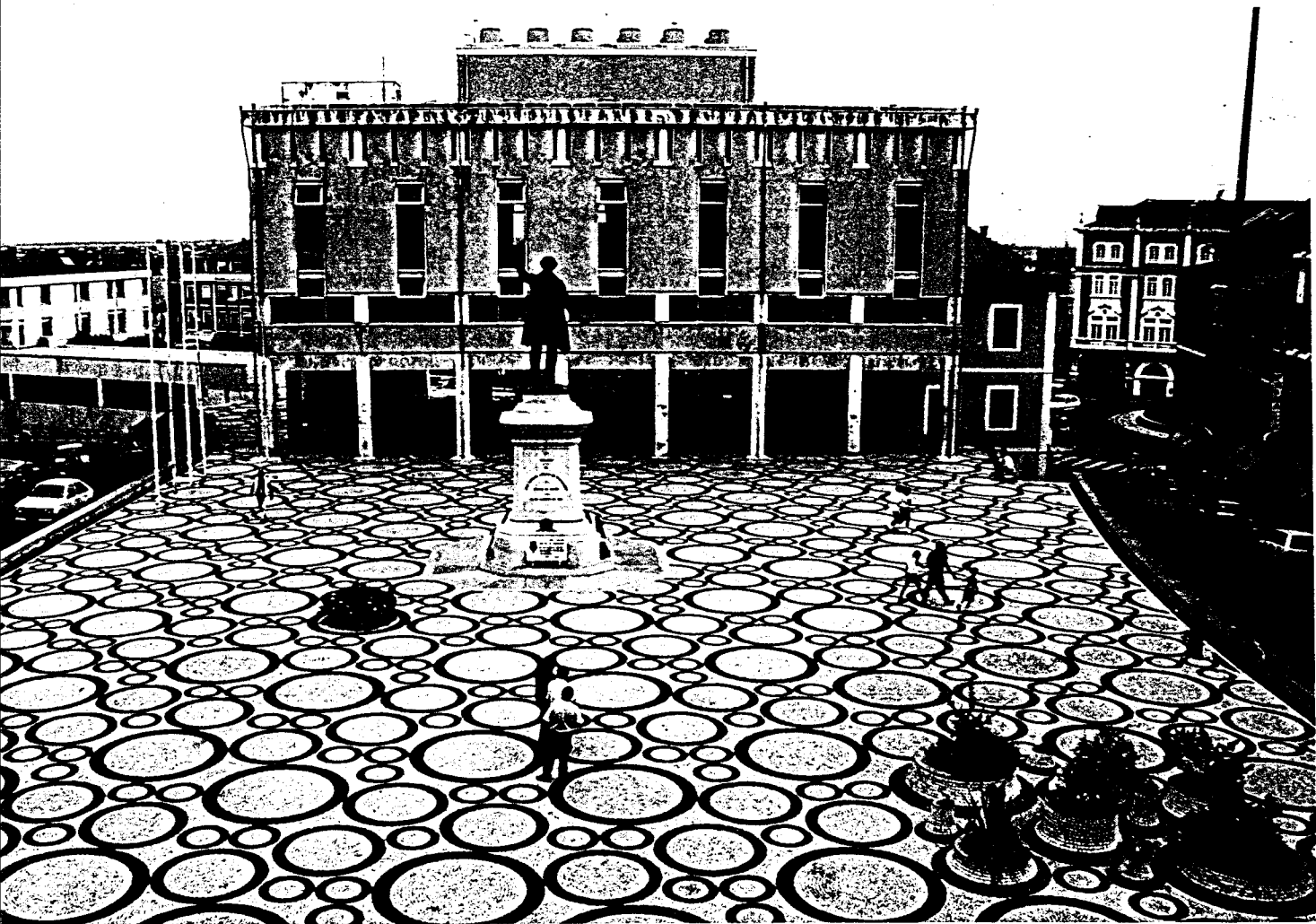


Fig. 1 - Vista da praça sobre o lado Norte.

Fig. 2 - A imagem põe em evidência o desnível existente entre as ruas perimetrais a Este e Oeste e o tabuleiro da praça.

1
2



D. Pedro Afonso, irmão bastardo do rei. Em 1211 Afonso II tomou esta terra aos mouros e doou-a a Fernando Eanes, mestre dos Freires de Évora, sob condição de construir um castelo e povoar a região. A história de Aviz confunde-se com a história da Ordem religiosa-militar aqui sediada (cf. Pinho Leal, 1873; I, 281). A vila começou com a construção do convento e dele ficou dependente por vários séculos.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A partir do convento, que funcionou também como castelo, desenvolveu-se a povoação para Oeste, resultando um perímetro de muralha ovalado. O convento, tal como os castelos, fez o limite, a Este, onde a encosta que lhe fica a baixo tem declive mais acentuado. As ruas principais iriam das portas opostas ao convento.

2.3 - MALHA URBANA

É idêntica à de outras fundações medievais, sendo duma "irregularidade geométrica", que a topografia de declives pouco acentuados facilita. Os principais espaços públicos localizam-se: junto à igreja matriz, com o adro frontal com prolongamento lateral e alargamento das ruas lateral e posterior de acesso à igreja; frente ao convento está outro espaço amplo, que fica imediatamente dentro da porta das muralhas e se continua com o rossio no exterior da cerca e no seu acesso. Ou seja: os espaços constituídos intramuros associaram-se ao clero. A Casa da Câmara que se localizou lateralmente à igreja matriz remeteu-se para uma representação secundária (ver planta e foto).

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

No envolvimento da igreja matriz, consideramos a praça do pelourinho como mais representativa por nela estarem os poderes civis e eclesiásticos. Actualmente, com o desimpedimento do convento depois de 1911, transferiram-se para ele vários serviços, tais como a Câmara, serviços culturais, bombeiros, etc, adquirindo outro significado.

3.2 - TOPOGRAFIA

Pendente para Sul, o que levou à construção de uma plataforma (cais, conforme a designação popular) adjacente ao alçado lateral Sul da igreja matriz.

3.3 - DIMENSÕES

Dada a irregularidade formal foi calculada por decomposição em figuras geométricas com as seguintes dimensões (em metros):

$$\begin{array}{rcl} 33 \times 34 / 2 & = & 1150 \text{ m}^2 \\ 58 \times (13 + 22) / 2 & = & 1015 \text{ m}^2 \\ 70 \times 16 & = & 1120 \text{ m}^2 \\ 13 \times 23 & = & 299 \text{ m}^2 \end{array}$$

$$\text{Área total} = 3584 \text{ m}^2$$

O Terreiro do convento tem 2531 m², mas beneficiando do rossio que lhe fica imediato.

3.4 - FORMA

Irregular e articulada em espaços diferenciados mas contínuos, típicos de traçados medievais "espontâneos".

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

Grande variedade de relações, podendo variar entre 8,9 e 2,5.

3.6 - EXPOSIÇÃO

Predomina a exposição a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada irregular na plataforma e ruas; calçada irregular com desenhos geométricos, em passeios.

3.8 - VEGETAÇÃO

Laranjeiras no tabuleiro junto à igreja.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Domina a igreja, de estilo chão alentejano. O envolvimento e prolongamento espaciais é de edifícios de habitação ou habitação e comércio, com dois pisos e ornamentos singelos, onde a cor das molduras de vãos, rodopés, cimalthas e cunhais substituem a cantaria, com as suas notas de cor sobre o branco predominante das paredes.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

O pelourinho de 1589, em mármore de Estremoz com interessante representação iconográfica, relativa ao concelho, a que posteriormente lhe foi adossado um escudo joanino.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação funcional do que poderá ser considerado o centro da pacata vila alentejana é reduzida. Embora esteja aqui implantado o pelourinho, uma vez que a antiga Casa da Câmara se localizava a Norte da igreja matriz, os serviços camarários actuais aqui instalados têm pouca expressão. A maior parte da Câmara funciona num edifício anexo ao convento. É, portanto, a igreja que se impõe como função mais prestigiada do espaço. Outro aspecto que está associado ao declínio deste espaço está no facto de aqui ter funcionado o mercado, como evidencia a rua alargada adjacente à abside da igreja.

3.12 - PERCEPÇÃO

O elemento principal é sem dúvida a igreja, até porque em relação ao seu alçado Sul surge evidenciada sobre plataforma adjacente. O pelourinho contribui para a marcação do espaço, que as laranjeiras e bancos tornam aprazível. O envolvimento de arquitectura singela dão simplicidade e despretenção a todo o espaço, contrastando com a monumentalidade do Terreiro do Convento.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A vila de Avis teve a sua origem, como tantas outras, numa estrutura defensiva de muralhas e torres. O que a torna particular advém do facto de ser uma ordem religiosa-militar a chamar a si não só o domínio da povoação como também de uma vasta área desta zona alentejana, para a qual assumiu desde o início da nacionalidade a incumbência de povoar e defender. Dentro destas condicionantes, o poder municipal não terá tido, segundo nos parece, grande afirmação, advindo daí que os espaços públicos mais significativos surjam em função das estruturas religiosas - igreja e convento.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada de ampliação do adro envolvente à igreja.



Fig. 1 - Terreiro adjacente ao convento a à porta voltada a Sul, para o rossio.



Fig. 1 - A discreta Casa da Câmara arruinada junto ao alçado lateral esquerdo da igreja matriz dá bem a ideia do reduzido poder municipal numa povoação que se formou e desenvolveu à sombra do prestígio da Ordem de Avis.

Fig. 2 - Junto ao alçado lateral direito da igreja matriz, lado Sul, esboça-se uma praça municipal ou, do pelourinho, que as ruas alongadas que aí desembocam reforçam.



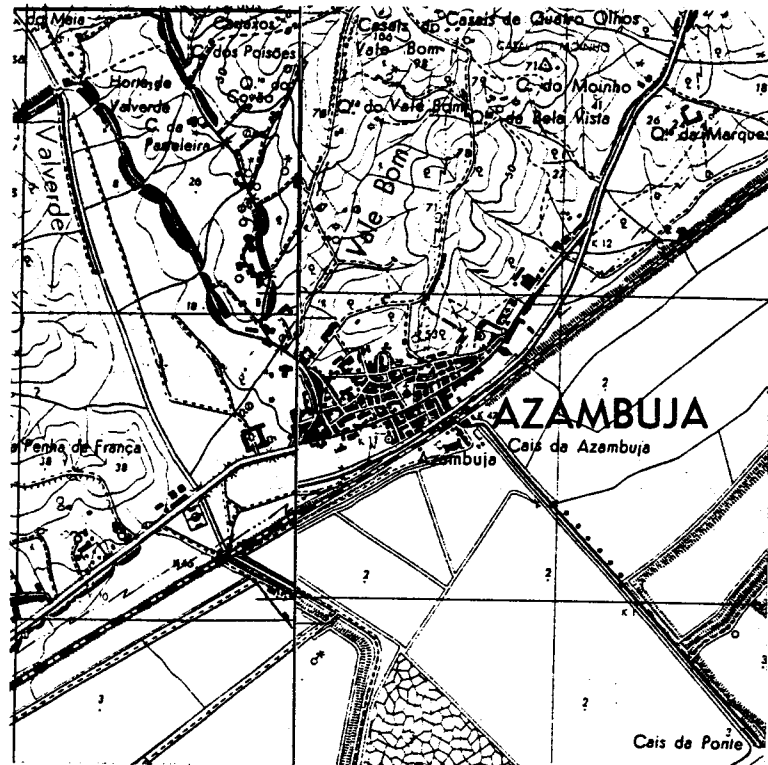
Fig. 1 - Panorâmica das antigas estruturas da Ordem de S. Bento de Avis.

Fig. 2 - Panorâmica da Praça Serpa Pinto, tendo como fundo a igreja matriz e o pelourinho.

Fig. 3 - Largo posterior à igreja, espaço de mercado.

AZAMBUJA

Escala 1:25000



1 - SÍTIO

No sopé Sudeste da serra de Montejunto, no encontro com a zona de várzea do rio Tejo e junto à estrada de Vila Franca para Santarém e estação da C. P. da linha do Norte.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Descende, pelo menos, da época muçulmana (Azzabuja), justificando-se pela região agrícola e florestal (pinhal) que serve. Situa-se junto à antiga estrada Lisboa - Santarém.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Linear, marginando a estrada regional, a que se acrescentaram travessas e paralelas irregulares à primeira frente de ocupação.

2.3 - MALHA URBANA

Geometria irregular, dependente de pré-existências e de adaptações à topografia.



Lado Sul da Praça de Serpa Pinto.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Situação central em relação ao desenvolvimento longitudinal da povoação.

3.2 - TOPOGRAFIA

O pendente, embora suave, foi transformado em dois planos através de um soalco definidor do adro da igreja matriz e um seu prolongamento a um nível mais baixo.

3.3 - DIMENSÕES/ÁREA

Mediatrizes de 50 x 50 m	- 2500 m ²
Adro frontal 20 x 28 m	- 560 m ²
Área total	- 3060 m ²

3.4 - FORMA

trapezoidal, irregular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

Considerando dois pisos como predominante - $50 / 6 = 8,3$

Considerando três pisos - $50 / 9 = 5,5$

Média 6,9

3.6 - EXPOSIÇÃO

Aproximadamente a Sudeste (a partir da fachada e alçado lateral direito da igreja matriz).

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de pedra calcárea irregular branca com leve desenho a pedra negra.

3.8 - VEGETAÇÃO

Duas fiadas de choupos limitam o tabuleiro inferior em lados opostos, deixando desimpedidas as vistas da igreja, pelourinho e fachada da Câmara que lhe fica fronteira.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Impõem-se dois edifícios - a igreja e os Paços do Concelho. A primeira, em estilo chão, a que foi acrescentado um portal renascentista virado para a praça, fórmula encontrada noutros lugares; a Câmara, resulta de remodelações que marcam uma diferença entre o rés-do-chão, de vãos com vergas arqueadas, e a dois outros pisos. Os restantes edifícios têm uma expressão arquitectónica secundária e despretensiosa, um tanto incaracterística.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

O Pelourinho e cruzeiro alinhados com o portal lateral da igreja. Diversos bancos de jardim complementam os que estão integrados no muro do socalco.

3.11 - FUNÇÕES

A ocupação funcional revela-se pouco dinâmica, sendo de habitação sobretudo e de serviços, tais como a igreja, Câmara Municipal, a Direcção Regional de Agricultura, consultório médico. No interior da praça as lojas de comércio são para consumo local; o comércio de maior procura faz-se ao longo da rua Vitor Cordon, via coincidente com a estrada regional.

3.12 - PERCEPÇÃO

O espaço amplo do tabuleiro parcialmente emoldurado por choupos, pontuado por bonito pelourinho fazendo contraponto com o cruzeiro e o portal lateral da igreja, o jogo de horizontais e verticais de todo o volume lateral da igreja que serve de fundo ao lado Norte, tornam atraente esta praça. Pena é que nos restantes lados envolventes a arquitectura deixe tanto a desejar, quer por inexpressiva quer por pouco conservada.

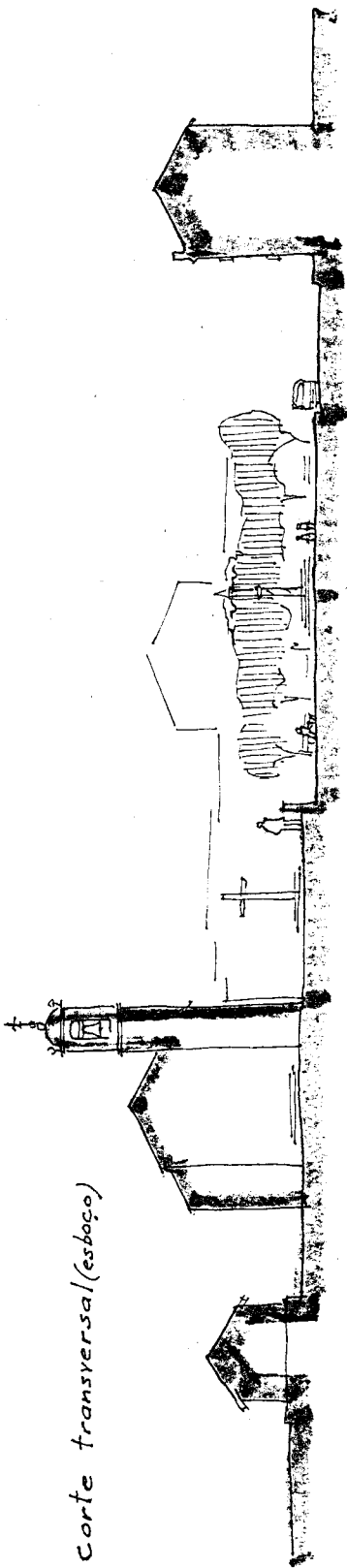
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Praça resultante da ampliação do adro da igreja, possivelmente para mercado, relacionando-se com a via de circulação principal que lhe é tangencial e com a centralidade em relação à vila. A Câmara Municipal reforçou a importância do sítio.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de adro lateral ampliado, com Casa da Câmara e mercado eventualmente.

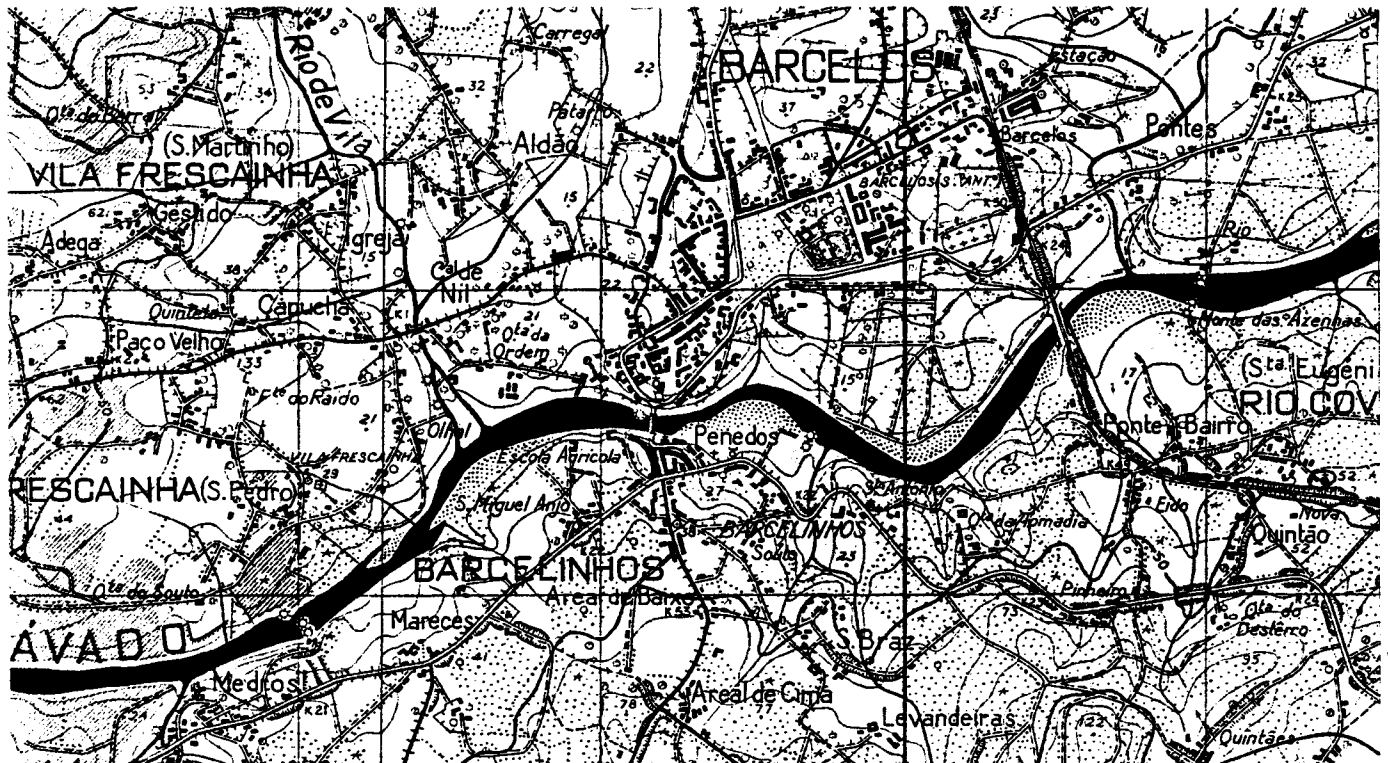


Corte transversal (esboço)



Lado Norte da Praça Serpa Pinto, com a igreja Matriz ao fundo.

BARCELOS



Escala 1:25000

1 - SÍTIO

Na margem direita do rio Cávado e, portanto, em encosta exposta a Sul, com altitudes que não ultrapassam a escassa duas dezenas de metros.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

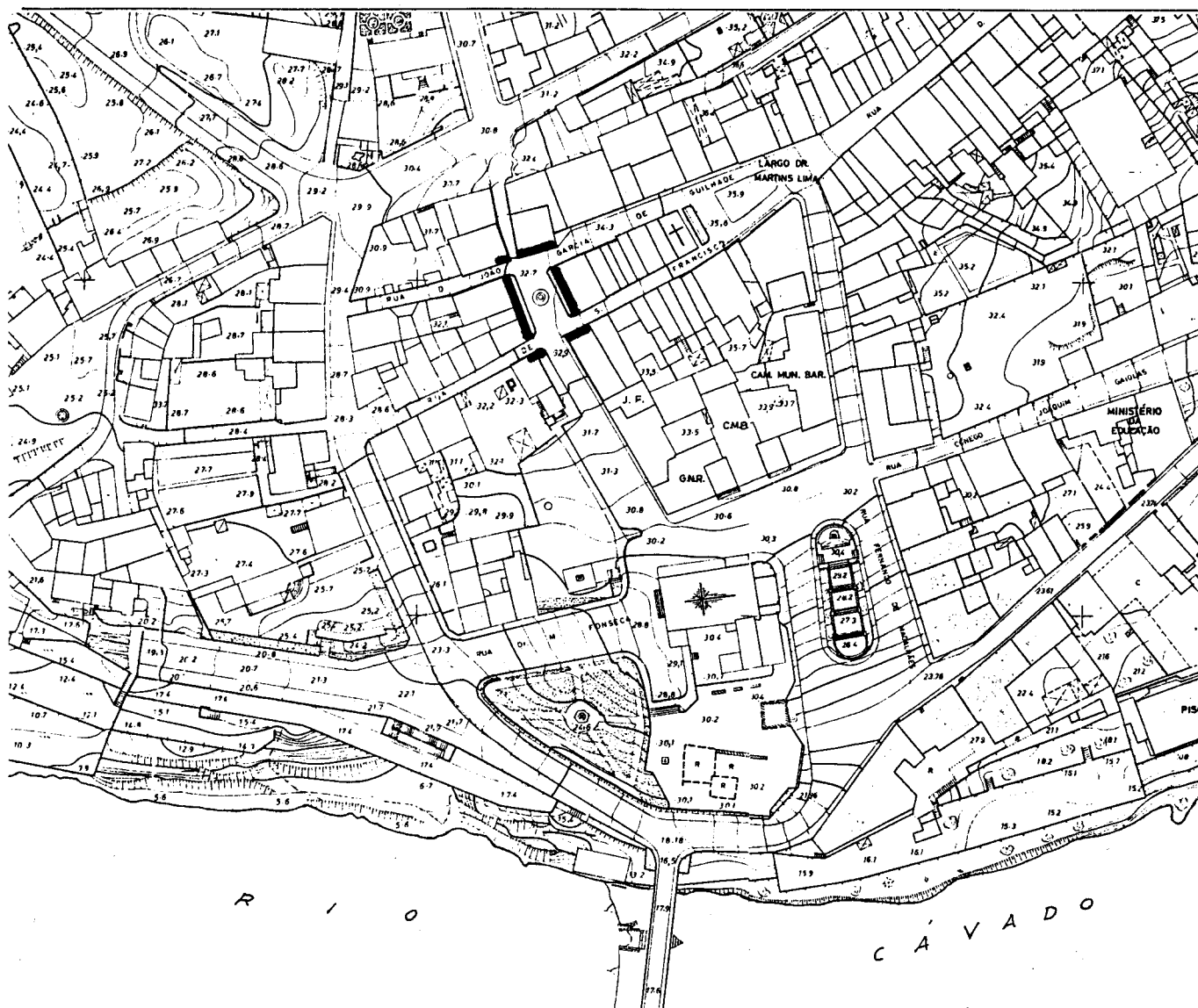
Uma via romana alti-medieval passava por aqui, derivando da via principal Braga-Porto e seguindo depois de Barcelos para Norte.

Um pouco a jusante da actual ponte, o rio pouco fundo facilitava a passagem a vau, permitindo a continuidade da via romana. Só no século XIV, de 1325 a 1328, foi construída a actual ponte, alterando-se então a importância de parte do traçado urbana medieval (Cf. Almeida, 1990; 10 e 31).

A partir de 1298 D. Dinis transformou a vila em condal por doação, o que facultou vastos domínios de território.

O sítio, pouco adequado à agricultura, deveu o seu desenvolvimento às vias de comunicação que lhe proporcionavam o comércio, artesanato e a importância administrativa que usufruiu.

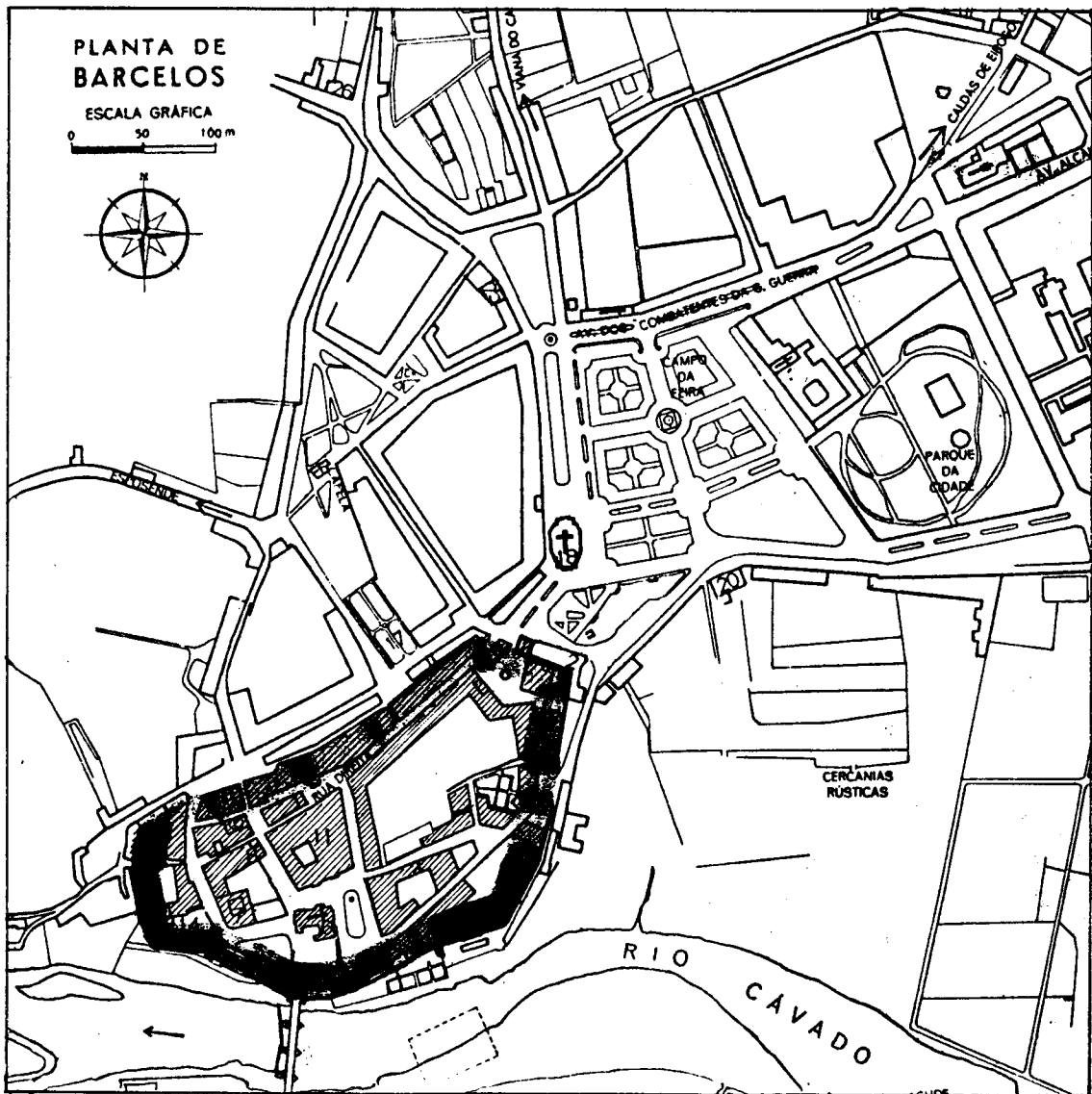
LARGO DO APOIO



Escaia 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DO LARGO DO APOIO

- 1 - R/c + 2 (habitação)
- 2 - R/c (mercearia) + 2 (hab.)
- 3 - R/c (restaurante) + 1 (hab. - solar brasonado)
- 4 - R/c + 2 (hab. - solar quinhentista)
- 5 - R/c (mercearia + 2 (hab.))
- 6 - R/c + 2 (hab.)
- 7 - R/c + 2 (hab.)
- 8 - R/c + 1 (hab. - casa que foi de D. Nuno Álvares Pereira)
- 9 - R/c + 1 1/2 (hab. - solar séc. XVII)
- 10 - Fonte, 1621



1
2

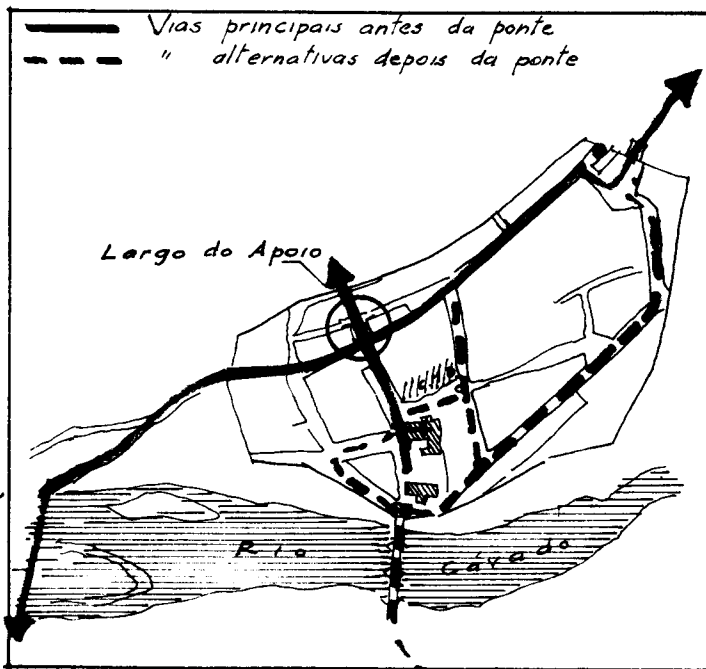


Fig. 1 - Relação da urbe medieval com a cidade actual (adaptado Raul Proença e outros, ..., 935).

Fig. 2 - Alteração na estrutura viária depois da construção da ponte em 1328, que substituiu a passagem a vau do rio Cávado (Cf. Almeida, 1990; 31)

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Sensivelmente de Sul para Nordeste, ou seja, da encosta adjacente à margem do rio Cávado para as terras mais altas e planas.

2.3 - MALHA URBANA

O centro histórico apresenta um traçado tipicamente medieval, adaptado ao relevo da encosta. Uma rua Direita prolonga o caminho vindo da passagem no rio, atravessando o povoado longitudinalmente. No cruzamento desta via com outra perpendicular que ligava à Porta do Vale constituiu-se o Largo do Apoio (do romano *podium*, outeiro), a praça principal da povoação.

Depois da ponte construída ganharam importância outras vias e espaços, como os ligados ao Paço do Concelho, à Misericórdia e à Matriz. O Campo da Feira, importante desde a Idade Média, foi outro importante espaço alternativo ao Largo do Apoio que persistiu até à actualidade.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

No cruzamento de dois importantes arruamentos medievais.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

$$26,5 \times 13 \text{ m} = 344,5 \text{ m}^2$$

3.4 - FORMA

Rectângulo ligeiramente distorcido.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$13 / 6 = 2,2$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Predominante a Este e Oeste, para as fachadas dos edifícios .

3.7 - PAVIMENTO

Lajeado em fiadas e paralelepípedos de granito.

3.8 - VEGETAÇÃO

Nenhuma, a não ser flores em vasos existentes em varandas.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Habitações vetustas de alguns ilustres senhores de Barcelos: a casa de D. Nuno Álvares Pereira, com frontaria de pedra aparelhada; a casa dos Carmonas, apoiada em arcos, vestígios do que poderá ter sido a praça, com uma arcaria envolvente, à boa maneira da Europa meridional. A primitiva importância das moradas parece traduzir-se no apuramento do aparelho de pedra à vista. Noutras, o reboco introduziu a neutralidade onde diferenças que só pequenos pormenores, como as magníficas cimalthas talhadas em pedra, deixam adivinhar propósitos distintos.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Chafariz renascentista de 1621, centralizado no espaço, atribuído a João Lopes.

3.11 - FUNÇÕES

O processo de crescimento de Barcelos secundarizou a praça principal da urbe medieval, sendo um bom exemplo das alterações dos significados dos espaços ao longo do tempo, de acordo com a introdução das mudanças que vão ocorrendo. A ocupação funcional actual é sobretudo de habitação e está de acordo com a pouca atração que o Largo passou a exercer. (Ver levantamento da ocupação funcional).

3.12 - PERCEPÇÃO

O mais importante não nos parece estar num ou outro edifício envolvente do espaço, eventualmente significativo mas não determinante para a percepção global. É mais a unidade dada pela dimensão e regularidade que impõe uma particularidade à praça, e que os diversos pormenores, como a fonte, os paramentos, a heráldica, as texturas do pavimento, refoçam actuando como elementos secundários mas participativos de Largo onde as dimensões reduzidas lhe dão uma atmosfera intimista.

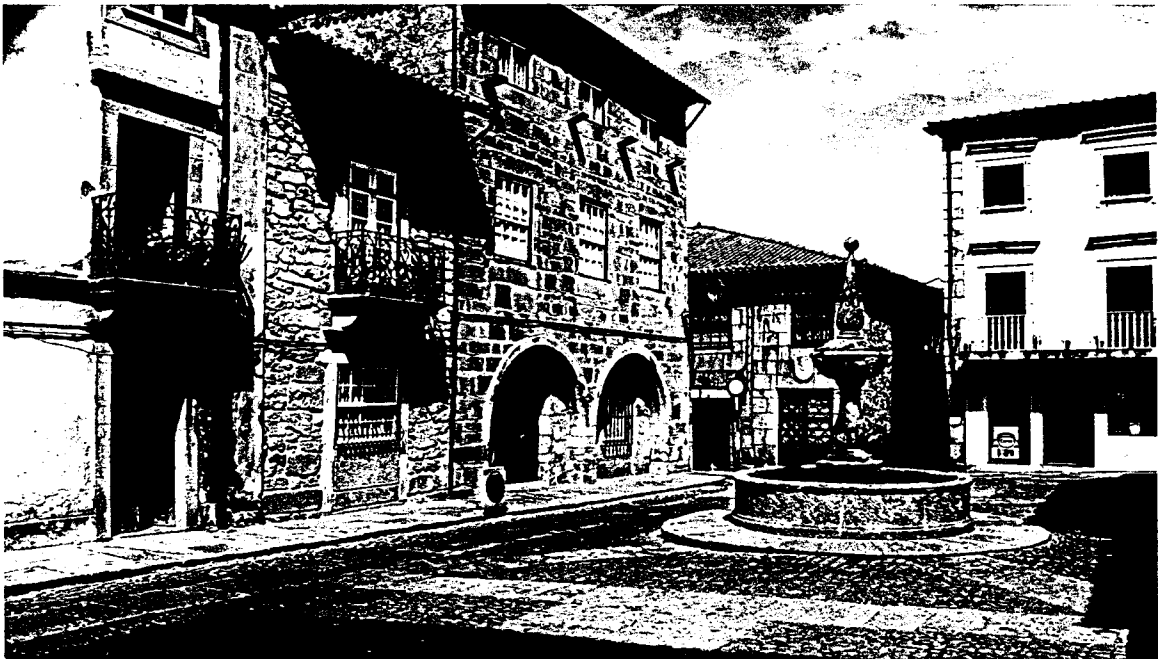
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

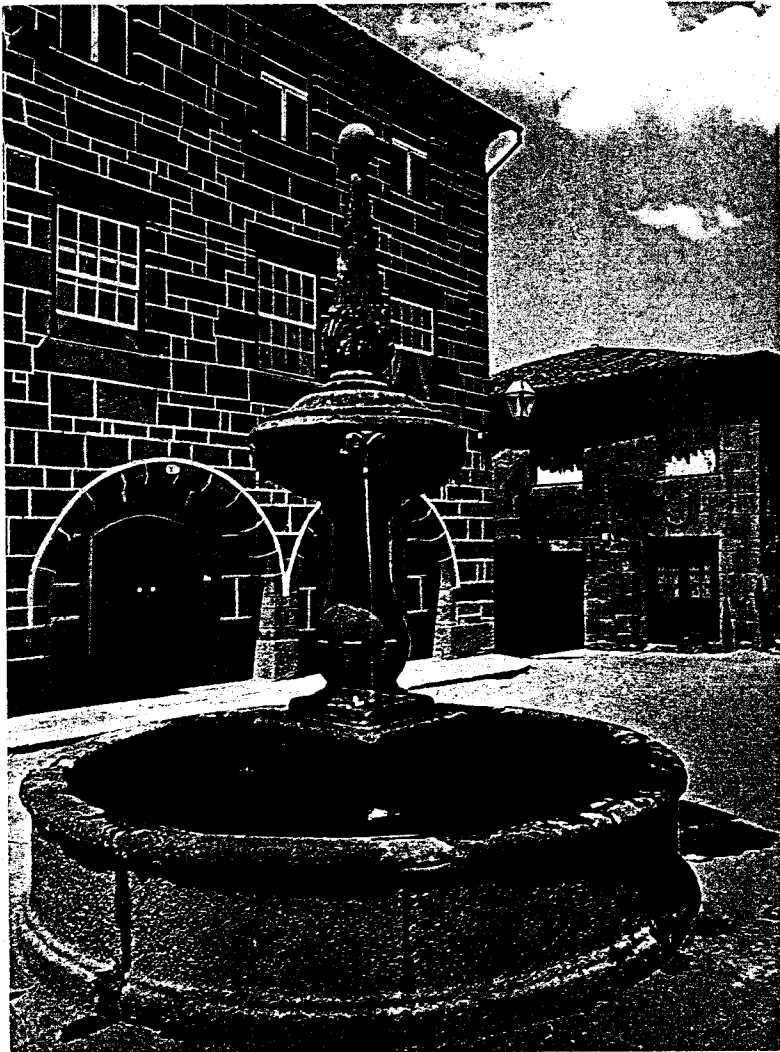
Esta praça só tem a devida importância quando relacionada com a evolução de toda a urbe desde a época medieval, uma vez que os espaços surgidos depois remeteram-na para segundo plano da vivência urbana. Começou por ser local do mercado diário, o qual se foi transferindo sucessivamente para o Largo da Porta do Vale, daí para a Porta Nova e por fim para a Praça D. Pedro V, onde se conserva actualmente. Ou seja, sempre numa procura de centralidade quanto a todo o aglomerado, e busca de espaços mais amplos (veja-se Magalhães, 1958; 58).

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Praça de mercado resultante do cruzamento de ruas principais.



Frontarias a significarem a importância deste local de cruzamento da via longitudinal originariamente mais importante, com a transversal que da Porta do Vale se dirigia para a igreja matriz, Câmara e Misericórdia.

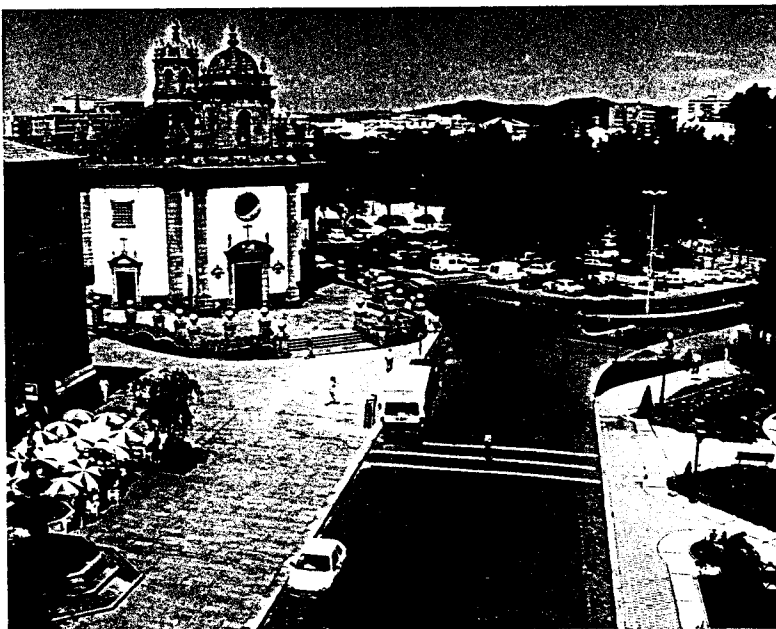


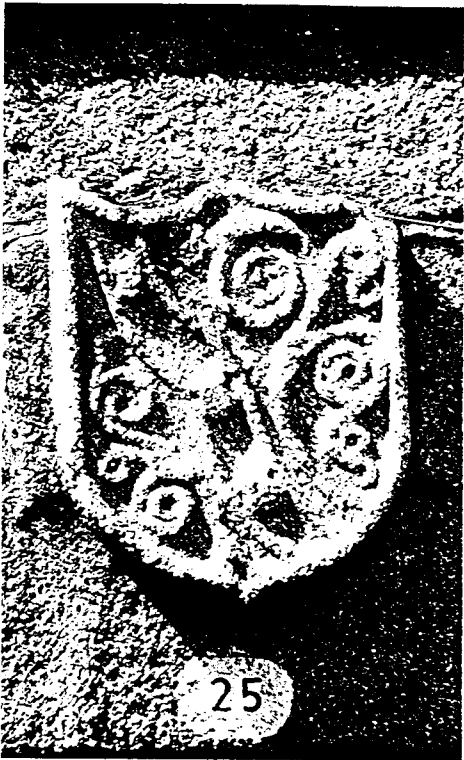
1	2
3	

Fig. 1 - Largo do Apoio, pormenor com o chafariz de 1621 e as casas dos Carmonas (séc XVIII) e do Alferes Barce-lence (séc. XIV).

Fig. 2 - A Rua Direita, principal eixo medieval de ligação entre a Porta da Ponte e a Porta do Vale e tangente ao Largo do Apoio.

Fig. 3 - Os amplos espaços exteriores à Porta Nova - Jardim dos Assentos, adro da igreja do Bom Jesus da Cruz - prolongado pelo Campo da Feira, ao fundo.



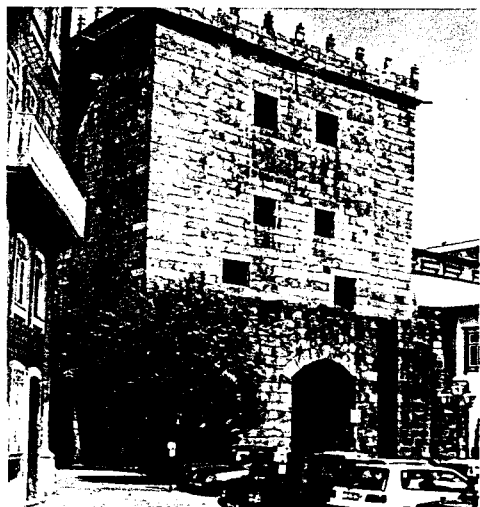


1	3
2	

Fig. 1 e 2 - Mostram exemplos de pedras de armas de familias que escolheram o Largo do Apoio para residirem, o que comprova o antigo prestígio do lugar.

Fig. 3 - Casa de D. Nuno Alvares Pereira, na rua que desemboca na praça e se continua na Rua Direita.





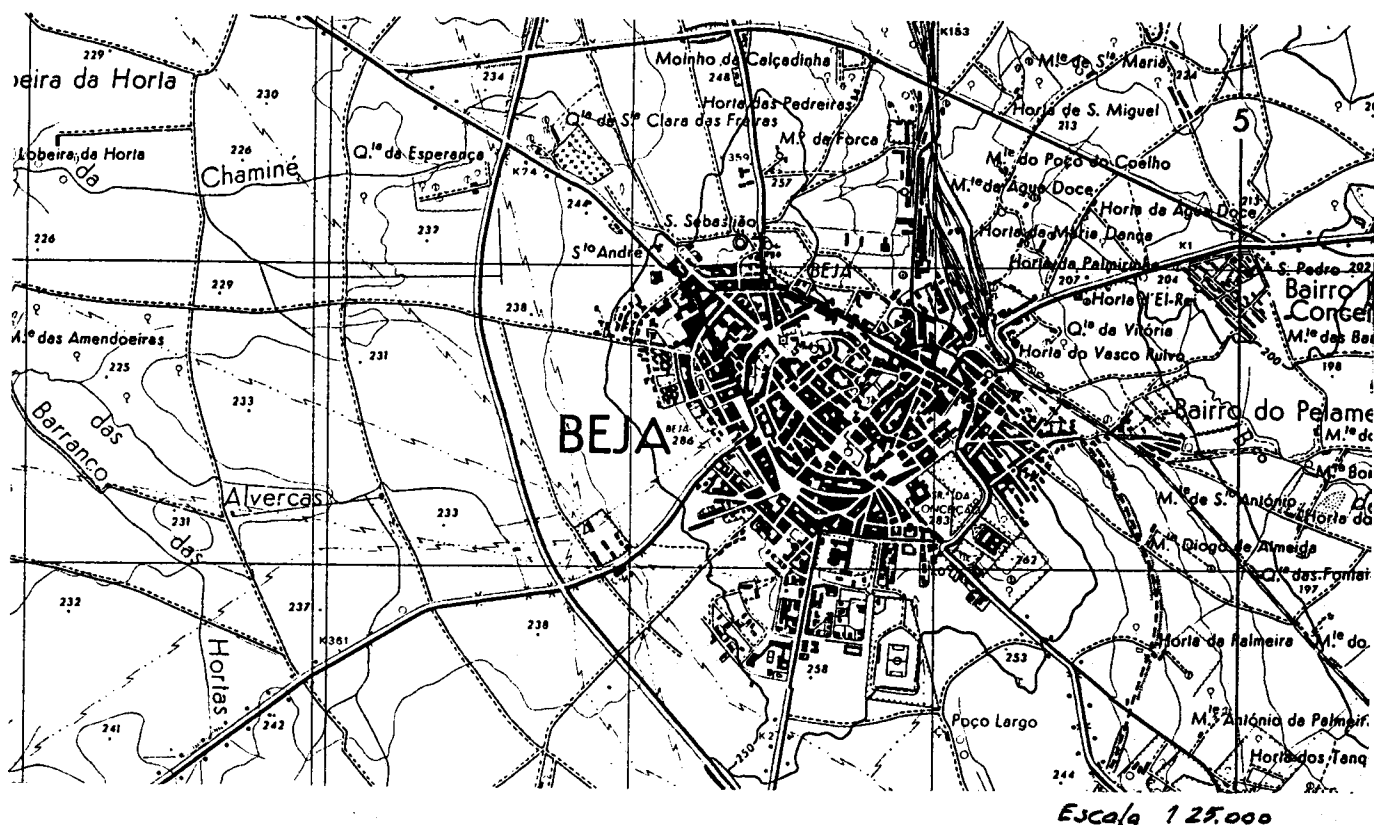
1
—
2 | 3

Fig. 1 - Lado Sul do Largo Dr. José Novais, junto ao interior da Porta Nova.

Fig. 2 - Torre de Menagem no lado Norte do Largo Dr. José Novais.

Fig. 3 - A vasta alameda fronteira aos Paços do Concelho resultou da demolição de um quarteirão medieval. O espaço limitado pela Câmara e Igreja Matriz teve, curiosamente, a toponímia de Largo da Praça, possivelmente por aí ter funcionado o mercado.

BEJA

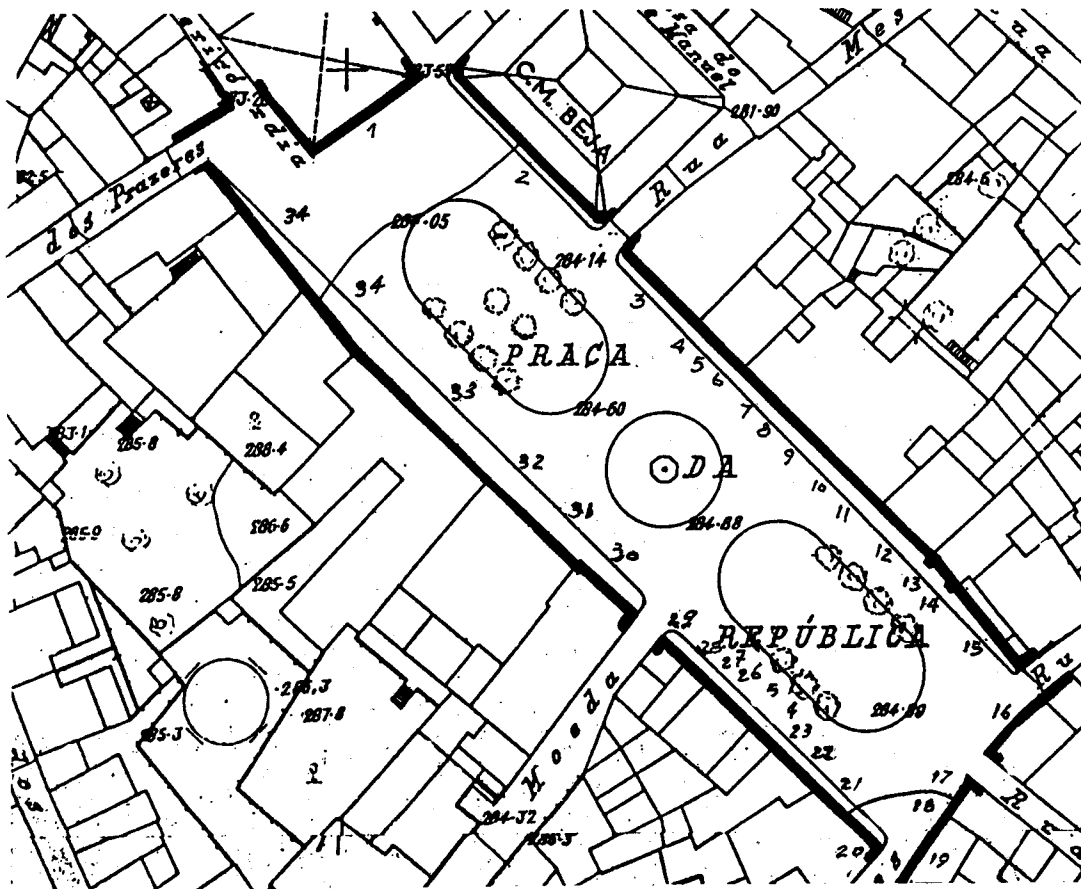


"D. Manuel, que ainda infante reorganizava aqui a assistência aos doentes e pobres e aos peregrinos, fundada por seu pai, e iniciava a construção do Hospital Grande de N.ª Sra. da Piedade (1490) ao tempo um dos maiores do país e hoje um formoso e raro espécime de arquitectura civil daquele momento - cria a Misericórdia de Beja (1500), dota a cabeça do seu ducado com a NOVA PRAÇA, onde manda fazer pousadas, chafariz, pelourinho e outras obras..." (Guia de Beja, C. M. B., 1950, p. 57).

1 - SÍTIO

Como noutras cidades das planícies alentejanas, Beja elegeu para assentamento uma elevação que domina o território envolvente. A sua importância começou com a administração romana, que a instituiu como sede de um dos três conventos jurídicos que abrangiam a Lusitânia (Emerita, Scallabis e Pax Augusta). A fertilidade cerealífera das planícies envolventes garantiram-lhe o lugar de centro agrícola do Baixo Alentejo.

PRAÇA DA REPÚBLICA



Escala 1:1000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL

DA PRAÇA DA REPÚBLICA

- 1 - Igreja da Misericórdia (com galilé inicialmente pensada para mercado)
- 2 - R/c + 1 (Câmara Municipal)
- 3 - Edifício em obras
- 4/5 - R/c (loja fechada) + 1 (habitação)
- 6 - R/c + 1 (hab.)
- 7 - R/c (advogado) + 1 (hab.)
- 8 - R/c + 1 (hab.)
- 9 - R/c (cabeleireiro) + 1 (hab.)
- 10 - R/c + 1 (advogados)
- 11 - R/c + 1 (Associação de municípios; Diário do Alentejo)
- 12 - R/c (bar-restaurante) + 2 (hotel/residencial)
- 13 - R/c + 1 (hab.)
- 14 - R/c + 1 (polícia)
- 15 - R/c (farmácia) + 1 (sede do PSD)
- 16 - R/c (drogaria) + 2 (associações culturais)
- 17/18 - R/c (cervejaria) + 2 (hab.)
- 19 - R/c (bar) + 2 (pensão)
- 20 - R/c (pronto a vestir) + 2 (hab.)
- 21 - R/c + 2 (devoluto ?)
- 22 - R/c + 2 (sede do PRD; hab.)
- 23 - R/c (pronto a vestir) + 2 (hab.)
- 24 - R/c (bar) + 3 (solicitador; hab.)
- 25/28 - R/c (lotarias; barbearia; seguros) + 3 (sede da UDP; hab.)
- 29 - R/c + 2 (seguros; hab.)
- 30 - R/c + 2 (serviços técnicos da C.M.B.)
- 31 - R/c + 1 (Liga dos Combatentes)
- 32 - R/c + 1 (Assoc. de Municípios do Distrito de Beja)
- 33 - R/c + 1 (repartição de Finanças)
- 34 - R/c + 1 (hab.)



Escala 1:5000

PRINCIPAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE BEJA

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------|
| 1 - L. Santiago | 12 - L. Condes da Boavista |
| 2 - Terreirinho das Peças | 13 - R. Mértola/R. P. Mértola |
| 3 - L. Salvador | 14 - Terreiro dos valentes |
| 4 - L. S. João | 15 - Av. Miguel Fernandes |
| 5 - L. Conceição/L. Duques de Beja | 16 - L. Diogo F. Beja |
| 6 - Jardim Duarte Pacheco | 17 - L. Prazeres |
| 7 - L. D. Nuno A. Pereira | 18 - R. Portas Aljustrel |
| 8 - L. Lima Faleiro/L. Lidador | |
| 9 - L. Sto. Amaro | |
| 10 - L. Sta. Maria | |
| 11 - Praça da República | |

Fonte: António Massapina e outros, "Beja, Centro Histórico...", Beja, FADEPA, 1981, p. 53.



1	3
2	

Fig. 1 - Gravura antiga do lado nascente da praça, onde as arcadas do piso térreo são evidentes.

Fig. 2 - Recuperação actual de um troço de arcadas. (Ver: Hestres Ferreira, 1982; 115)

Fig. 3 - Pormenor de gravura antiga, onde a Misericórdia e o pelourinho estão patentes como peças fundamentais da praça. (Boletim da D. G. E. M. N., 1956; VIII, 10)

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

O sítio beneficia dos solos férteis, chamados "barros de Beja", de grande capacidade para a produção de cereais e criação de gado. A isto alia-se a função administrativa que exerce, face à sua localização no Baixo Alentejo.

Na constituição da nacionalidade foi um local estratégico de importância, a servir de reforço aos castelos raianos de Noudar, Moura, Serpa e Mértola. D. Dinis mandou construir as muralhas de Beja, dotando-a com a mais aparatosa torre de menagem portuguesa. No século XVII as fortificações são reforçadas, segundo projecto de Nicolau de Langres.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O centro histórico de Beja manteve, apesar de todos os efeitos perturbadores das épocas posteriores, fortes reminiscências do traçado romano. Não nos parece que o período muçulmano tivesse uma acção que fosse para além de pequenas alterações e adaptações.

A cintura de muralhas medievais marcou um perímetro ovalado de que resultaram as ruas curvas, tanto intramuros como extramuros. O crescimento extramuros fez-se a partir de espaços adjacentes às portas donde irradiaram ruas. Porém, a cidade manteve-se até há poucas décadas bastante compacta, julgamos que por uma acção contrária à expansão mantida pelos latifúndios que a envolvem. A Este, onde a propriedade é mais compartimentada em hortos e quintas tende a ocorrer um povoamento disperso.

2.3 - MALHA URBANA

Derivando de um traçado romano, a praça principal, que ocupou o sítio do *fórum*, manteve-se central. A isto não é alheia a forma compacta em que a cidade se manteve. Como em qualquer outra cidade, formaram-se praças complementares, com as suas características próprias mas que não conseguiram suplantar em termos de foro cívico a Praça de D. Manuel ou da República.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Conforme vários estudos arqueológicos, coincide com o local do foro romano (Martins, 1981; 22). Mas como afirma José Silvestre Ribeiro (1845, 8) - *"A praça antiga de Beja era o largo de Santa Maria da Feira, onde existiam os Paços do Concelho. El-Rei D. Manuel porém, vendo o pouco desafogado d'esta praça, mandou construir outra, que é a actual. É mui regular, assaz espaçosa (...). Não há muitos anos que existia ainda na Praça um belo chafariz, cuja feitura se atribui a El-Rei D. Manuel"*. De igual maneira o pelourinho resultou das obras dessa época; foi conhecida então por *Praça Nova*.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

$$118,5 \times 32,5 \text{ m} = 3851,25 \text{ m}^2$$

(dimensões médias)

3.4 - FORMA

Rectângulo na proporção de 1:3,6.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$32,5 / 9 = 3,6$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Os edifícios mais prestigiados (Misericórdia, Câmara, casas com arcadas) escolheram exposições a Sudeste ou Sudoeste. O maior eixo da praça tem a orientação Noroeste - Sudeste.

3.7 - PAVIMENTO

Calçadas de paralelepípedos de granito e de calcáreo.

3.8 - VEGETAÇÃO

Árvores de sombra.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

O edifício de maior prestígio arquitectónico é a galilé da Misericórdia, talvez o mais genuíno exemplo de obra renascentista portuguesa. Toda a outra arquitectura da praça ou sofreu profundas alterações ou foi substituído por edifícios pouco expressivos de prédios de habitação dos séculos XIX - XX. Nos anos 40, altura em que se gerou interesse com a recuperação da Misericórdia, renovaram-se fachadas, como a do edifício das Finanças (1946) e Câmara Municipal (1949). A obra mais interessante dos últimos tempos consta da recuperação da arcada de um edifício da praça, com vários séculos de existência e que fora mandada tapar em 1869. Desta maneira a praça voltou a ter um troço de arcaria seiscentista a servir de exemplo do que teria sido o restante alçado da praça. A raridade actual das arcadas nas praças portuguesas parece ser testemunho do esquecimento, tanto pelas obras arquitectónicas como pela arte de bem viver, permitindo que os interesses individuais que ocuparam esses espaços públicos se sobreposessem aos interesses colectivos. É nesta diferença de comportamentos que reside o grande contraste entre o português e o espanhol, o que tem levado a afirmar-se como diferente a praça de ambos. A raiz parece-nos que foi a mesma, o que divergiram foram os comportamentos após 1562 (Valladolid) em que os espanhóis deram cada vez mais importância à monumentalidade da praça e os portugueses cada vez menos, com excepção do período pombalino, de breves resultados.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Pelourinho manuelino.

3.11 - FUNÇÕES

A ocupação funcional actual mostra um predomínio de serviços públicos diversos, associações, partidos políticos e comércios ocasionais. Quatro bares, um deles com restau-

rante, são as únicas casas voltadas para o consumo diário.

3.12 - PERCEPÇÃO

A medida apreciável do comprimento desta praça (quase 120 metros), e a sua regularidade contrastam profundamente com o tecido denso que a envolve. A Misericórdia marca o topo Norte de maneira muito forte, uma vez que a arquitectura dos edifícios contínuos não estabeleceram quase nenhuma relação formal - repudiaram a arcaria e afirmaram estilos diversos. O pelourinho e casa das arcadas recuperadas em 1982 estabelecem um contraponto à Misericórdia. As árvores contribuem para a apazibilidade do lugar, mas cortam a leitura unitária do espaço. Os restantes edifícios são mais de acompanhamento e definição lateral, destacando-se destes a Câmara Municipal com a fachada remodelada em 1949, no estilo híbrido do Estado Novo.

Os diversos revestimentos a azulejo de edifícios da praça ajudam a quebrar a unidade possível, quanto mais não seja pela tradicional cor branca.

4 - CONCLUSÕES

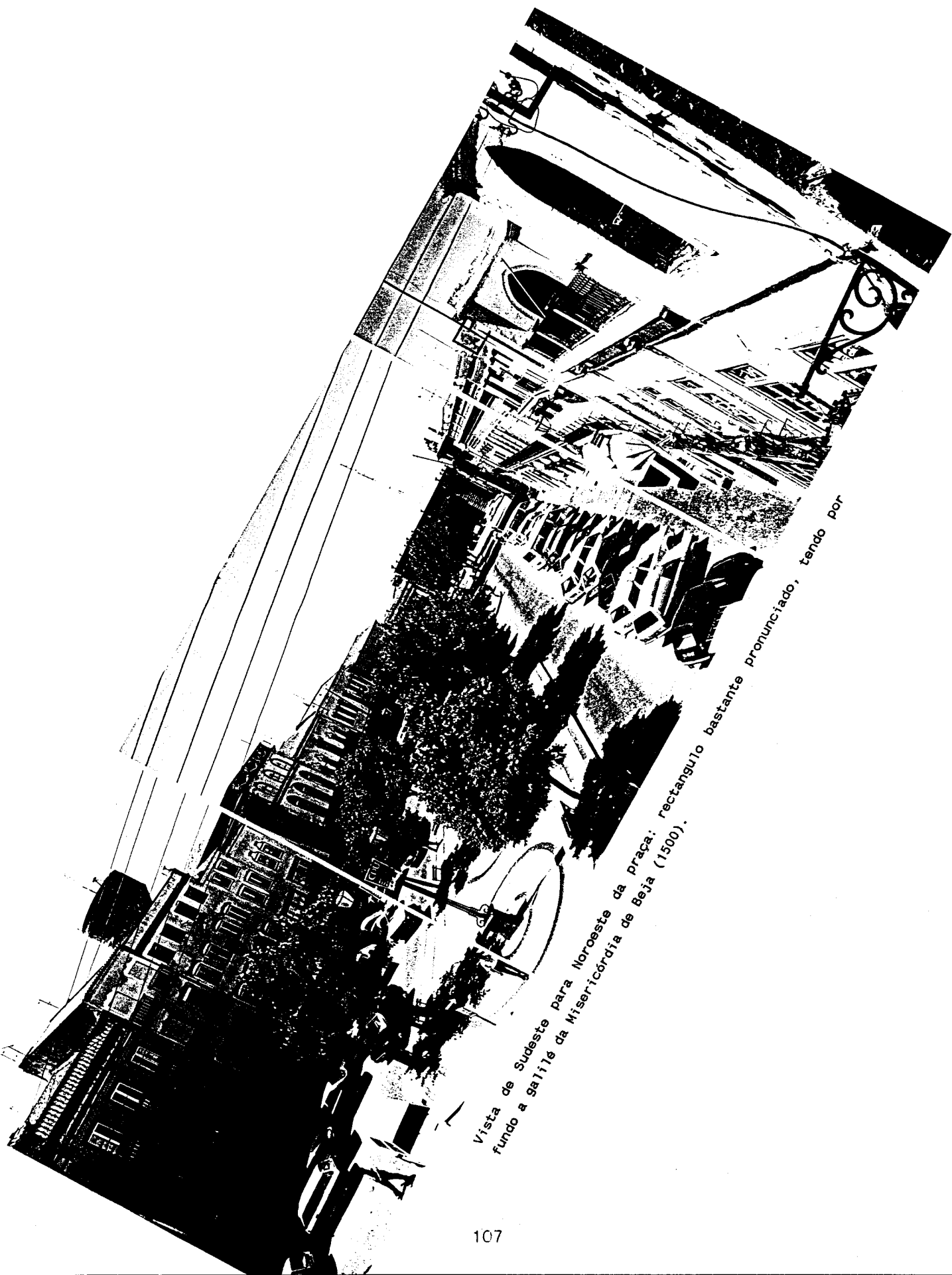
4.1 - SÍNTESE

A morfologia urbana e seu processo de crescimento contribuíram para a manutenção da praça manuelina como praça principal e central; outras praças surgidas complementam-na sem competirem com o seu estatuto.

Praça aberta para mercado e festividades, tais como jogos e tourada, a que se associaram o poder municipal com a Casa da Câmara e o clero com a igreja da Misericórdia por sucessivas adaptações da estrutura inicialmente construída para mercado açougue (Cf. Hestres Ferreira, 1982; 118), evoluiu posteriormente para uma vocação de instalação de serviços públicos diversos.

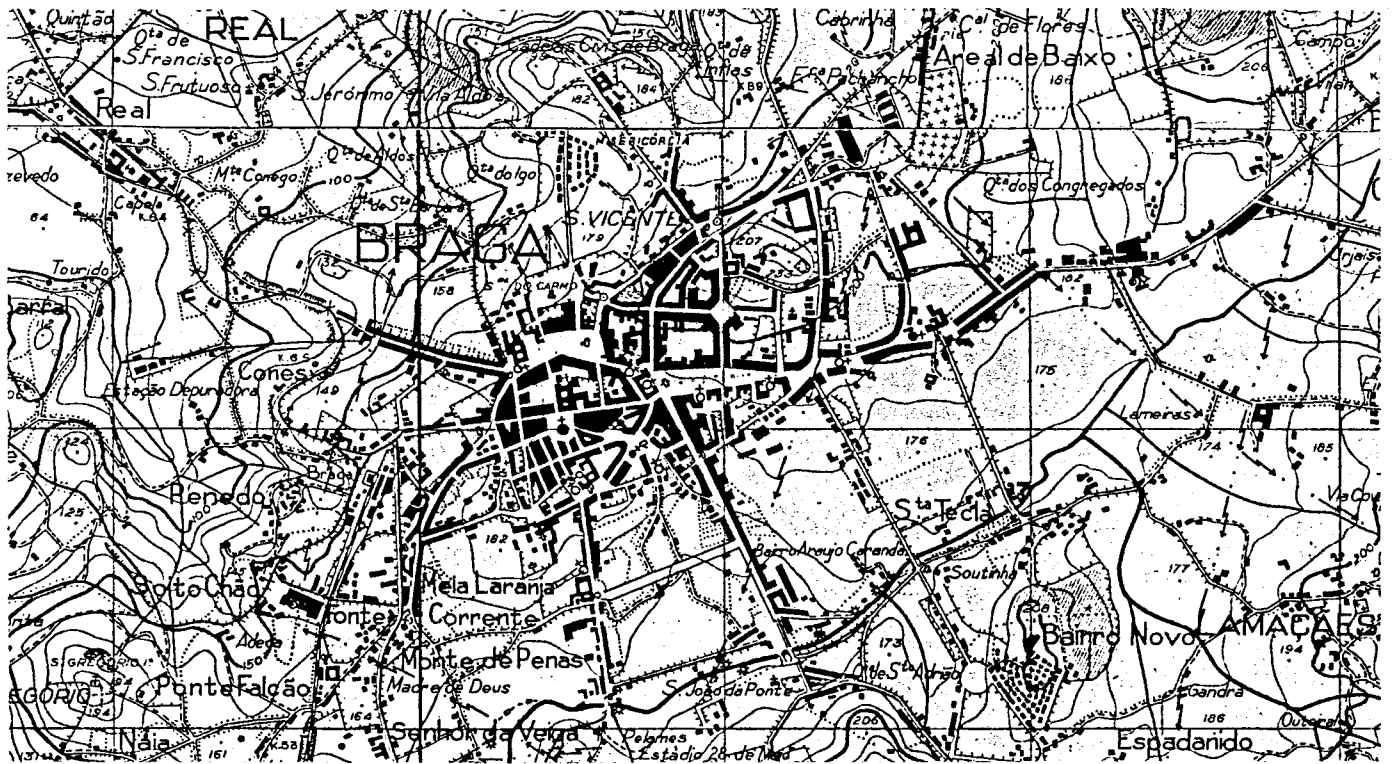
4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado com igreja e Casa da Câmara.



Vista de Sudeste para Noroeste da praça; rectângulo bastante pronunciado, tendo por fundo a salinã da Misericórdia de Beja (1500).

BRAGA



Escala 1:25 000

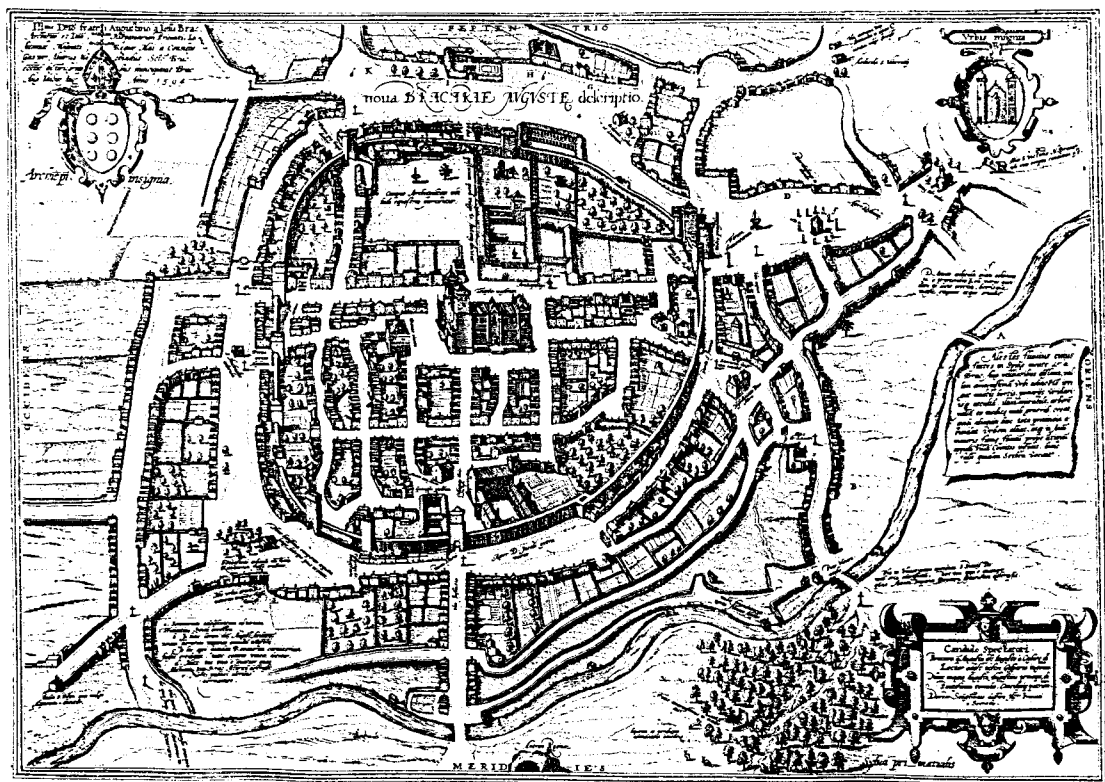
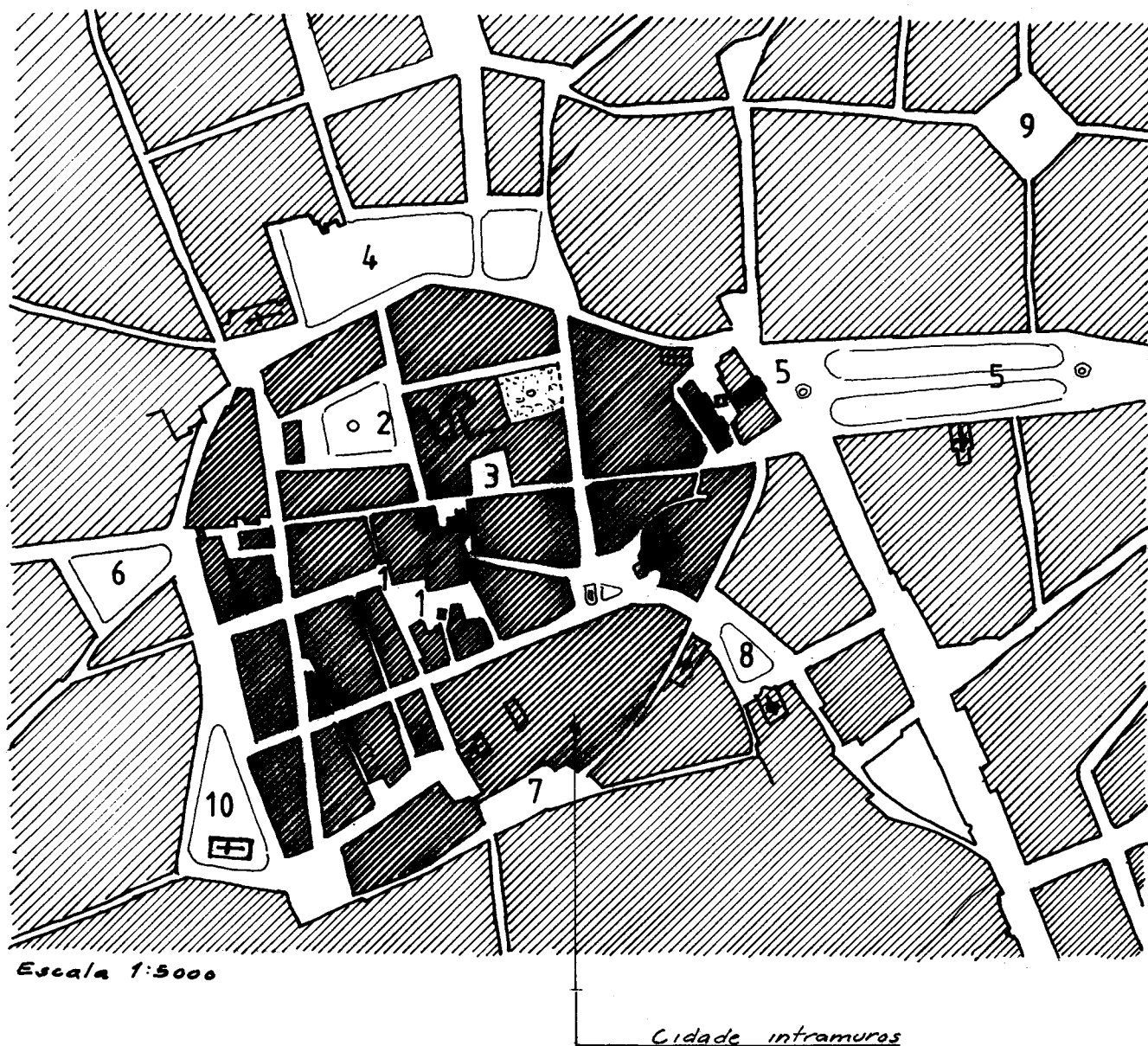


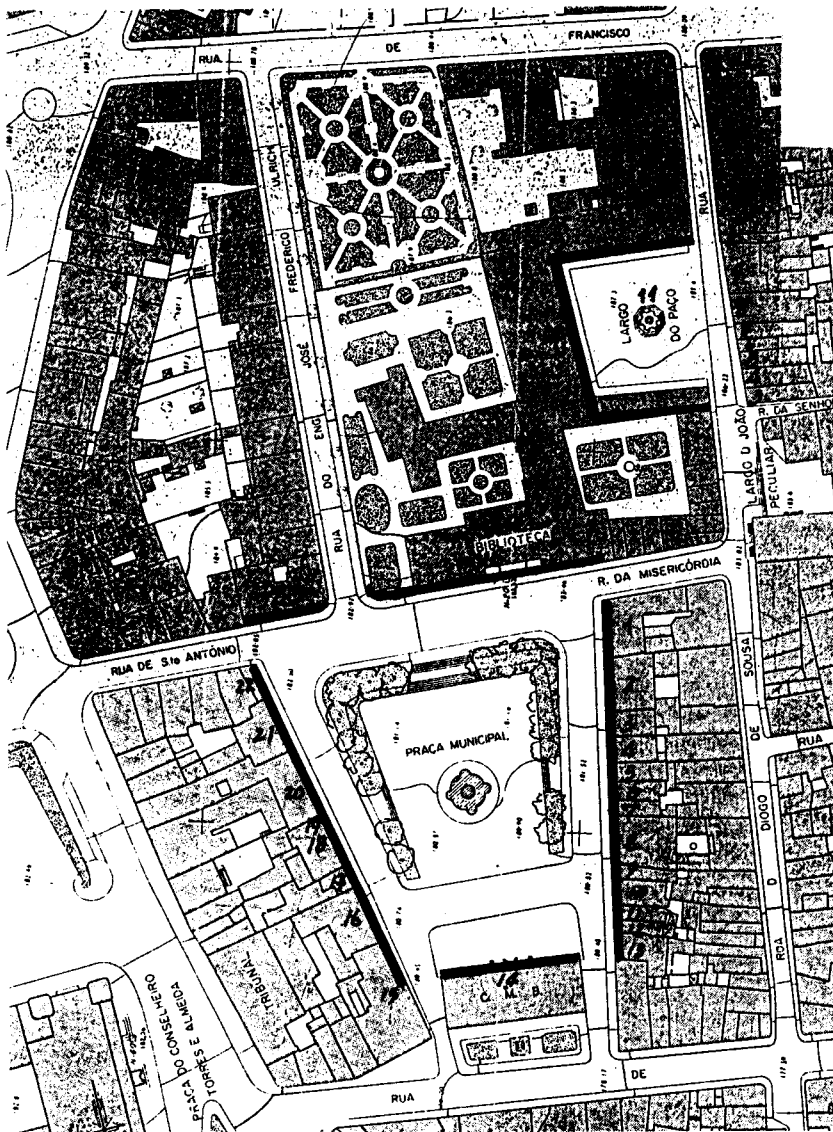
Fig. 2 - Reprodução da planta de Braga feita por George Braunio em 1594.

PRAÇA DO MUNICÍPIO



ESQUEMA DE EXPANSÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRAGA

- 1 - Adro e rossio da Sé (antigo *forum*)
- 2 - Campo dos Touros, actual Praça do Município
- 3 - Largo do Paço Episcopal
- 4 - Campo da Vinha ou Largo da Feira, actual Praça Conde Agrolongo
- 5 - Campo de Santa Ana, actual Praça da República e Avenida Central
- 6 - Campo das Hortas, à Porta Nova
- 7 - Campo de S. Tiago
- 8 - Campo dos Remédios, actual Largo Carlos Amarante
- 9 - Campo Novo do Reduto, actual Praça Mouzinho de Albuquerque
- 10 - Campo das Carvalheiras (onde esteve a igreja de S. Sebastião)



Escala 1/2000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DO LARGO DO PAÇO

- 1 - R/c + 1 (reitoria da Universidade do Minho)
- 2 - R/c (biblioteca pública) + 1 (Universidade do Minho)
- 3 - R/c (pronto a vestir) + 3 (hab.)
- 4 - R/c (pronto a vestir) + 3 (hab.)
- 5 - R/c (electrodomésticos) + 1 (escritório) + 3 (hab.)
- 6 - R/c (sapataria) + 3 (hab.)
- 7 - R/c (fotógrafo) + 3 (hab.)
- 8 - R/c (ourivesaria; tabacaria) + 3 (hab.)
- 9 - R/c (ourivesaria; pronto a vestir) + 4 (hab.)
- 10- R/c + 3 (hab.)
- 11- Fonte

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA MUNICIPAL

- 1 - R/c (sapataria; armazém de roupas) + 2 (habitação)
- 2 - R/c + 1 (armazém)
- 3 - R/c (armazém) + 2 (hab.)
- 4 - R/c (electrodomésticos) + 2 (hab.)
- 5 - R/c (joalheria) + 3 (hab.)
- 6 - R/c (peixaria) + 3 (hab.)
- 7 - R/c (talho) + 2 (hab.)
- 8 - R/c + 2 (Associação Comercial e Industrial)
- 9 - R/c (electrodomésticos) + 2 (hab.)
- 10- R/c (livraria; pastelaria) + 1 (pastelaria; habitação) + 2 (hab.)
- 11- R/c (hab.) + 1 (advogado) + 3 (hab.)
- 12- R/c + 1 (bar-restaurante) + 3 (hab.)
- 13- R/c (mercearia) + 3 (hab.)
- 14- R/c + 1 (Câmara Municipal)
- 15- R/c (mercearia) + 2 (hab.)
- 16- R/c (passes sociais; frutaria; armazém) + 2 (hab.)
- 17- R/c (farmácia) + 3 (hab.)
- 18- R/c (serralharia) + 2 (hab.)
- 19- R/c (escritório) + 2 (hab.)
- 20- R/c (banco; pronto a vestir) + 3 (hab.)

1 - SÍTIO

A 6 Km da margem esquerda do rio Cávado, no local onde acabam os contrafortes das altas serras interiores e começam os vales intensamente agricultados e povoados. Especialmente o Centro Histórico tem declives bastante suaves.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A localização favoreceu-lhe o acesso à rede de estradas que desde a antiguidade por aqui formavam as ligações do interior com o litoral, ou o Sul com o Norte. Braga era o ponto de confluência das vias romanas e medievais, que vindas do Sul e Sudoeste dirigiam os peregrinos a Santiago de Compostela. Braga pretendeu utilizar essa peregrinação, para instituir-se como rede de todas as dioceses do ocidente peninsular. Ao prelado culto dos séculos XVI e XVII ficou-se a dever-se o urbanismo de Braga renascentista.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Braga deriva de um traçado romano ortogonal onde a época medieval introduziu alterações e a cercou de muralha ovalada, tal como em Évora e Beja. Os rossios existentes às portas da cidade foram urbanizados por iniciativa dos arcebispos, marcando-se a partir deles vias de crescimento radiais que mantiveram a urbe antiga como centro.

2.3 - MALHA URBANA

A linearidade da malha urbana do centro histórico é flagrante, existindo várias artérias ortogonais e paralelas a justificarem o legado urbanístico romano. A catedral ocupou o antigo *fórum*.

Não é fácil eleger uma única praça como a principal; a cidade mantém um património bastante rico que aliado a uma dinâmica social activa faz com que umas praças tenham importância pelo seu envolvimento arquitectónico e instituições que abrigam, outras têm-na pela vivência e pelo uso que desempenham na cidade. Por isto, seleccionamos três praças que consideramos exemplos paradigmáticos do urbanismo bracarense:

A - Praça do Município, antigo Campo dos Touros, circundada pelo Palácio do Arcebispo e pela Câmara Municipal, foi

espaço de aparato e de festividades; o Campo dos Touros foi mandado abrir pelo arcebispo Agostinho de Jesus; o edifício da Câmara Municipal é de 1756.

B - Largo do Paço - átrio monumental do palácio do arcebispo. é uma praça renascentista que encontrou o principal promotor no arcebispo Rodrigo de Moura Teles.

C - A Praça Mouzinho de Albuquerque, que teve as designações toponímicas de Campo Novo do reduto e de Largo do Gavião, é um caso invulgaríssimo de praças planeadas pré-pombalinas, em que o espaço é definido e loteado para construções de habitação segundo um modelo estabelecido (veja-se Rocha, 1750). A obra foi iniciada em 1725, em pleno reinado de D. João V. É desconhecido o autor do projecto.

3 - PRAÇA DO MUNICÍPIO

3.1 - SITUAÇÃO

Esta praça foi "aberta" para valorizar o lado Oeste do palácio do arcebispo, dando uma *facies* mais urbana a todo o terreno confinante.

3.2 - TOPOGRAFIA

Todo o terreno apresenta um pendente para Este, que foi compensado de forma invulgar com um nivelamento em desaterro na zona central; os taludes foram modernamente bem resolvidos através de revestimento vegetal e amplas escadarias de ligação entre os níveis periférico e central.

3.3 - DIMENSÕES

Largura - 93 e 57 metros
Comprimento - 100 metros
Área - 7500 m²

3.4 - FORMA

Trapezoidal, com o lado menor adjacente à Câmara Municipal e o maior ao palácio arcebispal, actual Biblioteca Pública.

3.5 - RELAÇÕES LARGURA/ALTURA

75 / 9 = 8,3

3.6 - EXPOSIÇÃO

O edifício inicialmente mais prestigiado está exposto a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Das primeiras décadas deste século, lajeado no tabuleiro central e calcetado no perímetro.

3.8 - VEGETAÇÃO

O tabuleiro central foi emoldurado por diversas árvores frondosas de jardim, sobre taludes relvados.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A ala do paço episcopal virada à Praça Municipal, conhecida também por Paço do Campo dos Touros, é do período de D. José de Bragança, 1741-1756, e foi reconstruída em 1930. Tal como o edifício da Câmara que lhe fica fronteiro (de 1756), apresentam as características típicas do barroco, sobretudo nas paredes rebocadas e pintadas de branco, pilastras, molduras de vãos e expressivas cimalkas de granito. Portais realçando as entradas. Na restante arquitectura envolvente predomina o edifício mais modesto, de comércio e habitação, destacando-se um solar barroco e um edifício setecentista.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Fonte do Pelicano, obra joanina, mandada fazer por D. José de Bragança para o jardim do paço, veio para a praça em 1964, beneficiando do espaço amplo envolvente.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição funcional é apreciavelmente diversificada com cerca de 29% de comércios de consumo diário, 67% de comércios e serviços diversos de uso ocasional e 8% de comércio excepcional. A praça apresenta-se também com uma boa ocupação de habitações, suficientes para a manterem activa. Quanto ao tabuleiro central, pelo seu desafogo conjugado com a agradável arborização periférica torna-se um espaço frequentemente usado. A circulação automóvel é contida pela dificuldade produzida pelas ruas próximas com trânsito condicionado.

3.12 - PERCEPÇÃO

Apresenta-se como um espaço amplo que a arborização perimetral do tabuleiro central equilibra. Tendo uma forma trapezoidal, a modelação do terreno marcou um eixo entre o portal da Câmara, a fonte e as escadarias opostas, no jardim; eixo que não se realiza totalmente, pelo deslocamento do portal do paço. Tendo nascido em função do Paço, todo o espaço apresenta-se hoje mais enquadrante da Câmara, o que não deixa de estar de acordo com o declínio do poder eclesiástico em favor do municipal.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Nascido como grande espaço em frente do paço episcopal, veio a ter a sua importância diversificada com a implantação da Câmara. (A primitiva Câmara situava-se junto ao antigo adro da Sé, antes de toda a rua D. Paio Mendes ter sido alargada.) De notar que o pelourinho nunca esteve colocado nesta praça; A referência mais antiga ao pelourinho parece referir-se ao que foi mandado fazer pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) (Cf. Ferreira, 1928; 504) que o teria colocado à Porta do Souto. Posteriormente temos a seguinte indicação: "Aos 27 de Fevereiro de 1694 mudou-se o pelourinho, que estava na Porta do Souto de frente das casas de Manoel Lopes, o Rechincho, e juntaram todos os vizinhos vinte mil reis para o tirar para de frente da Alfandega, e no ano de 17... se mandou para o Terreiro da Cadeia do Castelo" (Thadim, 1764; 70). Conclui-se que Braga nunca teve uma praça onde o Município e o símbolo da sua jurisdição, o pelourinho, se afirmassem em conjunto. Esta praça nasceu para enquadrar o Paço e prestigiá-lo, servindo de local de aparato e de festividades ("Campo dos Touros").

LARGO DO PAÇO

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça átrio de palácio, ampliado em terreiro a que se juntou a Casa da Câmara.

3 - LARGO DO PAÇO

3.1 - SITUAÇÃO

Serve de átrio ao Paço Episcopal e instalações anexas, em forma de U envolvente, e é adjacente à Rua do Souto, espécie de Rua Direita do Centro Histórico de Braga.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana

3.3 - DIMENSÕES

41 x 37 m = 1517 m², correspondendo ao espaço descoberto; com a galeria de 4 m de largura a praça é de: 41 x 41 m e 1681 m² de área.

3.4 - FORMA

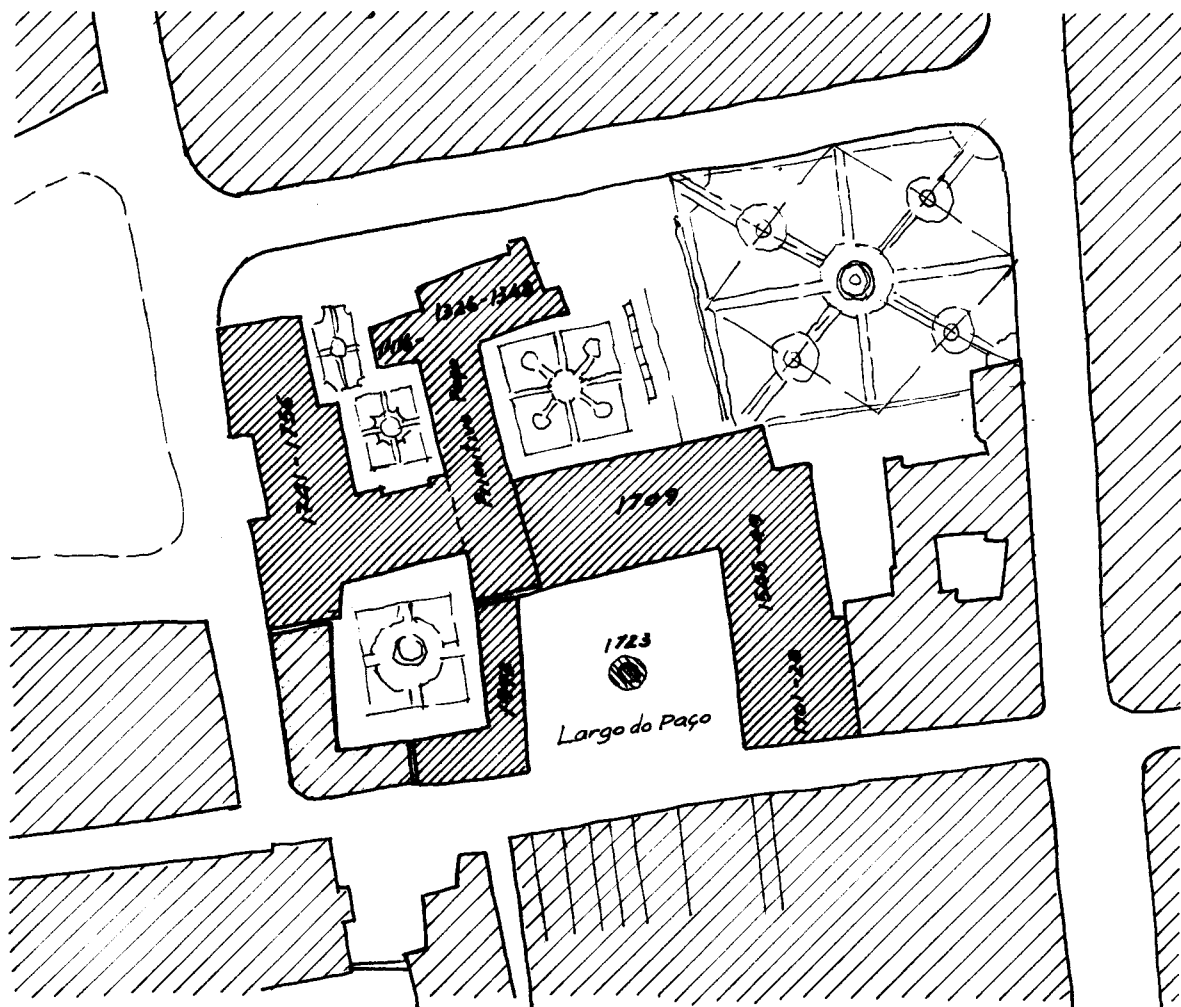
Quadrangular e tangente à Rua do Souto.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

41 / 12 = 3,4

3.6 - EXPOSIÇÃO

O alçado mais prestigiado está voltado a nascente.



Adaptado de Manuel Atanásio, "Largo do Paço", Braga, U.M., s/d.

Conjunto de edifícios que caracterizam o Paço Episcopal e seus jardins, desempenhando o fulcro em função do qual são constituídos o largo do Paço e o Campo dos touros (Praça Municipal).

3.7 - PAVIMENTO

Lajeado de pedra grande irregular intercalado com lajeado regular na rua e acessos à zona central da fonte.

3.8 - VEGETAÇÃO

Não tem.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Duas expressões arquitectónicas em confronto: o paço, onde predomina o desenho renascentista, e os edifícios fronteiros de habitação e comércio, de arquitectura típica urbana do Norte do país - fachadas estreitas e altas com a maior parte da superfície ocupada pelos vãos, frequentes varandas a diversas alturas, águas dos telhados para a frente e para trás. O colorido variado destes prédios dado pelo forro de azulejo dão-lhe uma nota pitoresca que reforça a característica da casa estreita e que contrasta muito com a austeridade das fachadas do paço.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

A fonte setecentista é uma peça importante na composição do espaço, servindo como que de elemento de ligação entre as duas arquitecturas em presença.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

O envolvimento funcional do Largo do Paço é bastante diferente do existente na Praça Municipal. O paço, como facto urbano que motivou o largo marcou-o profundamente como espaço que lhe serve de átrio contido, solene e monumentalista.

Os comércios estabelecidos são de uso ocasional ou excepcional e inscrevem-se nas características de comércio especializado da Rua do Souto, pouco contribuindo para uma atracção regular de frequentadores. A fonte, agora apenas ornamental, perdeu a utilidade que teve noutros tempos, quando não havia água domiciliária. A rua que lhe está adjacente, ao ser restringida ao trânsito de peões, ainda mais contribui para a solenidade que este espaço não deixa de transmitir.

PRAÇA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

3.12 - PERCEPÇÃO

Pela forma de acesso tangencial à praça surge gradualmente à visão, causando um acentuado contraste na arquitectura dominante da Rua do Souto; afirma-se como um espaço particular, desviado da circulação regular da rua, preservando-o e reforçando-o como átrio do paço em que a dimensão contida do espaço também contribui para tal. Há como que uma implícita dissociação entre a Rua e o Largo, reforçado pelo contraste das arquitecturas e em que a alteração do uso funcional do paço episcopal para biblioteca e reitoria pouco alterou.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A arquitectura do Paço envolveu gradualmente o espaço definindo o largo, num processo inverso da Praça do Município.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada para átrio de palácio.

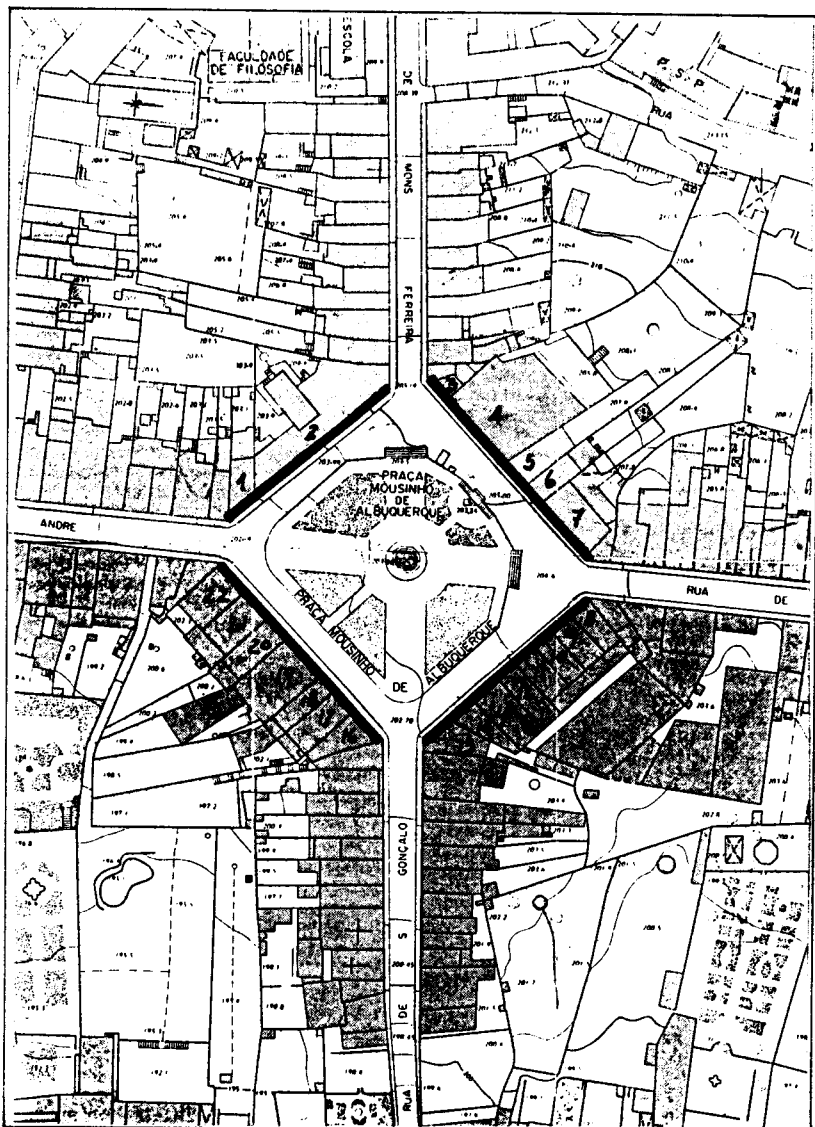
3 - PRAÇA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

3.1 - SITUAÇÃO

Localiza-se na parte Nordeste da expansão do centro, no cruzamento de ruas secundárias cuja orientação são de forma aproximada Norte-Sul e Este-Oeste.

3.2 - TOPOGRAFIA

Pendente suave com nivelamento do espaço central por desaterro das zonas mais altas. O desnível mais acentuado entre a placa central e a rua é vencido por escadarias conjungadas com muros de suporte de formas ornamentais a que foi adossada uma fonte.



Escala 1/2000

Praça Mouzinho de Albuquerque, pré-pombalina, concepção rara no contexto das praças portuguesas.

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

- 1 - R/c + 1 (habitação)
- 2 - R/c (restaurante; hab.) + 1 (hab.)
- 3 - R/c + 1 (hab.)
- 4 - R/c + 1 (Direcção Regional de Saúde - antigo solar)
- 5 e 6 - R/c + 1 (hab.)
- 7 - R/c + 1 (Patornato de Nã Sra. da Luz)
- 8 - R/c (canalizador) + 1 (hab.)
- 9 a 11 - R/c + 1 (hab.)
- 12- R/c (taberna) + 1 (hab.)
- 13 a 19 - R/c + 1 (hab.)
- 20- R/c + 1 (alfaiate)
- 21 a 23 - R/c + 1 (hab.)

3.3 - DIMENSÕES

$$75 \times 71 \text{ m} = 5325 \text{ m}^2$$

3.4 - FORMA

Quadrangular, com o acesso de quatro ruas pelos vértices e as direcções a interceptarem-se no centro da praça.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$71 / 6 = 11,8$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O edifício mais prestigiado - antigo solar actualmente ocupado pela Direcção Regional de Saúde - está exposto a Sudeste. O quadrado da praça está orientado segundo as diagonais, o que permite uma insolação mais equilibrada de todos os lados.

3.7 - PAVIMENTO

Ruas e passeios em calçada de paralelepípedos de granito; jardim em saibro, excepto junto à fonte, onde foi aplicado um lageado de pedra grande irregular.

3.8 - VEGETAÇÃO

Ajardinamento por canteiros geometrizados, limitados por sebes baixas; árvores de pequeno porte e herbáceas compõem este ajardinamento a passar por obras de recuperação.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Toda a praça foi inicialmente prevista para edifícios bastante singelos, como tudo leva a crer pela predominância das tipologias existentes. Edifícios de dois pisos com larguras de fachadas uniformes. Apenas nas cantarias de vãos e nas cimalthas foi posto um maior cuidado, mas sem que

deixe de significar a intenção utilitária dos edifícios, livres de ornamentos.

Próximo do vértice Norte da praça localiza-se o antigo Solar dos Condes de Carcavelos, de um neo-barroco incipiente e que introduz a nota dissonante em toda a arquitectura envolvente do espaço. Se a métrica da maioria das fachadas sugere o estilo pombalino, a silharia dá-lhe menos austeridade, propondo um equilíbrio raríssimo na arquitectura das praças portuguesas.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

A praça é pontuada com um monumento a D. Pedro V, curiosamente oferecido por particulares.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação é predominantemente de habitação. Apenas um serviço público, duas ocupações artesanais - canalizador e alfaiate, uma taberna, um restaurante e uma casa reservada a actividades religiosas estabelecem alguma diversidade. Se pensarmos que o solar agora ocupado com o serviço público também foi habitação e verificar-mos a pequena dimensão das outras ocupações, não nos parece haver dúvidas que esta praça foi constituída para ser um lugar exclusivo de habitação.

3.12 - PERCEPÇÃO

Esta invulgar praça, pelo tipo de acessos através dos vértices do quadrado, dá-nos a impressão de um espaço poligonal. A preocupação de unidade de todo o espaço é afirmada pela continuidade das cimalthas e beiradas ao mesmo nível, apesar dos desníveis que apresentam as ruas perimetrais. O espaço central, teve pouco em atenção a ideia inicial de unidade, perturbando as intenções primárias com uma distribuição de árvores e arbustos segundo uma lógica de preenchimento da área. a estátua central, embora de porte modesto, centraliza o espaço que pela posição da fonte tende à excentricidade.

Aspectos dissonantes encontram-se no mau estado de alguns imóveis e na irregularidade de processos de aproveitamento dos forros ou acrescentos. Algumas alternâncias nas cores de fachada entre branco e ocre também quebram a desejável continuidade destes edifícios de afirmado carácter unitário.

4 - CONCLUSÕES

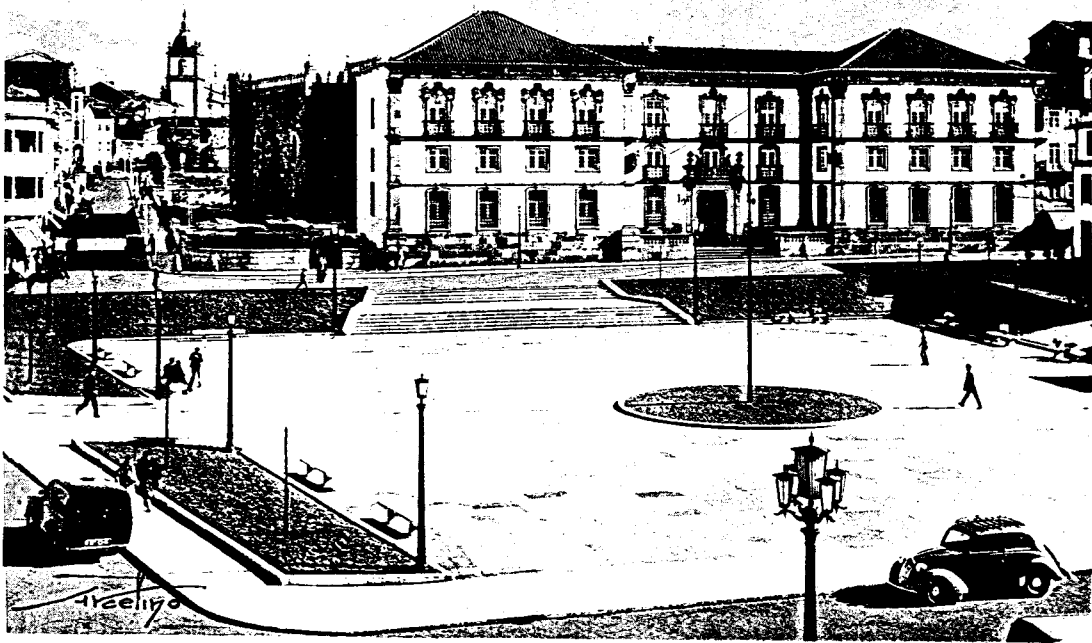
4.1 - SÍNTESE

Trata-se de uma praça planeada anteriormente ao período pombalino, apresentando uma solução espacial aliada a uma preocupação de unidade deveras invulgar em praças portuguesas, pelo que merecia um melhor tratamento tanto para os edifícios como para o jardim.

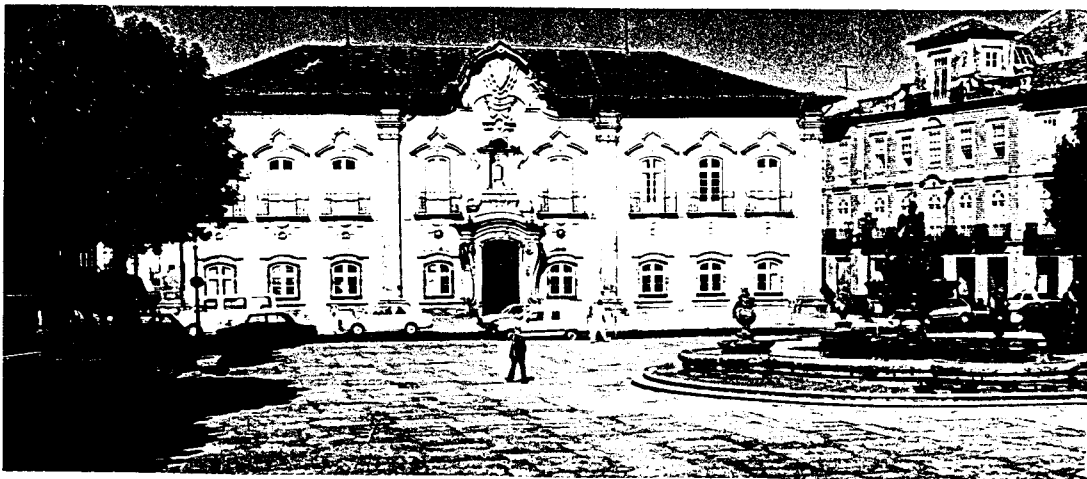
Praça planeada e destinada a habitação, sem preocupações de incluir em si instituições, pelo que nos sugere uma analogia com a *square* inglesa, o que é raríssimo em Portugal, senão caso único até ao século XIX.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada urbano-arquitectónicamente, só para habitação.



1
2
3



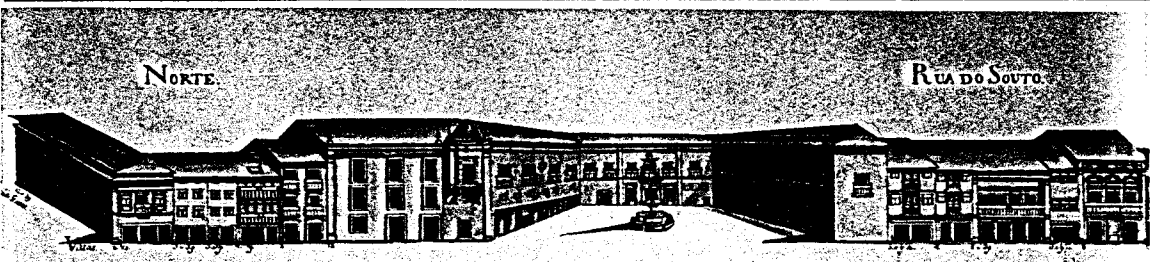
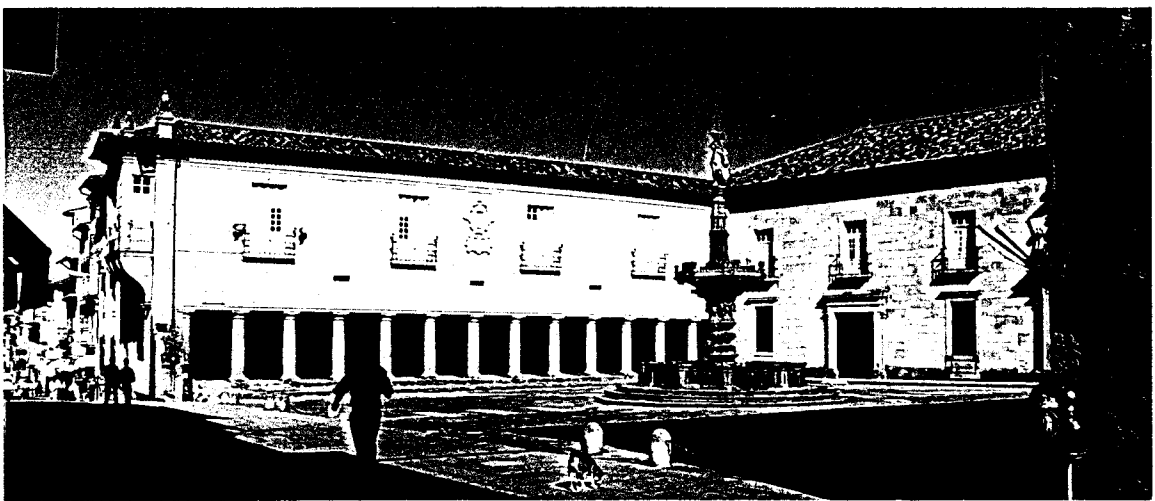
PRAÇA DO MUNICÍPIO

Fig. 1 - Imagem da praça das primeiras décadas deste século.

Fig. 2 - A fonte do Pelicano.

Fig. 3 - Lado Sul - fachada da Câmara Municipal.

1
2
3



UL PORTA DO SOUTO SVI R

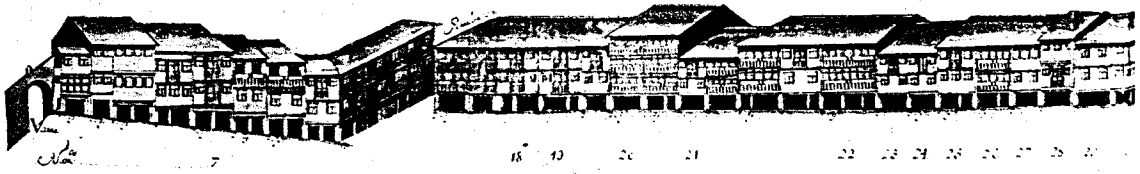
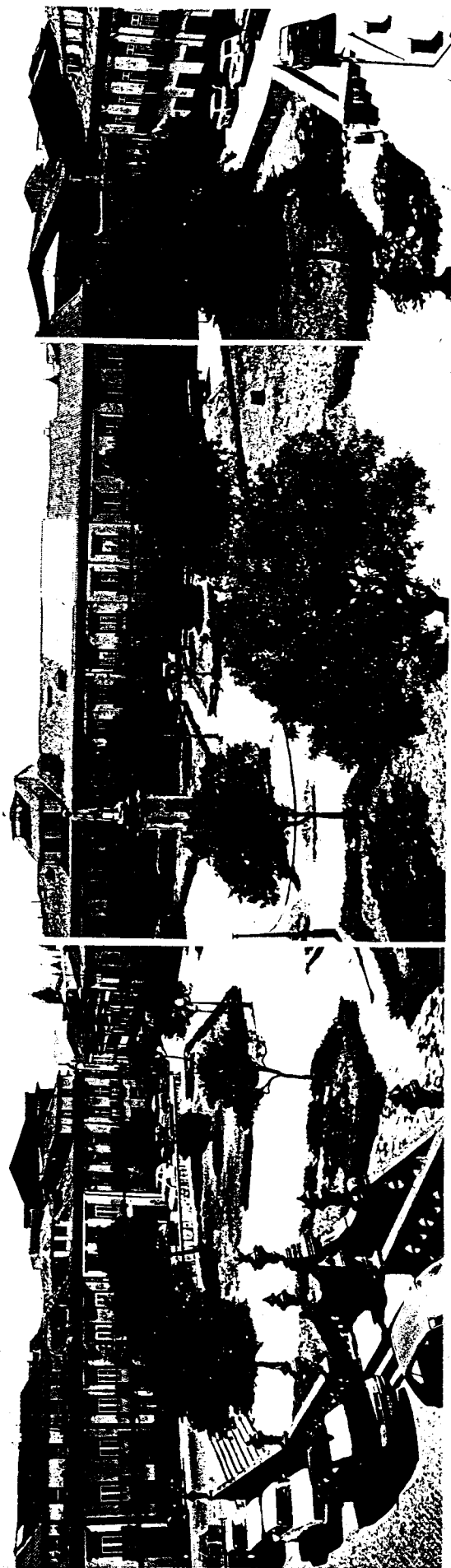


Fig. 1 e 2 - Largo do Paço actual.

Fig. 3 - Largo do Paço, segundo as gravuras do livro do P. Ricardo Rocha, *Mapa das ruas de Braga*, 1750.

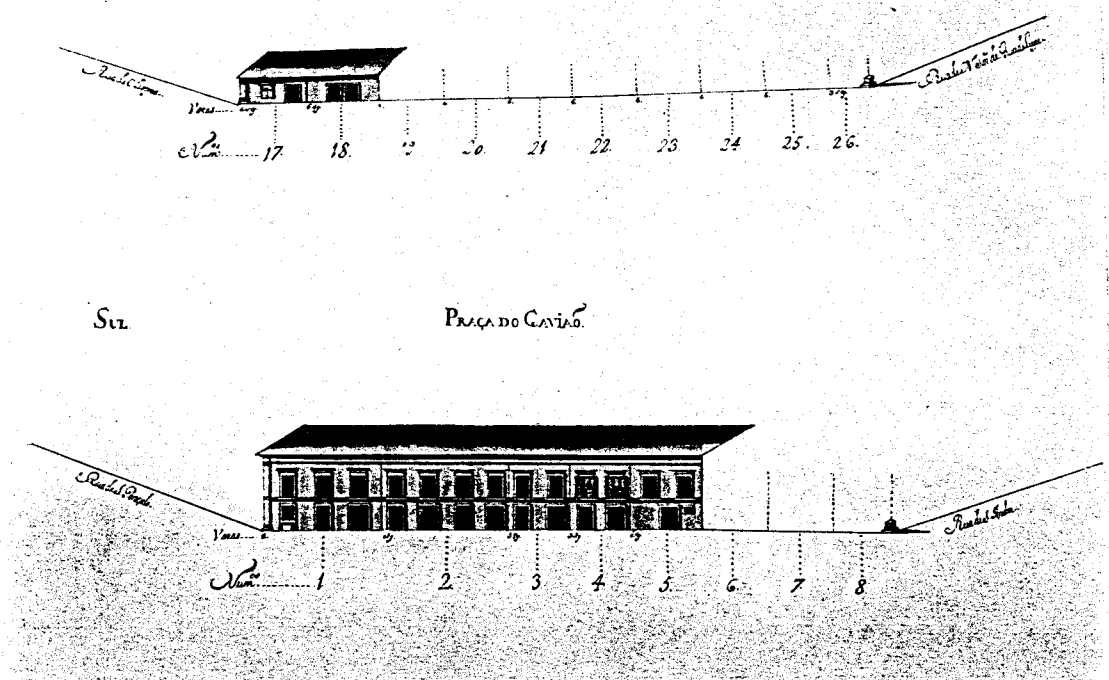


1
—
2

PRAÇA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

Fig. 1 - Panorâmica sobre o lado Sul da praça.

Fig. 2 - Trecho do lado Norte.



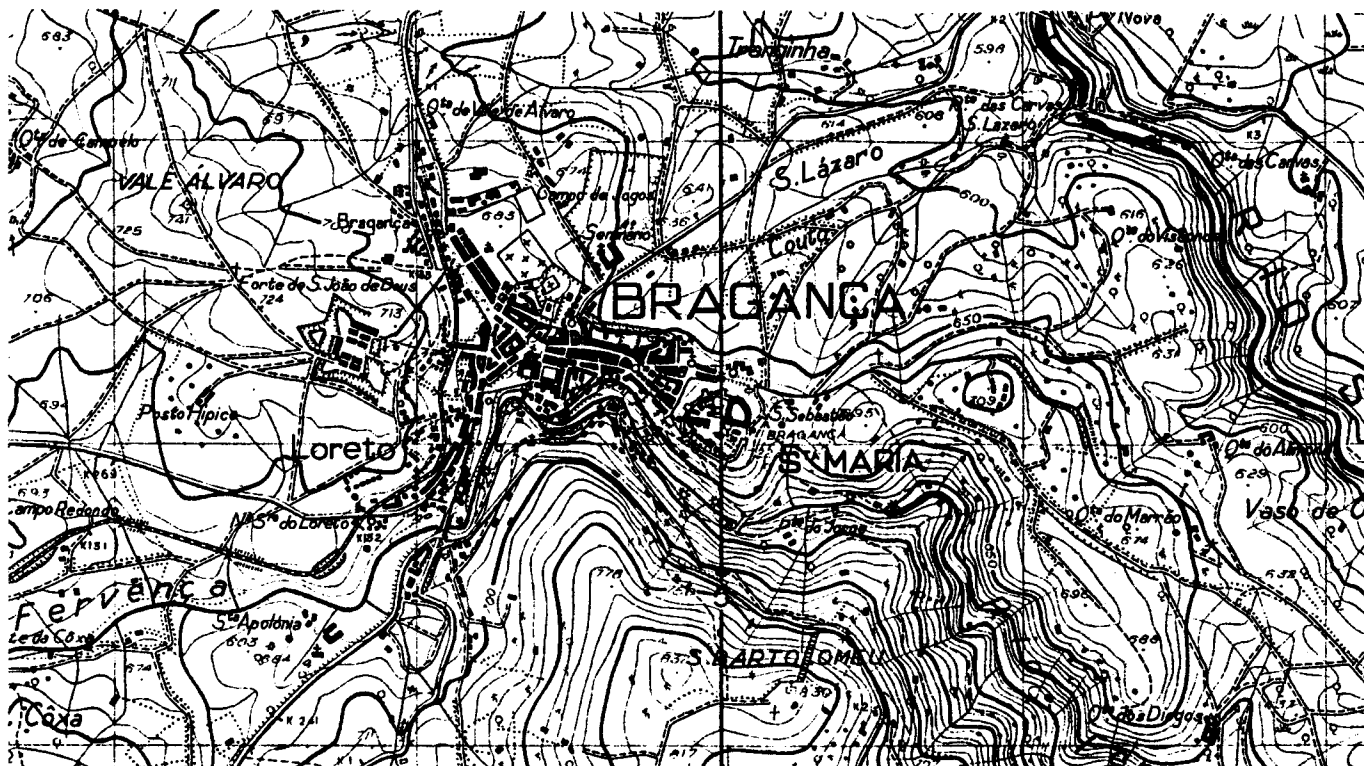
1
2



Fig. 1 - Reprodução da gravura referente à Praça Mouzinho de Albuquerque, inserta no Mapa das ruas de Braga (Rocha, 1750).

Fig. 2 - Imagem actual do lado Sudeste da praça. Apesar das alterações introduzidas com o acrescento de andares, está patente a preocupação de unidade de cada lado da praça pelo nivelamento da cimalha e regularidade do desenho de vãos e silharia.

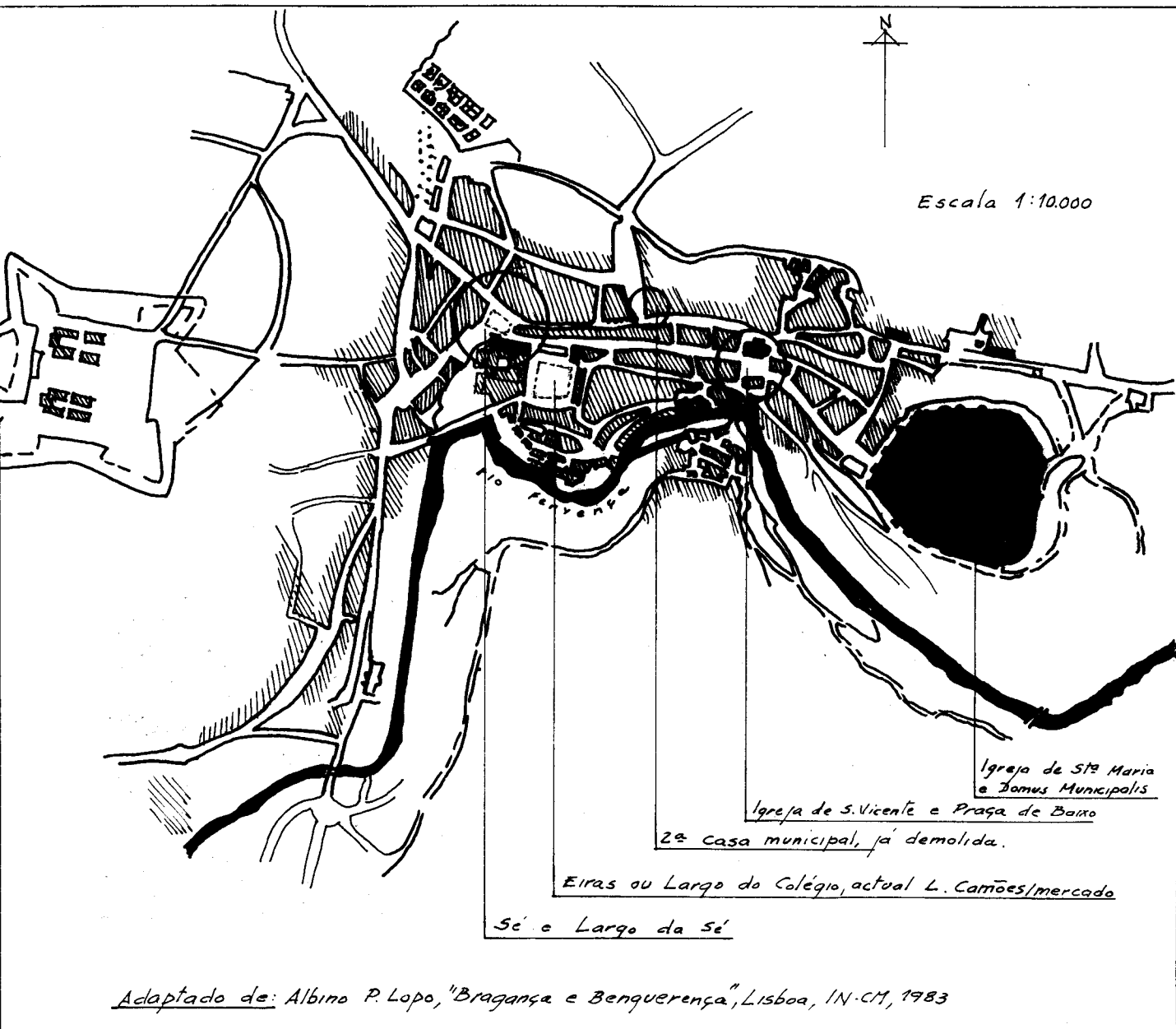
BRAGANÇA



Escala 1:25 000

1 - SÍTIO

Bragança foi uma das povoações nascida e desenvolvida por acções régias. Localizada próxima da fronteira com Espanha, escolheu para se implantar um sítio alcandorado, oferecendo encostas abruptas para o lado de Espanha, com o acesso ainda dificultado pelos rios Fervença, Sabor e seus afluentes. Para Oeste o monte do castelo liga-se com outros menores, com declives mais suaves e adequados à construção, favorecendo as exposições a Sul que a margem esquerda do rio Fervença oferece.



BRAGANÇA EM 1897

Bragança representa um dos casos de crescimento urbano com um sentido predominante - para Oeste - implicando sucessivas deslocações do centro. Na fase arcaica, Medieval, o centro estava representado pelo adro de Sta. Maria e pela Domus que lhe estava anexa. A expansão extramuros e a mais fácil acessibilidade provocou um segundo centro no adro de S. Vicente, formando a Praça de Baixo .

O terceiro centro que ainda, em parte, persiste, constituiu-se na confluência de ruas de acesso à igreja da Sé. O Largo da Sé liga-se com o núcleo muralhado pela Rua Direita, que também atravessa a Praça de Baixo.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Processo típico de génese das povoações fronteiriças dos séculos XII - XIV: constituição de um núcleo defensivo, posteriormente reforçado com mais importante torre de menagem, ampliação de muralhas, crescimento da povoação para fora do perímetro defendido, etc. Mas só em 1439 ficou concluído o imponente castelo, a mais importante praça defensiva e dissuasora da linha fronteiriça de Nordeste.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Pelas condições geográficas apontadas e pela importância da ligação às estradas regionais a expansão da urbe fez-se para Oeste, procurando as encostas soalheiras e as linhas de fecho. Processo interactivo conjugado com as instituições religiosas e civis, poderosos determinantes na constituição de espaços públicos.

2.3 - MALHA URBANA

Irregular, com duas ruas a tomar inicialmente importância no desenvolvimento longitudinal, a Rua Direita e a Rua de Baixo. Para além destas ruas e suas travessas, que sensivelmente ocupam uma linha de fecho, formaram-se ocupações próximas das margens do rio Fervença, com traçados irregulares e em correspondência com o seu leito.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça da Sé resulta da confluência de ruas principais do crescimento urbano, onde se localizou a igreja. Documentos dos fins do século XVI referem uma cintura de muralhas que atingiam a Praça da Sé (Cf. Monteiro, 1988; 15). Poderá então admitir-se que se formou a praça em ligação com uma Porta, seja como terreiro interior ou como rossio.

3.2 - TOPOGRAFIA

Pendente suave de Oeste para Este.

3.3 - DIMENSÕES

$$75 \times (43 + 22 / 2) = 2437,5 \text{ m}^2$$

3.4 - FORMA

Trapézio irregular, adjacente ao alçado lateral esquerdo (alçado Norte) da Sé. Notar que outro espaço fronteiro à igreja articula-se com este e que resulta igualmente da confluência de duas ruas.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$32,5 / 6,5 = 5$$

Note-se que um novo edifício, implantado no extremo Oeste da praça, com cinco pisos, altera completamente a escala do envolvimento.

3.6 - EXPOSIÇÃO

O sentido de maior dimensão é aproximadamente Este-Oeste, o que privilegia as fachadas a Norte da praça, onde se localizaram solares de factura mais esmerada.

3.7 - PAVIMENTO

Placa central lajeada, ruas calcetadas com paralelepípedos.

3.8 - VEGETAÇÃO

Total ausência de elementos vegetais.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Destaca-se a igreja edificada no século XVI pelos jesuítas. Sendo um exemplar pobre no seu género, não deixa de dominar a praça, mais pela solenidade e volume do que pela riqueza. A torre sineira, adaptada a torre de relógio, é o elemento com mais acusada verticalidade que em determinadas perspectivas estabelece um contraponto à imponente torre de mena-

gem do castelo que serve de plano de fundo. O lado Norte da praça é ocupado actualmente por casas de habitação e comércio de que sobressai a Casa dos Calainhos, moradia brasonada do século XVIII, situada a meio da praça. Ainda neste plano de fachadas outra moradia de menor porte mas com elementos arquitectónicos interessantes: padieiras renascentistas, cuidada cimalha, pilastras nos cunhais encimados por duas enormes gárgolas e fogaréus que sugerem adaptações. Os restantes edifícios são incaracterísticos, desprezando a unidade obtida pela cércea.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Um cruzeiro renascentista com coluna salomónica, datado de 1689.

3.11 - FUNÇÕES

Espaço essencialmente dinâmico, nó de tráfego, pouco adequado a proporcionar a estadia. Reduzida ocupação funcional de uso diário reforçam a situação e proporcionam a formação de um novo centro.

3.12 - PERCEPÇÃO

A praça resultou principalmente da confluência das vias e a sua forma é um resultado de tal. A localização da igreja dos jesuítas teria aproveitado essa situação de fácil acessibilidade. A igreja é o elemento marcante pelo contraste do ritmo dos seus elementos com os edifícios fronteiros, mas não tão importante que altere a funcionalidade do espaço. Julgamos que a qualidade mais marcante deste espaço reside no facto de proporcionar uma interessante paisagem urbana dada pelo enfiamento visual com a Rua Direita e o castelo.

A falta de unidade espacial para o qual o envolvimento arquitectónico não contribui e uma secundarização da arquitectura em benefício de letreiros, anúncios e toldos, são elementos dissonantes.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Espaço pouco marcado como praça, que surgiu na sequência de um crescimento urbano unidireccional que foi gerando também centros sucessivos; um novo centro afirma-se já a Oeste, na Praça Prof. Cavaleiro de Ferreira.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça resultante da confluência de ruas principais a que se juntaram igreja e solares.



Fig.1 - "Vista de Bragança", aguarela de Alberto de Sousa, 1937. Museu do Abade de Baçal.



1
2 | 3

Fig. 1 - A confluência das ruas vindas do monte do castelo com outras vindas de Sudoeste e Oeste contribuíram para a formação da praça.

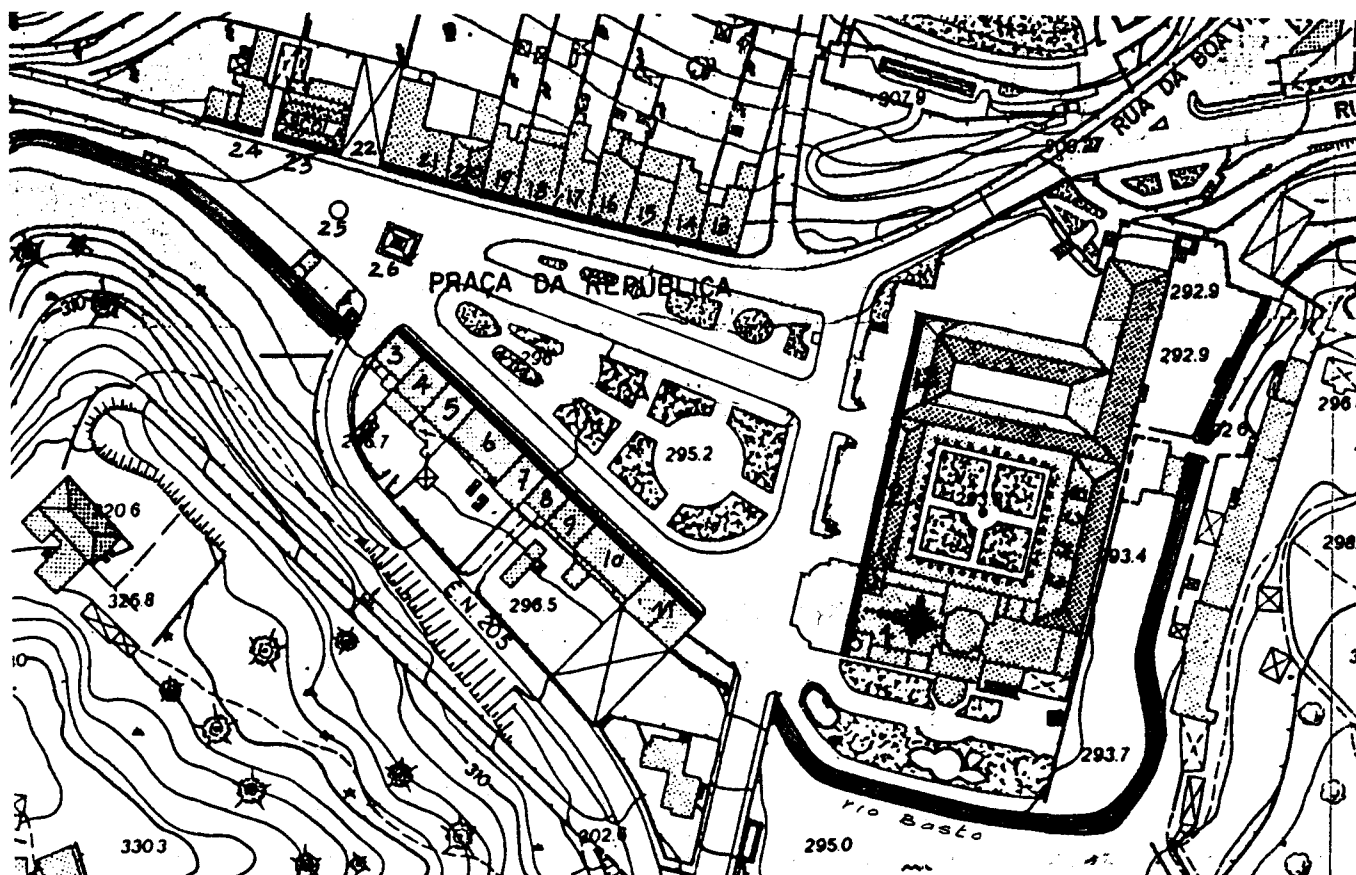
Fig. 2 - A Rua Direita (actual rua dos Combatentes da Grande Guerra) e a sua relação com o núcleo original.

Fig. 3 - A Sudoeste outra confluência de ruas produz outro espaço que se articula com a praça.



Panorâmica do alçado da praça voltado a Sul, onde se localizaram solares setecentistas, hoje arquitectónicamente diminuídos pelo envolvimento de tabuletas, cartazes, e dos anúncios indiscriminados.

PRAÇA DA REPÚBLICA



Escala 1:2000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DA REPÚBLICA

- 1 - Igreja
- 2 - R/c + 1 (Câmara Municipal e outros serviços)
- 3 - R/c (fotografia e audiovisuais; escritório de rodoviária) + 2 (habitação)
- 4 - R/c + 1 (sede do P.S.D.)
- 5 - R/c (cabeleireiro; seguros; agência contabilística) + 1 (cabeleireiro; sede do C.D.S.)
- 6 - R/c + 1 (hab.)
- 7 - R/c (agência de viagens; fotografia) + 1 (hab.)
- 8 - R/c (barbeiro) + 1 (hab.)
- 9 - R/c (restaurante-bar; clube de vídeo) + 1 (hab.)
- 10- R/c (electrodoméstico; Rodoviária Nacional) + 1 (escritórios)
- 11- R/c + 1 (hab.) + 2 (repartição pública)
- 12- R/c (papeleria) + 1 (Câmara Municipal)
- 13- R/c (pronto a vestir) + 1 (cabeleireiro)
- 14- R/c (dentista) + 1 (hab.)
- 15- R/c (farmácia) + 2 (hab.)
- 16/17- R/c (mercearia) + 1 (hab.)
- 18- R/c (depósito de pão) + 2 (hab.)
- 19- R/c + 1 (em obras)
- 20- R/c + 1 (correios)
- 21- R/c + 1 (hab.)
- 22- R/c (oficina)
- 23- R/c + 2 (serviços técnicos da Câmara)
- 24- R/c (restaurante) + 1 (hab.)
- 25- Palmeira
- 26- Cruzeiro de 1737

1 - SÍTIO

A uma latitude intermédia de Guimarães e Braga, a região de Basto situa-se na fronteira entre o Minho e Trás-os-Montes. Cabeceiras ocupa o sopé ocidental da serra da Cabreira, num vale irrigado pelo Basto, pequeno rio afluente do Tâmega. O relevo acentuado dificulta as comunicações, pelo que Cabeceiras de Basto é servida apenas por estradas secundárias que a ligam às cidades mais próximas.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Tal como em Alcobaça, é impossível falar da povoação sem nomear o convento; a sua origem remonta ao século XII, mas o actual edifício foi totalmente reconstruído em XVII. Foi um dos conventos mais ricos da ordem beneditina. Embora a região tivesse povoamento desde a pré-história, o convento foi fulcral para o repovoamento. A feira franca de S. Miguel, aqui instituída por D. Dinis, a que se juntou a procissão ao padroeiro, terá sido outro contributo. No século XIX, extintas as Ordens e instalada a administração concelhia no edifício do convento, proporcionou o aparecimento do pequeno aglomerado urbano à volta do antigo Terreiro conventual.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Radiocêntrico, a partir do terreiro do convento.

2.3 - MALHA URBANA

Irregular, seguindo o alinhamento das vias pré-existentes. A praça é mantida como o grande espaço público.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Em relação com a fachada do convento. Entre as duas torres da igreja a um nível elevado e sobreposto ao portal da

entrada, existe uma ampla varanda de onze metros de comprimento, donde era celebrada missa campal, "*sempre assistida por milhares de pessoas que se estendiam pela alameda fronteira*" (Cunha, 1958; 23). Isto explica a dimensão do terreiro.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

$$155 \times (115 + 27 / 2) \text{ metros} = 11005 \text{ m}^2$$

3.4 - FORMA

Triangular com a base correspondente à fachada da igreja e convento.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$71 / 6 = 11,8 \text{ (utilizando a largura média do triângulo)}$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A igreja com orientação aproximada de Este-Oeste determinou a exposição do espaço em que a maior dimensão segue a mesma orientação.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada e saibro na zona central ajardinada.

3.8 - VEGETAÇÃO

Segundo referências diversas existiram árvores frondosas neste terreiro que foram substituídas pelas actuais do ajardinamento. É claro que este jardim não se preocupou em proporcionar a antiga missa campal nem a feira que se vai instalando aqui como pode, entre ruas e jardins. As espécies predominantes no jardim são:

Tilia cordata, Lagestroemia indica, Hibiscus syriacus, Phoenix canariensis.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

No lado Este da praça domina a grandiosidade da igreja que em contraste com a modesta arquitectura da região ganha uma aura de fausto. A sua forma lembra a basílica da Estrela, em Lisboa, o que dá ideia da força com que domina o vasto terreiro. O restante envolvimento da praça é feito por edifícios singelos, de habitação e comércio, numa arquitectura eclética de elementos derivados do barroco com outros de expressão neo-clássica.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No lado da praça oposto ao convento está um cruzeiro, datado de 1737; um outro elemento remata o extremo da praça - uma bela palmeira, a dar nota de exotismo a todo o espaço.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição percentual é a seguinte:

Serviços	39%
Uso diário	19%
Uso ocasional	39%
Uso excepcional	3%

Predominam os serviços, com a Câmara Municipal, séde de transportes públicos, séde de partidos políticos, etc, funções normalmente ocorrentes nos centros urbanos, ainda que de modesta dimensão, como é o caso. As funções de uso diário e ocasional também têm uma boa representação, sendo raras as funções de uso excepcional, o que está de acordo com as características rurais do aglomerado.

3.12 - PERCEPÇÃO

É impossível fugir ao poder atractivo da exuberante igreja e antigo convento anexo, geradores de todo o espaço fronteiro, como é bem evidente na forma triangular do espaço. O ajardinamento do antigo terreiro do convento deu ao espaço um semblante de parque, dado o vasto espaço envolvido nos lados adjacentes ao convento e igreja por edifícios

domésticos de modesto porte. Além das ruas laterais ao espaço triangulado existe um amplo arruamento central, normalmente utilizado para a feira. Todo o espaço surge assim pouco pensado como um todo, mas antes organizado em áreas polarizadoras de usos diversos.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A observação do aglomerado urbano e em particular da sua praça dá-nos a indicação da desproporção dimensional desta, só compreensível no quadro dos antigos usos polarizados pela estrutura religiosa, traduzida em romarias, procissões, feiras e arraiais. Em tempos mais recuados todo este espaço fez parte dos domínios do convento.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Terreiro conventual - peregrinações, actos religiosos, mercado, feiras e festividades cíclicas.



Fig. 2 - Fachada da igreja do convento.

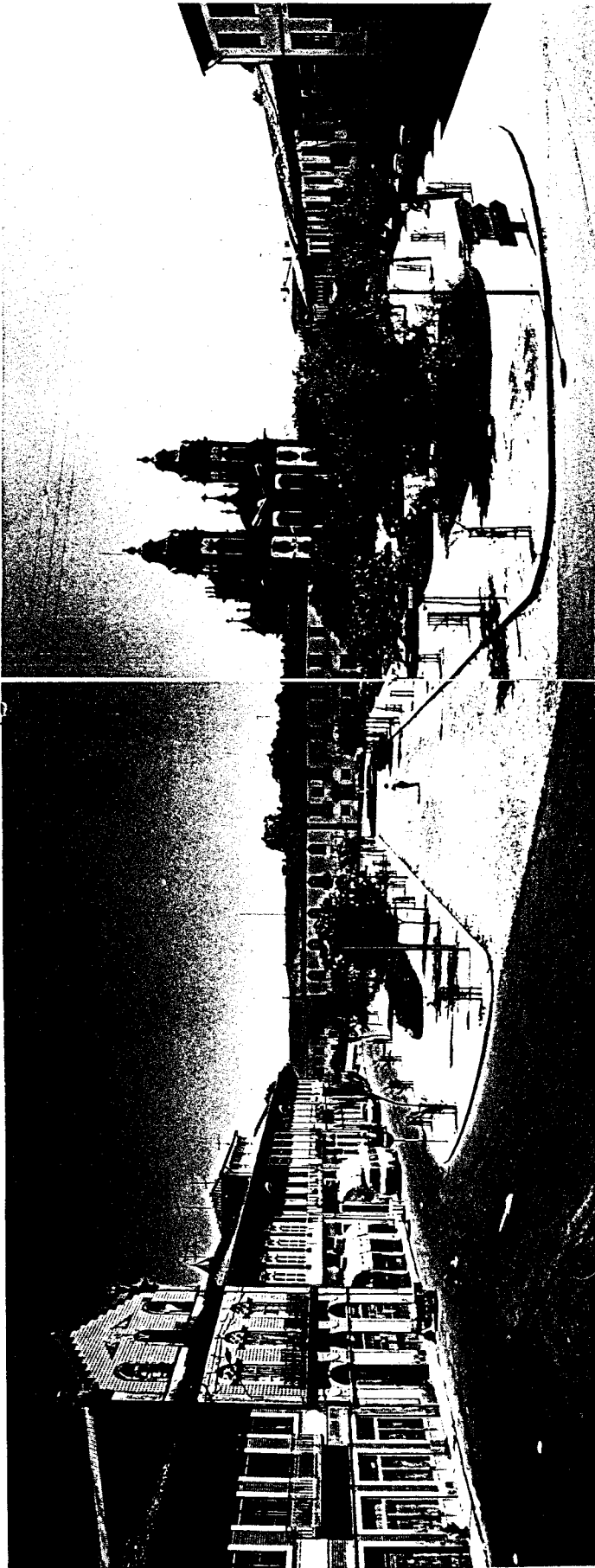
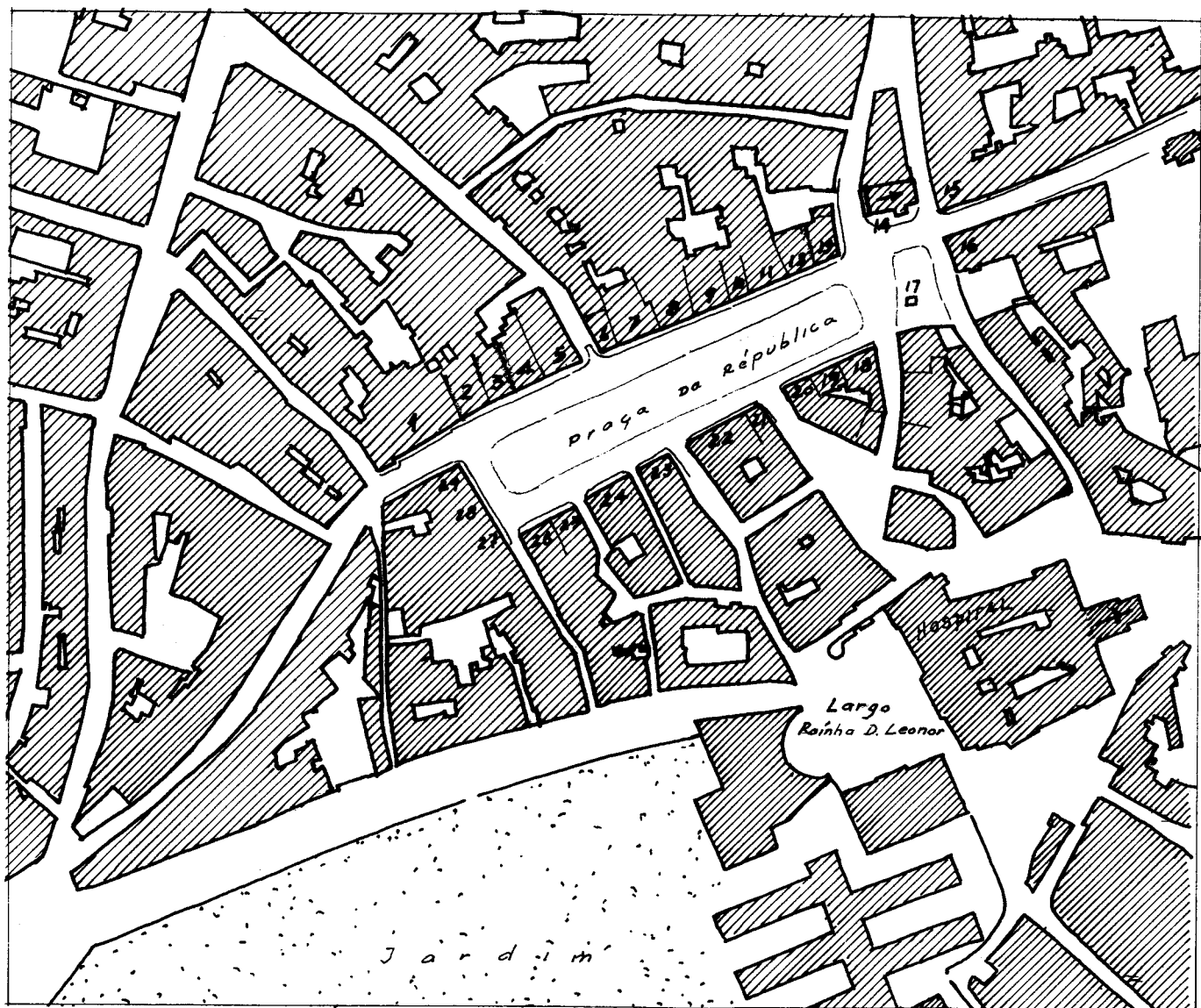


Fig. 1 - Vista sobre o lado Este da praça.

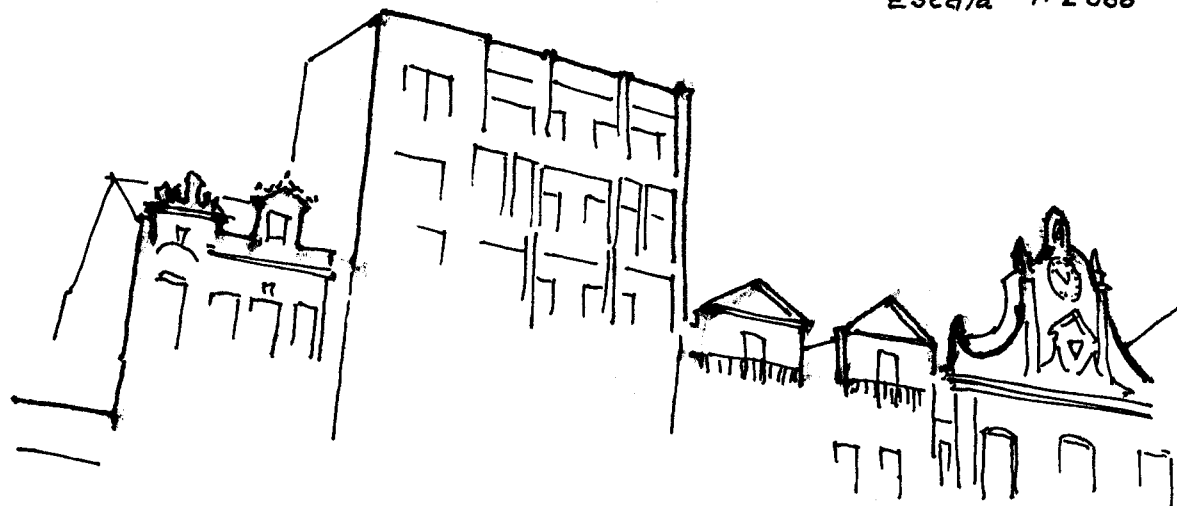
Fig. 2 - Vista sobre o lado Oeste da praça.

$\frac{1}{2}$

PRAÇA DA REPÚBLICA



Escaia 1:2000



Pormenor da silhueta do lado Norte da praça.

1 - SÍTIO

Situa-se a Norte de Óbidos, junto á estrada que une Torres Vedras a Alcobaça. A poucos quilómetros da costa marítima, beneficia do trânsito para ela e da região agrícola onde se implanta. Circundam-na paisagens amenas, de relevos pouco acentuados, tal como acontece em grande parte da faixa costeira do país. O caminho de ferro que por ela passa valorizou-a apreciavelmente.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

É das poucas povoações portuguesas que deve a sua existência ao facto de possuir águas medicinais. A fundação da povoação só ocorreu em 1485, por interesse da rainha D. Leonor, mulher de D. João II. Desde aí instituiu-se definitivamente como urbe termal.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O balneário termal e a Misericórdia constituíram o pólo gerador da povoação, a partir do qual irradiaram ruelas irregulares que se conciliaram com a via de circulação principal, de que resultaram as formações de quarteirões para Norte e Oeste. A estação de caminho de ferro situada a Noroeste do núcleo inicial promoveu definitivamente o crescimento nesse sentido.

2.3 - MALHA URBANA

A leitura da malha urbana dá-nos indicações dos diversos estágios de desenvolvimento: os quarteirões mais irregulares, separados por ruas estreitas e curvas, definem a primeira zona que, grosso modo, está situada a Sul da Praça da República. A segunda fase correspondem quarteirões mais extensos e uma maior linearidade e alargamento das ruas. A terceira fase relaciona-se já com a estação dos caminhos de ferro e com planos de urbanização que originou depois dos anos quarenta.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A praça está situada entre a primeira e a segunda zona morfológica que apontámos e é adjacente à principal via de acesso ao centro.

3.2 - TOPOGRAFIA

Pendente suave de NE para SO.

3.3 - DIMENSÕES

$$160 \times (30 + 38 / 2) \text{ m} = 5440 \text{ m}^2$$

3.4 - FORMA

A forma é quase um rectângulo (a maior diferença na largura é de 8 metros) com uma proporção bastante alongada (1:4,7).

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$34 / 9 = 3,7$$

Esta estimativa está bastante alterada dado o aumento de andares dos edifícios mais recentes.

3.6 - EXPOSIÇÃO

A maior dimensão coincide com a via de acesso que vem sensivelmente SNE para NSO. Disto resulta que os edifícios que nos restam com maior antiguidade e prestígio estejam localizados com a fachada (ou um dos lados) para Sul; é o caso do edifício da Casa da Câmara e da igreja de S. Sebastião.

3.7 - PAVIMENTO

Arruamentos principais asfaltados; arruamentos secundários e limitados a peões, empedrados; tabuleiro central empedra-

do com interessante desenho, de calcáreo branco e preto, executado em 1883.

3.8 - VEGETAÇÃO

Nos lados maiores do tabuleiro existem duas filas de árvores de diferentes espécies e idades.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

O envolvimento arquitectónico desta praça é como que um mostruário anárquico de uma arquitectura civil de pequena cidade, desde os séculos XVIII até à presente data. Se as fachadas antigas embora apresentassem diversas expressões formais pouco variavam na cércea (no máximo um andar mais água furtada), actualmente ao desprezo pela integração das formas juntou-se a ânsia especulativa, de que resultam acrescentos de mais três andares, em relação a edifícios adjacentes. Enquadrada nesta anarquia, a pequena igreja de S. Sebastião, situada no extremo NE da praça, obra do século XVI e restaurada no século XVIII, surge como peça remetida para uma importância secundária do envolvimento arquitectónico.

3.10 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição percentual das diversas ocupações é a seguinte:

Serviços	24%
Consumo diário	23%
Consumo ocasional	46%
Consumo excepcional	7%

Esta relação quantitativa não traduz a importância real pois os serviços têm bastante mais importância do que traduz a sua percentagem no conjunto, uma vez que nesta rubrica se integram a Câmara Municipal, os bancos e seguros, bastante importantes para a vivência da praça. Mas de uma forma geral a pouca expressão de funções de uso excepcional também é indicador da boa dinâmica que a praça possui. Outro aspecto não menos importante está no uso do espaço livre da praça, onde semanalmente funciona um mercado muito activo, que transforma todo o espaço num lugar de grande afluência da população.

3.11 - PERCEPÇÃO

A percepção deste espaço varia muito com o que lá ocorre no momento: no dia de mercado, sobretudo ao sábado de manhã, reina uma espécie de "confusão controlada", onde as tendas com os seus toldos e guarda-sois, os carros por todo o lado e o enxame de gente tornam a praça num pequeno mundo de aspectos variados. Depois que o mercado acaba, tudo é arrumado e limpo, o espaço surge como que outro, abarcável num olhar. O tabuleiro central parece mais comprido. Esta praça é bem o exemplo da importância das funções que ocorrem, ou que contém, como seja a variedade de comércio e serviços, permanentemente a dar uma utilização variada, como verdadeiro centro que é. Como elementos dissonantes há a referir o envolvimento arquitectónico não adequado à importância do espaço.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

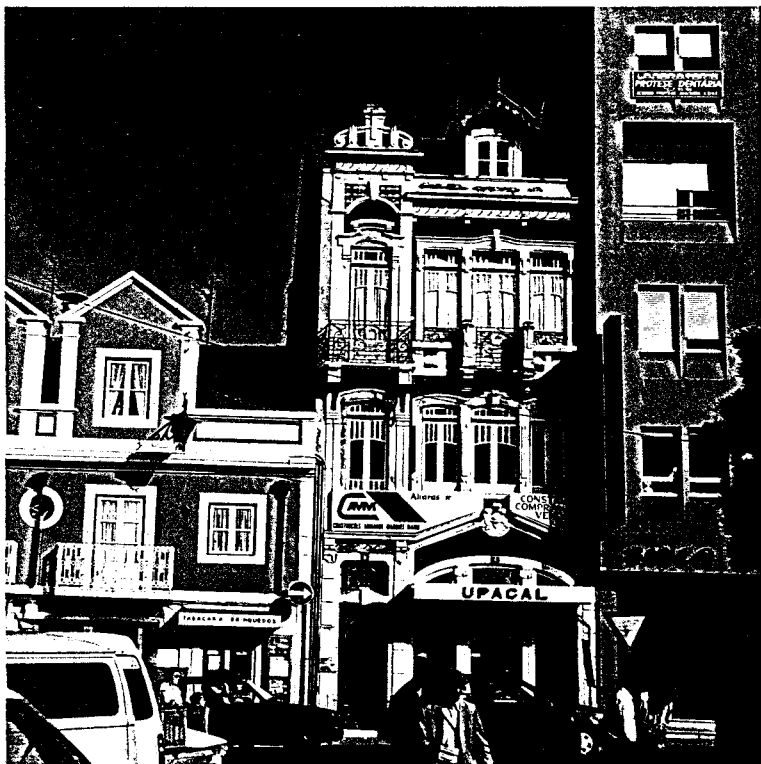
Espaço que surge da relação com as vias de acesso, a topografia e o núcleo gerador do aglomerado - os edifícios das termas. Assume-se facilmente como centro urbano e como sítio de comércio e de serviços, onde se instalam uma pequena igreja, a Casa da Câmara, edifícios de habitação e comércio.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado com Casa da Câmara.



Sábado de manhã: um dos mais movimentados mercados da região, onde as hortaliças, os enchidos e queijos, os doces e os pães coexistem na venda, à mistura com a louça das Caldas...



Em cima: uma arquitectura dos séculos XVIII e XIX que envolvia a praça não conseguiu resistir à avalanche dos novos empreendimentos imobiliários, destruindo o carácter desta praça.

Em baixo: levantadas as feiras e mercados que ocorrem de manhã, fica livre o bonito empedrado da praça. Voltou a calma, e com ela os que a necessitam.

CAMINHA



Escala 1:25000

DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO FUNCIONAL

- 1 - Torre do Relógio
- 2 - R/c (Junta Autónoma de Estradas) + 1 (Câmara Municipal)
- 3 - R/c + 1 (Câmara Municipal)
- 4 - Igreja da Misericórdia
- 5 - R/c (artesanato) + 1 (habitação)
- 6 - R/c (bar e esplanada) + 2 (hab.)
- 7 - R/c (papeleria e livraria) + 1 (hab.)
- 8 - R/c (artesanato e loiças) + 1 (hab.)
- 9 - R/c (artesanato) + 1 (hab.)
- 10- R/c (restaurante) + 2 (hab.)
- 11- R/c (pastelaria e esplanada) + 2 (hab.)
- 12- R/c + 1 (hab. - solar do século XV)
- 13- R/c (ferragens) + 1 1/2 (hab.)
- 14- R/c (panos) + 1 (escritório) + 2 (advogado)
- 15- R/c (farmácia) + 2 (hab.)
- 16- R/c (bar e esplanada) + 1 (restaurante)
- 17- R/c + 1 (Clube Caminhense e sala de exposições)
- 18- R/c (pastelaria e esplanada) + 1 (hab.)
- 19- R/c + 1 (galeria de arte)
- 20- R/c (artesanato) + 1 (hab.)
- 21- R/c (garrafeira) + 1 (hab.)
- 22- R/c + 1 (hab. -solar barroco)
- 23- R/c + 1 (banco)
- 24- Fonte

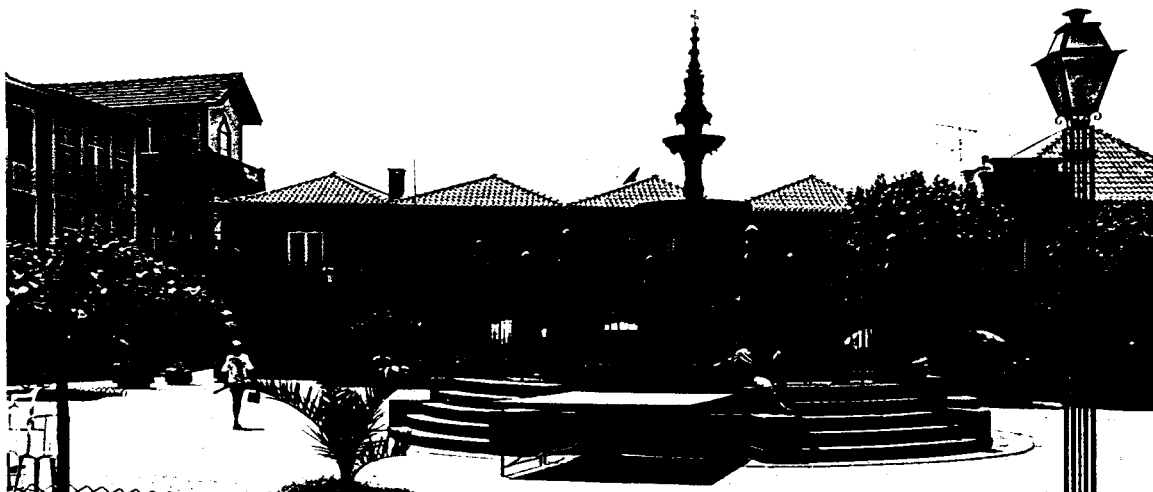


Fig. 1 - Lado Oeste da praça com a fonte de 1551 em primeiro plano e casas quinzentistas ao fundo.

1 - SÍTIO

Localizada no extremo Noroeste do país, Caminha está junto à foz dos rios Minho e Coura, olhando terras de Espanha. É a única localidade portuguesa de raiz antiga situada na margem esquerda de um rio. Parte do rio Coura alagava antigamente as terras baixas da vila. O Terreiro resultou do saneamento dos alagadiços, tornando-se espaço fundamental da vila (cf. Cruz, 1988; 9).

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Segundo vários autores, tudo leva a crer que esta região foi ocupada desde a antiguidade por um povoamento disperso. A povoação só ganhou expressão na Idade Média (op. cit.; 14). Aliás o traçado do núcleo antigo tem fortes semelhanças morfológicas com outros da mesma época. Justificaram este povoado a forte relação com o mar, pela navegação de cabotagem e pela pesca.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O assoreamento dos rios Minho e Coura é referido desde o

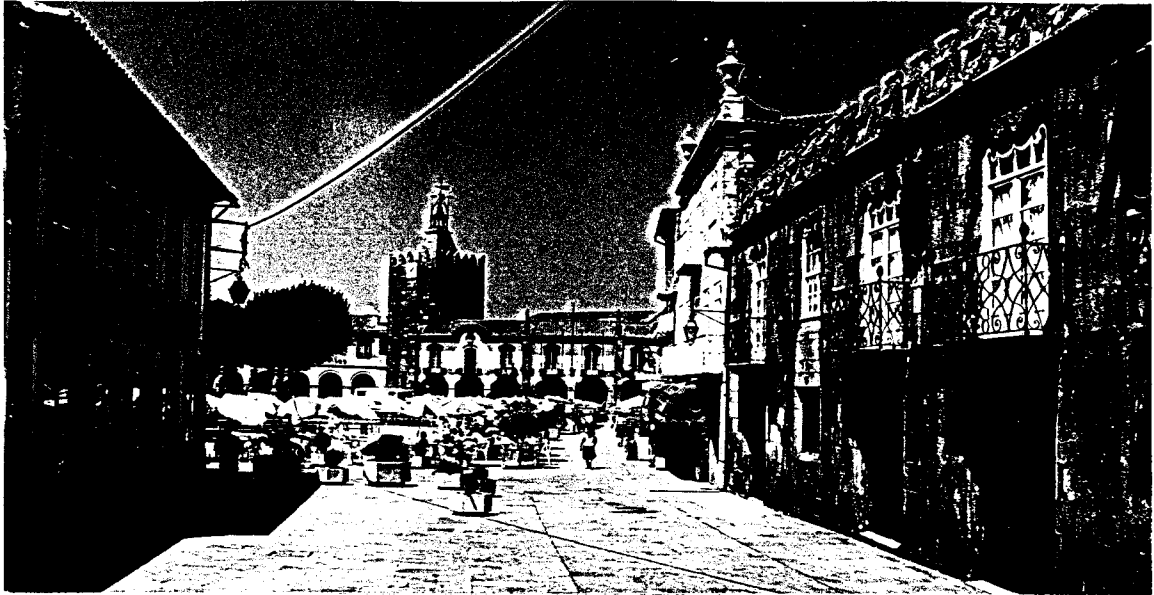


Fig. 1 - Acesso à praça pela antiga rua da Corredoura.

século XV, altura em que a pesca e o trânsito marítimo passou a ter dificuldades e a procurar outros portos, tanto mais que a tendência foi de aumento do calado das embarcações. Este fenómeno foi um entrave à prosperidade da povoação. Por outro lado o núcleo amuralhado nunca chegou a assumir um papel de praça forte de relevo. Apesar disto, no século XV/XVI a zona da actual Rua do vau e o Terreiro já estavam enxutos. Na corredoura, junto ao terreiro surgiu nessa época a Casa dos Pitas (XVI), tal como no Terreiro seria iniciado a sua definição com um grupo de casas de expressão manuelina, ainda existentes.

A matriz também só foi começada no século XV e acabada a XVI, reflectindo talvez mais a dinâmica de progresso que se viveu em todo o país do que propriamente o desafogo económico local.

2.3 - MALHA URBANA

A vila logo que extravasou os muros começou a articular-se em duas zonas: a Vila, correspondendo ao circuito amuralhado e a Rua - desenvolvimento longitudinal, paralelo à costa, formado pelos pescadores. O desenvolvimento da Corredoura tomou a direcção oposta à costa, sendo a via de penetração para o interior; no século XIX com o caminho de ferro e sua estação recebeu novo incentivo. O Terreiro, verdadeiro rossió da "Vila", espaço de limites indefinidos que teria sido, abriu-se em diversas direcções por onde se desenvolveram de maneira orgânica as diversas vias. sendo de épocas posteriores esses traçados irregulares contrastam com o rigor geométrico da malha no interior da Vila, o que nos leva a supor pertencer ao grupo de

fundações/reconstruções fronteiriças do período de D. Dinis. A topografia plana facilitou o geometrismo.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Adjacente à Porta Sul do aglomerado medieval, na situação de rossio.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

36 x 68 : 2 =	1224 m ²
50 x 67 : 2 =	1675 m ²
(17 + 27 : 2) x 24 =	528 m ²
(27 + 22 : 2) x 26 =	637 m ²
TOTAL	=4064 m ²

3.4 - FORMA

Poligonal, irregular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$46 / 6 = 7,6$$

(largura média sensivelmente pelo centro da fonte)

3.6 - EXPOSIÇÃO

Não se patenteia uma exposição dominante ou preferencial. O edifício da Câmara será o melhor situado, aproximadamente exposto a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Todo o tabuleiro da praça está actualmente empedrado com lajeado e pedra de calçada, em sóbrio mas cuidado desenho.

3.8 - VEGETAÇÃO

Duas filas de tílias constituem uma zona ensombrada de agradável estadia nas tardes de verão. Novas plantações de árvores da mesma espécie, dispersas pela periferia da praça ameaçam comprometer a unidade espacial actualmente existente.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Como é frequente em Portugal, ao espaço privilegiado da praça irem sendo impostas acções de renovação, com resultados muito diversos. Aqui coexistem arquitecturas que desde a época medieval (Torre do Relógio) ao Modernismo português (edifício no canto noroeste da praça) foram-se implantando ou substituindo outras. Tanto surge o solar quinhentista de pedra talhada à vista, como a fachada rebocada que mostra apenas as molduras de pedra nos vãos. A unis esta heterogeneidade está a cércea com uma variação contida entre os dois e os três pisos.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

A fonte do século XVI, obra do mestre canteiro João Lopes impõe-se como elemento central, fulcro de atenções. Também o maciço de tílias diferencia uma área.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição percentual é a seguinte:

Serviços	26%
Uso diário	22%
Uso ocasional	52%
Uso excepcional	0%

A maior percentagem vai para o comércio de uso ocasional, mas os serviços e o uso diário tem igualmente uma boa

representação, o que dá a esta praça apreciável vitalidade. A interdição ao trânsito automóvel contribui para atrair os turistas e outros, reforçando as potencialidades existentes, como espaço de estadia com localização central. É de referir a zona arborizada como contributo à estadia. A disponibilidade de espaço livre permite a ocorrência de manifestações lúdicas.

3.12 - PERCEPÇÃO

A percepção prevalente é a de um espaço sensivelmente quadrangular, tangente a uma das principais vias, a rua de S. João, o que possibilitou preservar a praça do grande trânsito. Apresenta-se dividida em duas zonas: uma em que o tabuleiro da praça é um espaço livre centralizado pela fonte quinhentista e a outra uma zona com frondosas tílias, possibilitando uma estadia ensombrada. Pela forma um tanto irregular e pela relação com as ruas divergentes, não se tem a sensação de praça fechada, uma vez que do enfiamento visual dada pela rua 16 de setembro é possível da praça vislumbrar o rio, tal como no sentido oposto, pela rua da Corredoura se vê o envolvimento rural. Sendo um espaço bem definido, a praça abre-se em perspectivas centrífugas que a dinamizam e lhe dão interesse pela variedade de pontos de vista que possibilita.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

O crescimento da povoação transformou o antigo rossio ligado à rua do meio ou Direita do burgo, no Campo da Feira ou Terreiro, actual praça. Aí desembocava a Corredoura por onde afluíam as populações rurais, tal como pela rua do vau chegavam os que vinham de terras acima, pelo rio Coura. Do Terreiro nasceu a "Rua", dos pescadores e artesãos ligados ao mar. Verdadeiro centro da povoação, aí existiu o pelourinho (mandado retirar por decisão camarária de 1828) o que prova bem que esta praça tinha suplantado a do interior do burgo medieval, que fora junto à igreja matriz. É de notar que sendo uma povoação portuária a praça central não se manteve excêntrica e chegada ao mar, mas pelo contrário constituiu-se mais para o interior, o que parece justificar-se pela morfologia do território e pela função estratégica-militar desempenhada.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Praça derivada de rossio, com mercado ou feira, igreja e outros edifícios importantes.

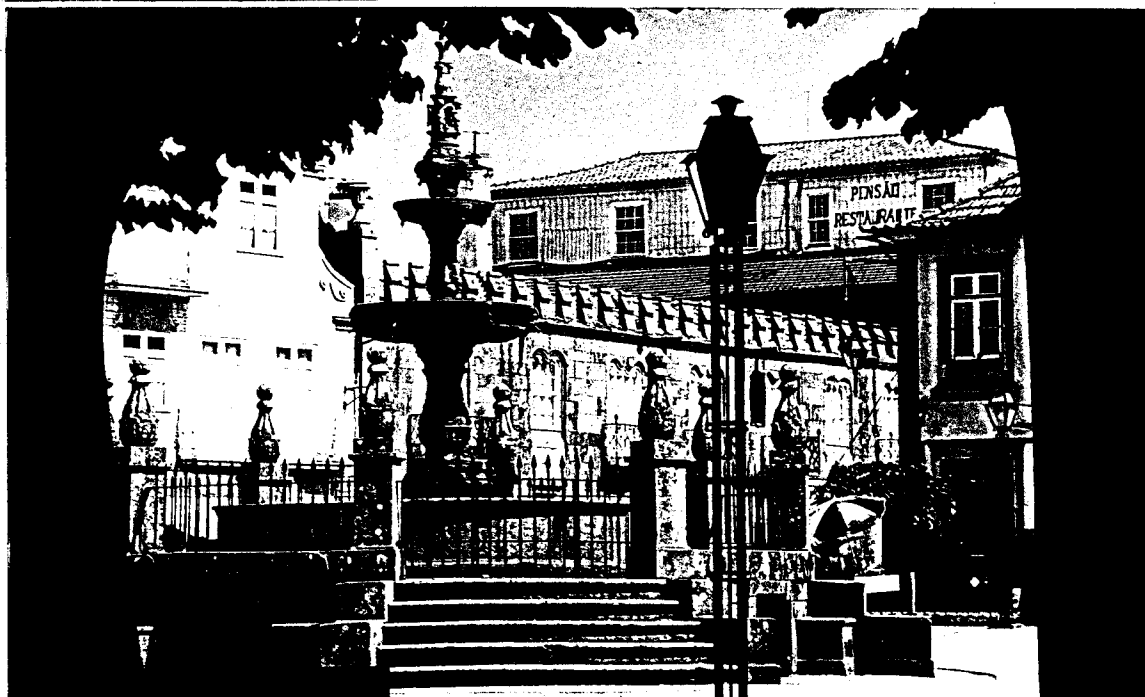


Fig. 1 - Praça Conselheiro Silva Torres ex-Terreiro, vista do alto da Torre do Relógio.

Fig. 2 - Fonte do século XVI e Casa das Pitas do século XV, duas peças importantes na praça.

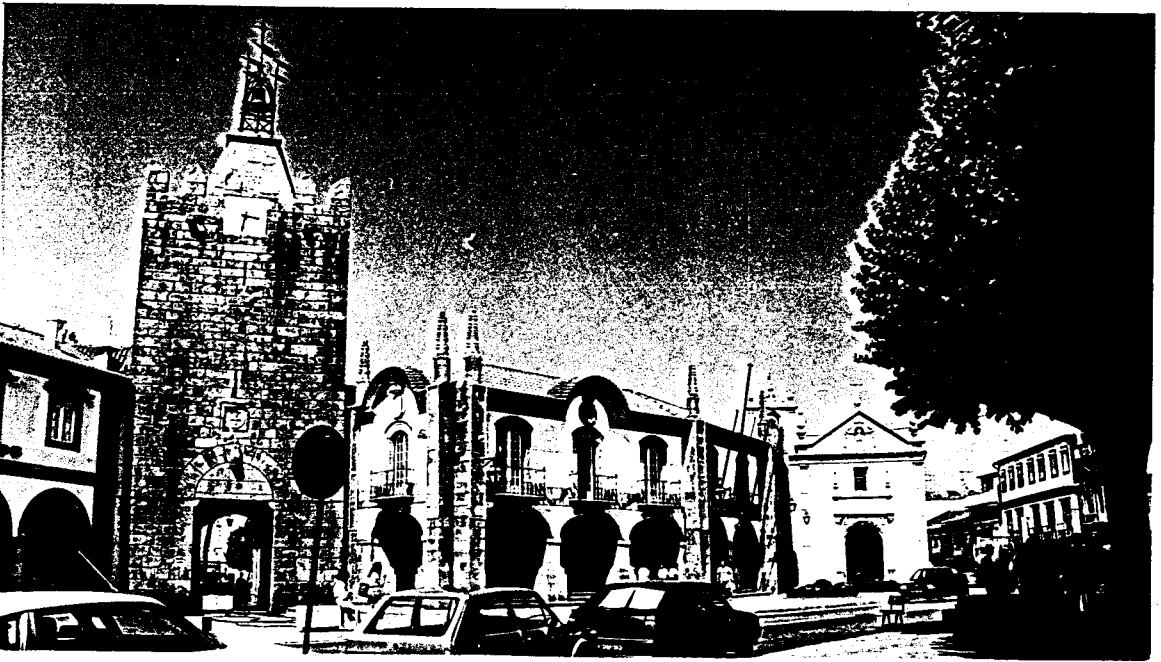
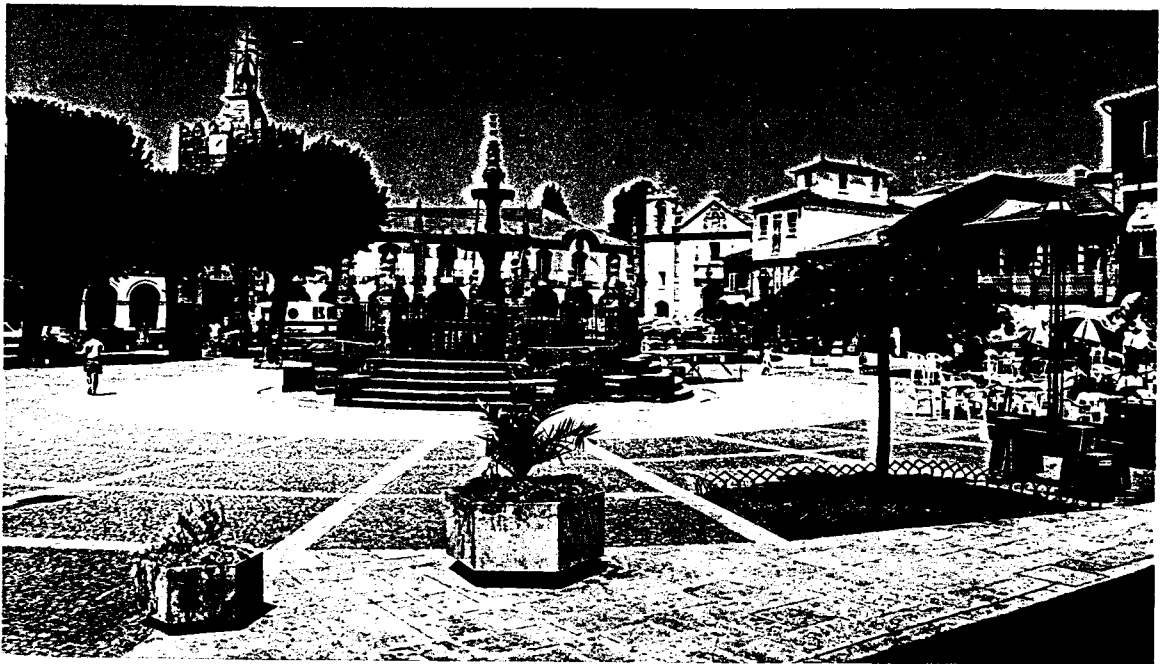
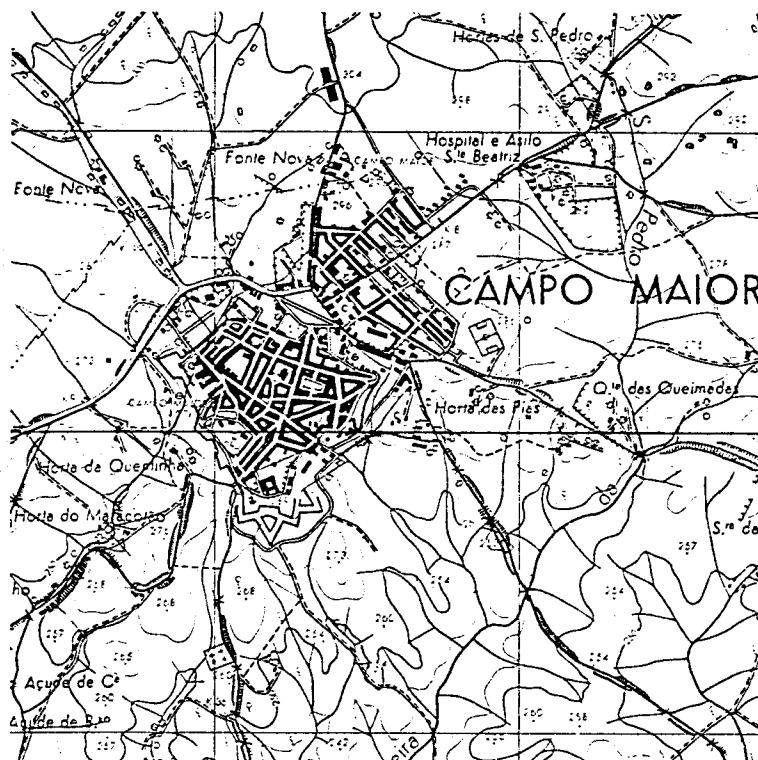


Fig. 1 - O centro da praça assinalado com a fonte de 1551, obra do mestre canteiro João Lopes, aumentada em 1865.

Fig. 2 - A Torre do Relógio com a sua Porta da Vila, o edifício da Câmara, do século XVII, e a igreja da Misericórdia do século XVI definem o limite Norte da praça. O pavimento apresenta um sóbrio mas cuidado desenho.

CAMPO MAIOR

Escala 1:25.000



1 - SÍTIO

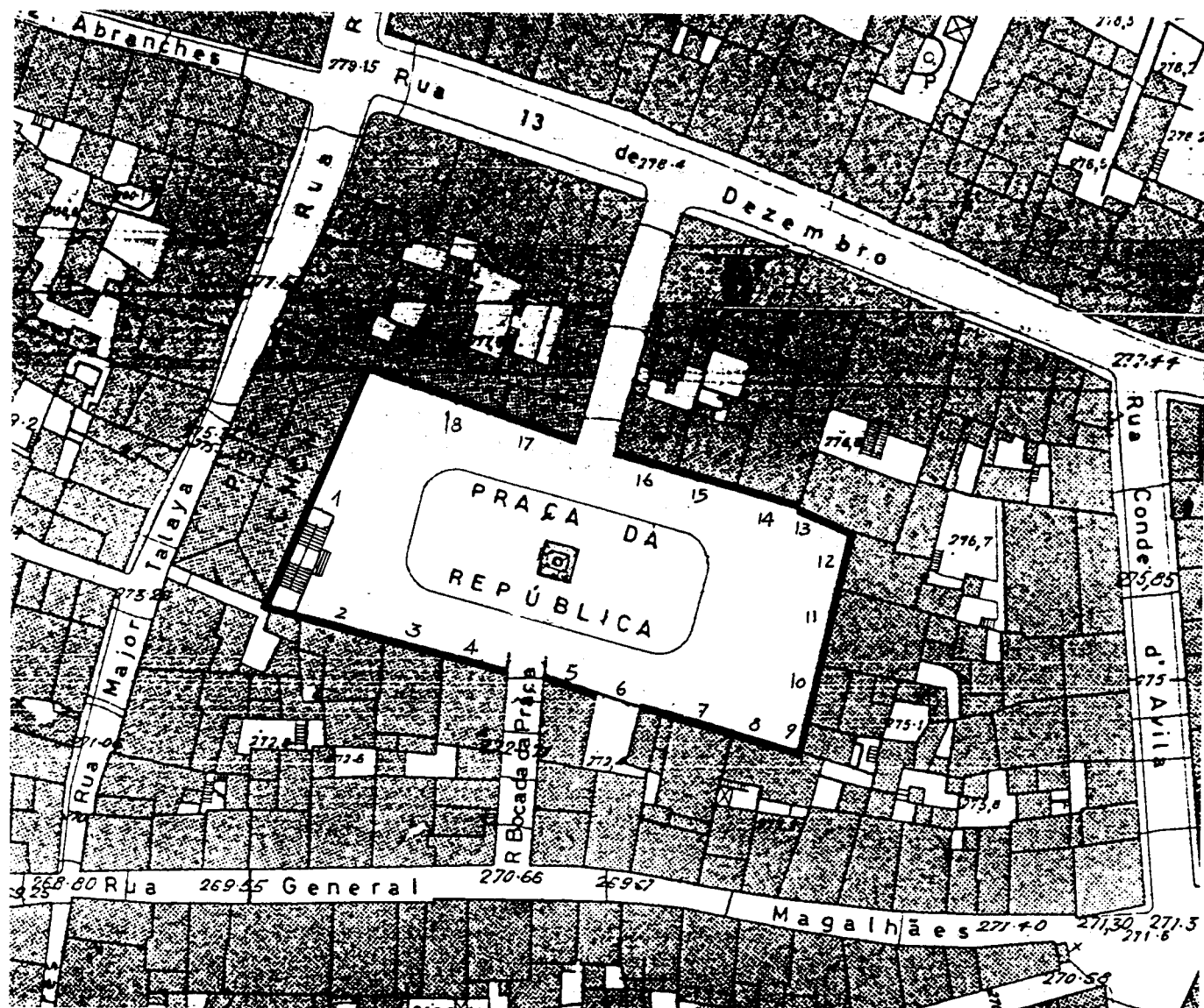
Lugar raiano do Nordeste alentejano, a menos de 10 Km da fronteira e 19 Km de Elvas, situado num cabeço da vasta planície cerealífera que a rodeia.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Povoação de origem romana, conquistada aos mouros em 1219 e integrada na Coroa portuguesa em 1297 pelo tratado de Alcanizes. O castelo foi mandado construir ou reedificar por D. Dinis, em 1310 e teve alterações no período de D. Manuel e construção de novas muralhas à Vauban, sob a direcção do engenheiro francês Nicolau de Langres, no século XVII. A situação de praça forte fronteiriça foi a principal razão da sua importância, a que se aliou o desempenho de centro de uma sub-região agrícola.

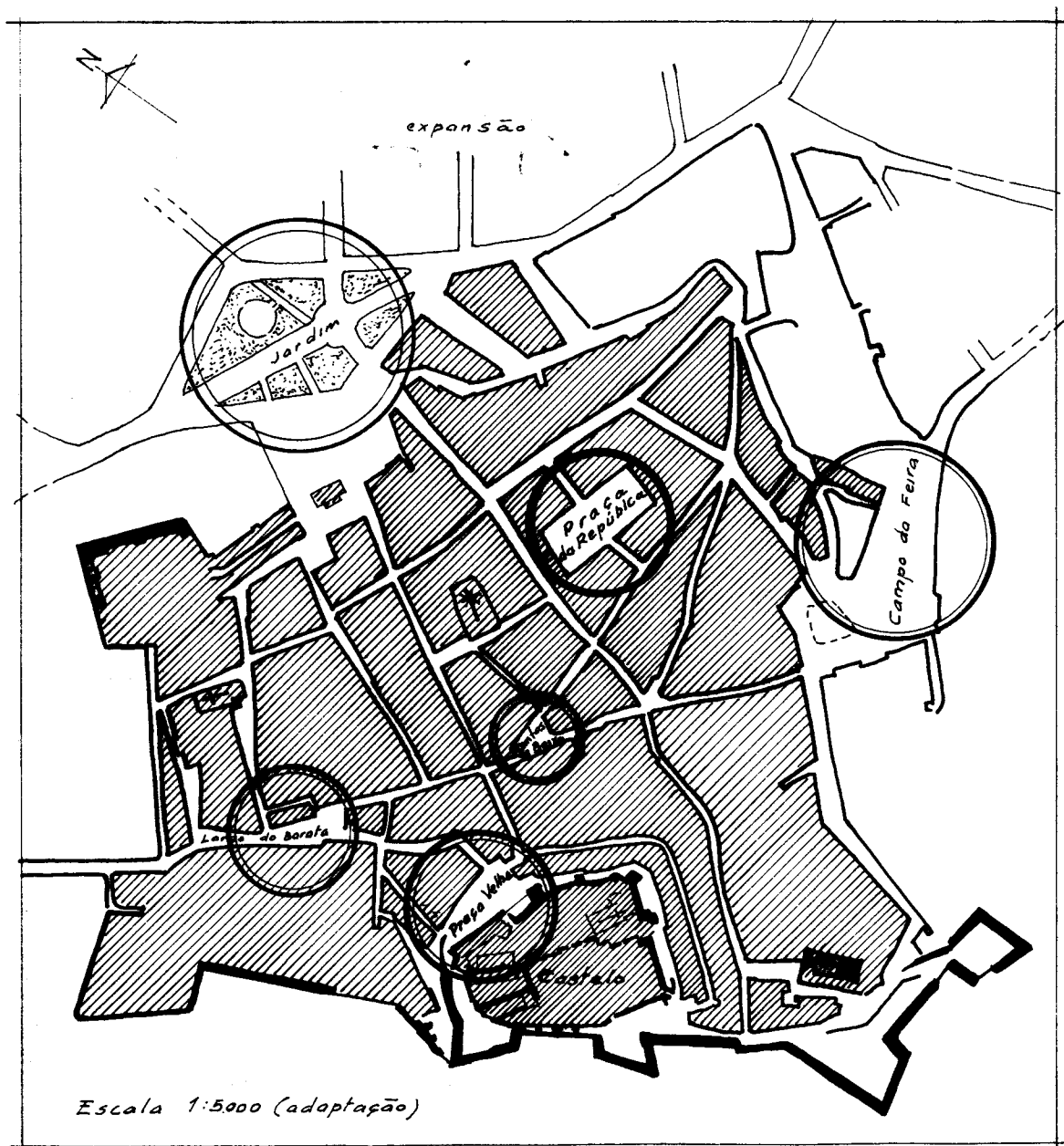
PRAÇA DA REPÚBLICA



Escala 1:1000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DA REPÚBLICA

- 1 - R/c + 1 (Câmara Municipal e PSP)
- 2 - R/c + 1 (habitação)
- 3 - R/c (seguros) + 1 (hab.)
- 4 - R/c + 1 (museu e biblioteca)
- 5 - R/c + 2 (hab.)
- 6 - R/c + 1 (hab.)
- 7 - R/c + 1 (hab.)
- 8 - R/c + 1 (hab.)
- 9 - R/c + 1 (hab.)
- 10 - R/c + 1 (hab.)
- 11 - R/c + 2 (hab.)
- 12 - R/c + 2 (hab.)
- 13 - R/c + 1 (hab.)
- 14 - R/c + 2 (hab.)
- 15 - R/c + 1 (hab.)
- 16 - R/c + 1 (hab.)
- 17 - R/c + 2 (hab.)
- 18 - R/c + 2 (hab.)



Principais espaços públicos de Campo Maior, mostrando o gradual afastamento da "Praça Velha", junto ao castelo, para áreas mais baixas, amplas e planas.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A urbe primitiva ou Vila Velha localizava-se dentro das antigas muralhas. Junto à porta Norte da muralha existiu o primeiro rossio, actual Praça Velha, que após o primeiro crescimento cumpriu as funções de centro. A grande expansão da vila deu-se nos séculos XV-XVI (Vieira, 1986; 9). A povoação manteve-se contida pela nova cintura de muralhas até ao século XVIII, como mostram as plantas topográficas do Arquivo Histórico Militar de 1742, 1752 e 1768. Uma enorme explosão no paiol de pólvora da torre de menagem, motivada por faísca, causou inúmeros estragos em 16 de Setembro de 1732. A partir dessa data deram-se algumas transformações na estrutura urbana, entre elas a deslocação da Casa da Câmara que estava na Praça Velha para a actual localização.

2.3 - MALHA URBANA

Embora não havendo certezas quanto à existência de um traçado romano, não se pode deixar de notar a apreciável linearidade de muitas ruas, por vezes com declives acentuados e também orientações predominantes de Norte-Sul e Este-Oeste. Um dos espaços de maior vivência social, os Cantos de Baixo, actual Largo do Barão de Barcelinhos, está bastante próximo do cruzamento de duas das principais vias e desempenhou até aos anos sessenta a função de centro da vila (o segundo depois da Praça Velha). Nesse Largo existia a primeira igreja da Misericórdia, transferida para junto do hospital por não se poder alargar onde estava, *"e ficou a área em que estava servindo de Terreiro, donde hoje se faz o Mercado"* (cf. Azevedo, manuscrito nº 12689 da Biblioteca Municipal de Elvas). Aí funcionava também a Praça de jorna ou dos Homens, local onde os trabalhadores se reuniam com os patrões ou seus delegados, para combinarem contratos de trabalho. Os Cantos de Baixo tinham uma presença masculina abundante, pelo que as mulheres da vila evitavam passar por aí (informações gentilmente cedidas por vários habitantes). A expansão da povoação veio criar locais alternativos de reunião mais para Norte, na fronteira entre o núcleo amuralhado e as novas urbanizações, onde espaços mais amplos e de melhor acessibilidade facilitam o encontro.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Tudo leva a crer que a Praça Nova, actual da República, foi construída depois da explosão de 1732, no castelo, "aproveitando o espaço compreendido entre as traseiras das casas da rua de Menanteio e da Canada, como eram então designadas as actuais ruas General Magalhães e 13 de Dezembro, respectivamente. Por isso todos os edifícios, inclusivé o da Câmara Municipal, são obras posteriores a 1730-40" (informação amavelmente cedida pelo Dr. Rui Rosado Vieira, historiador de Campo Maior, que muito agradecemos). No interior do primitivo núcleo do castelo localizaram-se os primeiros Paços do Concelho e Casa das Audiências, que se transferiram para o exterior das muralhas, na Praça Velha, na segunda metade de quinhentos (Vieira, 1987;26). Muito provavelmente tanto o risco do edifício da Câmara como a própria Praça Nova devem-se a engenheiros militares (veja-se a referência à visita do Engenheiro-Mor do Reino, Manoel de Azevedo Fortes, "e mais engenheiros", em 1734, por ordem de D. João V (cf. E. Moura e Azevedo; 53).

3.2 - TOPOGRAFIA

Aproximadamente plana.

3.3 - DIMENSÕES

$35 \times 79 = 2796 \text{ m}^2$ (dimensões médias)

3.4 - FORMA

Aproximadamente rectangular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$35 / 6 = 5,8$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O eixo maior da praça tem uma pequena torção quanto à orientação Este-Oeste, pelo que o edifício da Câmara é insolado segundo esses quadrantes.

3.7 - PAVIMENTO

Rua envolvente calçeteada com pedra irregular basáltica; tabuleiro central calçeteado com pedra irregular calcárea.

3.8 - VEGETAÇÃO

Plantação periférica ao tabuleiro central com *Acer negundo*.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Duas expressões arquitectónicas se juntam na praça: a do edifício da Câmara, cuja pretensa simetria dada pelas duas escadarias projectadas (só feita uma delas) pelo arco central encimado por frontão com armas reais e a alternância nas vergas das portas de entrada são um arremedo de um joanino pobre, da primeira metade de setecentos. a outra arquitectura é a dos edifícios de habitação urbana alentejana, de dois a três pisos, simples nos seus paramentos brancos, com varandas ao nível do primeiro andar. Algumas fachadas insólitamente mais pretensiosas, pretenderam encobrir o beirado com platibandas, moda que se impôs a partir das últimas décadas do século XIX.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

De marcante o interessante pelourinho de mármore branco, sobre uma base com seis degraus, de coluna canelada, encimada por esfera lavrada sobre a qual se ergue uma figura, como acrescento.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A Praça Nova ou da República caracteriza-se por ser um espaço introvertido, que espacialmente apenas serve a Câmara Municipal e habitações envolventes. Os fluxos principais de trânsito passam nas ruas exteriores - Rua Major Talaya e 13 de Dezembro, o que decididamente contribui para

a preservação da praça pelo mero uso de circulação. Difícil se torna esclarecer se existiu influência da *plaza mayor* espanhola ou se resultou de um mero aproveitamento de interior de quarteirão para funcionamento de mercado, como chegou a acontecer.

3.12 - PERCEPÇÃO

Quem entra pelo arco da Câmara tem a sensação de chegar a um espaço exterior fechado; as duas pequenas ruas laterais, dirigidas ao centro só depois se descortinam. Os cantos fechados da praça reforçam a particularidade deste espaço que enquadra o gracioso pelourinho, possivelmente também setecentista. A unidade do espaço é reforçada pelo branco uniforme das fachadas.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A Praça Nova, actual Praça da República é um raro caso de urbanismo pré-pombalino, tal como acontece com o Campo Novo do Reduto, actual Praça Mouzinho de Albuquerque, em Braga. Como nos diz Orlando Ribeiro, "*Campo Maior é a única vila que possui uma praça municipal à margem da circulação, como a plaza mayor espanhola*" (Ribeiro, 1970; 173). Orlando

Ribeiro foi levado a interpretar a sua existência como uma influência espanhola, o que actualmente pelos dados históricos disponíveis pode ser posto em causa, uma vez que a praça surge do aproveitamento do espaço traseiro da Câmara e de outros edifícios existentes.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada urbanísticamente com Casa da Câmara ou outros serviços públicos.

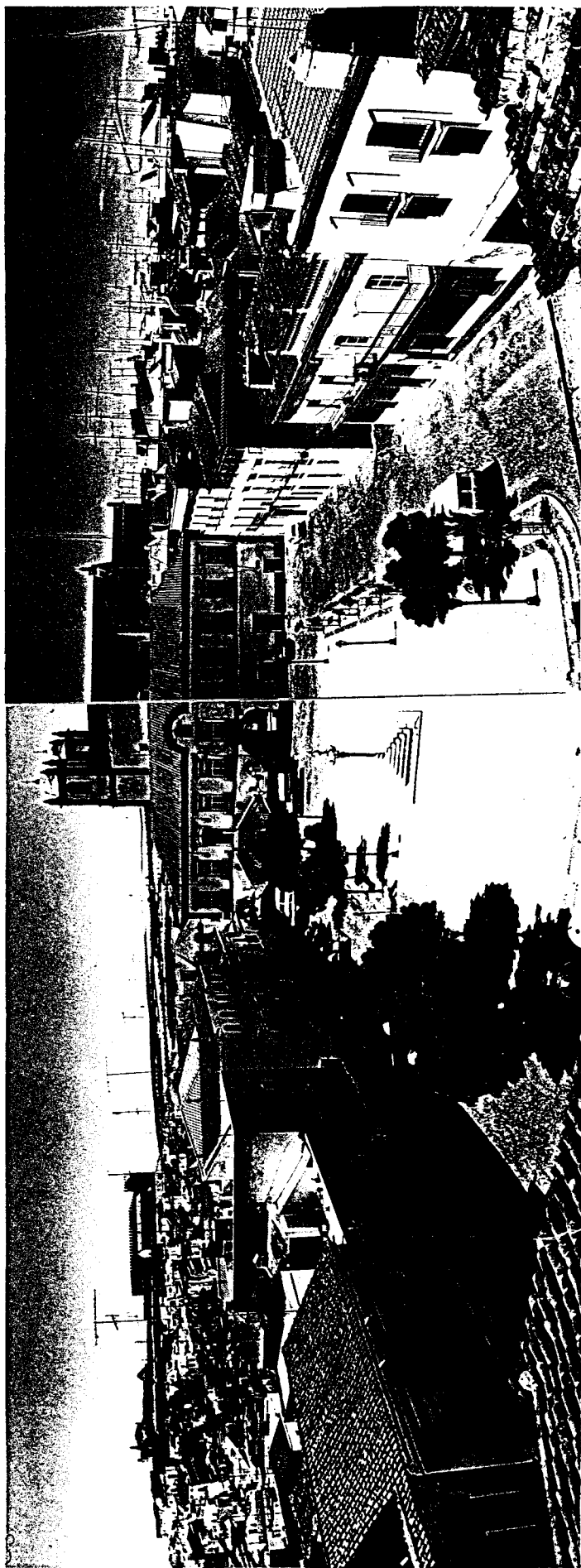


Fig. 1 - Panorâmica da Praça, mostrando o edifício da Câmara, com arco de acesso; em plano de fundo, o castelo e a igreja Matriz.

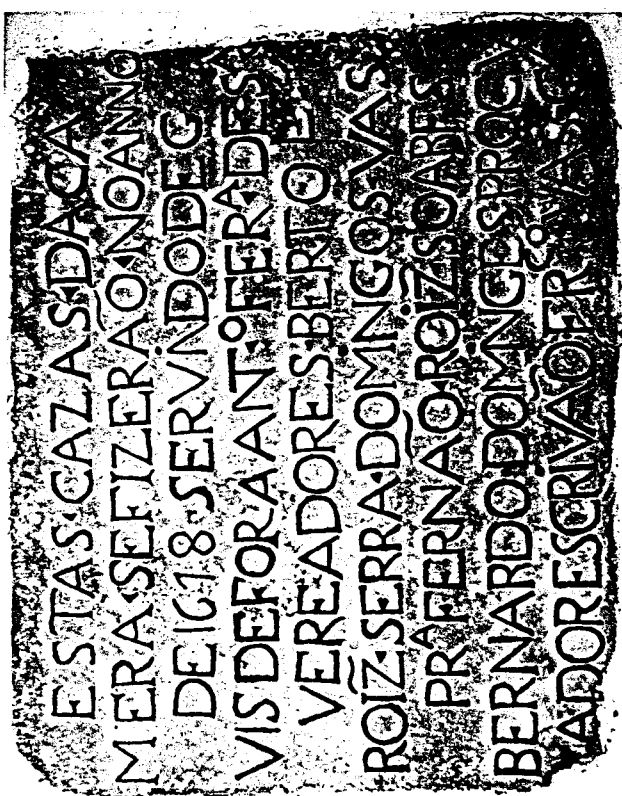
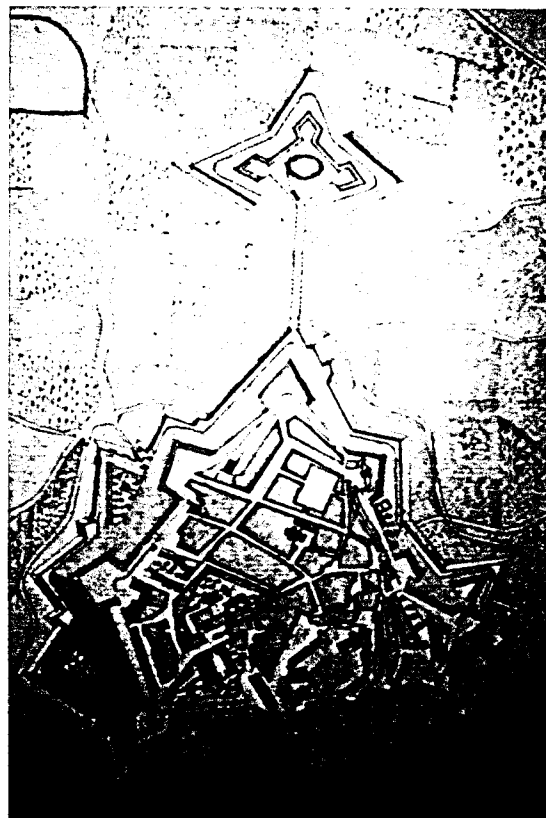


Fig. 2 - Placa que existe no arco de acesso à praça e que levanta fortes dúvidas sobre a sua proveniência. Poderá ter pertencido à anterior Casa da Câmara, da Praça Velha, é uma hipótese.

Fig. 1 - Planta de 1752 - Arquivo Histórico Militar.

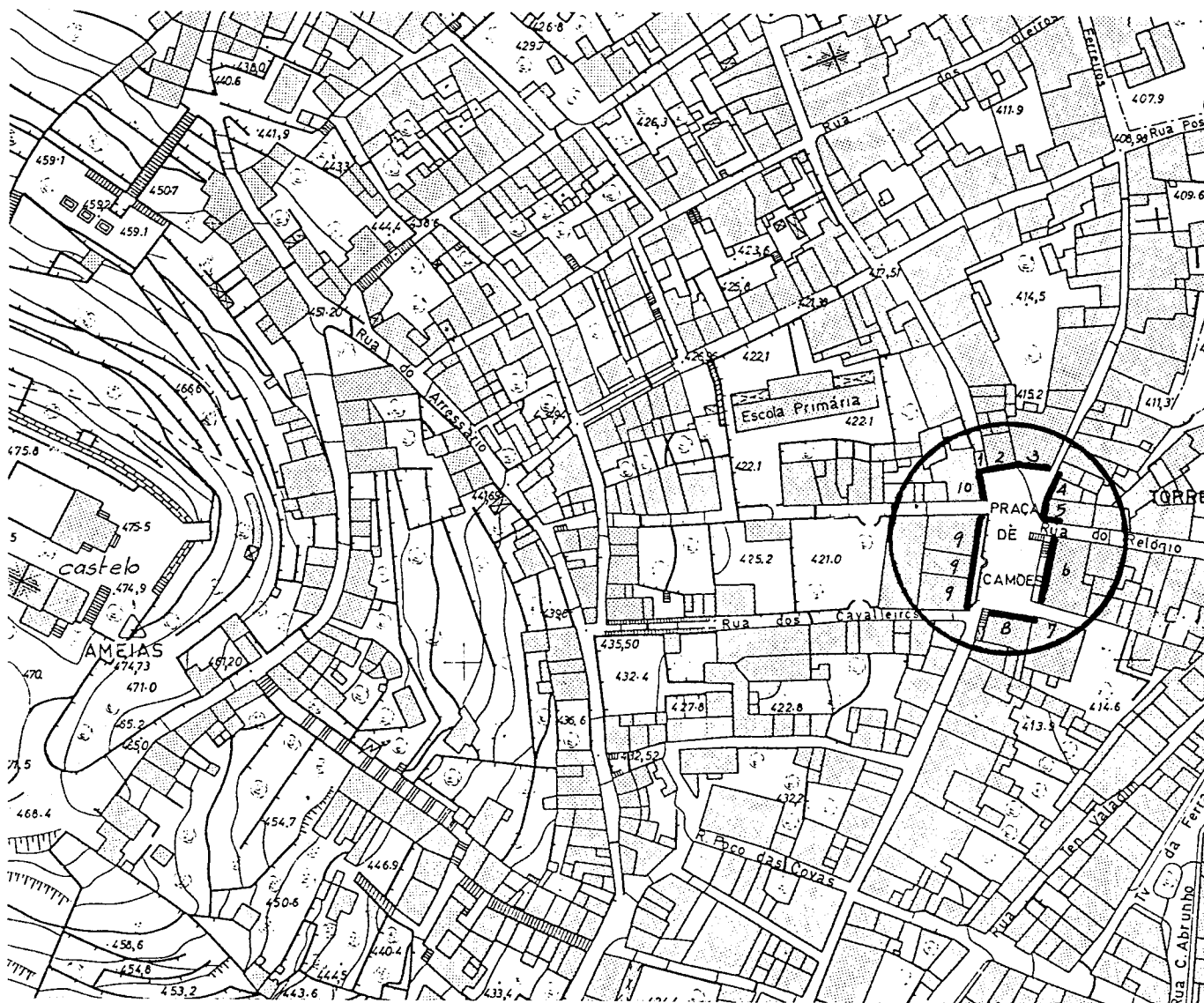
Fig. 2 - Foto aérea da zona da Praça da República, em época dos festejos tradicionais, como se percebe pelo tecto construído com flores de papel.



1
—
2



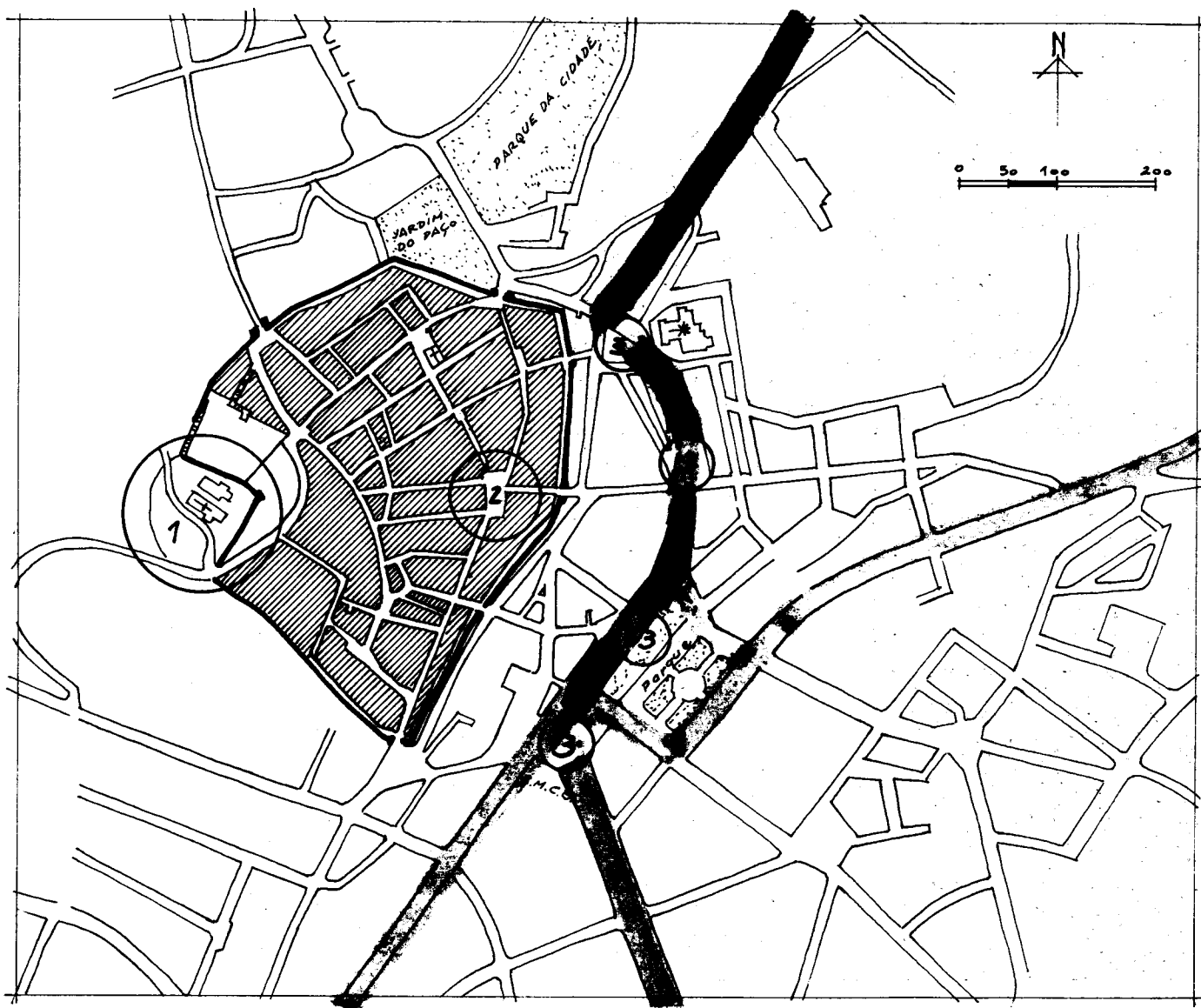
PRAÇA VELHA OU DE CAMÕES



Escola 1:2 000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA VELHA

- 1 - Arco do Bispo ou Delame
- 2 - R/c (loja devoluta) + 3 (devolutos - antigo Paço Episcopal)
- 3 - R/c + 2 (habitação)
- 4 - R/c (mercearia) + 2 (hab.)
- 5 - R/c (loja fechada) + 1 (hab.)
- 6 - R/c + 2 (antiga Câmara, actual biblioteca; Cruz Vermelha na cave)
- 7 - R/c (restaurante)
- 8 - R/c + 1 (antigo celeiro da Ordem de Cristo, actual habitação)
- 9 - R/c + 1 (antigo palácio Mota, em recuperação para Arquivo Distrital)
- 10- R/c + 2 (devoluto)



Esquema da transferência dos centros urbanos: com início no castelo, junto à igreja de Santa Maria, o centro ter-se-á transferido e consolidado na actual Praça Velha na época quinhentista, com a construção dos Paços do Concelho e outros edifícios. Castelo Branco progrediu pouco até ao estabelecimento de uma nova rede de captação e distribuição de água em 1933. A extensão da cidade foi ao encontro das vias de circulação regionais e da estação de caminhos de ferro, aproveitando terrenos menos íngremes, mais abrigados dos ventos e melhor insolados. Nota-se como que uma pulverização de largos e praças na cidade moderna: 1 - Terreiro do Castelo; 2 - Praça Velha; 3 - Largos e praças consolidadas no século XX.

1 - SÍTIO

É o centro de uma larga região planáltica donde emergem montes isolados desde sempre aproveitados como locais geo-estratégicos. O monte onde foi situado o castelo tem uma altitude de 475 metros e o sopé cerca de 400 m, o que lhe permite dominar visualmente uma vasta área.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Segundo J. Ribeiro Cardoso (Guia de Portugal, Beira, Vol. II, p. 652), "Castelo Branco nasceu da evolução de duas vilas hispano-romanas, avisinhas no cerro da Cardoso, onde os Templários levantaram um velho castelo". Aí foram concedidas terras aos frades guerreiros desde 1209, significando que desde bem cedo o sítio tomou características também militares, para além das agrárias que já tinha.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A urbe implantou-se junto ao castelo, em meia lua sobre a encosta e foi descendo o monte nos sentidos de Este e Sudeste. É de crer que também existissem desde tempos recuados alguns edifícios mais próximos da estrada regional e construções rurais dispersas. A falta de material iconográfico não permite informações mais precisas, como noutras povoações.

2.3 - MALHA URBANA

O traçado da malha abrangida pela muralha medieval é do tipo radiocêntrico e geomórfico, com ruas de desenho aproximado a arcos de círculo, que acompanham as curvas de nível, cruzando-se com perpendiculares, bastante rectilíneas, dirigidas do sopé para o alto do monte do castelo. Este esquema regular alterou-se na zona do sopé do monte, de menores declives e exterior à muralha medieval, constituindo-se uma malha de traçados onde já não é a adaptação topológica que prevalece, mas os caminhos e as divisões de propriedade pré-existentes.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Tomando por referência o perfil do monte, a Praça Velha ou de Luis de Camões, situou-se sensivelmente na intersecção da rasante de maior declive do monte com a de menor declive do sopé do mesmo, compatibilizando a topografia mais adequada com a menor distancia ao castelo.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana, por nivelamento do terreno.

3.3 - DIMENSÕES

$$21 \times 44 \text{ m} = 924 \text{ m}^2$$

É uma praça de dimensões bastante reduzidas face ao aglomerado, o que justificou a criação de outras praças na cidade extramuros.

3.4 - FORMA

Aproximadamente rectangular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$21 / 6 = 3,5$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A maior dimensão está no sentido Norte-Sul, com os Paços do Concelho voltados a Oeste e o Paço do Bispo a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de paralelepípedos de granito.

3.8 - VEGETAÇÃO

Não tem.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Impõe-se desde logo o edifício manuelino da Câmara, um dos mais interessantes exemplares desta tipologia e época existente no país: ao nível do pavimento da praça ergue-se uma arcada que enfiada numa ampla escadaria e varanda de acesso aos pisos elevados. Os vãos e cunhais são guarnecidos com cantarias de desenho renascentista. Sobre o beirado, uma torrinha sineira. A par do alçado lateral direito dos Paços Camarários estão os antigos Celeiros da Ordem de Cristo, também exemplar manuelino, com fachada ornada de testemunhos da época. No lado Norte da praça localiza-se o primeiro solar do bispo de Castelo Branco, edifício muito sóbrio, com quatro pisos, adjacente a um arco de acesso à praça, o arco do Pelame, de expressão medieval. O lado Oeste da praça é definido em grande parte pelo Palácio Mota, de fábrica setecentista (actualmente em remodelação para ser convertido em equipamento cultural). Os restantes edifícios, de habitação e comércio integram-se bem no conjunto, obedecendo às volumetrias e expressões plásticas dominantes.

3.10 - FUNÇÕES

Actualmente a praça está desviada da circulação principal; nos antigos Paços do Concelho instalaram-se uma biblioteca e outros serviços de interesse colectivo; o espaço da praça tem com frequência uma ocupação incontrolada de viaturas estacionadas. Esta praça é local de festas colectivas anuais durante os meses de verão.

3.11 - PERCEPÇÃO

Ao desembocar-mos na praça por uma das ruas de acesso percebe-se um espaço muito bem definido e limitado, dado o seu envolvimento e dimensões contidas. É uma praça pequena, mas como está inserida numa malha medieval com ruas que têm em média 4 metros de largura entre paredes, o espaço da praça surge-nos como um aparente desafogo. Pelo seu rico envolvimento arquitectónico torna-se um espaço bastante interessante, a que se soma as perspectivas das ruas no sentido do castelo, da Torre do Relógio, do Arco do Bispo (séc. XIII), a reforçar o carácter medieval do lugar.

Os aspectos dissonantes são o mau estado de conservação de alguns edifícios, nomeadamente o antigo Paço do Bispo, possivelmente todo em cantaria aparelhada, como é possível observar nos paramentos posteriores à praça. O estacionamento incontrolado de viaturas prejudicam também outros aproveitamentos para esta interessante praça.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Praça de génese medieval, que foi um centro de localização de instituições da época. Também espaço de mercado e de reunião. A esta praça afluem seis ruas, conferindo-lhe grande acessibilidade, que a sua distância, de cerca de 50 metros, da porta da muralha reforçava.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado com Casa da Câmara.



$\frac{1}{2|3}$

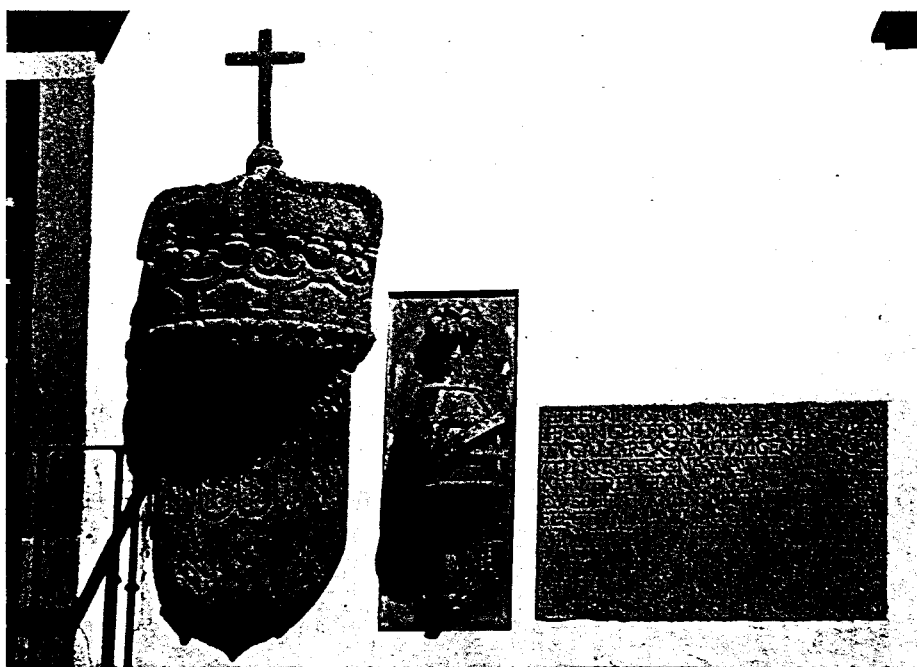


Fig. 1 - Paço do Concelho quincentista e celeiro da Ordem de Cristo, à direita

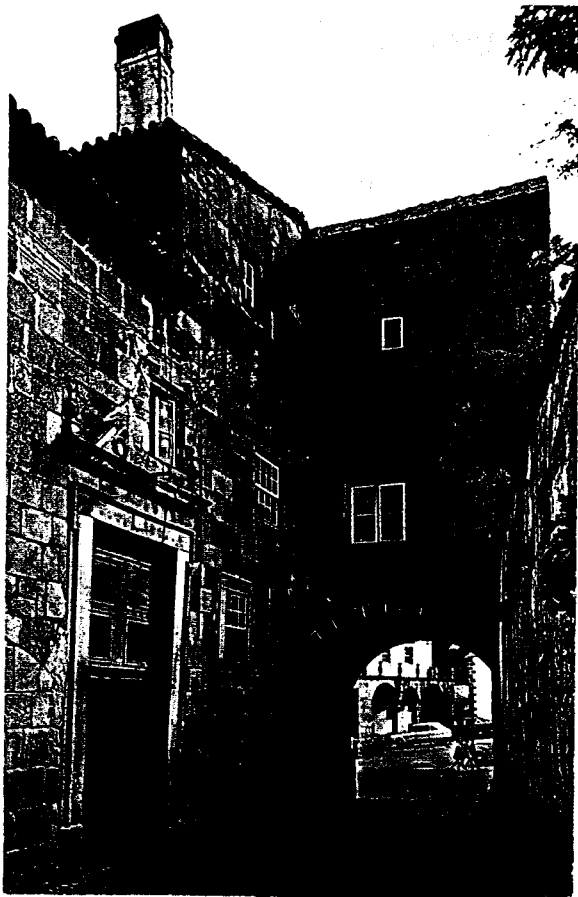
Fig. 2 - Pormenor da iconografia manuelina.

Fig. 3 - Rua Nova - ligação directa entre o castelo e a praça.



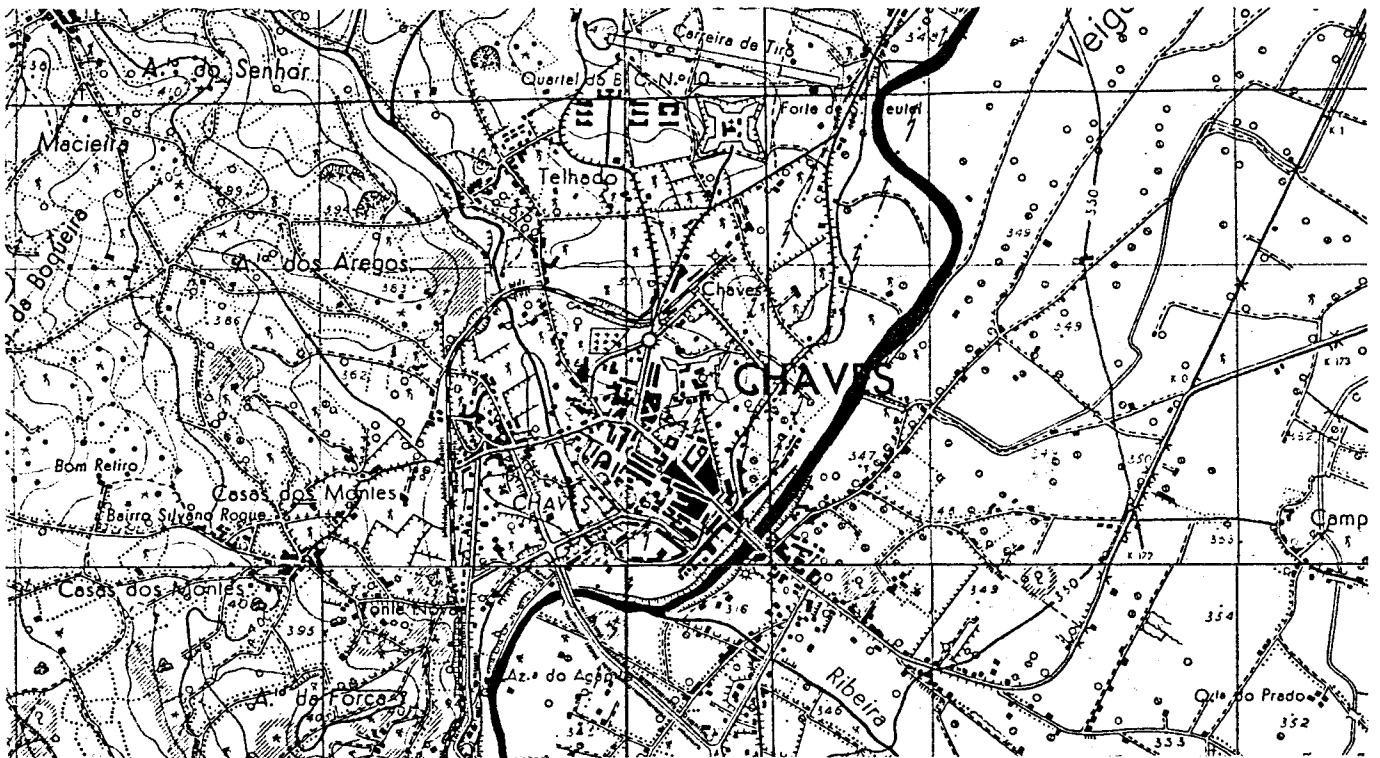


Arco do Bispo, da Praça Velha para a Rua do Pelame, sob o primeiro solar dos bispos da Guarda.



Palácio Mota (séc. XVIII).

CHAVES

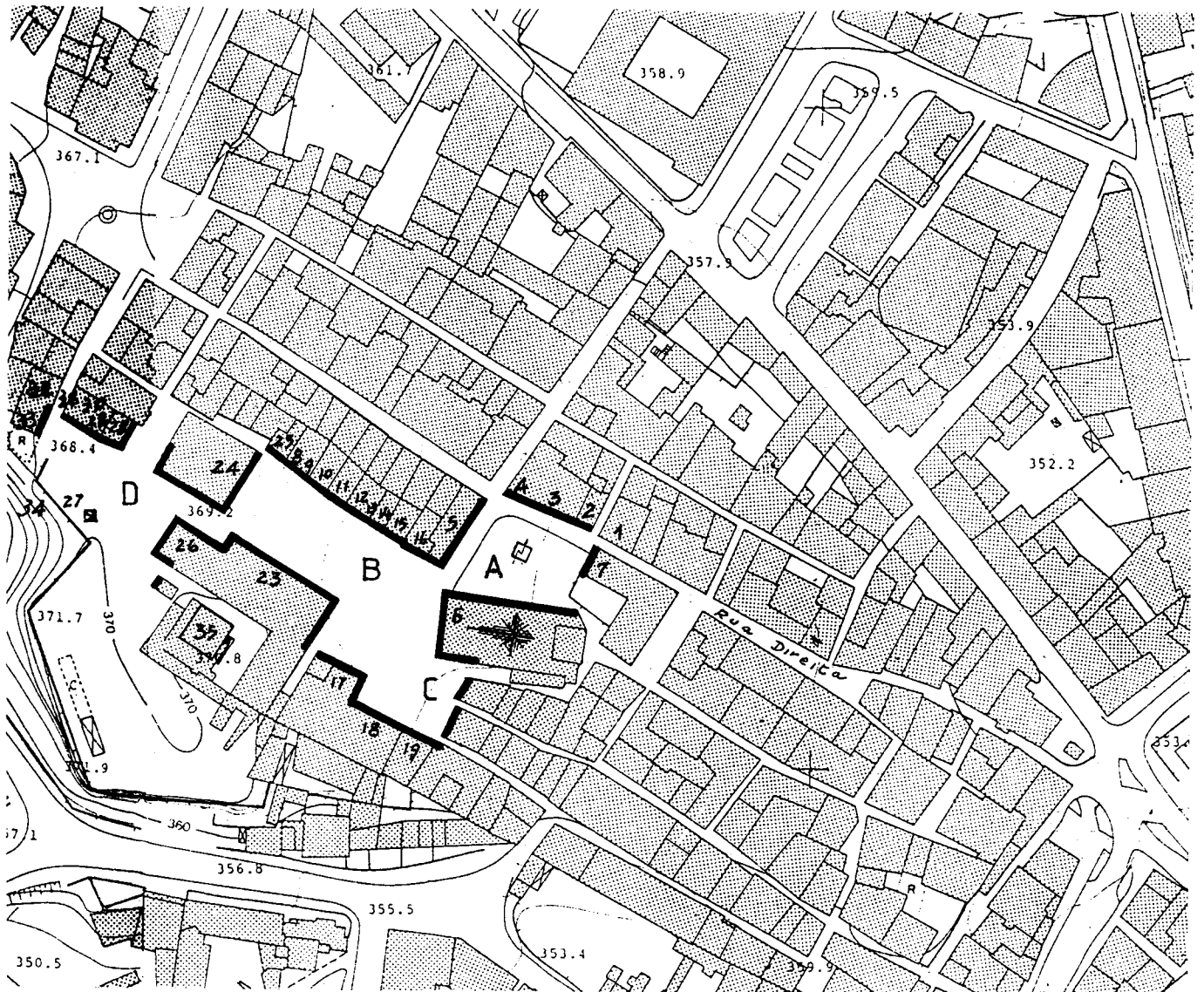


Escola 1:25000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DAS PRAÇAS DE CAMÕES, REPÚBLICA E INFANTARIA 19

- | | |
|--|--|
| 1 - R/c (mini-mercado) + 2 (habitação) | 19- R/c + 1 (hab.) |
| 2 - R/c (perfumaria e armazém) + 2 (hab.) | 20- R/c + 2 (hab.) |
| 3 - R/c (agência funerária; loiças) + 2 (hab.) | 21- R/c + 2 (hab.) |
| 4 - R/c (sapataria) + 2 (hab.) | 22- R/c + 2 (hab.) |
| 5 - R/c + 1 (associação desportiva) | 23- R/c + 1 (Museu de Chaves) |
| 6 - Igreja de Santa Maria | 24- R/c + 2 (Câmara Municipal) |
| 7 - R/c (fechado) + 2 (hab.) | 25- Capela de Santa Cabeça |
| 8 - R/c + 2 (hab.) | 26- R/c + 1 (Finanças) |
| 9 - R/c + 2 (hab.) | 27- Quiosque com esplanada |
| 10- R/c (sapateiro) + 2 (hab.) | 28- R/c + 1 (habitação semi-arruinada) |
| 11- R/c (solicitador) + 3 (hab.) | 29- R/c + 2 (hab. mau estado de conservação) |
| 12- R/c + 2 (hab.) | 30- R/c + 2 (hab.) |
| 13- R/c (cabeleireiro) + 1 (gabinete técnico) + 3 (hab.) | 31- R/c (bar) + 2 (hab.) |
| 14- R/c + 2 (hab.) | 32- R/c + 1 (hab.) |
| 15- R/c (pronto a vestir) + 2 (hab.) | 33- Pátio |
| 16- R/c (pronto a vestir) + 2 (hab.) | 34- Muralhas |
| 17- Igreja da Misericórdia | 35- Torre de menagem |
| 18- R/c + 2 (asilo da Misericórdia) | |

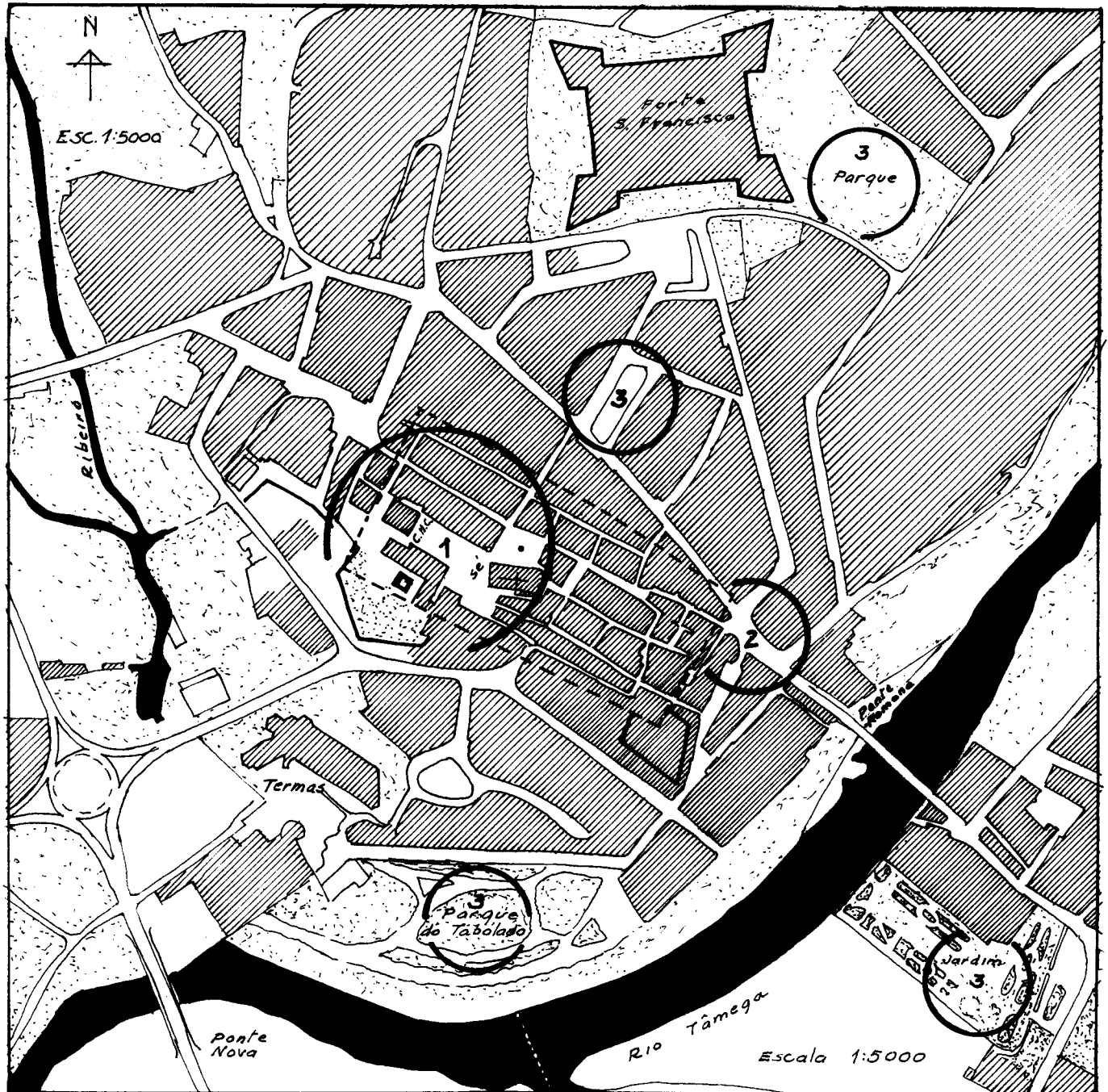
PRAÇA LUIS DE CAMÕES E OUTRAS



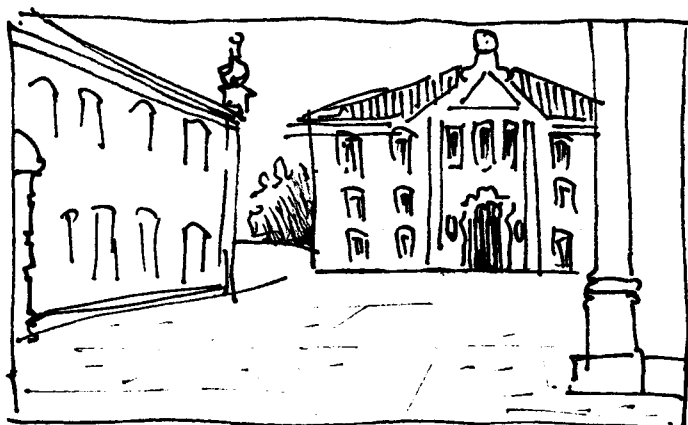
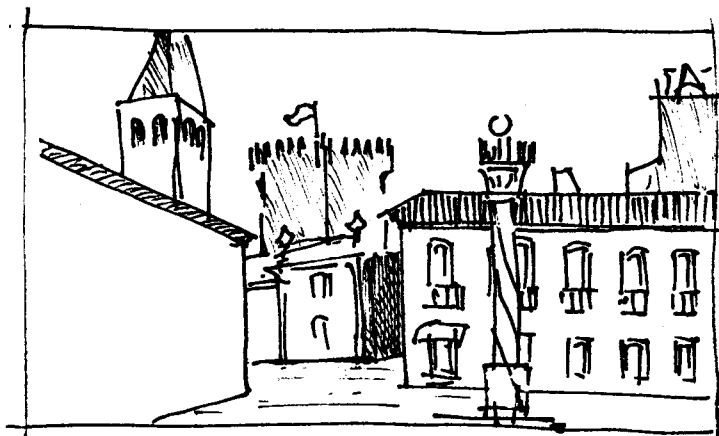
Escala 1:2000

- A - Largo do pelourinho ou Praça da República
- B - Toural dos Ollas, Largo do Principal ou Praça Luis de Camões
- C - Largo Caetano Ferreira
- D - Rua Infantaria 19, actual Largo

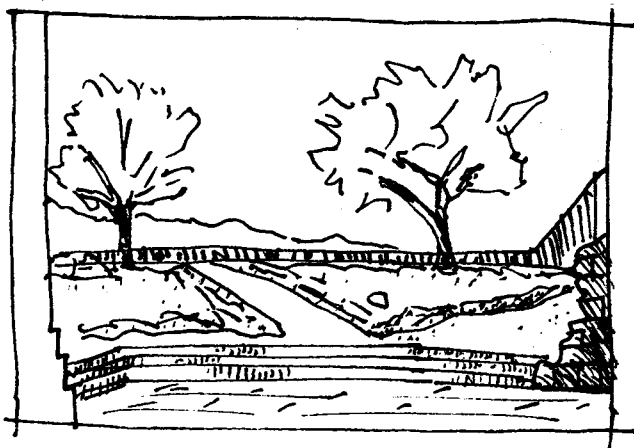
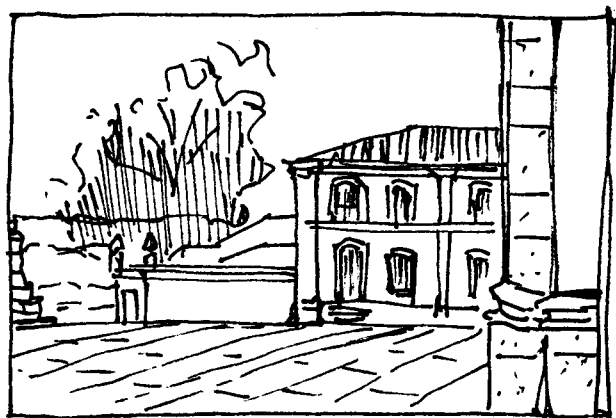
Esquema de distribuição dos principais espaços públicos no centro histórico



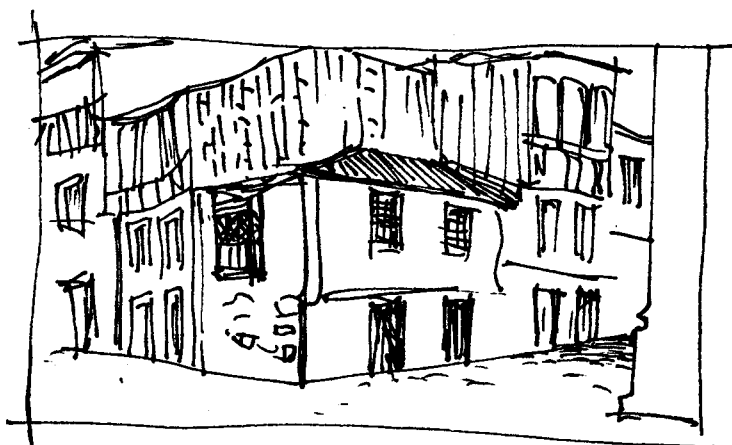
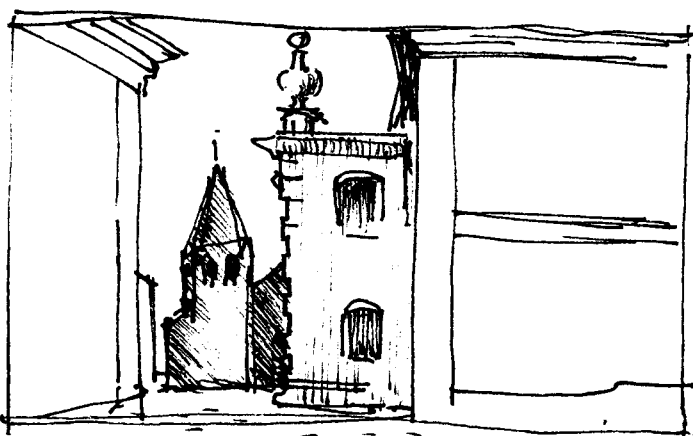
- Traçado aproximado da muralha romana (Fonte: A.H. de Oliveira Marques e outros, "Atlas de Cidades Medievais Portuguesas, 1990, p. 30; cartas aerofotogramétricas, C.M.C.)
- Muralhas posteriores existentes
- 1 Espaços derivados do "forum" romano
- 2 Largo do Arrabalde, rossio medieval
- 3 Novos espaços públicos - séc. XIX-XX



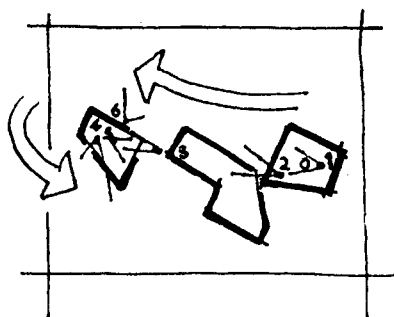
1 | 2



3 | 4



5 | 6



Sequência de imagens de um percurso através dos três espaços constituintes do Centro, demonstrativo da diversidade de formas e expressões, na transição de uns espaços para outros.

1 - SÍTIO

Na margem direita do rio Tâmega, num cabeço que domina visualmente a Sudeste uma extensa veiga limitada pela serra da Padrela e que teve importância no povoamento desta região, e a Noroeste vales com escorrência para o Tâmega, limitados pela serra do Barroso. A ligação viária para Norte, no sentido da cidade espanhola de Verin, é bastante fácil, pelo que o sítio teve desde sempre grande importância no trânsito entre os dois países, fazendo parte de um dos caminhos de peregrinos a Santiago de Compostela.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Os principais autores que historiaram Chaves, desde as corografias a Pinho Leal (Portugal Antigo e Moderno), ao General Ribeiro de Carvalho (Chaves antiga, 1929) e outros, todos são unânimes em justificar Chaves pela fundação romana motivada pelas suas águas termais e por estar no percurso de vias regionais romanas importantes.

Recentemente, Nuno José Pinto Dias (Chaves Medieval, 1990; 45) vem colocar outra hipótese: "*cidade fortaleza de fronteira, Chaves foi fundada e povoada por iniciativa régia, na segunda metade do século XIII, não tendo portanto, para além da sua situação geográfica, uma ligação directa com Aquae Flaviae ou Flavias*".

Segundo aquele autor o sítio de Chaves foi retomado, (como possivelmente outros o foram) numa perspectiva de povoamento e consolidação da fronteira, que D. Afonso III adoptou e D. Dinis continuou. A posição de Pinto Dias parece-nos correcta, tanto mais que é apoiada em documentos variados que não referem Chaves antes dessas acções.

2.2 - MALHA URBANA

Embora tivesse havido uma descontinuidade temporal na existência de Chaves, não parece haverem dúvidas de que o sítio da cidade medieval coincide com o sítio romano. É, portanto, de admitir que inclusive ruínas romanas fossem aproveitadas para a reconstrução, o que permitiu manter as marcas do traçado ortogonal até à actualidade. Muitas povoações fronteiriças portuguesas da mesma época não apresentam um geometrismo tão rigoroso quanto Chaves. Mas, como é óbvio, estamos ainda no domínio das hipóteses enquanto outras informações não forem apuradas. Também é evidente que a malha correspondente ao interior da muralha romano-

-medieval tem uma maior regularidade geométrica que a malha exterior à muralha. Esta surge apenas condicionada pela topografia e pelas vias de circulação que a ela se adaptam.

2.3 - TIPO DE CRESCIMENTO

A cidade desenvolveu-se primeiro a partir da sua porta de Sudeste, virada ao rio, onde se constituiu um rossio, e um arrabalde do-outro lado da ponte romana sobre o Tâmega. A fase seguinte marcou extensões a partir das outras portas e envolvimento por encontro de construções à muralha romana ou medieval. mais tarde as fortificações decorrentes da Restauração condicionaram também a forma da cidade, mas sem tornar a impor regras de traçado, como aparenta o núcleo primitivo.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Parece-nos de admitir que para a maioria das cidades onde o traçado romano manteve força suficiente, o "centro" urbano herdou o lugar do *fórum*, ou das suas áreas adjacentes, e manteve até ao presente uma grande vitalidade - Braga, Évora, Beja, Chaves, etc, são disso exemplo. Em Chaves os elementos primários que perpetuaram a centralidade no centro histórico foram o castelo e a igreja de Santa Maria Maior; ao primeiro estiveram ligadas as funções militares, necessitadas de espaços livres exteriores; ao segundo ficou adstrito o adro fronteiro e a praça lateral, chamada do Pelourinho, hoje da República. Sucessivas intervenções urbanas foram redefinindo estes espaços, sendo a última na década de 1960, quando foram demolidas as casernas que limitavam a rua de Infantaria 19, dando lugar a um largo que manteve a mesma toponímia. Estabelece-se assim um encadeamento de espaços bem individualizados mas de comunicação fácil entre si, e que curiosamente, foram o resultado da presença de três poderes - militar/nobreza (castelo e Paço do Duque de Bragança), clero (igreja com implantação medieval) e poder civil (Casa da Câmara e pelourinho do século XV). Estes espaços, resultantes dos poderes instituídos foram também espaços de fruição da população.

A habitação esteve sempre presente, a permitir uma vivência conjunta dos vários representantes sociais, à boa maneira medieval. A actual Praça Camões chamou-se Tural das Ollas (Aires, 1990; 66), significando com isso ser lugar de feira de gado, bilhas, etc. Depois foi designada por Principal, por aí estar instalada a Guarda Principal.

3.2 - TOPOGRAFIA

Declives muito suaves ao longo do encadeamento dos espaços.

3.3 - DIMENSÕES

Praça da República: $35 \times (35 + 24 / 2) = 1032,5 \text{ m}^2$

Praça Luis de Camões e Largo Caetano Ferreira:

$(65 + 78 / 2) \times 25 + (48 \times 23) - (21 \times 7) = 2744,5 \text{ m}^2$

Rua Infantaria 19: $46 \times 24 = 1104 \text{ m}^2$

Total das praças centrais: 4881 m^2

3.4 - FORMA

Enquanto forma global, resultante da sequência dos três espaços, é irregular, mas com evidente geometria subjacente herdada da malha arcaica. Podemos observar a existência de vários planos de fachada sensivelmente paralelos ou perpendiculares ao eixo determinado pela Rua Direita.

A implantação da igreja de Santa Maria Maior foge à regra geral, apresentando uma torção em que a nave procura a orientação próxima ao nascente-poente, constituindo o elemento perturbador da ortogonalidade.

Provavelmente foi-lhe possível essa torção por implantar-se num espaço disponível, eventualmente correspondente ao *fórum*, tal como sucedeu com a Sé de Braga.

3.5 - RELAÇÕES LARGURA/ALTURA

Praça da República: $35 / 9 = 3,8$

Praça Luis de Camões: $25 / 9 = 2,7$

3.6 - EXPOSIÇÃO

As vias principais arcaicas apresentam uma declinação do Norte para Oeste de cerca de 60 graus, o que facilita a insolação de todos os lados ao longo do dia.

3.7 - PAVIMENTO

Actualmente lajeado, mas hodierno.

3.8 - VEGETAÇÃO

O empedrado tanto do "Largo do pelourinho", como do "Principal", eliminaram um ajardinamento que existiu à volta do pelourinho com árvores dispersas entre a igreja e os Paços do Concelho. Actualmente subsiste ao lado Este da primeira praça um quintal cercado de muro com cerca de três metros de altura, onde uma bela palmeira rodeada de "trepadeiras" variadas dão a nota vegetal a todo o espaço. Na praça do "Principal", junto ao ombral direito está um negrilho a oferecer a única sombra possível. Até às primeiras décadas deste século existiu um negrilho de grande porte quase em frente da igreja, como mostram imagens da época.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Desde logo ressalta a variedade de expressões arquitectónicas, de estilos de diversas épocas presentes no conjunto destes espaços. A uma arquitectura popular, espontânea, ditada pela tradição construtiva da tipologia de habitação ou habitação e comércio, opõe-se a arquitectura erudita da igreja de Santa Maria Maior, com a torre e portal românicos e reconstruções de épocas posteriores; o edifício da Guarda principal com o seu imponente portal barroco; o antigo Solar, também barroco, adaptado a Paços do Concelho, com o seu frontão brasonado encimado por relógio que quase parece flutuar no espaço.

À ilharga da igreja de Santa Maria Maior, a igreja da Misericórdia exhibe uma fachada barroca finamente elaborada. A outra arquitectura, a "popular" ou a "doméstica", opõe-se à erudita com os seus materiais leves e frágeis, as suas varandas com estrutura de madeira, exemplos de um saber esquecido e abandonado. Toda esta riqueza formal faz-nos esquecer qualquer desejo de monumentalismo ditado por regras unificadoras e uniformizadores do envolvimento construído destes magníficos espaços.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Há a assinalar o pelourinho na Praça da República, o ulmeiro e estátua ao Conde de Barcelos na Praça Luis de Camões.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A divisão percentual das diversas ocupações indica:

Serviços	48%
Uso diário	5%
Uso ocasional	33%
Uso excepcional	14%

Evidencia-se a fraca expressão das funções de uso diário deste conjunto de praças, cuja sua principal vocação tem sido a de servir de átrio a serviços como a Câmara Municipal, as igrejas, a Misericórdia, Finanças e Museu. Imediatamente aos serviços são as funções de uso ocasional que têm mais expressão, o que nos parece advir da centralidade aqui afirmada.

Como aspecto dissonante do uso, refira-se a utilização intensiva para estacionamento automóvel, francamente incompatível com as potencialidades deste conjunto de praças monumentais.

3.12 - PERCEPÇÃO

Uma sensação marcadamente cinética é evidente no percurso destas praças encadeadas, cada uma *per si* bem definida nos seus limites espaciais mas suficientemente abertas ao contacto entre si para estruturar as passagens de umas para outras. Esta característica, de fortes reminescências medievais, oferece uma grande riqueza de situações, de imagens que se descobrem, de espaços que se fecham num sentido para se abrirem noutro, de perspectivas de diferentes profundidades e amplitudes. A riqueza espacial é reforçada pela variedade arquitectónica envolvente, pelo frequente confronto entre materiais e expressões arquitectónicas. Actualmente este conjunto tende a constituir um centro monumental donde foram irradiados os antigos usos de feiras e mercados.

Como aspectos dissonantes há que referir:

- Mau estado de conservação de vários edifícios de habitação
- O uso dos espaços para estacionamento automóvel
- Introdução de materiais menos adequados, azulejos, alumínios, etc.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Ao contrário da maioria das praças existentes em centros históricos, não nos parece lógico eleger uma delas como praça principal. Os três espaços acabaram por se constituir interligados entre si formando um todo, mas cada um com as suas características próprias:

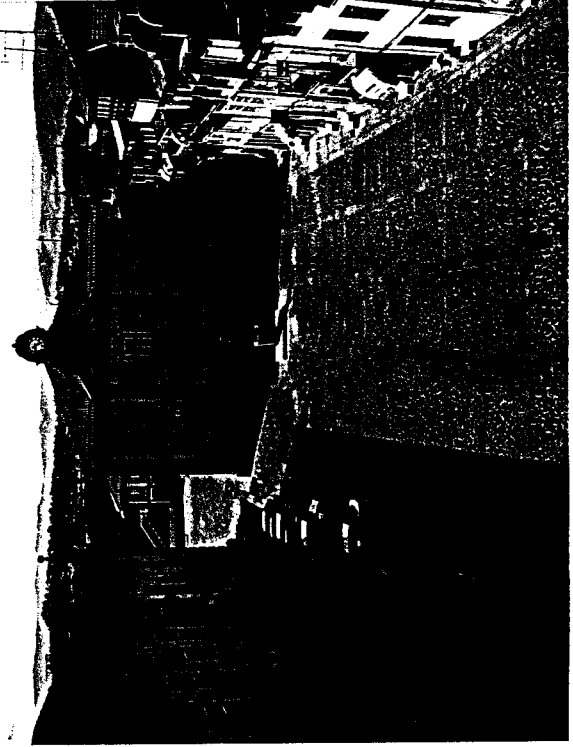
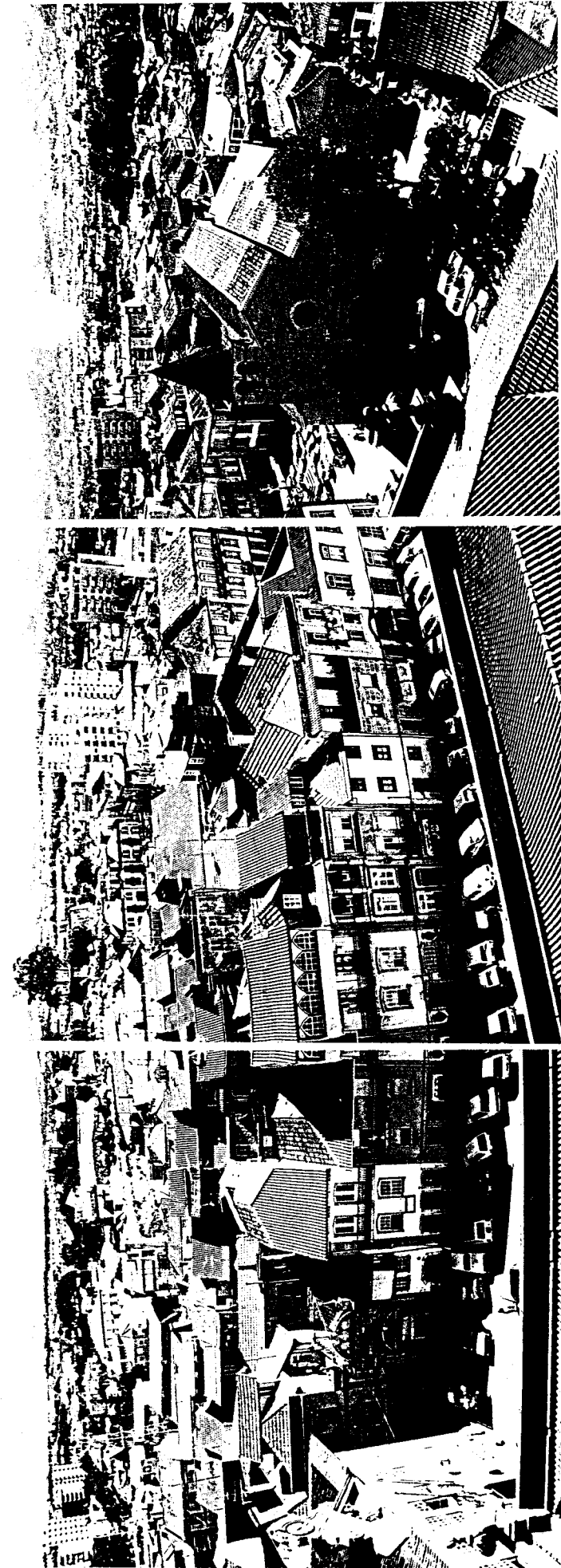
-A Praça da República, ou do Pelourinho, adjacente à Rua Direita e ao portal lateral da igreja, onde se localizou a primitiva Casa da Câmara, terá servido também de mercado e de cemitério (Aires, 1990; 322).

-A Praça Luis de Camões resultou do terreiro próximo à torre de menagem, a que se associou o adro da Sé e o átrio posterior do Paço dos Duques de Bragança. No século XIX transferiu-se para aqui a Câmara Municipal.

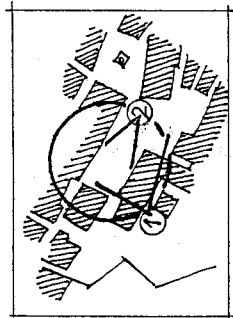
-A Rua de Infantaria 19 resultou num largo por demolição efectuada nos anos 60, reforçando a sua ligação à torre de menagem e ao espaço limitado pelo baluarte seiscentista, actualmente ajardinado.

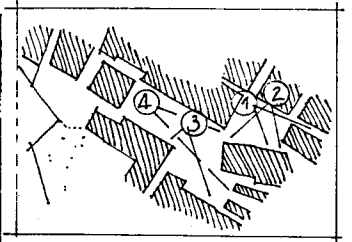
4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praças encadeadas resultantes de ampliações frontais e laterais de adro (ou adros), com Casa da Câmara e outras instituições.

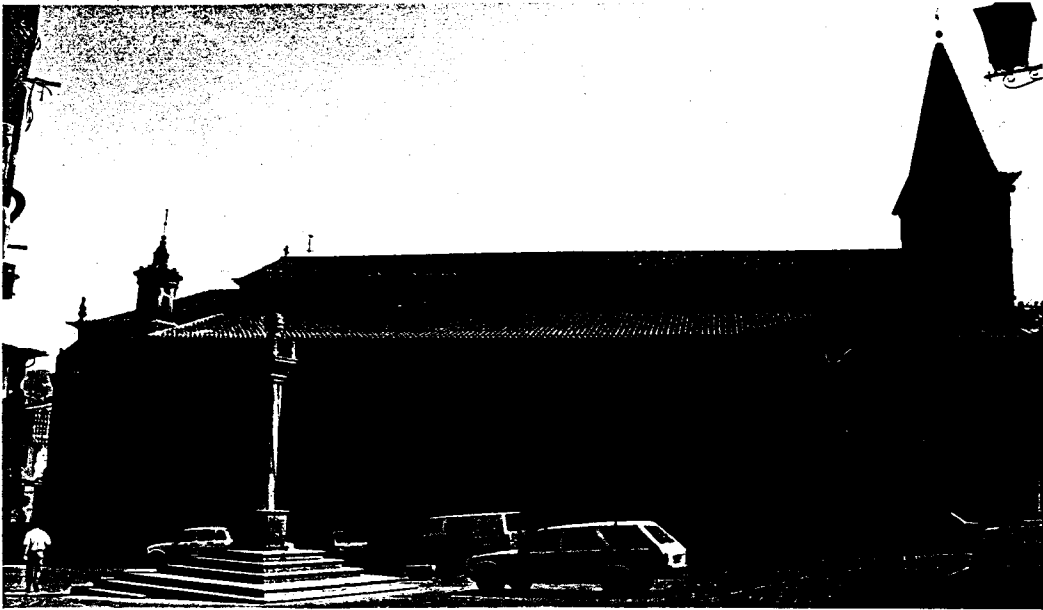


Praça Luis de Camões (Centro) - Atrio da Câmara e
Adro da igreja de Santa Maria Maior, matriz.





1	
2	
3	4



Adro da igreja de Santa Maria Maior e Praça Luis de Camões.



DOS AMBIENTES MEDIEVAIS A RIQUEZA
DE SILHUETA ENVOLVENTE DAS PRAÇAS.

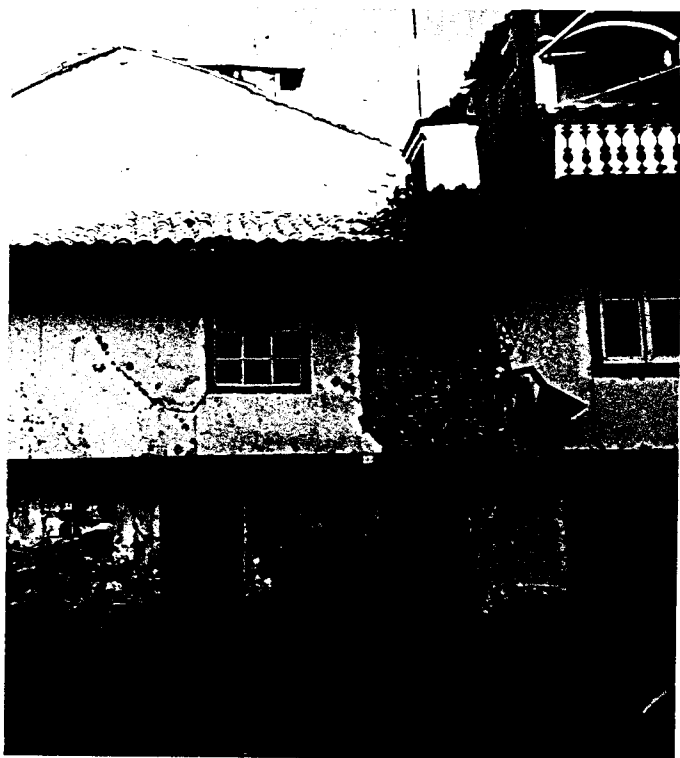


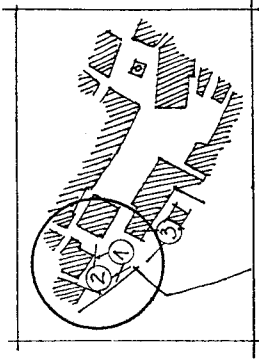
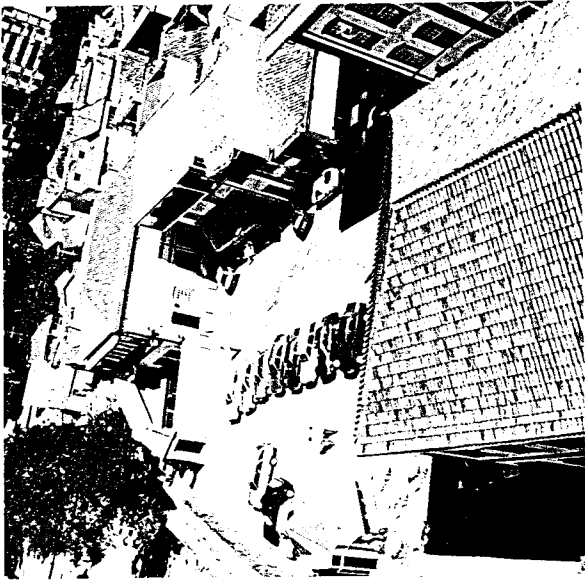
1	3
	4
2	5



- Fig. 1 - Rua a Sudoeste do Largo Caetano Ferreira.
 Fig. 2 - Frontão da igreja da Misericórdia.
 Fig. 3 - Câmara Municipal.
 Fig. 4 - Torre de Menagem.
 Fig. 5 - Torre sineira da igreja de Santa Maria.

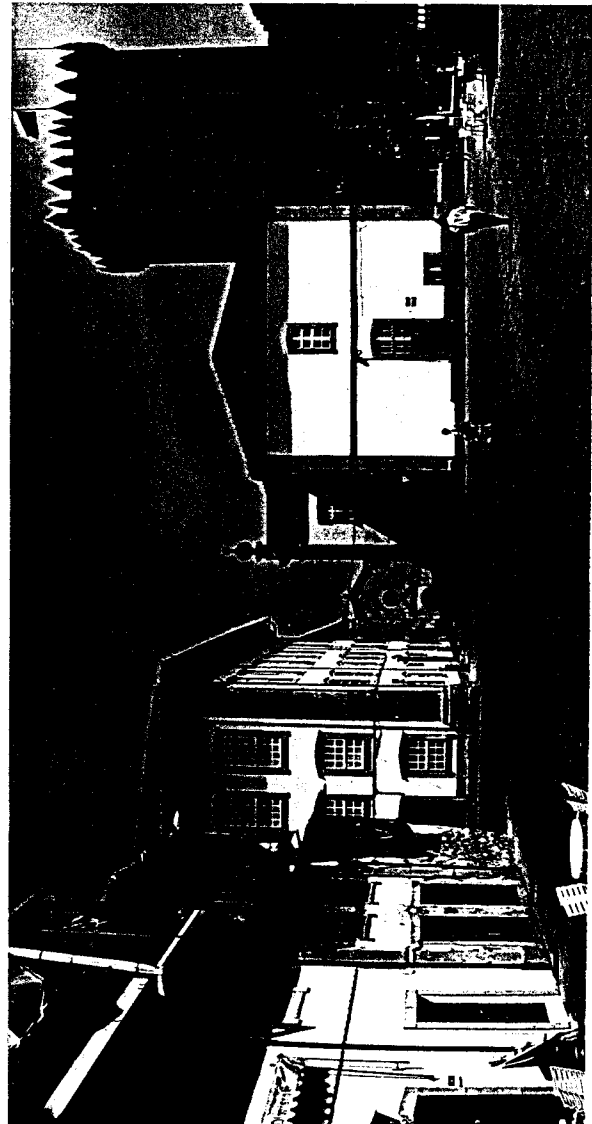
Um património arquitectónico raro, votado em muitos casos à ruína, ou à adulteração noutros, mas ainda em condições de poder ser recuperado e tornado num valor importante.





1 | 3
—+—
2 |

Rua Infanteria 19 (extremo Noroeste do Centro).



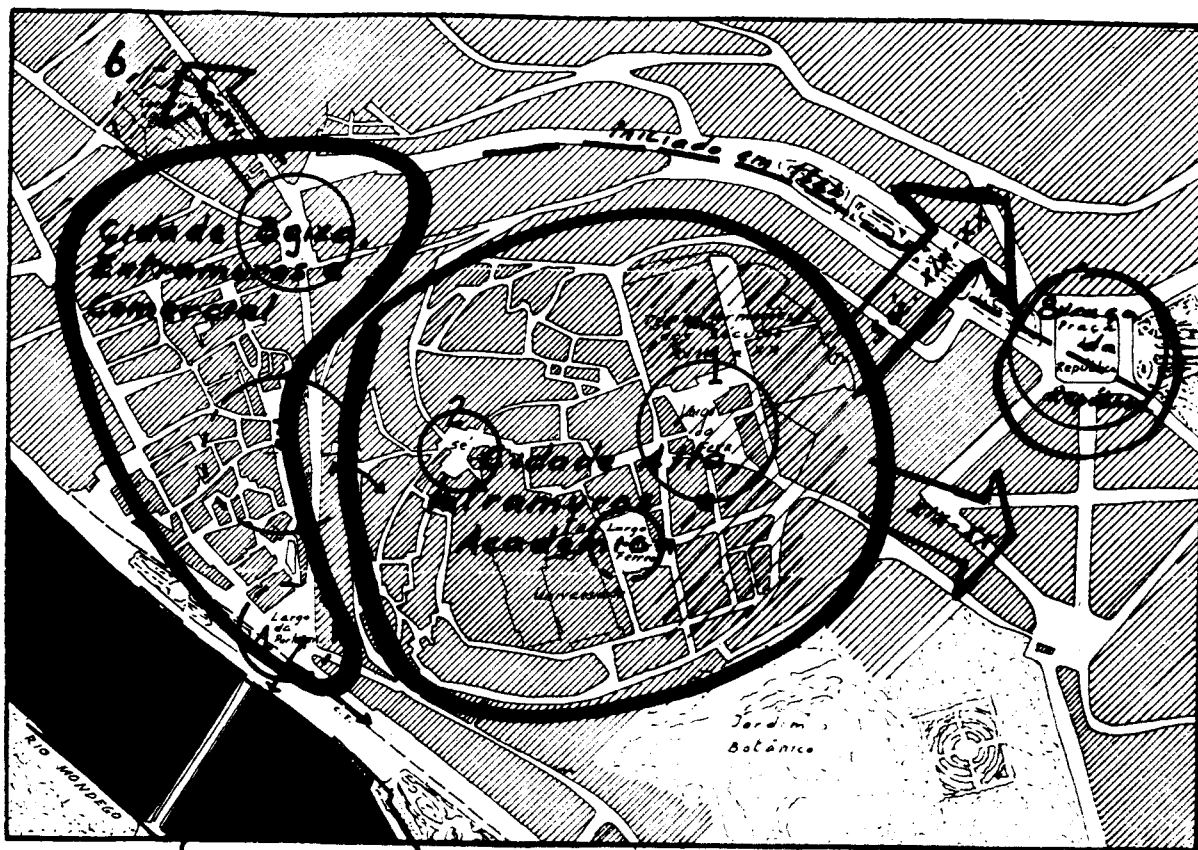
COIMBRA



Escaia 1:25 000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA VELHA, ACTUAL DO COMÉRCIO

- 1 - Igreja de S. Bartolomeu
- 2 - R/c (panos; material eléctrico) + 3 (habitação)
- 3 - R/c (panos) + 1 (fotógrafo) + 2 (hab.)
- 4 - R/c (loijas; lanifícios) + 1 (cabeleireiro) + 4 (colégio)
- 5 - R/c + 3 (banco)
- 6 - R/c (alcatifas + 1 (armazém) + 2 (hab.)
- 7 - R/c (panos) + 3 (pensão)
- 8 - R/c (malas e couros) + 4 (hab.)
- 9 - R/c (pronto a vestir) + 5 (hab.)
- 10- R/c (mercearia) + 1 (seguros) + 2 (oficina ourivesaria) + 3 (dentista) + 4 (hab.)
- 11- R/c (farmácia) + 1 (farmácia) + 2 (laboratórios análises) + 4 (hab.)
- 12- R/c (panos; tabacaria; pronto a vestir) + 1 (dentista; fotocópias) + 3 (hab.)
- 13- R/c (pronto a vestir) + 3 (hab.)
- 14- R/c + 4 (em reconstrução)
- 15- R/c (devoluto) + 5 (hab.)
- 16- R/c (farmácia) + 3 (armazéns)
- 17- Igreja de S. Tiago
- 18- Venda ambulante de loijas regionais
- 19- R/c (material desportivo)) + 3 (hab.)
- 20- R/c + 5 (banco)
- 21- R/c + 5 (banco)
- 22- R/c + 1 (bar-restaurante) + 5 (hab.)
- 23- R/c (couros) + 1 (armazém) + 2 (armazém) + 6 (hab.)
- 24- R/c (malas e couros) + 2 (armazém) + 6 (hab.)
- 25- R/c (cutelaria e artigos de desporto) + 3 (armazém) + 4 (hab.) + 5 (cabeleireiro) + 6 (hab.)



CENTRO HISTÓRICO - ZONAS "ALTA" E "BAIXA" E SUAS EXPANSÕES

Adaptado da planta topográfica, escala 1:5000, anterior às intervenções urbanísticas de 1950.

(1) - Largo da Feira, transformado em adro da Sé depois do século XVII; remodelado com as obras pombalinas e com as do Estado Novo.

(2) - Adro da Sé Velha, do século XII.

(3) - Praça do Comércio (já designada por Praça de S. Bartolomeu e Praça Velha depois da construção do mercado de D. Pedro V, em 1867). No lado Sul tem uma dos mais antigos templos da cidade, a de S. Bartolomeu, de que há notícias desde 957. A Norte está a igreja românica de S. Tiago e a meio o antigo Hospital Real.

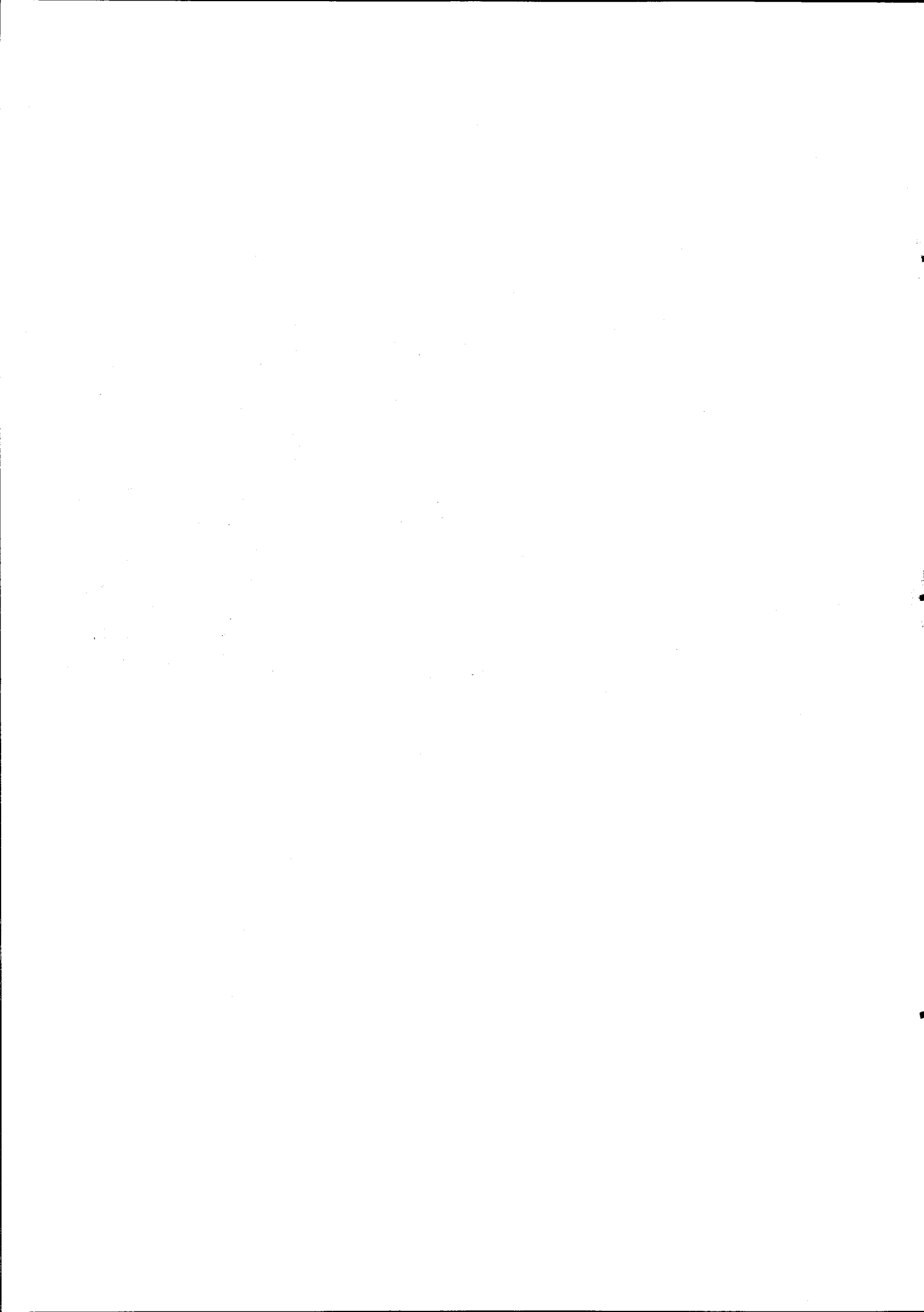
(4) - Largo da Portagem - Junto a embocadura da ponte sobre o rio e da entrada da cidade; local de pagamento de direitos.

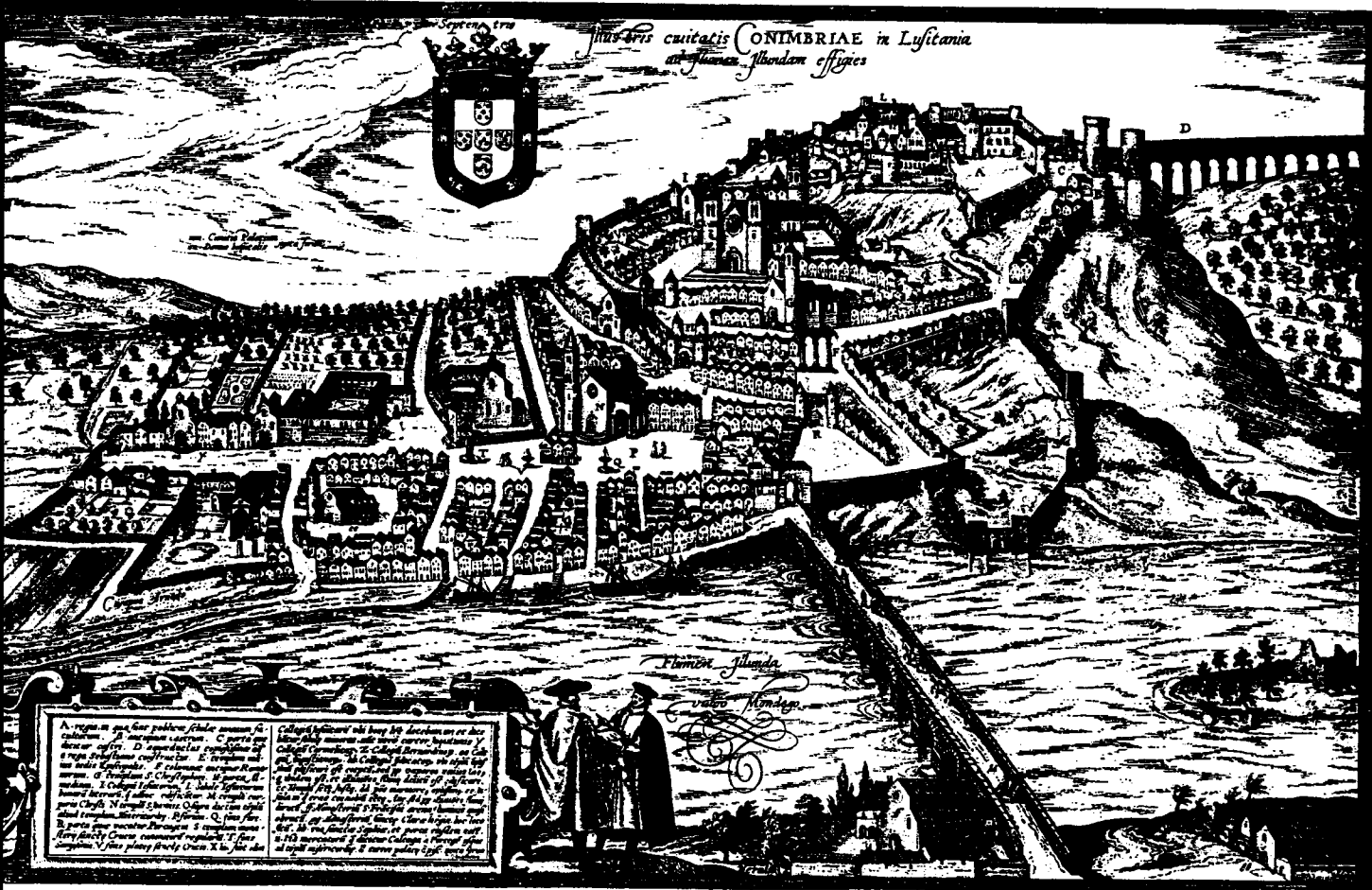
(5) - Terreiro do Mosteiro de Santa Cruz (iniciado em 1131), depois Terreiro do Sansão, no século XVIII e actualmente 8 de Maio, comemorativo da entrada na cidade das tropas liberais. Foi e continua a ser o centro social.

(6) - Terreiro da Erva, espaço profundamente alterado que indica um uso tipicamente medieval.

(7) - Largo da Porta Férrea - Consolidou-se a partir da respectiva porta da Universidade, datada de 1634. Hoje de limites muito alterados.

(8) - Praça da República, extremo da Avenida Sá da Bandeira, iniciada em 1882.





Panorâmica de Coimbra
(Correia, Gonçalves, 1947; 5)

Coimbra, água forte, "Civitas Orbis Terrarum", Colónia, 1599, segundo gravura de cobre de Georg Hoenagel, de 1599. São claramente observáveis os elementos primários que deram razão de ser à cidade: o monte, limite de um vale que se abre para a foz do Rio Mondego em amplas várzeas, o aqueduto, o castelo e a cintura de muralhas, a ponte sobre o Mondego a estabelecer a passagem da importante via Norte-Sul e junto à base do monte; a Sé Velha a meia encosta e a Praça Velha, ligada a toda a dinâmica comercial proporcionada pelo trânsito regional e pelo porto, na gravura designada por fórum (P).

1 - SÍTIO

A situação de Coimbra apoiou-se em importantes factores geográficos que particularizam o sítio; junto à fundamental linha de comunicações Norte-Sul, onde o rio Mondego facilitava o seu atravessamento e possibilitou a construção da ponte; pelo rio também se atingia facilmente o litoral e daí para todas as viagens possíveis de longo curso.

Sob o aspecto orográfico, também o sítio é particular por ser o extremo dos relevos acentuados do vale do Mondego, abrindo-se a partir daí numa extensa várzea, que o monte onde o castelo foi situado domina.

2 - URBE

2.1 - GÊNESE

As características físicas do sítio justificavam em grande parte a implantação da urbe no local estratégico que se oferecia, tanto sob os aspectos militares como comerciais ou de povoamento do território. A localização na margem direita do rio Mondego possibilita-lhe uma exposição a Sul muito favorável. A frequente presença da corte e as muitas igrejas e conventos facultaram-lhe a presença de homens ilustres. A implantação definitiva da universidade e dos vários colégios do clero, a partir de 1537, consagraram-na como centro cultural.

2.2 - MALHA URBANA

Embora tivesse sido uma importante cidade na época de ocupação romana, os testemunhos urbanísticos da sua presença perderam-se. Mas, subsistiu a notável estrutura arquitectónica do criptopórtico que serviu de suporte ao *fórum* romano, centro principal da época; a localização corresponde ao actual Museu Machado de Castro, que está sobreposto à estrutura antiga. Curiosamente o largo da Feira, possivelmente o centro medieval da cidade Alta, implantou-se muito próximo das estruturas do *fórum*, dando-nos ideia da continuidade do espírito do lugar. Desde cedo a cidade se definiu em duas grandes zonas - a cidade Alta, correspondente à cidade amuralhada, e a cidade Baixa. Em ambas as zonas o traçado urbano era muito irregular, profundamente influenciado pela ocupação muçulmana e pela época medieval que lhe seguiu. Mesmo na Baixa, onde a topografia quase plana não foi uma condicionante, as ruas permaneceram irregulares e estreitas, marcando um profundo contraste com o espaço aberto dos largos e praças.

2.3 - FORMA DE CRESCIMENTO

Como na maior parte das urbes que se implantaram por razões estratégicas - quer militares quer de proximidade às grandes vias de comunicações, o crescimento fez-se do alto do monte para a base confinante com a margem direita do rio Mondego. Os elementos primários estruturadores do desenvolvimento urbano extramuros remontam ao princípio da nacionalidade e são, sobretudo, edifícios clericais. Destes subsistem as igrejas de S. Tiago e S. Bartolomeu, na Praça do Comércio ou Praça Velha, ambas fundadas no século XII e o mosteiro de Santa Cruz, construção iniciada em 1131 e que se tornou no mais importante mosteiro português (Dias, 1983; 13); junto a ele constituiu-se um terreiro que deu origem no século XVIII à Praça de Sansão, "*lugar público onde concorriam todos os estudantes da Universidade e todos os cidadãos a tratar dos seus negócios*" (Correia, 1946; 275).

Em 1537, com a reinstalação dos Estudos Gerais na cidade e as acções urbanísticas de Frei Brás de Braga, reforça-se a importância citadina da Baixa e marca-se a zonificação entre a cidade Alta votada à vida académica, e a cidade da Baixa, dedicada ao comércio, ao trânsito de pessoas e mercadorias, aos colégios e conventos, e onde todos os cidadãos também afluem. O espaço privilegiado da Baixa será a Praça velha complementada com o Largo da Portagem, a Praça 8 de Maio (ex-Largo do Sansão), etc.

No século XVIII o Marquês de Pombal empreendeu um plano de reforma da acrópole académica, de que resultou a fria e inexpressiva praça com o seu nome. O Estado Novo, depois dos anos 50, prolonga as intenções do marquês, mas visando uma cidade universitária monumentalista, de que resultou uma geometrização e neutralização da malha urbana, incluindo o ancestral *Largo da Feira* e o Largo da Porta Férrea. Por estas razões, a Praça Velha é um espaço particular, onde a pressão do crescimento urbano se fez sentir mais no alteamento dos edifícios que a circundam do que na alteração da planta, tal como aconteceu com as ruas e escadas que nela desembocam. Mas, para além da persistência da planta, manteve o fervilhar de gentes diversas que desde antanho a caracterizaram.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Com uma altitude média de 20,5 metros, a Praça Velha inscreve-se na várzea envolvente do rio Mondego, onde o

arrabalde medieval se desenvolveu. A maior parte do traçado urbano envolvente persistiu. Do lado Este desce-se para a praça pelas escadas de S. Tiago e pelas de S. Bartolomeu.

3.2 - TOPOGRAFIA

Um reduzido desnível dá-lhe a aparência de uma praça plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento máximo	280 metros
Largura máxima	56 metros
Largura mínima	24 metros
Área total	11 959 m ²

3.4 - FORMA

Irregular, muito alongada (sendo das praças portuguesas com maior comprimento), forma possivelmente resultante da união dos adros das igrejas existentes nos extremos da praça e de edifícios importantes situados a meio, como foi o hospital real.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$40 / 18 = 2,2$$

A baixa relação largura/altura advém do processo especulativo que incidiu especialmente sobre a Praça Velha, onde mais de 50% dos edifícios envolventes são de 6 a 7 pisos.

3.6 - EXPOSIÇÃO

O pavimento praticamente plano não privilegia qualquer quadrante. Mas, pela forma alongada que a praça tem, as fachadas a Este e Oeste, possuem dupla exposição pela frente e pelas traseiras.

3.7 - PAVIMENTO

Foi recentemente remodelado aproveitando a sugestão do existente: lajetas de pedra a marcar as circulações principais, intercaladas de calçada de pedra irregular. O novo

pavimento está de acordo com a interdição à circulação automóvel em grande parte da praça.

3.8 - VEGETAÇÃO

Algumas árvores e arbustos em caldeiras sobreelevadas, de recente arranjo paisagístico.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Para além das duas igrejas dos extremos da praça, a de S. Tiago que foi reposta na traça original e a de S. Bartolomeu que manteve a expressão arquitectónica da última reforma a que foi sujeita em 1756, a maior parte da restante arquitectura envolvente foi profundamente alterada. A meio da praça, fazendo esquina com a rua dos Azeiteiros está o que foi o Hospital Real, hoje ocupado com lojas comerciais e pensão nos andares superiores.

Duma forma geral toda a arquitectura envolvente da praça está profundamente alterada em relação aos edifícios civis dos séculos XVI a XVIII. Algumas referências surgem-nos por molduras de janelas ou por sacadas que subsistiram. A maior parte dos edifícios foram alteados, o que torna esta praça um tanto estranha no conjunto das praças históricas portuguesas.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

A meio da praça está o Pelourinho Novo, reconstruído com algumas peças originais. É a referência da antiga presença da Casa da Câmara.

3.11 - FUNÇÕES

A ocupação por comerciantes e burgueses é hoje patente pela quantidade de lojas comerciais a que se juntam três bancos, duas farmácias, pensão, restaurante, escritórios, etc, constituindo um centro de negócios e de encontro. O seu uso pode ser complementado com o Largo 8 de Maio, dos cafés de reunião dos "doutores" e estudantes. Mas, em relação às outras praças alternativas ainda é esta que oferece maior ambivalência de estadia, reforçada pelo uso exclusivo a peões.



3.12 - PERCEPÇÃO

Vários aspectos dão uma característica diferente a esta praça:

1 - A sua forma, com cerca de 280 metros de comprimento e uma largura média de 40 metros sugere um espaço de avenida.

2 - O envolvimento arquitectónico reforça a sugestão anterior devido ao número de pisos - mais de 80 % dos edifícios contém 6 a 7 pisos.

3 - Os edifícios que nos parece terem sido os elementos primários que levaram à constituição deste espaço encontram-se secundarizados, ou pela sua posição (nenhuma igreja está implantada em correspondência com os eixos maior ou menor da praça), ou pelas alterações sofridas e fusão no conjunto (caso do Hospital Real).

A contrapor-se a estas características arquitectónicas estão os aspectos de uso: - o facto de ser um espaço de uso privilegiado do peão, que o difícil acesso viário facilita, o intenso uso pelos comércios e serviços e a possibilidade de ocorrência de festas e acontecimentos públicos diversos, dão-lhe, de facto, a dimensão da polifuncionalidade desta praça, *fórum* da cidade, como foi designada na gravura de 1599 com reprodução anexa.

Os aspectos mais dissonantes decorrem dos aspectos atrás citado: o crescimento em altura dos edifícios envolventes amesquinhou monumentos como as igrejas situadas nos extremos. Por outro lado a arquitectura moderna introduz expressões completamente diferentes, como é o caso do Banco Comercial Ultramarino. As transformações causadas pelas casas comerciais e pelos seus anúncios também são contributos para a descaracterização arquitectónica.

4 - CONCLUSÕES

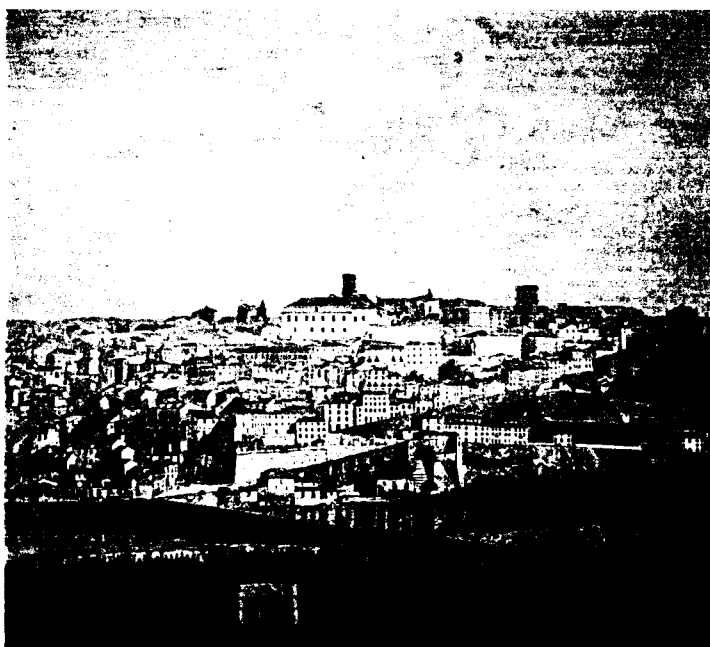
4.1 - SÍNTESE

Difícilmente se entende a Praça Velha (ou do Comércio) como derivada de um rossio, dada a ancestralidade do lugar e ter uma localização não imediata a uma das portas da cidade. A igreja de S. Bartolomeu aponta para um eventual elemento polarizador de espaço público, tal como a igreja de S. Tiago no outro extremo. Ambas procuram ter fáceis acessos pelos diversos lados da cidade. Os outros edifícios que se lhe juntaram como o Hospital Real de D. Manuel I, tanto reforçaram a importância do espaço como traduziram a importância que o lugar adquirira. A Casa da Câmara que aí

existiu com o seu pelourinho estão de acordo também com essa importância. A fácil acessibilidade que dispõe, tanto do lado da cidade intramuros como de outras direcções reforçam as suas potencialidades de centro, diminuídas com as reformas pombalinas e a consequente transferência do Hospital Real, mas reforçadas pela introdução de novos comércios. Foi a praça do mercado diário até 1867 e nela se fizeram autos de fé, festas, touradas e comemorações.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de mercado resultante da junção de dois adros, a que se juntaram edifícios públicos.



Panorâmica de Coimbra
(Correia, Gonçalves, 1947; 5)



1
—
2



Fig. 1 - Perspectivas da praça tendo ao fundo a igreja românica de S. Bartolomeu.

Fig. 2 - Idem, para o lado da igreja de S. Tiago.

(Correia, Gonçalves, 1947; Est.CCX)

A Praça Velha fugiu à topografia de acentuados declives da encosta do monte para situar-se no plano que a várzea do Mondego oferece. Ora se desce ou se sobe entre a praça e a Alta de Coimbra, ora se perde pelas ruas irregulares e estreitas da Baixa.

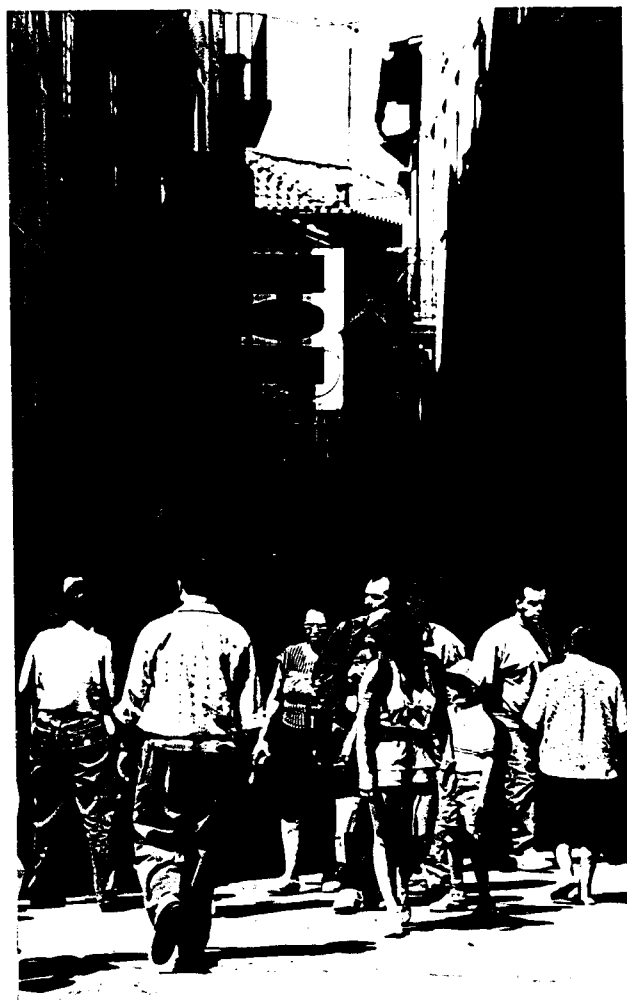


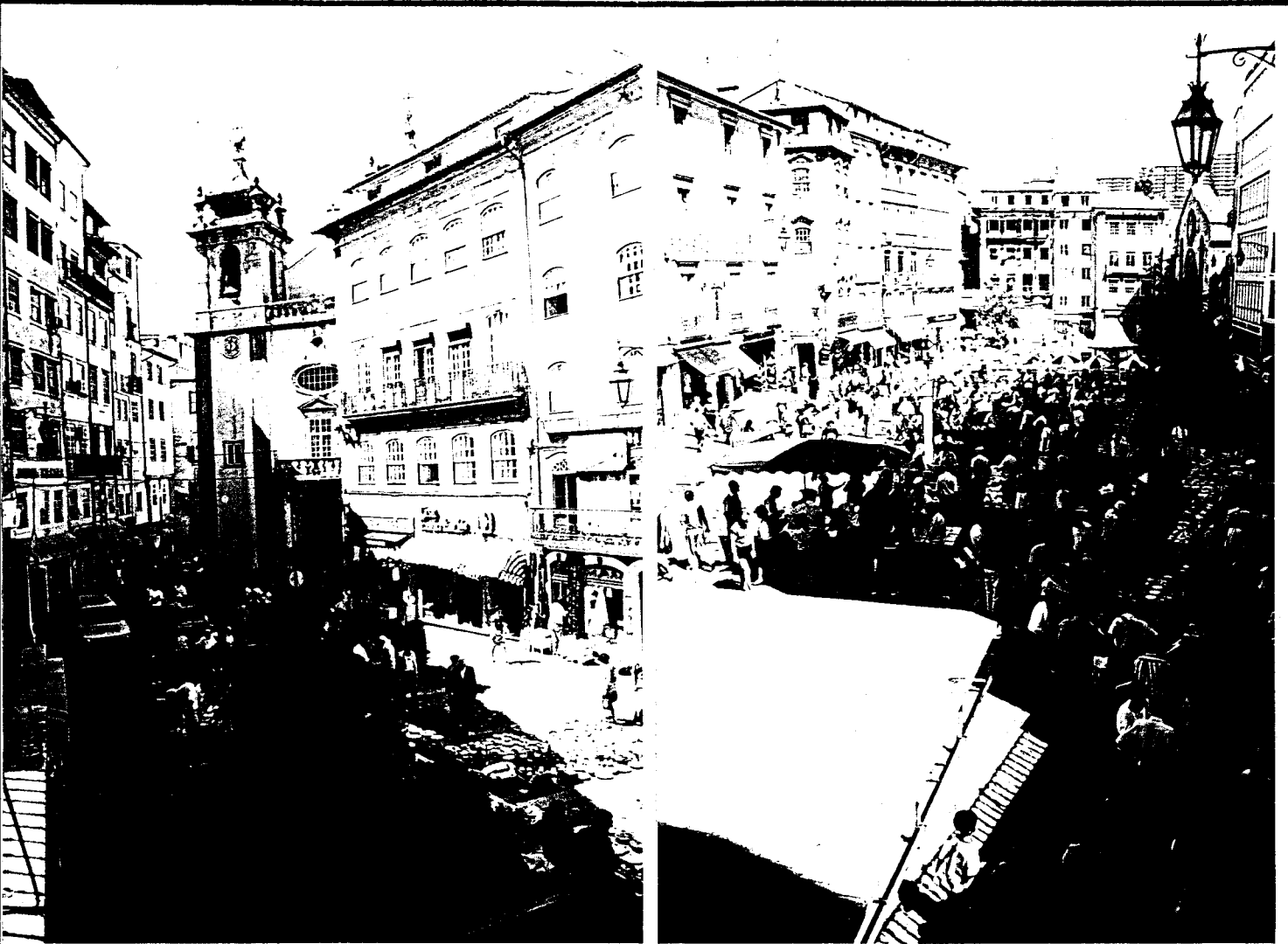
Fig. 1 - Escadinhas de S. Tiago, do século XII.

Fig. 2 - Escadinhas a Sul da praça.

Fig. 3 - Rua Adelino Veiga ao desembocar na praça.

1	
2	3



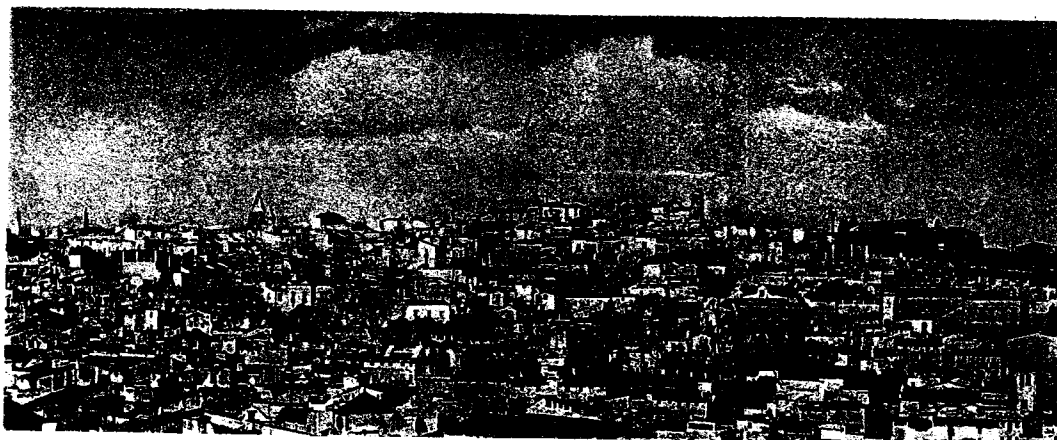
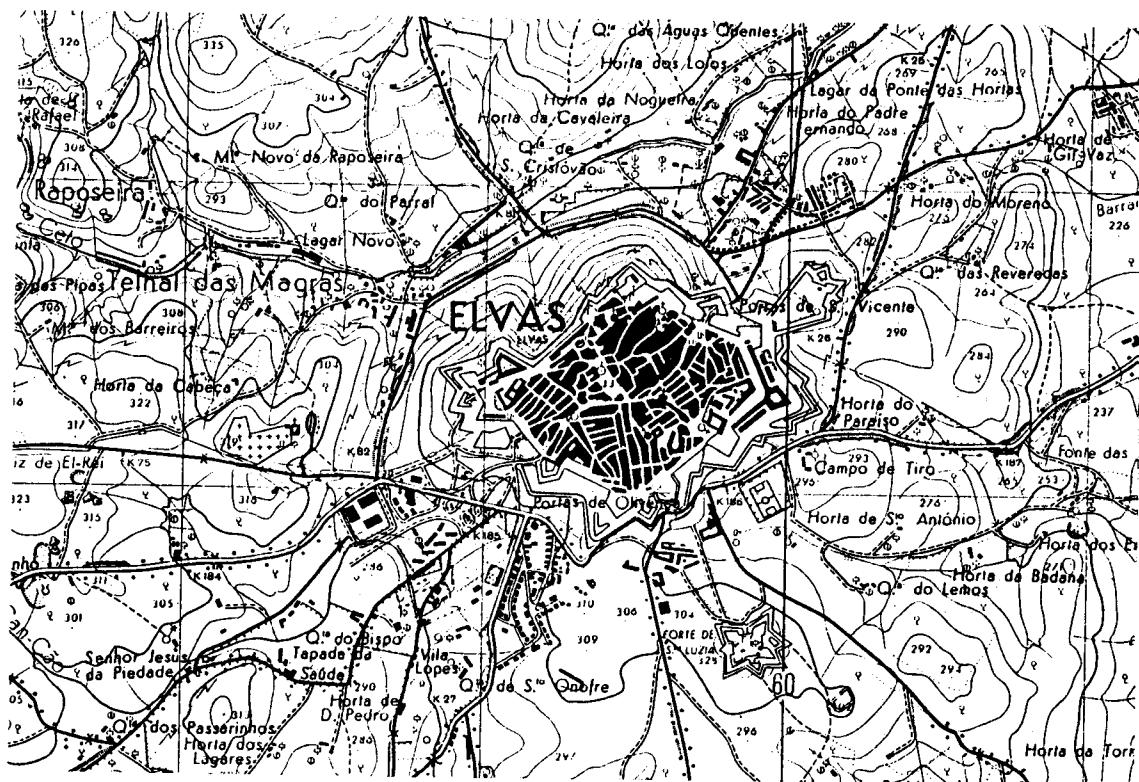


1	2
3	

Fig. 1 - Perspectiva sobre o lado Sul da praça, onde a igreja de S. Bartolomeu de raiz românica, é remodelado sucessivamente até 1756, altura em que adquiriu o actual facies.

Fig. 2 e 3 - No lado Norte da praça está a igreja românica de S. Tiago diminuído na sua monumentalidade pela moldura de prédios que vão subindo em andares, sem prunços nem contemplações para com os edifícios que já lá estavam, para o espaço da praça, o que significa pelos cidadãos. Neste dia uma feira de antiguidades reconstituiu vagamente os antigos mercados.

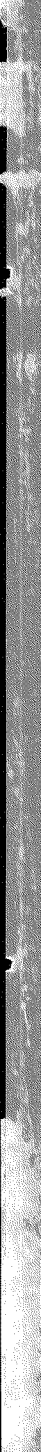
ELVAS

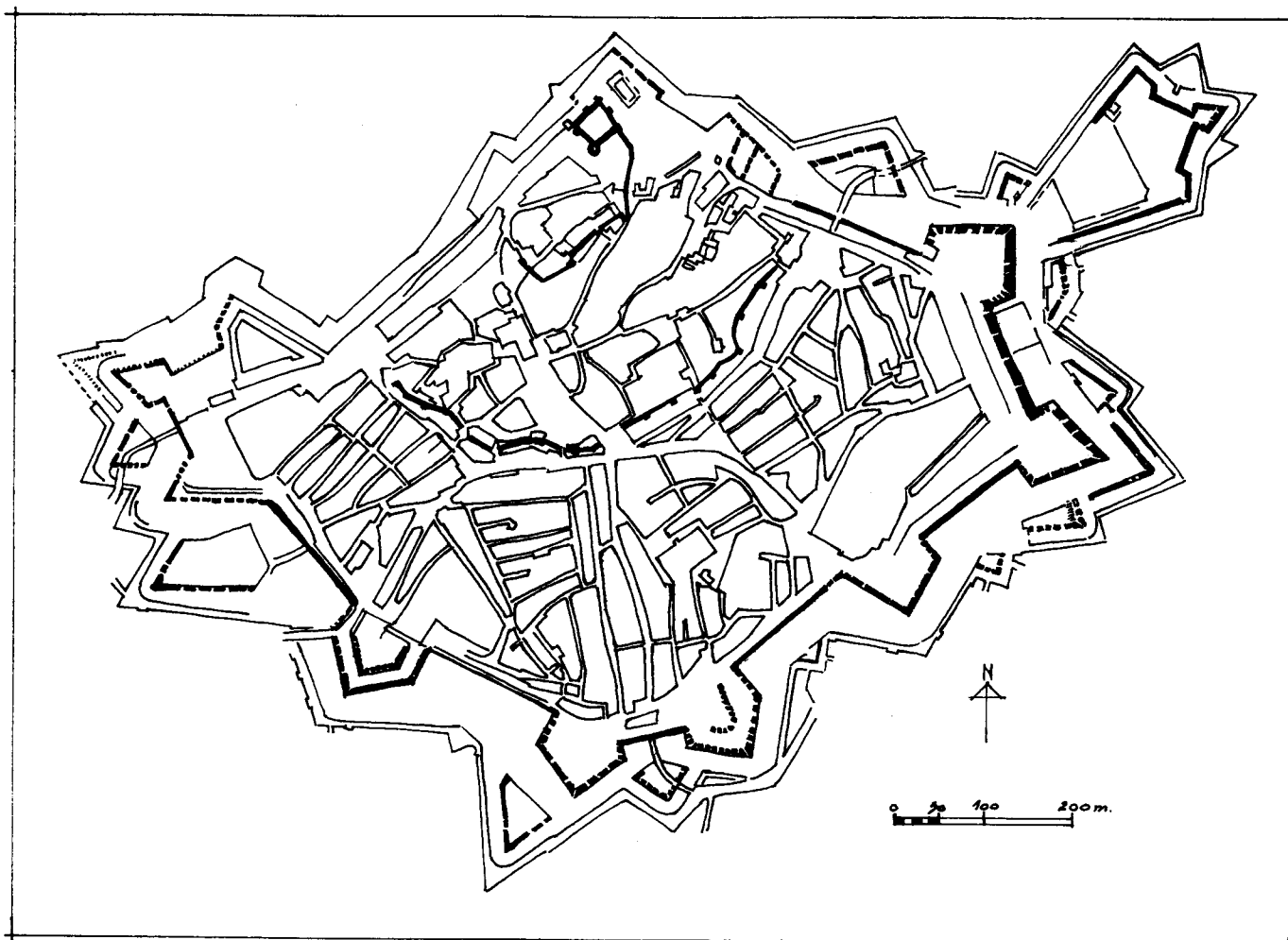


Panorâmica de Elvas.
Gravura de postal de fins do século XIX.

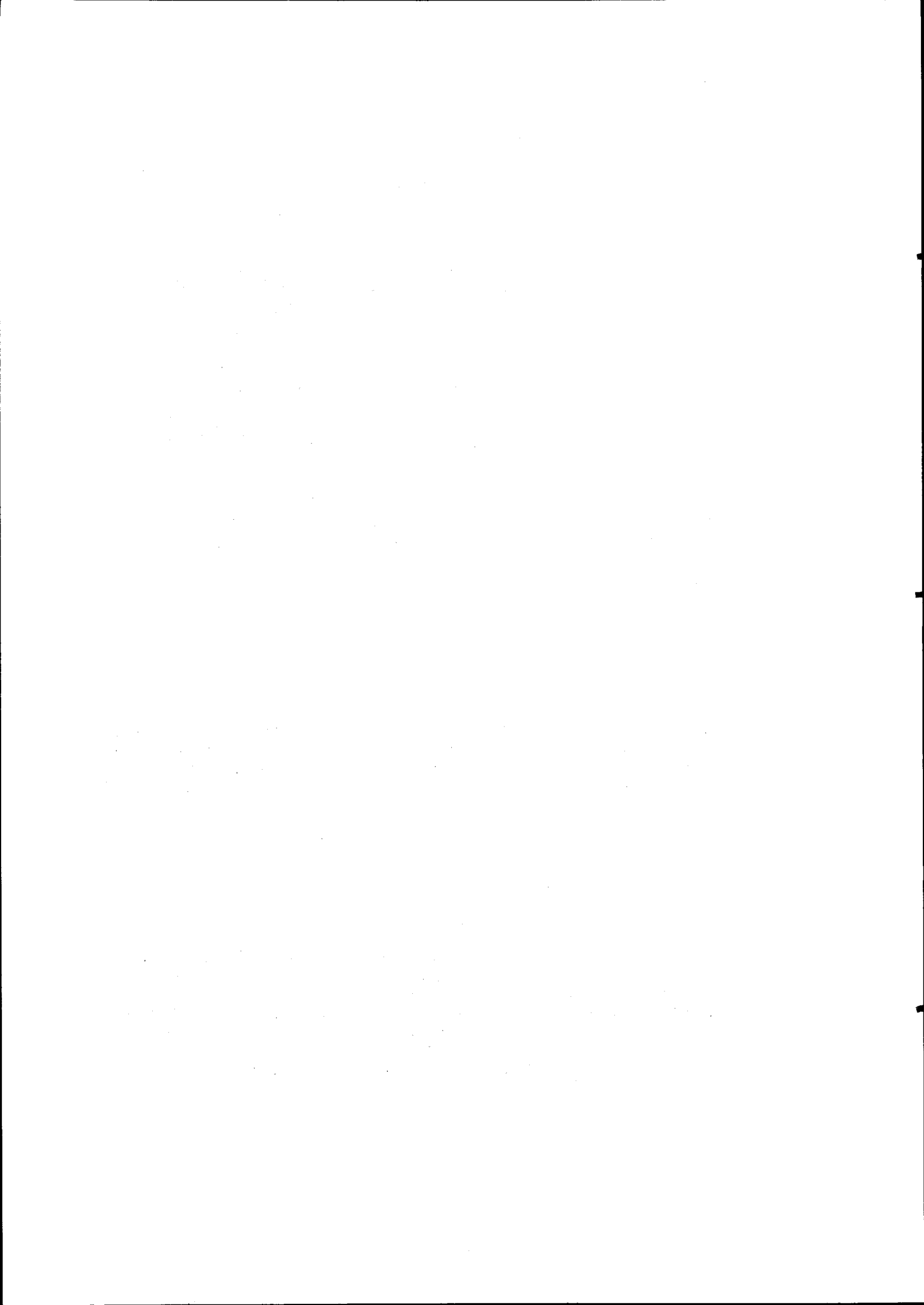
OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DA REPÚBLICA

- 1 - Igreja de Santa Maria do Açougue - Matriz
- 2 - R/c + 1 (Câmara Municipal de Elvas)
- 3 - R/c (advogada) + 1 (habitação)
- 4 - R/c + 2 (hab.)
- 5 - R/c (depósito de pão) + 2 (hab.)
- 6 - R/c (loja de panos + 2 (hab.)
- 7 - R/c (seguros) + 2 (hab.)
- 8 - R/c (bar) + 2 (hab.)





Elvas manteve-se contida pelas muralhas até ao século XX, não sofrendo grandes alterações na malha urbana ao longo dos últimos séculos. A praça mais antiga de que temos notícia é a do largo do Salvador, adro alargado da igreja do mesmo nome, actual Largo do Colégio. Aí se localizava a Casa da Câmara onde se manteve até aproximadamente 1511 (cf. Gama, 1986; 42). Depois dessa época mudou-se para a Praça Nova, actual Praça da República, que D. Manuel mandara abrir quando da construção da igreja de Santa Maria do Açougue. As duas praças constroem-se em função da estrutura religiosa, a que se junta o poder concelhio.



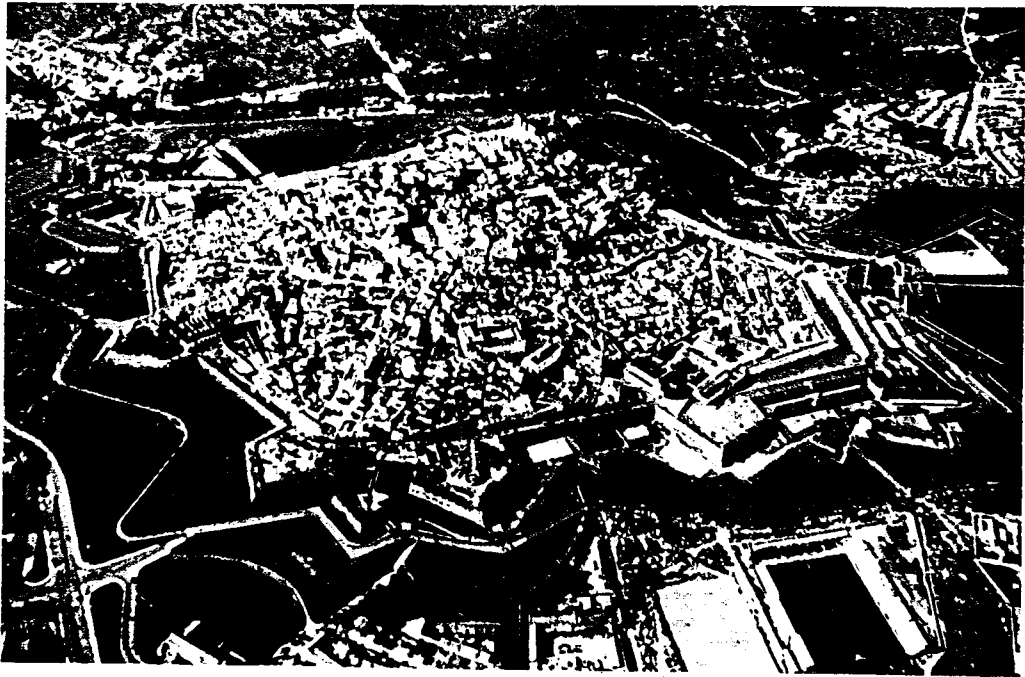


Fig. 1 - Fotografia aérea de Elvas. C.M.E.

1 - SÍTIO

Elvas localiza-se num monte, não muito pronunciado, que pouco difere em altitude de outros que o rodeiam (aproximadamente 300 metros). Está a cerca de 10 Km da fronteira e do rio Guadiana e a 15 Km da cidade espanhola de Badajoz.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A razão de ser da cidade, para além da proximidade a que está da fronteira e que se traduziu num factor de peso na história portuguesa, parece-nos mais importante o facto de localizar-se sobranceira à via de circulação Este-Oeste, consagrada desde a época romana em que uma estrada vinda de *Emerita* (Mérida) se ramificava perto de Elvas em duas: uma vindo para *Ebora* (Évora) e *Salacia* (Alcácer do Sal) e Almada; a outra indo para *Scalabis* (Santarém) e daí para o Norte.

2.2 - MALHA URBANA

Apesar da ocupação romana durante sete séculos, a cidade não apresenta qualquer indicação urbanística dessa época. Apenas uma possível indicação: os principais eixos estruturadores do trânsito cruzam-se num centro geográfico correspondente aos antigos Cantos da Carreira. A rua da Carreira tem o traçado aproximado Sul-Norte e foi a rua mais importante até ao século XVI (Proença, 1923; 440). A outra via que se cruza nos Cantos da Carreira é a rua da Cadeia, de sentido aproximado Este-Oeste. A partir desse possível baricentro as ruas desenvolvem-se irregularmente, mas nunca em traçado labiríntico, embora com becos e variações dimensionais, dos espaços públicos, frequentes.

2.3 - TIPO DE CRESCIMENTO

Como cidade fortificada, cresceu da alcaçova e castelo, situado no local de maior altitude (345,7 m), para Sul, até às cotas próximas dos 300 m, em necessários anéis de muralhas excêntricas. A partir de D. Fernando uma cerca envolveu toda a área correspondente à actual zona intramuros. Com D. Manuel I consolidou-se uma área central correspondente à Praça Nova, actual da República.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça Nova surgiu da vontade expressa de D. Manuel I de ter um lugar central, um espaço amplo que desse mais ênfase à igreja de Santa Maria do Açougue, em construção, e permitisse solenidades e festas diversas. Foi, portanto, uma praça expressamente construída, por derrube de alguns quarteirões, aliás como aconteceu também em Beja por ordem do mesmo monarca. Se considerarmos que a estrutura urbana foi herdada do século XVI, verifica-se que a Praça Nova foi situada um tanto à margem dos maiores fluxos de trânsito, seguindo o que já acontecia com a Praça do Salvador.

3.2 - TOPOGRAFIA

A praça apresenta uma pendente suave de Norte para Sul, de 4%, como aliás toda a zona abaixo da alcaçova.

3.3 - DIMENSÕES

Maior dimensão 106 metros
Menor dimensão 28 metros; largura na zona do tabuleiro 46 metros
Tabuleiro 39 x 45 m
Área total 4175,5 m²

3.4 - FORMA

Resultante da continuidade de três subespaços: um adro rectangular, o tabuleiro e ruas adjacentes, outro rectângulo e o extremo Sul em forma de trapézio. É um espaço irregular mas de um "geometrismo irregular", conforme expressão utilizada por Teresa Barata Salgueiro (1992; 212).

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

46 / 9 = 5,1

3.6 - EXPOSIÇÃO

Pavimento: Sudeste
Maior dimensão da praça: No-Noroeste, coincidente com a orientação da igreja de Santa Maria.

3.7 - PAVIMENTO

Em 1833 ou 1834 o pavimento da praça era todo ele de terra solta (Gama, 1986; 56). O empedrado central foi delineado em 1873 e começado a calcetar em 1874.

3.8 - VEGETAÇÃO

A primeira plantação foi efectuada depois de 1880, tendo sido substituída em 1938; uma terceira foi recentemente feita.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Estão presentes na praça arquitecturas de diversas épocas, a partir do século XVI. Quase em oposição evidenciam-se a igreja de Santa Maria do Açougue, Sé e o edifício que desde 1457 até 1935 serviu de Paços do Concelho. A igreja, na parte de cima da praça, impõe-se com a sua grossa torre campanária, de remate piramidal. Os antigos paços, articulados com edifícios laterais, assinalam-se por uma torre de relógio, substituta de outra mais antiga, e por um interessante pórtico de entrada, de planta poligonal. Uma cêrcea bastante regular entre todos os outros edifícios e a uni-forme cor branca marcam a unidade do espaço e a ligação entre expressões arquitectónicas diferentes.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

O pelourinho, esteve nesta praça até 1872, sendo posteriormente erguido no Largo da Porta do Sol, solução infeliz, parece-nos, dada a sua assinalável qualidade escultórica e a importância secundária do espaço onde se situa. Apenas um quiosque surge actualmente como elemento isolado na praça.

3.11 - FUNÇÕES

As funções de uso ocasional ocupam 71% do total, enquanto as de consumo diário perfazem 21% e as de uso excepcional somente 8%.

Quanto ao uso da praça pelo trânsito automóvel, há dois aspectos relevantes a assinalar:

1º - A não funcionalidade como um nó viário fundamental, apesar da sua posição central na cidade. O facto da ocupação funcional mais intensa estar nas ruas principais situadas a Sul da praça tornam-na, em parte, excêntrica (ver Franco, 1991; 32-36).

2º - A contrariar a excentricidade funcional está a localização em plena praça da central de camionagem. Esta desempenha uma importante acção polarizadora, mas devido ao crescente aumento tanto das dimensões dos autocarros, como do número de carreiras, vai-se tornando incompatível a sua localização.

3.12 - PERCEPÇÃO

A irregularidade da praça e os acessos diferentes que possibilita permitem ter aproximações muito diversas. Em

qualquer das situações produz-se sempre um forte contraste entre as ruas-canais e o espaço amplo que se encontra na praça. O declive ascendente para a igreja contribui para impô-la à atenção, tanto mais que a sua arquitectura de volumes maciços contrasta com a envolvente.

A amplitude do espaço é reforçada pelo vasto tabuleiro central, disponível para qualquer acontecimento - uma parada militar, um arraial, uma procissão..., porque as duas fiadas de árvores opostas pouco interferem e ainda oferecem sombras para estadia. Uma esplanada sobre plataforma fronteira ou bar do Centro Artístico Elvense, proporciona outra área de estadia, sempre animada, a que se juntam restaurantes próximos. O Arco do Relógio permite a continuidade de fachadas e o maior fecho do espaço. Toda a praça oferece um bom estado de conservação e o único aspecto dissonante será a garagem da Rodoviária, mas que, por outro lado, é um poderoso elemento dinamizador da praça.

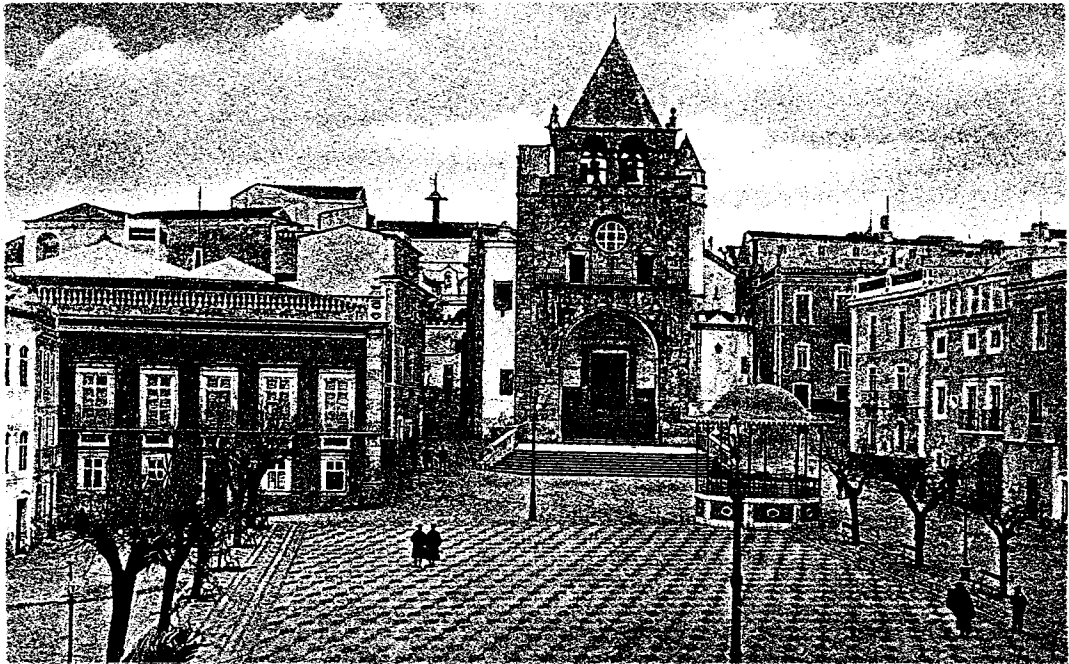
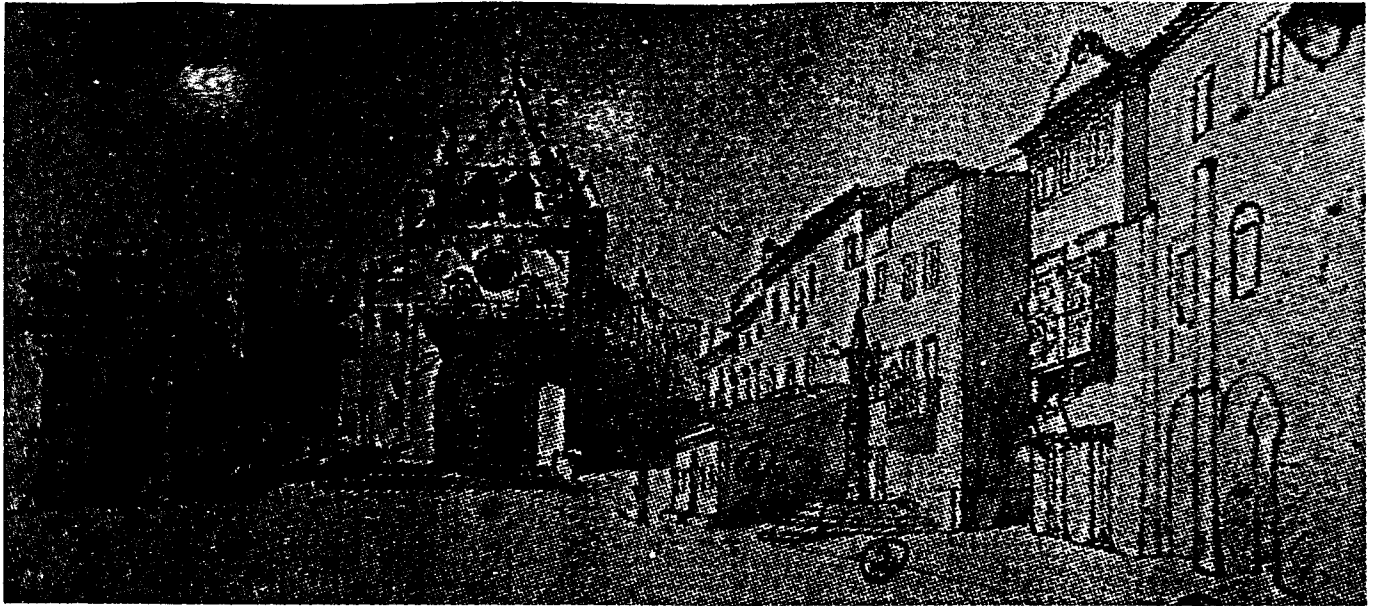
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A forma da cidade contida pelas muralhas reforçou o carácter central da praça manuelina. Só nas últimas décadas surge um contraponto urbano extramuros, mas constituído principalmente por habitações ou equipamentos que não tinham suficiente espaço no centro histórico; neste continua a existir o comércio abundante e uma vida social que se perpetuou. Há ainda a referir que o crescimento moderno fez-se pouco na continuidade das muralhas, que se mantiveram a delimitar a cidade, como uma ilha. por isto, o rossio existente manteve-se como tal, nunca se transformando em praça, como noutras cidades.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

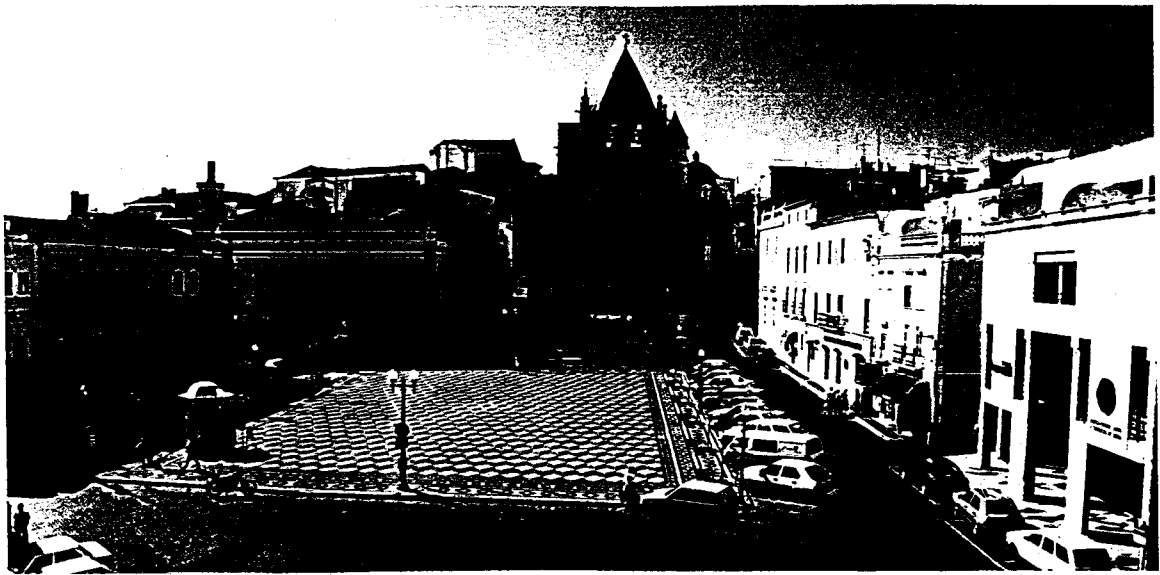
Praça derivada de adro frontal ampliado, juntando-se-lhe Casa da Câmara.



1
2

1 - Pormenor de um desenho da praça antes do calcetamento da rua e do tabuleiro, com o Pelourinho e alguns interessantes pormenores arquitectónicos, tais como arcos, que chegaram a rodear toda a praça, e as janelas de rótulas. Desenho de Carlos Wanzeller (1811-1839)

2 - Século XIX/XX: a praça já está arborizada e com "sofás de ferro"; o coreto está pronto para animar as tardes de domingo. Um belo tapete empedrado convida à estadia. O ambiente é calmo. Ainda não chegara o ritmo das máquinas, a invasão de todos os espaços disponíveis pelos automóveis. Postal antigo; edição fac-similada da Câmara Municipal de Elvas.



1

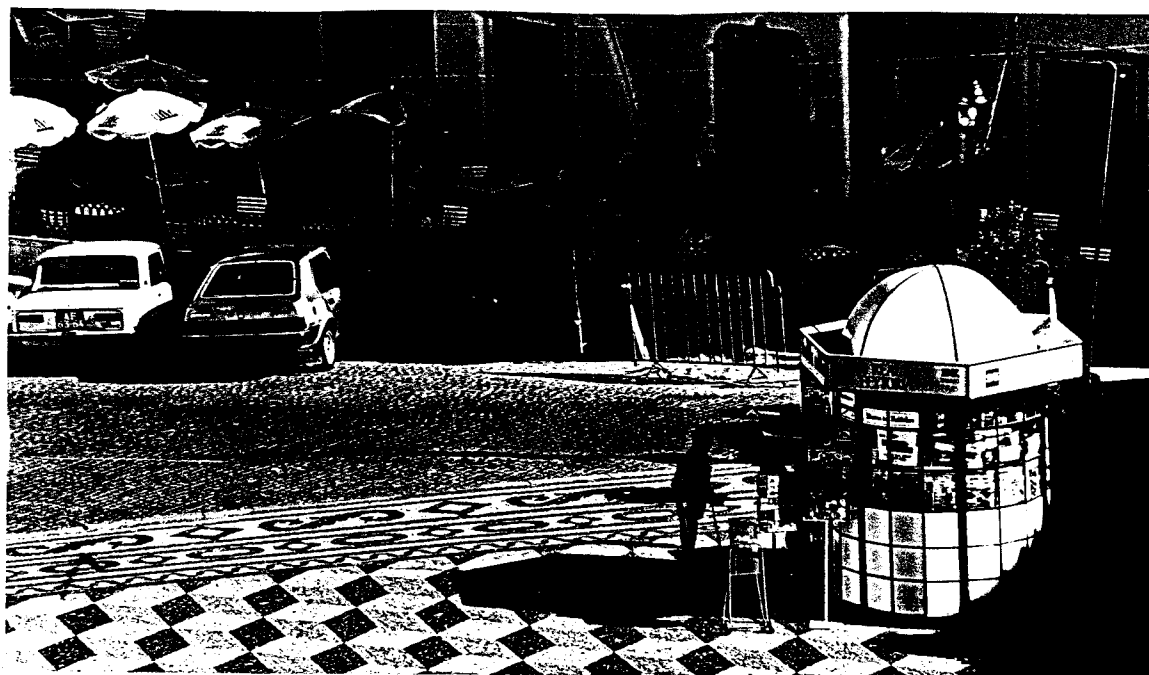


2

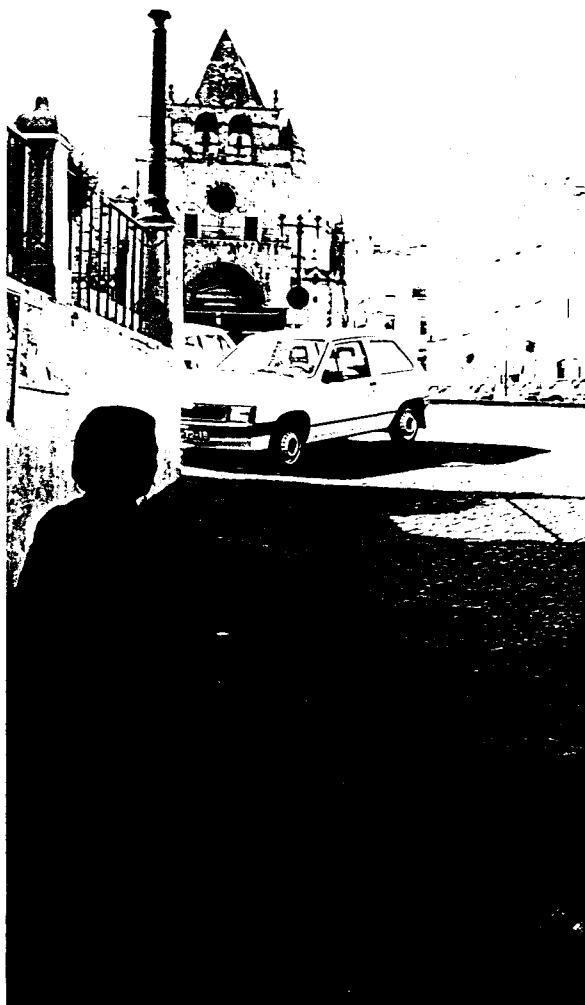
Duas perspectivas opostas, sobre o eixo principal da praça:

Fig. 1 - O espaço afunila-se no sentido da igreja de Santa Maria do Açogue, sugerindo um ponto focal.

Fig. 2 - O espaço abre-se no sentido da expansão da cidade, como que a insinuar a amplitude da planície que se apresenta ou mesmo se avista.



O lado Sudoeste da praça oferece a sombra necessária às tardes quentes do verão alentejano; na esplanada do clube, agora instalado nos antigos paços do concelho, ou nas suas escadarias, é possível um lugar para a conversa pousada ou para o simples olhar... porque a praça é palco privilegiado do espectáculo da vida cidadina.



1	2
	3

A relação entre a praça e o restante tecido urbano envolvente faz-se por diferentes modos: por ruas que ascendem ou que descem para ela; por arcos, verdadeiros diafragmas da transição entre espaços. Por qualquer dessas formas a percepção do lugar para onde se vai é construída gradualmente, à medida que se avança.

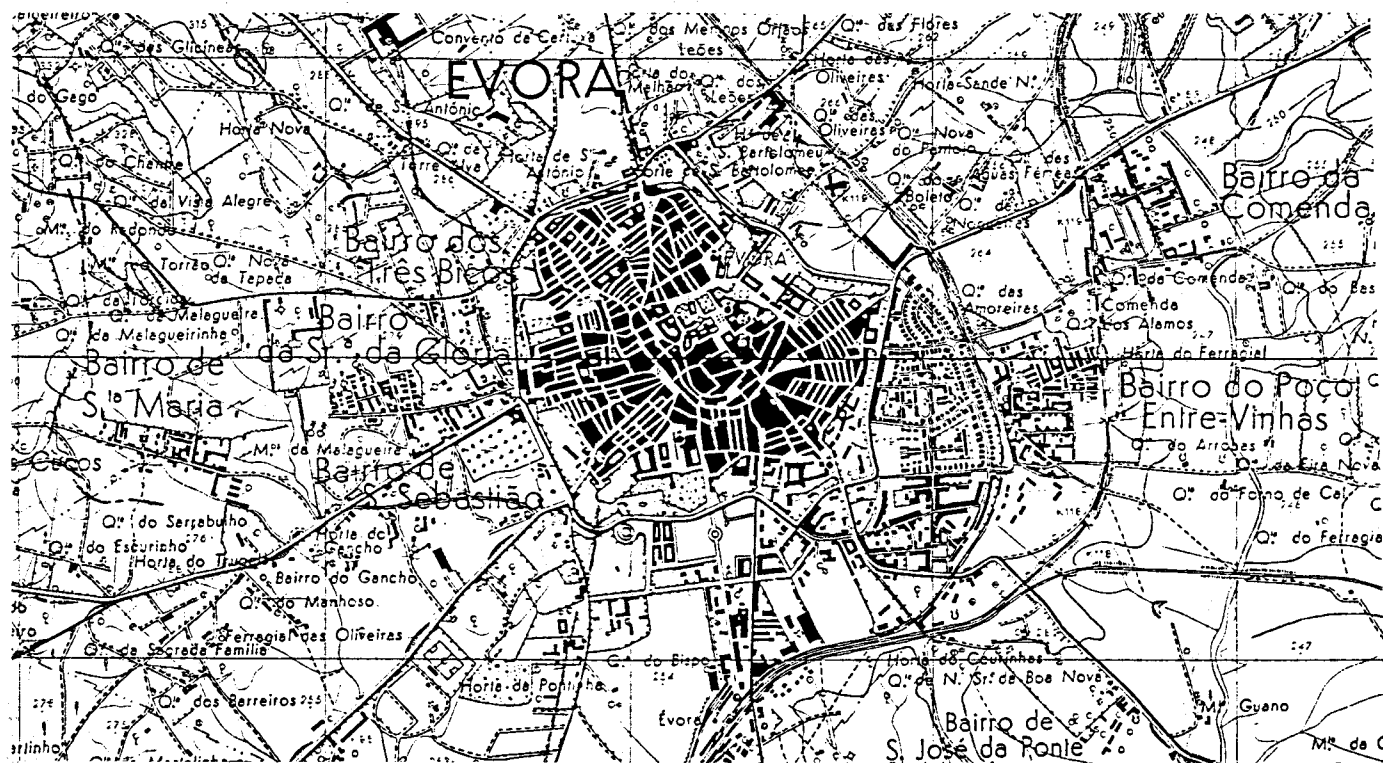
1 - Acesso pelo extremo SE. da praça.

2 - Acesso pelo arco a Sul da praça.

3 - O arco Sul, do lado da praça mostrando um desenho interessante resultante de sucessivas adaptações.



ÉVORA

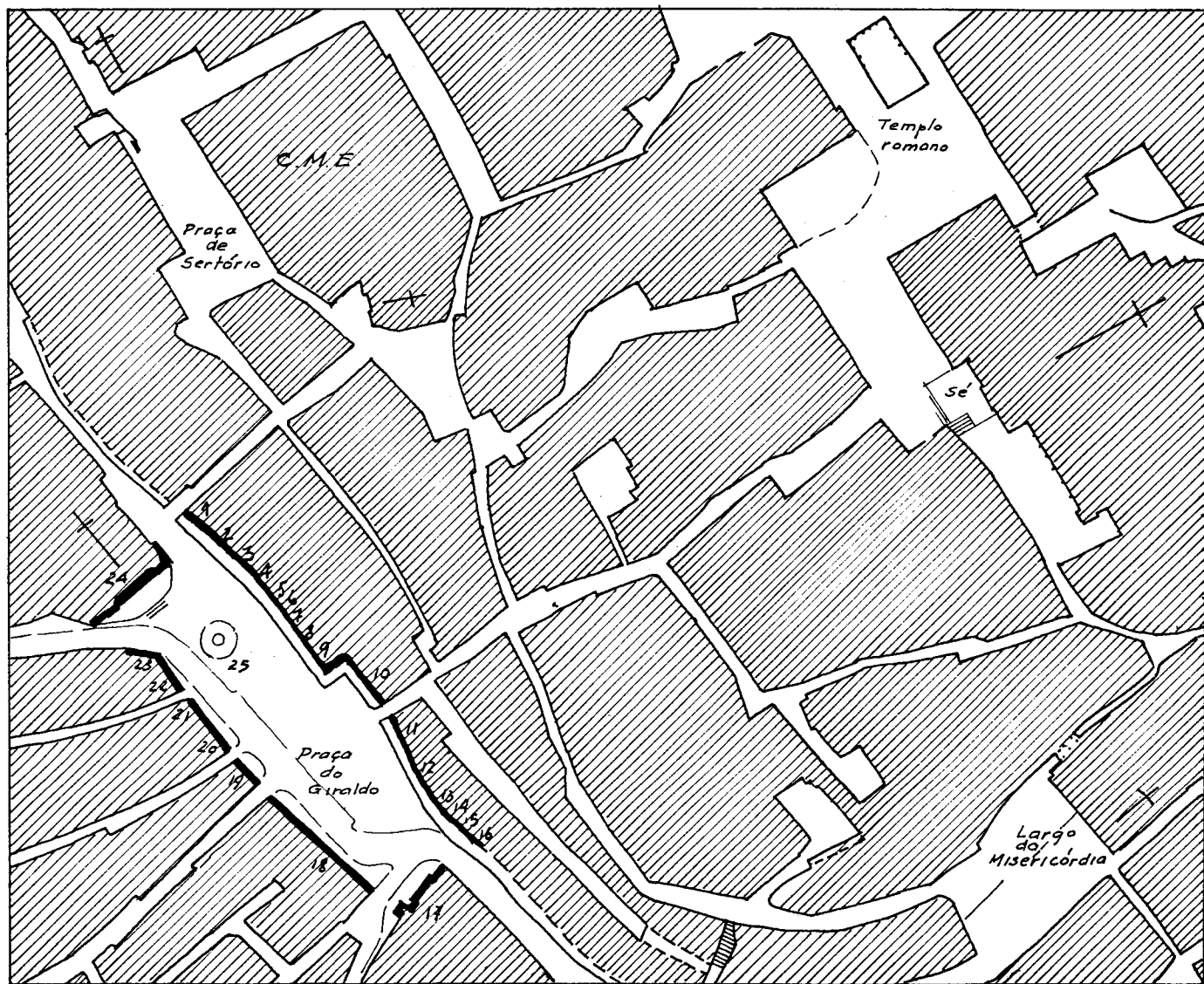


Esca/a 1:25.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DO GIRALDO

- 1 - R/c (loja de modas) + 2 (habitação)
- 2 - R/c (café restaurante, lojas diversas) + 1 (escritório) + 3 (hab.)
- 3 - R/c (banco) + 3 (hab.)
- 4 - R/c (tabacaria e papelaria) + 3 (encadernador; consultórios)
- 5 - R/c (Casa de Jogos; loja de panos e roupas) + 3 (hab.)
- 6 - R/c (bijouteria) + 1 (serviços) + 2 (cabeleireiro) + 3 (hab.)
- 7 - R/c (farmácia) + 1 (sindicato) + 3 (hab.)
- 8 - R/c (seguros) + 2 (sindicatos)
- 9 - R/c (banco) + 1 (sindicato) + 3 (hab.)
- 10- R/c + 1 (papelaria e livraria) + 3 (hab.)
- 11- R/c + 2 (banco) + 3 (seguros)
- 12- R/c (banco) + 2 (serviços)
- 13- R/c + 3 (prédio devoluto para obras)
- 14- R/c + 3 (prédio devoluto para obras)
- 15- R/c (loja de modas) + 2 (serviços) + 3 (hab.)
- 16- R/c (lãs e confecções) + 3 (hab.)
- 17- R/c + 1 (banco)
- 18- R/c (banco; adubos e químicos; Turismo) + 1 (Associação Comercial e Industrial; associação recreativa) + 2 (associação recreativa)
- 19- R/c (seguros; bar-restaurante) + 1 (consultório) + 2 (ensino particular)
- 20- R/c (seguros) + 3 (hab.)
- 21- R/c + 3 (prédio devoluto para obras)
- 22- R/c (artesanato) + 2 (consultórios) + 3 (hab.)
- 23- R/c (farmácia) + 2 (hab.)
- 24- Igreja de Santo Antão
- 25- Fonte

PRAÇA DO GIRALDO



ESCALA 1:2000



Évora, cidade encruzilhada de rotas da antiguidade, frequente morada da corte na época do apogeu económico decorrente dos descobrimentos, manteve até à actualidade muito das suas características físicas, nomeadamente a sua muralha trecentista. Todo o centro histórico apresenta-se destacado das restantes áreas urbanas, de desenvolvimento urbanístico ocorrido no século XX, em que a maior parte dos bairros novos cresceram separados da cidade.



Évora apresenta uma planta radiocêntrica particular, porque enquanto o núcleo inicial romano/muçulmano tem uma forma que patenteia a fusão das duas influências culturais, para o exterior dele e tendo como eixos estruturantes as ruas de ligação às portas da nova muralha, do século XIV, desenvolveram-se quarteirões onde as travessas em segmentos de recta procuraram adaptar-se à topografia ou pré-existências, surgindo os traçados irregulares geometrizados, típicos das promoções urbanísticas, tanto do clero como do rei. Note-se ainda os amplos espaços adjacentes ao interior das muralhas, muitos deles conservados até hoje, e que também são típicos da cidade medieval europeia com um tecido coerente, adaptado às necessidades da época.

As praças e largos localizam-se numa correspondência directa com as portas da cêrca velha e as da cêrca nova, num total de dez.

1 - SÍTIO

O centro histórico de Évora situa-se num monte que ronda os 300 metros de altitude; embora não sendo pronunciado, como a maioria dos montes alentejanos, proporcionou um sistema defensivo abrangente dos amplos campos envolventes.

O sítio de Évora está próximo do encontro das bacias hidrográficas do rio Guadiana (ribeira do Dejebe), Sado (ribeira do Xarrama) e Tejo (ribeira do Divor). Isto significa ser uma região com uma relativa abundância de nascentes de água.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Desde a antiguidade que desempenhou a função de cidade encruzilhada das rotas romanas (cf. Alarcão, 1974: 40).

Também os escritos da antiguidade citam os campos envolventes de Évora como de grande fertilidade (Cf. Borges Coelho, 1979: 69), chegando à actualidade com uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, sobretudo do lado norte, com frequentes hortas e pomares. Para além das condições naturais, a sua posição geográfica tornou-a num centro agrícola, mercantil e artesanal desde a Idade Média (cf. Beirante, 1988: 15). A conjugação destes factores com a estrutura defensiva que beneficiou desde a época romana, garantiram-lhe a perenidade.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O crescimento da malha urbana fez-se a partir da acrópole para o sopé do monte, através de vias principais estruturadoras que saem das portas da cerca romano-muçulmana e ligam com as portas da cerca trecentista, formando uma irradiação de oito estradas regionais principais.

2.3 - MALHA URBANA

Distinguem-se dois modelos de malha: um que corresponde à cidade romana e muçulmana, no interior do primeiro circuito de muralhas, onde o traçado irregular resultou da alteração da implantação romana e o outro, que se desenvolve a partir desse núcleo antigo, e que corresponde à cidade cristã. Aqui, é nítido o traçado radiocêntrico, apoiado nas ruas de ligação às portas da cidade, onde as parcelas que as ladeiam receberam os primeiros edifícios das novas zonas. As

ruas principais, irradiantes, são ligadas entre si por ruas secundárias ou travessas que numa forma geral procuram adaptar-se aos menores declives, mas fazendo-o, não com desenvolvimentos irregulares mas em troços de rectas, de que resultam cruzamentos quase ortogonais numa zona, ou em espinha de peixe noutras. Desta irregularidade geometrizada de malha resultaram as características medievais da cidade mas com um traçado não labiríntico que torna fácil a orientação. É de admitir que este resultado onde transparece o controlo do desenho de cada zona, só foi possível pelas acções urbanísticas dos bispos, do Cabido e também dos reis, como o admite Beirante (op. cit.:71), o que aliás foi típico na urbanística portuguesa da Idade Média em localidades onde o poder religioso e o real tinham fortes interesses (como por exemplo Lisboa, Braga ou Coimbra).

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A praça do Giraldo faz parte do conjunto dos espaços públicos resultantes de um urbanismo bem definido e orientado. Apesar das características medievais da cidade não tem razão de ser a aplicação de classificações vulgarizadas como "formação orgânica" ou "formação espontânea". As praças ou largos mais importantes nasceram em função das portas existentes na cerca velha e na cerca nova ou num ou noutro caso, como adro de igreja ou de *fórum* (casos da Sé, S. Francisco, Misericórdia e possivelmente S. Domingos e S. Mamede...). A praça do Giraldo, que também foi chamada de praça do Pão, praça Maior e praça Grande até 1869, ocupou sempre um lugar privilegiado, sendo um primeiro *rossio* em relação à cerca velha, nela se realizavam feiras pelo menos desde o século XIII (Beirante, 1988: 70). Mas o seu prestígio parece ser mais antigo, como sugere o arco do triunfo romano que aí existiu.

No século XIX, com a extinção das ordens religiosas, vários conventos entraram em decadência e em ruína, originando pela sua demolição novos espaços urbanos, amplos e com outras características que a cidade não tinha. Citamos os casos do convento de S. Domingos que deu origem à praça ajardinada Joaquim António de Aguiar, as transformações no convento e cerca de S. Francisco, que originam a praça 1º de Maio, o convento do Paraíso, substituído pelo jardim do mesmo nome. Estes novos espaços já nada têm a ver com a anterior lógica com que surgem os largos e praças principais.

É claro que no interior da malha de ruas secundárias foram sempre ocorrendo recuos de construções na confluência de ruas que deram origem a largos de bairro. Destes, o caso mais relevante será o do largo do Chão das Covas, que pela demolição de um prédio isolado foi transformado num largo destinado a mercado do bairro, em 1948.

3.2 - TOPOGRAFIA

Pendentes muito suaves dão-lhe o aspecto de pavimento de nível. É de notar a situação particular do chão da praça em relação às ruas envolventes, que do lado nascente ascendem e do lado poente descem, dando a sugestão de ter havido um nivelamento da praça.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento máximo	-	125 metros
Largura máxima	-	42 metros
Largura mínima	-	28 metros
Largura média	-	35 metros
Área	-	4131 m ²

3.4 - FORMA

Rectangular, alargada e com o lado Este, o mais antigo, mais irregular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$35/12=2,9$

Note-se que esta relação, como da maioria das praças portuguesas citadinas, não é original: ainda em 1470 haviam casas térreas na praça (Moniz, 1984:118).

3.6 - EXPOSIÇÃO

O eixo maior da praça tem uma declinação para Noroeste (em relação ao Norte), pelo que todo o plano de fachada das arcadas trecentistas está exposto a Sudeste.

3.7 - PAVIMENTO

Foi terreiro até 1863, ano em que foi empedrado o tabuleiro central a calcáreo branco e preto; os passeios perimetrais também de calcáreo foram construídos em 1913. Em 1931 o tabuleiro central foi reduzido, sofrendo um reajustamento em 1949 e pavimentadas as ruas a cubos de granito.

3.8 - VEGETAÇÃO

Tanto quanto se sabe a praça do Giraldo nunca teve árvores. Nas últimas décadas do XIX, sob a influência cultural de Lisboa, Évora procura "embelezar-se", sendo então feita uma proposta para "*ajardinar com pratos rendilhados de ferro fundido como se usa em Lisboa (...)*", (actas C.M.E., 9/1/1888), proposta que não chegou a ser realizada.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Apesar da excepcional persistência da arquitectura vernácula no centro histórico de Évora, a praça do Giraldo não foge à regra da maioria das praças portuguesas, principalmente das citadinas. Nela coexistem elementos arquitectónicos de diferentes épocas. A Este estende-se a arcaria do século XIV por toda a praça e vai além dela; a Norte, a igreja de santo Antão, iniciada em 1563 e refeita em 1577; a Oeste o edifício que em 1830 substituiu os antigos estaus, e todos os outros edifícios de habitação e comércio cujas fachadas não irão além do século XVIII; e, finalmente, no topo Sul da praça o edifício afrancesado do Banco de Portugal, de 1908. Porém certos aspectos como sejam a cêrcea bastante regular, onde predominam os três ou quatro pisos, as frequentes varandas corridas e os trabalhos de estuque em molduras de vãos e ornamentos de cimalha, predominantemente pintados a ôcre, e a cor branca de todos os paramentos, contribuem muito para a unidade arquitectónica.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Infelizmente o pelourinho que aí existiu foi derrubado em 1857, sem deixar rasto. Ficou-nos a fonte mandada construir pelo Cardeal D. Henrique (quem sabe se não para se ilibar da culpa de ter mandado derrubar o arco romano). A obra iniciou-se em 1571 e é sem dúvida uma das mais espectaculares fontes das nossas praças.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

O levantamento funcional indica-nos a seguinte distribuição percentual:

Serviços	59%
Uso diário	5%
Uso ocasional	36%
Uso excepcional	0%

A ocupação com serviços diversos é predominante destacando-se os bancos, agências de seguros, sindicatos e serviços públicos estatais. O uso ocasional é representado comércios muito diversos tais como lojas de panos e afins, pronto-vestir, papelarias/livrarias, tabacarias, farmácias, produtos químicos para a agricultura, artesanatos, etc.

Como centro-de cidade que é a Praça do Giraldo tem reduzidas funções de uso diário, mas é de salientar que nas ruas adjacentes existem bastantes bares, restaurantes, pensões, e comércios variados. Nas últimas décadas tem-se assistido a uma exagerada implantação de serviços na praça, em prejuízo dos pequenos comércios e da habitação. Apesar desse esvaziamento nem por isso a praça deixou de ter um intenso uso devido à sua capacidade atractiva, pelos hábitos de reunião que persistem. Essas potencialidades são exploradas tanto pela autarquia como por particulares que aí encontram o lugar privilegiado das suas manifestações. Apesar das transformações urbanísticas realizadas na década de 80, em que o trânsito circundante à praça foi substituído por uma via de sentido único ainda é nela que estão várias paragens de autocarros e a maior frota de táxis da cidade.

Nas últimas décadas a cidade cresceu muito para fora do centro histórico, mas sem que surgissem novos centros urbanos alternativos. Daí que decorram problemas de excessiva ocupação funcional no centro histórico, com todos os problemas daí decorrentes - excesso de veículos, alterações de funções, etc.

3.12 - PERCEPÇÃO

Consideramos que nesta praça existem factores que contribuem decisivamente para estruturar a percepção, referenciando-a como um lugar particular, e que são:

1- A dimensão da praça acentuadamente contrastante com as ruas - canais que a envolvem. De qualquer rua que se aceda tem-se sempre uma sensação de desafogo, mas existe um maior contraste quando do acesso pelas ruas laterais, por onde a leitura de todo o espaço é gradual e de maior amplitude na chegada à praça.

2- A arcada, elemento dinâmico do percurso, a que os transeuntes dificilmente fogem, apesar do vasto tabuleiro reservado aos peões; é também lugar de abrigo ou de encontro e estadia.

3- Os edifícios individualizados dos extremos da praça - a

igreja de Santo Antão e o Banco de Portugal - - constituem elementos importantes para os referenciar.

4- A unidade espacial da arquitectura, apesar das irregularidades dos planos das fachadas; os ritmos e materiais semelhantes de vãos, varandas e ornamentos, aliados a uma céntrica envolvente harmónica, contribuem decisivamente para esse resultado.

5- A fonte, como elemento isolado polarizador de atenções e de apelos à aproximação, lugar frequente de estadia ocasional de velhos e novos, da cidade ou de fora.

6- Por fim e não menos importante surgem-nos os aspectos de sociabilidade da praça - que nunca está deserta durante o dia, onde os homens se juntam e ali ficam em pé, falando, olhando, durante horas. Hábito que nos parece estar a passar para os jovens, que saídos da escola, e dos empregos, à tarde aí se juntam e ficam, antes do regresso a casa. Depois são os inúmeros acontecimentos ao longo do ano, as festas ou comemorações, as esplanadas repletas de gente no verão, e tudo mais que de forma inesperada se descobre na praça, fazendo dela um verdadeiro palco da cidade.

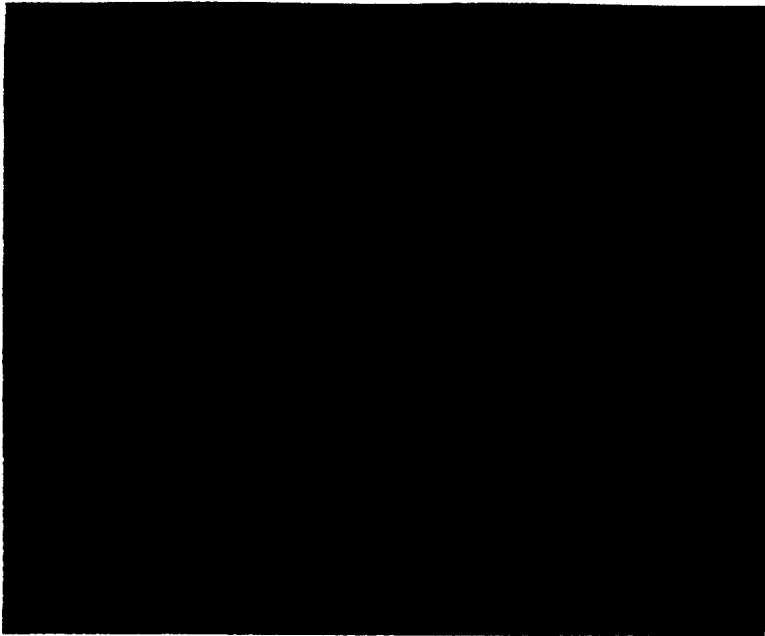
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Tendo começado por ser um rossio na Alta Idade Média, a praça vai reforçando as suas características de lugar central com a construção das muralhas novas no século XIV. O facto de toda a cidade ter-se contido intramuros até às primeiras décadas do século XX, e o processo de desenvolvimento urbanístico que lhe seguiu ter adoptado a zonificação, não se apoiando nos eixos estruturadores de crescimento da cidade, marcou a dissociação entre a cidade intramuros e extramuros, não se oferecendo novos espaços alternativos à praça do Giraldo, pelo que as suas características de centro da cidade foram mantidas.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada de rossio, com mercado ou feira, igreja e outros edifícios importantes.



2

3



1

Desde há muito que a imagem da cidade de Évora constitui tema de grande interesse para os seus habitantes.

A demolição dos Paços do Concelho Manuelino (1513-1516), em 1895, tanto por razões do estado ruinoso a que o edifício tinha chegado como pelo volume, que provocava um acesso bastante estreito à praça, proporcionou a substituição pelo edifício do Banco de Portugal. O novo edifício, do arquitecto Adães Bernardes, ficou pronto em 1908. O seu autor confessou que o despropósito daquela arquitectura na praça resultava da teimosia de um director do banco, a que tivera que sujeitar-se (Rosa, 1956: 30).

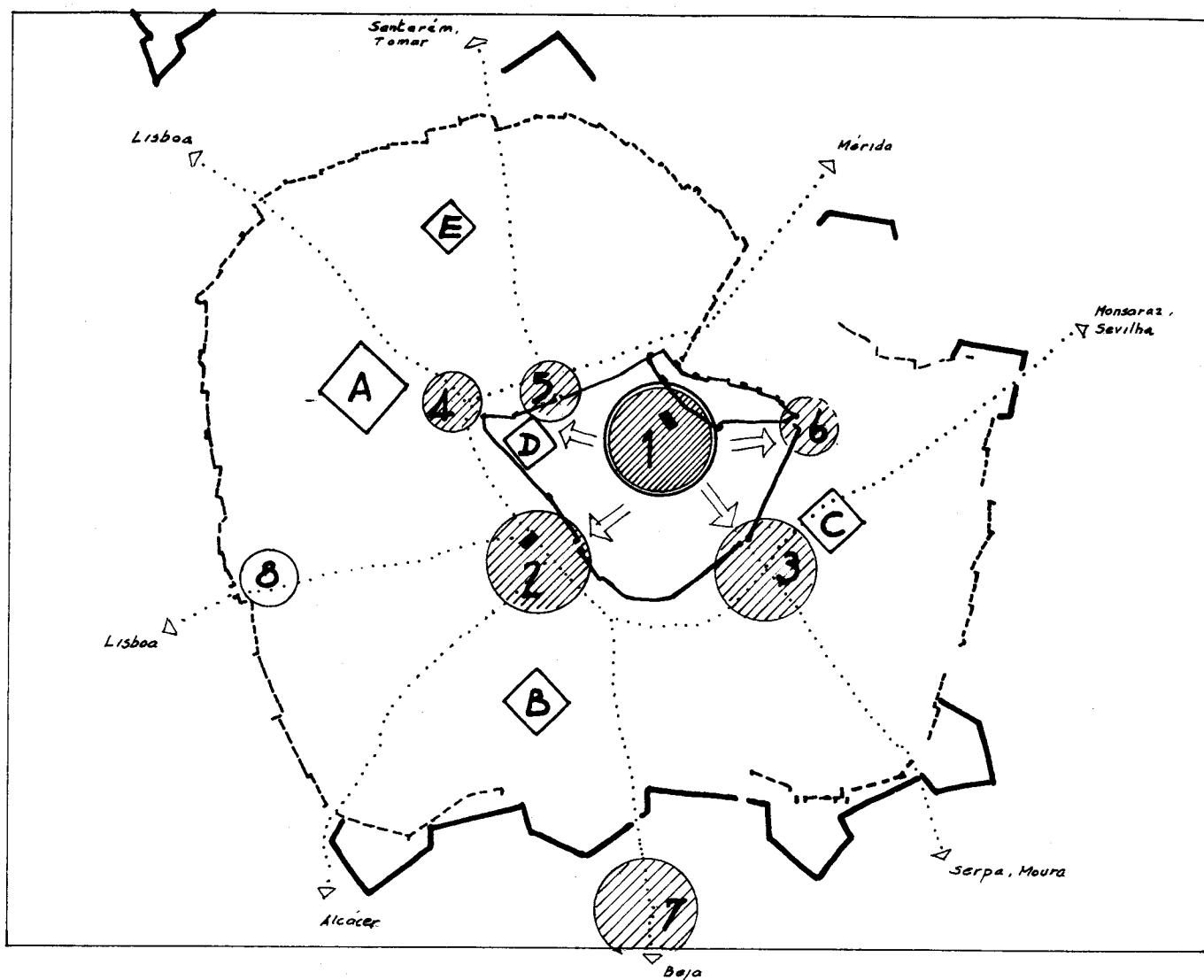
Em 1938 a C.M.E. insiste para que o Banco altere a fachada do edifício, questão que foi sempre adiada. Entretanto, por iniciativa camarária e depois pelo próprio Banco, em 1965, foram executados estudos de remodelação e concurso público para a nova fachada, que nunca surtiram efeito.

Em 1985 o Banco executa obras, sendo então decidido, de acordo com todas as entidades envolvidas manter a fachada, vingando a ideia de que o edifício, apesar de não possuir um valor arquitectónico desejável, já faz parte integrante da paisagem urbana. Com isto se encerrou um processo, aliás exemplar do tipo de produção da praça portuguesa.

Fig. 1 - Arcadas das duas faces da rua do Paço em 1890, provocando um acesso estreito (A.A.V.V., 1965).

Fig. 2 - Paços do Concelho Manuelinos em 1895, gravura de Ribeiro Cristino.

Fig. 3 - Aspecto da praça; foto da primeira metade do século XIX (Rosa, 1940: XXVII).



ESPAÇOS URBANOS DE ÉVORA OBTIDOS DE TRANSFORMAÇÕES

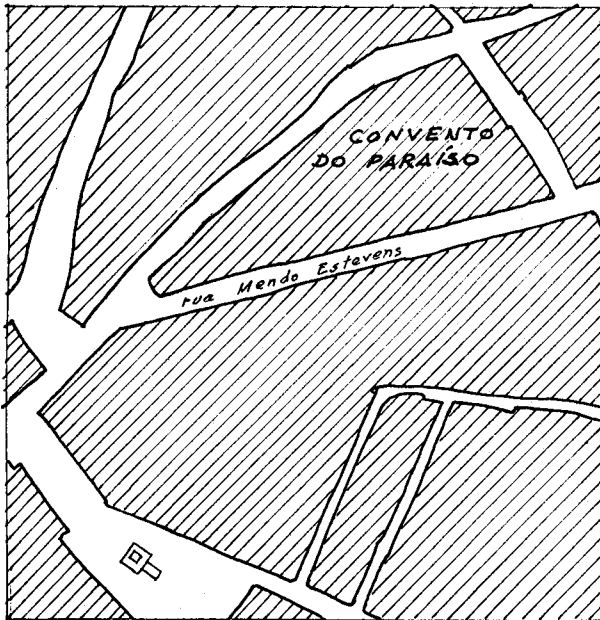
- 1 Templo do "forum" romano. Jardim do séc. XIX
- 2 Largo da feira desde o séc. XIII e arco do triunfo demolido no séc. XVI
- 3 Largo da Porta de Moura com alargamento por demolições em 1960
- 4 Largo da Porta Nova
- 5 Possível Largo adjacente ao Arco de D. Isabel, romano
- 6 Porta do Moínho de Vento e Largo do Colégio.
- 7 Rossio, comprado à Ordem de Aviz no séc. XV
- 8 Largo da nova Porta de Alconchel
- A Praça ajardinada depois da demolição do convento de S. Domingos no séc. XIX
- B Demolição da cerca do convento de S. Francisco para mercado, séc. XIX
- C Demolição do convento do Paraíso e construção do jardim no séc. XX
- D Transformação da Praça do Sertório por demolição parcial do conv. Salvador
- E Construção do Largo do Chão das Covas para mercado

— Muralha romana

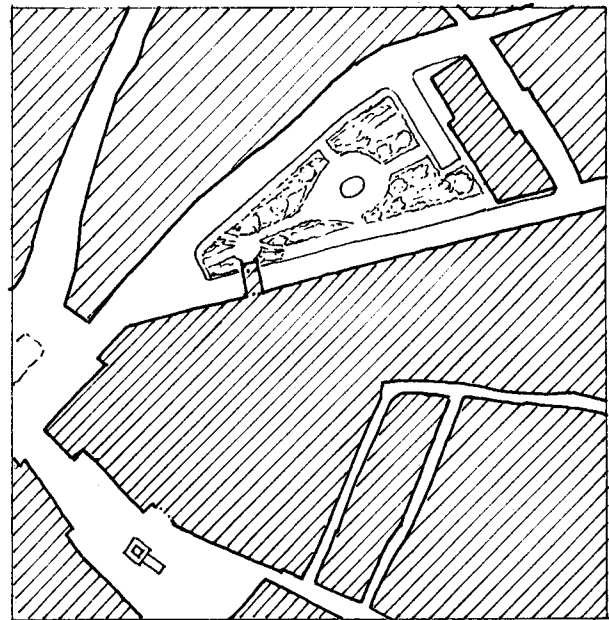
- - - Muralha da segunda metade do séc. XIV

— Muralha e baluartes do séc. XVII

ESPAÇOS PÚBLICOS DECORRENTES DA DEMOLIÇÃO DE CONVENTOS NO SÉCULO XIX
JARDIM DO PARAÍSO



ANTES DE 1900



DEPOIS DE 1961

Esc. 1:2.000

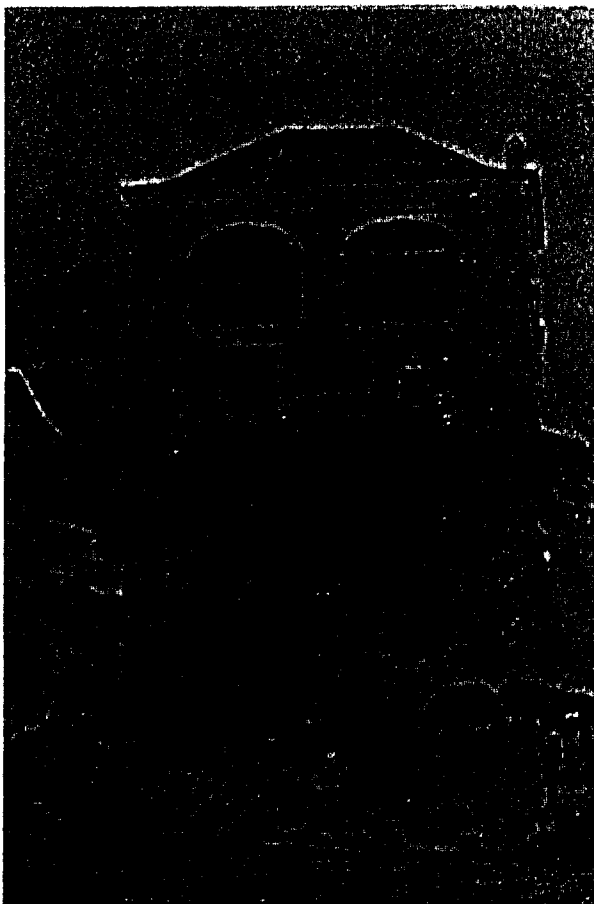


Fig. 1



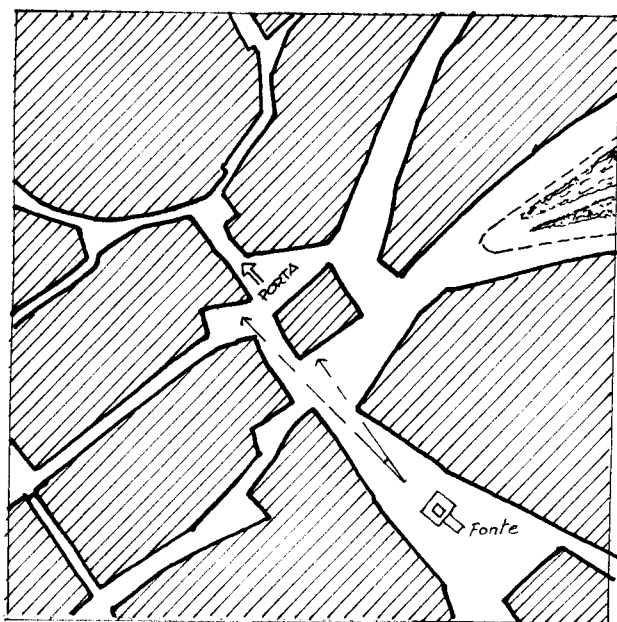
Fig. 2

O Convento do Paraíso foi fundado no século XV. A 18 de Novembro de 1897 morreu a última freira do convento sendo a partir daí desencadeado o processo para a sua demolição.

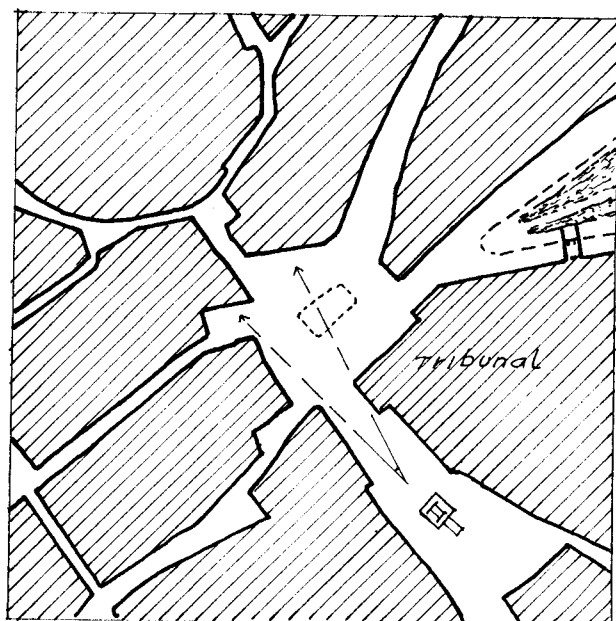
FIGURA 1 - Absidiola da igreja e miradouro do Convento do Paraíso, (Rosa, 1940: V).

FIGURA 2 - Foto da rua Mendo Estevães em 1890, (A.A.V.V., 1965: XXI).

TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO SÉCULO XX LARGO DA PORTA DE MOURA

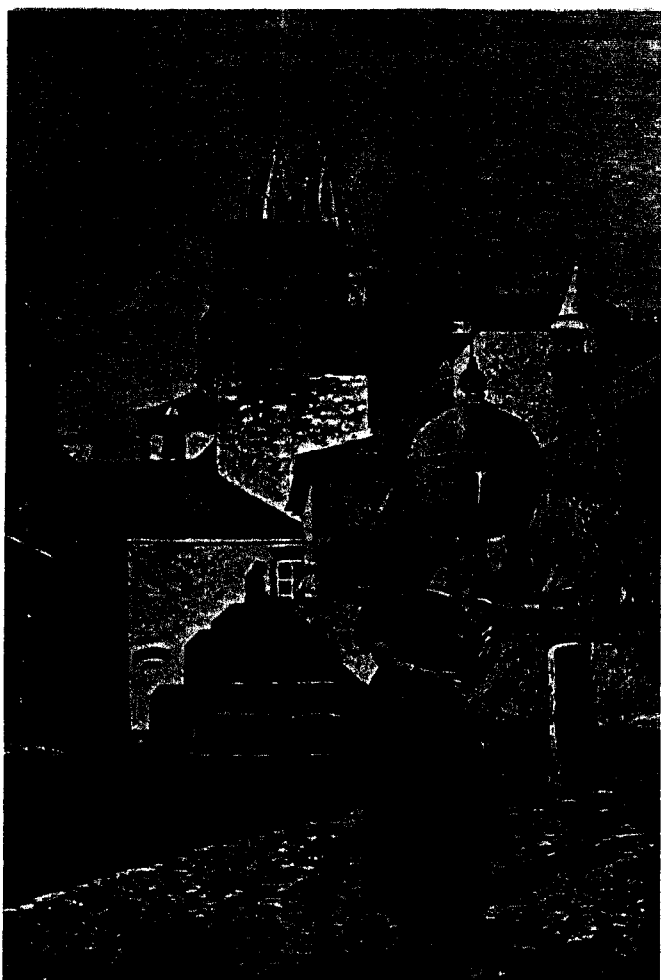


ANTES DE 1959



DEPOIS DE 1961

Esc. 1:2000

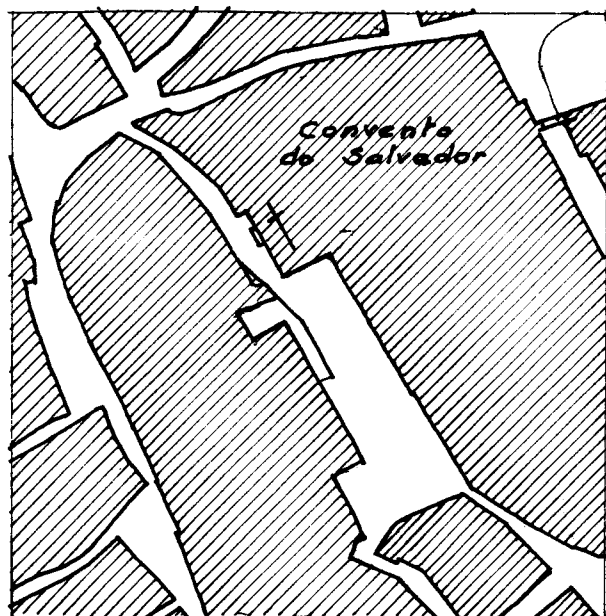


A inauguração da fonte henriquina em 1556 marca a importância deste largo, ligado a uma das portas da cerca velha, donde sai a estrada para Serpa e Moura.

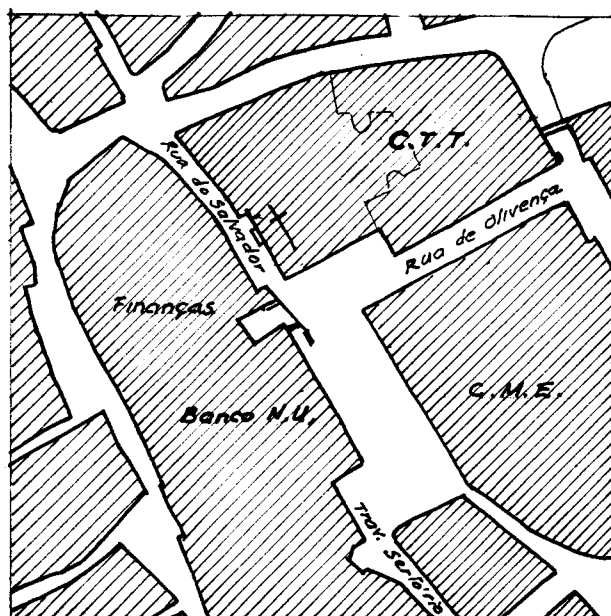
No extremo sul do lado Oeste foi situar-se o convento do Carmo, ocupando o ex-paço dos Duques de Bragança. O convento foi sagrado em 1691.

O novo tribunal de Évora, construído no local do antigo solar dos Condes de Santa Cruz e Duques de Aveiro, provocou a demolição do edifício isolado que lhe ficava em frente, com o intuito de valorização da fachada. Formaram-se desta forma dois espaços contíguos que bastante modificaram as características desta parte da cidade, aliás já alterada bastante, com a demolição do Convento do Paraíso.

PRAÇA DO SERTÓRIO (ANTIGA PRAÇA DO PEIXE)

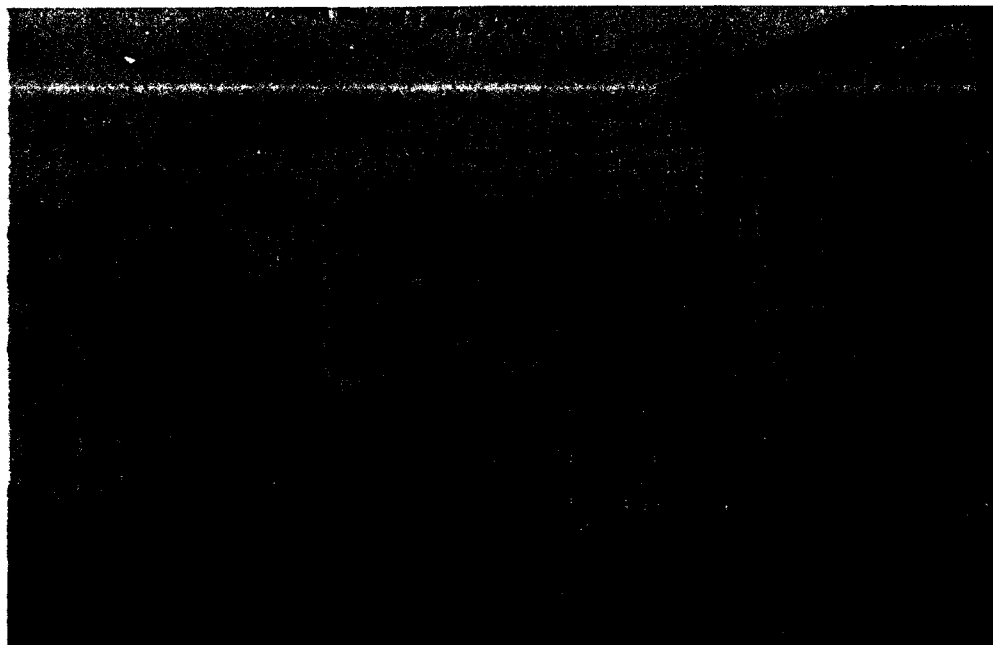


ATE' 1896



DEPOIS DE 1948

Esc. 1:2.000



Postal anterior a 1940, arquivo da C.M.E.

As transformações da praça são despoletadas com a instalação da Câmara nos antigos palácios dos Condes de Sortelha no século XIX.

Algumas obras começam em 1896 com o alargamento da travessa do Sertório e no ano seguinte com a substituição de parte do aqueduto existente na praça, por tubo de ferro enterrado. Mas as grandes obras ocorreram com a construção da central de correios nos anos quarenta, que levou à abertura da rua de Olivença e alargamento da rua do Salvador.

TERÇA-FEIRA NA PRAÇA DO GIRALDO, MANHA

Aos poucos vão chegando os homens à praça, são montadas as esplanadas, vai-se formando o ajuntamento regular de cada semana.

A praça funciona então como a Bolsa de Valores onde os produtos são transacionados, se conhece a situação económica e, enfim, os velhos amigos combinam o almoço.

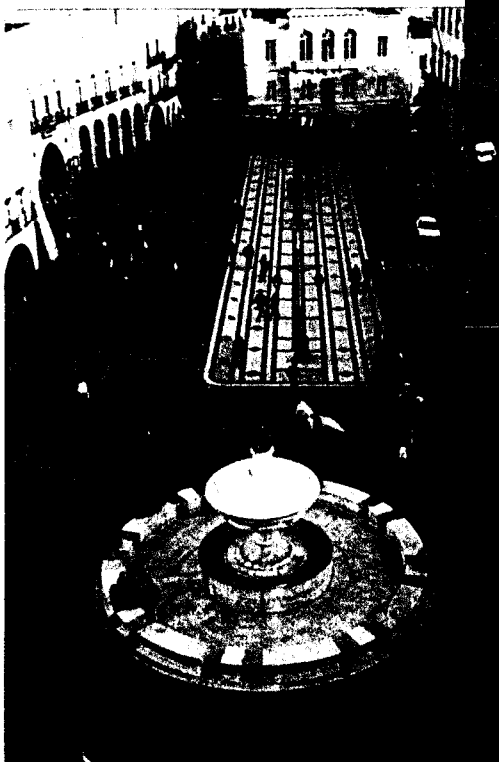
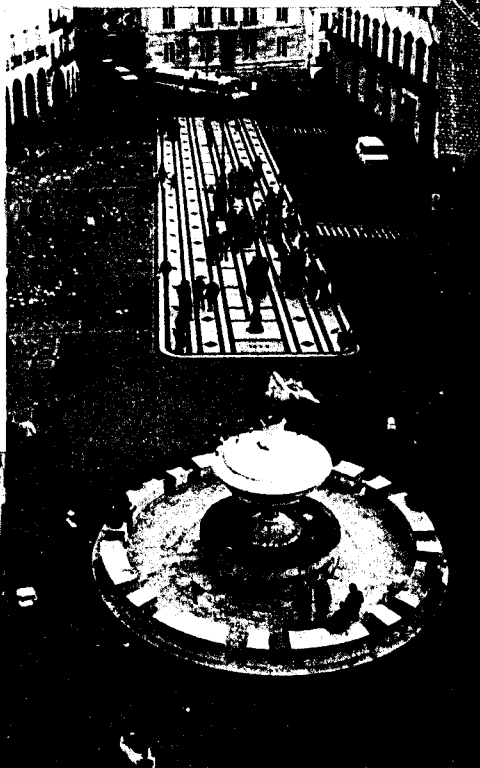
Muitos ainda voltam à tarde, mas na segunda metade do dia a praça é principalmente dos que têm pouco que fazer, reformados e estudantes. A praça é também dos turistas que olham surpreendidos tantos homens especados, falando em pequenos grupos.

Sequência de vistas da praça:

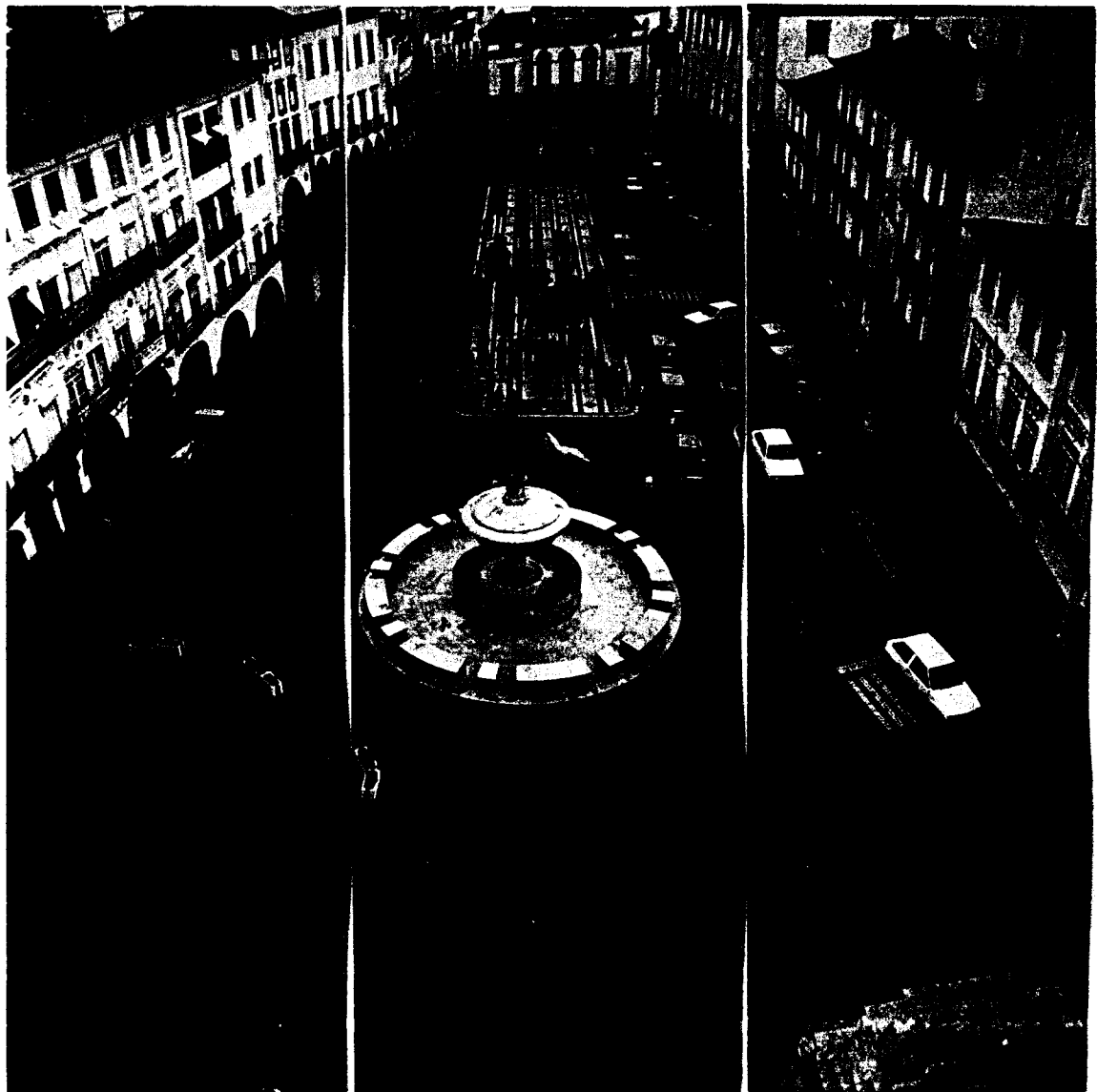
Fig. 1 - As 10.00 horas

Fig. 2 - As 11.00 horas

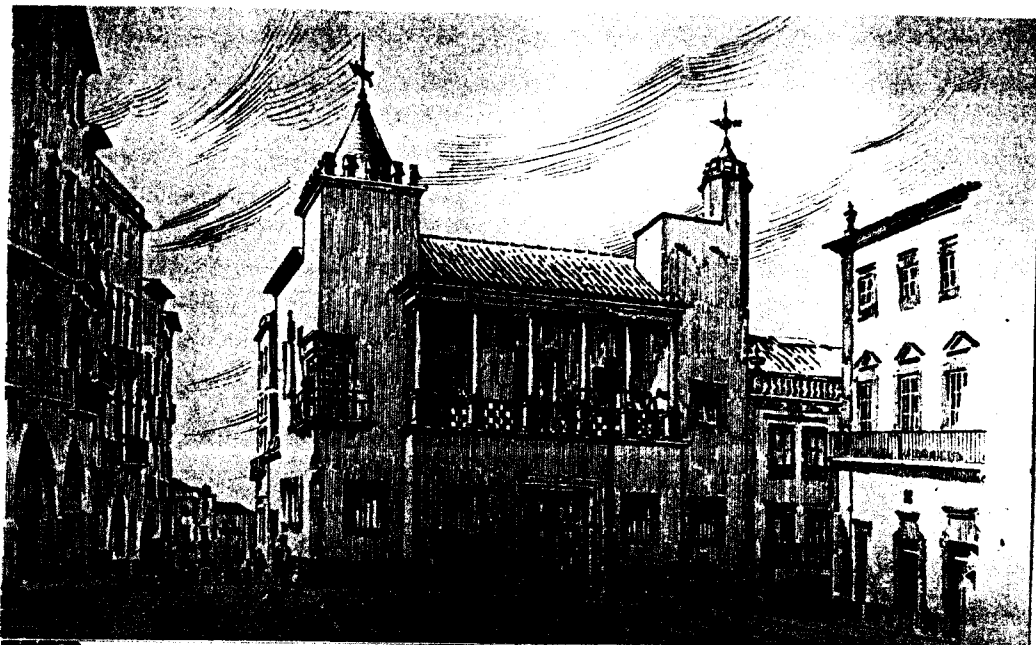
Fig. 3 - As 12.00 horas



3
2
1



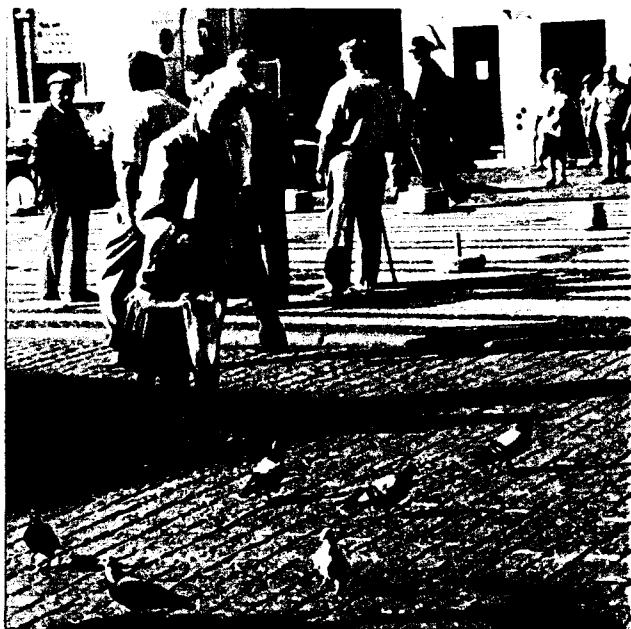
Ainda está por concluir qual a função que o espaço correspondente à actual Praça do Giraldo teve na época romana. O arco do triunfo que nela existia referencia-a como um lugar particular. De certo sabemos apenas que desde o século XIII foi lugar de feira (Beirante, 1988: 70), como se de um primeiro rossio se tratasse. No século XIV foi construída a arcaria (Ibidem, 95), o que já aponta para uma inquestionável centralidade do lugar. Desde então a Praça Grande (assim designada até cerca de 1860) manteve todas as suas potencialidades de centro da cidade. As reuniões dos lavradores às Tercas-Feiras provam-no bem.



1
2
3

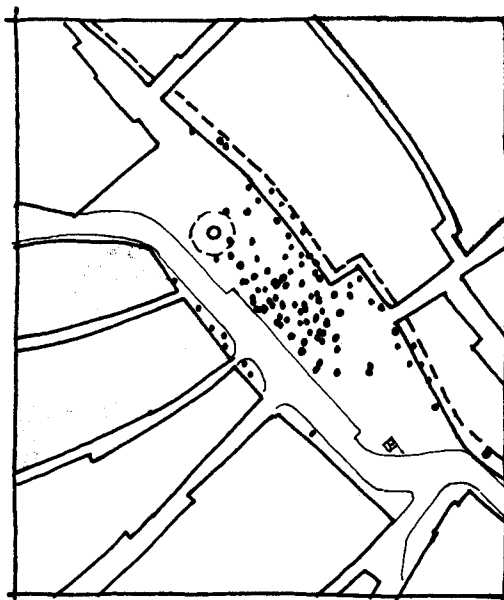
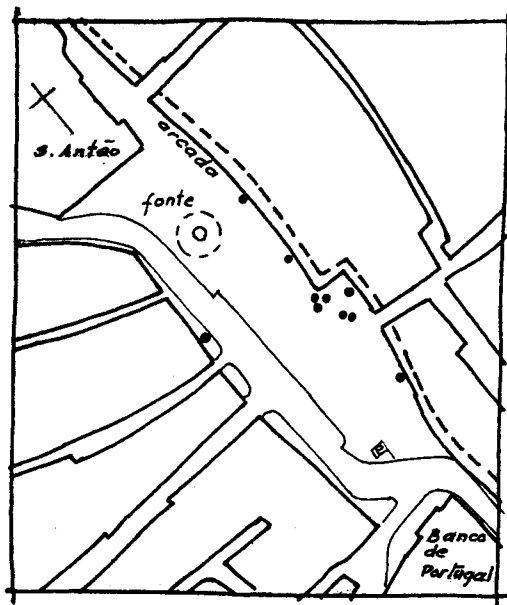
Fig. 1 e 2 - Propostas de 1965 para remodelação da fachada do Banco de Portugal (Foto Freitas, Évora).

Fig. 3 - Aspecto actual, depois de obras no Banco em 1986



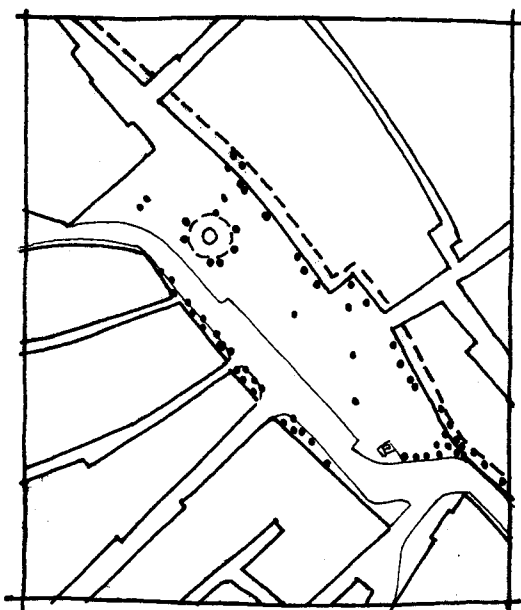
Qualquer pretexto é bom para se ir à praça. Desde criança que aprende a gostar dela, e dos outros seres que a povoam, aos idosos que aí se encontram.

Para todos, novos ou velhos, a praça é o local do espectáculo gratuito que diariamente se oferece, de forma espontânea, ou mais formalizada, pelo teatro infantil ou pela comemoração das escolas no Dia Mundial da Criança. Para todos a vida é sonho e a praça o grande teatro onde ocorre.



ESCALA 1:2000

1 | 3
—|—
2 |



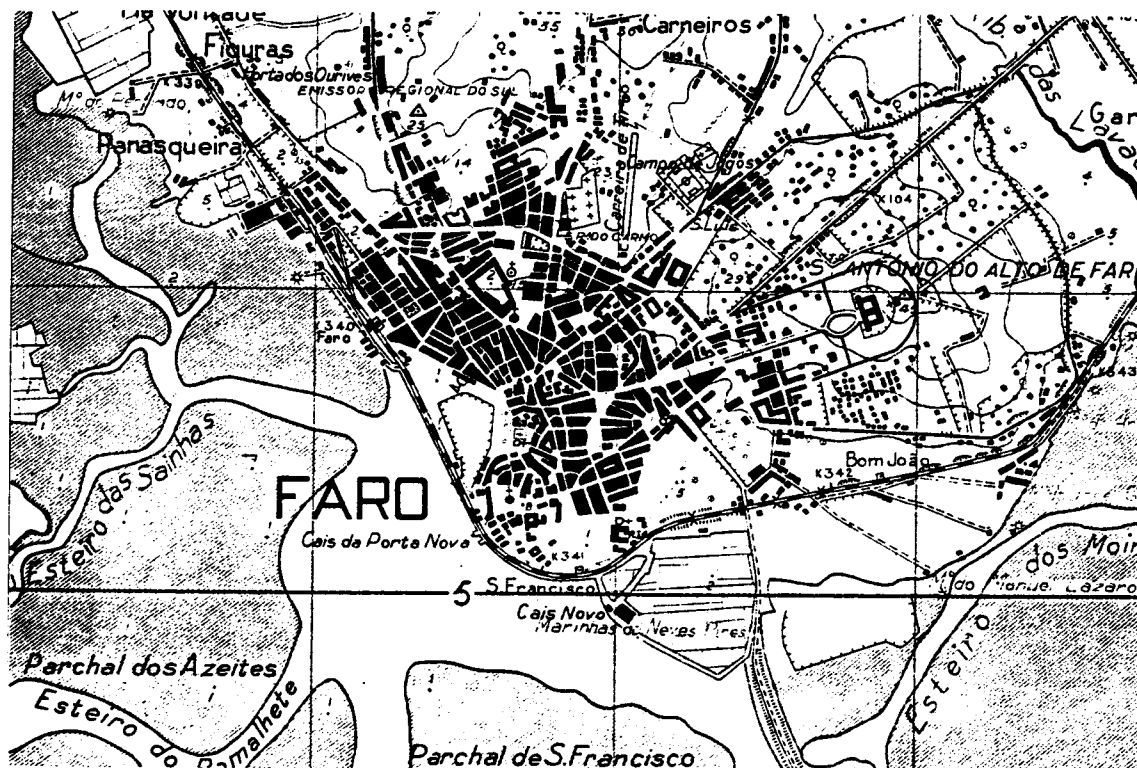
OCUPAÇÃO DA PRAÇA DO GIRALDO POR PEDESTRES, QUANDO DA REUNIÃO DOS LAVRADORES NAS TERÇAS-FEIRAS

1- Início da manhã: os primeiros indivíduos juntam-se na arcada ou na reentrância da praça do lado Este.

2- Depois das 11.00 horas o tabuleiro central sensivelmente na metade Norte, está repleto de pequenos grupos de dois a quatro indivíduos, havendo sempre os que se espalham pela arcada e alguns no lado Oeste.

3- De tarde, sobretudo no verão, a concentração faz-se no lado Oeste da praça, surgindo também outro tipo de frequentadores como reformados, estudantes saídos das aulas e habitantes dos bairros periféricos à espera de transporte.

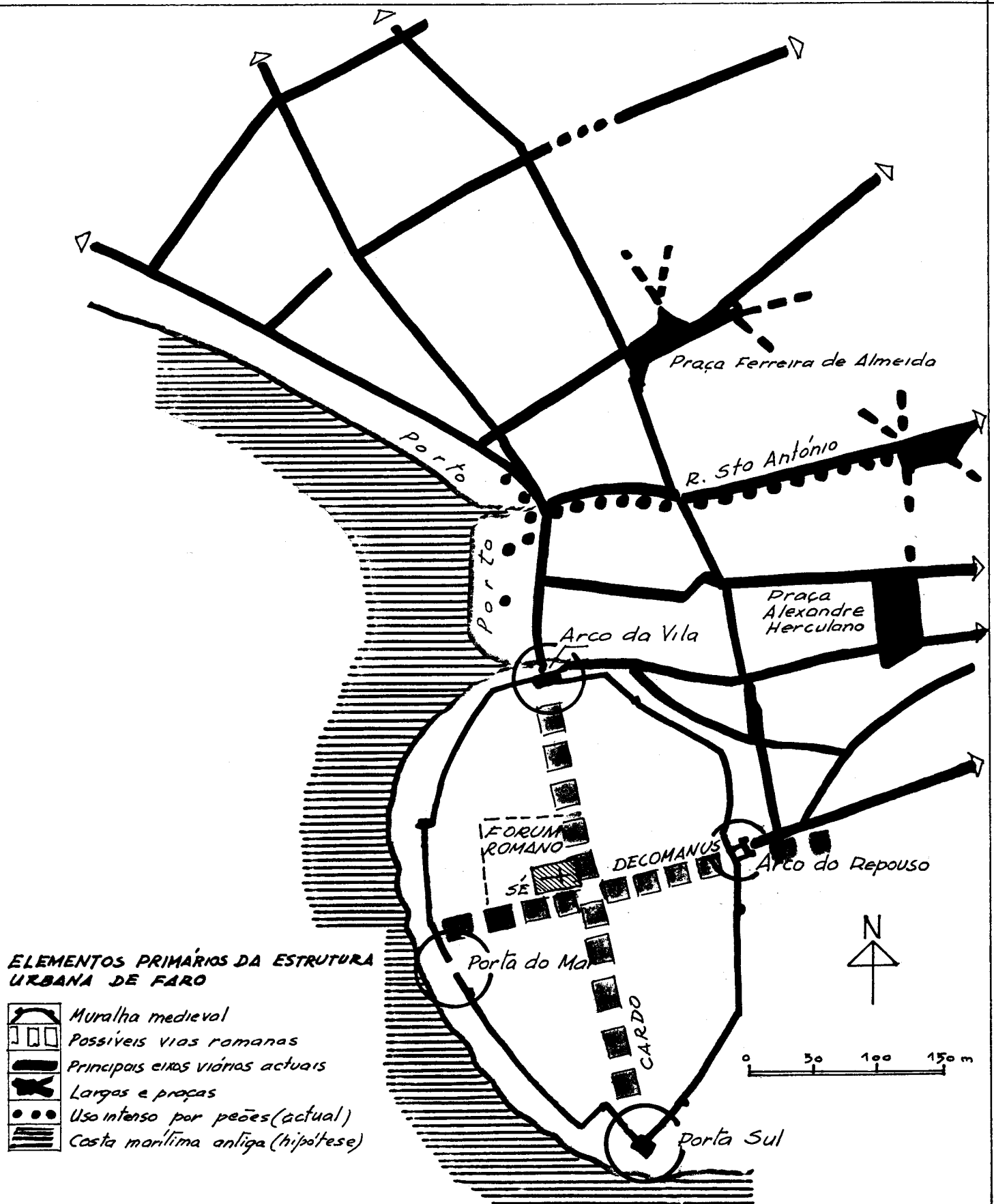
FARO

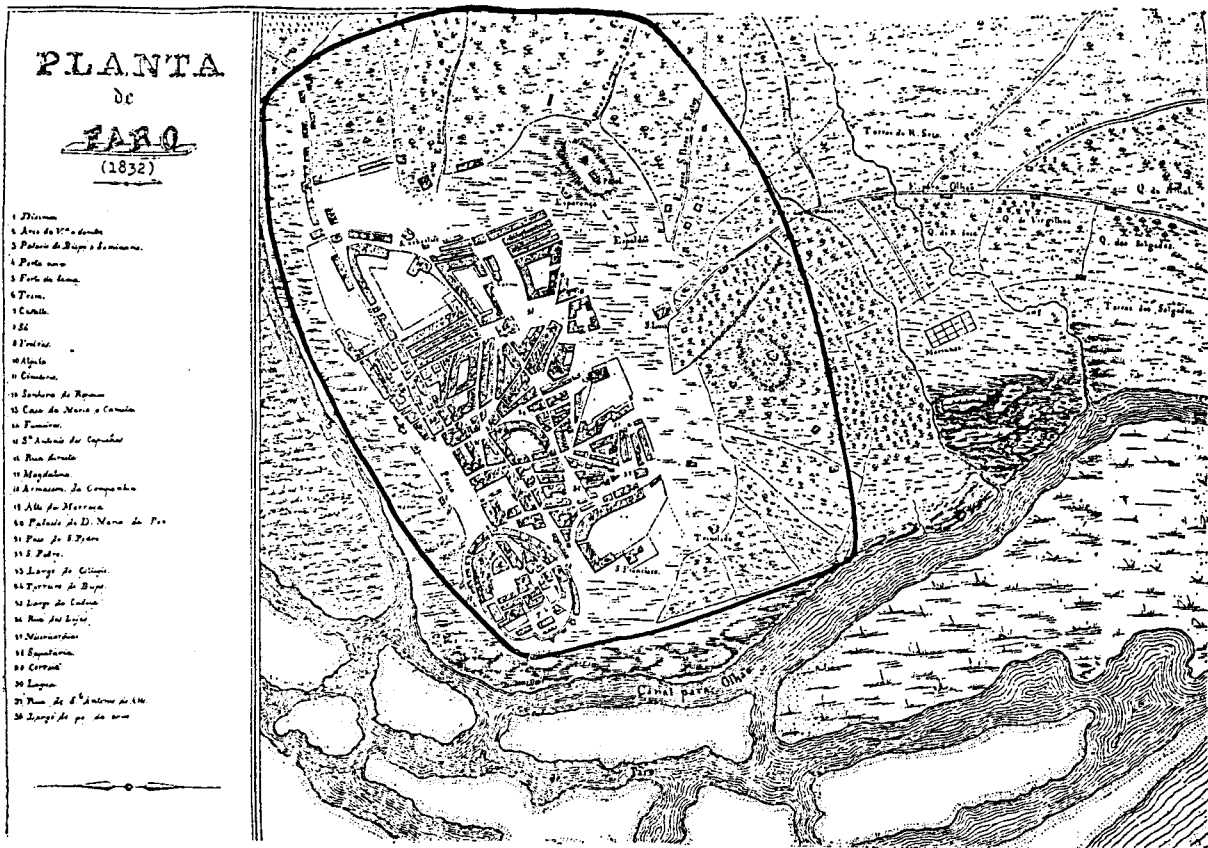


Esc. 1:25000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA FRANCISCO GOMES

- 1 - Arco da Vila
- 2 - R/c + 1 (Turismo)
- 3 - R/c + 1 (Governo Civil)
- 4 - Igreja e Santa Casa da Misericórdia de Faro
- 5 - R/c (antigo hospital da Misericórdia, actual restaurante e bar; lar de idosos) + 2 (assistência médica e lar)
- 6 - R/c + 1 (banco)
- 7 - R/c + 2 (banco)
- 8 - R/c + 1 (restaurante e café)
- 9 - R/c (mercearia) + 1 (habitação)
- 10 - R/c + 2 (hotel)
- 11 - Coreto
- 12 - R/c (pavilhão - quiosque, esplanada)
- 13 - Telefones





1
2



Fig. 1 - Reprodução da planta de Faro de 1832 onde a praça-portuária está bem destacada.

Fig. 2 - O actual jardim na Praça D. Francisco Gomes, substituto do espaço anterior.

1 - SÍTIO

Faro é a cidade mais meridional do território continental. O sítio, de relevos muito suaves e pequena altitude, integra-se na extensa faixa costeira algarvia onde a topografia favorece tanto o contacto com o mar como a exploração da terra. A particularizar o sítio está a extensa ria, facilitando as actividades marítimas.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Dadas as suas características físicas e a sua localização no extremo da costa reentrante formada pelo golfo de Cádiz, foi desde a antiguidade local de visita dos mercadores e dos povos que dominaram em cada época o Mediterrâneo e formaram as suas colónias ao longo da costa.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

As diversas investigações arqueológicas efectuadas recentemente (Mantas, 1985; 21; Pinheiro e Rosa, 1986; 12; e outros) confirmam a localização da cidade romana de Ossónoba no interior do actual recinto amuralhado medieval, com o seu forum coincidindo com o Largo da Sé. A posterior ocupação muçulmana e por fim a devastação causada pelo terramoto de 1755 destruíram muitas das marcas da cidade antiga. A localização da cidade fortificada, que a água da ria limitava a Oeste e a Sul, obrigou à expansão sobretudo para Norte, formando um envolvimento ao porto.

2.3 - MALHA URBANA

Embora as actuais portas das muralhas medievais que subsistem, correspondam sensivelmente aos quatro pontos cardeais, toda a estrutura urbana foi profundamente alterada. As portas Norte e Este da cerca medieval, conjugadas com a frente marítima, determinaram os primeiros núcleos arrabaldinos. Para além disso a cidade foi crescendo apoiada nas ruas perpendiculares à frente marítima, cruzadas com outras, no interior da malha, sensivelmente paralelas. Esta lógica é complicada com a ocorrência de praças, como a Ferreira de Almeida, donde partem ruas em diversas direcções ("patte d'oie"), conforme o esquema anexo dos

elementos primários da estrutura urbana.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A cidade de faro representa um caso particular quanto às suas praças: a praça localizada no interior do perímetro amuralhado - o largo da Sé - reveste-se de um carácter monumental. As funções importantes que aí se localizam, dependentes da Sé, da Câmara, da Escola Secundária, do Seminário, não chegam para que tenha um uso quotidiano de centro urbano. Fora de muros e a partir do Arco da Vila (Norte) tinha a cidade o seu porto, desenvolvendo-se aí toda a faina ligada à vida marítima e ao comércio. A construção do caminho de ferro em 1889, sobre extenso aterro na ria, obrigou à mudança do porto para lugar distante. As intenções de embelezamento da zona portuária, com a construção do jardim Manuel Bivar (com pavimento de 1895), mais contribuiu para as alterações das características da cidade, funcionalmente irradiante do porto. Por isso, actualmente "*a praça da cidade é a rua de Santo António*" (no dizer corrente dos habitantes). Foi essa antiga rua que herdou a multifuncionalidade, e o facto de ser lugar de passagem e de estadia "obrigatório". As outras praças existentes mais para o interior do tecido urbano, como a Ferreira de Almeida ou a Alexandre Herculano são, sobretudo, nós de distribuição de circulação.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana

3.3 - DIMENSÕES

Maior dimensão	130 metros
Largura média	50 metros
Área	6086 m ²

3.4 - FORMA

Irregular, limitada pelo cais do porto e pelos edifícios recuados que lhe ficam fronteiros, ou seja, faz parte de uma faixa marginal contínua.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

50 / 6 = 8,3

3.6 - EXPOSIÇÃO

Predomina a exposição de fachadas a Sudoeste.

3.7 - PAVIMENTO

Asfaltado nas vias e empedrado calcáreo nos passeios e placas. O tabuleiro é datado de 1895.

3.8 - VEGETAÇÃO

Nesta praça existia o vulgarmente chamado Jardim do Bacalhau, devido à sua forma triangular. Na última década do século passado o espaço livre que poderia constituir a grande praça portuária, onde estão situados edifícios prestigiados, foi substituído pelo actual jardim, com vegetação de grande porte como palmeiras, jacarandás, rubinias, etc. O espaço primitivo foi dessa forma subdividido em ruas e alamedas.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

As peças arquitectónicas mais interessantes situam-se ao redor do jardim Manuel Bivar. A Sul está o Arco da Vila, vistosa obra de tipo italiano, levantada no século XVIII. Em frente ao Arco, iniciando a definição Este do espaço, está a igreja e hospital da Misericórdia, reconstruídos depois do terramoto de 1755. Segue-se o edifício do Banco de Portugal, neoclássico, e edifícios de habitação e comércio de qualidade pouco significativa.

Faro, cidade bastante secundarizada nos séculos XVIII e XIX, não beneficiou de um plano de reconstrução pombalino, pelo que as obras foram deixadas à iniciativa individual (Cf. Diniz, 1981; 13).

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Dos elementos isolados existentes na praça ganha importância um pavilhão-quiosque vulgarmente conhecido por

"pirâmides", pelas suas formas arquitectónicas. Funcionando como restaurante e esplanada, constitui um importante elemento polarizador da praça, embora situado no extremo Norte do jardim contínuo.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição percentual das funções é a seguinte:

Serviços diversos (Turismo, G. civil, bancos, etc)	58%
Uso diário (restaurantes, bares, cafés, mercearia)	34%
Uso ocasional (hotel)	8%

Conclue-se que existe uma ocupação dominante de serviços e uma reduzida expressão de estabelecimentos de uso ocasional, existentes em grande número nas ruas D. Francisco Gomes e de Santo António, as quais pela diversidade de produtos que oferecem assemelham-se a uma antiga Rua Direita onde a intensidade comercial se sobrepunha à da praça. São também estas ruas, interditas actualmente ao trânsito automóvel, que constituem ponto de encontro dos habitantes funcionando como autêntica praça.

3.12 - PERCEPÇÃO

As sensações provocadas por esta praça assentam em três grandes aspectos que a envolvem: a ria, a ponte, com todo o seu poder atractivo de paisagem marinha; o jardim de frondosas árvores, a Sul, que não limita a praça mas a diferencia; e o plano das fachadas do lado Nascente, com uma vaga sugestão de fecho do espaço, que não se concretiza, pelo lado Norte. O interior da praça resume-se a um traçado viário, com um obelisco sobre passeio circular e uma pequena rotunda que lhe fica a par. Por toda esta fluência e indefinição de limites, o espaço da praça não adquire a força suficiente de lugar particular.

4 - CONCLUSÕES

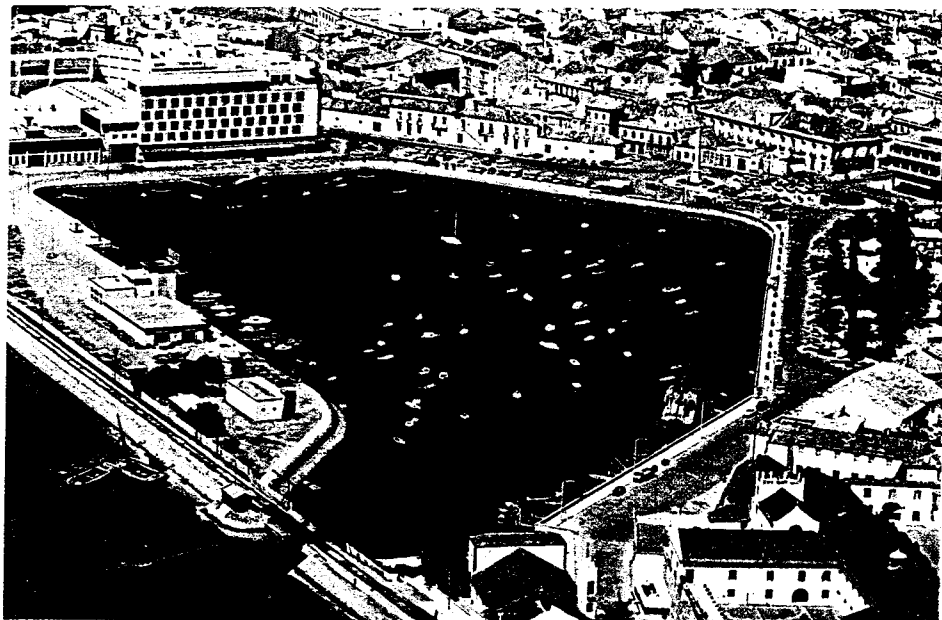
4.1 - SÍNTESE

A praça da cidade, perfeitamente destacada na planta de Faro de 1832, viu as suas características alteradas pelos vários arranjos urbanísticos efectuados a partir das últimas décadas do século passado. Com isso, perdeu a cidade a oportunidade de consolidar as magníficas potencialidades do lugar, sem que fosse necessário, para se redi-

mir, obrigá-lo a seguir a imagem monumental ditada pela Praça do Comércio de Lisboa. Aliás, Vila Real de Santo António, foi um exemplo próximo à escala adequada, totalmente esquecido. Ao aproveitamento do espírito do lugar sobrepuseram-se influências dos "passeios públicos", dos bullevards, etc.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça portuária, que exerceu as funções de centro urbano ou cívico.



Panorâmica aérea dos espaços contínuos do jardim, praça e avenida virados à ria.



Fig. 1 - Na actual Praça D. Francisco Gomes, antiga Praça da Rainha, foi lugar do jardim do Bacalhau substituído pelo actual jardim Manuel Bivar, situado a Sul, de que temos a imagem. Estes espaços marginais à zona litoral, transformada em porto de barcos de recreio modernamente, foram desde tempos remotos os pólos da vida marítima que justificaram a cidade.

Fig. 2 - O lugar e ambiente da praça portuária desaperceberam há muito. Hoje a "praça" são as ruas de Santo António e D. Francisco Gomes, lugar de encontro e passagem "obrigatória", enquanto o jardim oferece a tranquilidade, algo melancólica, a escassos utentes .

$\frac{1}{2}$





Fig. 1 e 2 - A inexistência de limites suficientemente definidores de praça proporcionam uma frente marítima aberta e contínua, apenas a Sul.

Fig. 3 - A Porta Nova e edificios adjacentes marcam um limite Sul, porque a Norte, ao jardim Manuel Bivar sucedeu a Praça D. Francisco Gomes e a Avenida da República.

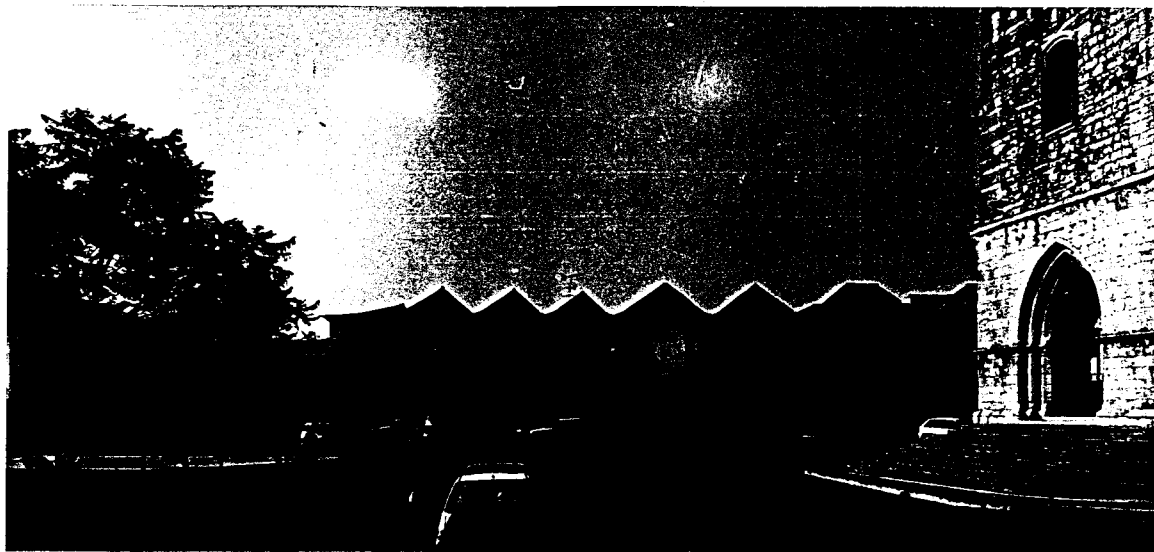
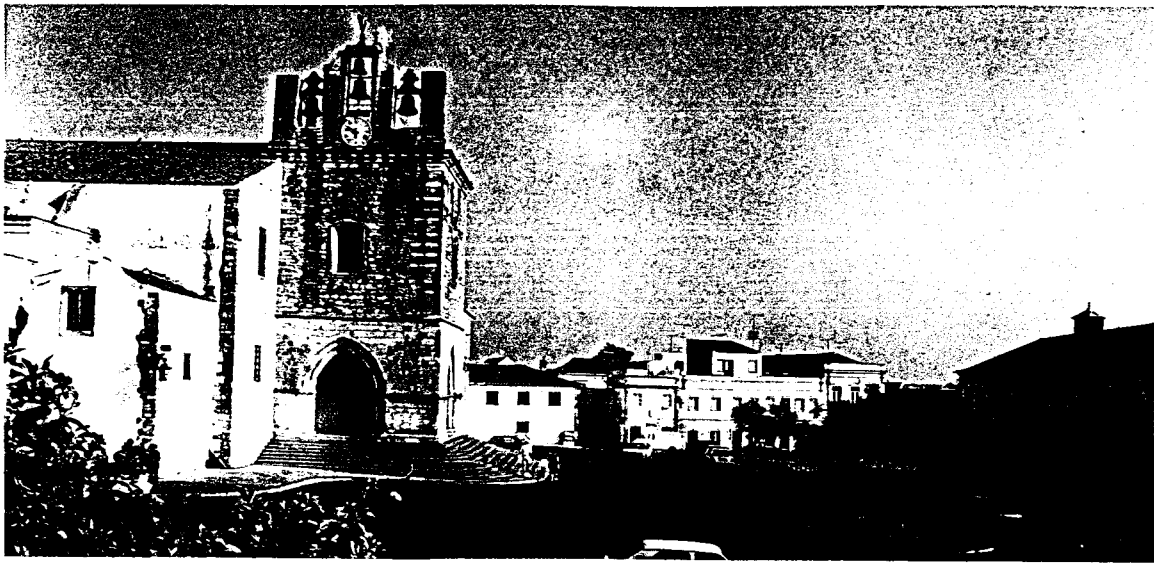


1	2
3	

Três das quatro portas existentes na muralha medieval:

- Fig.1 - Porta Nova
- Fig.2 - Porta Este
- Fig.3 - Porta Oeste

Estas portas marcam a passagem da "Vila Dentro", o antigo centro urbano, para os arrabaldes buliçosos contínuos ao porto. Para ai se transferiu o actual centro urbano.



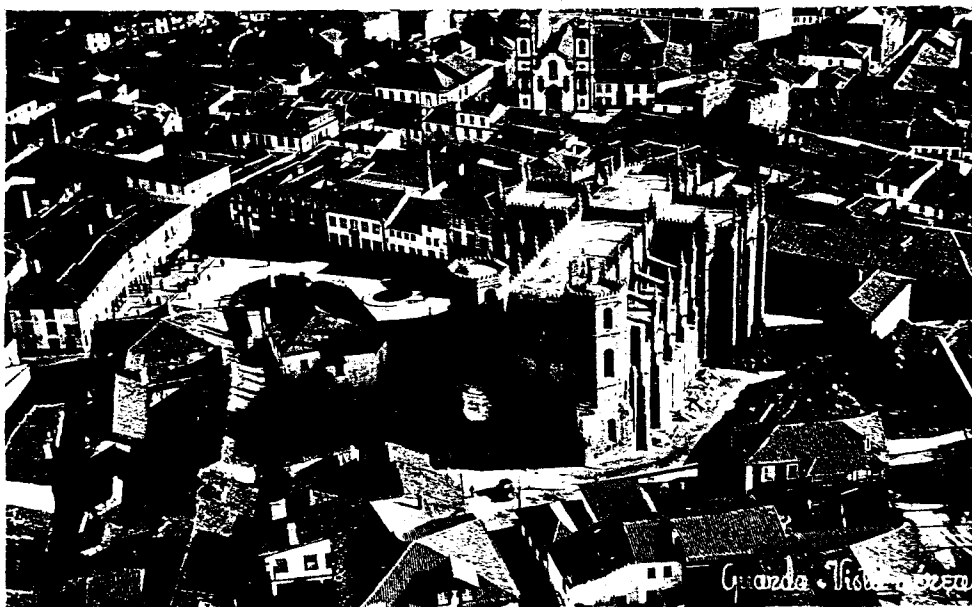
1
2
3

LARGO DA SÉ

Fig. 1 - Vista sobre o lado Sul.
 Fig. 2 - Vista para o lado Norte.
 Fig. 3 - A Rua do Município que do Arco da Vila se dirige para o Largo da Sé, faz o contraste entre um tecido de ruas estreitas, anteriores ao terramoto de 1755, e o espaçoso Largo, herdeiro do local do *fórum* romano (Cf. Mantas, 1985; 21-23).

GUARDA

Escola 1:25000



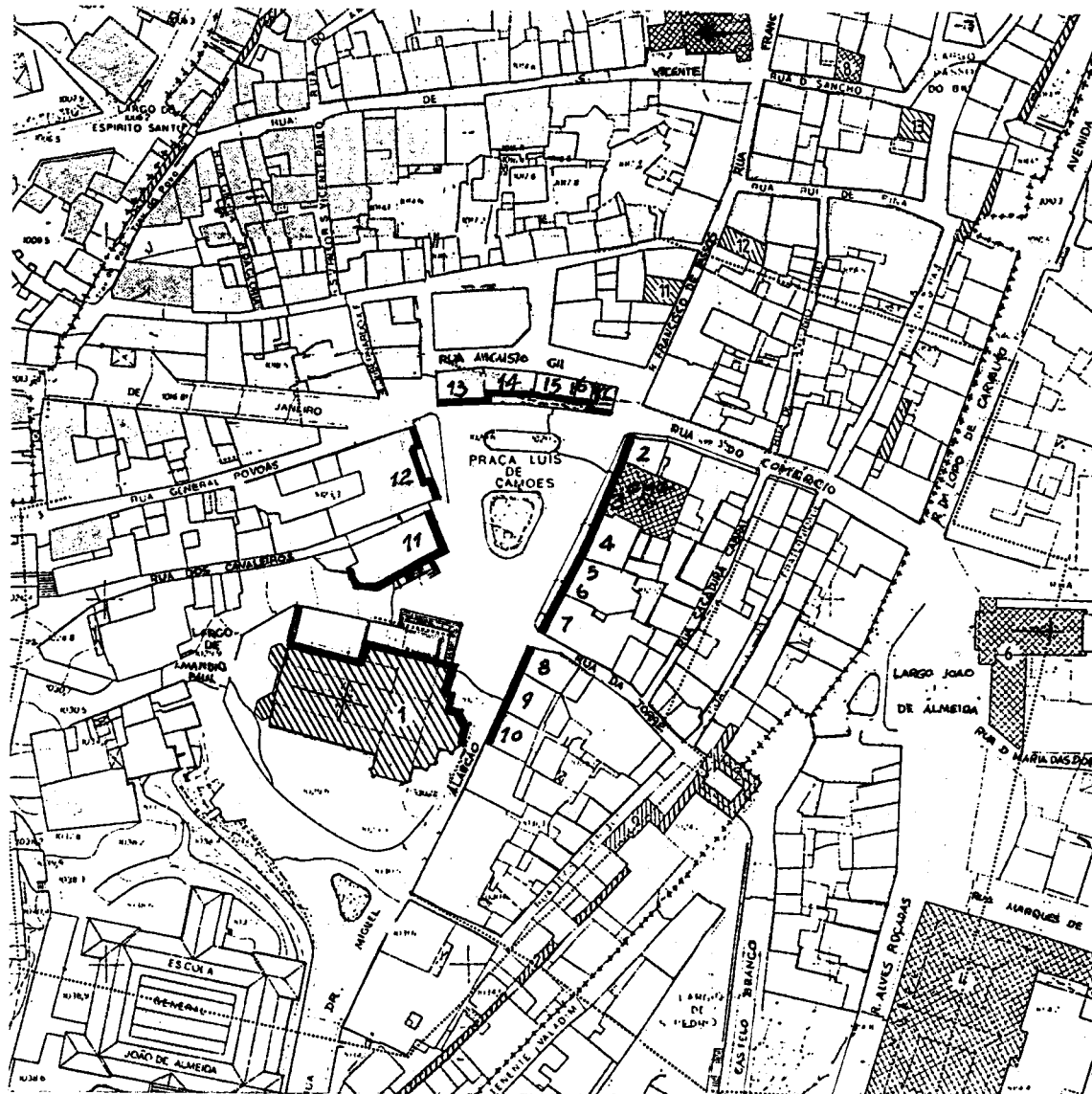
1

2

Fig. 1 - A cidade da Guarda e envolvência. Escala 1:25000.

Fig. 2 - Vista aérea do centro da cidade. Postal dos anos quarenta.

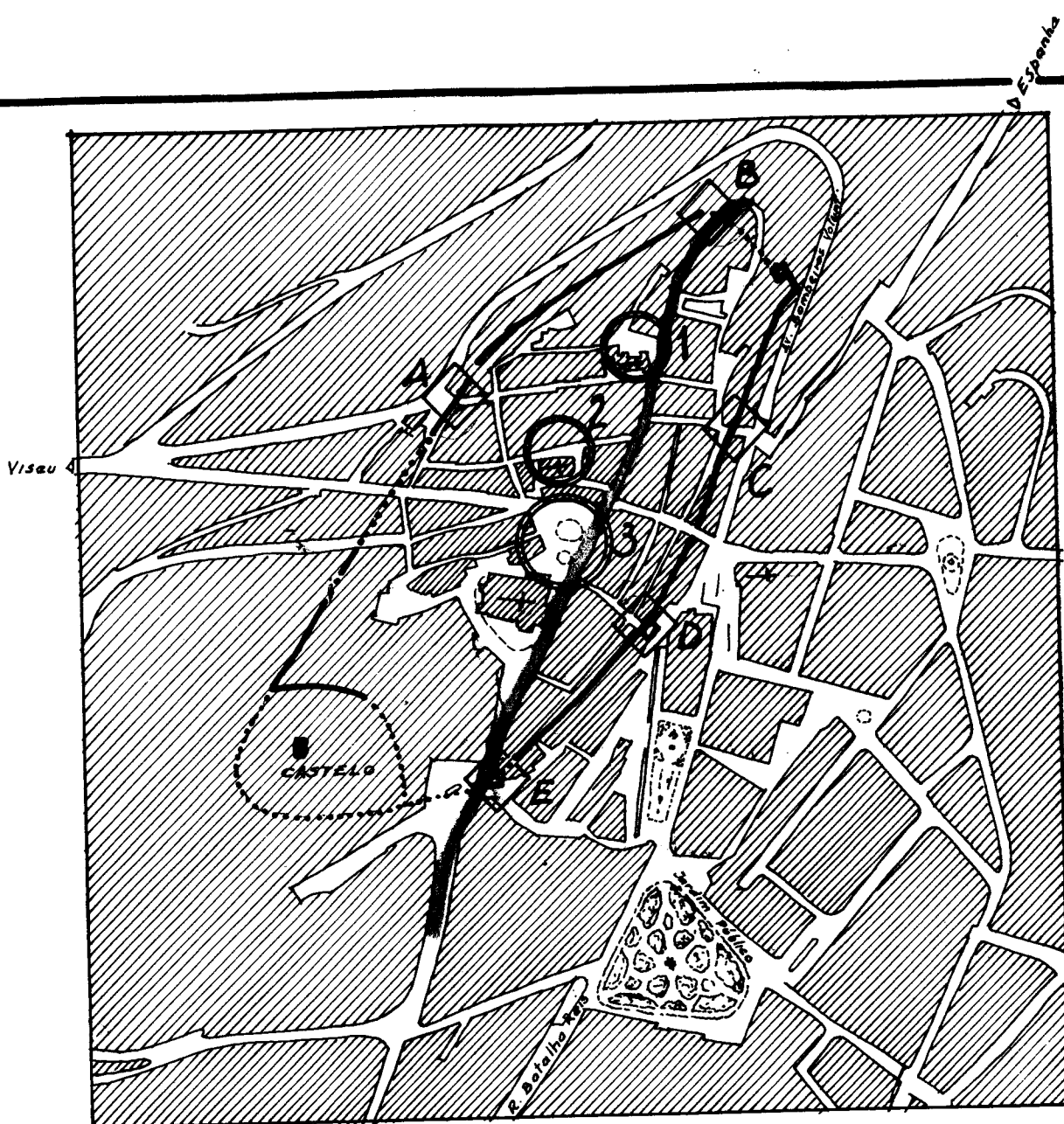
PRAÇA LUIS DE CAMÕES



Esc. 1:2.000











OCUPAÇÃO FUNCIONAL

1 Catedral	+ 1(serviços) + 2 (hab.)
2 r/c (tecidos) + 2 and. (hab.)	13 r/c (cervejaria, restaur., sapataria) +
3 r/c + 1 (Camara Municipal)	+ 2 (escriit., hab.)
4 r/c + 1 (Banco)	14 r/c (bar-esplanada)
5 r/c + 1 (Banco)	15 r/c (artesanato, tabac.) + 1 (cabeleireiro)
6 r/c + 2 (hab.)	+ 2 (hab.)
7 r/c (mercearia) + 1 (escriit.) + 2 (escriit.)	16 r/c (pronto a vestir) + 1 (cabeleireiro) +
8 r/c (loijas) + 2 (hab.)	+ 2 (hab.)
9 r/c + 2 (Cruz Vermelha)	17 r/c (pronto a vestir) + 2 (hab.)
10 r/c (cabeleireiro) + 1 (hab.)	
11 r/c (escriit. e electrodom.) + 2 (restaur.)	
12 r/c (farmácia, ferragens, pastelaria) +	



Escala 1:25.000

PLANTA ACTUAL DA GUARDA COM A RECONSTITUIÇÃO DO PERÍMETRO AMURALHADO MEDIEVAL E SUA RELAÇÃO COM AS PORTAS E SUCESSIVAS PRAÇAS DE MERCADO.

	Muralha existente
	Muralha reconstituída (adaptado de Gomes, 1987: 31)
	Porta de El-Rei
	Porta do Curro
	Porta da Erva
	Porta dos Ferreiros
	Porta da Covilhã ou Porta Nova
	Igreja e mercado de S. Vicente (séc. XIII)
	Igreja de Santa Maria do Mercado
	Sa' Catedral e Praça Velha (actual Luis de Camões)

1 - SÍTIO

Na vertente oriental da Serra da Estrela, a cerca de 1040 metros de altitude, o sítio da Guarda domina os três vales férteis do Mondego, Zêzere e Côa. A água nasce a pouca profundidade, a facilitar, com outros factores, o povoamento do sítio.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A Guarda teve um extraordinário interesse estratégico militar para a consolidação do território pátrio por ter desempenhado papel relevante na rede de fortificações das Beiras. Com o Tratado de Alcanises celebrado em 1297 e a incorporação dos territórios de Riba Côa no espaço português, alongada a raia para lá deste rio, a cidade decaiu um tanto de importância (Cf. Rodrigues, 1984; 38). No tempo de Filipe II de Espanha, com o comércio de cereais e de gados que pela fronteira próxima passavam a dar entrada, houve um grande progresso citadino e novamente uma decadência com a revolução de 1640.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A guarda representa um caso diferente de crescimento urbano, por não se ter feito do monte do castelo para o sopé, como normalmente acontece, mas ao contrário. Cidade bastante fria (é a mais alta do país e uma das mais altas da Europa) teria obrigado desde logo os habitantes a procurarem zonas mais abrigadas do que o ventoso monte do castelo. Por consequência a muralha medieval delimitou uma área alongada, quase fusiforme, situando-se a torre de menagem no extremo mais alto a Sudoeste, e outra torre com cidadela no extremo oposto, a Noroeste. Uma primeira igreja, a de S. Vicente, tinha no século XIII o mercado adjacente, ocorrendo então deliberações para a transferência do mesmo para junto da igreja da Santa Maria do Mercado, mais a Sul, o que veio a ocorrer (Gomes, 1987; 51). Isto indica-nos um progressivo crescimento para Sul e a procura de lugares mais amplos para as igrejas que se constroem, a que se associam os mercados. A construção da Sé Catedral a partir de 1390 veio consagrar o terceiro espaço central que se manteve até ao século XIX.

2.3 - MALHA URBANA

Uma rua longitudinal à urbe, que da Porta da Covilhã ia à Porta do Curro, no outro extremo, desempenhava as funções da tradicional Rua Direita, eixo estruturador principal. Das outras três portas existentes na muralha constituíram-se outras tantas ruas, com traçados irregulares, que foram ao encontro da Rua Direita. A Catedral com a sua ampla praça adjacente imprimiu outra escala ao espaço urbano de malha irregular e contida pela muralha até ao século XVII. Foi sobretudo no século XVIII e princípios de XIX que a cidade se expandiu francamente para extramuros (Rodrigues, 1948; 153), constituindo-se espaços urbanos alternativos ligados às vias de acesso principais, ao jardim público e aos pequenos largos e praças da nova malha.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Numa posição aproximadamente baricêntrica ao perímetro amuralhado e adjacente ao alçado lateral esquerdo da Catedral, é um espaço amplo que contrasta bastante com a modéstia do adro fronteiro.

3.2 - TOPOGRAFIA

O declive atinge assinalável extensão, com valores que rondam os 7%, pouco habituais em praças principais de centros históricos.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento	75 metros
Largura maior	60 metros
Largura menor	32 metros
Área	3570 m ² (incluindo todo o espaço junto ao alçado lateral esquerdo da Sé)

3.4 - FORMA

Irregular mas geometrizada, comendo-se de um triângulo maior a que se junta, grosso modo, um menor, por consequência da conjugação da orientação da Catedral com as ruas envolventes. A forma global de todo o espaço livre é nitidamente medieval, a que a prática renascentista impôs a

geometrização de limites.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

Considerando uma largura média de 46 metros e uma altura de 2,5 pisos:

$$46 / 7,5 = 6,1$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Nítida exposição do pavimento a Norte, tendo o alçado lateral da catedral a exposição mais desfavorável.

3.7 - PAVIMENTO

A maior parte do pavimento é de calçada de pedra irregular de granito, tendo a principal via de atravessamento da praça, a Norte, cubos de granito. As placas centrais são em lajes de granito.

3.8 - VEGETAÇÃO

Um moderno ajardinamento, pequeno e sem expressão, procura servir de enquadramento à estátua de D. Sancho I.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A Catedral na sua imponência gótica domina toda a praça, erguendo-se a mais do dobro da altura dos edifícios vizinhos. Poderoso volume de pedra de acusada verticalidade formal e que isolado no espaço mais se destaca. No outro lado da praça, a Este, evidencia-se o Paço do Concelho, edifício manuelino em perpianho, com três arcos térreos de elegante desenho. O plano das fachadas é continuado com outros três edifícios também de pedra à vista e de mais modesta expressão arquitectónica, e mais outros dois edifícios tipologicamente interessantes por mostrarem-se subordinados a um plano de conjunto - são todos de três pisos, tendo quatro deles um pórtico térreo contínuo que proporciona um espaço público abrigado, dentro dos cânones da praça clássica. Note-se que os alpendres e os pórticos nas praças são referenciados desde a Idade Média (Cf. Gomes, 1987; 51, nota 47 e Beirante, 1980; 75). Neste caso,

nas praças são referenciados desde a Idade Média (Cf. Gomes, 1987; 51, nota 47 e Beirante, 1980; 75). Neste caso, a regularidade da modulação e da forma dos elementos indicam uma fábrica mais tardia. O lado poente da praça é limitado por dois edifícios isolados entre si, ambos com paramentos de rebocos brancos e molduras de pedra, mas um deles com uma bela varanda centrada ao nível do primeiro andar, de colunas, avental e lintel em pedra, sugerindo um desenho renascentista.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Uma estátua sobre pedestal representando D. Sancho I pontua esta Praça Luis de Camões (desnecessária multiplicidade toponímica, parece-nos).

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação funcional revela uma forte percentagem de comércio e de serviços de uso ocasional:

Uso diário	-	9 unidades	-	30 %
Uso ocasional	-	18 unidades	-	70 %
Uso excepcional	-	0 unidades	-	0 %

A habitação apresenta-se também reduzida, com 9 andares ocupados, pelo que a praça apresenta carência de um maior uso regular e constante.

3.12 - PERCEPÇÃO

Por qualquer das ruas que acedamos à praça a sensação é sempre de surgimento quase repentino de um espaço amplo onde domina no lado mais alto a imponente catedral. Estes dois grandes factores - dimensão do espaço e volume da forma arquitectónica, são complementados pelo forte contraste entre os paramentos de pedra (Catedral e casas do lado Este) e os paramentos rebocados e caiados, diversificando os pólos de atração visual.

A própria forma triangulada da praça e a posposição semi-encoberta da Catedral contribuem para a diversidade de perspectivas desta praça formada à ilharga da igreja medieval.

Como aspectos dissonantes mais relevantes estão o pouco uso do espaço da praça pelos transeuntes; a maior parte da área está dedicada à circulação automóvel e ao seu estacionamento, perdendo-se completamente o potencial uso e afirmação da monumentalidade deste espaço.

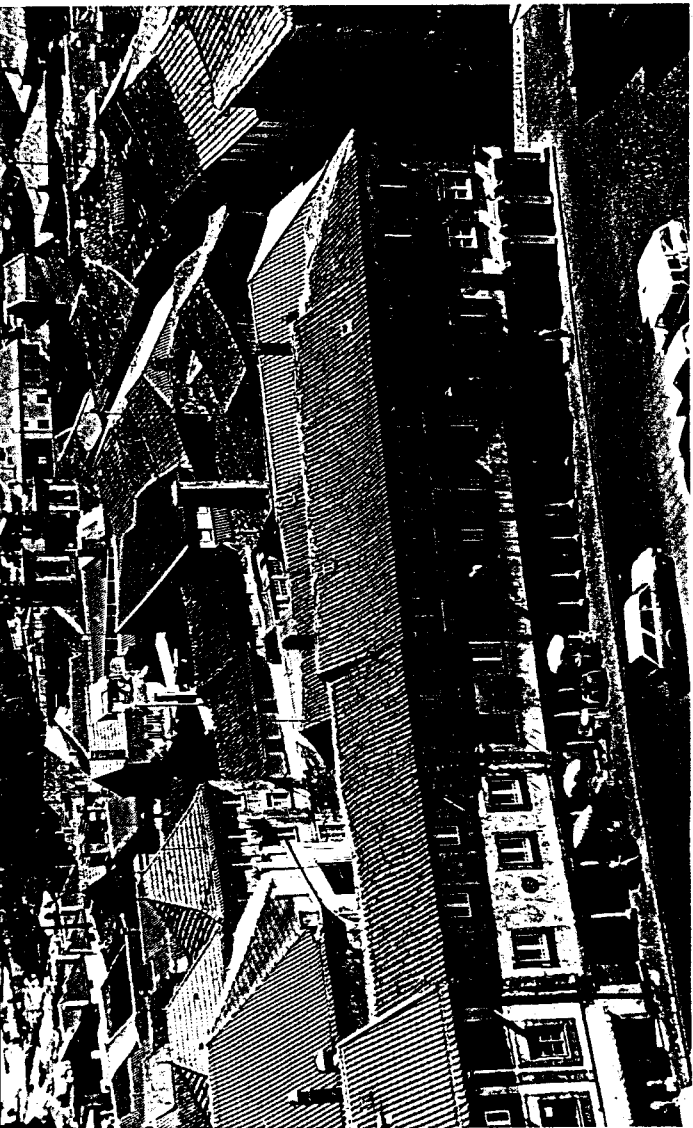
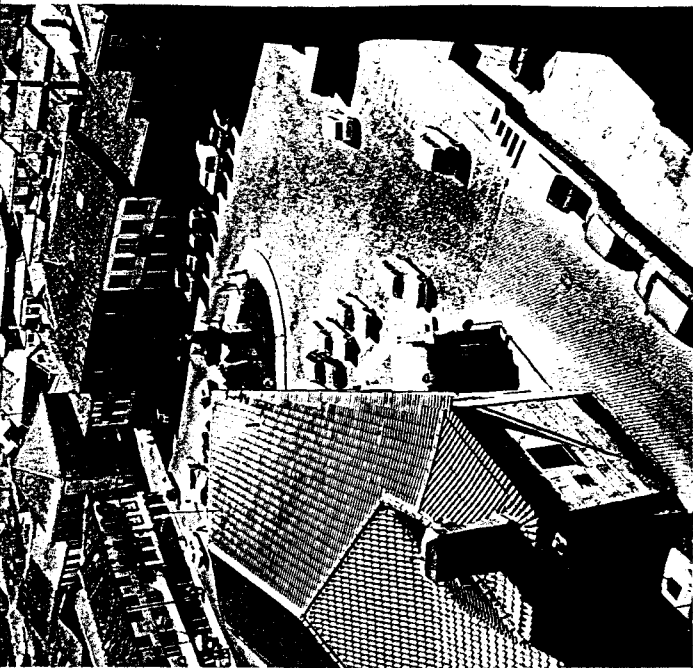
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Caso interessante de itinerância do espaço central da praça do mercado, a Guarda representa um caso particular em que o espaço intramuros da urbe medieval se vai apertando e adequando à sua forma de crescimento. As três praças de mercado ocorridas implantaram-se à ilharga de igrejas, deixando livre os adros fronteiros. Isto significa que a grande praça não resultou de rossio nem ampliação do espaço disponibilizado pelo adro. Como típica praça medieval é atravessada lateralmente pela Rua Direita; a expansão urbanística dos séculos XIX-XX alterou o sentido predominantemente longitudinal da circulação em relação à urbe e deu-lhe um maior peso no sentido Este-Oeste, tal como criou outros largos, praças e jardins extramuros, ligados às vias de maior circulação, que alternou o uso com a Praça Luis de Camões.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de adro lateral ampliado, com Casa da Câmara e mercado .



1 3
2

OS PLANOS DE FACHADAS DOS LADOS NORTE E ESTE SÃO OS QUE MELHOR DEFINEM A PRAÇA, PELA SUA CONTINUIDADE E REGULARIDADE FORMAL.

Fig. 1 - Lado Norte, onde o pórtico comum aos vários edifícios é um elemento espacial importante.

Fig. 2 - Lado Este com os paramentos de pedra talhada, à vista, estabelecendo a relação com o material da catedral.

Fig. 3 - A praça não é um espaço fechado, nitidamente limitado, mas flui pelos lados da catedral, proporcionando grande variedade de perspectivas. Vista aérea desde o lado Sudoeste.

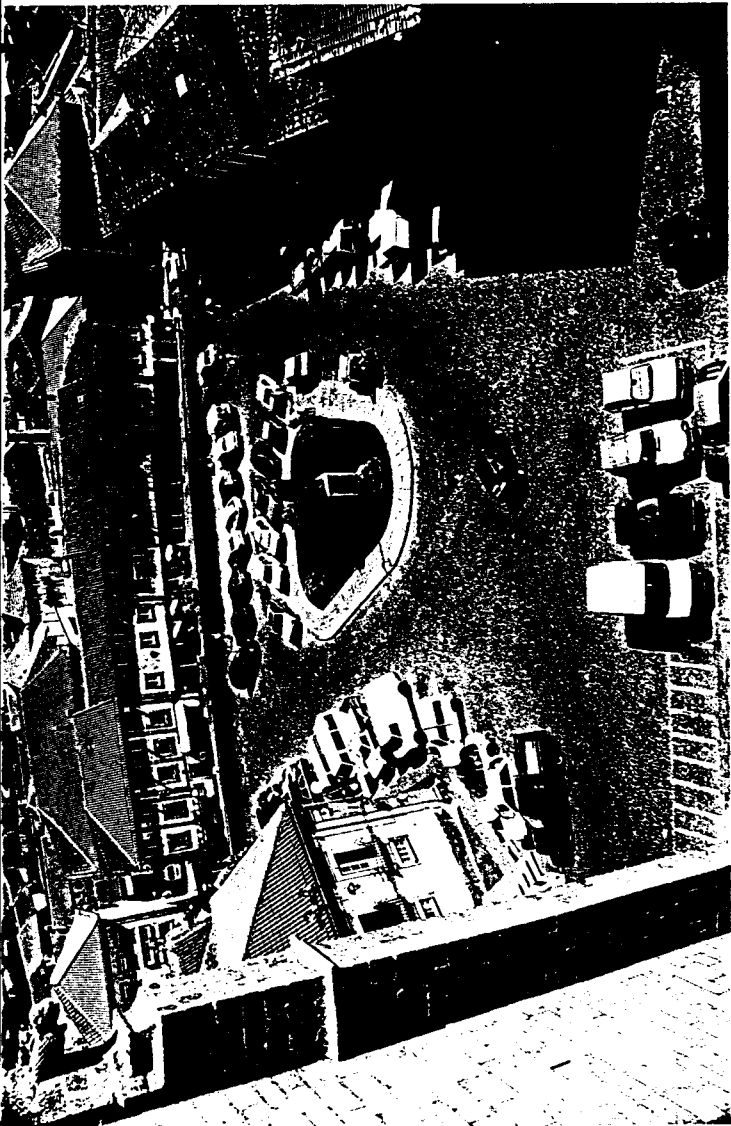
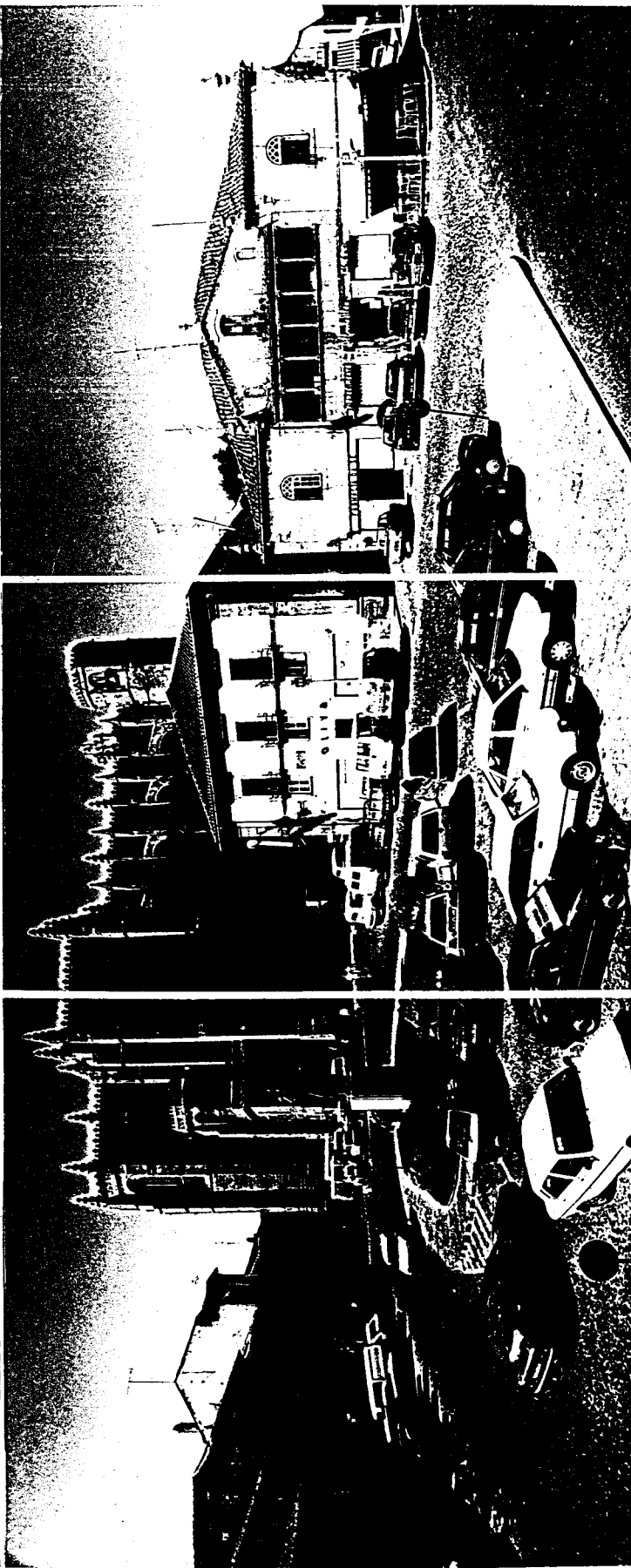


Fig. 1 - A Praça Velha (Luis de Camões) Parece pela sua forma triangulada, ter irradiado da catedral para Norte, ao lado da Rua Direita, a principal via que ligava os extremos da cidade intra-muros.

1
—
2

Fig. 2 - O grande volume da catedral domina, descendo o pavimento a partir dela. A diversidade arquitectónica estabelece estímulos diversos, que em parte atenuam o domínio da Sé. Uma utilização do espaço pelos veículos automóveis pouco adequado parece-nos aqui evidente.





1	2
	3
4	

DIVERSOS SÍMBOLOS NOS EDIFÍCIOS DA PRAÇA PROPORCIONAM OUTRAS LEITURAS A NÍVEL DO SIGNIFICADO.

Fig. 1 - Portal lateral da Sé, virado para a praça.

Fig. 2 - Pedra de armas da C.M.G.

Fig. 3 - Símbolo em prédio do lado Norte.

Fig. 4 - O indiscriminado uso de anúncios perturba a leitura de fachadas que mereciam melhor tratamento.

GUIMARÃES

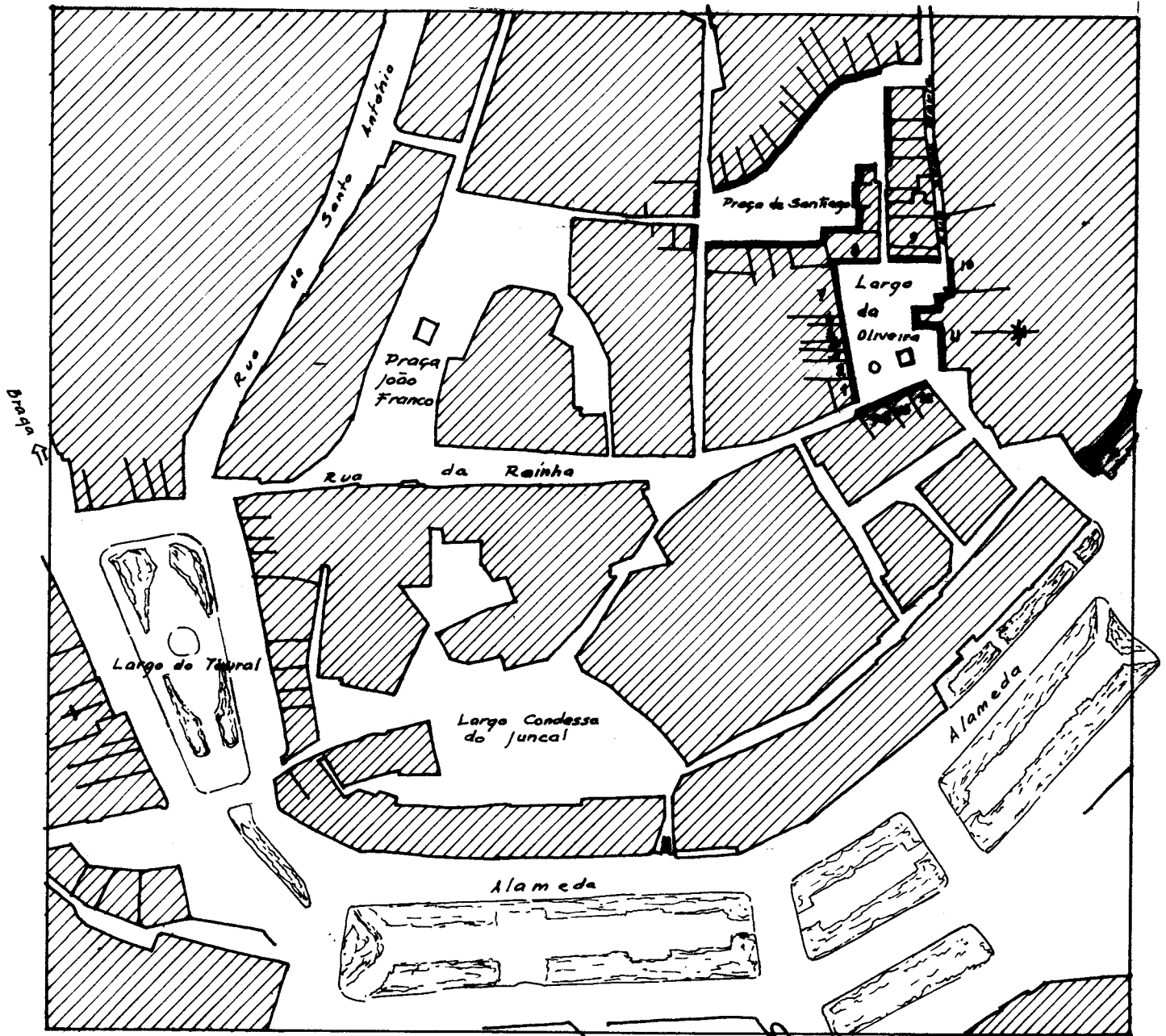


Fig. 1 - Planta de Guimarães
Escala 1:25.000



Fig. 2 - Vista geral de Guimarães. Desenho J. Cristino, em "Minho Pitoresco", 1887, vol.I, p. 601.

PRAÇA DE SANTA MARIA DA OLIVEIRA



Escala 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DO LARGO DE SANTA MARIA

- | | |
|--|------------------------------------|
| 1 r/c (modas) + 2 (hab.) | 12 r/c (modas) + 2 (hab.) |
| 2 r/c (artesanato, canalizador) + 2 (hab.) | 13 r/c (loisças) + 2 (hab.) |
| 3 r/c (tabacos) + 2 (hab.) | 14 r/c (mat. eléctrica) + 2 (hab.) |
| 4 r/c (alfaiate) + 2 (hab.) | 15 cruzeiro com templete |
| 5 r/c (escritório) + 3 (hab.) | 16 oliveira em caldeira elevada |
| 6 r/c (hab) + 2 (hab.) | |
| 7 r/c (pastelaria, escritório, garrafeira) + 2 (hab.) | |
| 8 r/c + 1 (antigo Paço do Concelho, actual biblioteca) | |
| 9 r/c + 1 (pousada) | |
| 10 r/c (artigos religiosos) + 2 (hab.) | |
| 11 Igreja de Santa Maria da Oliveira | |

*PERSPECTIVA AXONOMÉTRICA
DO CENTRO HISTÓRICO
DE GUIMARÃES*

*Comara Municipal de Guimarães,
1990*





1 - SÍTIO

O sítio de Guimarães localiza-se sensivelmente sobre a linha de festo que separa os vales dos rios Ave e Vizela e junto da estrada que liga Amarante a Braga. A altitude ronda os 200 metros, com uma topografia onde o castelo domina plenamente, mas sem se afirmar como sítio alcandorado eleito pelas suas potencialidades defensivas.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

O sítio começou por ser frequentado por romeiros que aí vinham ao culto de Santa Maria; já existia um templo em 417, mas foi no século X que a condessa Mumadona Didaz construiu um mosteiro e, passado algum tempo, uma torre que veio a dar origem ao castelo (Cf. Lino, 1984; 69). Constituíram-se então dois núcleos povoados - o do castelo ou Vila Velha e o de Santa Maria. As muralhas construídas por D. Dinis e D. Fernando englobaram os dois núcleos populacionais, o que explica a forma bastante ablongada de todo o circuito. Às funções religiosa e militar juntaram-se a comercial e, principalmente, a industrial, tornando-a numa das mais prósperas cidades médias do país.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Actualmente toda a Vila Velha desapareceu dando lugar a um parque onde foram mantidos o castelo, a pequena igreja de S. Miguel e o Paço dos Duques de Bragança; a urbe densificou-se para o lado Sul, por onde se espalharam as diversas casas religiosas, geradoras de largos e praças. Consideramos que as características de bipolarização que deram origem à urbe impediram que se patenteasse, de forma clara, o frequente tipo medieval de estrutura, com a rua Direita como eixo a partir do qual se gera a restante malha. A rua que melhor parece ter desempenhado o papel de rua Direita será a rua de Santa Maria; saída do Largo da Oliveira, na direcção do castelo, nela se "dependuraram" importantes casas religiosas, como os conventos de Santa Clara (actual Câmara Municipal de Guimarães) e o do Carmo.

2.3 - MALHA URBANA

No correspondente à antiga cidade intramuros, a malha urbana é irregular e ditada pela ligação entre as portas da muralha e os dois núcleos urbanos originais. Junto às

muralha e os dois núcleos urbanos originais. Junto às igrejas e conventos formaram-se largos e praças. Para fora de muros a primeira expansão foi a Sul (como se percebe pelo tipo de malha e de lote) através de vias que saindo da envolvência à muralha tomaram direcções sensivelmente radiais, adaptadas à topografia ou a elementos pré-existent.

Entre as duas zonas distintas da cidade, intramuros e extramuros, constituíram-se importantes espaços públicos:

-O Largo do Toural, espaço nascido duma necessidade lúdica; aí se correram touros e se organizaram festividades.

-Terreiro adjacente à porta da Torre Velha - Rossio da Alfândega - continuado a nível inferior pelo terreiro do convento de S. Francisco (convento do século XIV).

- Campo da Feira, imediatamente exterior ao Postigo da Sra. da Guia.

Estes espaços tinham uma individualização dada por edifícios que existiam e que a partir da última década do século passado começaram a ser demolidos.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Guimarães representa também um dos casos em que ao reunir mais do que uma praça importante por razões diversas cria a dificuldade de nos restringirmos apenas a um único espaço de análise. Por isto, optamos pela análise mais pormenorizada da Praça de Santa Maria da Oliveira, o centro institucional da urbe intramuros até ao século XIX e, sempre que oportuno, estabelecendo dicotomias com a Praça de Santiago e com o Largo do Toural.

A praça nasceu do terreiro adjacente ao adro da igreja e colegiada, por sua vez implantada no local excêntrico do primitivo convento, próximo do postigo da Sra. da Guia. O Paço do Concelho foi iniciado no tempo de D. João I, consagrando-se a partir daí a Praça da Oliveira como centro da vida social.

3.2 - TOPOGRAFIA

Pavimento sensivelmente plano.

3.3 - DIMENSÃO

Comprimento médio	44 metros
Largura média	31 metros
Área	1376 m ²

Note-se que a Praça de Santiago representava cerca de outro tanto de área. Estando em comunicação directa com a Praça de Santa Maria através das arcadas dos Paços do Concelho, aí ocorria o mercado e a venda diária de produtos de primeira necessidade. De qualquer forma são praças pouco amplas para determinados acontecimentos, como as touradas ou a prática equestre, daí a existência do Largo do toural. Este topónimo é relativo a touros, mas tanto se encontra para designar o local da feira de gado como o da tourada. Em Guimarães, dada a existência de um amplo campo de feira noutra lugar e a notícia da ocorrência de festejos como as cavalhadas, à maneira dos jogos de canas medievais (Carvalho, 1947; 162), é de crer que funcionasse mais como um rossio para utilização lúdica. As dimensões médias em metros são: $101 \times 54 = 5454 \text{ m}^2$, ou seja, bastante mais que as praças de Santa Maria e de Santiago juntas.

3.4 - FORMA

Forma trapezoidal em que se percebe uma nítida intenção de geometrização pelos alinhamentos dos planos de fachada. A praça de Santiago não apresenta as mesmas preocupações, sendo a sua forma bastante mais irregular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$31 / 9 = 3,4$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Um pavimento de nível onde as orientações das fachadas foram em grande parte consequência da tradicional orientação Este-Oeste da igreja. Os Paços do Concelho apresentam-se rigorosamente expostos a Sul pela sua fachada principal.

3.7 - PAVIMENTO

Coexistem dois desenhos de pavimentos: no envolvimento da igreja de Santa Maria é em lajes de granito e na restante

área da praça em fiadas de lajes formando uma quadrícula, preenchida com calçada de pedra irregular. Note-se que este pavimento corresponde a arranjos modernos, que substituíram o lajeado antigo.

3.8 - VEGETAÇÃO

A Praça de Santa Maria da Oliveira é única no país quanto à importância simbólica tomada pela vegetação: apenas uma oliveira que aí foi plantada, trazida de Jerusalém no tempo das cruzadas, segundo uns, ou vinda de São Torcato, segundo outros; o certo é que à oliveira foram atribuídos poderes divinos, pelo menos desde o século XIV (Lino, 1984; 69). A sua veneração foi tal que as pessoas estavam proibidas de nela subir para assistirem às procissões ou festas, e muitas pessoas crédulas reverenciavam-na à passagem (Carvalho, 1947; 188). Em 1869 a Câmara aprovou a remoção da oliveira, por atravancar a praça; o Cabido reclamou e foi apoiado pelo Reino. Mas populares houve que inflamados pelas ideias anticlericais tentaram cortá-la durante a noite. Na Colegiada denunciaram o acto com o rebate de sinos, tendo ocorrido o foro que o impediu. Numa outra tentativa, em 1872, a oliveira foi decepada e o culto da oliveira esmoreceu. Mas outra árvore foi reposta (Carvalho, 1947; 191), e lá se encontra a perpétuar a tradição. A Praça de Santiago não tem vegetação alguma, enquanto que o Toural foi submetido à influência do Largo da Batalha do Porto (Fernandes, 1985; 33).

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Com expressões arquitectónicas de diferentes épocas, a igreja de Santa Maria na sua factura de pedra granítica, foi reformada depois de D. João I ter ganho a batalha de Aljubarrota. Um amplo portal marca a traça gótica, sendo ladeado por torre sineira manuelina. A restante envolvente não tem a mesma solenidade - arquitectura chã onde a frequência de vãos de portas e janelas e a diversidade de cor dos paramentos lhe dão leveza e um contido garridismo. Os Paços do Concelho marcam uma diferença com a sua ampla arcaria ogival trecentista, a estabelecer uma ligação com a contínua praça de Santiago.

É de notar que a praça já foi porticada em toda a volta, tal como ainda sucede nos lados Norte e Sul. As sucessivas transformações tiraram a primitiva expressão desta arquitectura.

É na Praça de Santiago que ainda encontramos alguns edifícios que pela escala e traçado apresentam uma expressão mais arcaica.

Pela autenticidade que mantêm muitos dos edifícios, as duas

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Dois importantes elementos isolados ocupam a praça: a oliveira, de que já falámos, e o padrão comemorativo da batalha do Salado, interessante templete gótico que abriga um cruzeiro trazido da Normandia em 1342.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Nota-se poucas actividades de uso diário; a biblioteca instalada nos antigos Paços do Concelho, a pousada e a pastelaria com esplanada não são suficientes para compensar outras actividades de uso ocasional que predominam. Já a Praça de Santiago apresenta um maior equilíbrio, apresentando cinco estabelecimentos ligados à alimentação.

3.12 - PERCEPÇÃO

É uma praça que se descobre gradualmente com a aproximação, por qualquer dos acessos possíveis. A sua forma irregular, a diversidade de arquitecturas (que a própria igreja apresenta), e até dos espaços públicos que os pórticos proporcionam, a diversidade de cores e materiais dos alçados, a que uma frequente cor castanha de molduras de vãos dá unidade, o pavimento marcando um traçado geométrico rigoroso, oferecem uma grande diversidade de perspectivas do espaço. Isto não significa anarquia, porque uma cêrcea aproximada entre todos os edifícios facilita-lhes a integração global, fugindo à regra a torre e o janelão superior da igreja, à volta da qual todo o espaço se organiza. O facto de tanto esta praça como a contínua, de Santiago, estarem vedadas ao trânsito automóvel, tendo apenas passagens tangenciais, mais as valoriza, oferecendo-as como espaço livre, permitindo um melhor conhecimento dos múltiplos aspectos que possuem. As recentes obras de remodelação de todo o pavimento da praça de Santiago e a recuperação de vários edifícios provam a consciencialização do valor patrimonial destas praças entendidas como conjuntos a preservar por contribuírem em muito para a qualidade urbanística da cidade.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A "Praça Maior" da urbe medieval formou-se em função da igreja de Santa Maria da Oliveira e da sua colegiada. A confirmar o prestígio da praça aí se implantou o Paço do Concelho a partir do século XIV, tornando-a definitivamente na primeira praça da urbe intramuros. A Praça de Santiago serviu tanto de enquadramento da capela românica que aí existiu até ser demolida em 1887 como de praça de mercado, tendo também sido designada por Praça do Peixe (Azevedo, 1845; 311).

A interessante solução arquitectónica do Paço do Concelho assente em arcadas que facilitam a ligação entre as praças de Santa Maria e de Santiago reflecte bem a escassez do espaço público no interior da urbe e a procura de o tornar mais desafogado.

O Largo do Toural, situado entre a Porta de S. Domingos e a Porta Nova, reuniu as maiores potencialidades para se tornar no moderno centro urbano. Com amplas dimensões, aí afluíram hotéis, restaurantes, bancos, comércio especializados. A abertura do lado Sul com a demolição da igreja de S. Sebastião em 1892 e outras demolições que se seguiram no Terreiro de S. Francisco proporcionaram uma singular sequência de largos e alamedas. A fluidez do espaço contribuiu para alterar o carácter polarizador do Largo, reforçando-lhe o ambiente dinâmico mais próprio de "boulevard" nascido da pressão do trânsito. A arquitectura utilitária que envolveu quase todo o Largo pouco ajudou a particularizá-lo. Assim, é a situação que disfruta e a dimensão espacial que lhe deram actual importância. Com a Praça de Santa Maria acontece o inverso: de modestas dimensões, é a arquitectura envolvente que a enobrece e não menos a referência simbólica de local que originou a cidade.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de Santa Maria da Oliveira - Praça derivada de adro frontal ampliado, juntando-se-lhe Casa da Câmara.

Praça de Santiago - Praça de mercado, com eventual igreja secundária.

Largo do Toural - Praça derivada de rossio, com mercado ou feira, igreja e outros edifícios importantes.

PRAÇA DE SANTA MARIA DA OLIVEIRA

Fig. 1 - Acesso à praça de Santa Maria pela rua da Rainha. A direita está o pórtico térreo que limita a praça a Sul.

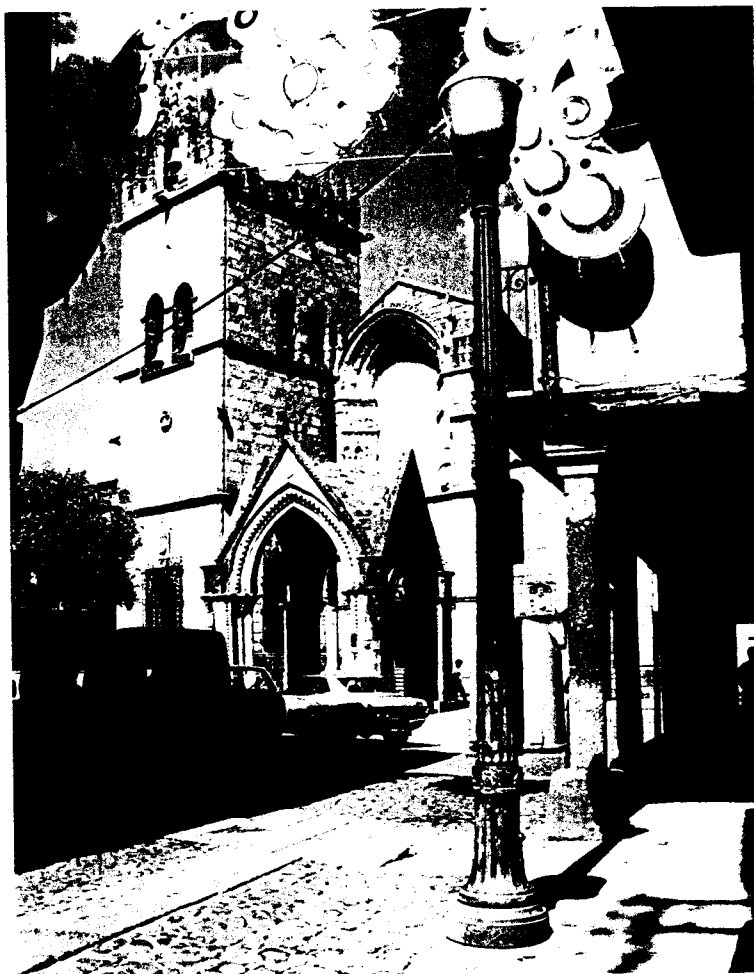
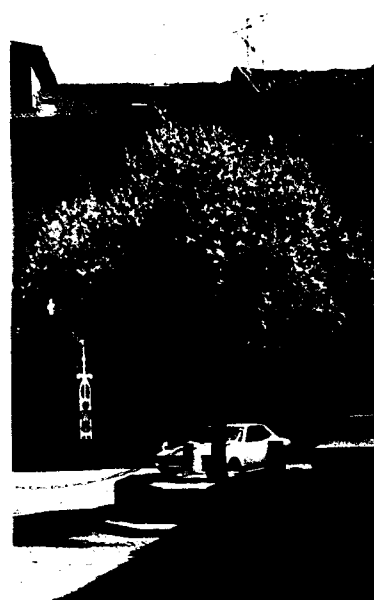
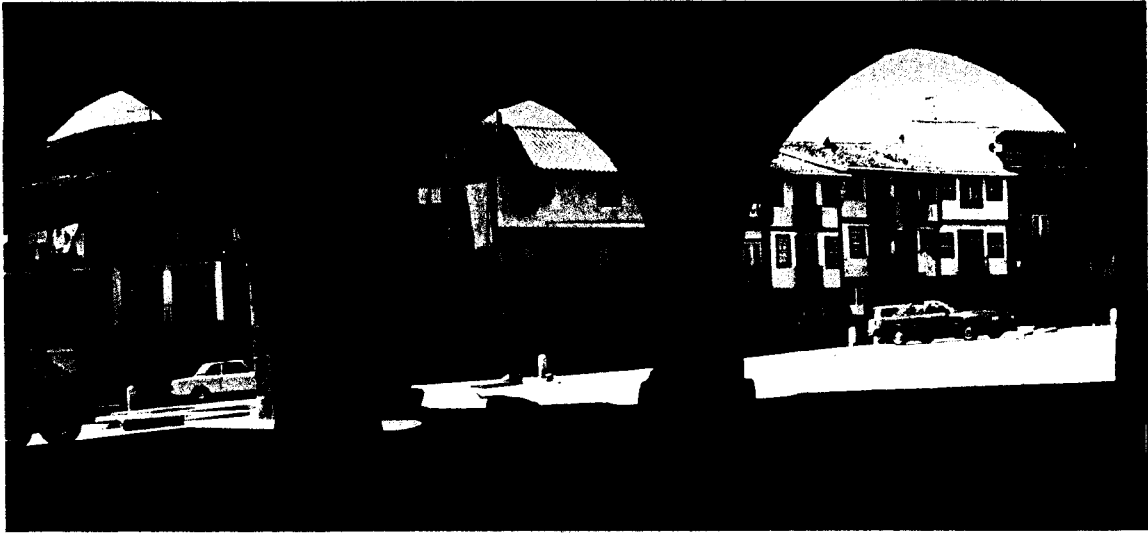


Fig. 2 - Lado Norte da praça: Paço do Concelho sobre arcaria.

Fig. 3 - A "descendente" actual da milagrosa oliveira.

$\frac{1}{2} \mid 3$





1	3
2	4
	5

PRAÇA DE SANTIAGO

Fig. 1 - A Praça de Santiago vista do Paço do Concelho.

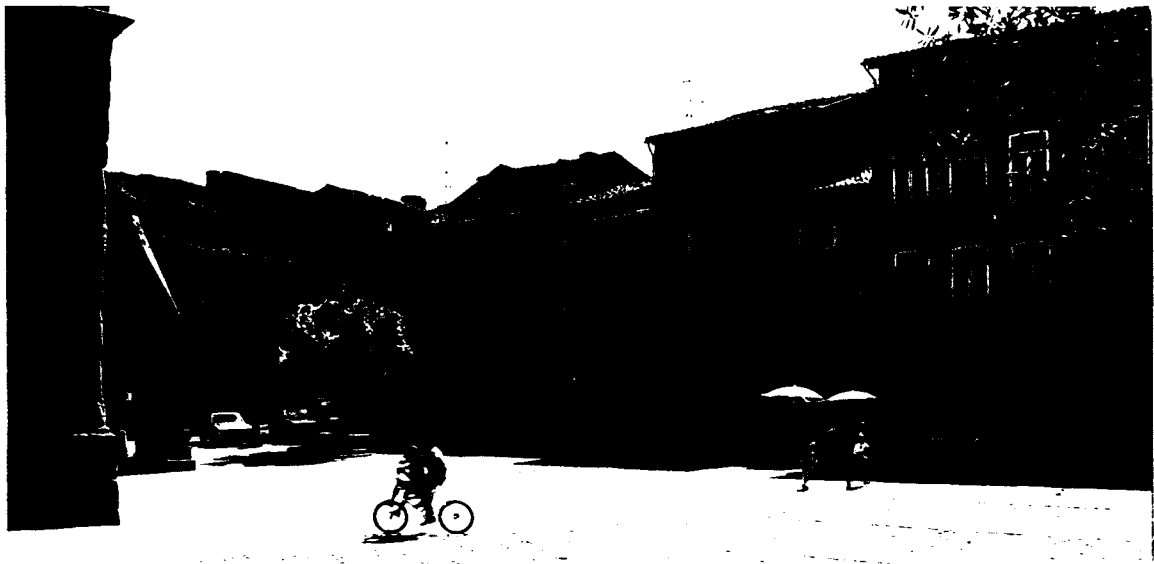
Fig. 2 - Pormenor do lado Sul da praça durante as obras de repavimentação.

PRAÇA DE SANTA MARIA DA OLIVEIRA

Fig. 3 - Os três elementos primitivos da praça - a igreja, o cruzeiro com o templete e a oliveira.

Fig. 4 - Lado Este da Praça.

Fig. 5 - Vista do interior da arcada do Paço do Concelho para o lado Sul.





1
—
2

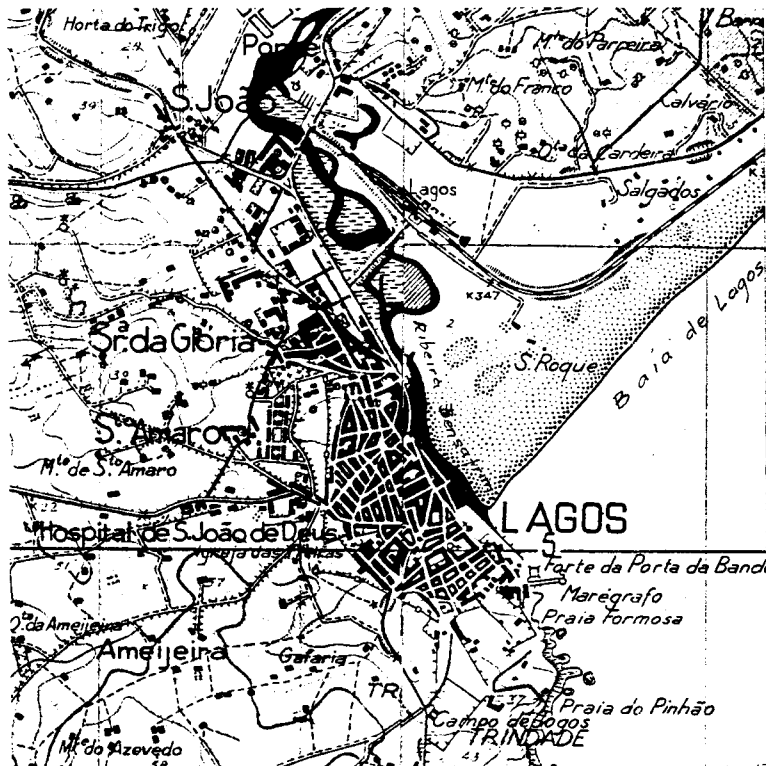
O CONTRASTE EXISTENTE ENTRE OS LIMITADOS ESPAÇOS DA URBE INTRAMUROS E OS AMPLOS ESPAÇOS DA CIDADE MODERNA MARCA DUAS ATITUDES DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE.

Fig. 1 - Rua de Santa Maria.

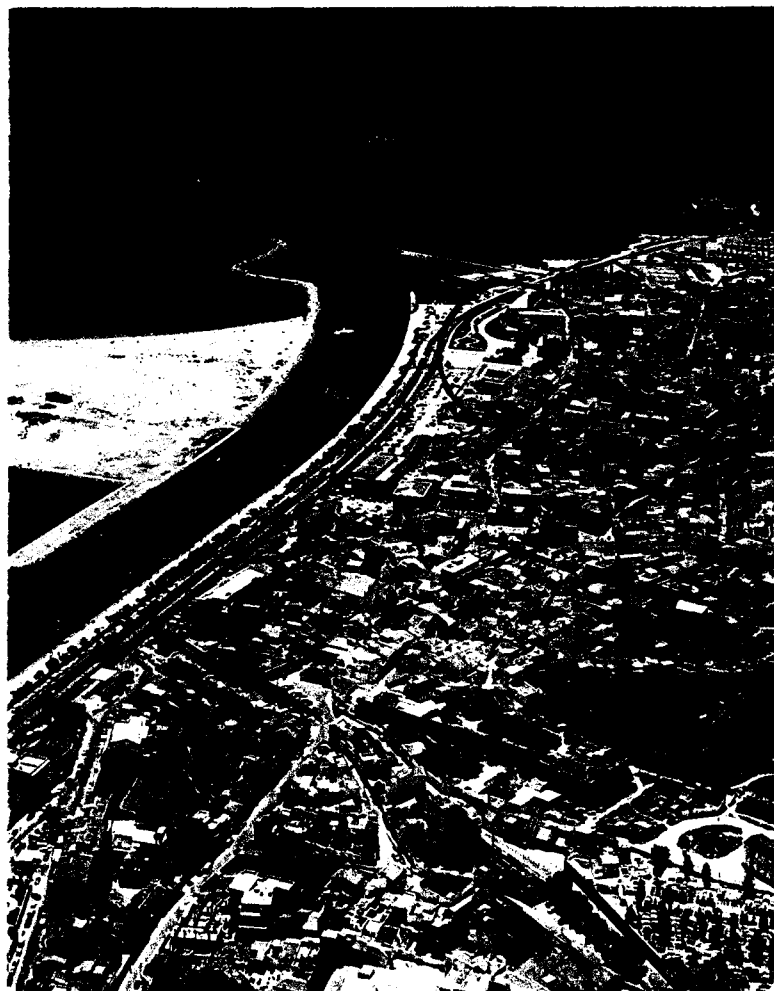
Fig. 2 - Largo do Toural e Alameda de resistência ao fascismo.



LAGOS

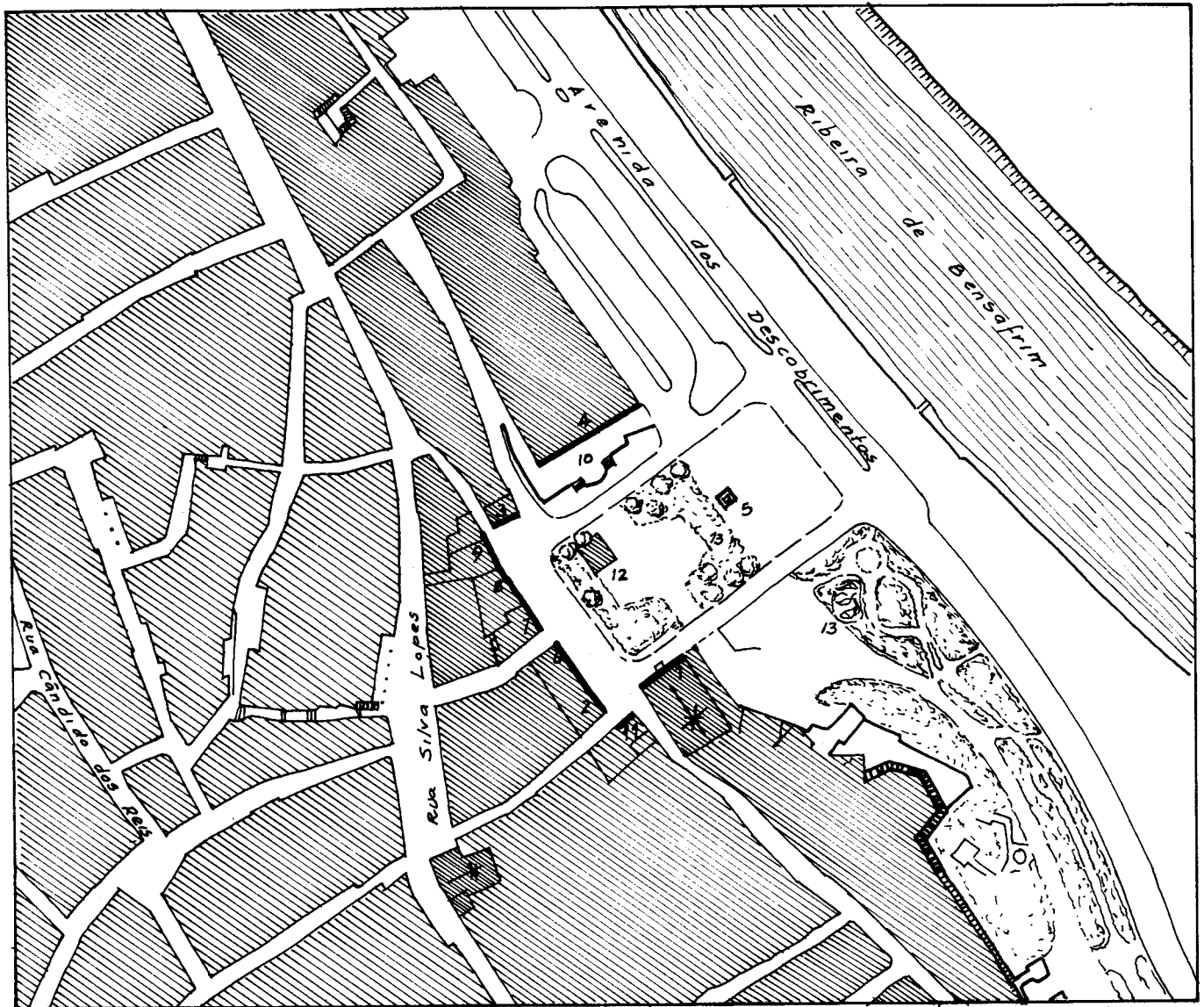


Escala 1:25.000



Vista aérea panorâmica actual da cidade de Lagos, com o local da Praça da República assinalado.

PRAÇA D. FRANCISCO GOMES



Escala 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DA REPÚBLICA

- | | |
|---|--|
| 1 Igreja de Santa Maria | 7 r/c (bar) + 1 (habitação) |
| 2 r/c ("armazem regimental") | 8 espaço disponível |
| 3 r/c (antigo mercado de escravos) + 1 (exposições) | 9 r/c (artesanato) + 2 (habitação) |
| 4 r/c + 1 (messe militar) | 10 terraço da actual messe |
| 5 monumento ao Infante D. Henrique | 11 r/c (farmácia) + 1 (habitação) |
| 6 Passos | 12 r/c (pavilhão-quiosque e esplanada) |
| | 13 jardim |

1 - SÍTIO

No limite sul da costa marítima, junto à foz da ribeira de Bensafrim. O núcleo urbano primitivo instalou-se no sítio mais alto que permitia um fácil acesso ao mar. Mais para cima a costa transforma-se em arribas muito recortadas, de acesso difícil. Os locais mais altos do interior amuralhado pouco excedem os 30 metros, o suficiente para dominarem a baía de Lagos, uma das mais amplas da costa portuguesa.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Como a maioria das actuais povoações algarvias, foi uma urbe visitada pelos navegadores fenícios, cartagineses, gregos, celtas e romanos, o que tornou os seus povos mais instruídos que os lusitanos, permitindo-se estabelecer um comércio e uma indústria prósperas (Rocha, 1910; 20). A conquista cristã provocou o declínio e só na época dos descobrimentos voltou a ter a importância que a situação marítima sempre lhe proporcionou.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Segue um modelo de crescimento semelhante a muitas outras povoações marítimas: dos locais mais altos, consolidados com estruturas defensivas, para os mais baixos, ou seja, ao longo da margem direita da ribeira de Bensafrim, para montante.

No tempo de D. Maria I já a praça de Touros, depois da Constituição (e da República), era o centro da povoação (Rocha, 1910; 90).

2.3 - MALHA URBANA

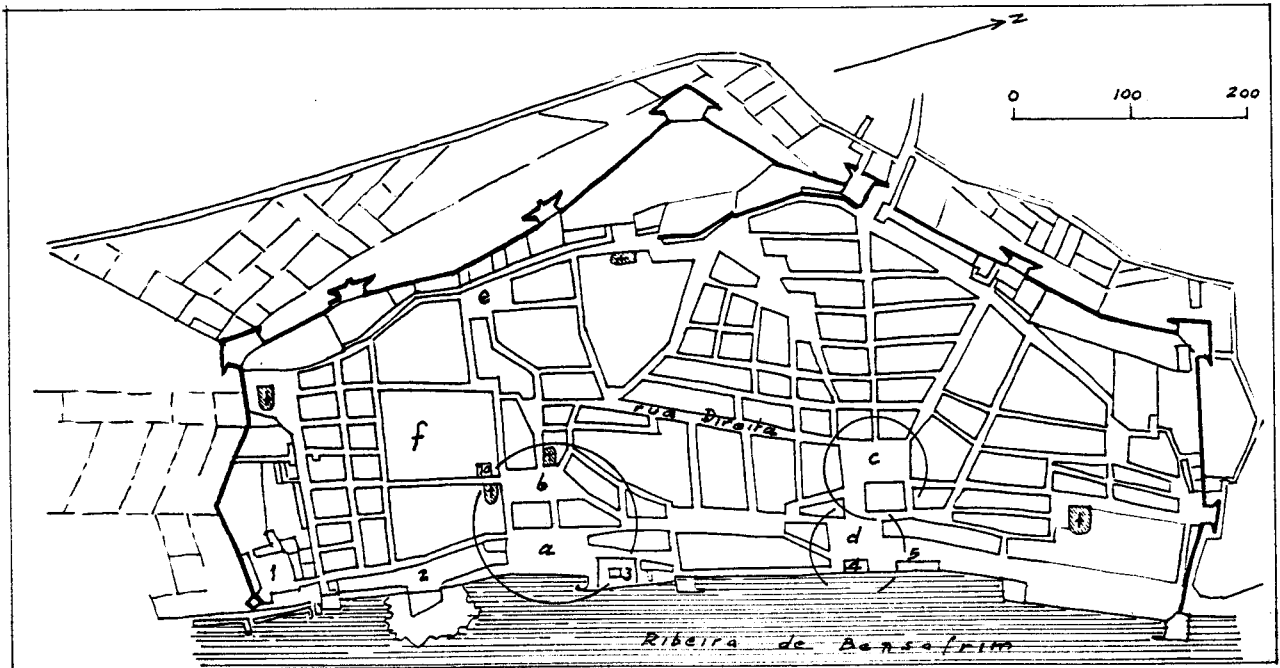
Não está feito o levantamento das alterações provocadas na malha urbana pelo terramoto de 1755. A primeira planta moderna da cidade é de 1857 e não oferece diferenças de maior em relação ao existente até 1960. A zona da Alta possui um traçado bastante regular, quase em quadrícula. Daqui se estende a rua Cândido dos Reis, antiga Rua Direita, eixo que atravessa toda a malha intramuros, até à porta Norte. As praças de maior importância situam-se entre a Rua Direita e os cais da ribeira de Bensafrim.



1
2

Fig. 1 - Fotografia aérea de Lagos, antes de 1960 (Arquivo do Museu Municipal de Lagos)

Fig. 2 - Planta da cidade do Capitão Eng. José Frederico Judeu, 1857. (adaptado de Paula, 1982; 4) A praça da Constituição é a actual da República.



a Praça da Constituição
b " do Espírito Santo
c " do Poço
d " do Cano
e " d'Armas
f Núcleo urbano primitivo
(cf. A. Massay, 1617)

1 Quartel
2 Quintal contínuo à cozinha do rancho
3 Hospital regimental
4 Paços do Concelho
5 Mercado do Peixe
10 Cadeia Civil

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça da República situa-se no interior do primitivo circuito de muralhas e era, antes de 1960, adjacente ao Cais Velho. A estrada de ligação regional EN 125, lançada sobre parcial aterro da ribeira de bensafrim, cortou irremediavelmente a ligação mais estreita que existia entre toda a cidade e o mar. Segundo Rui Paula, a praça era um "espaço aberto natural, desembocadura de uma antiga linha de água (Ribeira de Touros), que aparece não resultante de intersecção de rios, mas sim como um "reduto", zona de recreio, com circulação tangencial" (Paula, 1982; 2).

3.2 - TOPOGRAFIA

Topografia perfeitamente plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento	96 metros
Largura	61 metros
Área	5856 m ²

Nota-se que o comprimento da praça anterior a 1960 era de cerca de 65 metros, o que daria uma área de 3965 m²

3.5 - FORMA

Forma rectangular, quase perfeita.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

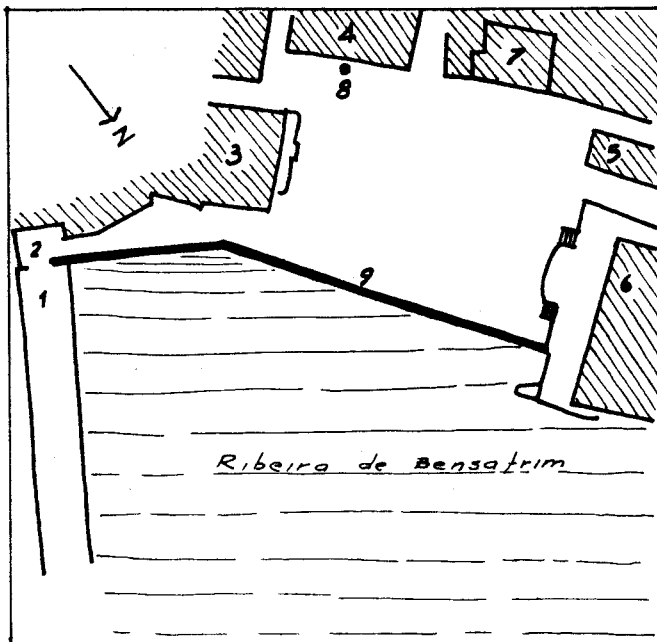
61 / 7,5 = 8,1

3.6 - EXPOSIÇÃO

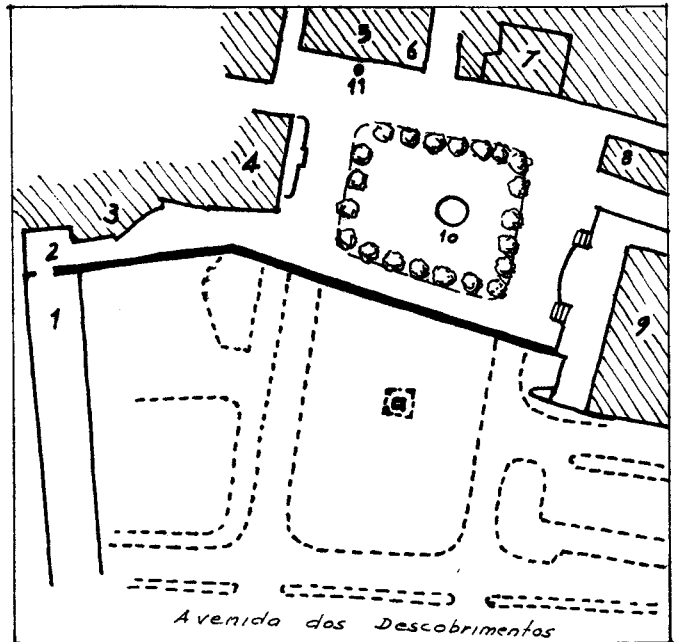
Tanto a abertura da praça a Nordeste como os edifícios que a envolvem não aparentam terem obedecido a uma intenção particular na orientação. A direcção do cais determinou a orientação da praça.

EVOLUÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA (R. Paula, 1982: 10, adopção)

SÉC. XVI - XVII
Praça de Touros
Praça do Pelourinho



SÉC. XVIII - XIX
Praça das Paços do Concelho
Praça da Constituição



- 1. Cais Velho
- 2. Porta do Cais
- 3. Misericórdia e igreja de 1498
- 4. Ermida de S. Braz anterior a 1553 (?).
Em 1665 - armazém regimental
- 5. Mercado de escravos, séc. XV.
Em 1691 - 2º piso da Vedoria
- 6. Ermida de S. Pedro - 1490, em 1696 -
- Hospital e Convento S. João de Deus
- 7. Alfandega
- 8. Pelourinho
- 9. Muralha

- 1 Cais velho
- 2 Porta do Cais
- 3 Alfandega até 1820
- 4 Igreja da Misericórdia. Depois de 1756 -
- de Santa Maria
- 5 Armazém regimental
- 6 Passo
- 7 Casas do Governador - fins séc. XVIII
- 8 Vedoria - 1820 Alfandega, casa da
Guarda, Prisão Militar
- 9 Paços do Concelho - séc XVIII. Em 1804
Hospital Militar
- 10 Coreto, fins séc. XIX
- 11 Pelourinho



Vista actual do lado de Este.

3.7 - PAVIMENTO

Todo o pavimento do tabuleiro da praça é com empedrado à portuguesa, de calcáreo branco e cinzento. As ruas laterais são asfaltadas, excepto a que passa na frente da igreja de Santa Maria, também com empedrado de pedra irregular calcárea.

3.8 - VEGETAÇÃO

A praça é ajardinada na área correspondente à praça antiga; no acrescento feito com a construção da Avenida das Descobertas, foi apenas colocada a estátua do Infante, tendo por detrás o ajardinamento. Formou-se assim uma praça ambígua onde metade é de praça ajardinada e a outra metade de praça só empedrada, mas sem envolvimento que a defina suficientemente. Perdeu-se desta forma a oportunidade de se ter aproveitado um espaço amplo, bem afirmado, herdeiro digno da praça central que foi em tempos idos. Esta forma de tratamento da praça foi um contributo para que o centro urbano se afirmasse nas praças Gil Eanes e Luis de Camões.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

As peças mais significativas na arquitectura envolvente são:

A- Mercado dos Escravos - Antiga Vedoria, depois Guarda Principal e Alfândega; sob os seus arcos do rés-do-chão realizou-se o primeiro mercado de escravos do país. É um edifício sem aparato, em cuja fachada sobressaem dois arcos de volta perfeita que fazem parte da estrutura abobadada que suporta o andar. Arcos, colunas, cunhais e molduras de janelas em pedra calcárea.

B- Igreja de Santa Maria - A igreja que existiu anteriormente ficou em ruínas com o terramoto de 1755, sendo demolida em 1893. O portal actual veio da antiga ermida de S. Pedro e S. Paulo, também encendiada no século XIX. Toda a fachada é de um neoclássico sóbrio.

C- O Armazém Regimental, construído em 1665, modesto casão a que o Passo colocado no extremo direito da fachada, com um interessante trabalho de estuque de desenho barroco, lhe dá particular interesse. Funciona actualmente como sala de exposições.

D- Antigo hospital militar e actual messe militar, que substituiu o Paço do Concelho e a Torre do Relógio, caídos

em 1755. É de arquitectura muito sóbria; de particular, tem um amplo terraço voltado para a praça, elevado cerca de 1,80 metros.

E- Restos do Palácio dos Governadores, ligado à muralha a Sul da praça, onde se conserva uma janela manuelina, chamada de "janela de D. Sebastião", por constar que daí assistiu à missa antes de partir para o desastre de Alcácer-Quibir.

F- Outros edifícios de menor importância e de arquitectura de feição utilitária ajudam à definição da praça pelo lado Oeste.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Em situações quase opostas nas suas localizações nos espaços estão um pavilhão-quiosque, no lado Oeste, e a estátua do Infante, do lado Este da praça. O primeiro é uma construção precária, um tanto abarracada, que nada dignifica o espaço sobre o aspecto formal; o segundo, é obra do escultor Leopoldo de Almeida e foi inaugurada em 1960. É obra que não representa as aspirações que os portugueses sempre quiseram dar a esta terra. O vasto espaço vazio que lhe foi deixado à volta se por um lado vinca a singularidade da peça, por outro mais ênfase dá à escala modesta que tem.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

No conjunto das funções apenas dois bares com esplanadas e a messe militar poderão ser consideradas de uso diário. As restantes, como a igreja, as salas de exposições do Armazém e do Mercado de Escravos, a farmácia ou o reduzido jardim não chegam para dar à praça um carácter mais apelativo. Por isso a vocação desta praça é mais de ser espaço monumental, mas que a solução paisagística dificulta.

3.12 - PERCEPÇÃO

A ambiguidade do espaço entende-se melhor quando se confronta os acessos pelo lado Oeste ou do mar ou pelo seu oposto, das ruas estreitas, de escala herdada do medievo: do primeiro apresenta-se a praça indefinida nos seus limites laterais - ora se prolonga para Norte com estacionamentos de automóveis, ou para Sul por extensa faixa ajardinada entre as muralhas e a Avenida; a Oeste surge um *écran* de vegetação a servir de fundo à estátua do Infante. Pelo

outro lado desemboca-se num espaço muito mais contido, em que a vegetação central demarca as ruas perimetrais do espaço central e impedem qualquer relação visual com o mar ou mesmo uma leitura unitária do espaço da praça.

4 - CONCLUSÕES

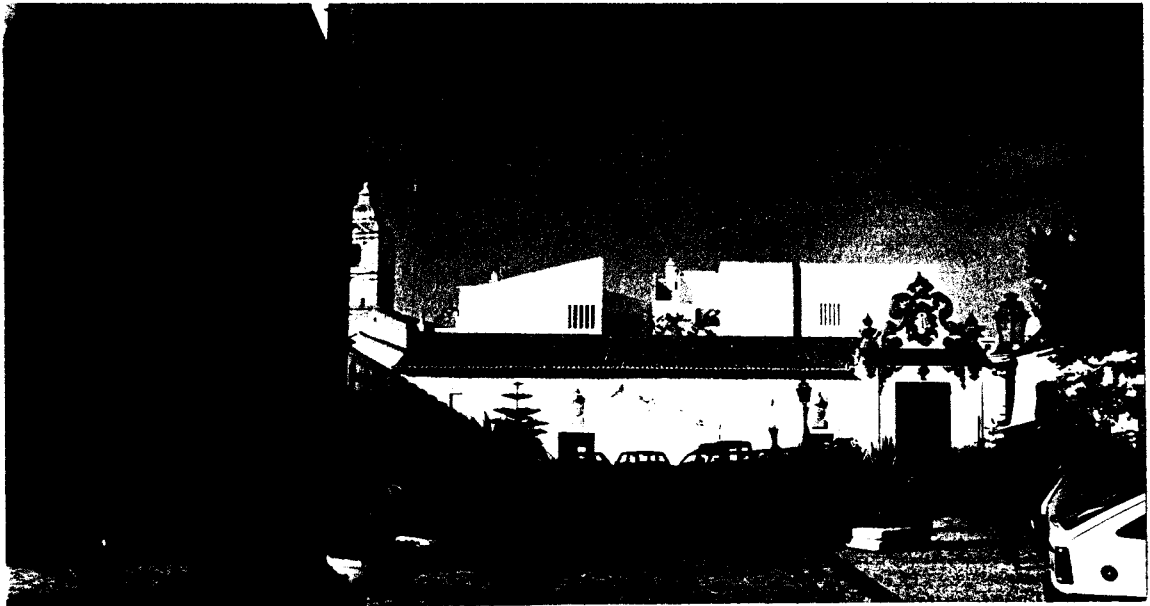
4.1 - SÍNTESE

A Praça da República afirmou-se no século XVI como a mais prestigiada da cidade. Centro urbano, espaço lúdico (ainda actualmente é vulgarmente conhecida por Praça de Touros), foi um espaço altamente atractivo pela sua ligação ao cais. A presença do Paço do Concelho mais contribuía para o seu uso como espaço cívico. As alterações sofridas reduziram-lhe muitas das qualidades que possuía, tais como:

- Ligação ao cais da ribeira, verdadeiro braço de mar que serve de porto de abrigo.
- Indefinição espacial de parte da nova praça.
- Perda de polifuncionalidade.
- Atafalhamento com elementos vegetais que lhe cortaram a escala anterior.
- Subdivisão em espaços diferenciados.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça interiorizada por muralhas com localização periférica e proximidade de porto, a que se juntaram instituições - Casa da Câmara e igreja.



$\frac{1}{2}$
 $\frac{2}{3}$

Fig. 1 - Canto Oeste-Norte, com o Mercado de Escravos à direita.

Fig. 2 - O Armazém Regimental de 1665 e Passos barrocos.

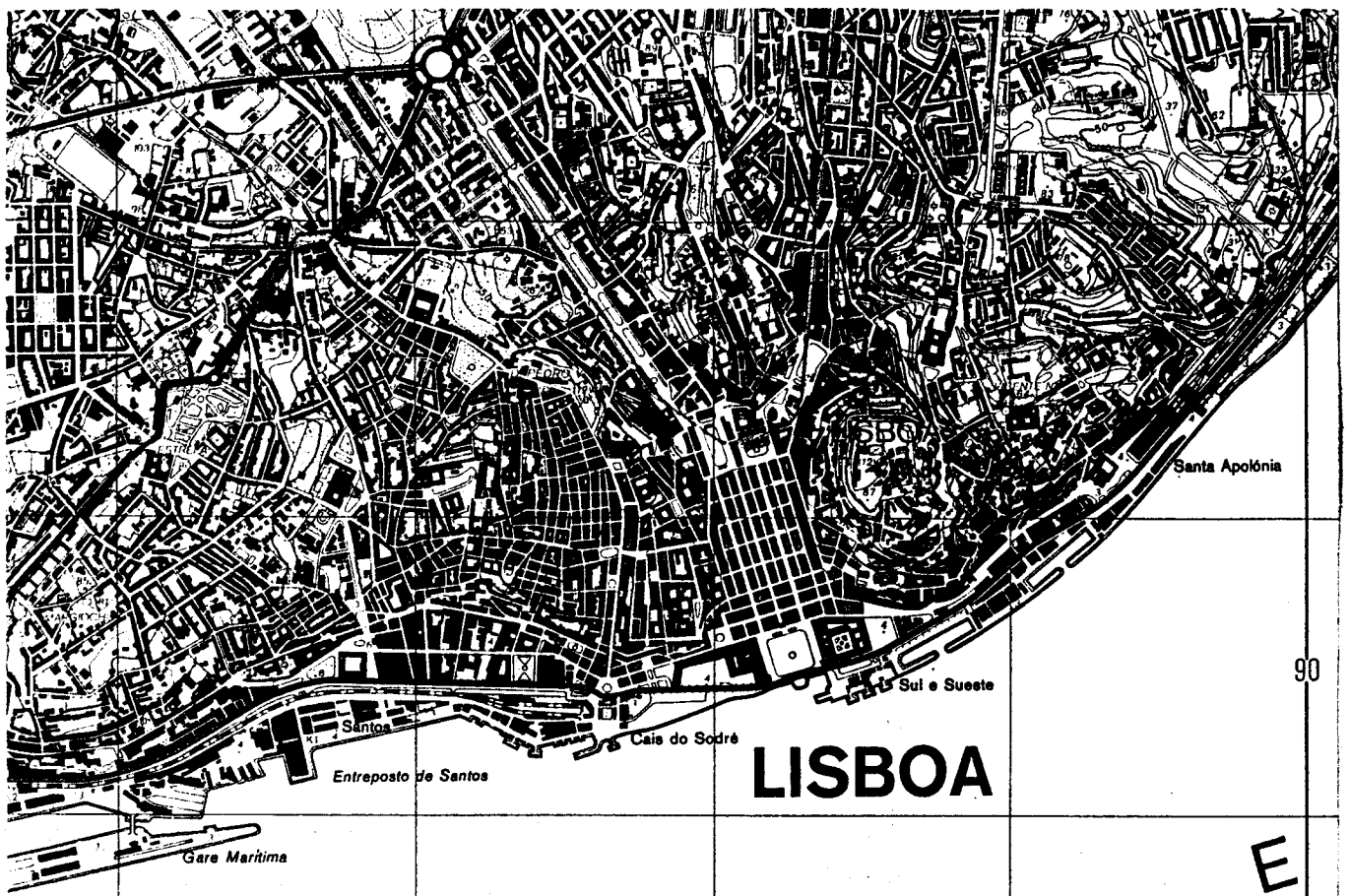
Fig. 3 - Pedra de armas que encima o portal do Armazém.

Fig. 1 - Uma modesta estátua do Infante D. Henrique está colocada frente ao mar em metade da praça.

Fig. 2-3 - A parte Oeste da praça é em uma parte ajardinada e noutra ocupada por uma esplanada servida por um pequeno pavilhão de má qualidade arquitectónica.

1
2
3





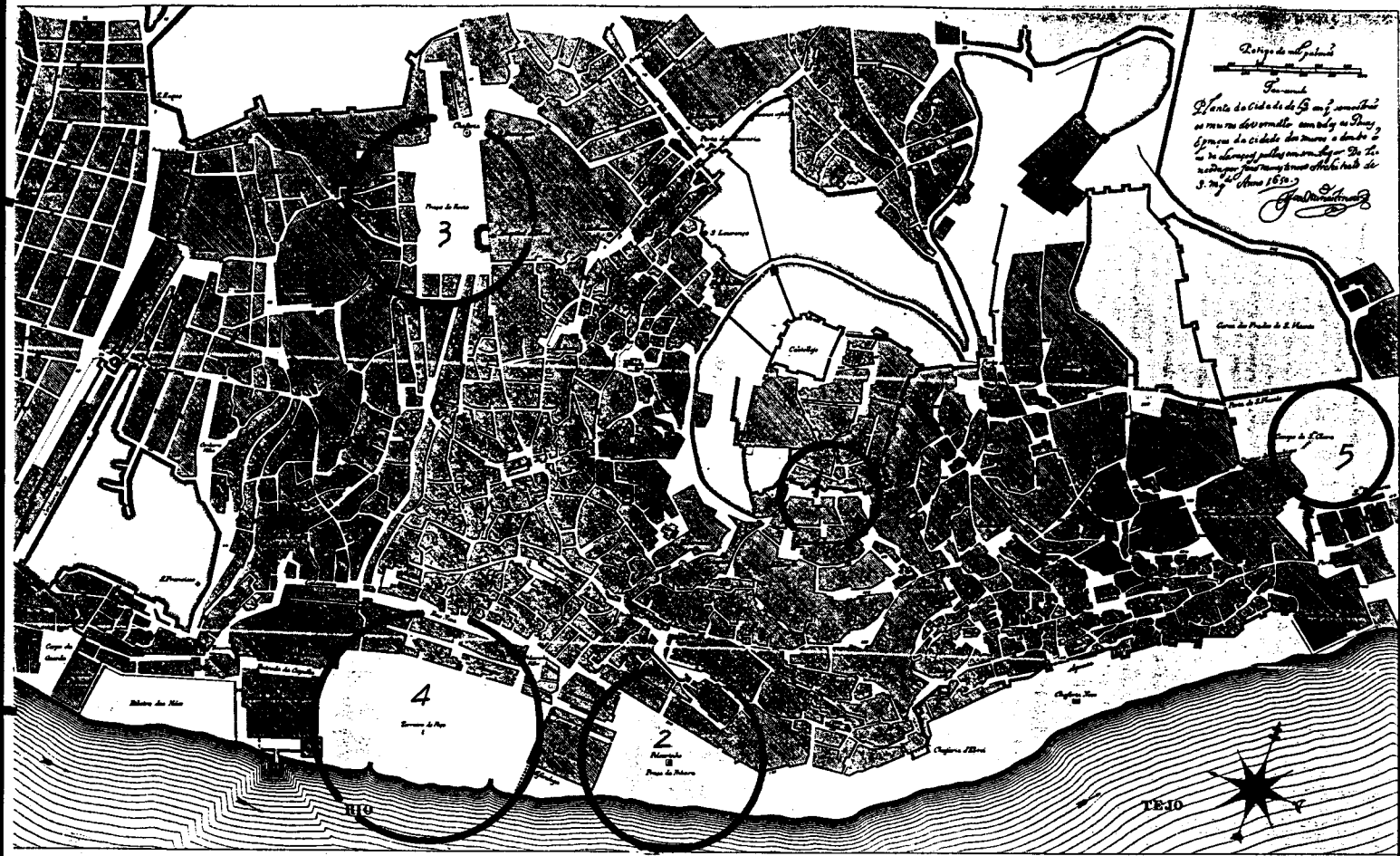
Planta de Lisboa. Escala 1:25000

A malha pombalina é facilmente percebida pela sua regularidade contrastante com a antiga estrutura viária. Com a mesma regularidade destacam-se as três principais praças do urbanismo setecentista - Praça do Comércio, D. Pedro IV e da Figueira.



Praça do Comércio. Foto de J. C. Alvarez, 1940. Arquivo da C.M.L..

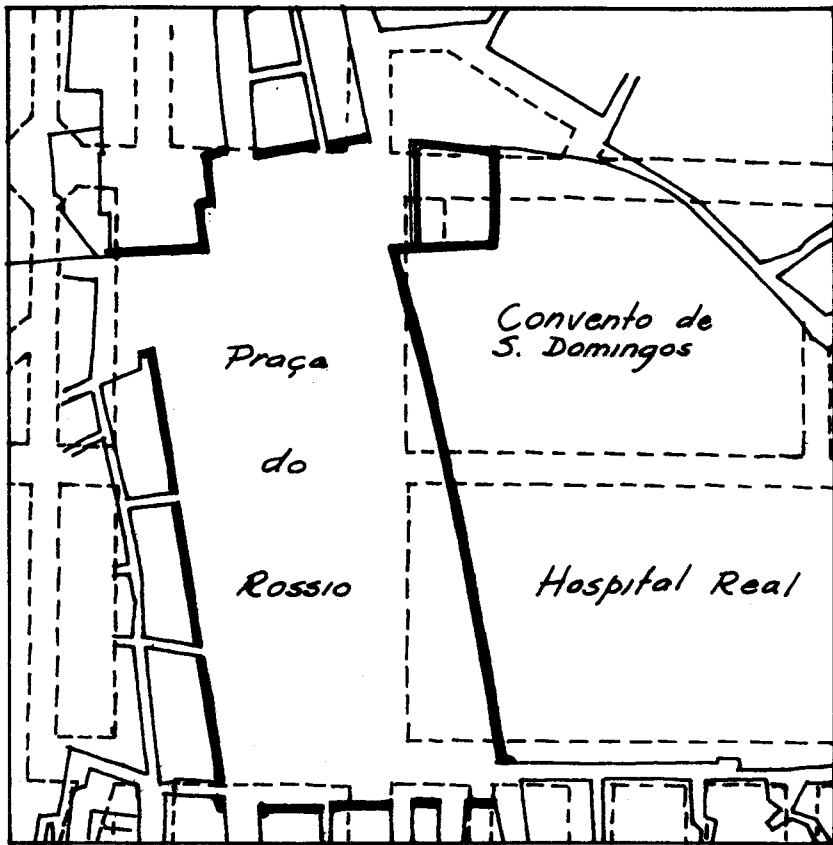
PRAÇA DO COMÉRCIO



ESPAÇOS MAIS IMPORTANTES DE USO COLECTIVO DE LISBOA PRÉ-POMBALINA

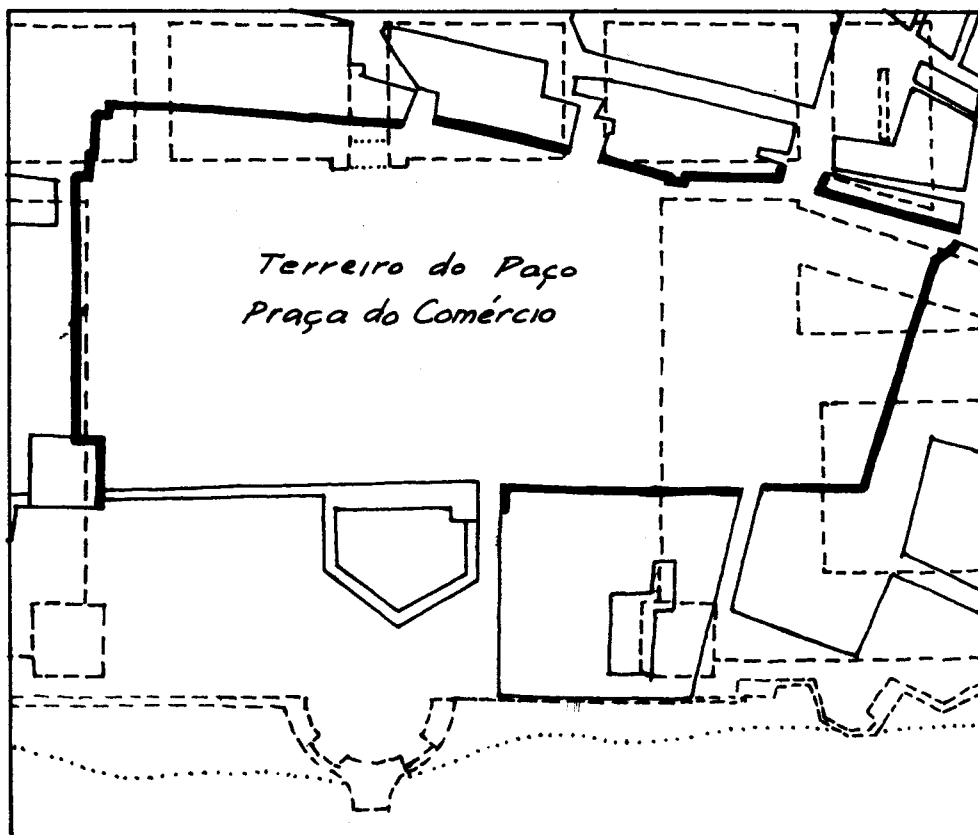
(Planta da Cidade por João Nunes Tinoco, 1650)

- ① Chão da Feira
- ② Praça da Ribeira
- ③ Rossio
- ④ Terreiro do Paço
- ⑤ Campo de Santa Clara



Relação do Rossio e do Terreiro do Paço antes do terramoto de 1755 e plano dos architectos Eugénio dos Santos, Carvalho e Carlos Mardel.
 (adaptado de A. Vieira da Silva, Plantas Topográficas de Lisboa, Lisboa, C.M.L., 1950, planta Nº 2)

— Antes do Terramoto
 - - - Plano pombalino



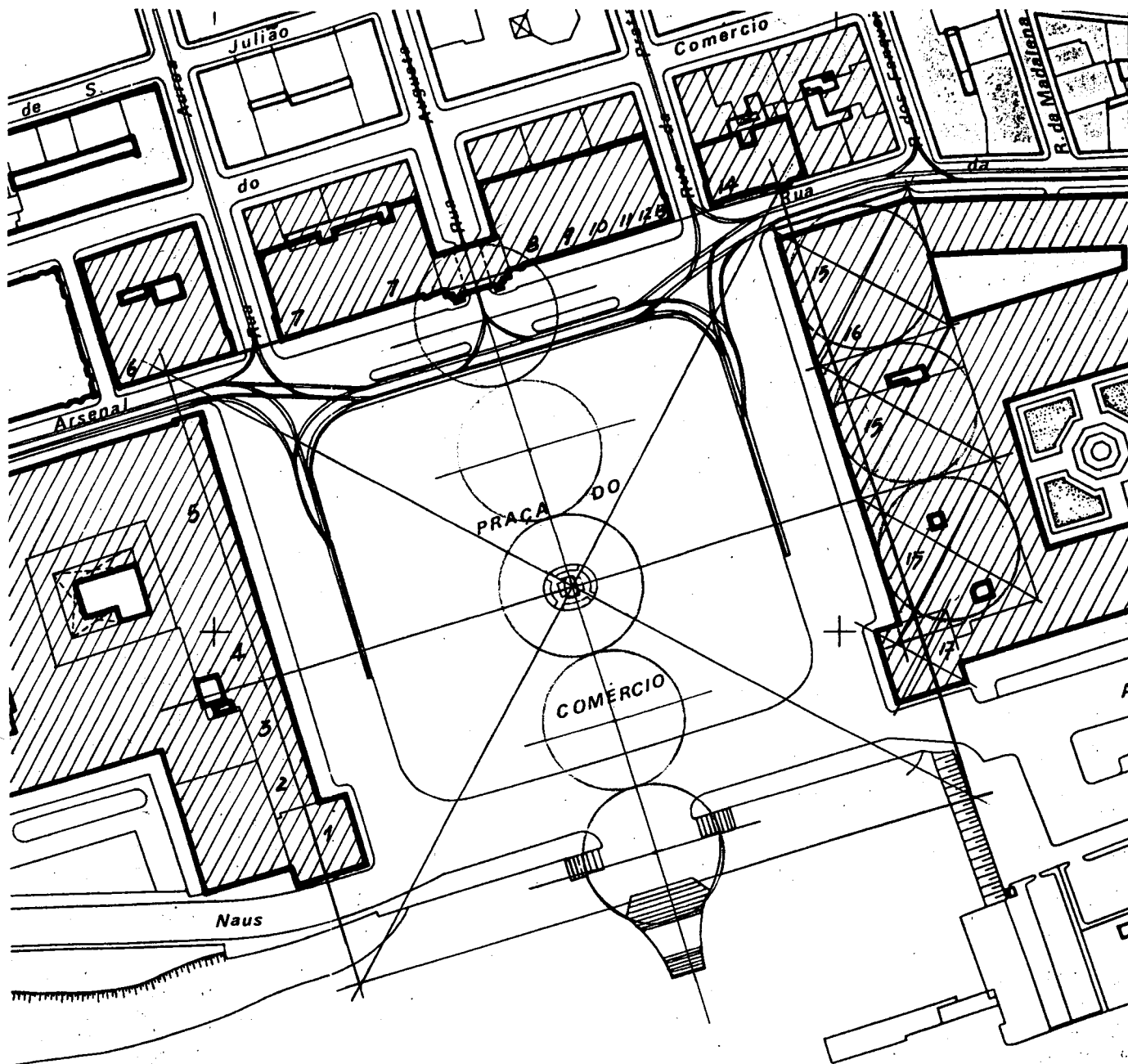
0 300 1000 palmos

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA D. PEDRO IV (ROSSIO)

- 1 - R/c + 2 (Teatro D. Maria II)
- 2 - R/c (chapelaria; pronto a vestir) + 3 1/2 (escritórios e armazéns)
- 3 - R/c (chapelaria; pronto a vestir) + 1 (cabeleireiro; escritório) + 3 1/2 (escritórios)
- 4 - R/c (3 prontos a vestir; sapataria) + 2 (escritórios e armazéns) + 3 1/2 (habitação)
- 5 - R/c (pronto a vestir; loja de panos) + 3 1/2 (escritórios)
- 6 - R/c (pronto a vestir de criança) + 1 (cabeleireira) + 2 (calista) + 3 1/2 (escritórios)
- 7 - R/c (pastelaria) + 2 (escritórios) + 3 1/2 (habitação)
- 8 - R/c (pastelaria; loja de cafés; gelados) + 2 (escritórios) + 3 1/2 (hab.)
- 9 - R/c (loja de cafés e café; roupa de criança; tabacaria; pronto a vestir) + 3 1/2 (escritórios)
- 10- R/c (2 prontos a vestir) + 3 1/2 (armazéns e escritórios)
- 11- R/c (casa de lotarias; ourivesaria) + 3 1/2 (escritórios e armazéns)
- 12- R/c (banco) + 3 1/2 (hotel)
- 13- R/c + 1 ("Loja das Meias") + 3 1/2 (escritórios, armazéns e habitação)
- 14- R/c (pronto a vestir; bar) + 3 1/2 (escritórios)
- 15- R/c (arco de passagem) + 1 1/2 (escritório e habitação)
- 16- R/c (ourivesaria) + 3 1/2 (escritórios)
- 17- R/c (livraria) + 3 1/2 (escritórios)
- 18- R/c (material fotográfico, electrónica de escritório e artesanato) + 3 1/2 (escritórios e material óptico)
- 19- R/c (material de escritório e fotográfico) + 3 1/2 (escritório)
- 20- R/c (lotarias) + 3 1/2 (escritórios)
- 21- R/c (revistas e tabacaria; livraria; café) + 1 (armazém de roupas) + 4 (escritórios)
- 22- R/c (bar-restaurant com esplanada) + 5 (hotel em obras de remodelação)
- 23- R/c + 3 1/2 (banco)
- 24- R/c (tabacaria e artesanato; artesanato e quinquilharias) + 3 1/2 (escritórios e armazéns)
- 25- R/c (lotarias e quinquilharias para turistas) + 3 1/2 (escritórios)
- 26- R/c (agência de viagens) + 4 (Caixa de Previdência dos funcionários do Ministério da Educação)
- 27- R/c + 3 1/2 (banco)
- 28- R/c (discos e livros; tabacaria) + 3 1/2 (escritórios)
- 29- R/c (farmácia; pastelaria) + 1 (análises clínicas e consultórios médicos) + 3 1/2 (pensões residenciais)
- 30- R/c (telefones públicos) + 1 (artigos de desporto) + 3 1/2 (pensão)

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DO COMÉRCIO

- 1 - Estado Maior do Exército
- 2 - Idem
- 3 - Ministério da Defesa Nacional - Marinha
- 4 - Ministério da Agricultura
- 5 - C.T.T.
- 6 - Polícia de Segurança Pública
- 7 - Ministério da Justiça
- 8 - Conselho Superior da Magistratura
- 9 - Ministério do Plano e Administração do Território
- 10- Ministério das Obras Públicas - Biblioteca
- 11- Supremo Tribunal de Justiça
- 12- Cruz Vermelha
- 13- Conselho Superior Judiciário
- 14- Martinho da Arcada - restaurante-bar
- 15- Ministério das Finanças, refeitório e Ministério de Obras Públicas
- 16- Caixa Geral de Depósitos
- 17- Bolsa de Lisboa



Terreiro do Paço ou Praça do Comércio.
Escala 1:2000

O fundamento geométrico do seu traçado é patente nas relações métricas e geométricas que possibilita descortinar.

1 - SÍTIO

O sítio de Lisboa é de tal forma importante que nos pareceria impossível não ter ocasionado a localização de uma cidade.

O imenso estuário, "quase mar", do maior rio português, a oferecer um excelente porto de abrigo aos barcos que faziam as ligações entre o Sul e o Norte da Europa e que serve também de partida para outras viagens a ocidente. As colinas a dominarem todo o estuário e recebendo a exposição mais favorável a Sul, proporcionando férteis campos... "de tal modo abundantes de figos que nós a custo podemos consumir uma parte deles" (Osberno, 1936 (1147); 59).

A posição em relação ao todo do território, sensivelmente a meio das suas latitudes extremas e a amenidade do clima são outros tantos factores determinantes para a importância do sítio, que embora castigado por inúmeros terremotos nem por isso deixou de se reconstruir sempre e crescer.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A cidade começou por concentrar-se na encosta Sul e Sudeste do monte do castelo, envolvida por um primeiro circuito de muralhas, possivelmente romano-visigóticas-muçulmanas (veja-se Vieira da Silva, 1987: estampa I). A forma triangulada da ocupação, tendo por vértice o castelo, típica das cidades mediterrânicas e também das cidades islâmicas (Marques, 1988; 82) onde é procurada a segurança do castelo e os benefícios do sopé dos montes - maior facilidade de obtenção de água potável, declives mais aptos à construção e às culturas, maior proximidade às actividades piscatórias e às vias de circulação regional.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Depois da encosta do castelo é o sopé do monte, a Ribeira e as zonas baixas da margem do Tejo que mais atraem a população. à recessão urbana que se seguiu à conquista cristã sobreveio um assinalável crescimento traduzido no aumento de 10 paróquias nos finais de duzentos para 23 em finais de trezentos (Marques, 1988; 84). Isto poderá também significar que são estas paróquias e os conventos que constituíram pólos de crescimento urbano, que por sua vez se desenvolveu no sentido de melhor aproveitarem outros

factores, como a topografia, a exposição, as vias de circulação, a proximidade de pontes, etc.

Aos factores propiciatórios do desenvolvimento opõe-se um outro bastante importante, representado pelo direito de propriedade. Não dispomos de um levantamento da estrutura fundiária, mas não há dúvida de que as propriedades da nobreza e do clero constituíram até bastante tarde interrupções no contínuo urbano, condicionando a forma global.

Quanto ao centro geográfico, económico e social da cidade, depois da ocupação cristã ele deslocou-se cedo para a Baixa e já no século XIII era aí que ficava a rua principal - a Rua Nova (Marques, 1988; 84), o que significa que o castelo passara a posição excêntrica, uma vez consolidada a paz. A muralha fernandina deu uma outra definição ao perímetro urbano ao centralizar-se na baixa e as construções manuelinas do Terreiro consagram definitivamente esta zona da cidade.

2.3 - MALHA URBANA

Ao observarmos a planta da cidade de 1650, por João Nunes Tinoco, temos uma ideia do tecido "vermicular" existente, herdado da ocupação muçulmana. Apenas a Rua Nova, D'El Rei ou dos Ferros e a que do seu extremo ocidental conduzia ao Rossio - a Rua dos Ourives do Ouro, continuada na Rua dos Douradores e, sobretudo os empreendimentos urbanísticos adjacentes à Porta de Santa Catarina, constituíam excepção, tanto pela linearidade como extensão e dimensão mais desafogada que apresentavam. Os espaços amplos da Praça da Ribeira, do manuelino Terreiro do Paço, do Rossio, contrastavam fortemente com a intrincada malha de ruas, ruelas e becos que as envolviam. Todos os outros largos são de muito menor dimensão e disseminam-se pela cidade, em função da ocorrência de igrejas e conventos, da confluência de ruas; da ocupação tradicional por mercados diários, espalhados e em grande número (Castilho, 1935; vol. X, 125).

Concluindo, temos na cidade de Lisboa até ao terramoto o predomínio duma malha urbana tipicamente islâmica, donde sobressaem as excepções mencionadas.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Segundo um levantamento elaborado por Pastor de Macedo existiam em Lisboa, à época, 94 Largos, Terreiros e Terreirinhos e 20 Praças (Macedo, 1940; II, 159-162). As praças são na sua grande maioria construídas a partir dos planos pombalinos ou por sua influência. De época anterior ao

terramoto são dignos de especial referência os seguintes espaços urbanos:

A - CHÃO DA FEIRA

Por carta régia de 7 de Março de 1273, Afonso III determinou que o mercado não se realizasse junto da Alcáçova, passando então para o espaço imediato ao exterior da Porta. O local aparece designado por Chão da Feira desde o tempo de D. Dinis (Castilho, 1935; X, 8-10). Esse espaço, até hoje existente, não oferecia a largueza suficiente, embora tivesse uma situação de primitivo rossio.

B - PRAÇA DA RIBEIRA

Terá sido o contraponto ao Chão da feira. Nela se vendiam não só os produtos da faina marítima mas também a hortaliça e "*nada menos de setenta vendedeiras estacionavam ali diariamente*" (Castilho, 1964; II, 55). Nos reinados de D. Afonso V e de D. Manuel os fidalgos do paço começaram a construir os seus palácios encostados à muralha que limitava a Ribeira pelo lado de terra, atraídos pelo sítio aprazível de vistas desafrentadas sobre o rio (Silva, 1987; 115). Aliás, o exemplo da construção do Terreiro do Paço por D. Manuel terá igualmente pesado. Construíram-se edifícios de algum mérito, como a Casa dos Bicos; mas o espaço nunca se definiu bem como praça porque a sua forma triangular, aberta ao rio e à margem não lhe era favorável. Esteve aqui colocado o pelourinho novo.

C - TERREIRO DO PAÇO

O Terreiro começou por ser um amplo espaço marginal ao rio que a muralha fernandina deixara de fora. Era utilizado para a construção naval, não parecendo ter grande vivência social para além das actividades laborais, uma vez que nenhuma crónica o refere como tal.

A 8 de Maio de 1500 D. Manuel determinou a construção de um cais (Oliveira, 1942; I, 386), o que não impediu que a construção naval aí permanecesse até D. João III (Castilho, 1964; II, 121). De imediato ao cais D. Manuel determinou a construção de "*nobres paços e debaixo deles casas para recolhimento e feitoria das mercadorias da Índia*" (ibidem, 125); outros edifícios surgiram a Este da praça, definindo-se nos seus limites e tornando-se um complemento ao Rossio, sobrepondo-se-lhe, de tal forma que na Lisboa seiscentista era o sítio mais importante de Lisboa (Castelo-Branco, 1957; 45).

D - ROSSIO

Foi desde a construção da cerca fernandina a principal entrada na cidade pelo lado de terra, enquanto que o Terreiro do Paço cumpria a mesma função para quem chegava de barco. Espaço periférico à cidade, nele se realizava a feira desde pelo menos 1430 (Castilho, 1935; 11).

Uma multidão diversificada de plebeus e nobres frequentava-o, de tal maneira que "*se não sabe em outra cidade outra tamanha (praça), cercada de nobres casas e grandes templos*"

(Vasconcelos, 1990 (1608); 138).

Edifícios prestigiados cercaram o Rossio: em 1242 foi iniciada a construção do mosteiro de S. Domingos e em 1456 o Paço dos Estaus; de 1492 a 1501 foi construído o Hospital Real de Todos os Santos e sua arcada gótica. Casas nobres rodeariam a praça nesta época, aí morando o príncipe D. Duarte, filho de D. Manuel.

Adornava a praça uma formosa fonte com estátua de Neptuno. Este conjunto de informações indicavam o Rossio como o autêntico *fórum* da cidade, construído ao longo dos séculos, de acordo com a vontade das populações, ao contrário do Terreiro do Paço, nascido de uma vontade real.

E - PRAÇAS OU TERREIROS SECUNDÁRIOS

Outros espaços públicos de importância existiram na Lisboa pré-pombalina, tais como os espaços de feira do Campo de Santa Clara e do Campo de Santana, ou a Praça da Alegria, também local esporádico de feiras; mas foi o Rossio que sempre representou melhor a ideia de centro da cidade e se toda a sua arquitectura envolvente se viu diminuída com a reforma pombalina em benefício da nova Praça do Comércio, nem por isso deixou de ter a atracção e a polifuncionalidade que são apanágio da praça mediterrânica mais genuína. Por isto, optamos por privilegiar a análise da Praça do Rossio confrontando-a a par e passo com a Praça do Comércio.

3.2 - TOPOGRAFIA

Desníveis praticamente nulos.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento	203 metros
Largura	96 metros
Área	19488 m ²

A Praça do Comércio apresenta-se com as dimensões: 197 x 187 m = 36839 m², um pouco menos do dobro da área do Rossio.

3.4 - FORMA

Forma rectangular perfeita, na proporção 1:2. Esta proporção deverá ter sido muito influenciada pela área anterior ao terramoto. Em contrapartida a Praça do Comércio mostra estar subjacente à intensão de um espaço quadrangular onde o centro, coincidente com a estátua real, sugerindo a perfeição clássica. Para o Rossio é possível que fosse

encarado o traçado ordenador de dois quadrados, também de acordo com os preceitos clássicos.

3.5 - RELAÇÃO LARGURO/ALTURA

$$96 / 12 = 8$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Com pavimento de declive nulo, os maiores lados expõem-se a Este e Oeste sensivelmente.

3.7 - PAVIMENTO

Em 1848/49 foi calcetado todo o tabuleiro central da praça, oferecendo-se então um vasto espaço para os transeuntes. Mas em 1919 são feitas obras de adaptação ao trânsito, reduzindo muito a área de peões do tabuleiro inicial, limitado agora a três círculos. O Rossio tornou-se no terminal de muitas das carreiras públicas.

3.8 - VEGETAÇÃO

Em 1861 um memorial dos lojistas da praça pedia à Câmara Municipal de Lisboa a sua arborização. É de admitir que o fosse pouco tempo depois, porque uma fotografia dessa época já mostra a plantação feita. Compunha-se de duas filas de árvores de cada lado maior do tabuleiro e uma fila nos lados menores; os passeios à frente dos prédios tinham também as suas filas de árvores, exceptuando-se na frente do teatro D. Maria II (veja-se Dias, 1990; 15 e 25-31). A 11 de Dezembro de 1865 foi proposta na Câmara a arborização da Praça do Comércio, gerando-se então grande polémica (Castilho, 1964; III, 197), o que não evitou que a plantação se fizesse, para mais tarde ser arrancada. O desejo de mostrar claramente a praça acabou por ser mais forte que os conceitos de beleza oitocentistas. O Rossio contém actualmente lodões e pseudoacácias.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Excluindo o lado Norte, os outros três são marcados pela arquitectura pombalina do húngaro Carlos Mardel. Distinguindo-se um pouco da arquitectura das ruas que ficam a Sul, com projectos de Eugénio dos Santos; esta procurou um

maior ritmo para as fachadas com a introdução de pilastras, e alternâncias nas dimensões das janelas e de varandas. É ainda de assinalar o desenho germânico do telhado, permitindo mais um andar com interessantes trapeiras. Destes edifícios, o do lado Sul teve um tratamento especial para que service um melhor equilíbrio da praça, uma vez já estar decidida uma construção de maior importância no alçado Norte. A meio do lado foi criado um arco de passagem, o Arco do Bandeira, encimado por grande varanda de pedra e janela adornada de colunelos e frontão barroco. Este volume central termina com o encobrimento do telhado por um frontão triangular de pedra, rematado com três acrotérios.

No lado Norte, onde primeiro foi construído o palácio da Inquisição, substituído do que derruiu com o terramoto, acabou por receber o teatro D. Maria II, inaugurado em 1846. Obra que difere bastante da austera arquitectura da praça, impõe-se com o seu pórtico central de seis colunas, suporte de um frontão cujo vértice atinge a altura da cimalha. O restante vocabulário formal, de pilastras, frisos, cornijas, vãos encimados por arcos, etc, completam a expressão neoclássica que se destaca na praça.

Excluindo o edifício oitocentista do teatro, elaborado fora da influência pombalina, a arquitectura do Rossio foi irremediavelmente sacrificada à praça real que o Marquês quis que fosse a Praça do Comércio. Esta, tratada como magnificante moldura da estátua do rei, arquitectura onde reina a regra, a ordem, onde o espaço é oferecido da maneira mais generosa é, de facto, a praça monumental que para mais é aberta para uma paisagem ímpar. Do novo Terreiro do Paço já não sobejou nem dinheiro nem vontade para refazer no Rossio aquilo a que tinha direito como praça de todos que sempre foi. Retirou-lhe importantes ocupações funcionais; retirou-lhe a arcaria que funcionou como espaço público fundamental e reduziu quase toda a praça aos correntes prédios de habitação e comércio. Algumas fachadas pombalinas foram alteradas com acrescentos de andares e adornos neo-clássicos (hotéis Internacional e Metrópole), mas grande parte da arquitectura pombalina foi mantida.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

De 1597 a 1786 existiu no Rossio a fonte de Neptuno, assim conhecida por ser encimada por essa figura mítica. Depois que foi desmontada voltou a ter elementos escultóricos em 1870 com a inauguração do monumento a D. Pedro IV e em 1889 com as duas fontes importadas de França (Castilho, 1935; X, 29). Com as alterações do tabuleiro em 1919, que o reduziu a três círculos envolventes dos elementos escultóricos, a praça tornou-se em logradouro de táxis e de carros eléctricos e depois de autocarros.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação funcional do Rossio ao longo dos tempos tem reflectido a vivência da cidade em cada época.

Actualmente a distribuição percentual dos tipos de ocupação é a seguinte:

Serviços	16%
Uso diário	16%
Uso ocasional	61%
Uso excepcional	7%

Esta ocupação reflecte-se sobretudo ao nível do rés-do-chão, com acesso directo ao público.

Nos andares, onde é mais difícil de apurar resultados, abundam os escritórios e alguns armazéns. as habitações são raras em toda a praça; as ocupações com hotéis e pensões é significativa, o que em conjunto com outros serviços como bancos, teatro, e serviços administrativos perfazem 16%.

O Rossio já teve uma maior ocupação de usos diários, com cafés e restaurantes, hoje substituídos pelos bancos. É curioso notar a especialização que existe de cada lado da praça: no lado Este abundam as casas de pronto a vestir, roupas e chapeleiros, talvez como reflexo das medidas pombalinas que determinaram a instalação de todos os chapeleiros da cidade na praça. Neste lado é a pastelaria "Suiça" uma excepção, que aliás, substituiu uma casa de lanifícios de 1910. O lado Oeste é o que esteve mais ligado à vida urbana do Rossio, com os seus cafés tradicionais, como o "Nicola", "Gelo" (hoje pastelaria incaracterística), o desaparecido café "Chave D'Ouro" e a "Brasileira", substituídos por bancos. Hotéis e pensões contribuem para a animação deste lado. O lado Norte é animado pelo teatro e respectivo uso, mas ultimamente tornou-se o local de reunião dos africanos emigrantes que se encontram ali, especialmente ao domingo. O lado Sul da praça é o mais incaracterístico de uso, no entanto algumas casas como a "Loja das Meias", a sucursal do "Diário de Notícias" e o bar "A Tendinha" têm uma sólida tradição.

No cômputo geral são os comércios e serviços de uso ocasional que predominam francamente.

Quanto ao centro da praça há que referir o uso intenso pelos veículos automóveis, facto que se deve ao antigo tabuleiro ter sido retalhado para a circulação, inviabilizando o local de estadia que era.

Apesar de todas as transformações negativas é ainda no Rossio que se encontram os mais diversos frequentadores porque, de certo modo, o Rossio continua a permanecer um lugar mítico do imaginário lisboeta. Mas para muitos é um mero lugar de passagem ou de comutador de transportes colectivos que depois dos horários de trabalho mergulha na

solidão deixada pela ausência de moradores permanentes.

3.12 - PERCEPÇÃO

Derivada do tipo de ocupação referido, a percepção que se tem da praça varia muito com o momento em que se observa. Mas a imagem que mais frequentemente se impõe é a de um lugar com um intenso uso de passagem e com raros locais de estadia (esplanadas).

A dimensão da praça aliada à regularidade do envolvimento arquitectónico transmitem a sensação de local bastante caracterizado na cidade. De facto os limites espaciais não transmitem a sensação de espaço fechado, porque a Norte tem uma conexão com os Restauradores e nos outros lados possibilita perspectivas quer sobre as encostas envolventes, em especial sobre o monte do castelo e o alto do Carmo e sobre a zona ribeirinha. Esta dicotomia de limite da praça-paisagem envolvente transmite a sensação de continuidade, oposta à de espaço fechado.

Da arquitectura destaca-se o teatro D. Maria II, peça que ocupa com todo o seu volume o lado Norte. A restante arquitectura que predomina tem o desenho pombalino, regular, sem sobressaltos; o lado Sul é diferente, marca uma simetria e oferece um arco de passagem.

O adorno da praça com elementos escultóricos - duas fontes e uma coluna com estátuas - sugere-nos uma tentativa de mimetismo da Praça Navona, de Roma, o que nos leva às seguintes considerações:

1º - A Praça Navona tem um comprimento de cerca de 250 metros e uma largura de 50 metros, é portanto de dimensões bastante diferentes do Rossio (203 x 96 metros). O espaço alongado da praça italiana presta-se melhor à divisão em sub-zonas sem que a prejudique.

2º - A escala do monumento a D. Pedro IV é desproporcionada ao competir em altura com os edifícios envolventes, o que sob o aspecto de harmonia de todo o conjunto é um anacronismo. Relações deste tipo não são vistas nem em praças barrocas dos países da Europa.

Soluções algo semelhantes só ocorreram no século XIX, com a coluna da Praça Vendôme, de Paris e com a coluna de Trafalgar Square, em Londres. Antes disso as colunas e obeliscos nunca serviam de bases a estátuas de heróis, quando muito tinham figuras míticas, como os leões das duas colunas da Piazzetta de S. Marcos de Veneza. Na praça clássica é sempre o edifício que se destaca - a torre, a cúpula, e nunca o inverso.

3º - O último aspecto diz respeito à colocação centralizada, ocupando o lugar que deveria ser privilegiado para os diversos usos. Esta dificuldade é bem patente quando actualmente são realizados manifestações, espectáculos



montagens de pavilhões, etc.

4º - Como se esta sobreocupação não chegasse, o tabuleiro central foi retalhado por arruamentos que visaram a circulação mais fácil.

Tudo isto leva a que a Praça do Rossio seja um espaço demasiado atafalhado - de viaturas, de transeuntes, quase sempre apressados, de elementos escultóricos que não servem a contemplação porque no meio do caos débilmente controlado ninguém os "olha".

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Vemos que o tecido da cidade muçulmana não é muito alterado após a reconquista cristã e que mesmo extensões da cidade adoptaram uma escala semelhante, embora com desenho mais regular. As novas áreas edificadas surgidas no século XVI impõem pela primeira vez regras urbanísticas precisas, mas as praças são a bem dizer esquecidas. A Ribeira e o Rossio são as grandes praças, a primeira principalmente lugar de mercado, enquanto que a segunda de mercado e de *forum*.

D. Manuel constrói o Terreiro do Paço, mas os seus arquitectos não o sabem definir como praça renascentista. É o Rossio que se mantém mais próximo das características dessa época, com a sua arcaria, os edifícios prestigiados a envolvê-la e a fonte ornamental. Foi preciso o terramoto de 1755 e a premência da reconstrução para que surgisse a ideia de praça pensada como um todo e relacionada com a malha envolvente. É então refeito como praça principal o Terreiro do Paço, agora Praça do Comércio, atendendo à presença da Bolsa, embora fosse dirigida sobretudo para abrigar os diversos serviços governativos.

À Praça do Rossio foi dada uma importância secundária no programa pombalino, apenas com um edifício prestigiado a dar-lhe alguma importância, a Inquisição, depois teatro. A mesma secundarização aconteceu com todas as praças planeadas da época.

O século XIX trouxe-nos como novidade a praça ajardinada, pensada não como a *Square* para servir de espaço lúdico de uma área residencial retirada dos grandes eixos de circulação mas, pelo contrário, tangentes a eles: a praça de S. Pedro de Alcântara (1839) a Praça do Príncipe Real (1860) e de D. Luis (1863-70) constituem os primeiros exemplos. A Praça da Alegria (1870) é a única onde é procurada uma interiorização por uma interposição de edifícios que a isolam da Avenida da Liberdade. Desta época fogem a este surto de ajardinamentos o Largo de Camões (1861) e a Praça do Município (1870) e outras pequenas praças.

Com o Engenheiro Ressano Garcia e os seus planos de extensão para as Avenidas Novas nasce em Lisboa a praça-rotunda, cujo modelo foi inspirado na Étoile, de Paris. Apesar das grandes áreas construídas, a cidade continuou por todo o século XX a ser construída de maneira descontínua, por somatório de parcelas à sua escala e não partes de um todo, que é a cidade. Nos anos 40-50 foram ensaiados novos desenhos de espaços públicos, em breve esquecidos e assim têm passado as oportunidades, em sucessivas e diferentes experiências, sem que seja encontrado o verdadeiro equilíbrio entre espaços privados e espaços públicos, capaz de fazer o bem estar dos seus cidadãos. O Rossio espaço inicialmente periférico, usado para mercado e feira, com a localização de funções prestigiantes e de interesse colectivo - Hospital de Todos os Santos, Estaús, Inquisição, convento e também casas de nobres - garantiram-lhe inequívoco prestígio de centro urbano; as alterações de ocupação funcional depois de 1755 não lhe retiraram esse estatuto.

Quanto à Praça do Comércio, de que tem sido procurado fontes de inspiração tanto na *Place Royal* de Bordéus, como na *Piazzetta* de Veneza (Lavedam, 1982; 224), é preciso lembrar que já antes aí existia uma praça, construída tanto por razões práticas (o embarcadouro) como de aparato e conveniência (o palácio e todos os serviços anexos ligados ao comércio das especiarias da Índia). O plano pombalino dá-lhe o risco da praça clássica, vira-a mais para o Tejo, sublinha a ocupação por serviços governativos, mantém o embarcadouro (Cais das Colunas) como peça importante e pontua a praça com o monumento ao rei e ao próprio Marquês de Pombal que a promove. O conjunto de características que reúne tornam-na numa simbiose ímpar; não se limita a ser uma moldura da estátua real com palácios ou habitações, como muitas das praças reais francesas; há uma nítida vontade de que cumpra funções práticas e não apenas simbólicas ou representativas desta praça clássica de funções governativas e localização portuária.

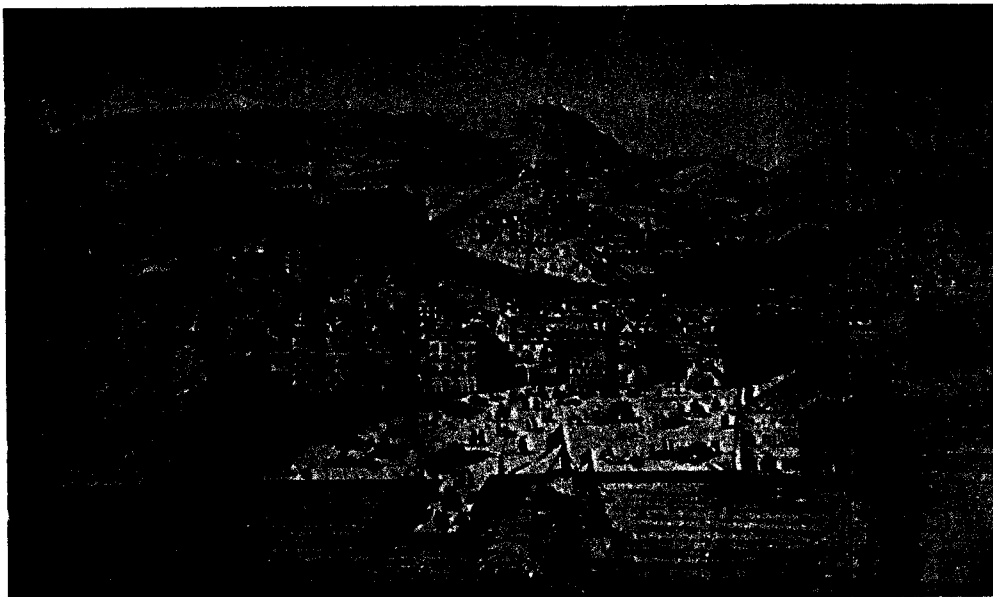
4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça D. Pedro IV (Rossio):

Praça derivada de rossio com mercado, reordenada urbanisticamente, eventualmente com igreja.

Praça do Comércio (Terreiro do Paço):

Praça portuária a que se juntaram serviços estatais.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 e 2 - O Rossio e o Terreiro do Paço em pormenor da gravura de Bráunius, executada em 1650 (Museu da Cidade de Lisboa).

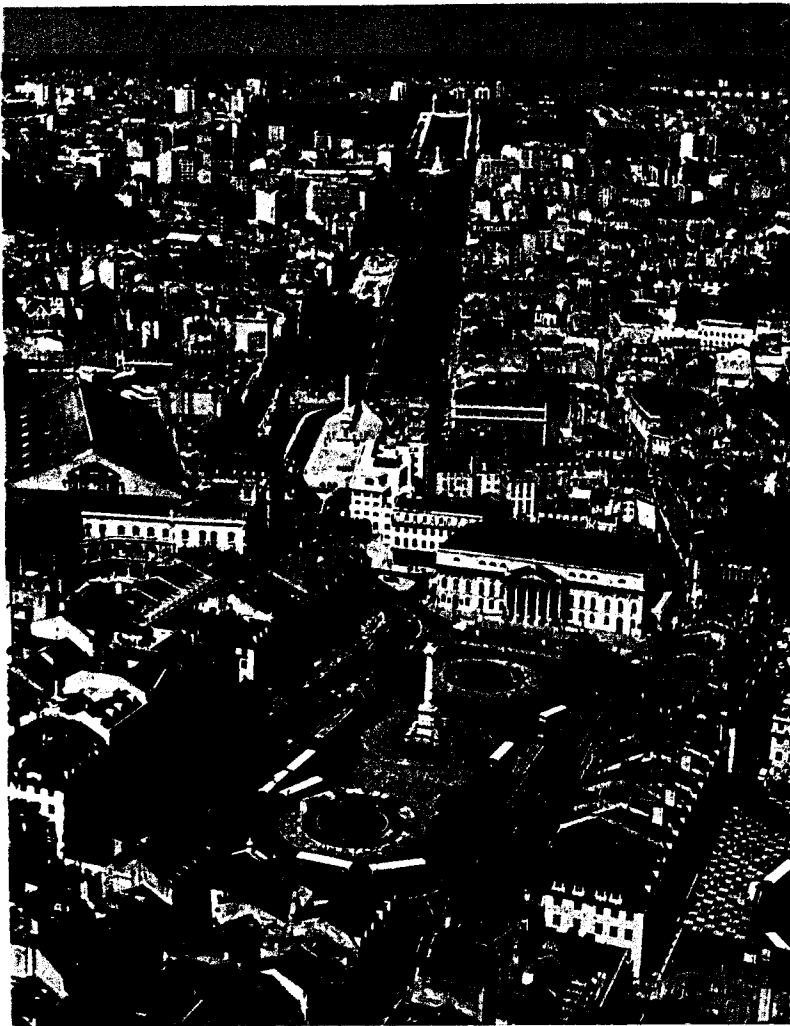
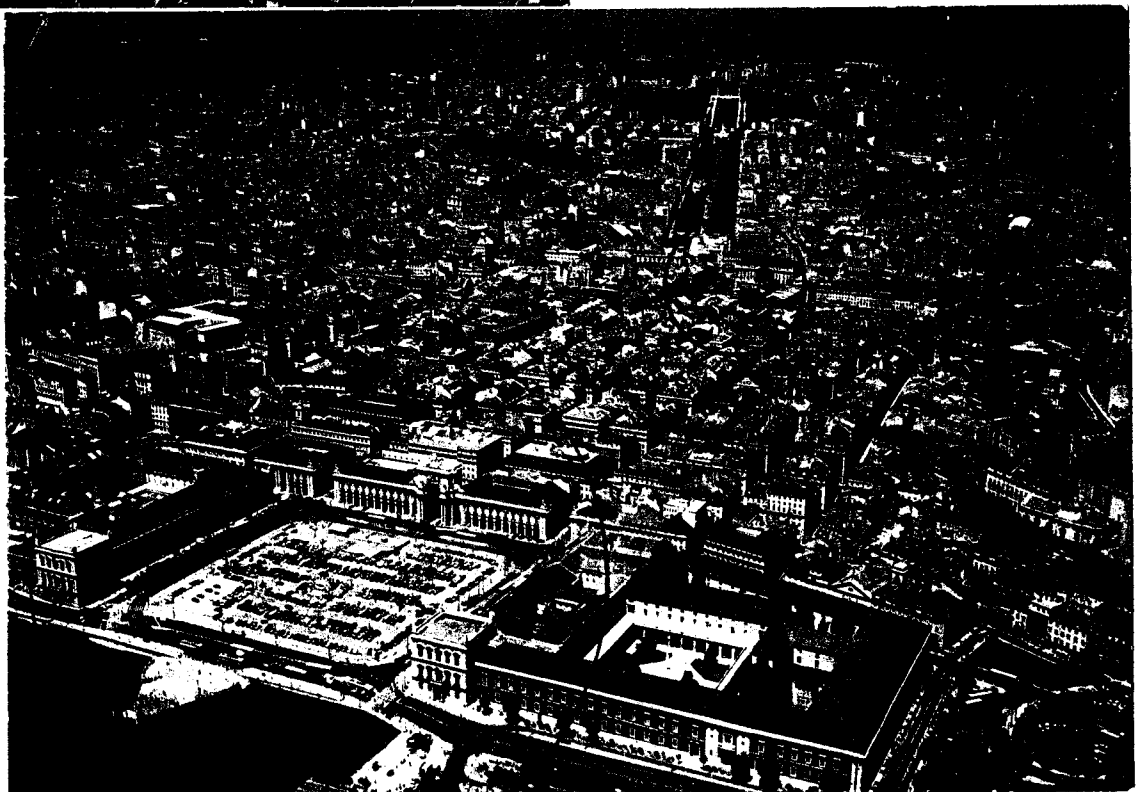


Fig. 1 - Vista aérea do Rossio (Praça D. Pedro IV) e a sua relação com o grande eixo viário oitocentista, a Norte (postal actual - colecção Dúlia).

Fig. 2 - Vista aérea onde se destaca a Praça do Comércio, a Baixa pombalina e o Rossio (postal actual - colecção Dúlia).

$\frac{1}{2}$



Praça de D. Pedro IV (Rocio — Lisboa)



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - O Rossio antes de 1919 com o amplo tabuleiro de "empedrado ondulado" (postal da época).

Fig. 2 - Depois de 1919, com o tabuleiro reduzido a três círculos, "pejado de elementos diversos, tornou-se num outro logradouro que não o de peões (postal actual - colecção Dúlia).



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Lado Norte da praça - Teatro D. Maria II ou a procura do engrandecimento da praça que herdou as potencialidades de lugar central.

Fig. 2 - Lado Sul, com a simetria alterada pelo acrescento de um andar. Sobre os telhados percebe-se dois dos vários anúncios, iluminados a néon, da década de 60.



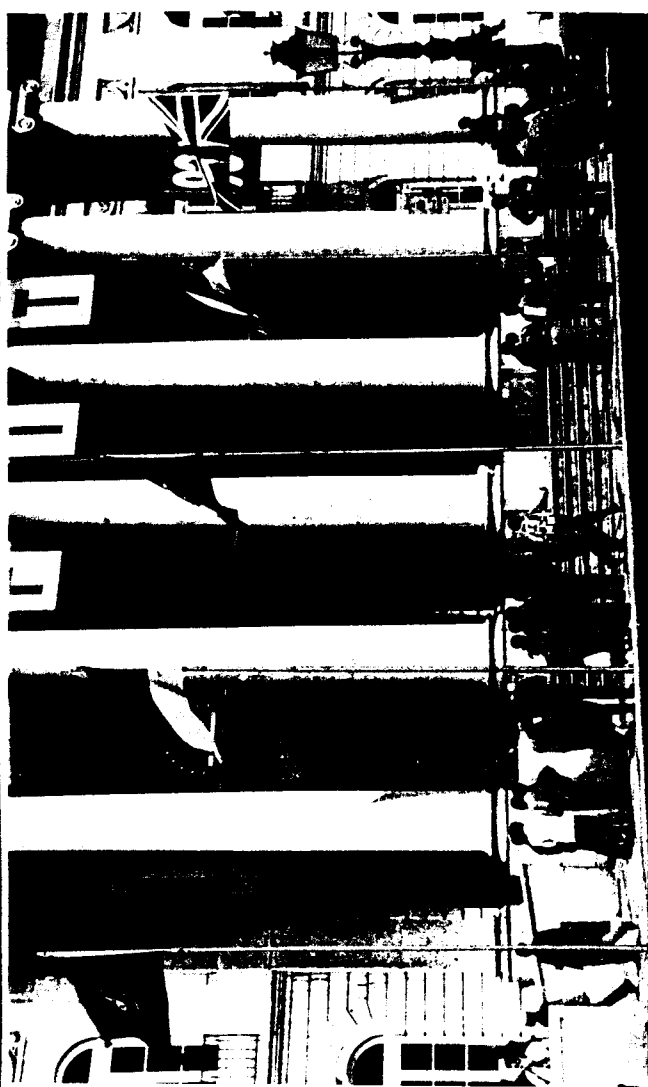
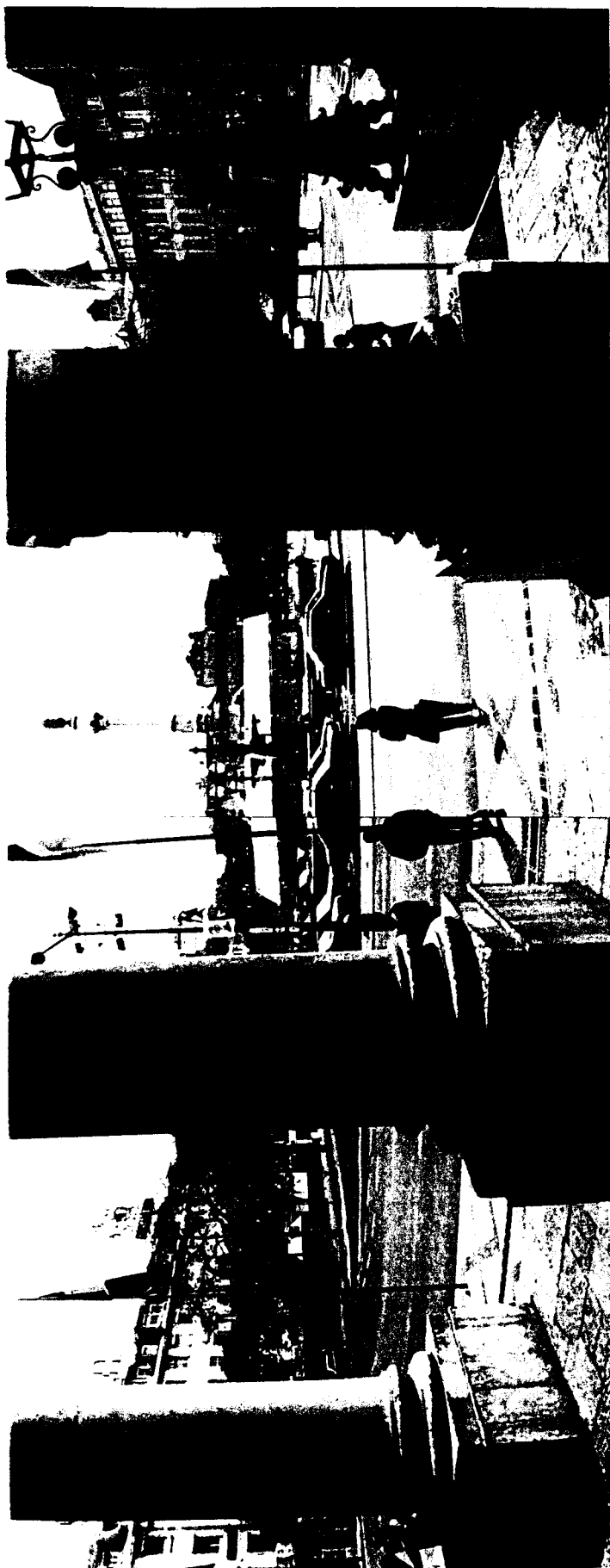
1
2
3

Fig. 1 - Lado Oeste do Rossio. Este lado foi o que sofreu maiores alterações das fachadas pombalinas.

Fig. 2 - Lado Este com o ritmo patente das fachadas originais.

Fig. 3 - Perspectiva sobre o centro da praça que, ao contrário do que deveria ser, se percebe pela altura do monumento e não pela área que ocupa.





$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Rossio, imagem colhida do interior do pórtico do teatro D. Maria II.

Fig. 2 - A fachada do teatro, local de encontro de gente de outras paragens, reflexo da saga lusitana.



Três exemplos de abertura do Rossio à paisagem envolvente.

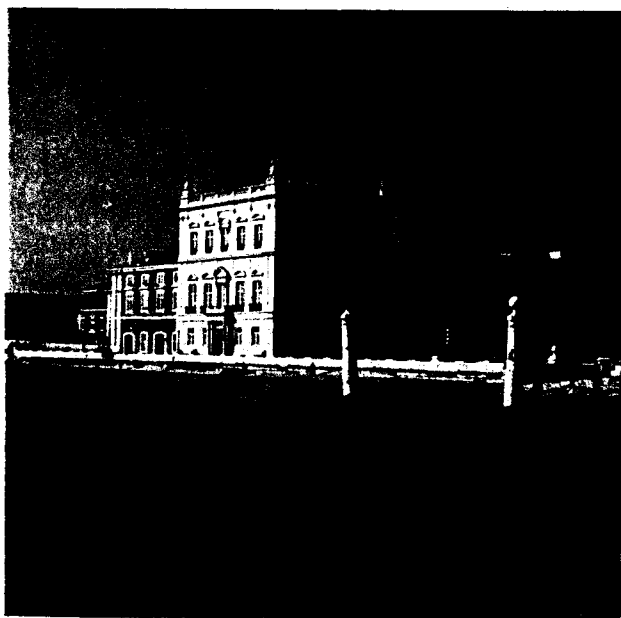
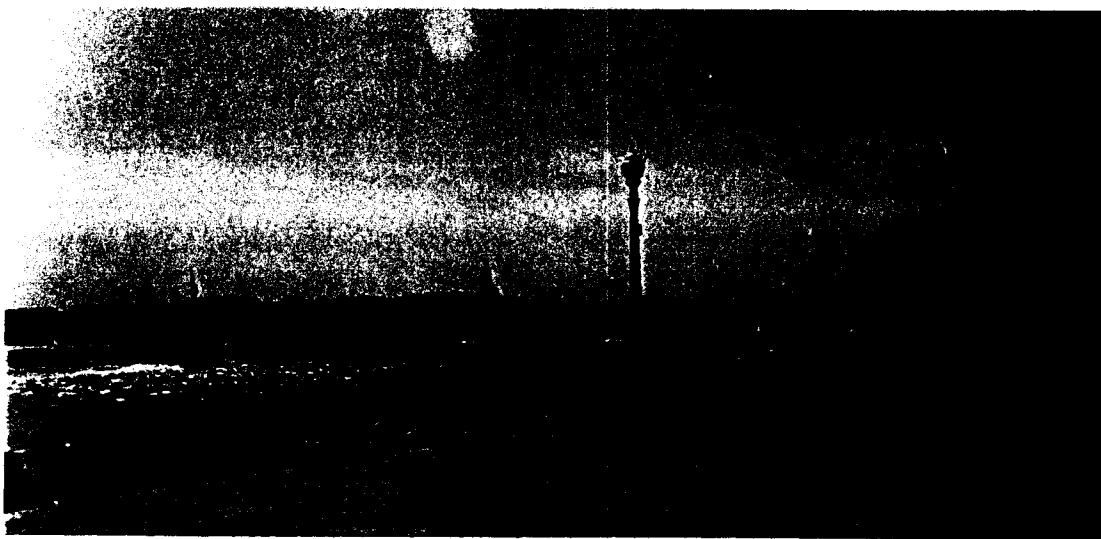
Fig. 1 - Perspectiva do centro da praça para as Escadinhas do Duque.

Fig. 2 - Abertura a Este, com o castelo ao fundo.

Fig. 3 - A continuidade do espaço a Noroeste.



1
—
2 | 3



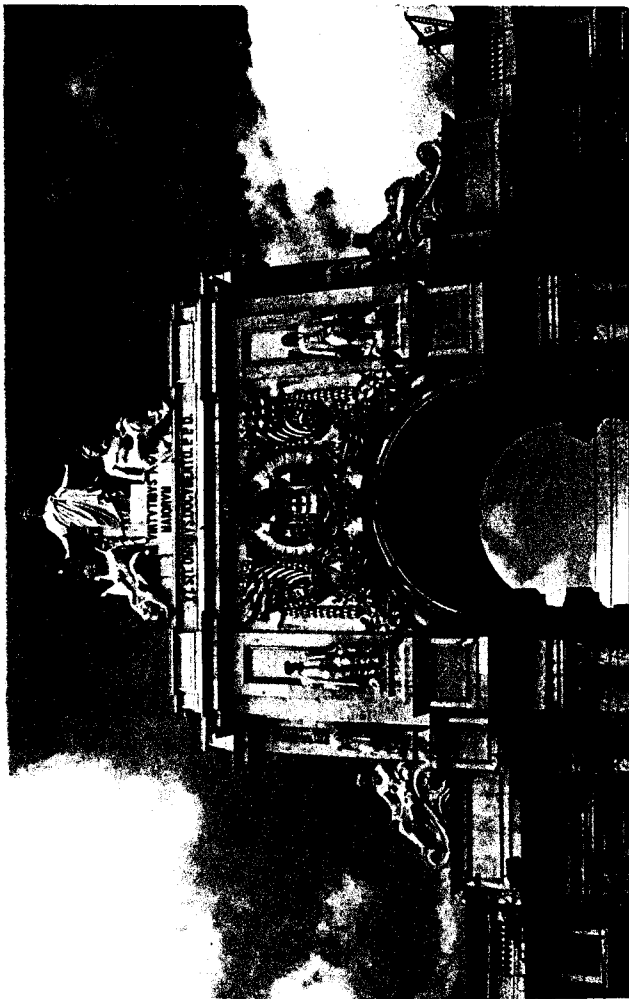
1
—
2
—
3

A excepcional localização do Terreiro do Paço ou Praça do Comércio, aliada à sua arquitectura dão-lhe a qualificação de uma das mais belas praças europeias setecentistas.

Fig. 1 - Perspectiva do lado do rio.

Fig. 2 - Pormenor do cais, lugar de nostalgias ou de fruição do belo estuário.

Fig. 3 - O Cais das Colunas referência da razão de ser desta praça.



Formalmente imaginada como uma "praça real" com envolvimento arquitectónico projectado como um todo que transformou a praça portuária e morada do rei noutra em que a estátua o evoca.

Fig. 1 - Arco da Rua Augusta - a glorificação do poder.

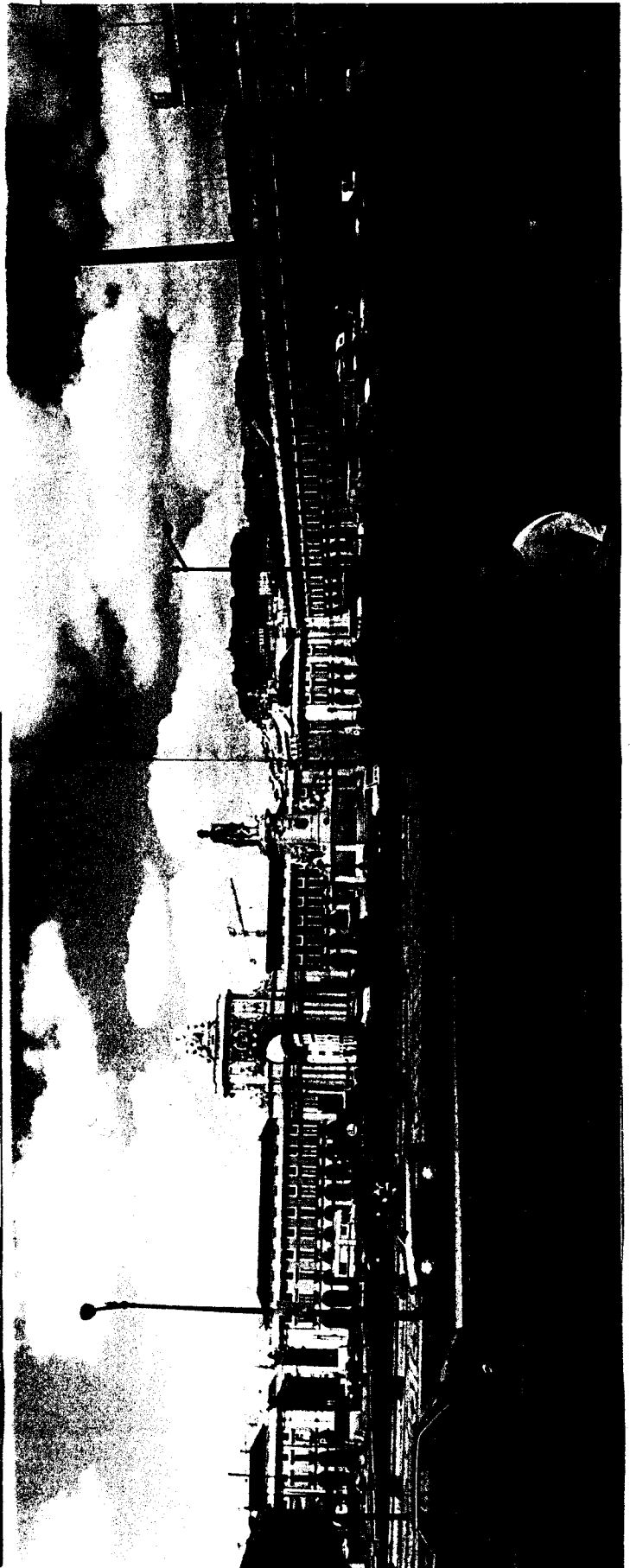
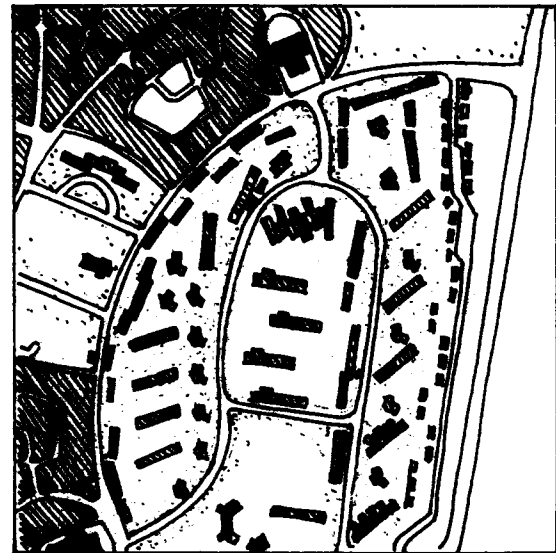
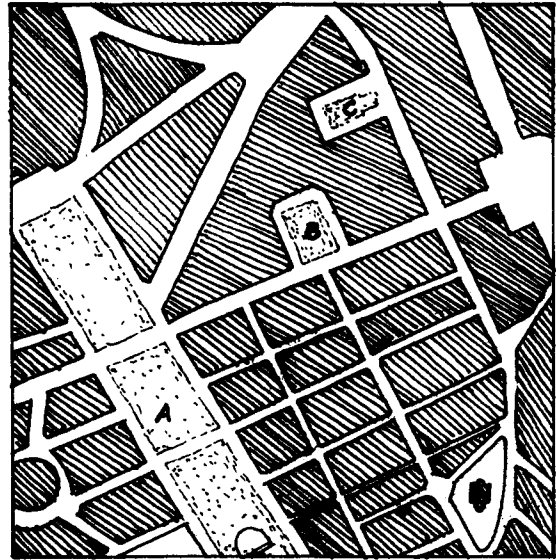
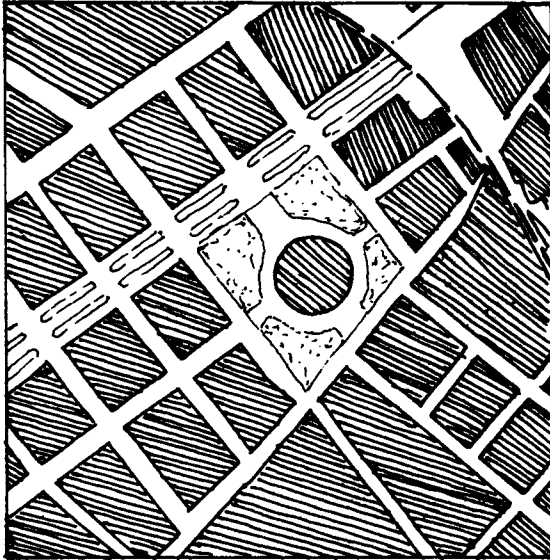


Fig. 2 - Vista parcial sobre os lados Norte e Este. Note-se a perspectiva sobre o castelo.



1	2
3	4

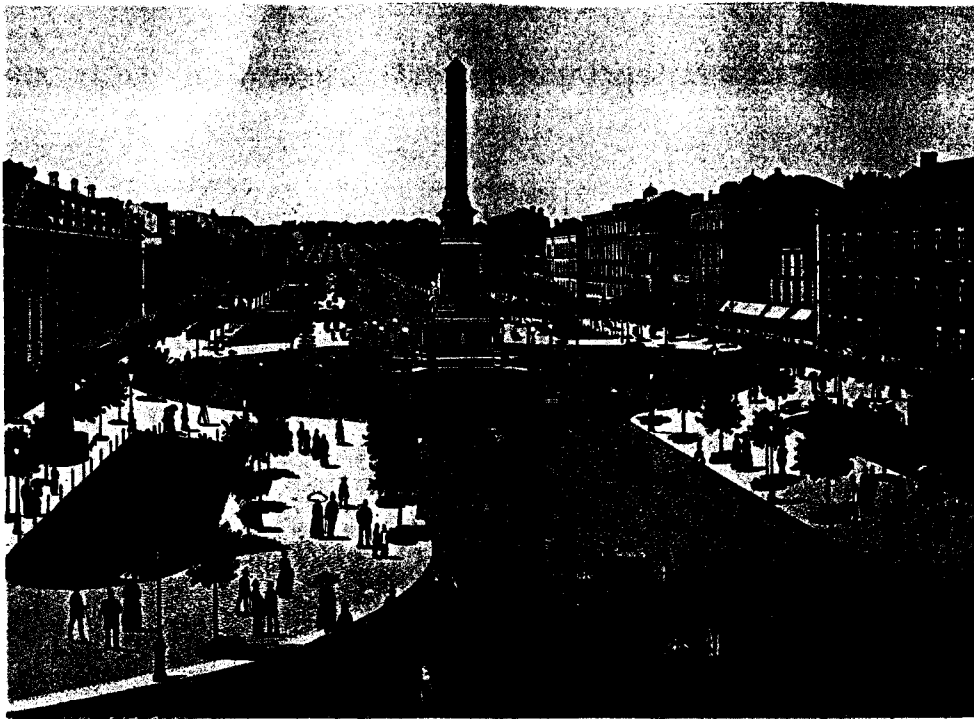
DAS PROGRESSIVAS MÁZ RELAÇÕES DA PRAÇA COM O URBANISMO MODERNO LISBOETA.

1 - Praça do Campo pequeno, uma das primeiras praças situdas tangencialmente ao grande fluxo de trânsito (início do século XX).

2 - Zona do Areeiro - A Alameda (A) e as Pracetas João do Rio (B) e Praça Pasteur (C) - novas formas dos espaços públicos que ou visam uma monumentalidade especial (Alameda) ou representam o modelo da "square" inglesa (1940-50).

3 - No bairro de Alvalade surge nos anos 40-50 um outro espaço público, com o aproveitamento do interior dos quarteirões (A) ou com uma nova implantação dos edifícios (B) - (1940-50).

4 - No bairro de Olivais Norte o espaço público é extremado, fluido, sem qualquer sentido polarizador, oposto ao modelo da cidade clássica (1955-60).



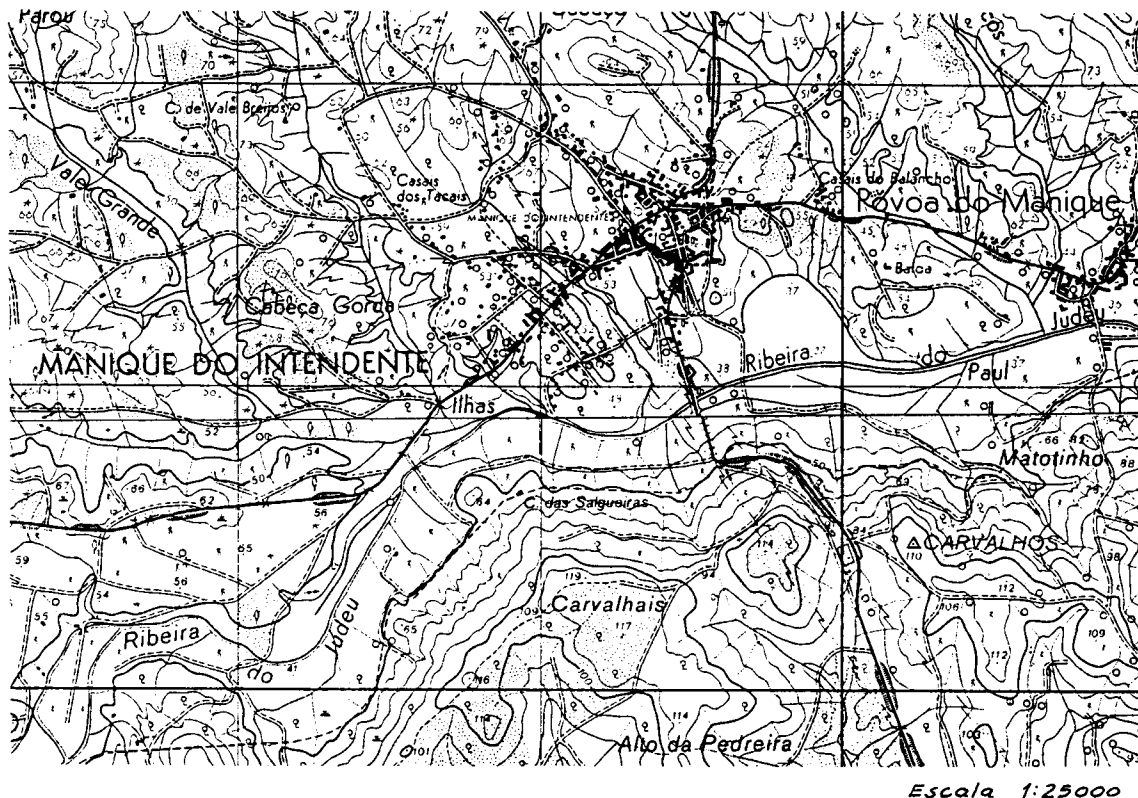
$\frac{1}{2}$



Fig. 1 - Praça dos Restauradores começada a definir-se no século passado mas com arquitectura das primeiras décadas do século XX (litografia da época - postal).

Fig. 2 - Praça Marquês de Pombal, a primeira afirmada "praça-rotunda" que em conjunto com a Praça Marechal Saldanha e a Praça Mouzinho de Albuquerque (Entrecampos) impuseram o desenho para servir o trânsito.

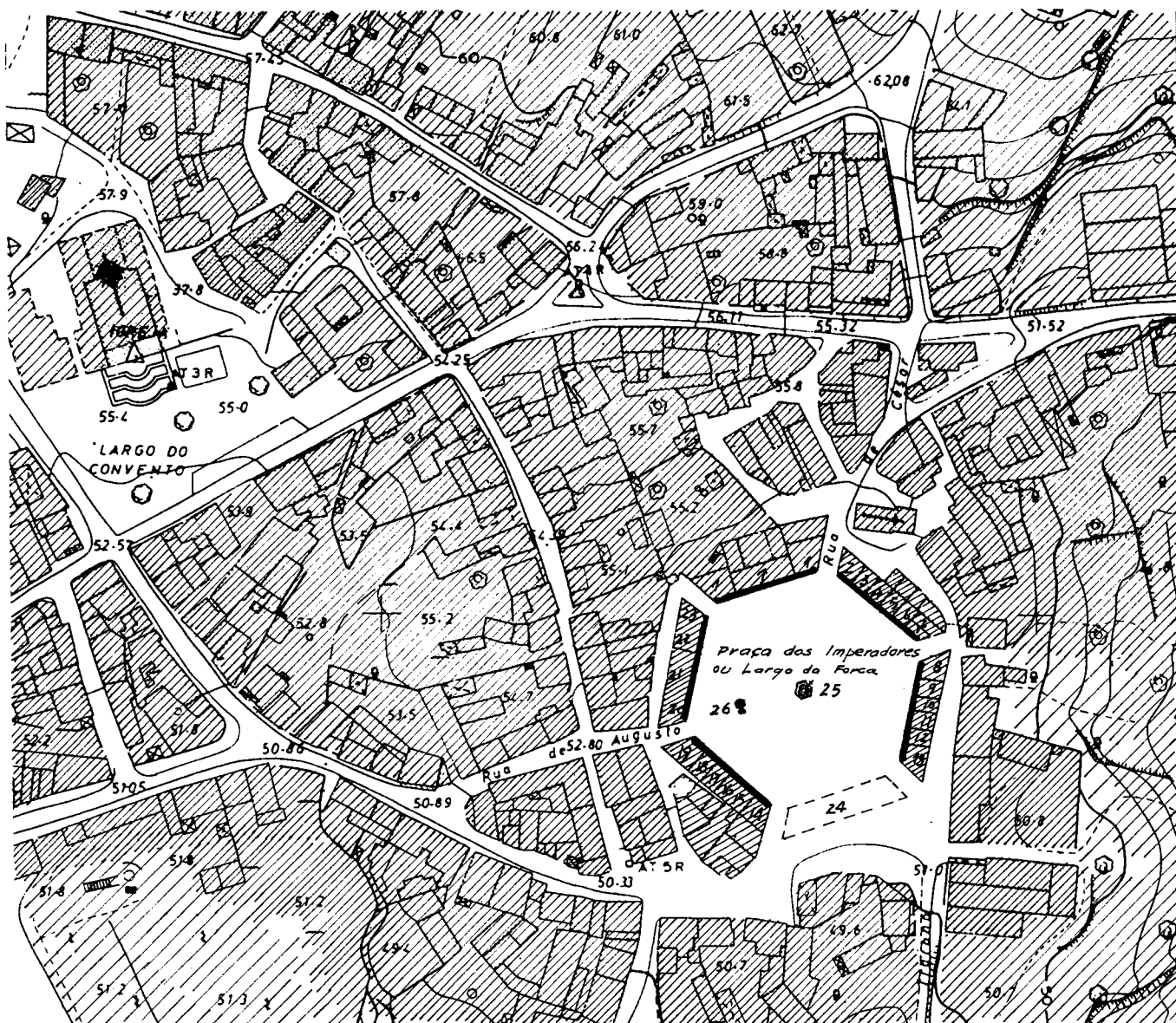
MANIQUE DO INTENDENTE



1 - SÍTIO

Com o nome primitivo de S. Pedro da Arrifana passou depois de 1791 a chamar-se o sítio Alcoentrinho ou Manique do Intendente. Situa-se na margem direita do rio Almoster, afluente do Tejo. Está a Norte da Azambuja, em zona de relevos suaves, com policultura, pequena altitude que ronda os 50 metros e um bom clima.

PRAÇA DOS IMPERADORES



OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DOS IMPERADORES

- 1 · r/c+1 (Casa da Câmara, actual G.N.R.)
- 2 · r/c+1 (casa devoluta, entaipada)
- 3 · r/c+1 (Cruz Vermelha, núcleo de Manique)
- 4/6 · r/c+1 (habitação)
- 7 · r/c+1 (em ruína)
- 8 · r/c+1 (em ruína)
- 13 · r/c+1 (habitação)
- 19 · r/c+1 (habitação)
- 20 · r/c+1 (habitação ocupando dois módulos)
- 21 · r/c+1 (" " ")
- 22 · r/c+1 (habitação)
- 23 · r/c+1 (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo)

- 24 · Lado não construído
- 25 · Pelourinho
- 26 · Poço

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

S. Pedro da Arrifana era uma zona pobre do interior da Estremadura onde Diogo Inácio de Pina Manique possuía o seu prazo de Alcoentrinho, doado em senhoria por D. Maria I. O intendente da polícia da rainha imaginou fundar aí uma povoação construída segundo as regras do urbanismo clássico, muito possivelmente inspirado nas obras pombalinas. Passou então a chamar-se Manique do Intendente, "*com dignidade de vila e centro de um ambicioso programa de colonização interna*" (Pereira, 1989; 512).

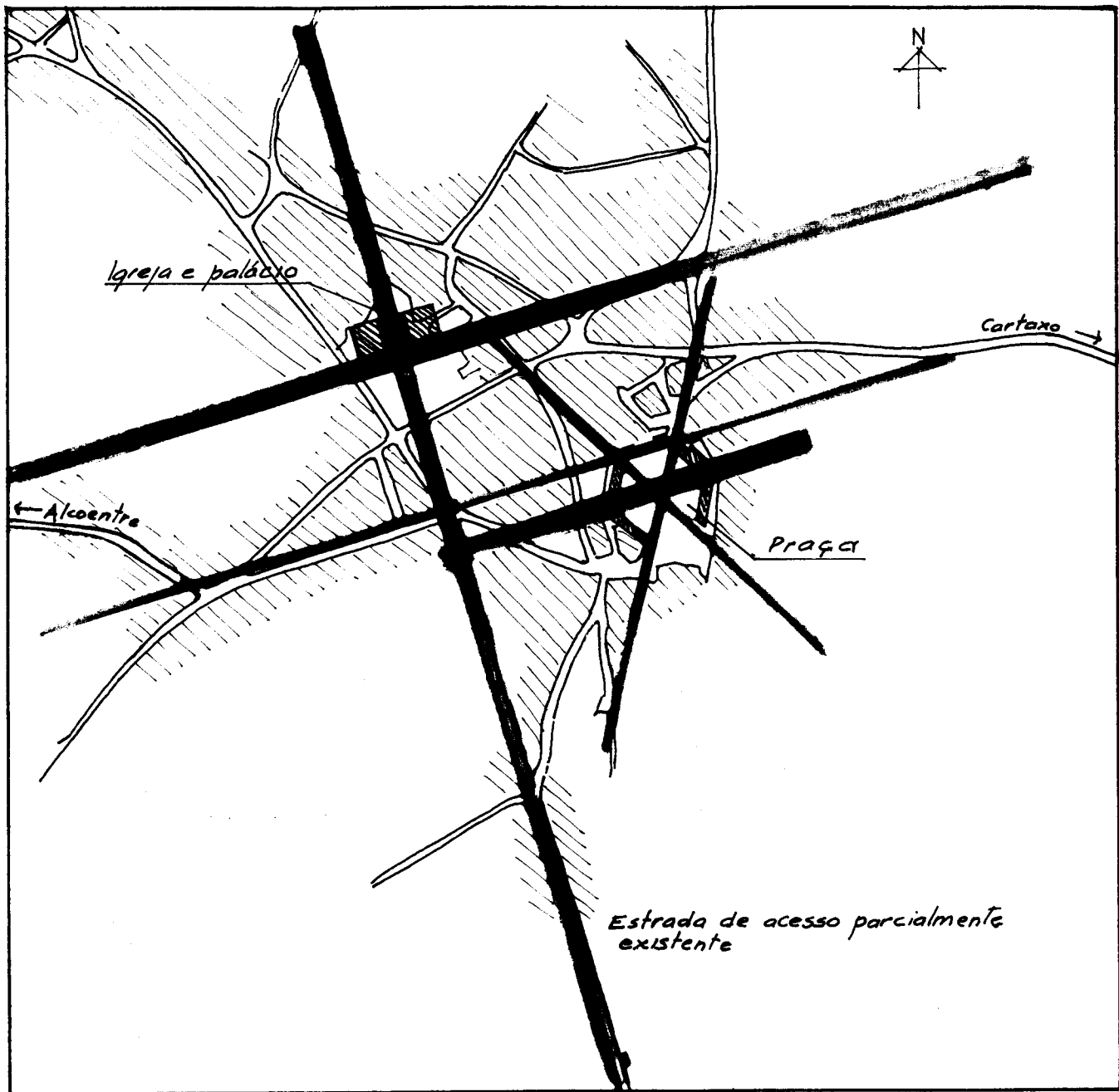
Do ambicionado programa muito ficou por cumprir pelo que as obras do fim de setecentos surgem-nos hoje insólitas no meio da modesta povoação que não acompanhou o barroquismo idealizado. No centro da actual povoação e em correspondência com uma via triunfal de acesso, de que há reminescência para Sul da povoação, está a igreja matriz ladeada por parte do que deveria ser o palácio de Pina Manique. Poderá dizer-se que é procurado o modelo joanino de Mafra à escala de Intendente. Para Sudoeste da povoação e envolvida por construções que já não obedeceram ao plano, está a praça.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Actualmente é difícil de descortinar o plano primitivo, sendo provável que para além dos edifícios existentes não chegassem a ser implantadas as vias. Constatase que existe um paralelismo entre a orientação do conjunto igreja-palácio e da praça hexagonal e uma ortogonalidade com a via de acesso, mas não se vai além disso.

2.3 - MALHA URBANA

Actualmente a povoação apoia-se principalmente na estrada que liga o Cartaxo a Alcoentre e dela partem várias ruas de traçado irregular, que não obedecem a possível ortogonalidade ou ponto de irradiação. Desconhece-se o plano original, sendo defendida a intervenção do arquitecto Joaquim Fortunato de Novais, bolseiro em Roma, e que regressado em 1794 teria sido enviado por Pina Manique para dirigir as suas edificações (Ferrão, 1989; 98 e 102).



Escala 1:5.000

ENSAIO DE POSSÍVEIS RELAÇÕES CONTIDAS NO PLANO
(em colaboração com os Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Azambuja)

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Aproximadamente a Sudeste do palácio e igreja matriz.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

Construção geométrica a partir de um círculo de 76 metros de diâmetro, de que resultaram mediatrizes aos lados com 65 metros, e lados construídos com aproximadamente 32 metros.
Área - 3.607,5 m²

3.4 - FORMA

Exagonal perfeita com ruas radiais partindo dos vértices. Um dos lados do hexágono não foi construído até ao presente. Esta forma é rara mesmo a nível do urbanismo europeu. Em Espanha e suas colónias surgiram várias praças de formas hexagonais e octogonais a partir do século XVIII. Mas na maior parte dos casos são praças fechadas, vocacionadas para a tourada e outras festas e não, como em Manique, servindo de irradiação a ruas (Veja-se Bonet Correa, 1978; 102-111).

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$65 / 6 = 10.8$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A exposição parece estar conjugada com a igreja-palácio: tanto a fachada deste conjunto como a fachada da Câmara da praça estão aproximadamente viradas a Sul. Os desníveis, tanto num caso como noutro, não se apresentam como factores condicionantes.

3.7 - PAVIMENTO

Apenas saibro e terra batida.

3.8 - VEGETAÇÃO

Na praça não existe qualquer tipo de vegetação.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A arquitectura na praça é no geral modesta. Apenas o edifício que se destinava a Câmara impõe uma maior presença. Pés direitos mais pronunciados, a marcação da fachada com pilastras, um portal central bem marcado e um amplo frontal armoriado, ligado aos corpos laterais por cimalthas encurvadas, facultam-lhe maior qualidade. Possivelmente nas intenções do plano estaria outro edifício no lado oposto ao da Câmara, não construído, que também teria um tratamento diferente da maioria das habitações que completam o envolvimento da praça.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No centro do hexágono está o pelourinho, peça robusta, sobre plataforma com quatro degraus, afirmando-se bem na vasta praça. A coluna, sextavada no terço inferior torna-se cilíndrica rematada por um capitel em pinha sextavada. O pelourinho, talvez pela força com que se impõe no espaço, é vulgarmente conhecido por "forca". Outro elemento isolado, colocado em posição excêntrica, é um poço, com pouca afirmação formal.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação predominante é de habitação; os serviços da Guarda Nacional Republicana, da Cruz Vermelha ou da Caixa de Crédito Agrícola são insuficientes para assegurarem um uso diário desejável. Há também a referir a existência de três habitações desocupadas por estarem arruinadas.

3.12 - PERCEPÇÃO

O aspecto que mais ressalta nesta praça é a sua inadequada relação largura/altura dos edifícios envolventes, agravando-se com a falta de um lado construído; estamos em presença de uma área de 3.607,5 m², valor que solicita um maior índice de construção ou uma ocupação funcional mais activa, para que a praça não pareça deserta, como é o caso.

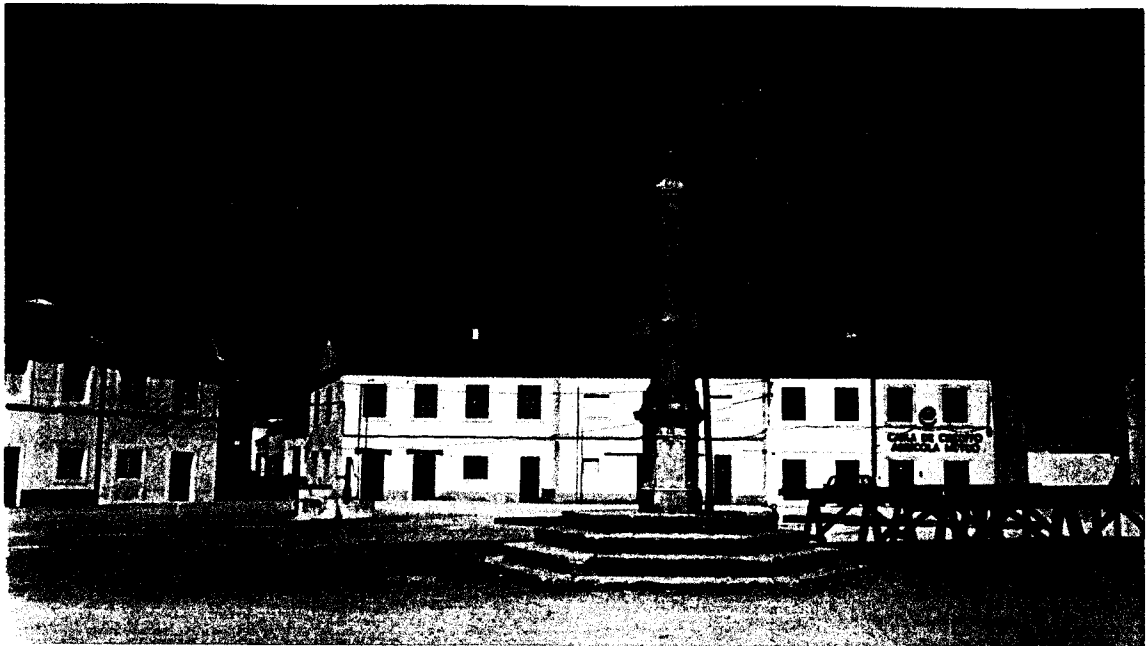
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A praça de Manique, corresponde a um plano parcialmente concretizado e que por isso saiu comprometida a qualidade da praça. Pensada como espaço de afluência de seis ruas, acabou por ser envolvida por ruelas de traçado irregular, com pequenas casas. Segundo alguns indícios existentes a praça inscrevia-se no plano de características barrocas em que os eixos e os pontos fulcrais eram essenciais para o êxito dos diversos espaços propostos.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada urbano-arquitectónicamente, só para habitação ou habitação e instituições (Casa da Câmara).



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Vista parcial da praça sobre o lado Noroeste. Em 1º plano o pelourinho e o estrado das festas que tradicionalmente ocorrem durante o verão.

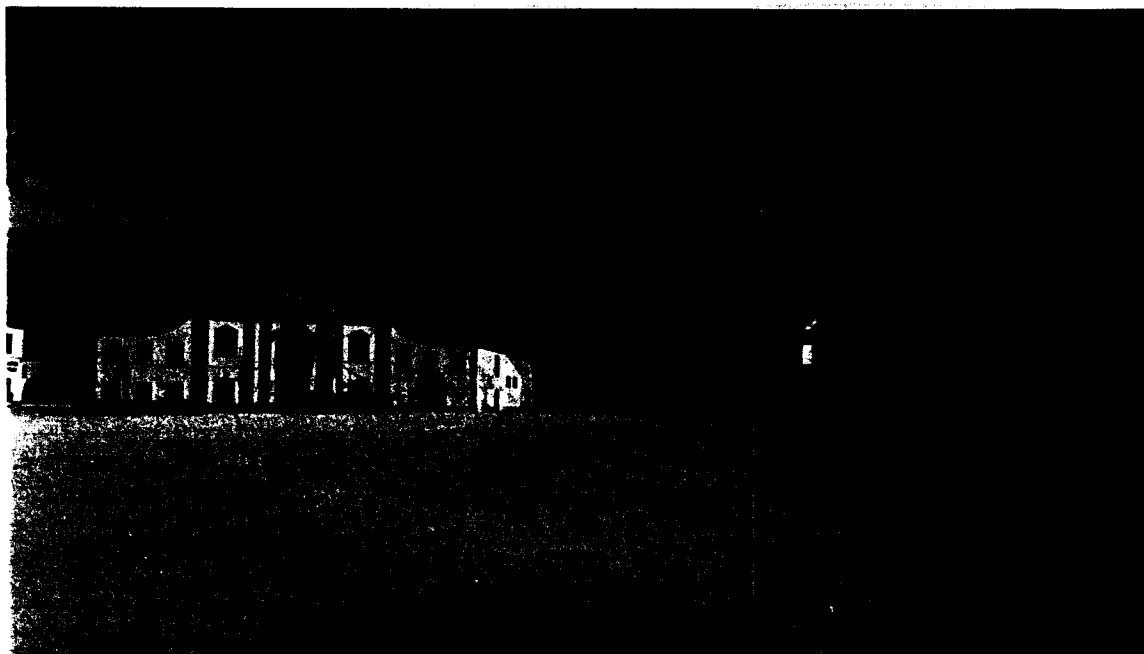
Fig. 2 - O lado da praça correspondente ao edifício do Paço do Concelho, actuais instalações da Guarda Nacional Republicana.



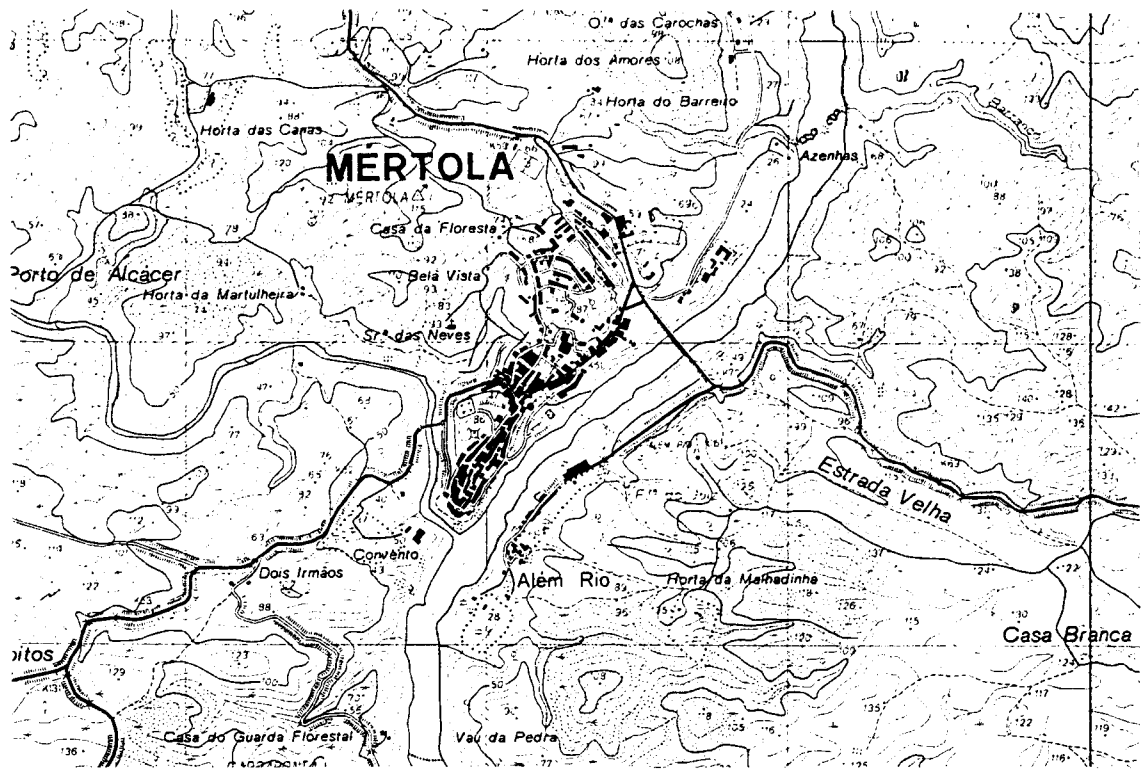
$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Pormenor da fachada que seria o Paço do Concelho.

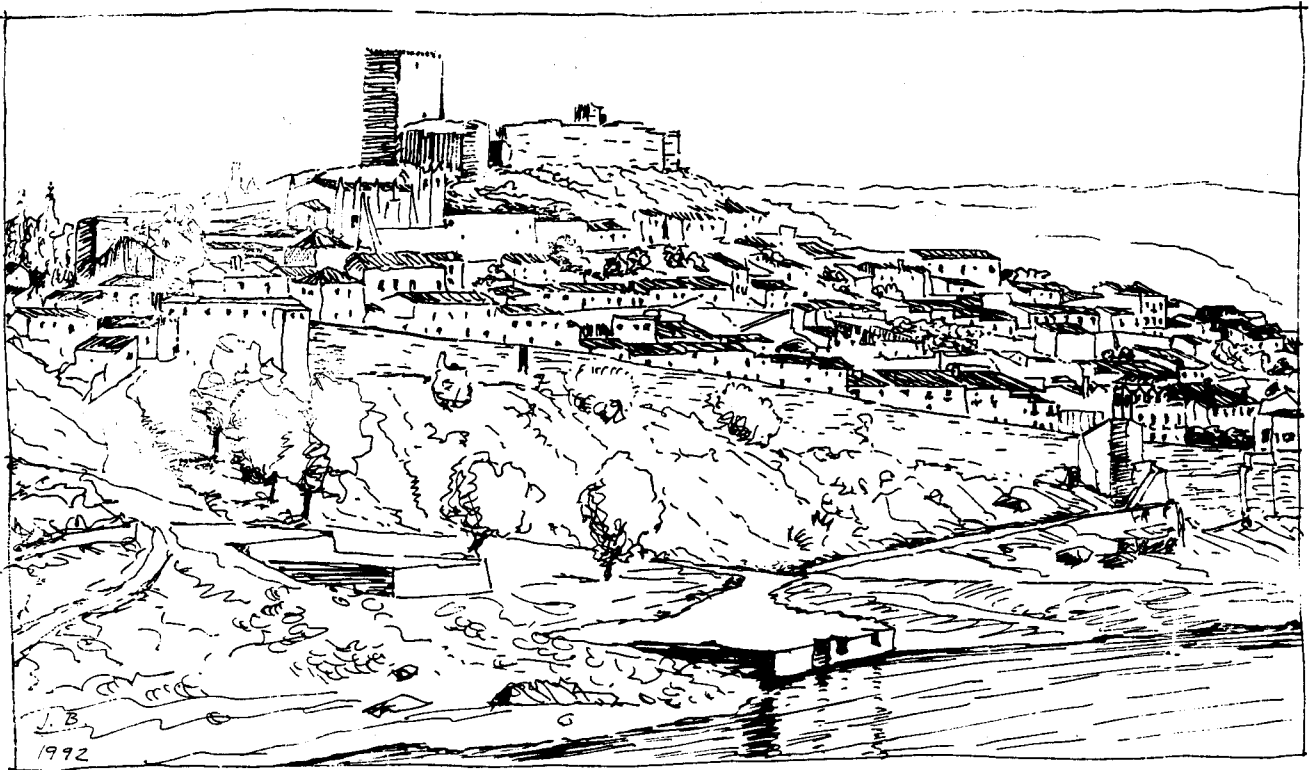
fig. 2 - Panorâmica dos três lados Norte-Este do hexágono que define a praça.



MÉRTOLA



Escala 1:25 000





Escala 1:4.000

O CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA

- A - Castelo
- B - Adro da igreja, antiga mesquita
- C - O centro das instituições administrativas
- D - O novo centro alternativo nascido em função da E.N. 122

1 - SÍTIO

Monte coroado por castelo, com encostas de acentuados declives, localizado na margem direita do rio Guadiana na confluência com a ribeira de Oeiras. No dizer de Raul Proença "a vista para os montes que cercam a ribeira de Oeiras e para o profundo leito desta, encaixado entre vertentes rápidas, tem o seu quê de impressionante e solenemente austero, enquanto o Guadiana deleita os olhos com as suas curvas acentuadas, a perder-se como uma cobra de água, entre os arvoredos e colinas" (Proença e outros, 1927; II, 162).

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Mértola situa-se no extremo de navegabilidade do rio Guadiana, significando que desde a antiguidade foi visitada por diversos povos que ao cruzarem o Mediterrâneo também ascendiam até aqui. No porto fluvial encontra a vila uma das razões da sua existência pelo importante entreposto comercial fenício, cartaginês, romano e árabe que foi. Por aqui passava também a via romana que ligava Beja e Castro Marim. Foi por isto um ponto chave das comunicações com o Baixo Alentejo interior. O rio também lhe fornecia variado peixe que constituia fonte de rendimento não desprezável.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Obedece à situação típica de monte sobranceiro a porto, com o castelo como reduto defensivo e o casario descendo para o sopé, na direcção do rio. Para além destes elementos polarizadores há ainda o facto de toda a encosta estar voltada a Sudeste o que mais justifica a ocupação efectuada.

2.3 - MALHA URBANA

O acentuado declive da encosta marcou o tipo de malha: as ruas obrigaram a frequentes socalcos e escadinhas de ligação entre as mais desniveladas entre si. Também as dimensões dos quarteirões tiveram que ser adaptados às dificuldades com lotes de frentes extensas e, por vezes, exíguas profundidades. Parece-nos oportuno também sublinhar o aspecto da razoável regularidade da malha existente; não deixa de ser curioso que sendo Mértola uma vila que passou por uma intensa ocupação muçulmana a sua malha-tipo não tem nada a ver com Alfama, por exemplo, ou qualquer outro traçado que reflecta o padrão urbanístico dessa ocupação.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A praça situa-se no perímetro Sudeste da povoação amuralhada, numa evidente situação de compromisso entre a ligação ao porto e ao casario da urbe.

3.2 - TOPOGRAFIA

A praça e as ruas perimetrais a Sudeste foram construídas à custa da muralha que teve dupla função de defesa e de nivelamento no seu interior, possibilitando um declive suave para Sul que, aliás, acompanha toda a modelação da encosta. A alta muralha limita também a cota inferior do aglomerado, uma vez que o leito de cheia do rio Guadiana pode atingir este nível, como se encontra sinalizado em placa para o ano de 1876.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento	48 metros
Largura	15 metros
Área	720 m ²

3.4 - FORMA

Rectangular, com irregularidades maiores do lado da muralha que se apresenta com desvios provocados pelos acidentes da encosta.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$15 / 3 = 5$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Exposição privilegiada ao quadrante Sul. Quanto aos edifícios, a fachada da Câmara está exposta a Nordeste e a do Tribunal a Noroeste, apresentando-se as habitações voltadas às melhores exposições de Sudeste.

3.7 - PAVIMENTO

De calçada de pedra irregular nas ruas e tabuleiro, apresentando este uma diferenciação por lajeado irregular na zona central de envolvimento a uma escultura aí colocada.

3.8 - VEGETAÇÃO

Plantação de laranjeiras nos dois lados maiores do tabuleiro.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Arquitectura de escala modesta, com os edifícios da Câmara e do Tribunal um pouco mais pretenciosos nos seus cunhais e molduras de vãos em pedra, nas platibandas encobrimdo os beirais e nos frontões triangulares encimando a fachada. Uma cêrcea regular de dois pisos e a cor branca de todas as paredes produzem a unidade. A moradia do topo Norte da praça apresenta-se com inovações novorriquistas, raras no Alentejo, como seja as paredes forradas a azulejo e uma janela trapeira com frontão neo-barroco. De assinalar o mau estado de conservação das casas de habitação mais modestas do lado Oeste da praça, a significar um declínio da povoação, difícil de conter. Mas mesmo estas habitações agora decadentes apresentam uma fachada relacionada com a localização na praça, ao apresentarem patamares de varandas finamente moldadas e guardas de ferro forjado elaboradas com arte.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Pedestal com o busto de Serrão Martins (1944-1982) pontua o centro da praça, mas a sua pouca altura e as copas envolventes das laranjeiras reduzem-lhe a presença.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Terá esta praça funcionado como de mercado como acontece com todas as praças em relação com portos. Aqui se reuniram as instituições civis mais importantes - a Câmara e o Tribunal, sendo hoje uma praça que funciona mais como átrio desses serviços, uma vez que não são as poucas habitações que envolvem a praça que lhe dão um uso suficientemente dinâmico. O crescimento moderno da povoação para Norte e a dependência da estrada Beja - Vila Real de Santo António fez que para esse lado se fosse localizar o comércio, a procurar beneficiar do trânsito. É em pequenos largos adjacentes à estrada regional que estão os cafés e restaurantes e os locais habituais de reunião do povo.

3.12 - PERCEPÇÃO

A rua principal de acesso apresenta uma aproximação tangencial o que obriga a uma leitura gradual do espaço. A situação desta praça é invulgaríssima, porquanto se por um lado é-lhe possível ter uma abertura à paisagem do rio, por outro, o espaço interioriza-se com a implantação do Tribunal, a impedir uma abertura total. É ainda possível ter da praça ângulos de visão sobre o castelo e a parte alta da vila. As vistas amplas que possibilita contrabalançar a dimensão intimista da praça, que se vê desta forma compensada.

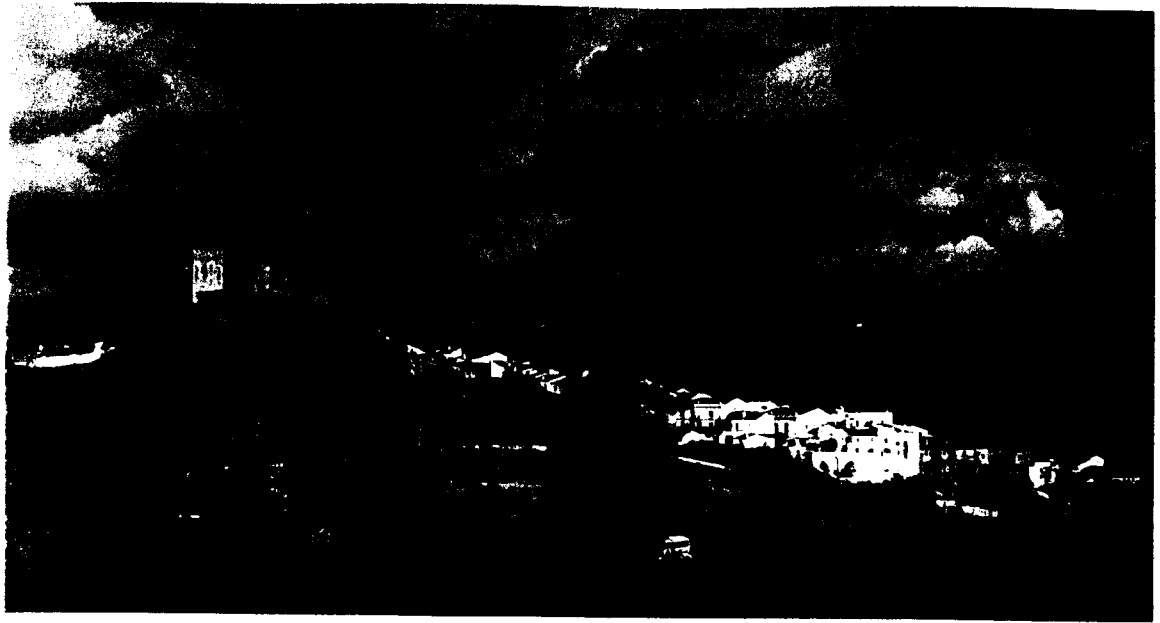
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A praça localizou-se numa situação de compatibilizar o transporte fluvial e a faina piscatória com o acesso a todo o aglomerado. A perda de importância do rio como via de transporte em favor das estradas regionais fez deslocar o centro funcional mais para Norte, para a proximidade dos eixos viários. Em encosta de acentuado declive obrigou a um traçado em anfiteatro, com sucessivos muros de suporte de terras e quarteirões alongados, o que se reflectiu também nas proporções da praça.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça interiorizada por muralhas com localização periférica e proximidade de porto, a que se juntaram instituições - Casa da Câmara e tribunal.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Panorâmica do lado Sudoeste da vila.

Fig. 2 - Pormenor da encosta Este.



$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Lados Norte-Oeste da praça. Notar a má conservação de alguns edifícios.

Fig. 2 - Vista para o lado Sul da pequena praça. A esquerda o Tribunal, montado sobre a muralha; ao centro a Câmara; à direita, o muro de suporte da rua Sancho II.

Fig. 1 - Panorâmica para Sul mostrando a relação da Praça Luis de Camões com o rio Guadiana.

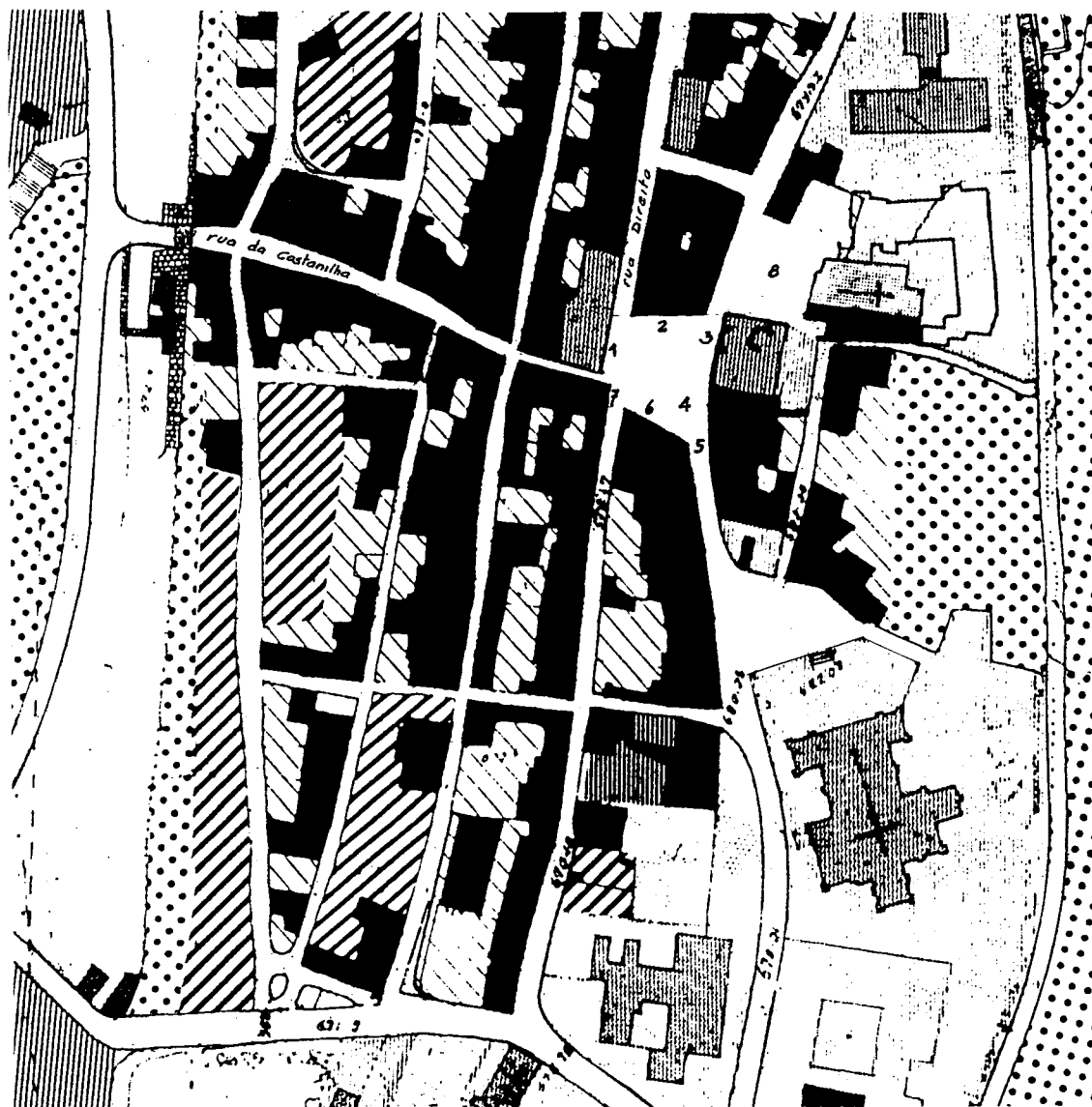
Fig. 2 - Lado Sul da Praça.



$\frac{1}{2}$



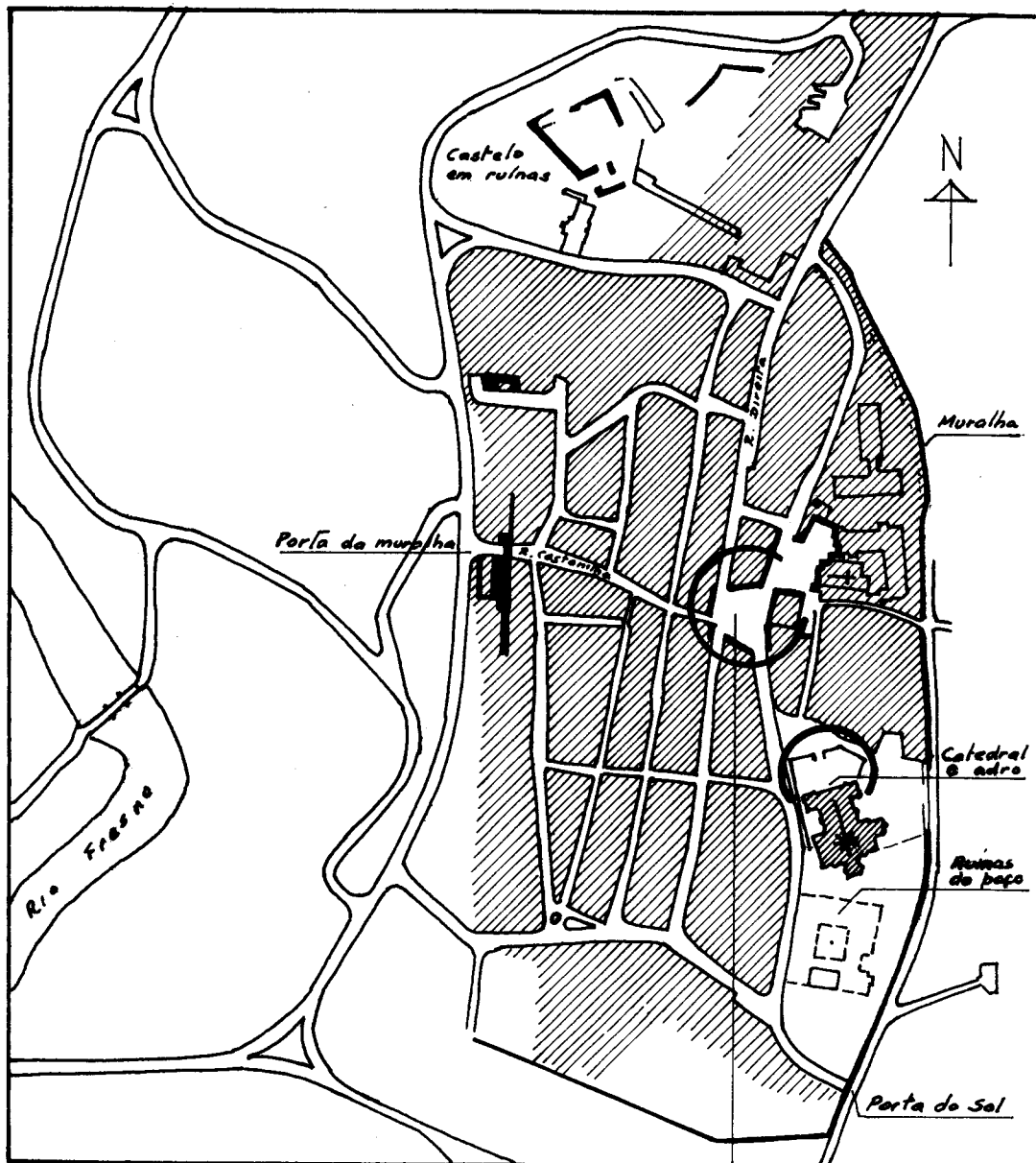
PRAÇA D. JOÃO III



Escala 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA D. JOÃO III

- 1 - R/c + 1 (antiga Casa da Câmara, actual museu)
- 2 - R/c (loja de panos; loja de panos ; loja de panos) + 1 (habitação)
- 3 - R/c + 1 (Câmara Municipal)
- 4 - R/c (loja de panos) + 2 (hab.)
- 5 - R/c (artigos diversos e panos) + 2 (hab.)
- 6 - R/c (antiga casa dos Sarmentos e Vasconcelos; sapataria) + 1 (devoluto)
- 7 - R/c (bar-restaurante) + 1 (restaurante) + 2 (hab.)
- 8 - Capela e Casa da Misericórdia



Escala apròx. 1:4.000

Praça do Pelourinho ou D. João III

Fig. 1 - A imagem põe em evidência a regularidade de traçado no espaço compreendido dentro de muros e a sua aproximação à orientação segundo pontos cardeais. A praça, centralizada, localiza-se no cruzamento da Rua Direita e da Rua da Costanilha, ruas que ligam com portas da muralha.

1 - SÍTIO

A povoação está sobre o plano de um monte sobranceiro às alcantiladas e profundas margens do rio Douro que neste extremo Leste da província transmontana faz fronteira com a Espanha. A circundar o monte pelo lado Oeste está o rio Fresno, afluente do Douro. A altitude, próxima dos 700 metros, conjugada com a situação orográfica proporcionaram muito boas condições para o estabelecimento de um recinto fortificado.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

De povoamento anterior à nacionalidade começou a adquirir foros de importância como povoação fronteiriça por D. Dinis, que a ampliou e lhe concedeu privilégios. Com D. João III atingiu o seu maior esplendor, ao ser elevado a cabeça de diocese em 1545.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Miranda manteve-se até aos anos cinquenta deste século como uma estrutura estática, bastante semelhante àquela que adquiriu no Renascimento, quando foi construída a Sé Catedral. Diversos edifícios existentes como a antiga Casa da Câmara e variadas casas da rua da Costanilha são dessa época ou anteriores, do período tardo medieval. O isolamento a que esta urbe sempre foi votada, arredada das grandes vias de comunicação regional, levou os bispos do século XVIII a pedir a transferência do bispado para Bragança o que se concretizou em 1780 e mais a votou a uma estaticidade que se manteve até aos anos cinquenta. Com a construção da barragem hidroelétrica de Miranda, no rio Douro, entre 1956 e 1960, foi injectado algum dinamismo à povoação. Depois disso o incremento do comércio com os visitantes espanhóis deu-lhe novos incentivos, porém o crescimento urbano que obteve em nada alterou a sua antiga estrutura urbanística.

2.3 - MALHA URBANA

Miranda do Douro é das povoações portuguesas que sugere ter subjacente uma malha romana. Não há certeza porquanto ainda não foram efectuadas investigações nesse sentido ao nível da arqueologia. As ruas sensivelmente paralelas desenvolvem-se predominantemente no sentido Norte-Sul e as trans-

versais que as cortam não muito longe da ortogonalidade espaçam-se regularmente. É evidente que poderá contrapor-se a existência de outras povoações fronteiriças com características de traçado semelhantes, por exemplo Torre de Moncorvo, também em Trás-os-Montes, ou Monsaraz e outras no Alentejo e que foram fundadas ou repovoadas por Afonso III ou D. Dinis. O traçado de Miranda poderá, sem dúvida, remontar a estes monarcas.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A praça situa-se numa posição adjacente à Rua Direita (actual 12 de Dezembro) e rua da Costanilha; ambas as ruas ligam directamente a portas do circuito amuralhado, definindo-se por isso como eixos principais equivalentes ao *Cardo* e ao *decumanos*. Uma outra rua paralela à rua Direita passa pelo lado Este da praça. A situação desta é predominantemente central ao núcleo histórico, mas com ocupação funcional bastante menos significativa.

3.2 - TOPOGRAFIA

Sensivelmente plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento médio	30 metros
Largura média	29 metros
Área	870 m ²

3.4 - FORMA

Trapezoidal.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

30 / 6 = 5

3.6 - EXPOSIÇÃO

Não apresenta exposição privilegiada. A antiga Casa da Câmara tem a fachada virada a Nascente.

3.7 - PAVIMENTO

Pavimento único com calçada de pedra de granito irregular.

3.8 - VEGETAÇÃO

Não tem.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Ressalta como peça invulgar o edifício quinhentista da Casa da Câmara, de pedra aparelhada à vista e dois pisos, havendo no superior uma ampla varanda de que o telhado é suportado por colunelos; uma forte arcaria suporta este andar. No lado oposto da praça também se particulariza um pequeno edifício igualmente de perpianho, com três pisos e uma varanda balanceada ao nível do segundo andar. Os restantes edifícios perfilham uma expressão aproximada com diferenças de pormenores como sejam as varandas de sacada da casa dos Sarmentos e Vasconcelos, de nítida expressão barroca; o edifício dos Paços do Concelho apresenta um desenho neoclássico em que a zona central é marcada por pilastras de pedra suportando um frontão e emoldurando o portal e uma varanda de sacada. Os restantes edifícios são de grande simplicidade formal, com um ou outro pormenor a quebrar a austeridade, como portais ou varanda balanceada sobre fortes cachorros de pedra.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Não tem, embora aqui estivesse o pelourinho como indica o antigo topónimo de Praça do pelourinho.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

O Paço do Concelho preside como instituição ao uso da praça, secundado pelo museu de Miranda e por casas comerciais que visam explorar o turismo composto sobretudo por espanhóis. Um bar e restaurante proporciona alguma

frequência diária regular. Para além disso a praça é o ponto obrigatório de chegadas e partidas, tanto de particulares como de transportes públicos. Aqui se fazem as festas de verão e outros acontecimentos esporádicos.

3.12 - PERCEPÇÃO

A característica da malha urbana impõe um efeito perceptivo particular - ruas estreitas e com bastante linearidade proporcionam perspectivas profundas. A praça é assim anunciada com antecedência, à medida que nos aproximamos; mas a sua leitura só é possível quando assumamos à praça, porque as três ruas têm uma implantação lateral ou tangencial. A dimensão é bastante contida, nenhum dos lados vai além dos 35 metros o que permite um domínio visual em pormenor de todo o espaço, e por isto transmite-nos a sensação de espaço contido, fechado, apesar das aberturas nos quatro cantos e mais uma abertura pela rua da Costanilha. Ou seja esta praça permite que se reconheça perfeitamente quem nela está, o que lhe dá essa característica de espaço intimista. A clareza e simplicidade da arquitectura envolvente reforça esta sensação ao não impor grandemente muitos e variados pontos de atenção. Poderá, em suma, concluir-se que esta praça é a antítese da praça francamente aberta como a "praça portuária", a "praça miradouro" ou da "praça grande".

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Miranda do Douro apresenta um singular traçado urbano no contexto nacional que o imobilismo a que foi sujeita contribui para preservar. À sua praça principal presidem os poderes locais - primeiro a Casa da Câmara e depois o Paço do Concelho, que se manteve até à actualidade. A pequena igreja da Misericórdia implanta-se num espaço contínuo à praça mas já fora dela e a Sé Catedral foi construída em local perfeitamente destacado e individualizado. Por isto a praça surge diferenciada de outros exemplos de raiz medieval, em que a igreja está presente e em boa parte justifica a abertura do espaço público. Esta povoação é também um exemplo de como as vicissitudes dos poderes instituídos podem alterar a vida das povoações, com o exemplo da criação do bispado e da sua posterior extinção.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

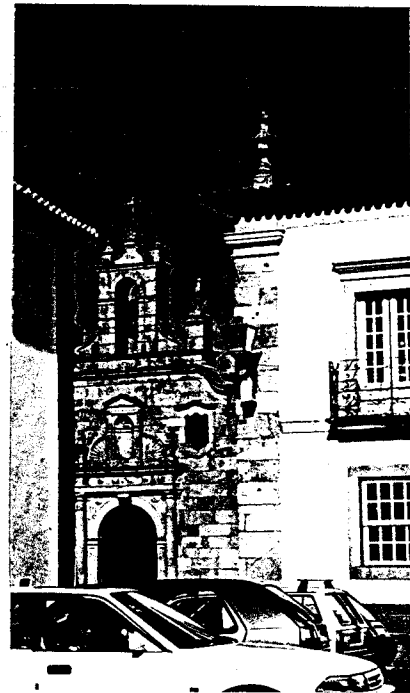
Praça de mercado com Casa da Câmara.



1
2

Fig. 1 - Lado Norte da praça, com a antiga Casa da Câmara e Rua Direita à esquerda. A direita o novo Paço do Concelho.

Fig. 2 - A praça ainda é o centro e local de encontro ou de espera.

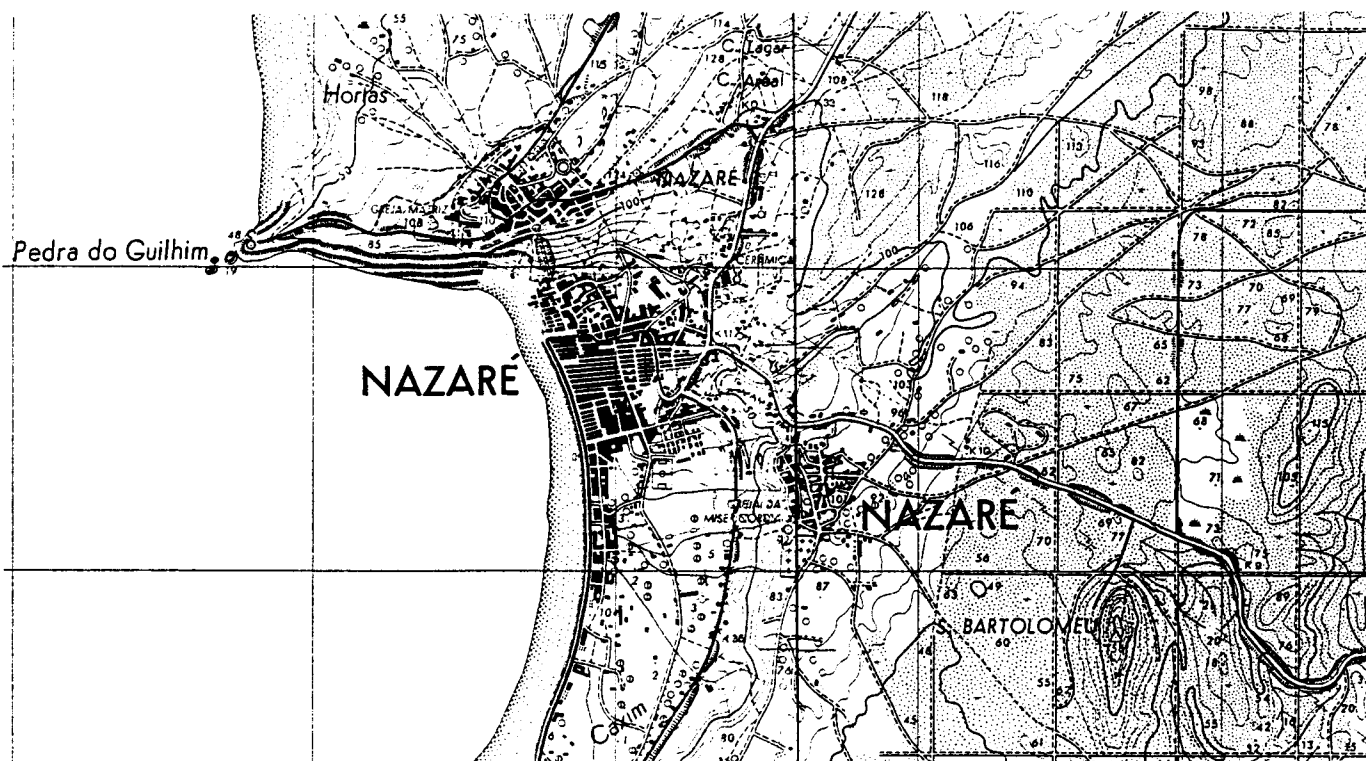


1
2 | 3

Fig. 1 - Lado Sul da praça limitado pela antiga Casa dos Sarmentos e Vasconcelos que depois foi colégio e hoje está devoluta, arruinando-se.

Fig. 2 e 3 - Para além da praça avistam-se para Sul a Sé Catedral e para Nordeste a igreja e casa da Misericórdia a lembrar a importância que teve o clero aqui.

NAZARÉ



Escala 1:25000

1 - SÍTIO

Nazaré tem uma localização litoral, a cerca de 30 Km a Sudoeste de Leiria. O principal núcleo urbano é junto ao mar e por isso denominado Praia. A Norte, sobre um promontório que domina a vasta paisagem costeira, está o Sítio, lugar ancestral de peregrinação, anterior à nacionalidade (Poças, 1901; 29) e que actualmente funciona como um bairro da Nazaré. Um elevador facilita a ligação entre as duas zonas. A Sul da Praia e também sobre a arriba da costa localiza-se a Pederneira, o mais antigo núcleo populacional, hoje decadente.

2 - GÉNESE

2.1 - GÉNESE

"...há memória de que em 1628 nenhuma habitação havia nesta localidade" (Poças, 1901; 48).

É desde os fins do século XVI ou princípios de XVII que os mareantes e pescadores da Pederneira começaram a utilizar

PRAÇA SOUSA OLIVEIRA



Escola 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA SOUSA OLIVEIRA

- | | |
|---|--|
| 1 - R/c + 3 (hotel com restaurante) | 13- R/c (livraria) + 1 (armazém) |
| 2 - R/c (oficina) + 1 1/2 (habitação) | 14- R/c (artesanato; roupas) + 1 (hab.) |
| 3 - R/c (restaurante com esplanada) + 1 (hab.) | 15- R/c (restaurante) + 2 (hab.) |
| 4 - R/c (pastelaria e esplanada) + 3 (hab.) | 16- R/c (gelataria) + 1 (hab.) |
| 5 - R/c (artesanato) + 2 (hab.) | 17- R/c (artesanato) + 2 (hab.) |
| 6 - R/c (pastelaria e bar com esplanada) + 3 (hab.) | 18- R/c (snack-bar e esplanada) + 2 (hab.) |
| 7 - R/c (cabeleireiro) + 1 (hab.) | 19- R/c (artesanato) + 1 (hab.) |
| 8 - R/c (pronto a vestir) + 2 (hab.) | 20- R/c (restaurante-bar e esplanada) + 1 (hab.) |
| 9 - R/c (café e tabacaria) + 2 (hab.) | 21- R/c (bar e esplanada) + 2 (hab.) |
| 10- R/c (farmácia) + 1 (hab.) | 22- R/c (restaurante e esplanada) + 2 1/2 (hab.) |
| 11- R/c (ourivesaria) + 2 (hab.) | 23- R/c (restaurante e esplanada) + 2 (hab.) |
| 12- R/c (banco) + 3 (hotel) | 24- R/c + 2 (Capitania) |

um primitivo porto; paralelamente, junto à foz do Alcoa, faz-se o controle de madeiras vindas do Pinhal do Rei e embarque para Lisboa e outras localidades para utilização na construção naval. Essas actividades faziam-se no então Largo da Madeira, sensivelmente coincidente com a actual Praça Sousa Oliveira, que o desvio do rio feito antes de 1850 possibilitou.

Depois de 1790 o embarque das madeiras do Pinhal do Rei passou a fazer-se unicamente em S. Pedro de Moel. Por essa época localizam-se aqui pescadores da região mais a Norte e iniciam o povoamento efectivo da Praia. No princípio do século XIX já a Nazaré tinha adquirido também prestígio como praia de banhos (Machado, 1989; 20), sendo dessa época grande parte dos edifícios; poderá ter havido um planeamento anterior da malha urbana. Como afirma Orlando Ribeiro a Nazaré foi remodelada um pouco depois da construção de Vila Real de Santo António, pelo que "*mostra na planta monótona a sua inconfundível modernidade*" (Ribeiro, 1984; 65).

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O núcleo original da Praia instalou-se junto ao sopé do promontório do Sítio, abrigado dos ventos de Norte. O crescimento posterior fez-se ao longo da costa, para Sul.

2.3 - MALHA URBANA

São perceptíveis três zonas com a malha urbana diferenciada:

- Uma primeira, a que corresponderá o núcleo mais antigo, que apresenta uma sequência de pequenas ruas, perpendiculares à costa, continuadas para o interior por outras de traçado irregular e largos também irregulares.

- A segunda zona desenvolve-se desde a Praça Sousa Oliveira para Sul e compõe-se também de ruas perpendiculares à costa, sensivelmente paralelas entre si e bastante mais compridas do que na primeira zona. As travessas existentes cruzam as ruas ortogonalmente, patenteando um desenvolvimento planeado, apesar da malha não apresentar um traçado de linearidade rigorosa.

- A terceira zona é a mais recente, adopta maiores dimensões de fachadas viradas para o mar, explorando as potencialidades paisagísticas do lugar e provocando um traçado viário que dá mais importância ao paralelismo à costa. Também tanto os lugares da Pederneira como do Sítio vão-se desenvolvendo aproveitando a proximidade da Praia e a sua influência turística.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça Sousa Oliveira, que faz de charneira entre as duas zonas mais antigas da Praia, representa o centro da vila, embora existam outras pequenas praças e largos servindo tanto os pescadores como a grande quantidade de turistas que afluem aqui.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÃO

Comprimento médio	96 metros
Largura média	33 metros
Área	3168 m ²

3.4 - FORMA

Rectângulo com as proporções aproximadas de 1:3.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$33 / 12 = 2,75$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A orientação do comprimento da praça e a sua abertura para o mar proporcionam-lhe um bom aproveitamento da insolação.

3.7 - PAVIMENTO

Totalmente revestido de pedra calcárea branca e negra, com cuidados desenhos geométricos, que inclusivé, marcam a passagem aberta ao trânsito automóvel.

3.8 - VEGETAÇÃO

Recente arborização com duas filas laterais de *Melia sp.* e *Robinia sp.*.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A arquitectura é de modesta qualidade predominando o prédio de rendimento, com desenhos de fachada variando entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, mas não excluindo alguns edifícios dos anos 60-70. A heterogeneidade formal junta-se uma variação de cores que vai desde o branco aos ocres, verdes e rosas, o que reforça a falta de unidade arquitectónica. Os toldos coloridos que na época estival são improvisados aumentam ainda mais a presente alacridade.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Para além do moderno mobiliário urbano (floreiras, bancos, candeeiros) a praça não contém nenhum elemento isolado destacado.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação mostra-se variada mas sobretudo dirigida aos veraneantes, com cerca de 50% de estabelecimentos dedicados ao ramo alimentar - bares, cafés, restaurantes, cervejarias e pastelarias. O artesanato tem igualmente uma representação comercial assinalável. Comércio ocasionais ou mesmo excepcionais, como a farmácia, a livraria ou a ourivesaria estão presentes. Os serviços são representados pela Capitania e o banco. Existe, portanto, uma assinalável polifuncionalidade que lhe assegura uso quotidiano intenso.

3.12 - PERCEPÇÃO

A praia e o mar mantém uma relação íntima com a praça; é como se a prolongassem indefinidamente. Isto significa que o interesse desta praça advém-lhe em parte da sua localização perante a paisagem, as actividades que se ligam com ela e pela centralidade no conjunto urbano. Por isto, as características ambientais variam muito com as estações do ano, porque a Nazaré do Outono e do Inverno é muito

diferente da Nazaré do recreio e turismo da Primavera e Verão, porque aqui a presença humana e seus respectivos usos são fortemente caracterizadores. Espacialmente oferece um profundo contraste entre as ruas estreitas e os pequenos largos que a circundam. A diversidade e modéstia das expressões arquitectónicas secundarizam completamente os três lados construídos da praça; é o polular de toldos e guarda-sóis que na época "alta" mais se deixam perceber. A recente plantação arbórea irá possivelmente constituir uma "cortina" que dará maior neutralidade ao envolvimento arquitectónico deixando as atenções disponíveis para a frente marítima.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A evolução dos factos históricos levou a que a Nazaré se encontre hoje repartida por três lugares - a Praia, o Sítio, e a Pederneira, todos com características diferentes. Foi o lugar junto ao mar que beneficiou de maior procura, tanto pelos marítimos como pela população flutuante de veraneantes e turistas. A praça surgiu do espaço disponibilizado pelo desvio da foz do rio Alcoa, espaço amplo e central com ligação directa à praia. Não sendo uma tradicional praça portuária nasceu directamente das relações com o rio e o mar. Quanto ao Sítio, tem o seu principal espaço público no amplo terreiro ou Largo da Nossa Senhora da Nazaré, nascido em função da capela que foi devotada à santa e do novo templo do século XVII. A implantação num plano junto ao despenhadeiro da arriba arenosa, o que lhe proporciona espectaculares vistas panorâmicas. Mas é sobretudo um lugar de procissões, arraiais e feiras. Na Pederneira, uma modesta praça central - Largo Bastião Fernandes, lembra a antiga supremacia do lugar com a sua curiosa pedra de pederneira no lugar do pelourinho demolido no século XIX. Apenas a antiga Casa da Câmara, agora aproveitada por outros serviços, uma mercearia e o alçado lateral da igreja lhe dão algum interesse funcional.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça portuária, tornada centro urbano, apesar de ter cessado a função inicial.



Praça Sousa Oliveira

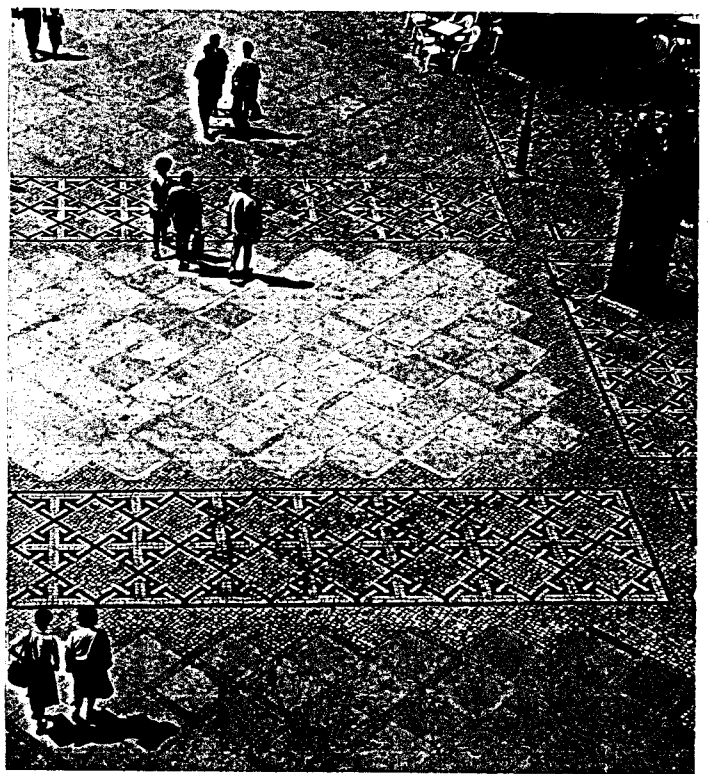
$\frac{1}{2}$
 $\frac{3}{3}$



Fig. 1 - Panorâmica da Praia e Sítio da Nazaré.

Fig. 2 - Vista para Sul observada do Sítio.

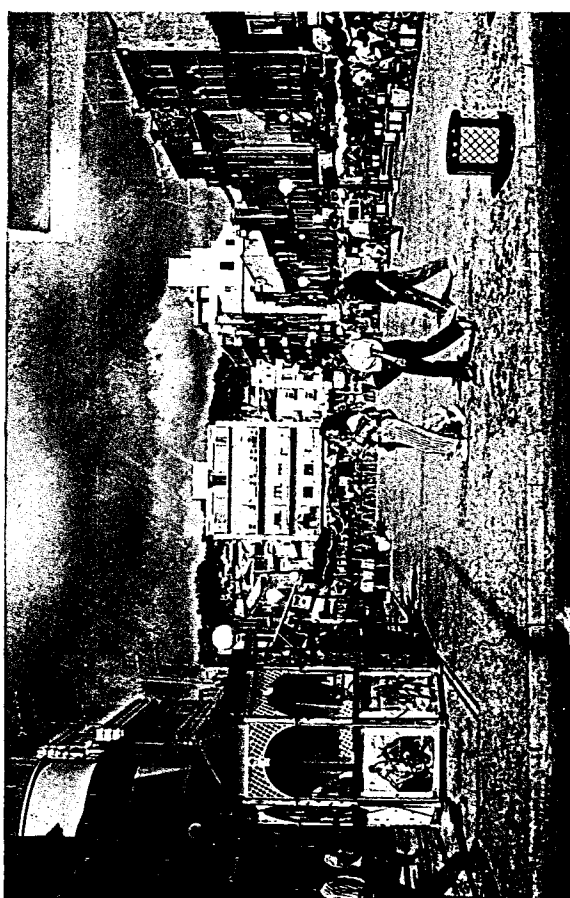
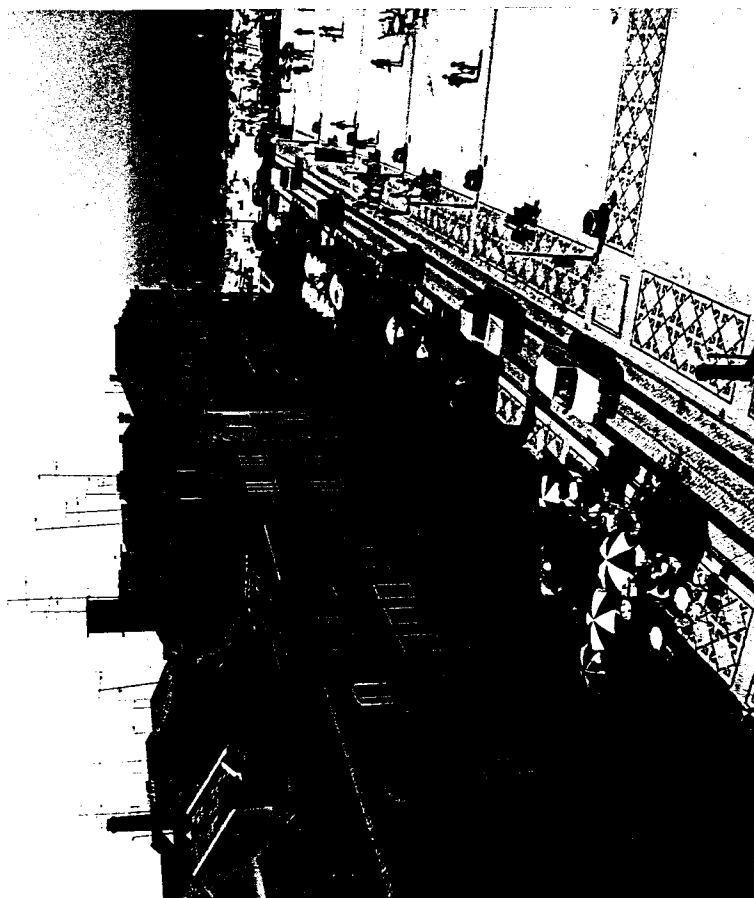
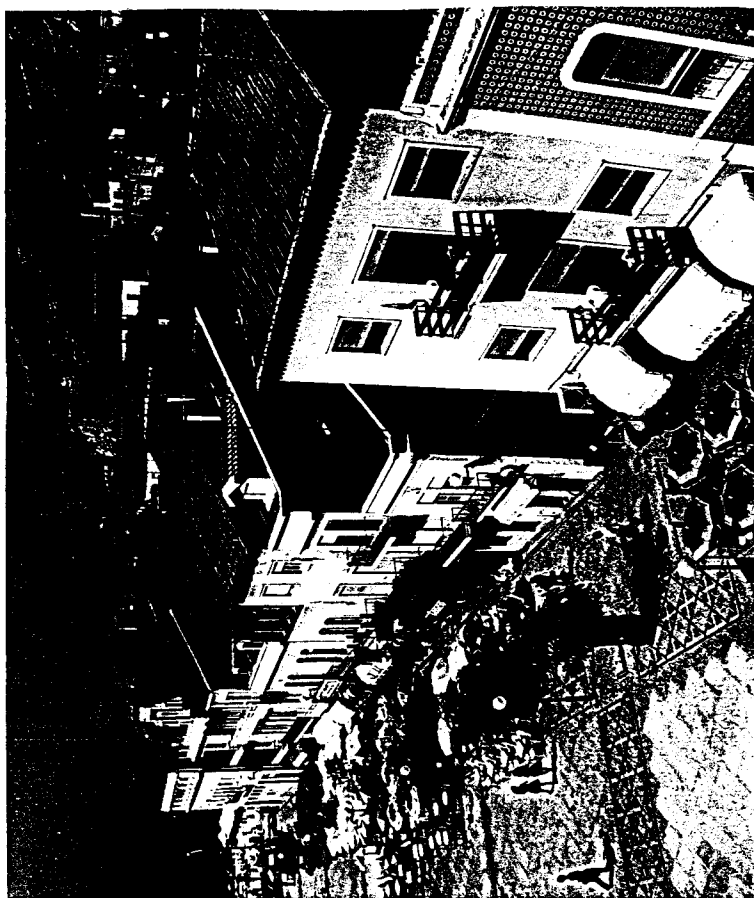
Fig. 3 - Exemplo de uma pequena rua, fechada ao trânsito automóvel, onde é visível a vocação turística.



1	2
3	

Fig. 1 e 2 - Actual aproveitamento do espaço com a limitação do trânsito automóvel a uma única faixa de atravessamento, sem estacionamentos, disponibilizando o pavimento para os peões. Um cuidado desenho da calçada vai ao encontro dessas intensões.

Fig. 3 - A praça nos finais dos anos 60.

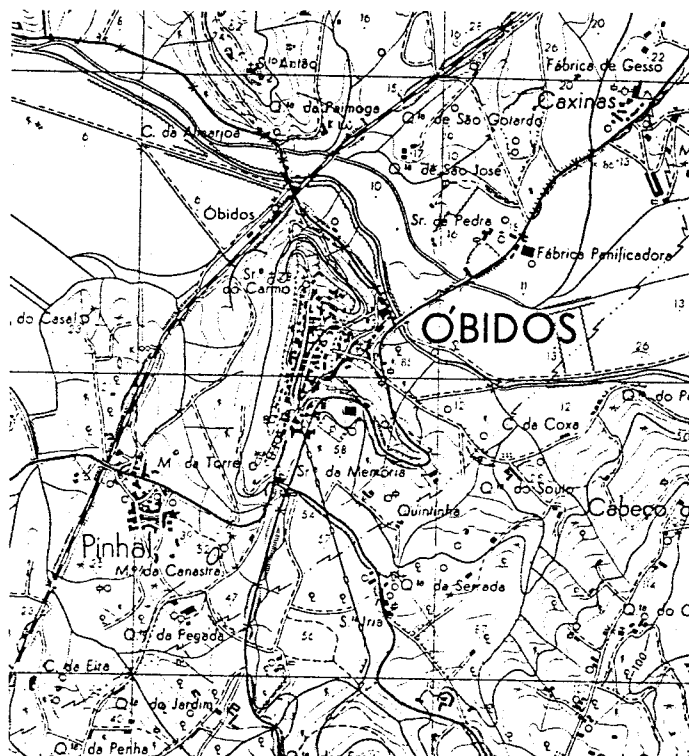


1
—
2

Fig. 1 - Vista da Praça Sousa Oliveira sobre o lado Oeste. A direita percebe-se o promontório do Sítio.

Fig. 2 - Vista do lado Este da praça e sua relação pela encosta por onde sobe o casario.

ÓBIDOS



Escala 1:25 000

1 - SÍTIO

Pequena povoação propícia à defesa, junto do antigo rio Arnóia e da Várzea da Rainha resultante de antigo pantano. Na antiguidade teve este sítio uma posição litoral, sendo o mar afastado pelos sucessivos assoreamentos.

A lagoa de Óbidos constitui o acesso marítimo mais próximo. O clima é bastante ameno e a região de relevos suaves e terras férteis contribuíram para o povoamento agrícola.

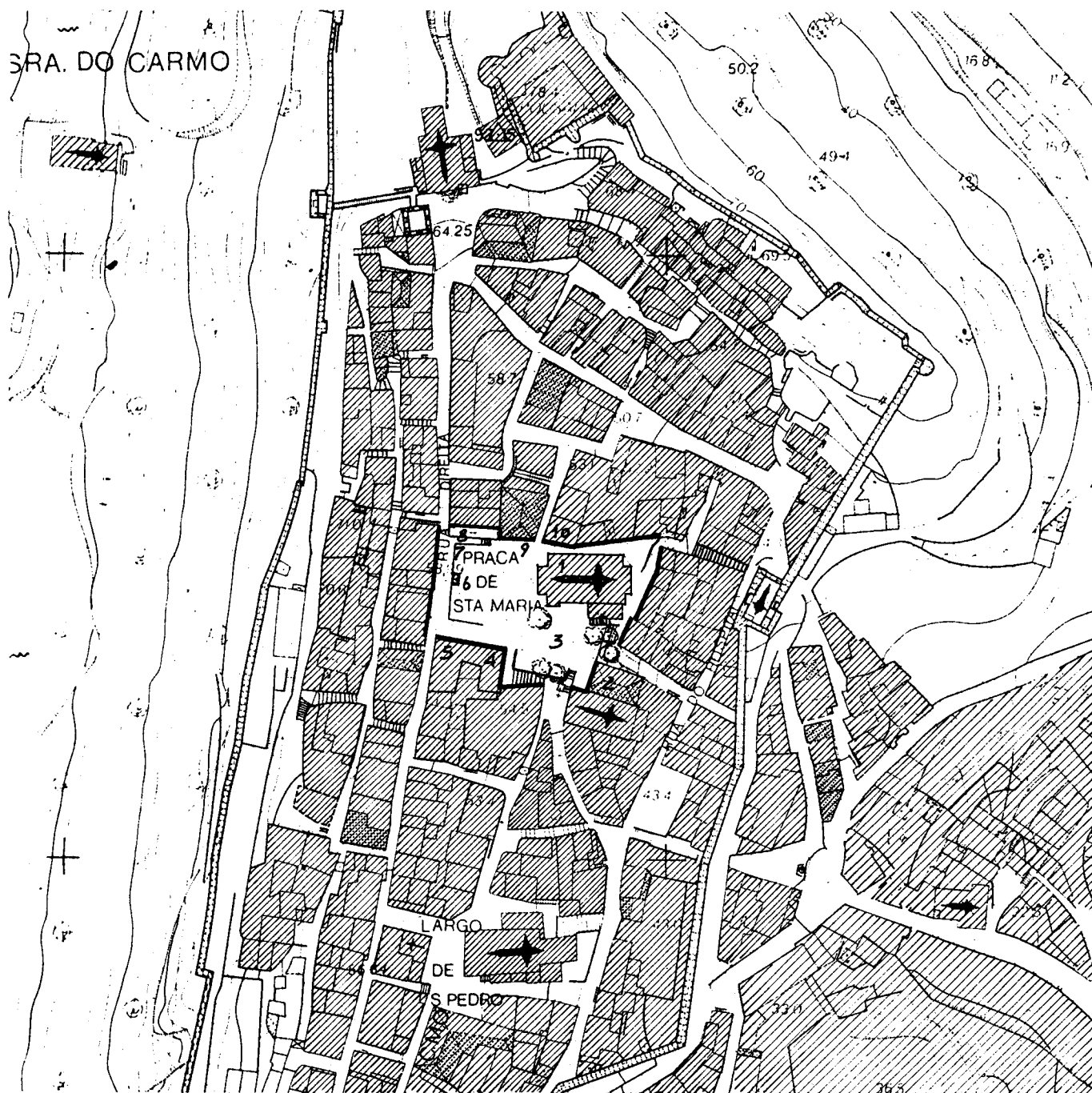
2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A fundação de Óbidos é tradicionalmente atribuída aos celtas, que a fortificaram com fortes muralhas (Pereira, 1988; 5). Ocupada por romanos e visigodos, terão sido estes os fundadores da igreja de Santa Maria (ibidem;6), mais tarde tornada em mesquita pelos muçulmanos.

A vila foi reformada nas suas muralhas por D. Sancho I, evidente testemunho da importância que desde sempre lhe foi atribuída; a doação da vila a D. Urraca por D. Afonso II,

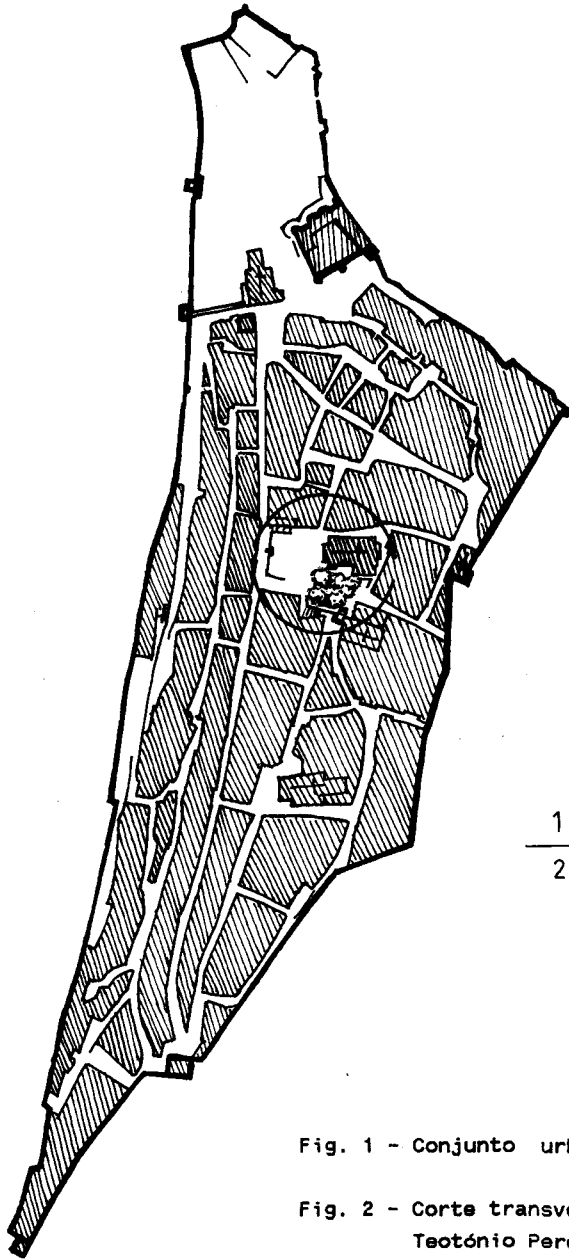
PRAÇA DE SANTA MARIA



Escola 1:2000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DE SANTA MARIA

- 1 - Igreja de Santa Maria - matriz
- 2 - Cave + r/c (Museu de óbidos)
- 3 - Espaço ensombrado com balustrada
- 4 - Cave (oficina de olaria)
- 5 - R/c + 1 (Região de Turismo do Oeste)
- 6 - Chafariz de espaldar
- 7 - Banco corrido adossado ao muro de suporte
- 8 - Alpendre adossado a casa senhoria
- 9 - R/c + 1 (correios)
- 10- R/c + 1 (habitação)



1
—
2

Fig. 1 - Conjunto urbano do espaço intramuros, escala 1:5000

Fig. 2 - Corte transversal à Rua Direita e Praça. Fonte: Nuno Teotónio Pereira e outros (1961; 154)



em 1210, juntamente com outros senhorios, levou à constituição da Casa da Rainha, o que tornou a vila em frequente morada de várias rainhas portuguesas.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A vila conteve-se no interior das antigas muralhas, mas a Sudeste formou-se um subúrbio que continuou o núcleo antigo mas subordinando-se-lhe.

2.3 - MALHA URBANA

Óbidos representa um caso típico do urbanismo medieval não totalmente planeado. A configuração do aglomerado em cunha alongada resultou numa evidente adaptação às condições topográficas. Uma rua principal, a Rua Direita, percorre longitudinalmente a vila desde a porta mais a Sul até ao castelo no extremo Norte, servindo de eixo estruturador da malha. Todas as ruas apresentam um traçado irregular, mas não labiríntico, sendo algumas quase paralelas ou perpendiculares à Rua Direita. As irregularidades das vias proporcionam pequenos largos que, por vezes, servem de adros de igrejas ou capelas.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça de Santa Maria situou-se tangencialmente à Rua Direita e em redor da igreja que lhe deu o nome. Segundo Manuela Silva (1987; 55), a ocupação da área em redor deve ter-se iniciado logo após a fundação do Templo; "*os primeiros indícios de planificação urbanística surgem-nos já nos finais do século XIII quando aparecem algumas casas situadas na Rua Direita (...) assim chamada com regularidade a partir de 1330*". Esta rua principal funciona como o centro comercial da urbe onde predominantemente se instalam os comerciantes e artesãos e vários detentores de cargos da administração régia, senhorial e municipal (Gaspar, 1985; II, 133-150), que aliás, pouco difere no tipo de estrutura de muitas outras urbes do centro da Europa, de acordo com os estudos de Jean-Pierre Leguay (1984; II, 19). Tudo leva a crer que a actual praça resultou da ampliação de um espaço menor; um documento de 15 de Julho de 1411 (A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, LQ 3, fl. 129) citado por Manuela Silva (1987; 62), contém expressamente: "*prior do ospital (...) fez fazer hua praça*". E também o Tombo do

Concelho diz que: "*o concelho hi tem elpendre que chamam A Praça Nova*" (ibidem). É ainda conhecida uma carta de D. João I aos vereadores, procurador e concelho e homens bons, à cerca das indemnizações aos proprietários de casas e casebres demolidos para a construção da praça (Silva, 1987; 63). Recorde-se que o caso de Óbidos não será único nesta época, acontecendo facto semelhante em Ponte de Lima, também com a intervenção de D. João I; admitimos que se trata de um período em que por razões diversas se tornou necessária a construção de espaços centrais. Qualquer desses espaços não é de grandes dimensões, mas em relação à apertada malha existente constituíram já um desafogo. Serão praças mais para reuniões e mercado do que para festas aparatosas, como mais tarde foi desejo de D. Manuel para as praças que mandou abrir.

A Praça de Santa Maria tornou-se desde logo um espaço central e atraente, como mostra a mudança para a sua envolvência de pessoas detentoras de cargos importantes (cf. Silva, 1987; 95).

O alargamento da praça prolongou-se até ao século XVI, como provam os documentos referidos por Teresa da Câmara (1990; 46-48) datados respectivamente de 24 de Julho de 1501, de 1519 e de 1536 e onde se registam contratos de trocas de terrenos com proprietários que detinham casebres ou quintais na praça. Por outro lado há aspectos arquitectónicos importantes para a caracterização da praça como hoje a conhecemos que surgiram tardiamente: o pelourinho, por exemplo, só deverá ter sido erguido depois de 1513, data do foral manuelino; a fonte de espaldar só depois da construção do aqueduto iniciado em 1573. Foi, como se vê, um processo longo que terá decorrido pelos séculos XV e XVI.

3.2 - TOPOGRAFIA

O relevo pré-existente foi determinante para a configuração desta praça; o actual plano que constitui o espaço frontal e lateral direito à igreja foi obtido por um engenhoso trabalho de rebaixamento ou de aterro e por ligação com rampas e escadas à malha envolvente, pelo que pode considerar-se um dos vários exemplos demonstrativos de que a praça portuguesa não é um resultado ocasional de alargamento de ruas.

3.3 - DIMENSÕES

Espaço frontal à igreja: 30 x 35 m
Lateral à igreja: 19,5 x 23 m e 12 x 14 m
Maior dimensão perpendicular à Rua Direita: 52 m
Área: 1666,5 m²

3.4 - FORMA

O espaço fronteiro à igreja é quase quadrangular, continuando-se no espaço lateral também irregular mas com os limites claramente geometrizados.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$35 / 9 = 3,8$$

Esta relação é pouco fiável dada a variedade de situações altimétricas dos edifícios que compõem o envolvimento da praça.

3.6 - EXPOSIÇÃO

A exposição foi em grande parte consequência da orientação da igreja de Santa Maria, a qual está sujeita à canónica direcção Este-Oeste e proporcionou também a maior dimensão da praça com essa orientação. Com exposição Sul está o Alpendre - local de estadia e, possivelmente, de mercado durante a época invernososa.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de seixo claro com desenhos em listas de pedra escura.

3.8 - VEGETAÇÃO

Um conjunto de seis plátanos com uma implantação irregular e laterais à igreja marcam uma zona ensombrada tradicionalmente tida como do mercado.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Do lado Este, a dominar a praça está a Igreja de Santa Maria, templo refeito em várias épocas. O seu volume apresenta reminiscências góticas, mas o portal e outros elementos interiores são da última reconstrução e assumidamente renascentistas (1571). A Sudeste da praça está localizado o edifício do antigo Paço do Concelho e cadeia, hoje museu. Data pelo menos de 1653 (Câmara, 1980; 100). É uma

construção sóbria e austera, segundo a traça do estilo chão. A Noroeste da praça está o Alpendre, com entrada pela Rua Direita e referido desde 1430; lugar de encontro, tanto para habitantes como de jornaleiros que para aqui vinham aguardar contrato de trabalho, o Alpendre foi uma peça importante para a vivência da praça, apesar da singeleza arquitectónica. Os restantes edifícios envolventes mostram linhas setecentistas provavelmente resultantes das construções pós 1755, uma vez que o terramoto teve aqui um grande efeito destruidor.

É excepção o edifício situado a Norte da praça, onde se instalaram os Correios Telégrafos e Telefones, e cuja fachada em grande parte de cantaria adopta o "pastiche" renascentista.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Dois elementos existentes contribuem para a leitura clara da importância da praça: o pelourinho, com simbologia da Casa da Rainha, e o chafariz de espaldar, já referidos em 3.1.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A Praça de Santa Maria tende hoje a ser um espaço monumental com muito menos vivência do que noutros tempos, quando o mercado suscitava uma afluência diária de pessoas variadas e a igreja tinha um culto mais intenso. Apenas os correios, o museu e os serviços da Região de Turismo do Oeste vão dinamizando esta praça e, claro, todos os turistas que cada vez em maior número vêm a Óbidos.

3.12 - PERCEPÇÃO

Tanto a forma de inserção urbana como toda a topografia que envolve a praça tornam-na especialmente interessante como espaço que oferece grande variedade de imagens diferentes. Por qualquer das ruas que afluem à praça faz-se uma leitura gradual e diferente: do lado da Rua Direita, que lhe é tangencial, a praça é percebida de cima para baixo. Quem se aproxima pelo lado Sul defronta-se com um parapeito sobre uma parede de pedra e é subindo as escadas que vai ao encontro da praça. Outras tantas situações oferecem as ruelas do lado Este e a pequena rua que desemboca a meio do lado Norte, a única ao mesmo nível do chão da praça. Outro aspecto reside na característica quase intimista desta praça de modestas dimensões mas que simultaneamente oferece uma abertura em miradouro pelo lado Sul. Existem

por isso uma série de tensões que não residem apenas na arquitectura mas sobretudo na particular situação espacial. A igreja conjugada com o pelourinho e a fonte seguem um eixo de simetria que os acessos também simétricos, pela Rua Direita, complementam. O envolvimento da praça de formas diversas mas com bastante regularidade de materiais e de volumes contribui para um agradável sentido de unidade e diversidade.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A praça de Santa Maria nasce da vontade de ampliação do adro da igreja, possivelmente por razões diversas e complementares:

A - Necessidade de espaço para mercado e para reuniões, com uma localização central à urbe.

B - Desafrontar a fachada da igreja dando-lhe a representação simbólica que a matriz requeria.

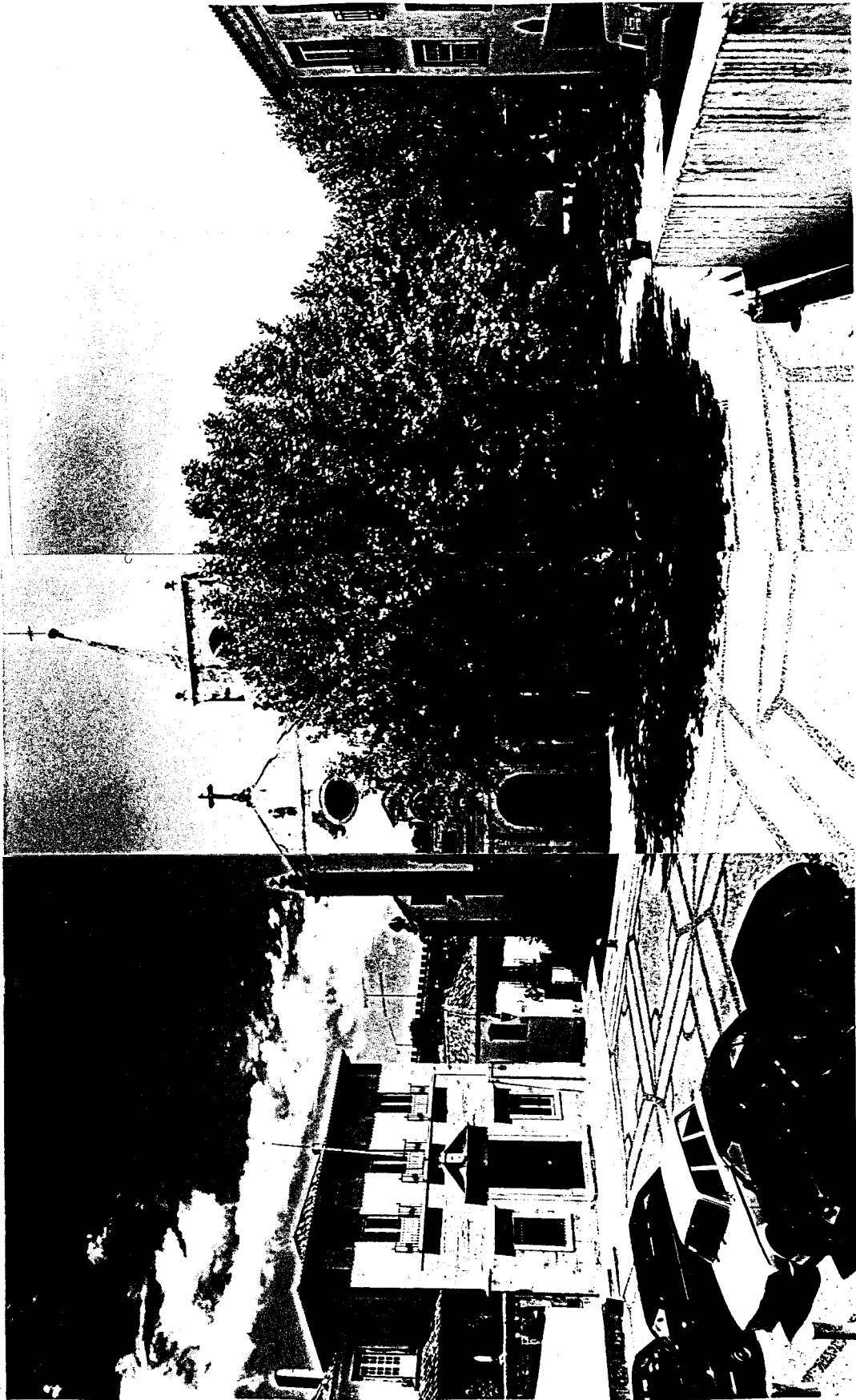
C - Prestigiar o município com uma praça condigna, a instalação do Paço do Concelho, o pelourinho.

D - Resolver todo o problemático espaço atendendo às questões estéticas.

O resultado final foi obtido através de obras que se arrasaram pelos séculos XV e XVI e a que não estará alheio o espírito empreendedor da Casa da Rainha.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada de adro frontal ampliado, juntando-se-lhe Casa da Câmara e mercado.



Lado Este da Praça de Santa Maria.

Fig. 1 - O alpendre da praça.

Fig. 2 - Arranjo gráfico de vista aérea panorâmica da vila intramuros.

Fig. 3 - A Rua Direita na chegada à junção com a praça, vista de Norte para Sul.

Fig. 4 - A Rua Direita vista de Sul para Norte, com o pelourinho em 1º plano seguido do alpendre da praça; ao fundo a igreja de S. Tiago, localizada junto ao castelo.





Fig. 1 e 2 - Lado Norte da praça, vendo-se o chafariz, o pelourinho, o Alpendre, o edifício dos correios, uma casa de habitação e a igreja.

Fig. 3 - Lado Oeste da praça percebendo-se todo o muro de suporte ao pavimento da Rua Direita.



1
2 | 3

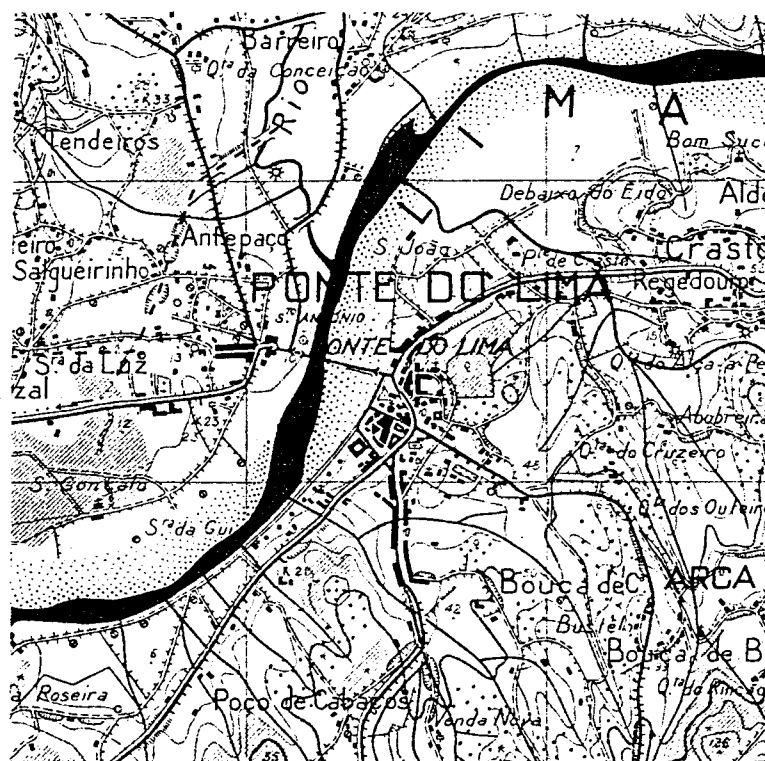


Fig. 1 - Vista tomada da praça para o lado Sul.

Fig. 2 - Rua de acesso central à praça pelo lado Norte.

Fig. 3 - Rua de acesso à praça por Nordeste.

PONTE DE LIMA



Escala 1:25000

1 - SÍTIO

Junto à margem esquerda do rio Lima, em vale bastante aberto e fértil, com declives pouco pronunciados.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A vila formou-se junto à ponte romana sobre o Lima que fazia parte da via, também romana, que vindo de *Emerita* ligava *Bracara* a Tui e Santiago de Compostela, constituindo um dos importantes itinerários de peregrinação, reforçado em Braga com a outra via de Lisboa e Porto.

O facto das pontes medievais praticarem a portagem foi desde logo um factor de fixação de gente. Por outro lado as pontes de atravessamento sobre rios importantes eram escasas o que implicava a passagem obrigatória nas poucas que existiam e daí os mercados fixarem-se junto delas para aproveitarem o trânsito.

Contrariamente a Chaves, por exemplo, Barcelos ou Coimbra, a urbe não se localiza em local proeminente, propício à defesa militar; por isto admitimos que as razões genésicas tenham mais a ver com a prática mercantil e a exploração agrícola.



Largo da Igreja Matriz
Largo de Camões

Rossio da feira

(adaptado de C. Almeida, 1987; 99)

1
2

ESPAÇOS PÚBLICOS MAIS SIGNIFICATIVOS DE RAIZ MEDIEVAL

Fig. 1 -


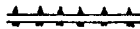
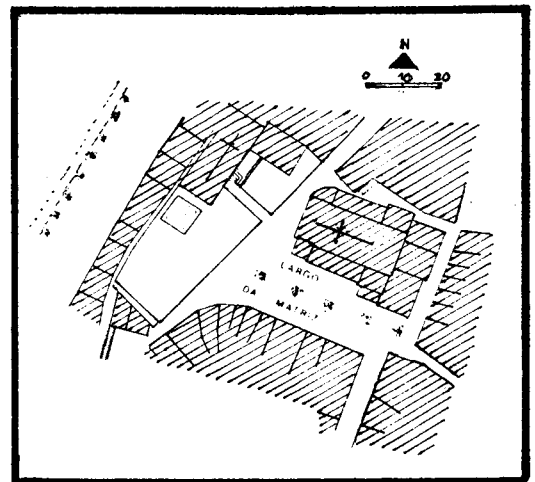
-  Reconstituição do circuito amuralhado
-  A ponte que procedeu o núcleo populacional

Fig. 2 - O largo da Matriz até 1925 mostrando um espaço muito mais fechado do que o posterior, resultante de sucessivos alargamentos (ver planta esc. 1:2000; adaptado do "Arquivo de Ponte de Lima", 1981; 219).



2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A urbe organizou-se espacialmente em função dos caminhos de acesso à ponte e de outros caminhos irregulares que se foram estabelecendo. A construção das muralhas decorreu no século XIV, estando concluídas em 1370 (Andrade, 1990; 15), possivelmente já com boa parte da povoação constituída. A povoação manteve-se na maior parte contida intramuros até 1787, altura em que a Câmara autorizou a demolição da muralha para aproveitamento da pedra noutras construções. Ao crescimento contido, idêntico ao de outras urbes do interior do país, correspondem uma longa permanência de lugares tidos como centrais e que embora alterando-se na sua configuração não mudaram de localização até á actualidade. O que mudaram foi de importância, de significado para a urbe.

2.3 - MALHA URBANA

Sendo a ponte o elemento gerador, a malha que se formou dependeu dos caminhos principais que se lhe dirigiam, quer paralelamente ao rio, quer mais pelo interior, em direcção oblíqua e com declives mais acentuados. A malha resultante é irregular e procura compatibilizar os poderes atractivos da ponte e da igreja matriz com o relevo existente, sobretudo à medida que se dá o afastamento da frente ribeirinha (veja-se Andrade, 1990; 14-21 e 39-47).

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A primeira praça que nos aparece referenciada é a da igreja matriz, para a qual conhecemos as determinações de D. João I (Andrade, 1990; 22). Adro de igreja e praça de mercado, seria o espaço mais "central" intramuros. O actual Largo de Camões seria um terreiro junto à embocadura da ponte, com o actual lado Este no interior da Urbe. Foi depois do derrube das muralhas em 1787 que se terá começado a definir com os limites actuais. Pela dimensão generosa do espaço e pela ligação imediata tanto à ponte como ao tradicional local de feira, ao longo da margem do rio, o Largo de Camões tornou-se o centro da povoação no século XIX. Actualmente, em virtude da construção da nova ponte e da alteração na rede viária regional, o centro tende para um afastamento do rio ou para a formação de uma centralidade alternativa.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento médio (paralelo ao rio)	60 metros
Largura média (perpendicular ao rio)	56 metros
Área	3360 m ²

3.4 - FORMA

Quadrangular, irregular no lado Norte.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$60 / 9 = 6,6$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

Sendo o pavimento de nível, com intervenção nula na exposição, é a abertura do Largo a Oeste o mais determinante, facultando uma melhor insolação de toda a praça.

3.7 - PAVIMENTO

Pavimento de calçada de pedra irregular com listas de lajes, formando um desenho em quadrícula; junto aos edifícios existem faixas em lajedo, marcando passeios e nas ruas perimetrais calçada de paralelepípedos. Toda a pedra é de granito com duas tonalidades.

3.8 - VEGETAÇÃO

Na periferia do tabuleiro existe uma fila de árvores de sombra de belo porte e diferentes espécies, abrigo de esfusiantes bandos de pássaros. Na periferia Sul uma recente plantação pretende estabelecer simetria com a oposta.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Constituindo-se o Largo sobretudo no século XIX, os edifícios aí implantados visavam a abertura de comércios e de habitações. São edifícios com um carácter vincadamente urbano e novecentistas, de fachadas estreitas e um grande número de vãos de janelas e de varandas a toda a largura da fachada; arcos ogivais ou encurvados dão uma sugestão neoclássica. Os paramentos são de silharia de granito nas molduras, cunhais e cornijas, com reboco caiado no restante, ou ocasionais revestimentos de azulejo.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No centro da praça está a bela fonte da segunda metade do século XVI (?), com três taças sobrepostas e que é um excelente exemplo da arte de cantaria do Norte, comunmente atribuída aos mestres biscaínhos.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Não deixando de ser um largo periférico e, portanto, muito ligado ao trânsito regional tem pouco comércio de consumo diário. Cafés e pastelarias, ourivesarias, banco, papelarias e livrarias, cabeleireiros, escritórios e consultórios diversos caracterizam a ocupação funcional. A feira habitual, feita na margem do rio e próximo da praça, terá sido um importante contributo para a dinamização de toda esta zona da vila.

3.12 - PERCEPÇÃO

Os aspectos da emoção e da valoração de um espaço são sempre difíceis de traduzir quando o mesmo anda pela mediania, por não conter uma característica ou um elemento marcante. Não é o caso do Largo Luis de Camões, porque a situação que disfruta é excepcional. Imediato ao areal da margem do rio, abre-se para um cenário amplo onde o rio, os campos da outra margem e as serras do plano de fundo tornam-no um lugar aprazível. Espaço lúdico que se prolonga através da ponte, por cima do rio, também palco por onde as gentes minhotas desfilam no seu afã de governarem a vida, sobretudo em dias de feira. A bela fonte é o centro.

Os outros espaços públicos existentes em Ponte de Lima ou são de modestas dimensões e importância ou foram de tal forma abertos e adaptados à circulação automóvel que se

tornaram espaços pouco apetecíveis como praças. É o caso da Praça da República, apesar do cuidado na modelação do terreno e do engenhoso ajardinamento.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

O Largo Luis de Camões constitui-se tardiamente em praça por uma reconversão do antigo rossio que era ou que abrangia. Com o espaço amplo aliado a uma boa acessibilidade e óptima localização em termos paisagísticos, suplantou facilmente outros largos existentes. Não sendo uma praça decorrente de um porto fluvial é, concerteza, do rio e da sua ponte; também, como em quaisquer das situações, tem uma localização periférica e próxima da beira de água.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada da proximidade de ponte sobre o rio e ligação a via importante.

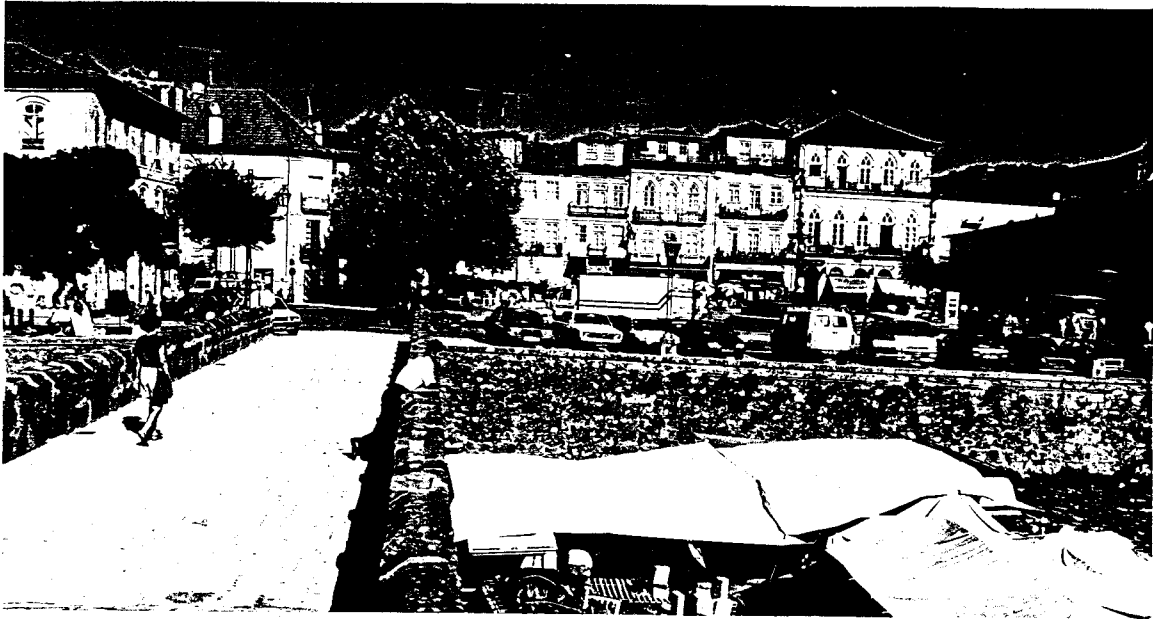


1

2

Fig. 1 - Visão sobre o Sudoeste da praça.

Fig. 2 - Visão para Oeste. O início da ponte está por detrás da fonte.



1
—
2

Fig. 1 - A ligação da ponte ao Largo.

Fig. 2 - Pormenor das fachadas do lado Este.



1
2

Fig. 1 e 2 - Aspectos da Praça da República (ver o ponto 3.12 do texto).

PORTO

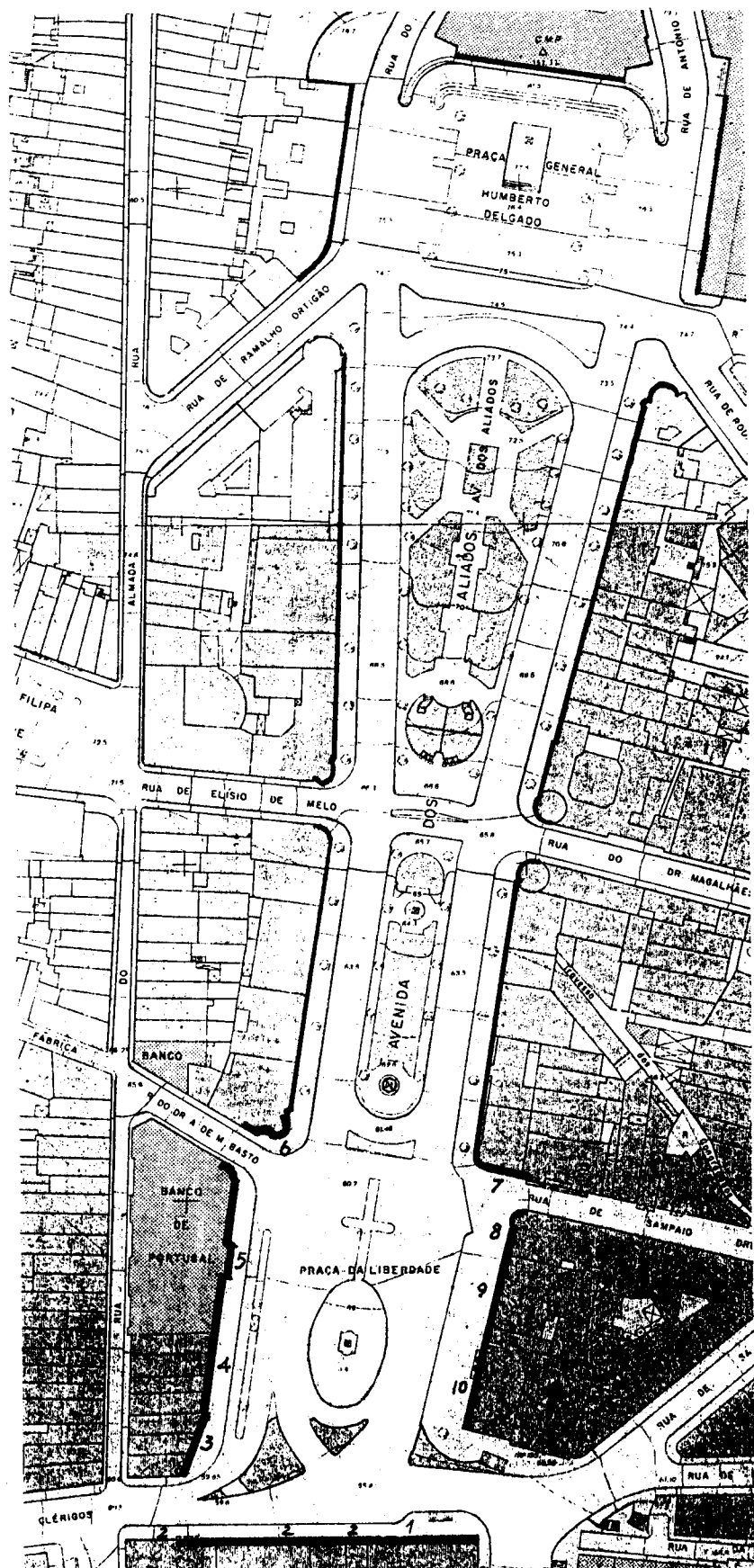


Escala 1:25,000

1 - SÍTIO

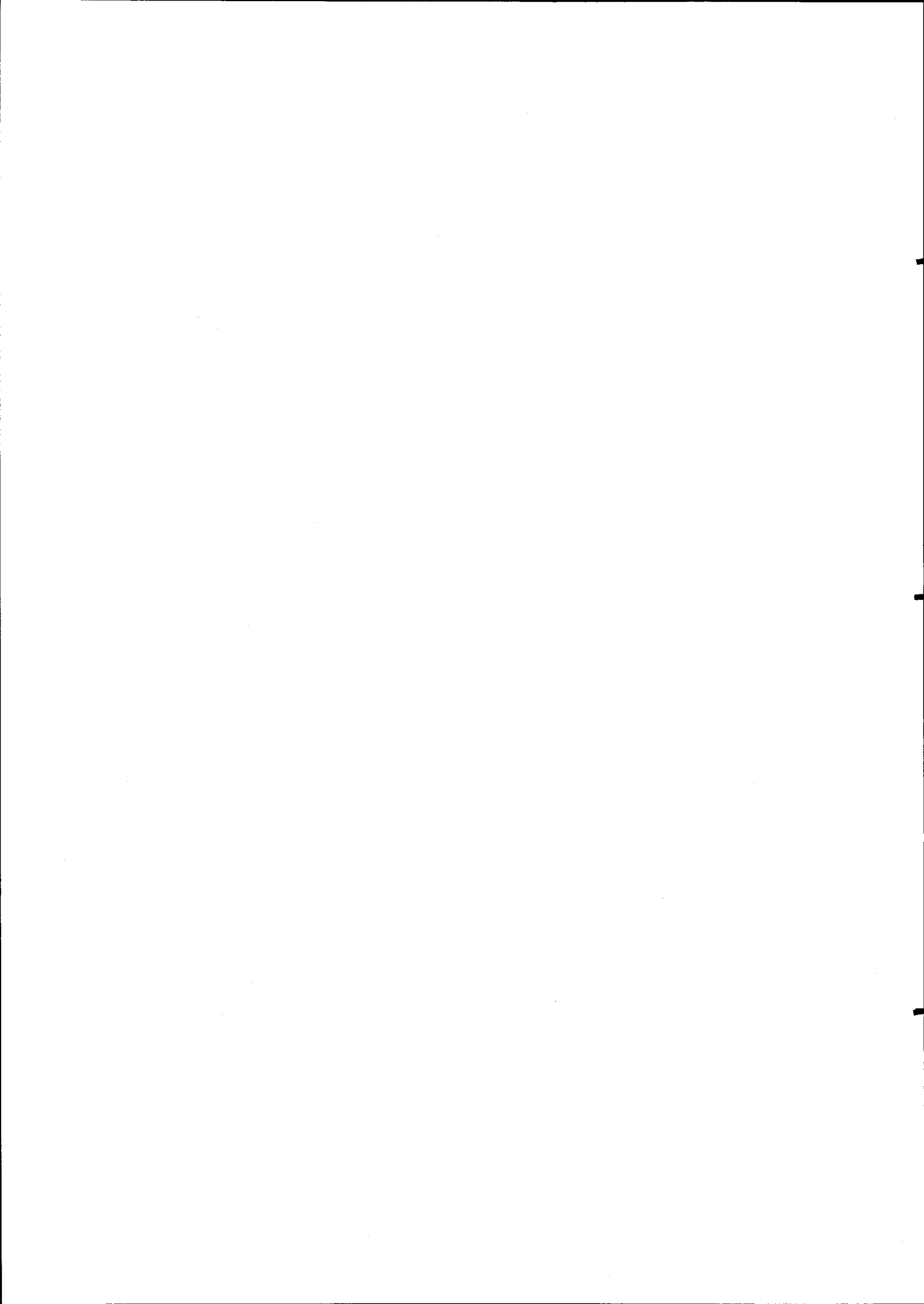
O núcleo urbano primitivo situou-se a cerca de 5 Km da foz do rio Douro, no monte que domina a margem direita e em local propício à travessia para a margem esquerda; as encostas são de pendentes acentuados do cume para a margem e sopé do monte, atenuando-se no sentido da foz ou perpendicularmente ao rio, afastando-se dele. Uma grande parte da encosta possui uma boa exposição solar a Sul.

PRAÇA DA LIBERDADE



OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DA LIBERDADE

- 1 - R/c + 3 (banco)
- 2 - R/c + 3 (banco)
- 3 - R/c (restaurante-bar com esplanada; couros; tabacaria) + 5 (escritórios; habitação)
- 4 - R/c (galeria de pintura; pastelaria; C.T.I.) + 4 (escritórios; consultórios)
- 5 - R/c + 3 (banco)
- 6 - R/c (loja de panos; jornal) + 4 (escritórios; consultórios)
- 7 - R/c (banco) + 5 (escritórios; consultórios; hab.)
- 8 - R/c (banco; farmácia) + 4 (escritórios; ateliers; hab.)
- 9 - R/c (lotarias e seios; rest.-pastelaria com esplanada) + 4 (escritórios; consul.)
- 10- R/c + 4 (banco)



2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Como grande parte dos núcleos urbanos arcaicos dos vales do Douro, Minho e outros rios de importância do Norte do país, teve uma proveniência castreja. No caso do Porto o castro primitivo coincidiria com a zona actual da Sé (Proença, 1924; 113). Na época medieval aí se localizou o castelo com muralhas que vinham pela encosta até à margem do rio.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

O Porto seguiu o tipo de crescimento de outras cidades litorais portuguesas: da sua primitiva localização no cume e encosta Sul do monte bipolarizou-se com a formação da zona ribeirinha, vocacionada para a faina marítima, comércio e comunicações. Isto é, no cume do monte, beneficiando das estruturas definitivas localizaram-se os poderes constituídos, clero e nobreza; na Baixa, as actividades laborais dependentes das potencialidades do sítio e os artesãos (Cf. Marques, 1990; 7-17). Unificada por construções toda a primitiva encosta, do cume à margem do rio, a cidade estendeu-se depois para terrenos mais adequados quanto ao clima e a menores declives, ou seja, no sentido do curso do rio e perpendicularmente a ele, onde se encontram as zonas de grandes plainos.

2.3 - MALHA URBANA

A malha mais vetusta é de características nítidamente medieval: ruas estreitíssimas e irregulares que procuram uma adaptação aos acentuados declives, com frequentes pendentes muito fortes e com escadinhas de ligação como única forma de vencer os desníveis. Esta síntese faz-nos lembrar desde logo Lisboa e particularmente a zona de Alfama. Porém há algumas diferenças entre ambas porque a zona antiga do Porto não apresenta um traçado tão labiríntico como o de Alfama, não possui uma ocorrência tão frequente de becos e de pátios. Em Lisboa a Sé não está no lugar mais proeminente mas pelo contrário, na encosta, juntamente com o casario e é o castelo que isoladamente mantém o domínio do território.

Logo que o Porto começa a expansão do burgo medieval inicial, no século XIV, fá-lo com muito maior regularidade de traçado, ao contrário de Lisboa pré-pombalina em que, apesar do crescimento pelas zonas menos declivosas da Baixa, o traçado mantém muitas características primitivas.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Como noutras cidades portuguesas alcandoradas, a ideia de centro urbano e a sua tradução prática evoluíram com as transformações da urbe. Como se referiu, houve desde tempos recuados uma situação de bipolaridade. No adro fronteiro à Sé românica, que aí se ergue desde o início do século XII, ocorria uma feira e comércio de géneros que tanto se vendiam nos açougues do Bispo como nos do povo (Cf. Marques, 1990; 8). Não temos informação sobre as dimensões dos locais de comércio mas será de admitir que não tinham nada de semelhante com o amplo adro que actualmente envolve a Sé e que resultou de operações de demolição do casario degradado, levadas a cabo em 1945.

Especialmente foi a Praça da Ribeira que se impôs durante séculos, até que a cidade transpôs os limites do velho burgo e se foram utilizando outros espaços necessários a uma população que gradualmente aumentou. Lugar de grande vitalidade e participação da administração municipal, como se pode depreender da carta de 17 de março de 1389, onde D. João I determina: "...que todo o pescado fresco que aí viesse em navios ou em bestas ou em colos de homens que o descarregassem que o levassem logo à Praça da Ribeira para as gentes o comprarem" (Cf. Pinto Ferreira, 1952; 422).

A Ribeira é, pois, uma praça portuária onde o comércio teve lugar privilegiado e lhe manteve um uso intenso.

É a partir do século XIV que o Porto beneficiou de algumas intervenções urbanísticas planeadas, como foi a Rua Nova ou Formosa, iniciada em 1395 (D. João I), ou a Rua das Flores, construída entre 1521 e 1525 (Real e Tavares, 1987; 398-399). Na época filipina manifesta-se o interesse pelos espaços públicos, ocorrendo as primeiras alamedas, como a do Olival, Hortas e Batalha, onde são efectuadas plantações e colocados bancos para estadia (Ibidem; 401). Mas é só em 1691 que por impulso do bispo D. João de Sousa surge o interesse pela construção de uma praça sujeita a uma definição espacial rigorosa. A iniciativa não teve sucesso, arrastando-se, por longos anos, até que em 1718, já por iniciativa do Cabido, é empreendida a urbanização do Campo das Hortas, originando-se a Praça Nova (Mandrourx-França, 1972; 35-46), adjacente ao exterior da muralha fernandina. Localizada no sítio das Hortas, onde já existia o Largo da Natividade com fonte pública e mercado, a Praça Nova que depois se chamou de D. Pedro IV e corresponde à actual Praça da Liberdade, representou a afirmação do novo centro urbano do Porto.

A prosperidade iniciada na 2ª metade do século XVII foi reforçada com a reestruturação pombalina da exploração e comércio dos vinhos do Porto. A influência pombalina no urbanismo do Porto operou-se a partir de 1762 com a criação

da Junta das Obras Públicas, chefiada por João de Almada, parente de Pombal. A partir daí ocorreram variados projectos de expansão e de regularização, sendo de sublinhar a reforma da Praça da Ribeira, de 1769, com a intervenção do então consul britânico no Porto, Jonh Witehead, indivíduo culto e arquitecto amador por vocação. Esse projecto, bastante influenciado pela arquitectura inglesa de então, foi parcialmente realizado, limitando-se à construção de edifícios no lado Oeste da praça. A praça manteve-se fechada para o lado do rio pela muralha fernandina que aí tinha uma porta. Foi só no século XIX que a muralha foi derrubada e tiradas daí as vendedeiras para o lado do cais, onde ainda se mantém (veja-se Pinto Ferreira, 1952; 424 e seguintes).

Das obras vulgarmente designadas por "do tempo dos Almadás" há a assinalar a criação de uma grande praça no antigo Campo de Santo Ovídio, onde foi instalado do lado Norte o quartel general. Esse vasto terreiro de 132 x 195 metros, maior que o Rossio de Lisboa, foi durante tempo terreiro de manobras militares. O actual ajardinamento que possui foi efectuado a partir de 1915 e pela dimensão e densidade que possui alterou completamente as características da possível Praça da República, como hoje é designada.

As obras de extensão da cidade não evitaram que o centro se reforçasse cada vez mais na Praça Nova, actual Praça da Liberdade; para isso contribuiu a construção da estação de caminho de ferro de S. Bento, em 1900. Daí que a vereação de 1915 tendo decidido transformar a modesta praça num conjunto monumental digno de um novo centro, derrubando para isso o edifício aí existente do Paço do Concelho e abrindo a Avenida dos Aliados. A Praça da Liberdade passou a ter um espaço aberto para o limite Sul da Avenida e servindo de nó de eixos viários principais. Apesar disto o seu estatuto de centro manteve-se e, como diz Helder Pacheco, "Praça", no Porto quer dizer da Liberdade (1984; 160).

3.2 - TOPOGRAFIA

Apresenta um declive suave no sentido de Norte para Sul.

3.3 - DIMENSÃO

Largura média	77 metros
Comprimento médio	118 metros
Área	9086 m ²

3.4 - FORMA

Trapezoidal.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

77 / 15 = 5,1

3.6 - EXPOSIÇÃO

O pavimento está exposto a Sul. Quanto aos alçados o que poderia estar também exposto a Sul não existe, por ser a junção à Avenida.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de paralelepípedos de granito nas ruas e de calcáreo nos passeios e placas centrais.

3.8 - VEGETAÇÃO

A vegetação é composta por filas de ligustros perimetrais e herbáceas em canteiros definidores da circulação.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

O Porto apresenta características arquitectónicas muito diferentes de Lisboa ou outras cidades do país. Cidade que "*tendo embora dinheiro para pagar, recusava a europeização que a capital seguira*" (França, 1967; II, 330), levando a que tanto o envolvimento da Praça da Liberdade como a Avenida em que se prolonga fossem ladeadas por uma arquitectura afirmadamente oitocentista, palladiana ou afrancesada. O desejo de monumentalidade é expresso pela exclusiva utilização de materiais nobres e formas em cúpulas, pináculos, frontões ornamentados com cariátides, etc, que constitui um vocabulário formal desconhecido de Lisboa da época. O lado Sul da praça é o mais austero: o enorme edifício das Cardosas, de 132 aberturas e 104 metros de frente é o mais antigo limite. O centro é encimado por amplo e sóbrio frontão que marca esta fachada construída nos finais do século XVIII para renovação do convento dos Loios, de que herdou a sobriedade (Cf. Proença, 1924; I, 152).

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No centro da praça está a estátua equestre de D. Pedro IV, de 1866; não tem a monumentalidade da estátua equestre de D. José, em Lisboa, ou de D. João IV, em Vila Viçosa, mas apresenta bastante qualidade formal, apenas a sua escala faz com que não se imponha ao actual espaço que substituiu a Praça Nova, para onde foi construída.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição funcional na praça é de 37 % para os bancos, 18 % para restaurantes, cafés e pastelarias e 45 % para comércios e serviços de uso ocasional. A ocupação é típica de um centro de considerável importância em que predominam os serviços, escritórios e consultórios. A habitação aparece em reduzido número nos andares mais altos. Há ainda que considerar que a praça serve de cruzamento a importantes eixos viários sendo por isso submetida a um trânsito muito intenso.

3.12 - PERCEPÇÃO

Um dos aspectos importantes para a caracterização duma praça são, sem dúvida, os seus limites espaciais. Esta praça tem um limite Norte bastante indefinido, mas não se apresenta como no caso das "praças portuárias" ou das "praças miradouros", abertas num dos lados mas com o limite bastante perceptível.

Aqui, a parte Norte da praça é continuada por uma avenida quase com a mesma largura criando-se por isso esta indefinição. O outro aspecto que se percebe de imediato é a característica arquitectura envolvente, tão contrastante com a comum existente na cidade. Para além disto há a sobreocupação de veículos automóveis, responsáveis pela "pulverização" do espaço peatonal e transmitindo-nos a sensação de um "caos controlado".

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A cidade medieval estruturou-se numa relação entre a Alta

ou monte da Penaventosa, lugar dos poderes instituídos, e a Baixa ou Ribeira, das ligações marítimas e terrestres, do comércio e das artes artesanais. Campos ou Terreiros periféricos foram complementando estas relações primárias até ao século XVIII, altura em que na cidade são abertos novos arruamentos nas zonas alti-planas da cidade e definidas novas praças que vão estruturando a expansão.

Note-se que essas novas praças não tinham a característica marcada de nós de tráfego, como mais tarde vieram a ter as estruturas lisboetas. São sobretudo espaços de formas rectangulares ou triangulares com uma área central apreciável, filiados nos antigos Campos ou Terreiros pré-existentes. A enorme expansão da cidade moderna tem trazido a constituição de novos centros alternativos, como a Rotunda da Boavista e a Foz que competem, cada vez mais com o centro histórico, representado pela Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados. Quanto à Ribeira e à sua praça portuária têm vindo a perder a função de centro alternativo para se tornar numa zona típica e lúdica, explorada também pelo turismo, com espaços de lazer, restaurantes e bares com esplanadas.

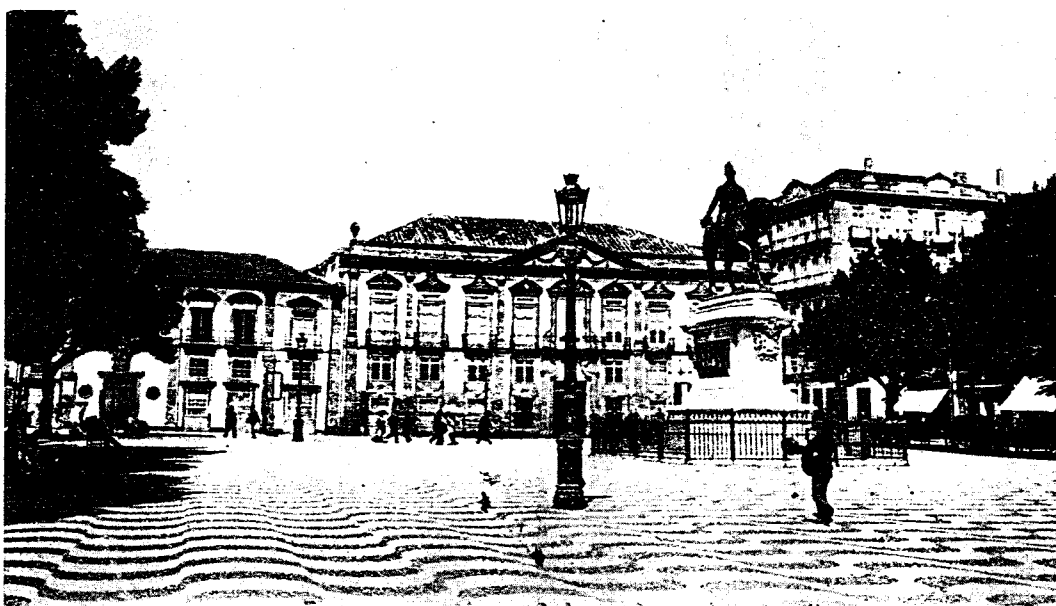
4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça D. Pedro IV (da Liberdade):

Praça derivada de rossio com mercado, reordenada urbanisticamente, eventualmente com igreja.

Praça da Ribeira:

Praça interiorizada por muralhas com localização periférica e proximidade de porto, a que se juntaram eventualmente instituições.



Porto—Praça de D. Pedro e Paços do Concelhô

↳ Editor—Alberto Ferreira—Batalha—Porto



1

2

Fig. 1 - A Praça D. Pedro IV. Ao fundo a Câmara Municipal.

Fig. 2 - A Praça D. Pedro IV depois de demolido todo o lado Norte, aberta a Avenida dos Aliados e reconstruídos edificios envolventes. O aumento de cérceas e a indefinição de limite provocou o atrofiamento da marcação feita pela estátua equestre. Note-se que o projecto para a Avenida dos Aliados, de Barry Parker, definia bastante mais a separação entre a praça e a avenida (veja-se: Marques, 1990; 49).



1
—
2

Fig. 1 - Vista aérea da Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados - o grande espaço central da cidade.

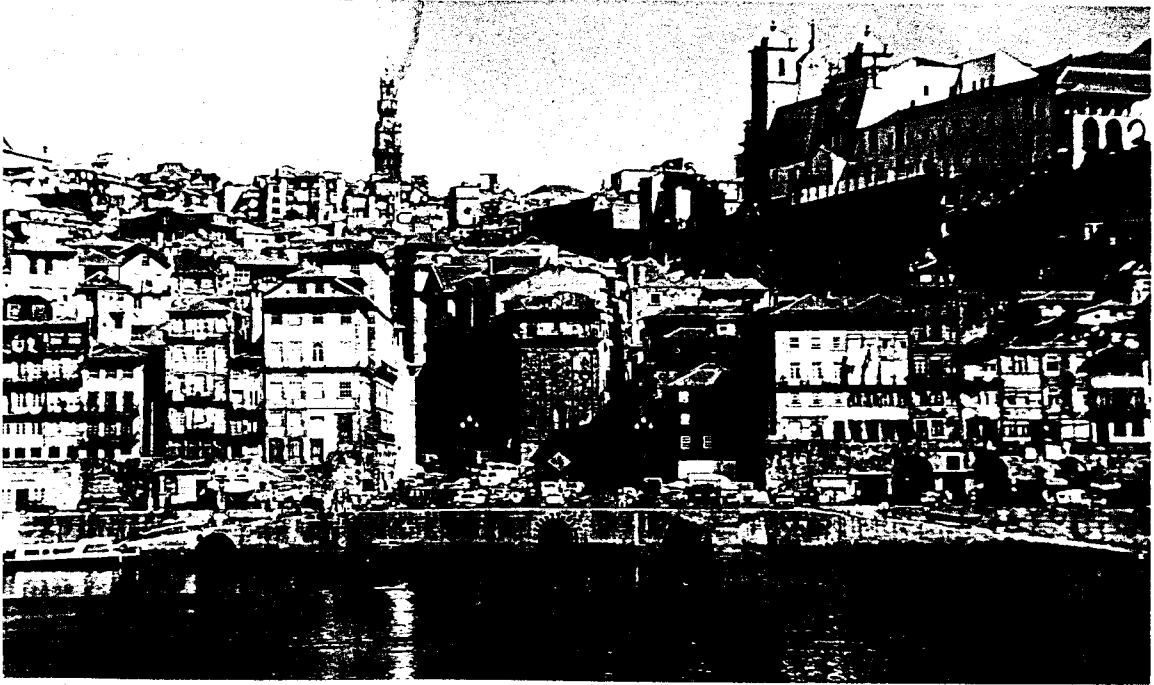
Fig. 2 - Pormenor com a estátua equestre de D. Pedro IV, centro de giração do intenso tráfego.



1
2
3

Fig. 1 - Alçado Sul da praça.

Fig. 2 e 3 - Exemplos do profuso vocabulário formal enfatizado por cúpulas, torreões, telhados imbricados e esculturas diversas. Jogos de opulência que já não têm muito a ver com o clima vivido nas primeiras décadas deste século.



1
2

PRAÇA DA RIBEIRA

Fig. 1 - Imagem das últimas décadas do século XIX mostrando a Praça da Ribeira como local de intensa afluência comercial.

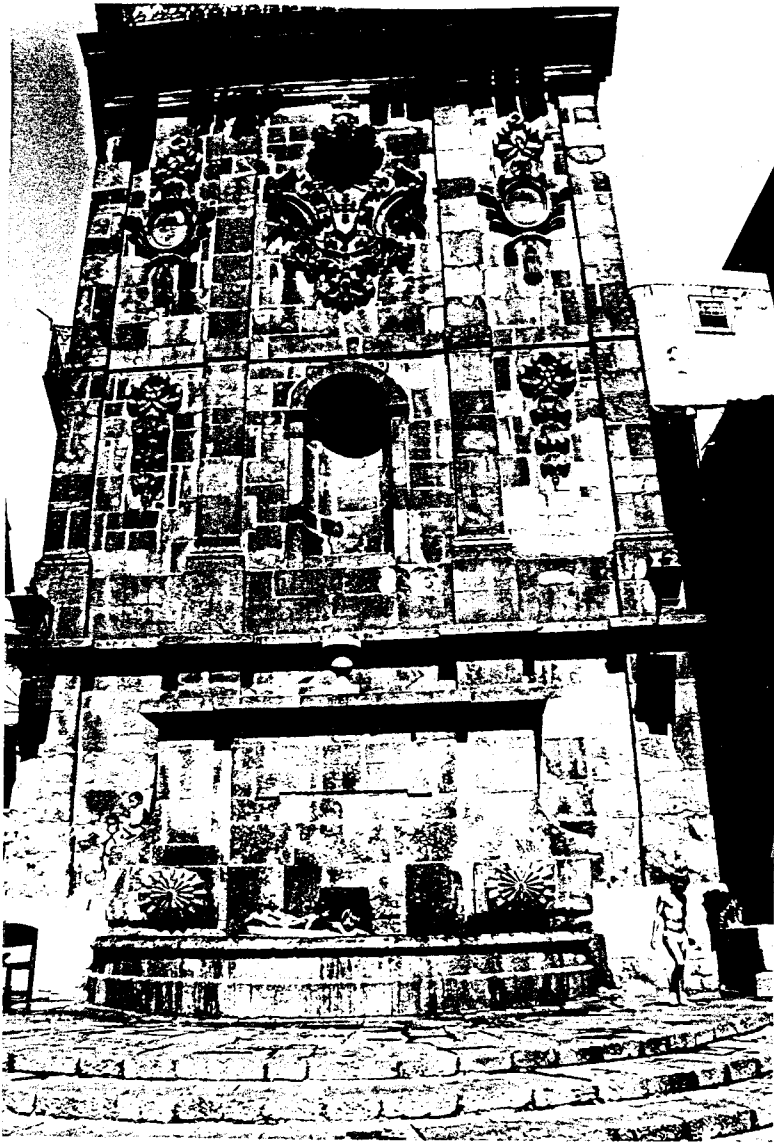
Fig. 2 - A Praça da Ribeira no contexto urbano. A direita e em cima vê-se a Sé e o Paço Episcopal.



1
2

Fig. 1 - A Praça da Ribeira, e a sua abertura para o rio e para Gaia.

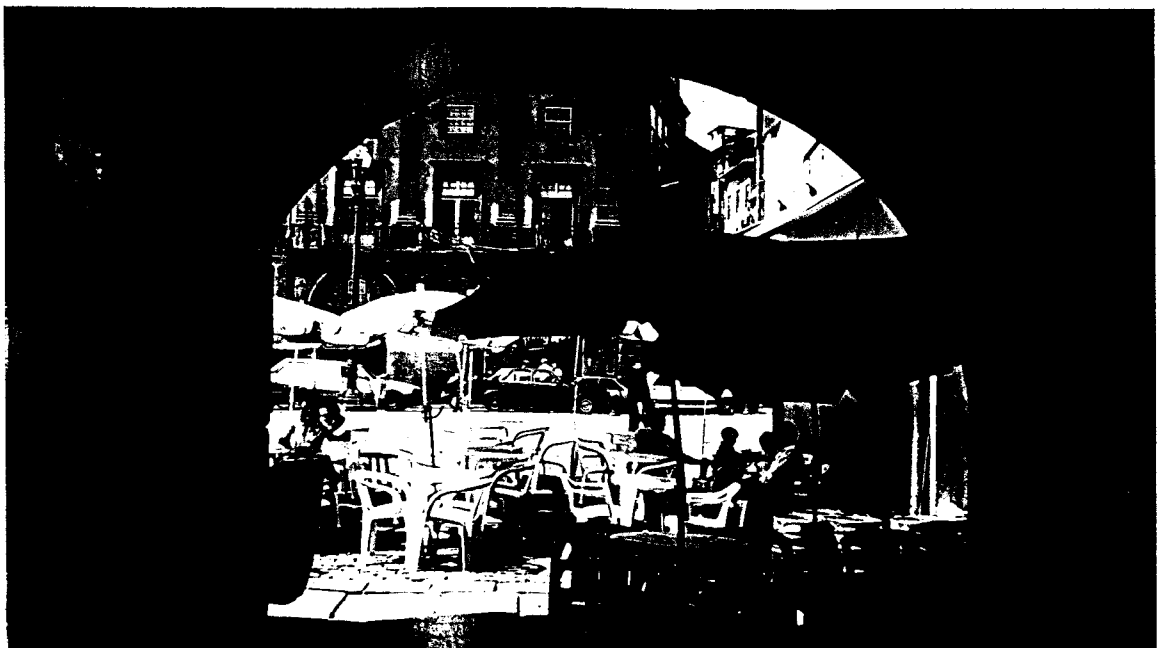
Fig. 2 - O lado Oeste resultante do projecto de Jonh Witehead, mas depois acrescentado e aproveitadas as arcadas. A muralha medieval foi derrubada exteriorizando a praça e o lado Este não chegou a submeter-se ao projecto de remodelação.

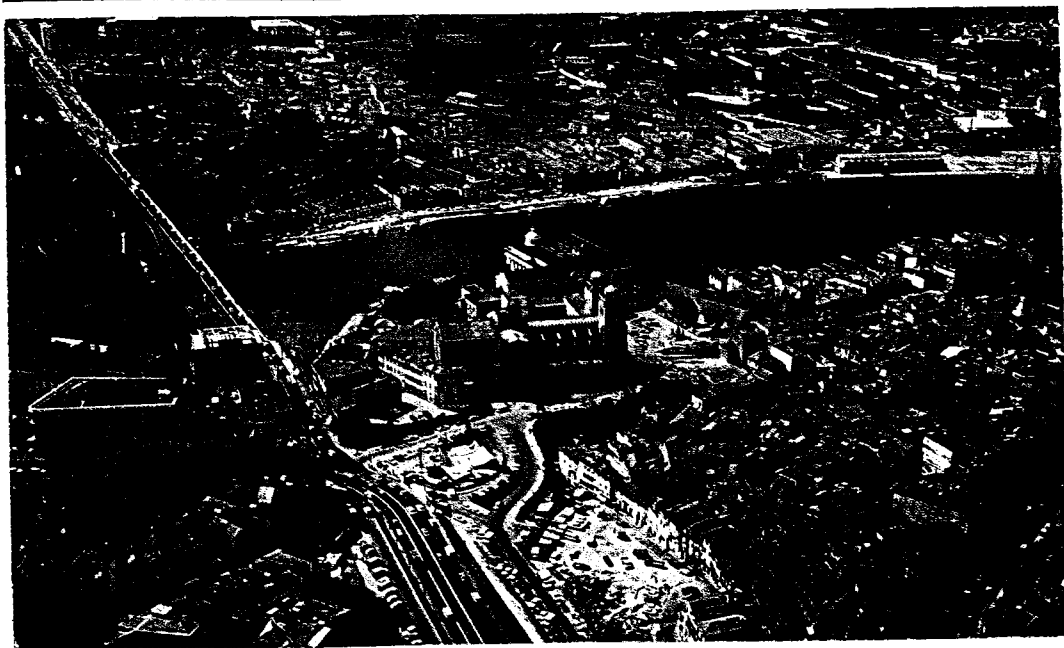


1
—
2

Fig. 1 - A "fonte monumental" riscada ao gosto joanino e realizada a partir de 1784. Hoje pouco útil serve de recreio às crianças da zona.

Fig. 2 - Vista da rua sob os arcos a Este da praça.



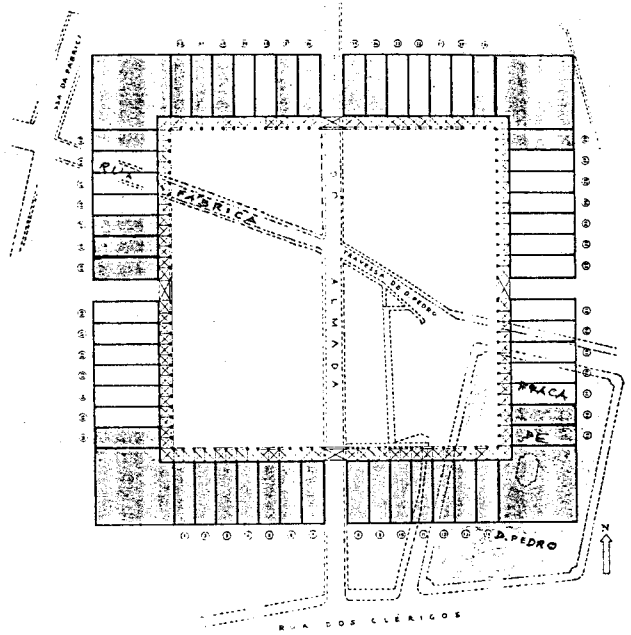
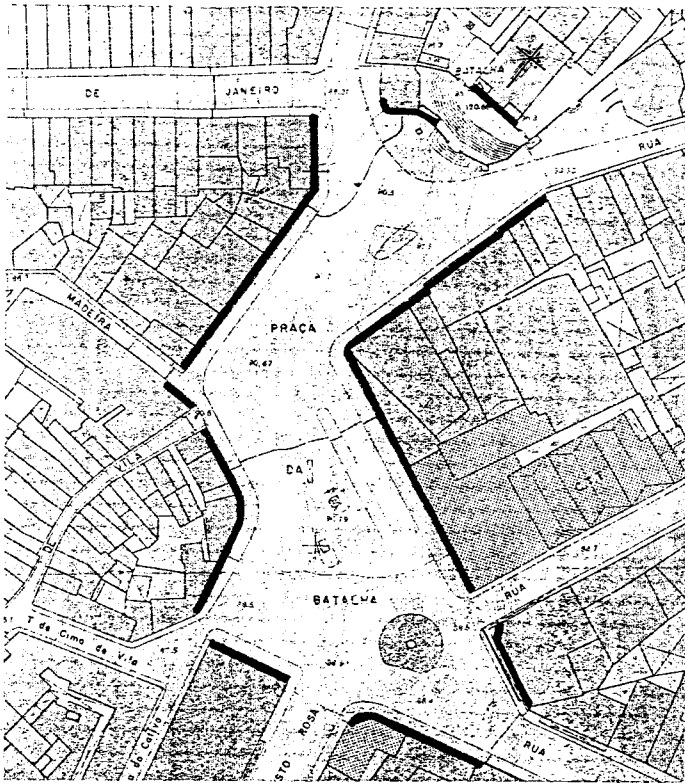


1
2

ADRO DA SÉ

Fig. 1 - O amplo espaço resultante da demolição do casario. O falso pelourinho é obra tal como o adro, dos anos 40.

Fig. 2 - Fotografia aérea onde se vê o adro da Sé e o casario envolvente que persistiu. (ed. ep., Porto)

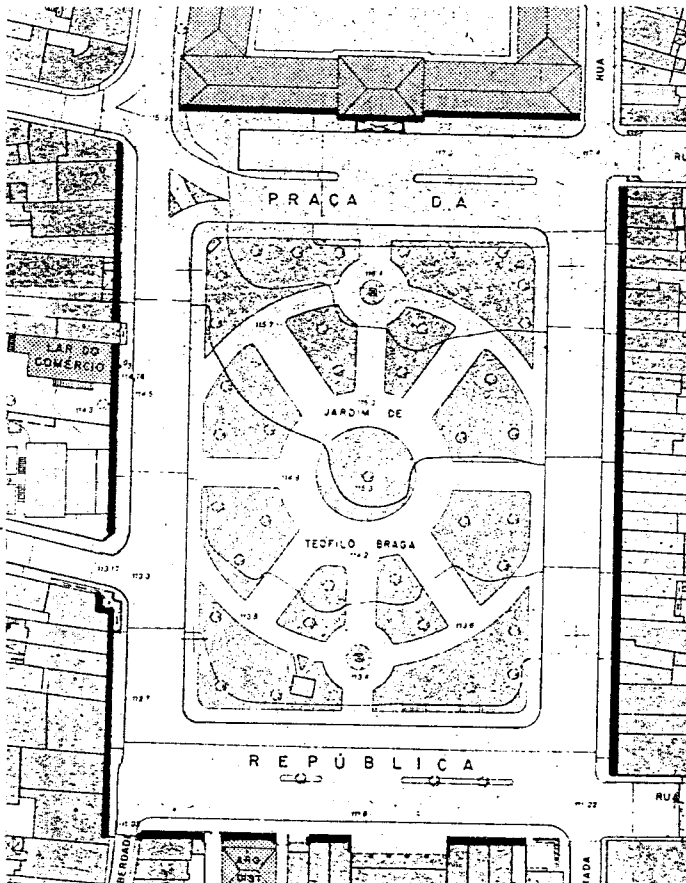


1	2
3	

Fig. 1 - A Praça da Batalha, exemplo de espaço imediato ao exterior da muralha delineado de forma "espontânea".
Esc. 1:4000

Fig. 2 - O plano da praça promovida por D. Tomás D'Almeida para o Campo das Hortas em 1710, coincidindo parcialmente com a Praça Nova ou de D. Pedro IV.
Adaptado de Marie-Thérèse Mandroux-França (1972; 39).

Fig. 3 - A Praça da República, projectada dentro das iniciativas da Junta de Obras Públicas, do séc. XVIII. O vasto tabuleiro ajardinado impede que haja a percepção de praça.
Esc. 1:4000



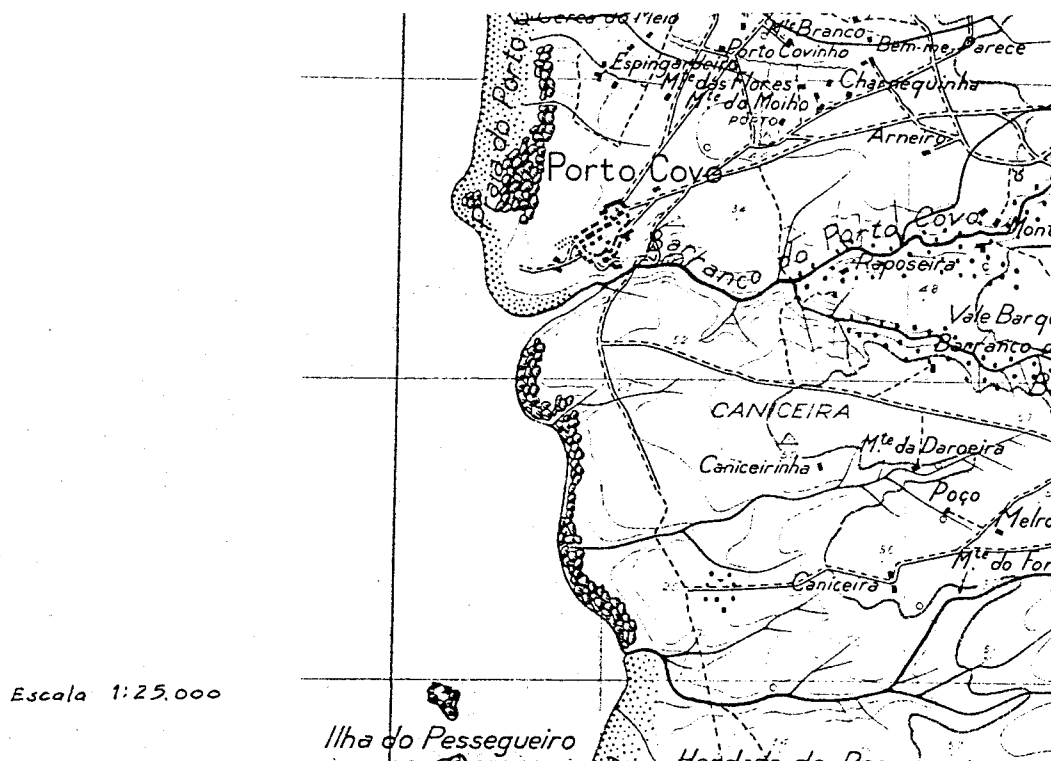


PRAÇA DA BATALHA

Fig. 1 - Imagem de postal antigo (ed. Alberto Ferreira, Porto), mostrando a organização do século XIX.

Fig. 2 - Vista actual para o lado Norte. A actual solução urbanística procurou compatibilizar o trânsito automóvel com a necessidade de espaço para uso peatonal. Esta praça com fortes tradições de uso lúdico constitui o extremo direito de um eixo viário que tem a praça Carlos Alberto no outro extremo e a Praça da Liberdade ao centro.

PORTO COVO



1 - SÍTIO

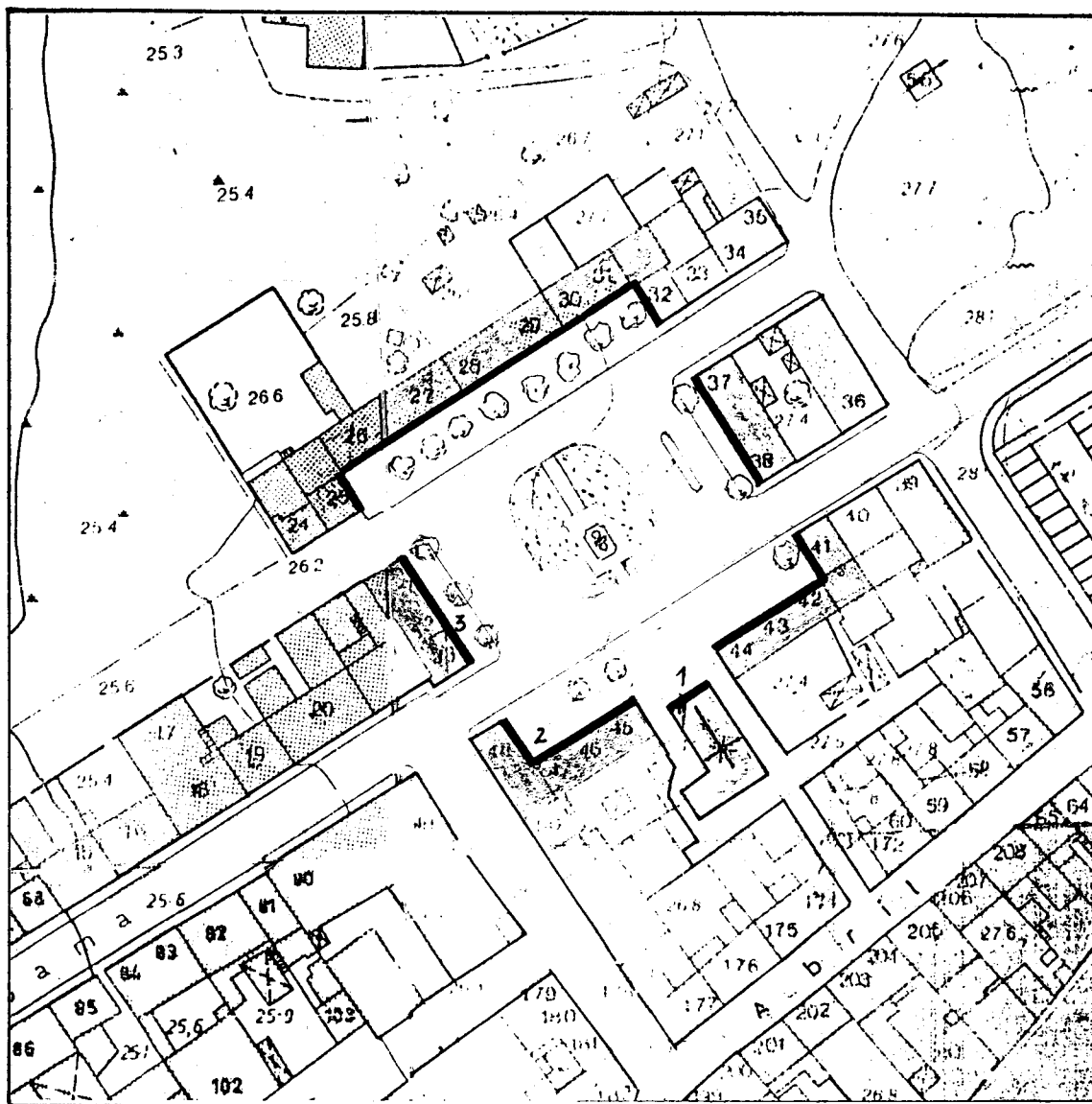
No litoral alentejano, a cerca de 15 km para Sul de Sines, sobre as arribas que nesta zona formam uma costa bastante recortada de pequenas praias e enseadas. A povoação está um pouco recuada em relação à linha de costa e sobranceira a uma estreita angra que penetra terra a dentro e constitui um porto de abrigo seguro. Para o lado oposto à costa estendem-se amplas planícies ocupadas com quintas e montes de exploração agrícola.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Em meados do século XVIII o lugar de Porto Covo era de um lugarejo incipiente que beneficiava da pequena enseada para os barcos de pesca e da planície para a safra cerealífera.

PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL



Escala 1:1000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL

1 - Igreja de Nã Sra. da Soledade

2 - Bar-restaurante com esplanada

3 - Investimentos imobiliários

A restante ocupação é com habitações, num total de 20.

O seu afastamento das vias de comunicação regionais dificultaram outro desenvolvimento. Mas no último quartel do século XVIII um grande capitalista, Jacinto Fernandes Bandeira, decide fundar aqui uma povoação (Quaresma, 1988; 206). Comerciante recentemente enriquecido na maré da burguesia pombalina, aspirou a títulos nobiliárquicos na fase seguinte; depois de nomeado fidalgo cavaleiro em 1794, adquire em 1796 o título de Senhor de Porto Covo e em 1805 o almejado título de Barão de Porto Covo. Para justificar o seu novo estatuto, Bandeira manda elaborar um "*Mappa da configuração do terreno e Porto Covo que se pretende habitar, e cultivar*" e uma "*Planta da nova povoação, do Porto Covo*", provavelmente elaboradas entre 1789 e 1794 (Quaresma, 1988; 207). O plano só foi cumprido em parte reduzida, precisamente na praça, ou "quadro", como foi designada até aos anos 60; é nela que estão patentes as intensões iniciais do arquitecto pombalino.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

De início a povoação teria sido constituída por uma única rua, curiosamente designada por Rua Direita (veja-se Polonah, 1969; 22), que atravessa a praça pombalina. Nela se originou uma segunda rua paralela à primeira.

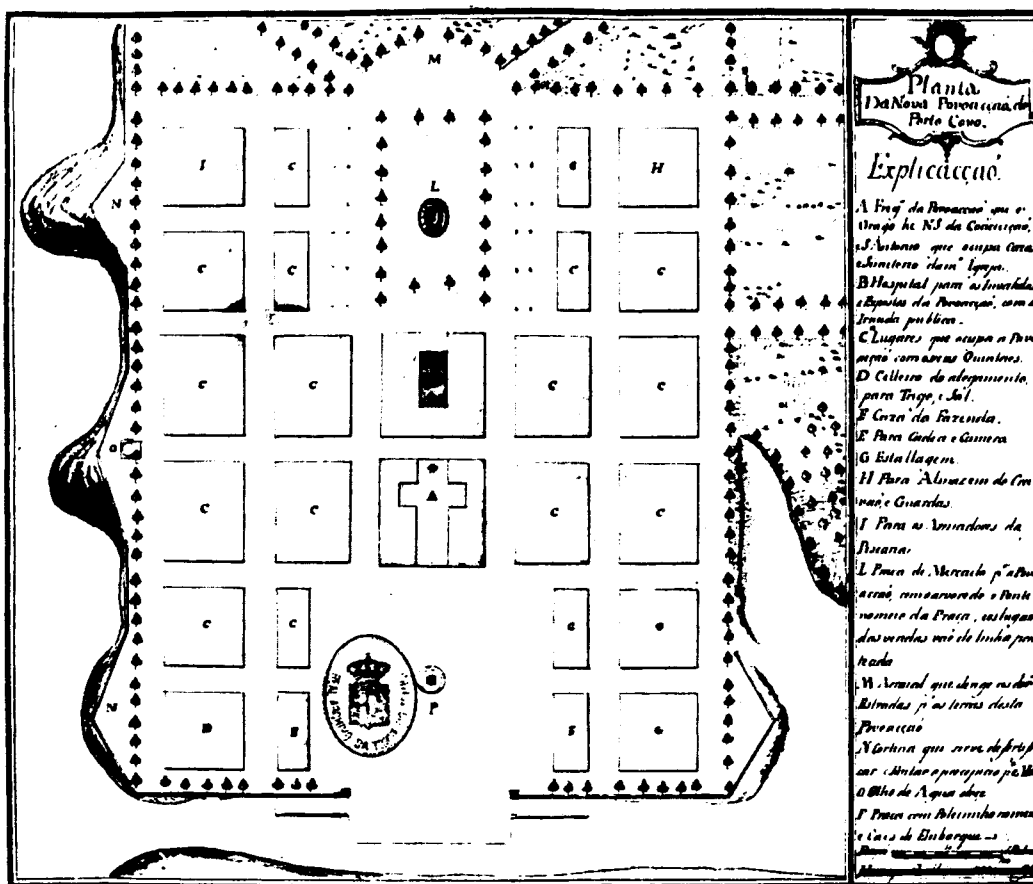
2.3 - MALHA URBANA

A Rua Direita não precisava de ser de traçado serpenteante dada a regularidade do plano onde assenta a povoação. O plano pombalino foi favorecido por essa aptidão natural. No entanto o projectista não deverá ter conhecido o sítio, porque imaginou a povoação situada à beira-mar, desconhecendo que a arriba inviabilizava uma implantação desse tipo. Porém, o plano marcou o traçado da praça e das ruas que dela saem em direcção à costa. O desenvolvimento lento levou ao esquecimento do plano original e por isso, ao surgirem novas travessas e outras ruas, fugiram á ortogonalidade.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

O plano inicial previa duas praças: uma onde se localizaria a administração local e o clero, designada por *praça com poleirinho e cais de embarque* e outra praça dedicada ao mercado para a povoação, *com arvoredos e fonte no meio da*



Planta da povoação de Porto Covo, da autoria do architecto Guilherme D'Oliveira, s/d (adaptado de Quaresma, 1988; II, estampa VII). Atente-se nas duas praças formalmente semelhantes mas com ocupações funcionais bastante diferenciadas.

praça. Esta praça além de casas de habitação a envolvê-la teria o hospital. Há, portanto, programas e intenções bastante diferenciadas para cada um desses espaços: a primeira teria o prestígio das instituições, com o pelourinho a afirmá-la como praça principal; a segunda era para servir as necessidades diárias e deveria ser amenizada com arvoredo e com a fonte. Nenhum dos programas foi cumprido e a praça hoje existente procurou compatibilizar as duas intenções: tem a igreja mas é rodeada de habitações; também tem o chafariz central e alguma arborização mas é totalmente envolvida por construções e não aberta para o campo e continuada em alameda, como era previsto para a praça de mercado. É curioso notar que as duas praças do plano eram abertas num lado, sendo a do pelourinho aberto ao mar e a do mercado aberta para o campo. Não se pode deixar de notar a influência do modelo lisboeta, onde a Praça do Comércio e o Rossio tinham relações idênticas no século XVIII.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento dos lados 47 metros.

Área 2209 m²

3.4 - FORMA

Quadrado perfeito.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$47 / 3 = 15.6$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O "quadro" apresenta-se deslocado quase de 45 graus em relação à linha Nascente-Poente. Cremos que este tipo de orientação, que melhor favorece todos os lados da praça, advém mais das condicionantes do sítio (veja-se a planta 1:25000) do que duma intenção inicial que, aliás, o plano pombalino não mostra.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de pedra irregular de granito nas ruas e de paralelepípedos de calcáreo nos passeios.

3.8 - VEGETAÇÃO

A praça tem uma arborização perimetral com *robinias*, não muito antigas e um ajardinamento no tabuleiro central, a envolver o chafariz, de herbáceas e arbustos.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Depois da forma geométrica da praça é a sua arquitectura que melhor patenteia toda a unidade do espaço, só possível pela existência de um plano prévio. O ritmo regular de portas e janelas, a centralidade rigorosa da igreja quanto ao lado onde se inscreve, a marcação dos cantos da praça com pequenos torreões que proporcionam um primeiro andar, o paralelismo das ruas que saem da praça na direcção da costa, etc, são elementos só conseguidos por um controle prévio.

Mas estas regras que sugereitaram urbanísticamente a praça não obstarão a que a arquitectura fosse de acordo com os modelos tradicionais da região - casas baixas e alongadas, de um único piso a predominar, frentes confinantes com o espaço público e traseiras em contacto com um quintal; pequenos vãos em janelas e as portas têm elas também um postigo para iluminação. A cor impecavelmente branca dos paramentos e o rodapé contínuo de azul escuro em todos os lados da praça reforçam a unidade formal. A pintura a vermelho escuro de portas e aros de janelas dão a riqueza necessária de colorido. A pequena igreja procura integrar-se no conjunto com as suas formas extremamente simples: fachada terminada em empena onde se rasga um janelão sobreposto a um único portal; pilastras sugeridas nos cunhais e rematadas por fogareus, tal como no extremo da empena, dão a sugestão de maior riqueza face às modestas habitações que a rodeiam.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Apenas o chafariz isolado no centro da praça, modesto elemento que pouco se percebe no espaço da praça.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação é predominantemente de habitação, com excepção da igreja, um bar-restaurante com esplanada e um escritório de investimentos imobiliários.

3.12 - PERCEPÇÃO

Frequentemente a percepção que se tem de um lugar não se forma duma única visita mas de várias espaçadas no tempo. Hoje a percepção que temos do "quadro" de Porto Covo já não é o mesmo de há dez anos atrás, quando ainda eram apenas as pequenas casas de sabor alentejano que o limitavam. Actualmente surgiram imediatamente a seguir à praça edifícios de dois pisos e altas empenas que alteram em diversas perspectivas e a horizontalidade vincada de todo o envolvimento, interrompido apenas pela igreja, também ela contida no porte. Mas estas alterações ainda não são suficientes para alterar a sensação de espaço aberto que a praça oferece e que duma forma geral é típico de muitas aldeias e pequenas vilas alentejanas. Isto deve-se a uma maior disponibilidade de solos, o que permite parcelas mais amplas que se adequam às tipologias tradicionais de largas e baixas frentes edificadas. Também a topografia de reduzidos desníveis facilita este como que espraiar das povoações.

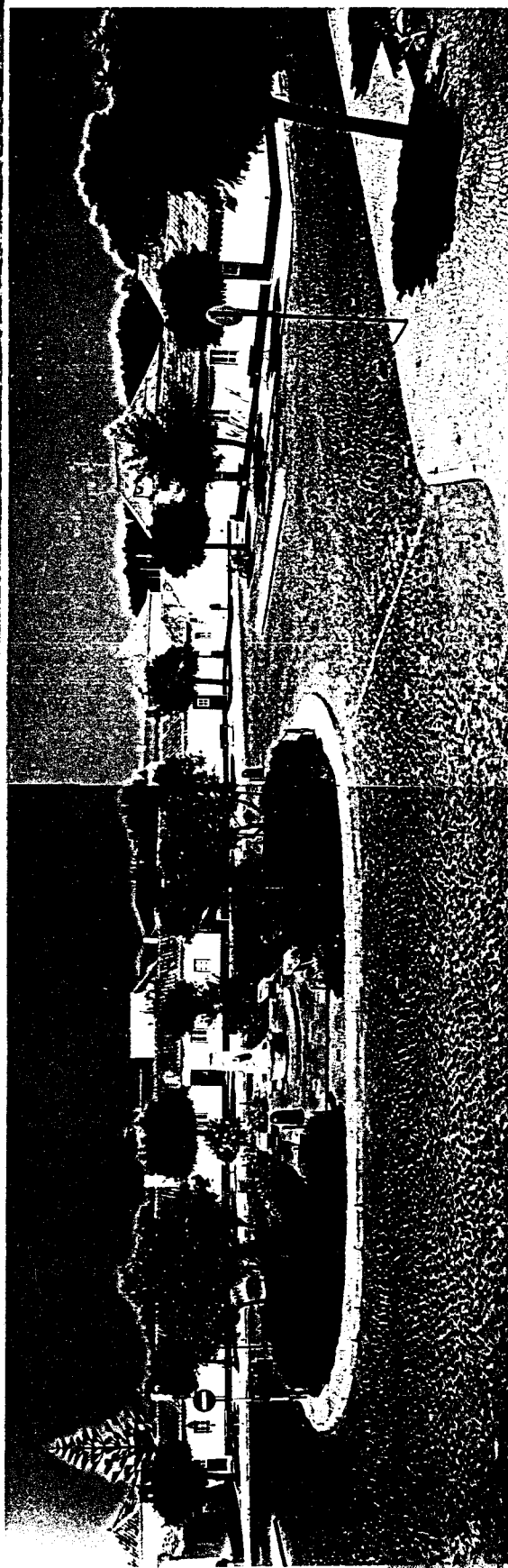
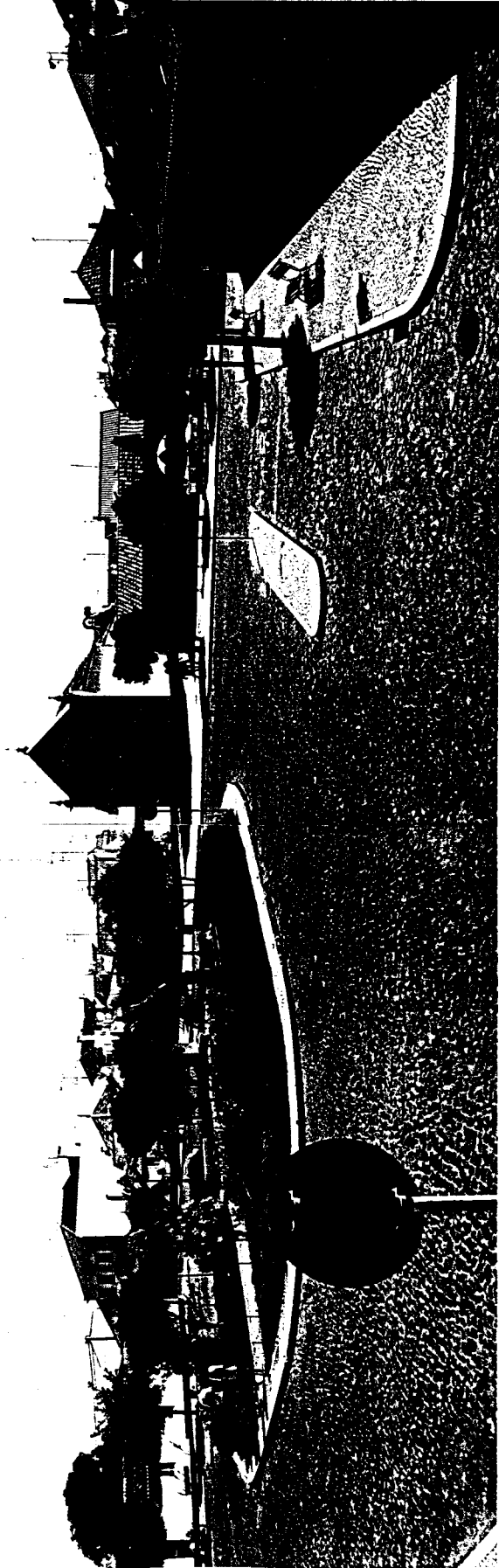
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

A povoação de Porto Covo viu-se confrontada com um plano urbanístico feito em Lisboa e promovido de maneira um tanto artificial por um comerciante endinheirado e desejoso de títulos. Morto o promotor e desinteressados os herdeiros, Porto Covo viu a sua "intervenção pombalina" ficar-se pela praça e pelo alinhamento de duas ruas que suscitou, uma vez que as condições paupérimas em que continuou por todo o século XIX e primeira metade do actual, não lhe facultaram perspectivas de desenvolvimento, tendo o plano inicial sido esquecido.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada urbano-arquitectónicamente, só para habitação ou habitação e instituições (igreja).



1
2

Fig. 1 - Lado Sudeste da praça onde a igreja estabelece a diferença com os restantes lados.
Fig. 2 - Lado Noroeste. A reduzida escala do envolvimento da praça é aqui mais evidente.





$\frac{1}{2}$

Fig. 1 - Vista aérea de Porto Covo, percebendo-se a relação da praça com a malha urbana e desta com a arriba e o porto.

Fig. 2 - Pormenor da praça onde se nota o "amesquinamento" da sua escala pela envolvente próxima.



1	
2	3

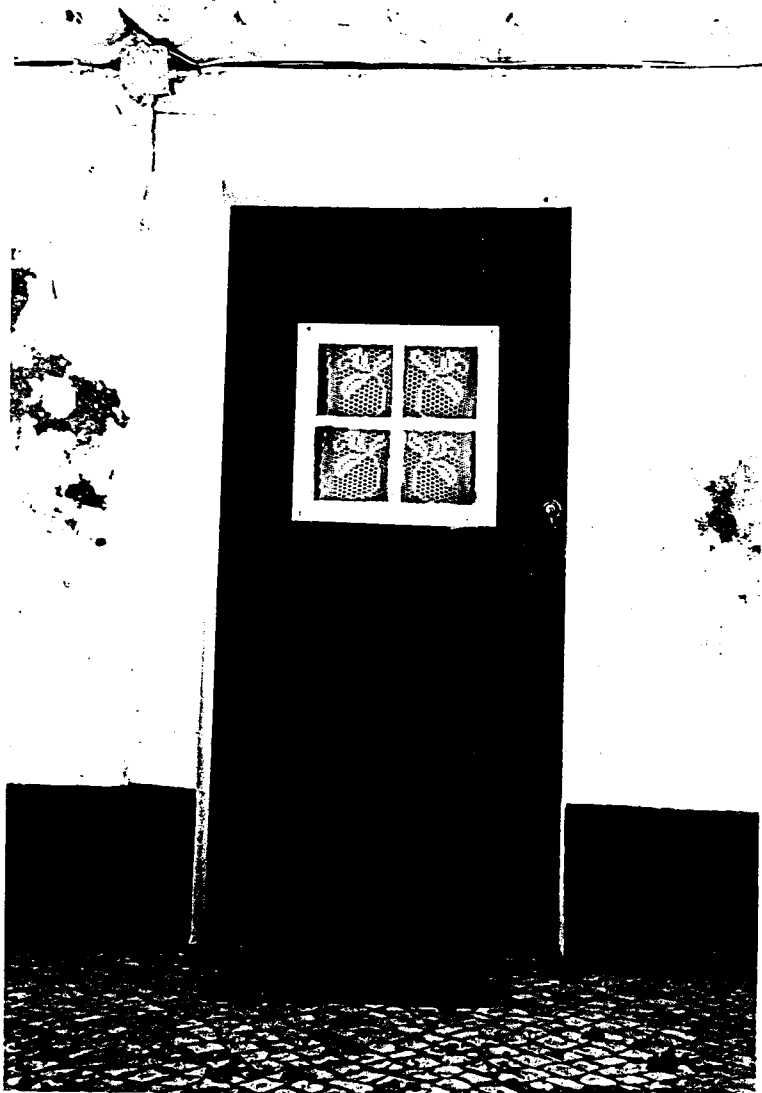
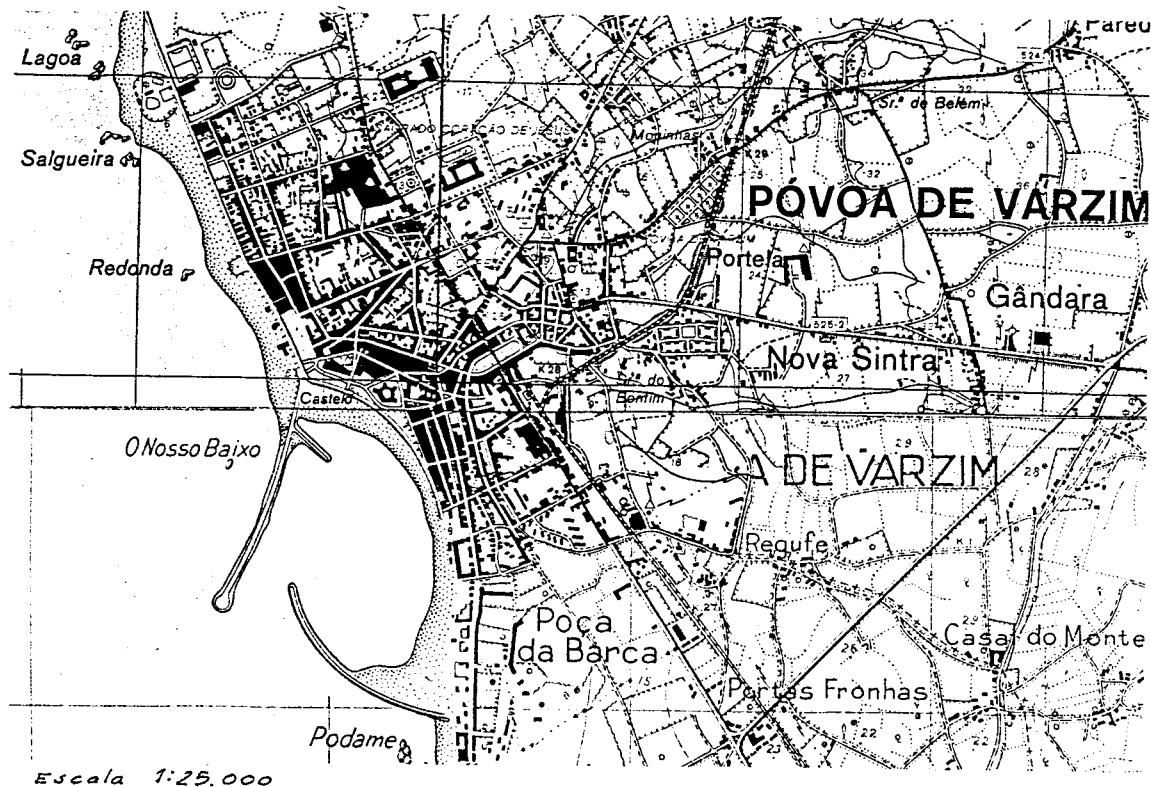


Fig. 1 - Canto Noroeste da praça com um dos quatro torreões.

Fig. 2 - Exemplo do tradicionalismo da arquitectura.

Fig. 3 - Uma das duas ruas que da praça se dirigem para a costa

PÓVOA DO VARZIM



LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO FUNCIONAL

- 1 - R/c + 1 (C.M.P.V.)
- 2 - R/c + 1 (habitação)
- 3 - Em reconstrução
- 4 - R/c (louças) + 1 (hab.)
- 5 - R/c (louças) + 1 (para reconstrução)
- 6 - R/c (garagem de camionagem Linhares)
- 7 - R/c + 1 (hab.)
- 8 - R/c + 1 (Associação Comercial)
- 9 - R/c + 1 (hab.)
- 10- R/c + 2 (hab.)
- 11- R/c + 1 (hab.)
- 12- R/c + 2 (hab.)
- 13- R/c (consultório) + 2 (hab.)
- 14- R/c (barbearia) + 1 (hab.)
- 15- R/c + 1 (hab.) - 1872
- 16- R/c + 2 (hab.)
- 17/19- R/c + 1 (hab.)
- 20- R/c (farmácia) + 2 (hab.) - 1884
- 21- R/c (farmácia) + 1 (hab.)
- 22- R/c (loja de panos) + 2 (hab.)
- 23- R/c + 2 (hab.)
- 24- R/c (garagem de camionagem da Linhares) + 2 (escritórios)
- 25- R/c (agência de viagens) + 1 (cooperativa de habitação) + 2 (devoluto)
- 26- R/c (ex-drogaria) + 2 (hab.)
- 27- R/c (casa de móveis; agência de viagens) + 2 (hab.)
- 28- R/c (loja em remodelação) + 2 (hab.)
- 29- R/c + 2 (banco)

1 - SÍTIO

Sítio plano do litoral atlântico, 15 metros acima do nível médio da água do mar, 28 Km a Norte do Porto.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A zona da Póvoa do Varzim foi povoada desde tempos anteriores à nacionalidade; teve a primeira Carta de Foral no reinado de D. Dinis, passando então a depender do Infante Afonso Sanches, genro do primeiro conde de Barcelos, que em determinada altura doou a povoação ao mosteiro de Santa Clara, de Vila do Conde.

A sujeição monástica durou até ao reinado de D. Manuel, altura em que os poveiros obtiveram a sua alforria e o foral novo, construíram a Casa da Câmara, a Misericórdia, a Igreja Matriz e ergueram o pelourinho (Cf. Proença e outros, 1964; I, 683-684). A Póvoa, tal como Azurara e Vila do Conde, foi desde sempre uma povoação que encontrou a razão de ser no mar. Os seus homens tornaram-se famosos pela forma desassomburada como o enfrentavam. Como na maioria das "póvoas" marítimas do Norte, a agricultura foi a outra actividade de subsistência complementar da pesca.

A praia de Varzim é das mais concorridas do Norte do país, com uma tradição que remonta pelo menos ao século XVIII (Cf. Actas da Câmara Municipal de 5 de Junho de 1776 onde se lê: "...Muita gente que a ella vinha comprar peixe e tambem aos vanhos de mar").

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A povoação começou por constituir um primeiro núcleo habitacional em estreita relação com o porto de mar. As obras do século XVI como a Casa da Câmara, a Misericórdia e a igreja matriz, constituíram outro centro a Nordeste da actual Praça do Almada. Na 1ª metade do século XVIII foi construída a fortaleza defronte da enseada, o que veio a articular as zonas primitivas. O desenvolvimento urbanístico deste século procurou explorar as potenciali-

paralelas e perpendiculares à praia, numa malha de quarteirões bastante maiores.

2.3 - MALHA URBANA

As zonas mais antigas já referidas são de pequenos quarteirões, lotes estreitos e ruas com apreciável linearidade no bairro dos pescadores e mais irregulares no centro interior. A malha derivada das intensões do século XVIII apresenta outra escala, com quarteirões e lotes bastante maiores, linearidade de ruas e regularidade geométrica das praças.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Construído o novo Paço do Concelho em 1797, cujo projecto elaborado pelo tenente coronel Reinaldo Oudinot, condutor de obras públicas no Porto, foi apadrinhado por Almada e Mendonça, começou a delinear-se a *Praça Nova do Almada* em 1806. Nessa data foram medidas e confrontadas as parcelas de terreno estabelecendo-se condições às futuras vendas (veja-se Ferrão, 1989; 102, 109 e Barbosa, 1972; 93). A praça possibilitou uma vasta área urbanizada e a consolidação do centro cívico. Para aqui se transferiu o mercado que antes se fazia de frente da igreja matriz.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento máximo	216 metros
Largura máxima	71,5 metros
Área	13480 m ²

3.4 - FORMA

Em grande parte do seu comprimento apresenta dois lados paralelos; nos topos afunila a Oeste e envieza a Este. A pré-existência de edifícios terão dificultado a implantação de uma figura geométrica perfeita. Em termos de proporções, o maior comprimento é aproximadamente triplo da largura que apresenta na maior parte da área.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$71,5 / 7,5 = 9,5$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O maior eixo apresenta um desvio de 30 graus em relação à linha Este-Oeste. A Câmara está situada com uma exposição a Sudeste, ou seja, com a exposição mais favorável.

3.7 - PAVIMENTO

Em paralelepípedos de granito no arruamento perimetral e em calcáreo branco com desenhos em pedra negra, em toda a zona central do tabuleiro, ao longo do comprimento. A envolver o pelourinho colocado no extremo Oeste do tabuleiro foi aplicado um lajeado que marca uma diferença no pavimento.

3.8 - VEGETAÇÃO

Esta praça é marcada pela frondosa arborização da metade do tabuleiro situado a Oeste; a outra metade é subdividida num extenso empedrado de largura igual ao edifício da Câmara, pontuado nos cantos com ciprestes jovens, e numa área também arborizada, com um monumento a Eça de Queiroz, no seu extremo Este. O "jardim público" foi inaugurado a 27 de Janeiro de 1889, sendo obra do amador de horticultura José de Sá Vieira. Teve vedação com grades de ferro e quatro portões de serventia. A pressão do trânsito levou ao corte do tabuleiro pela rua que passou a constituir um importante eixo viário no sentido Norte-Sul.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Tanto quanto se sabe a praça não chegou a ter uma arquitectura envolvente planeada. O seu primeiro edifício, o Paço do Concelho, não serviu de *Leit-motiv* à restante arquitectura. Enquanto que a obra camarária adoptou uma arcaria térrea de traçado classizante sobre o qual assenta um andar; este é composto por seis janelas e uma varanda de sacada central no alçado voltado à praça. O beirado é encoberto por uma platibanda cega, de pedra, a meio da qual se erguem as armas reais. Este edifício teve obras de reforma entre 1908 e 1910 que lhe alteraram a expressão original. Os restantes edifícios da praça eram na sua maioria de dois e três pisos com a expressão novecentista da arquitectura do Porto: fachadas com múltiplas janelas, estreitas e altas, separadas entre si por estreitos nembos de parede que estruturam os edifícios. As molduras dos vãos são sistematicamente de cantaria e as paredes revestidas a azulejo industrial, surgidos no século passado. Vários prédios patenteiam as suas datas de construção, que vão desde 1858 a 1871. Apesar das soluções arquitectónicas serem bastante simples, a variedade da expressão de fachada para fachada é enorme graças às mudanças de pormenores - cimalkas, balustradas, azulejos, varandas, cantarias, cores de esquadrias, etc. Mas na variedade existente na arquitectura envolvente da praça existia uma unidade global que os novos edifícios quebraram definitivamente com a introdução de proporções formais completamente diferentes.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

São três os elementos isolados mais significativos: o pelourinho manuelino, situado no extremo Sudoeste do tabuleiro; o coreto, colocado na metade Oeste do tabuleiro e o monumento a Eça de Queiroz, no extremo Nordeste do tabuleiro.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

É notável nesta praça a quantidade e diversidade de funções, difícil de encontrar noutras praças do país. Não é o comércio de consumo diário que predomina (três cafés e um barbeiro); são os bancos, as diversas instalações da central de camionagem e as pequenas lojas de consumos ocasionais que ocupam a maior percentagem de ocupação. Alguns

comércios ou serviços de usos excepcionais também aparecem em pequena percentagem (2 stands de automóveis e uma agência de viagens). Serviços importantes, como a Câmara Municipal e a Associação Comercial estão aqui instalados, conferindo a esta praça a dignidade de principal. O trânsito automóvel é intenso na rua que atravessa a praça a meio, o que em parte é vantajoso por libertar a circulação periférica. Quanto ao uso pedonal tem mais intensidade noutros lugares da cidade como o *Passeio Alegre*, frente à praia, ou a Rua da Junqueira, espécie de Rua Direita pelo intenso uso comercial que disfruta.

3.12 - PERCEPÇÃO

Os aspectos perceptivos colhidos nesta praça estruturam-se a partir dos seguintes elementos:

- a dimensão considerável da praça no sentido do comprimento
- a exuberância da vegetação da metade Oeste do tabuleiro
- O edifício da Câmara Municipal tipologicamente diferenciado e destacado na implantação
- O envolvimento arquitectónico feito pelos tradicionais prédios de habitação e comércio de fachadas coloridas, amaneiradas e com um ritmo intenso de vãos de portas e janelas.

A partir destes elementos retiram-se percepções diferentes, como a de alameda rodeada de árvores frondosas que o tabuleiro oferece, ou a estranha composição de arcadas com silharia de estereotomia clássica a que se sobrepõe o andar com o paramento forrado a azulejo azul e branco; as ruas perimetrais oferecem uma expressão particular pela relação entre o ritmo da arquitectura e a extensão da praça; por outro lado, ao serem limitadas pelo maciço vegetal central sugerem ser ruas-canais e não ruas circundantes da praça.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

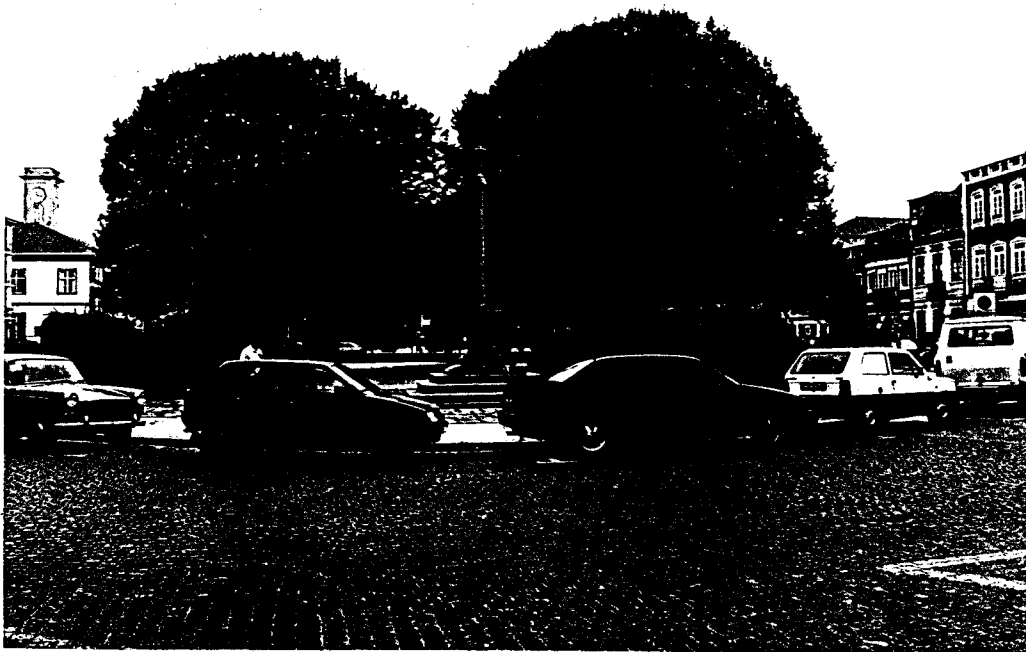
A Póvoa do Varzim é exemplo de um centro urbano assente nas artes da pesca e da lavoura e onde a introdução de forma intensiva do turismo alterou consideravelmente toda a dinâmica urbana. As intervenções urbanísticas promovidas pelos Almadas estruturaram a povoação mas não marcaram a sua arquitectura, que se manteve influenciada pela do Porto do século XIX. O mesmo sucedeu com a Praça do Almada, delineada no seu traçado mas abandonada à sua sorte quanto à arquitectura envolvente, de maneira idêntica ao que aconteceu com a Praça da República do Porto.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada urbanisticamente com Casa da Câmara e outros serviços públicos.



Fig. 1 - O edifício da Câmara Municipal, com a fachada resultante das intervenções do princípio do século.



1
—
2

Fig. 1 - O Jardim da Praça do Almada nas primeiras décadas deste século. (postal editado pela Livraria Barateira, Lisboa)

Fig. 2 - O jardim da praça na actualidade. As frondosas tílias inviabilizam a leitura global do espaço; com as ruas perimetrais da praça alterna a alameda central do jardim.



1

2

Fig. 1 e 2 - Exemplos da arquitectura típica envolvente da Praça do Almada. Nas lápides colocadas junto às cornijas leem-se as datas de 1870, 1861 e 1871. Atente-se no ritmo intenso dos vãos, nas varandas, platibandas e forros a azulejo.

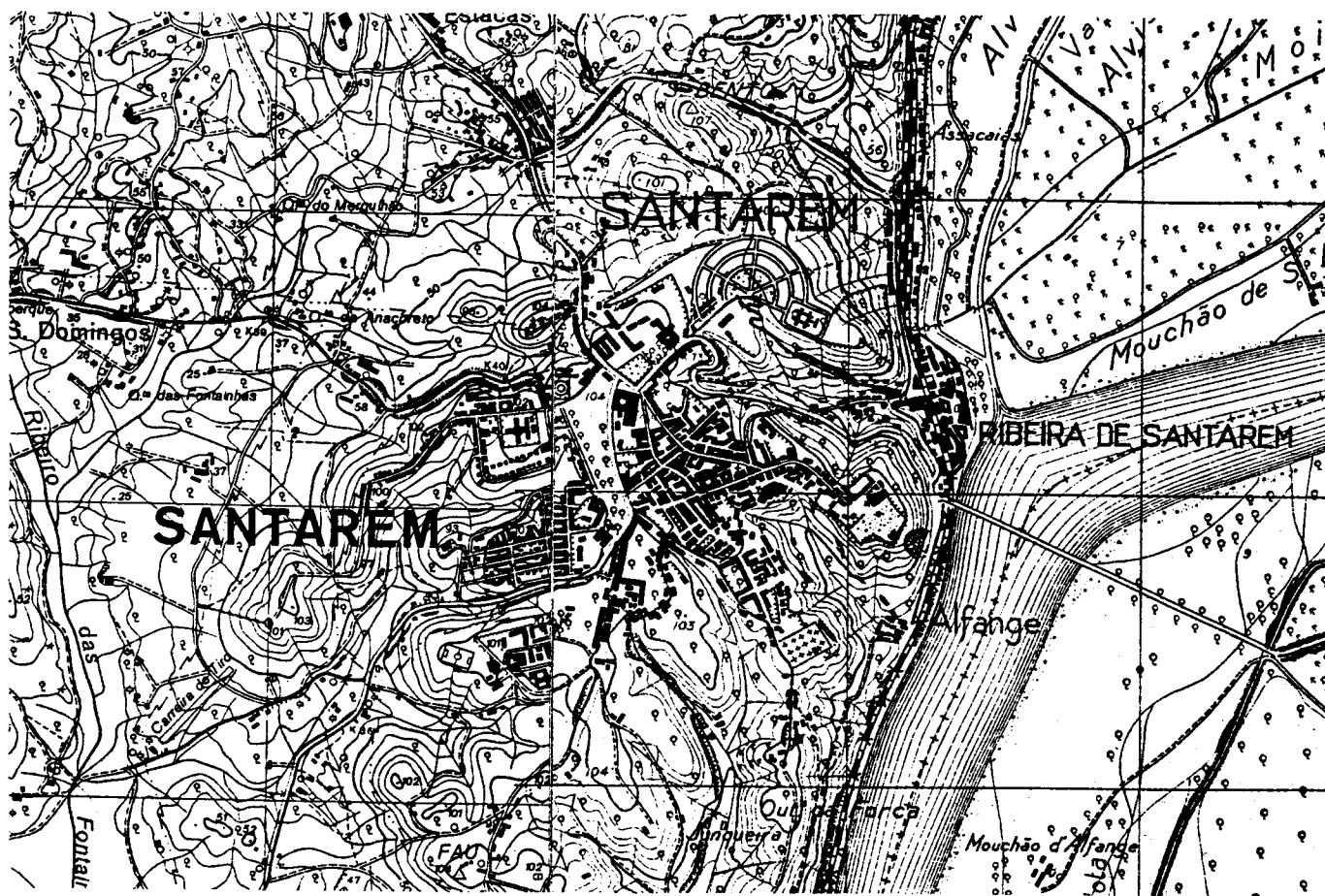


1
—
2

Fig. 1 - Exemplo da rutura de escala provocada por um edificio moderno.

Fig. 2 - Exemplo de um outro edificio que interrompe a unidade de expressão arquitectónica que antes existia.

SANTARÉM



Escala 1:25000

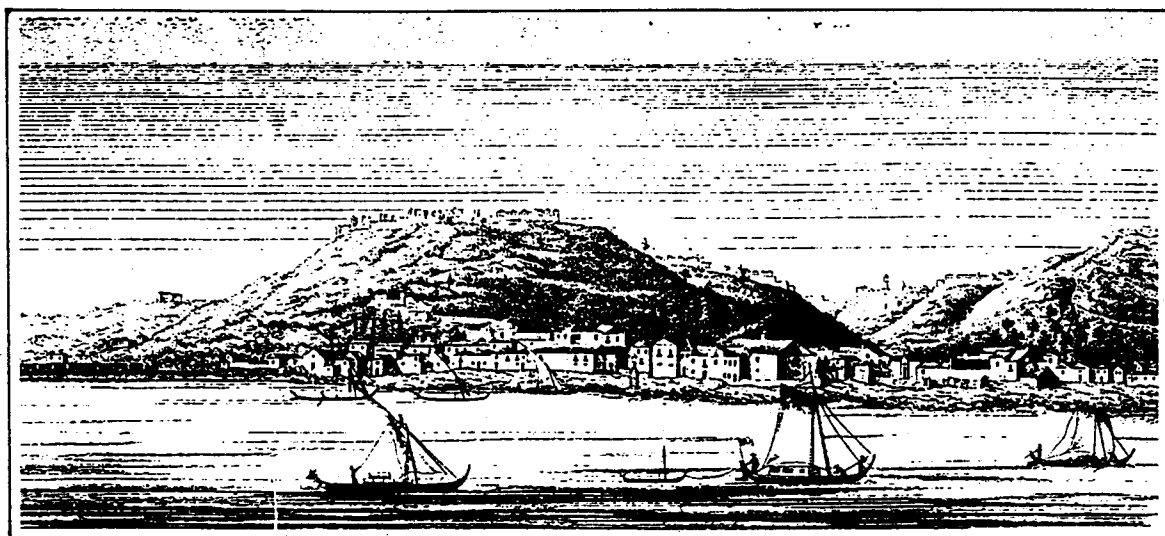
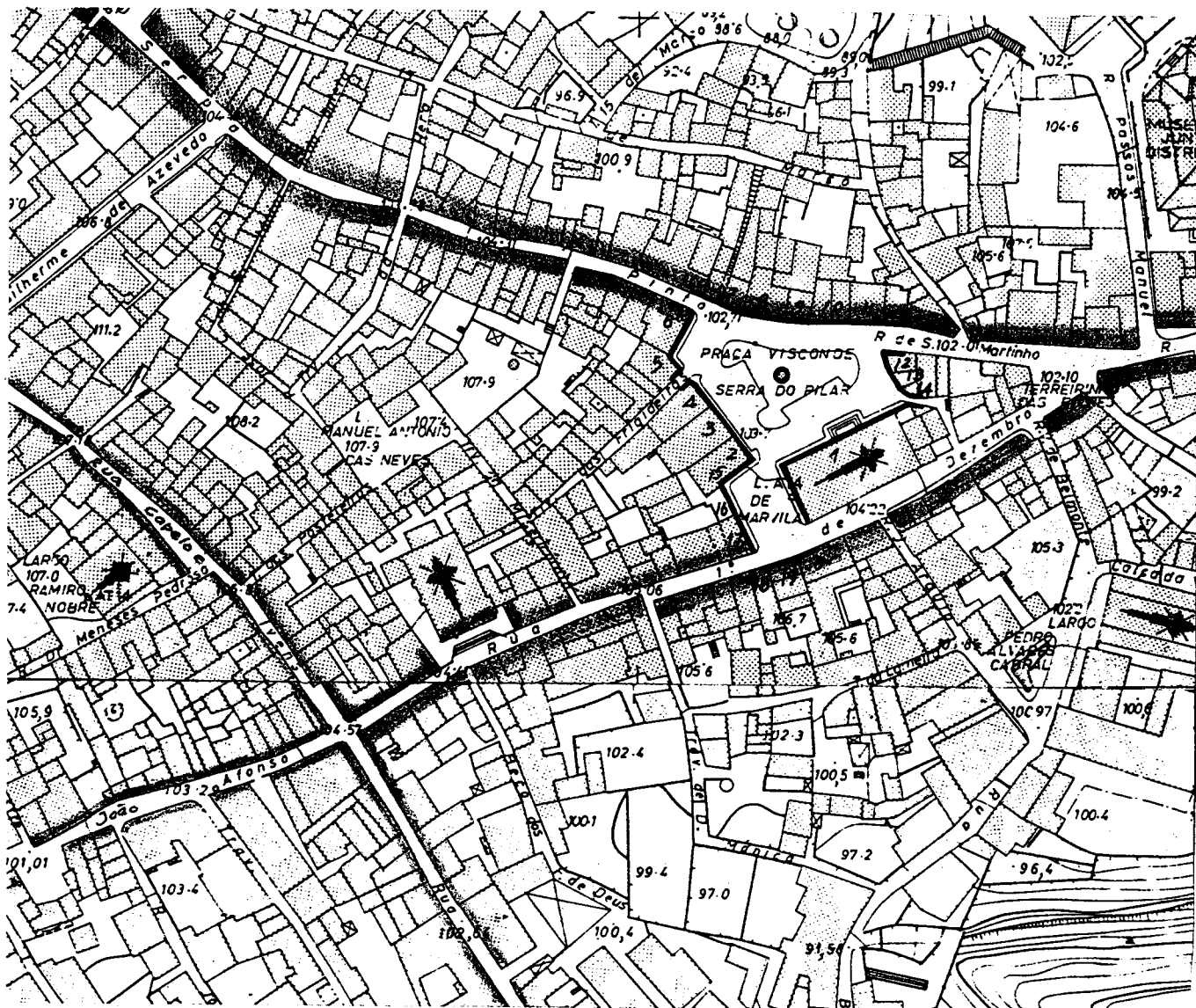


Fig. 1 - Santarém e envolência. Carta militar, esc. 1:25000.

Fig. 2 - Desenho de Manuel José Guerra, 1861, in AAVV, "Santarém, A cidade e os homens", Junta Distrital de Santarém, 1979.

PRAÇA VISCONDE SERRA DO PILAR

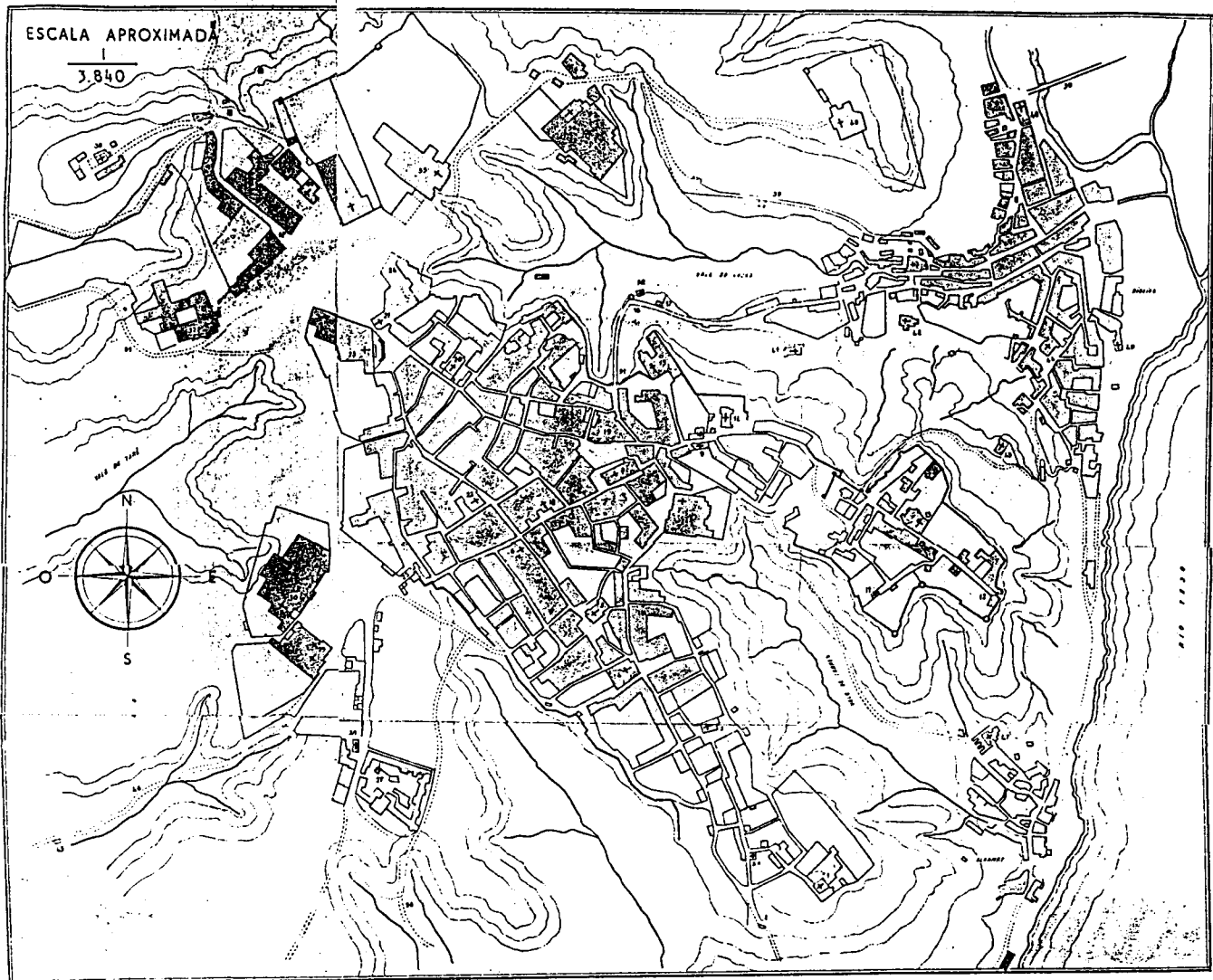


OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA VISCONDE SERRA DO PILAR

- 1 - Igreja de Marvila
- 2 - R/c (loja de modas) + 2 (Serviços Regionais de Hidráulica)
- 3 - R/c (loja de panos) + 2 1/2 (Serviços Regionais de Hidráulica)
- 4 - R/c (loja devoluta) + 2 (escritórios)
- 5 - R/c (artigos eléctricos) + 1 (advogado) + 2 (habitação)
- 6 - R/c (loja de panos; artigos de desporto) + 2 1/2 (hab.)
- 7 - R/c (loja de panos; roupas; túnel de atravessamento) + 3 (hab.)
- 8 - R/c + 2 (serviços municipalizados da CMS - antiga Câmara)
- 9 - R/c (depósito de pão) + 2 (hab.)
- 10- R/c (loja de panos) + 2 (hab.)
- 11- R/c (pastelaria) + 3 (cabeleireiro e habitação)
- 12- R/c (frutaria) + 2 (hab.)
- 13- R/c (loja fechada) + 2 (hab.)
- 14- R/c + 2 (hab.)
- 15- R/c (retrosoria)
- 16- R/c (artigos de desporto) + 1 1/2 (advogados; habitação)
- 17- R/c (móveis) + 1 (cabeleireiro)
- 18- R/c (secretariado paroquial; loja devoluta) + 2 (hab.)
- 19- R/c (supermercado) + 2 (escritório; habitação)

PLANTA DE SANTAREM

MEADOS DO SECULO XVIII



LEGENDA

1. CONVENTO DOS CAPUCHOS. 2. POSTIGO DE VALADA. 2A. IGREJA DE S. LOURENÇO (FREG.º). 3. IGREJA DE S. JULIÃO (FREG.º). 4. RECOLHIMENTO DAS CAPUCHAS. 5. IGREJA DOS MILAGRES (FREG.º). 6. HOSPITAL. 7. CONVENTO DA GRACA. 8. IGREJA DE MARVILA (FREG.º). 9. IGREJA DE S. JOÃO. 10. TORRE DO RELOGIO. 11. IGREJA DE S. PEDRO. 12. PORTA DO SOL. 13. MATRIZ DE ALCACOVA (FREG.º). 14. IGREJA DE S. MARTINHO (FREG.º). 15. CONVENTO DO CARMO. 16. CALÇADA DA ATAMARMA. 17. FONTE DE S. ONOFRE. 18. MISERICORDIA. 19. CADEIA. 20. IGREJA DO SALVADOR (FREG.º). 21. CONVENTO DOS AGOSTINHOS DESCALÇOS. 22. IGREJA DE S. NICOLAU (FREG.º). 23. CONVENTO QUE FOI DOS JESUITAS. 24. IRMANDADE DE S. SEBASTIÃO. 25. PORTA DE MANSOS. 26. ESTRADA DE VALADA. 27. PATEO DE S. LAZARO. 28. IGREJA DE N. SNRA. DAS ANGIÍTIAS. 29. CONVENTO DO SÍTIO. 30. CONVENTO DE S. DOMINGOS DAS DORES. 31. CALÇADA DE S. DOMINGOS. 32. CONVENTO DE S. DOMINGOS. 33. IRMANDADE DO ESPIRITO SANTO. 34. CONVENTO DA TRINDADE. 35. CONVENTO DE S. FRANCISCO. 36. CONVENTO DE SANTA CLARA. 37. CALÇADA DO MONTE. 38. SNRA. DO MONTE (IGREJA). 39. CALÇADA DE SANTA CLARA. 40. CONVENTO DE S. BENTO. 41. IGREJA DE S. MATEUS (FREG.º). 42. IGREJA DE SANTA CRUZ (FREG.º). 43. IGREJA DE S. TIAGO (FREG.º). 44. IGREJA DE SANTA LUZIA (FREG.º). 45. FONTE DAS PADEIRAS. 46. ESTRADA PARA LISBOA. 47. S. JOÃO DE ALFANGE (FREG.º). 48. HOSPITAL. 49. ERMIDA DE SANTA LUZIA. 50. ESTRADA PARA A GOLEGÃ. 51. PORTA DA ATAMARMA. 52. IRMANDADE DE S. ONOFRE.

13 CONVENTOS. 13 FREGUESIAS. 6 OUTRAS IGREJAS. 3 IRMANDADES.

Reprodução de uma planta de Santarém atribuída aos meados do século XVIII, em que se verifica a estrutura do centro histórico idêntica à actual. Arquivo Municipal.

PRINCIPAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM

A - Primitivo adro de igreja e lugar de mercado junto à alcaçova.

B - Praça Velha (actual Praça Visconde Serra do Pilar).

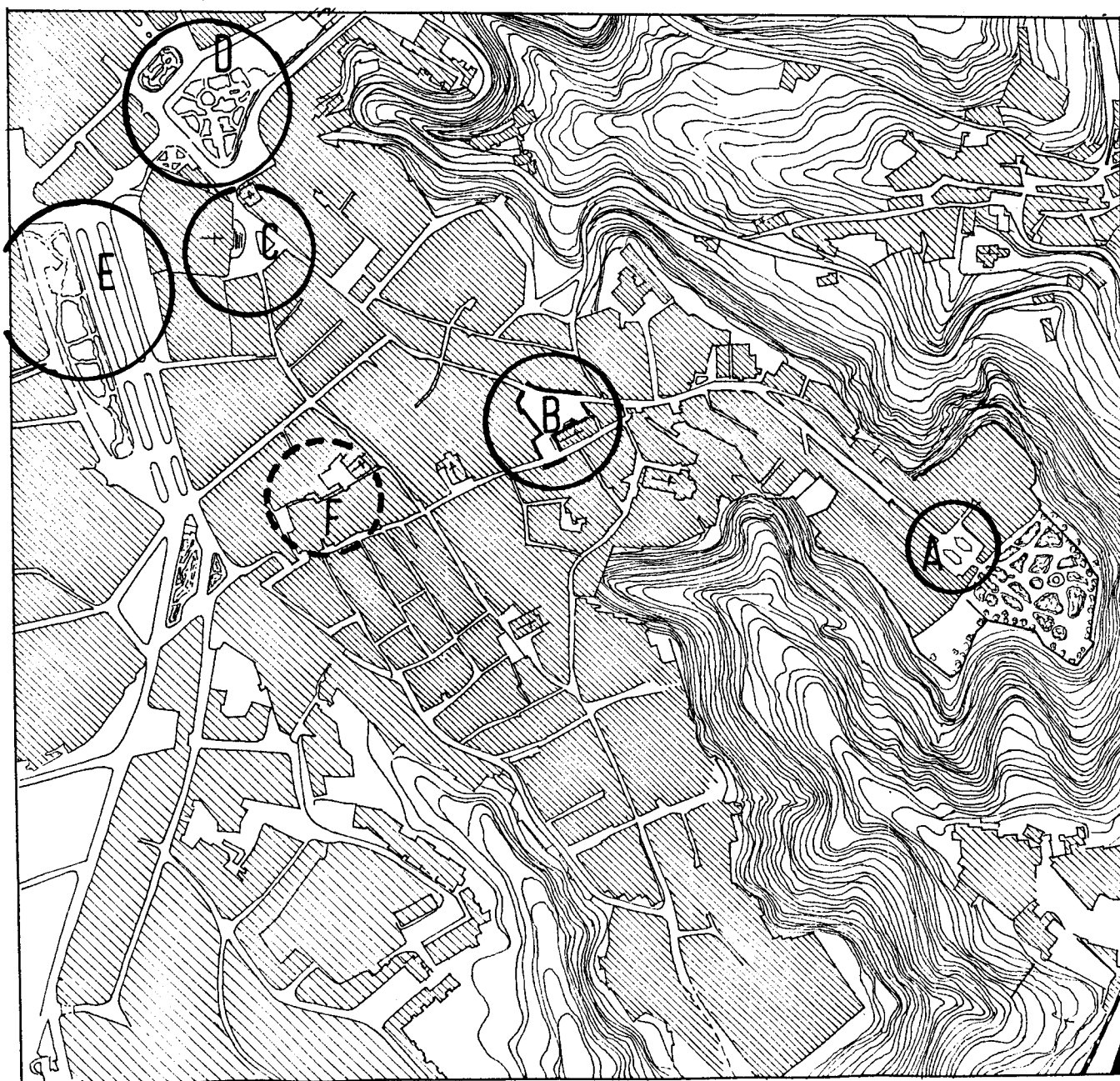
C - Largo da Alcaçova Nova ou do Seminário (actual Praça Sá da Bandeira)

D - Chão da feira exterior à Porta de Leiria (actual jardim da República)

E - Campo Fora da Vila e Rossio da Porta de Menços (actual Av. Marquês Sá da Bandeira).

F - Localização aproximada da primitiva Praça Velha de Marvila (cf. Beirante 1980; 79).

As ruas sublinhadas correspondem ao hipotético traçado romano ou a traçado geométrico medieval. (Garcia, 1977; 74. Mantas, 1985; 16)



Adaptado da carta 1:5.000 - C.M.S.

1 - SÍTIO

Santarém reúne condições naturais determinantes para o seu povoamento desde os tempos mais remotos:

a - Local planáltico limitado por escarpas sobranceiras à margem direita do rio Tejo.

b - Boa localização quanto às vias de transporte antigas; na época romana juntavam-se em Santarém a via de Lisboa para o Norte do país com outras duas vindas de Espanha. Por via fluvial era fácil a navegação até Lisboa ou, para montante, até Abrantes.

c - A envolvência por uma vasta área de terras férteis e diversificadas - as de aluvião das margens do Tejo ou as terras mais altas calcáreas, argilosas ou arenosas.

Próxima do rio, a cidade está na sua maior parte protegida das cheias cíclicas do Tejo, pela situação alpendurada que disfruta, com um desnível aproximado de 100 metros em relação às zonas marginais da Ribeira e do Alfange.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

As condições naturais do sítio e a sua localização no território foram determinantes para que a cidade desempenhasse importantes funções estratégicas, comerciais e agrícolas, servindo de local de acampamento aos exércitos de César, transformando-se de seguida em colónia onde se estabeleceram soldados desmobilizados, recompensados com lotes de terras (cf. Garcia, 1977; 79).

No princípio da nacionalidade estabeleceram-se em Santarém importantes Ordens, como as do Templo, Calatrava, Santiago e do Hospital. A cidade teve um progresso constante, embora descontínuo, sendo com frequência morada da corte. No 19 quartel de século XV era das cidades mais povoadas do reino, juntamente com Lisboa, Évora, Coimbra e Guimarães (cf. Marques, 1977; I, 130).

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A cidade divide-se em três zonas distintas separadas entre si por acidentes geográficos: a Ribeira e o Alfange, situadas junto à margem do rio Tejo, e Marvila na zona alta; um desnível de cerca de 90 metros separa Marvila das zonas

marginais. Tudo leva a crer que a cidade se desenvolveu a partir do esporão da alcaçova, embora esteja por concluir este facto por falta de elementos comparativos. A topografia de Marvila constituída por plainos divididos por fundos vales, obrigou a uma forma urbana pouco comum: a partir da alcaçova situada no monte mais isolado e rodeado de encostas mais abruptas cresceu a urbe, alargando nas zonas mais planas, onde veio a constituir-se o centro e alastrando por outros estreitos festos. Daí resultou uma forma tentacular onde se conjuga a adaptação à topografia com as extensões ao longo das vias, podendo ser descrita como o fez Frei Luis Cácegas (1866; 147-150) como a forma de uma mão aberta onde os intervalos entre dedos correspondem a encostas e vales.

2.3 - MALHA URBANA

A morfologia particular da cidade terá contribuído para que a urbe tivesse dificuldade em afirmar-se com uma estrutura radiocêntrica e daí a itinerância dos lugares tidos como praça principal em cada época: começando por situar-se junto à alcaçova, logo com D. Afonso III o Paço é mandado para junto da Porta de Leiria, a Norte, no local que coincide com a actual Sé e Seminário, passando a designar-se o local por Alcaçova Nova (cf. Beirante, 1980; 61). Este facto ajuda a consolidar um antigo eixo marcado pela Rua Direita da Porta de Leiria, espécie de "cordão umbilical" de ligação à primitiva zona acastelada, a que se contrapõe a rua Direita da Porta de Manços (actual Rua João Afonso). Ambas constituíram as mais importantes vias comerciais durante as épocas em que a urbe viveu contida intramuros. Entretanto outra rua começa a ser indicada como importante para a determinação da malha - a actual Rua Capelo e Ivens, continuada pela rua Miguel Bombarda que, segundo Mantas (1985; 16) coincidiria com um antigo caminho de acesso. As três ruas configuram aproximadamente um A, mas com um desenvolvimento ondulante que dá origem a outras ruas e travessas mais ou menos irregulares e estreitas e que se alargam para constituírem adros de igrejas. Este tipo de malha derivado da época medieval e que em grande parte se manteve até ao século XX, contrasta bastante com a cidade construída extramuros, com ruas e avenidas largas que desde logo os amplos terreiros do Chão da Feira, da Carreira dos Cavalos ou do Rossio à Porta de Manços, possibilitaram (veja-se Beirante, 1980; 21-22).

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Na Santarém medieval a "praça da vila" era a praça de Marvila (actualmente Visconde da Serra do Pilar). Era nela que figurava o pelourinho e a Casa da Câmara, referida desde 1377 (Beirante, 1980; 74). Nela existia também a prisão, uma estalagem e perto um açougue. Era o verdadeiro centro cívico, local de mercado e de reunião. Tangente à Rua Direita e à ilhargia da igreja de Marvila, onde os vigários gerais do arcediogo de Santarém davam audiências em nome dos arcebispos de Lisboa (ibidem; 75). Nela se representam, portanto, o clero e o município, enquanto junto à Porta de Leiria estaria o Paço real, até que no século XVII é construído sobre as suas ruínas do Paço Real o Real Colégio de Nã Srã da Conceição, depois Seminário e Sé. Frei Luis Cácegas (1866; 1274-1275) descreve: "... he huma fermosa, e estendida praça diante da porta que chamão de Leiria, que fica ao Norte da Villa, cercada de Mosteiros, e casas nobres e por rezão do uso em que serve em muitos dias do anno tem o nome de Chão da Feira.". Era, pois outro espaço polarizador em vias de consolidação ("cercada de mosteiros e casas nobres") derivado de antigo rossio, o que significa uma alternância à Praça Velha. Outro espaço actualmente importante está na avenida e parque Sá da Bandeira, onde até ao século XIX e princípios de XX existiu o Campo Fora da Vila, vasto terreiro que foi local de largada de toiros, paradas militares, etc, e que veio a transformar-se numa nova zona central, relegando para segunda importância a Praça Velha, o centro histórico da cidade.

3.2 - TOPOGRAFIA

Sensivelmente plana.

3.3 - DIMENSÕES

$$\begin{array}{rcl} 48 \times 27 \text{ m} & = & 1296 \text{ m}^2 \\ 48 \times 28 / 2 & = & 672 \text{ m}^2 \\ 50 \times 9 / 2 & = & 225 \text{ m}^2 \\ 18 \times 17 & = & 306 \text{ m}^2 \end{array}$$

Área total 2699 m² (incluindo o adro frontal)

3.4 - FORMA

Poligonal irregular, em ligação com o adro frontal sensivelmente trapezoidal regular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

40 / 9 = 4,4

3.6 - EXPOSIÇÃO

A igreja de Marvila orienta-se segundo um eixo Nordeste-Sudoeste, definindo com essa orientação o lado Sul da praça. No lado Norte da Praça Velha estava situada a Casa da Câmara (considerando que o edifício camarário actual aproveitou a parcela do edifício antigo).

3.7 - PAVIMENTO

O arruamento periférico à praça foi pavimentado com betoniha asfáltica e o tabuleiro central empedrado com calcáreo.

3.8 - VEGETAÇÃO

O tabuleiro central tem na periferia choupos bastante desenvolvidos e que pelo número e porte não se adequam às dimensões modestas desta praça.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A praça é limitada a Sul pelo alçado lateral esquerdo da igreja de Marvila, edifício tido como um dos melhores exemplos da intervenção manuelina na cidade; apresenta-se nesse alçado com grande sobriedade: um portal singelo, frestas góticas e torre sineira produzem uma imagem que contrasta vivamente com a restante arquitectura envolvente, de profusos vãos de portas e janelas, varandas e forros a azulejos estampados a alindar a expressão utilitária querida da burguesia urbana oitocentista.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Apenas um quiosque estabelece uma marcação no tabuleiro central e uma minúscula fonte sem expressão.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação em lojas mostra apenas 20% para o comércio diário; os restantes 80% distribuem-se pelo comércio pelo comércio ocasional, sendo 30% de venda de panos e roupas e o restante de artigos diversos e de serviços públicos. Quanto ao uso do espaço é evidente a super-ocupação pelo estacionamento automóvel, embora parte das ruas envolventes já tenham o trânsito condicionado. A situação reflecte a persistência do uso da praça como local de bastante comércio o que pela estrutura urbana entra em conflito com o actual sistema de transportes. Isto é comum a toda a área do centro histórico, apesar da expansão da cidade e de formação de centros alternativos.

3.12 - PERCEPÇÃO

A Praça Velha apresenta-se com uma forma irregular adossada ao lado da igreja, numa solução tipicamente medieval. O adro frontal da igreja é de dimensões modestas, mas regular e valorizado pelo refinado portal manuelino; está em contacto directo com a praça, onde funcionava o mercado que não interferia com a dignidade requerida à entrada principal do templo. Os dois espaços ligados entre si convidam a um percurso deambulante, sem preocupações de afirmações de direcções, porque tanto o espaço da praça como do adro frontal são atravessados tangencialmente pela rua Serpa Pinto (Rua Direita) e pela rua João Afonso - 12 de Dezembro, ambas direccionadas para duas das mais importantes portas da cidade (Leiria, a Norte e Manços, a Oeste, agora inexistentes). É por isto um espaço central que se percebe gradualmente com a aproximação. Mas a leitura final deixa a desejar, porque todo o envolvimento, excluindo a igreja, perdeu a relação com a antiguidade do lugar, devido às intervenções oitocentistas. Depois, a arborização desproporcionada com a escala da praça e o super-abundante estacionamento automóvel mais contribuem para que a imagem actual não esteja de acordo com o significado histórico do lugar, local de mercado, touradas e festas de suma importância para a urbe (veja-se a interessantíssima descrição "o *Tabolado* de Santarém", in: Câncio, 1948; I, 58-64).

4 - CONCLUSÕES

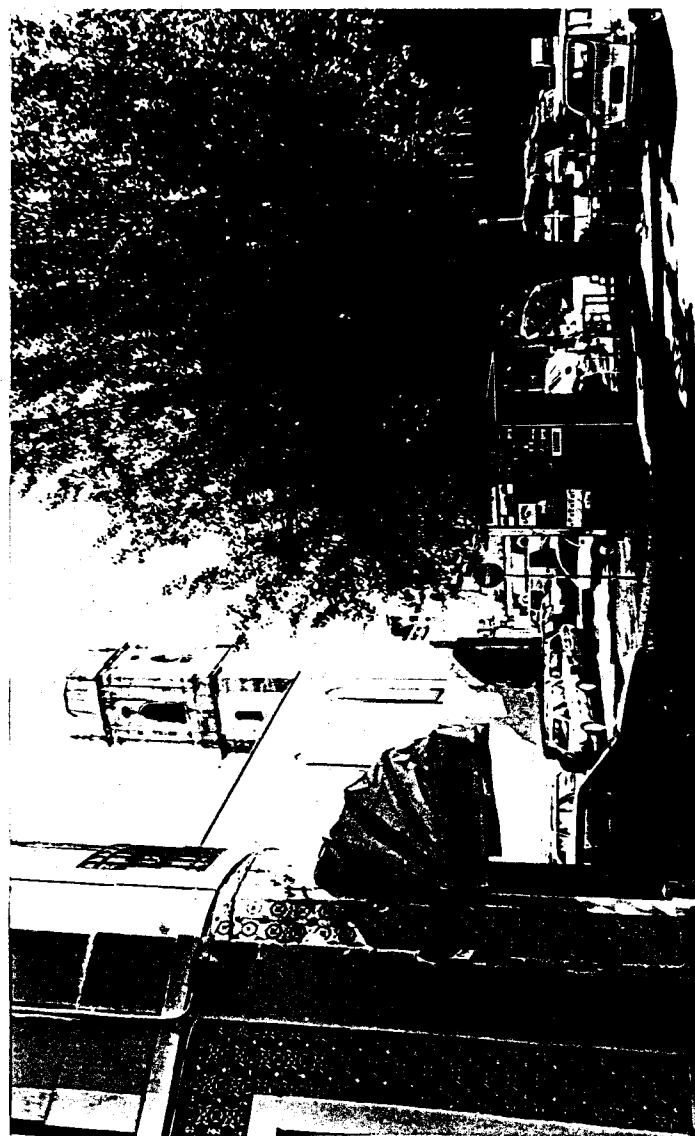
4.1 - SÍNTESE

A topografia do sítio condicionou de maneira determinante a forma da cidade até à actualidade, obrigando a que se espalhasse por zonas diferenciadas separadas entre si por depressões. Isto dificultou uma estrutura urbana radiocêntrica ou reticulada, a afirmação de um lugar central único e suficientemente amplo. A Praça Velha viu-se a breve trecho complementada pela praça da Alcaçova Nova, pelo Chão da Feira, pela Carreira dos Cavalos e pelo Rossio à Porta de Manços; espaços amplos que facilitaram a moderna expansão extramuros. Mas, curiosamente, a importância da praça como local de comércio ainda perdura em parte, como se depreende da ocupação funcional.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Praça de adro lateral ampliado, com Casa da Câmara e mercado eventualmente.





1
2

Fig. 1 - Lados Oeste e Norte da praça.

Fig. 2 - Lado Sul (igreja de Marvilia) e lado Oeste.



1
—
2



Fig. 1 - A Praça Velha nos fins do século XIX principio de XX. Foto do arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém.

Fig. 2 - A praça no aspecto actual.



1
—
2 | 3

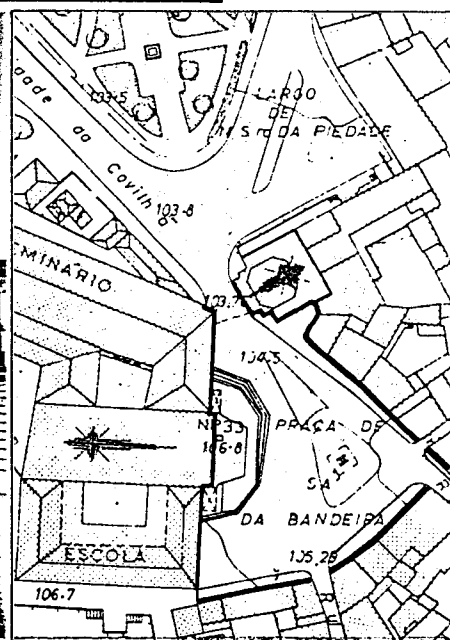


Fig. 1 - A Sé catedral e seminário levou à formação da Praça Sá de Bandoeira, situada junto da antiga Porta de Leiria. (postal Galdete, Santarém)

Fig. 2 - A perspectiva para Sudoeste da Praça da República mostra a antiga Rua Direita (actual Serpa Pinto) que passando pela Praça Velha ou Visconde Serra do Pilar vai prolongar-se até ao castelo.

Fig. 3 - Planta escala 1:2000.



1
—
2

Fig. 1 - Adro frontal da igreja de Marvila, mostrando a ligação à praça. Atente-se na arquitectura oitocentista que envolveu tanto o adro como a praça.

Fig. 2 - Pormenor do portal manuelino da igreja de Marvila.



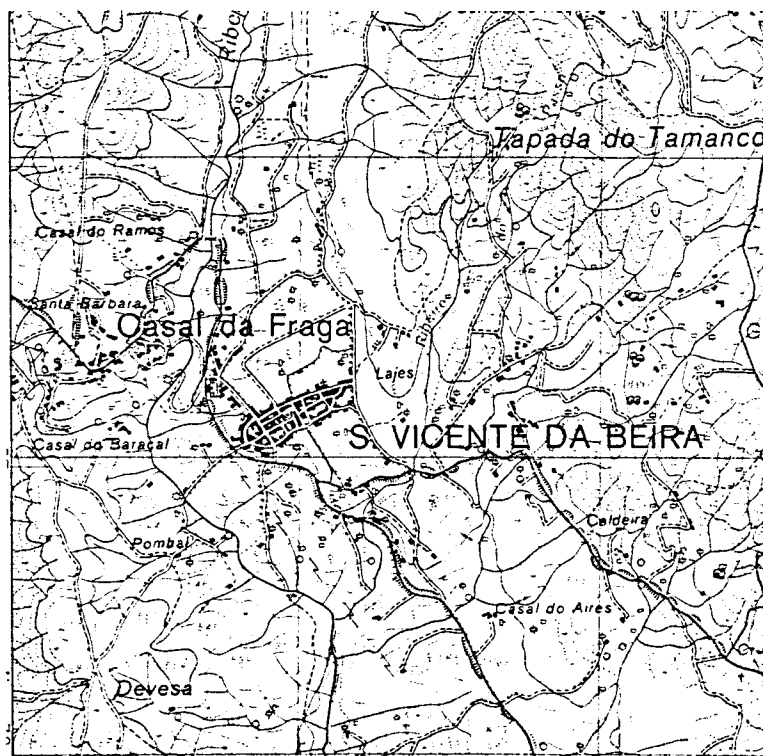
1
—
2

DOIS ESPAÇOS, DUAS ÉPOCAS

Fig. 1 - O Campo Fora da Vila em dia de largada de touros (foto de arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém).

Fig. 2 - Aspecto actual da Praça Visconde Serra do Pilar (Praça velha).

SÃO VICENTE DA BEIRA



Esca/a 1:25.000

1 - SÍTIO

A N-Noroeste de Castelo Branco e a S-Sudoeste do Fundão, de que depende administrativamente; situa-se na margem direita da ribeira da Ramalhosa, afluente do Ocreza e no sopé da vertente da serra da Gardunha, em terrenos de poucos declives, propícios à agricultura. O sítio fica desviado de cerca de 8 Km das estradas que de Castelo Branco se dirigem para a Guarda e para Coimbra.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

É das vilas portuguesas mais antigas, com o primeiro foral de 1195, confirmado em 1469 e em 1512 pelos monarcas respectivos. A abundância de água e de solos férteis teria justificado o povoamento, uma vez que não disfruta de posição geoestratégica, nem se localiza junto de vias de

PRAÇA VELHA

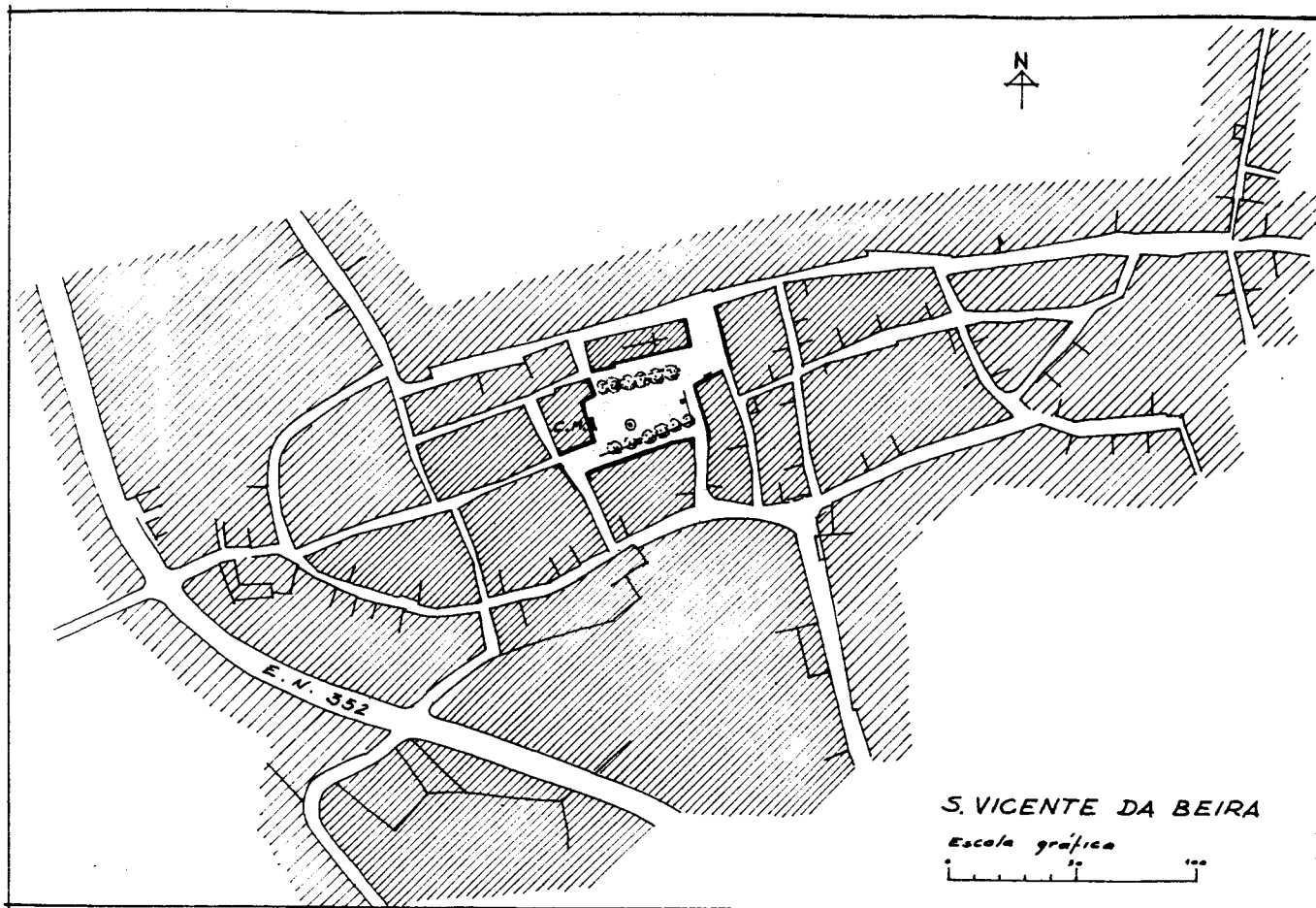


Fig. 1 - O adro frontal da igreja matriz e a ligação com a praça e seu pelourinho, ao fundo.

finíssimo azeite, foi morada de alguns nobres e sede de concelho, o qual foi extinto por decreto de 7 de Setembro de 1895, entrando em declínio a sua importância regional como indicam os censos, ao assinalarem 3773 habitantes em 1940 e 2265 habitantes em 1981.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Pela localização dos edifícios mais antigos somos levados a crer que a povoação se consolidou a partir do actual centro, ou seja, ao redor da igreja matriz, da igreja da Misericórdia, dos Paços do Concelho e do pelourinho quinhentista.

2.3 - MALHA URBANA

A forma global da povoação é bastante curiosa porquanto, estando situada numa depressão, apresenta-se semelhante às vilas fortificadas fronteiriças, de forma alongada, ruas irregulares mas de direcções sensivelmente paralelas e perpendiculares com a praça a meio. O actual crescimento tende a diluir esta forma tipicamente medieval, estendendo-se em ramificações para terras desocupadas de construção ou para junto da estrada regional.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A praça localiza-se sensivelmente a meio do aglomerado antigo e tem dois lados definidos pelo alçado lateral direito da igreja matriz, a Norte, e pela capela da Misericórdia e Paços do Concelho a Oeste. Os outros lados confinam com edifícios de habitação ou quintais murados.

3.2 - TOPOGRAFIA

A praça apresenta um declive suave de N-Noroeste para S-Sudoeste, o que foi compensado pela construção de um cais (termo popular encontrado em várias localidades do país para a designação de tabuleiro central construído de nível com o auxílio de muros de suporte de terras). O pavimento plano é um requisito fundamental para a polifuncionalidade, que tanto pode referir-se a um mercado ou feira como a um arraial.

3.3 - DIMENSÕES

Espaço principal: 47 x 36 m = 1692 m²
Espaço secundário: 13 x 32 m = 416 m²
Espaço secundário: 15 x 10 m = 150 m²
Total = 2258 m²

3.4 - FORMA

Tanto o espaço principal como os espaços contínuos e secundários são aproximadamente rectangulares, vindo a constituir três espaços fluidos entre si.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$36 / 6 = 6$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A relação mais marcada com a exposição solar é dada pela igreja matriz, orientada Este-Oeste, ou seja, o alçado voltado à praça, com o seu portal lateral usado no dia a dia, tem a exposição privilegiada a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Os arruamentos envolventes à praça estão pavimentados com calçada de pedra granítica regular, enquanto o tabuleiro da praça também com o mesmo pavimento mas ornamentado com fiadas de pedra calcária branca desenhando uma quadrícula oblíqua aos lados. Nos lados Norte e Sul o tabuleiro é limitado por muretes capeados, limitantes do espaço e que também servem de assentos.

3.8 - VEGETAÇÃO

Nos lados Norte e Sul do tabuleiro estão duas fiadas de seis olaias cada.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

São os edifícios públicos que se impõem no envolvimento da praça: a antiga Casa da Câmara que segue o modelo tradicional da casa beirã, com cave onde se localiza a prisão e andar elevado para onde se sobe por escada exterior ampla e com um patamar na entrada. Os paramentos da cave são em pedra talhada, que também reforça os cunhais, molduras de portas e janelas e toda a cimalha. A cobertura de várias águas termina em beirados simples, tendo sobre a porta principal uma torrinha sineira, como era habitual em todas as Casas de Câmara. Adossada está a capela da Misericórdia, edifício singelo actualmente utilizada como núcleo museológico de arte sacra, datada de 1643. A igreja matriz resulta na sua forma actual da última reconstrução de 1831. No seu interior alguns elementos góticos indiciam a sua antiguidade. Tem uma torre sineira, em pedra, no alçado voltado à praça, elemento que se contrapõe à marcada horizontalidade dos outros edifícios presentes. A completar o envolvimento da praça estão casas de habitação ou habitação e comércio, com dois pisos e expressão bastante urbana dada pelos paramentos rebocados e caiados. Uma ou outra a varanda no andar superior introduz alguma variedade formal no conjunto.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Em posição excêntrica ao espaço da praça e fronteiro aos Paços do Concelho está o pelourinho manuelino, monumento nacional que se ergue sobre quatro degraus circulares; é rematado por um capitel lavrado onde está representada a caravela de S. Vicente, o pelicano, a cruz de Aviz e o escudo nacional, elementos iconográficos referentes ao padroeiro da vila e ao monarca da época.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

O edifício da antiga Câmara, hoje ocupado pela Junta de Freguesia e associações recreativas, juntamente com a igreja matriz e uma loja localizada no lado Este constituem as funções dinamizadoras da praça. Num dos espaços contínuos ocorreu um mercado, tradicionalmente conhecido por "mercado dos porcos". Actualmente o arranjo que lhe foi aplicado com a instalação de bancos de jardim, pavimento novo, candeeiros de iluminação e pequeno chafariz pretendem dar-lhe a característica de espaço lúdico e de encontro, substituto do acanhado adro fronteiro da igreja.

3.12 - PERCEPÇÃO

Esta praça não deixa de surpreender pela sua regularidade e dimensão face à decadente vila, hoje em vias de se tornar uma aldeia grande, com edifícios que o antigo prestígio lhe facultou. Local quase ermo durante os dias de semana mas que se anima nos domingos e dias especiais do ano, como é típico nas povoações essencialmente rurais do país. Espaço bem definido espacialmente mas não completamente fechado porque outros sub-espacos ao redor permitem continuidade e fluidez na ligação com as ruas envolventes. A escala e o ambiente arquitectónico e paisagístico tornam-na num espaço aprazível que convida à estadia.

4 - CONCLUSÕES

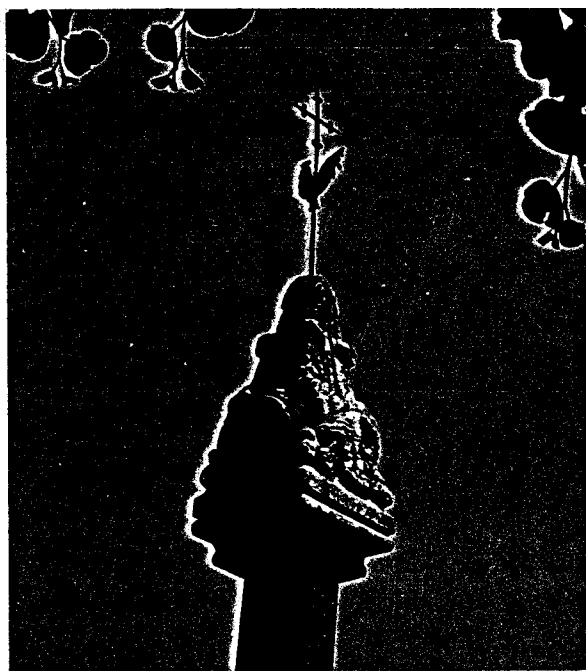
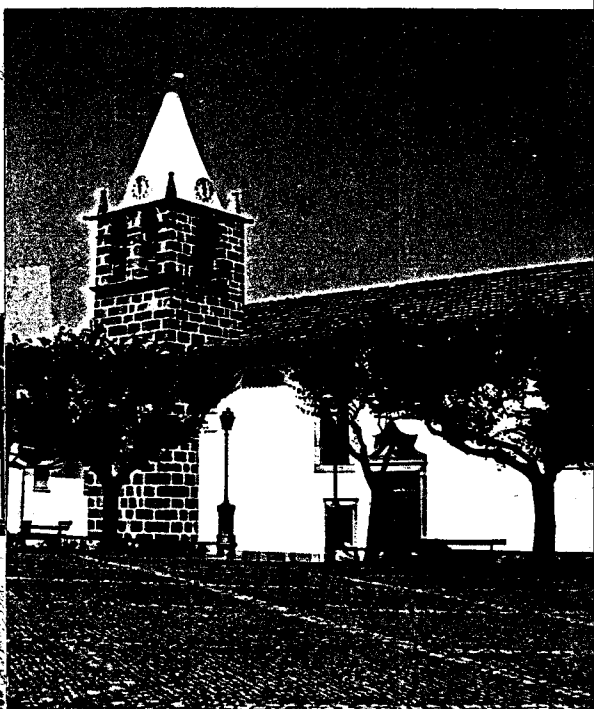
4.1 - SÍNTESE

A localização da povoação em zona essencialmente agrícola desviada das grandes vias de circulação e a evolução política-administrativa serão duas das principais causas para o estudo da recessão em que se encontra, aliás comum a muitas outras povoações essencialmente rurais do interior do país.

A morfologia da povoação é particularmente interessante por apresentar no seu núcleo antigo muitas semelhanças com urbes medievais ou "vilas novas" de padrão "geométrico-irregular". A praça centralizada no conjunto, compatibiliza as funções das igrejas Matriz e da Misericórdia, com o poder municipal e judicial dos Paços do Concelho, servindo a ambos e ao encontro e a usos colectivos diversos.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça de adro lateral ampliado, com Casa da Câmara e mercado eventualmente.



1
2 | 3



Fig. 1 - Perspectiva sobre o lado Oeste da praça.

Fig. 2 - Pormenor do pelourinho manuelino.

Fig. 3 - Lado Oeste da praça e pelourinho.

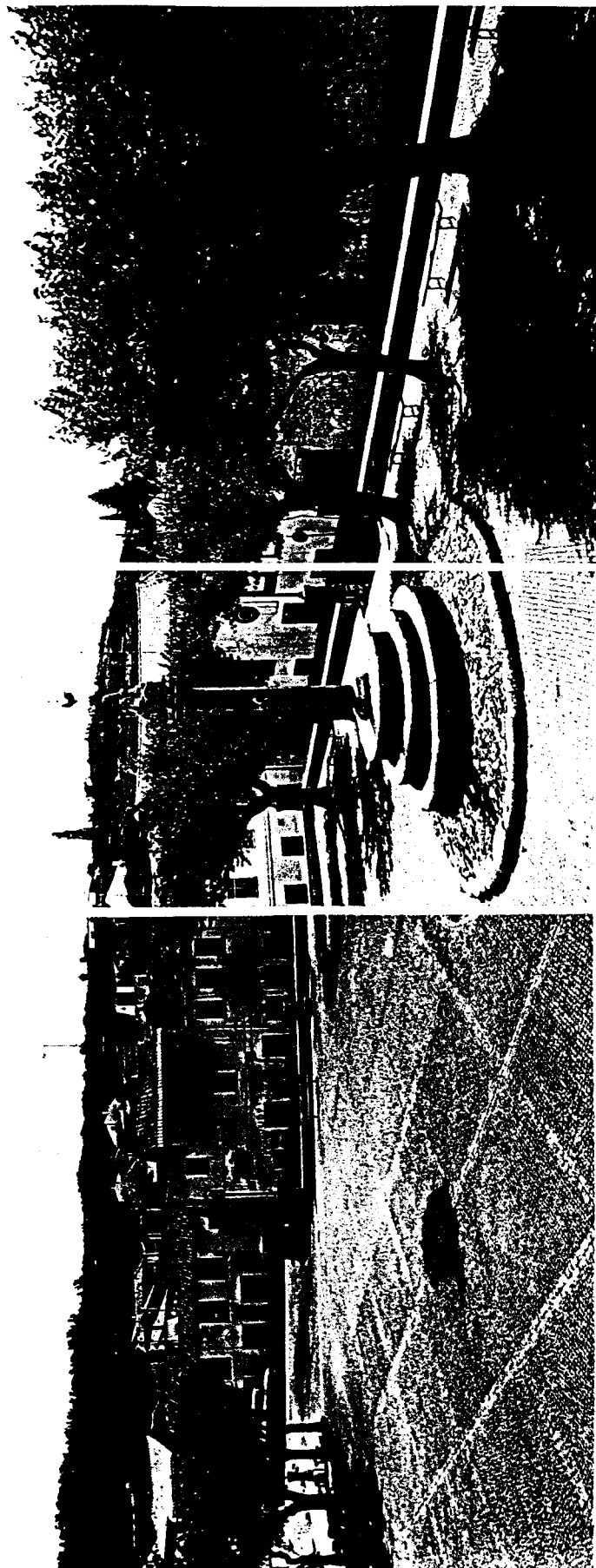


Fig. 1 - Vista parcial dos lados Este e Sul da praça. O casario envolvente e a silhueta do monte ao fundo dão a sugestão da envolvente a esta praça de uma vila em recessão demográfica. O pelourinho pontua toda a praça e dá a necessária referência histórica.



1	
2	3

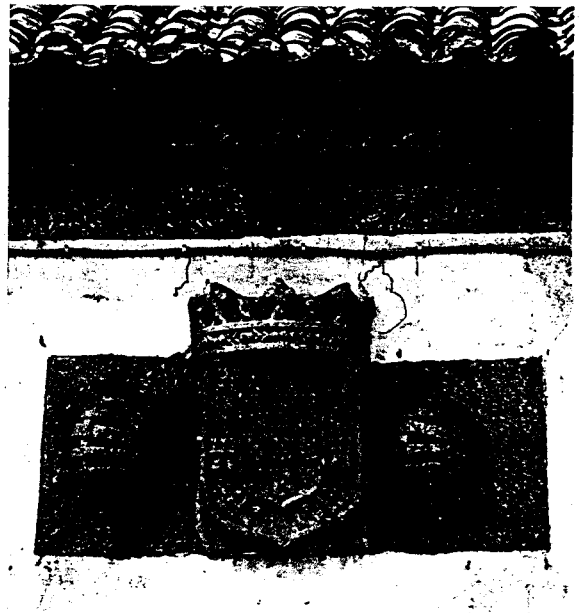
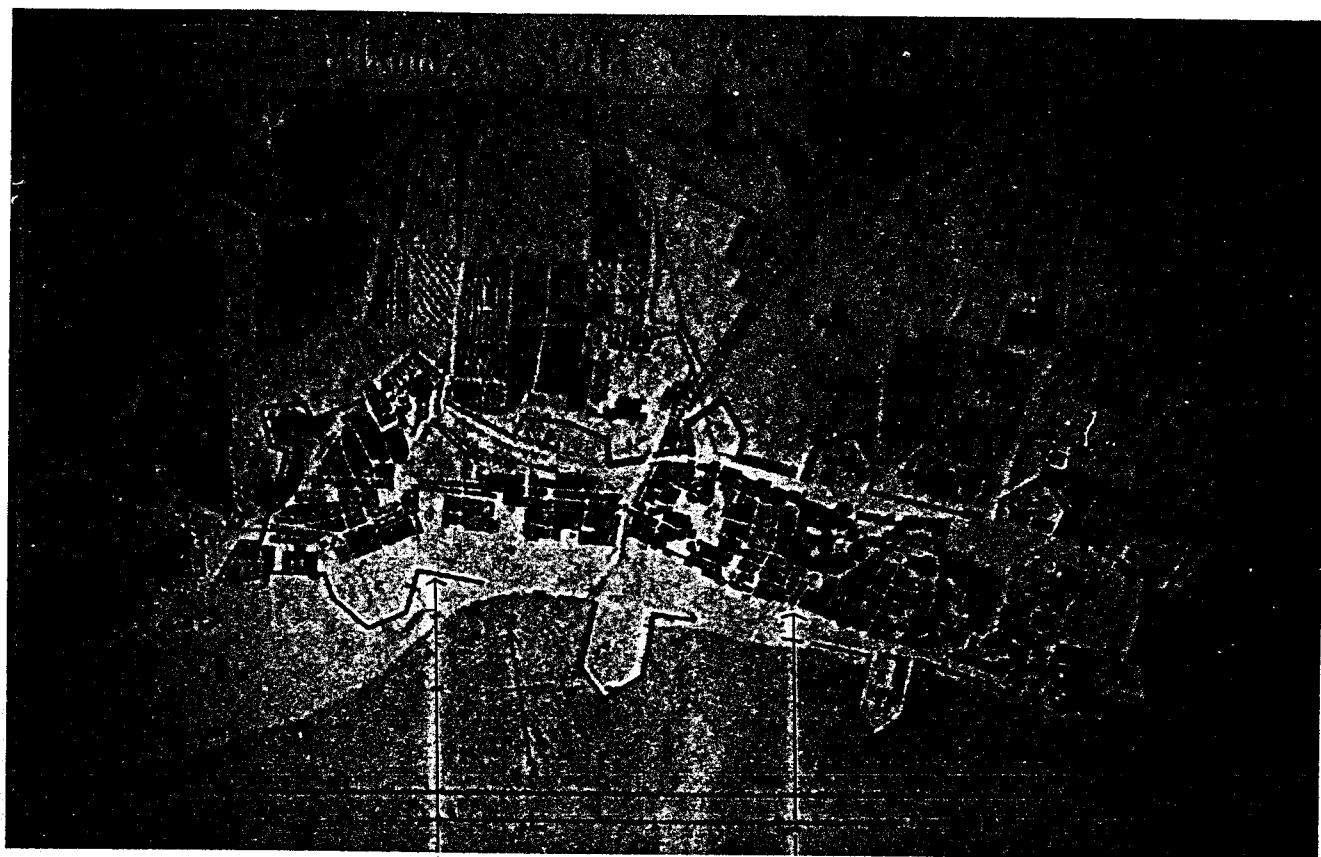


Fig. 1 - Vista para o lado Oeste da praça.

Fig. 2 - O espaço da praça continuado para o adro frontal da igreja matriz. Note-se a casa brasonada ao fundo.

Fig. 3 - Pormenor das armas manuelinas existentes na fachada do antigo edifício do Paço do Concelho



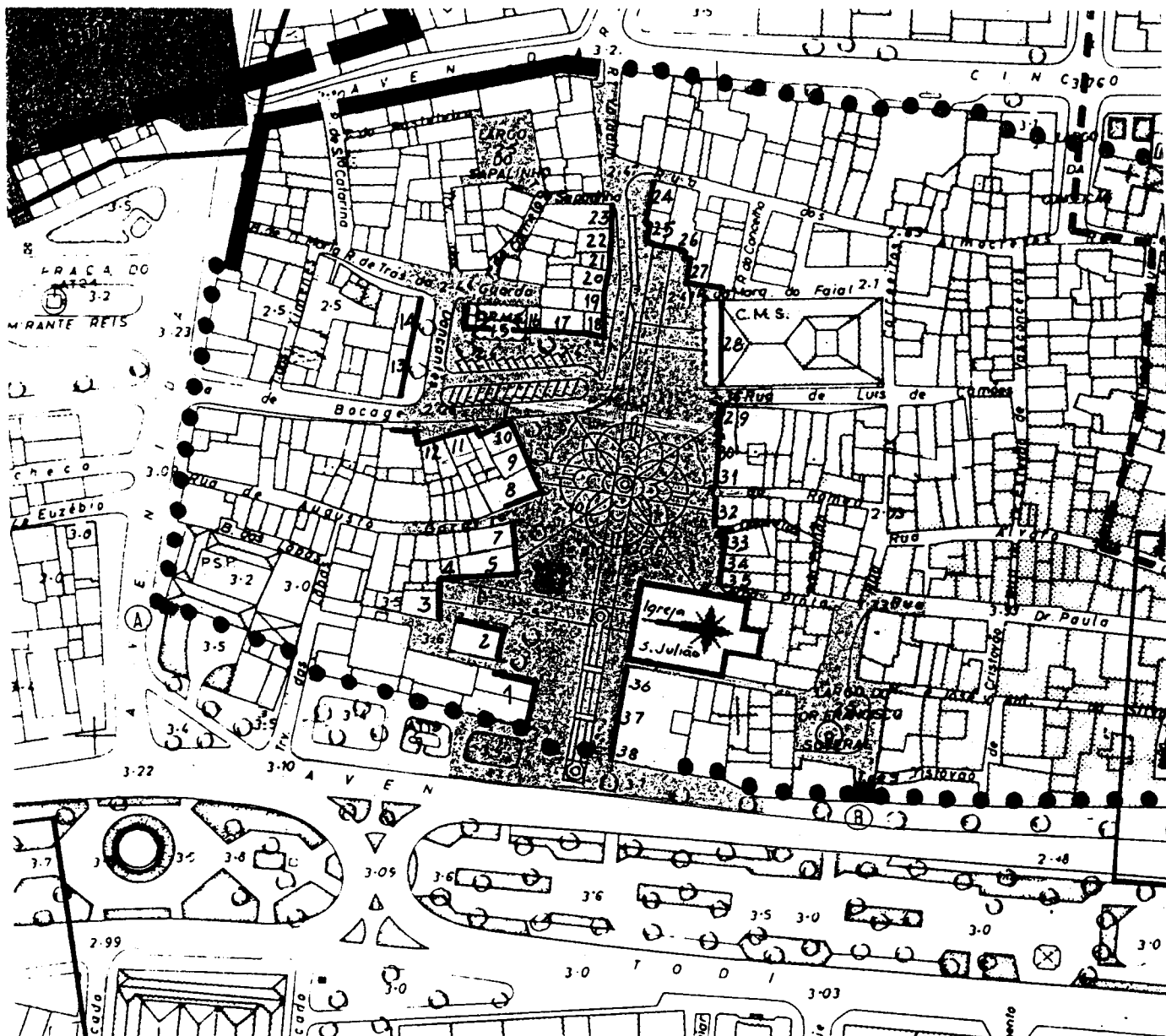
Muralhas do séc. XVII

Cidade amuralhada do séc. XIV

"PLANTA DA PRAÇA E VILLA DE SETÚBAL"

Desenhada em 1820.

Reprodução do catálogo da exposição documental "Casas e ruas na história de Setúbal",
Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 1977, 31.

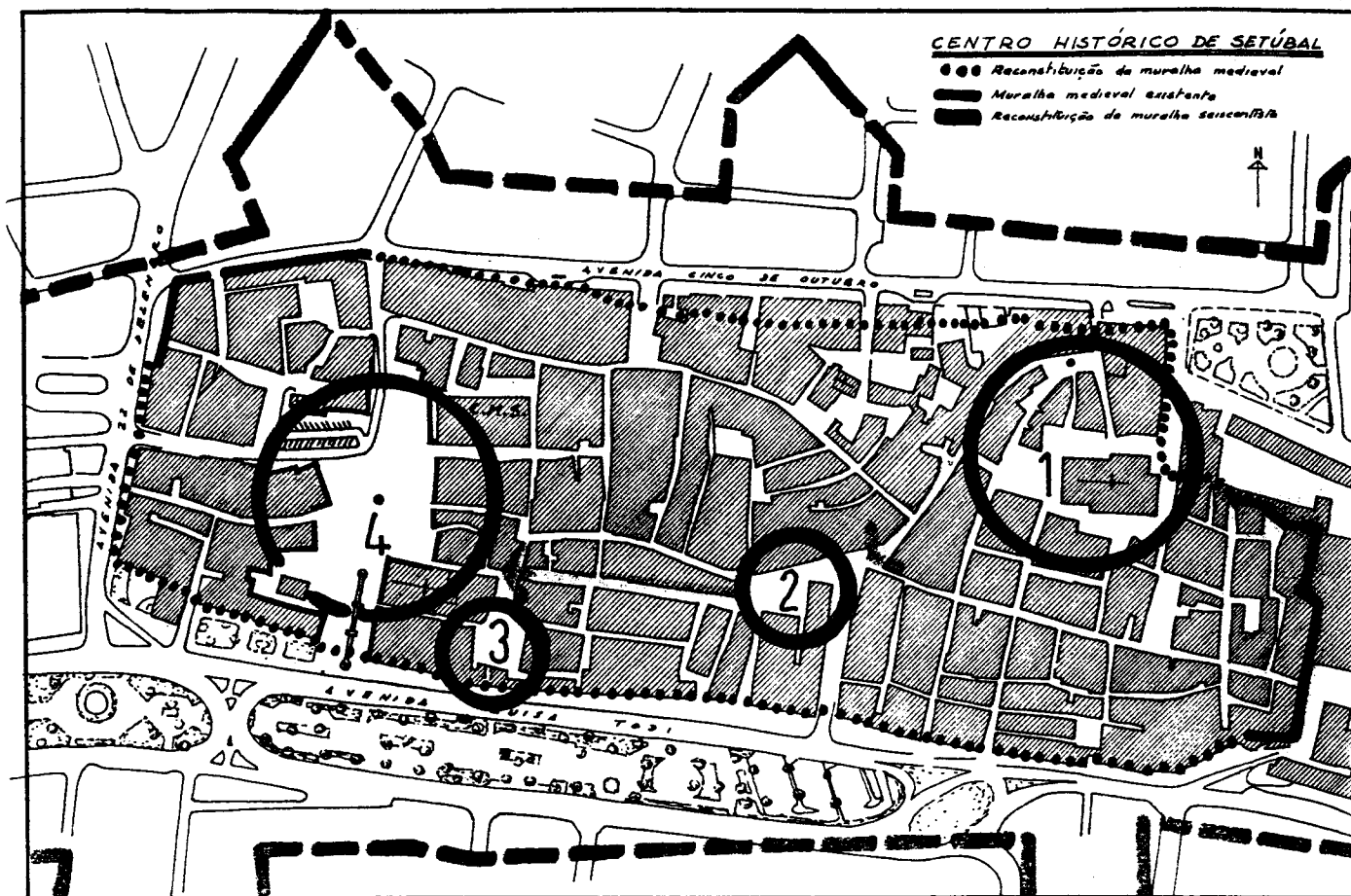


Escala 1:2.000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL DA PRAÇA DO BOCAGE

- 1 - R/c + 1 (banco)
- 2 - R/c (restaurante-bar com esplanada)
- 3 - R/c + 1 (banco)
- 4 - R/c + 1 (loja de pronto a vestir)
- 5 - R/c + 1 (banco)
- 6 - Quiosque com esplanada
- 7 - R/c (pronto a vestir) + 1 (escola particular) + 2 (habitação)
- 8 - R/c (pastelaria) + 2 (hotel/residencial)
- 9 - R/c (bar com esplanada) + 1 (advogado) + 2 (habitação)
- 10- R/c (restaurante-bar com esplanada) + 1 (advogado) + 2 (médico)
- 11- R/c (perfumaria; restaurante-bar) + 1 (cabeleireiro; imobiliária) + 2 (hab.)
- 12- R/c + 1 (restaurante) + 2 (médico)
- 13- R/c (artigos de decoração; stand de automóveis) + 1 (hab.)
- 14- R/c (móveis) + 1 (hab.)
- 15- R/c + 1 (Distrito de Recrutamento e Mobilização)
- 16- R/c (barbeiro) + 3 (Sindicato da Função Pública)
- 17- R/c (cervejaria) + 1 (sede do CDS) + 2 (advogado) + 3 (hab.)
- 18- R/c (perfumaria) + 2 (hab.)
- 19- R/c (jogos de bilhar) + 1 (hab.)
- 20- R/c (ourivesaria) + 1 (hab.)
- 21- R/c (loja de panos) + 2 (hab.)
- 22- R/c (farmácia) + 3 (hab.)
- 23- R/c (seguros) + 1 (advogados) + 2 (hab.)
- 24- R/c (pronto a vestir) + 1 (hab.)
- 25- R/c (ervanária) + 1 (hab.)
- 26- R/c (banco) + 1 (Sindicato Rodoviários) + 2 (hab.)
- 27- R/c (papelaria) + 2 (hab.)
- 28- R/c + 1 (Câmara Municipal)
- 29- R/c (seguros; imobiliária) + 2 (imobiliária)
- 30- R/c (ourivesaria) + 1 (cabeleireiro) + 3 (hab.)
- 31- R/c (CTT) + 1 (seguros) + 3 (hab.)
- 32- R/c (loja de roupas; seguros) + 2 (seguros)
- 33- R/c (loja de roupas) + 1 (advogado; imobiliária) + 2 (hab.)
- 34- R/c (relojoaria) + 1 (imobiliária) + 3 (hab.)
- 35- R/c (loja de panos) + 1 (imobiliária) + 2 (advogado) + 3 (hab.)
- 36- R/c (farmácia) + 1 (coral de Setúbal) + 2 (clube de campismo)
- 37- R/c (em obras) + 3 (associação de ginástica)
- 38- Em obras (ex-banco)

PRAÇA DO BOCAGE



Escola 1:4.000

A DINÂMICA DOS PRIMITIVOS CENTROS DE SETÚBAL

- 1 - Largos de Santa Maria e do Paço do Concelho
- 2 - Largo da Misericórdia
- 3 - Praça Velha da Ribeira
- 4 - Praça do Sapal, actual do Bocage

uma pequena aglomeração piscatória. O primeiro surto urbano conhecido baseou-se na produção do sal, actividade que se manteve durante séculos e promoveu Setúbal a um dos mais importantes produtores da Europa. Modernamente a produção de frutas e fábricas de conservas e outras continuaram a promover o desenvolvimento da cidade.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Setúbal é das poucas povoações litorais do país que se implantou nas terras baixas, próximas da praia e de zonas abrangidas por sapais. As características do sítio determinaram as actividades principais - pesca e salinas; depois fruticultura e indústrias.

O núcleo urbano mais antigo situou-se em função do Largo do Paço do Concelho e do Largo da igreja de Santa Maria da Graça, com altitudes de 4,33 metros para o primeiro e de 10, 1 metros para o segundo. A partir destes dois elementos polarizadores a urbe cresceu para Sul mas, principalmente para Oeste, paralelamente à linha marginal do rio. As muralhas medievais (1325-1360) limitaram, grosso modo, um rectângulo com um comprimento de cerca de três vezes a largura; a muralha seiscentista que envolveu a medieval enfatizou a forma rectangular alongada, impondo uma proporção de cerca de 1:4,7, ampliando a antiga relação privilegiada com o rio.

2.3 - MALHA URBANA

A malha urbana mais antiga polarizada pelo Largo de Santa Maria (reedificada no século XVI) e do Largo do Paço do Concelho e também pelo pequeno Largo de Santo António, obedece a características mais vincadamente medievais do que a restante. Espaços mais confinados, ruas estreitas e sinuosas, concêntricas. É sobretudo a partir do Largo do Paço do Concelho, local de chegada dos produtos rurais e de ligação com as estradas de Alcácer e de Palmela, que se desenvolveu a principal rua medieval, a actual rua Antão Girão, de ligação ao Largo da Misericórdia e continuação até à Praça do Sapal (actual Praça de Bocage). É portanto uma rua Direita típica, com privilegiada ocupação comercial. Como nota Maria Alfreda Cruz (1968; 303), a maioria das ruas da cidade tem um traçado aproximadamente recto e corresponderão a períodos a partir do Renascimento, época determinante para o desenvolvimento urbano. As datações precisas são difíceis devido às destruições causadas pelos sucessivos terramotos e consequentes reconstruções. Outros pólos aglutinadores da constituição da malha centraram-se na igreja de S. Julião e Praça do Sapal. Em resumo, constatamos três núcleos principais geradores - Santa Maria, Misericórdia e S. Julião, unidos entre si por uma rua-eixo

(actuais Antão Girão, Arronches Junqueiro, Paula Borba e Alvaro Castelões). Outros Largos, como o do Paço do Concelho ou o da Praça do Peixe ou da Ribeira (actual Largo Francisco Soveral) reforçaram a importância das respectivas zonas, tal como sucedeu com a Fonte Nova na freguesia do Troino, a Oeste.

Em 1848 começaram as obras de terraplanagem ao longo das praias e dos sapais que possibilitaram a actual Avenida Luisa Todi e consequente alteração na estrutura urbana, uma vez que desde logo a avenida-boulevard adquiriu grande importância funcional. No lado ocidental da cidade, na freguesia do Troino, correspondente a construções do século XVIII e XIX, a avenida proporcionou algumas praças tangenciais, tais como o Largo do Carmo, a Praça Teófilo Braga e a Praça Marquês de Pombal. Mas o espaço mais antigo e gerador desta zona teve um motivo, tal como a Este, na água. Foi o Largo da Fonte Nova, actual Praça Machado dos Santos, que viabilizou esta zona. As urbanizações dos séculos XIX e XX continuaram as extensões para Este e Oeste em terrenos mais elevados e para Norte em terras ainda bastante planas, até então de ocupação agrícola. A sua lógica de formação já não é a do Largo ou Praça geradora de novas ruas, mas a lógica especulativa da abertura de novas ruas e avenidas ao longo dos quais se vão implantando edifícios.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça do Sapal, como a toponímia indica, nasceu em terras alagadiças, no extremo Oeste do interior das muralhas medievais. A motivação inicial da sua formação teria sido a igreja de S. Julião, já existente em 1513 quando D. Manuel decidiu a sua ampliação; a construção do Paço do Concelho em 1526 reforçou a importância do lugar e contribuiu para a formação de uma praça que abrangesse os dois importantes edifícios. O crescimento urbano para Oeste aumentou a centralidade da Praça do Sapal, onde até hoje afluem nada menos de dez ruas, número que não é comum encontrar-se em praças portuguesas, ainda que principais. Este espaço era fechado a Sul pela muralha medieval, situação que se alterou nos meados do século XIX com a demolição do picadeiro do Paço do Duque aí localizado e a urbanização da Avenida Luisa Todi.

Na Praça do Bocage funcionou um mercado de frutas e legumes, o que levou a que o espaço também fosse designado popularmente por "praça das couves".

Próximo, na Praça da Ribeira Velha (actual Largo Francisco Soveral), existiu a praça do peixe até à inauguração do mercado municipal em 1876. A importância social que teve este largo não pode passar despercebida, como demonstram os

factos de estar ligado directamente à praia pelo postigo medieval, ainda existente, e de nele ter estado o pelourinho até 1774.

3.2 - TOPOGRAFIA

Plana

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento máximo	164 metros
Largura máxima	82 metros
Largura mínima	26 metros
Área	9101 m ²

3.4 - FORMA

Forma bastante irregular, composta por alinhamentos parciais dos quarteirões que terminam na praça desencontrados uns dos outros.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$60 / 10,5 = 5,7$

(a largura média é arbitrada, tal como o número de pisos, que variam entre 3 e 4)

3.6 - EXPOSIÇÃO

A igreja de S. Julião orientada Este-Oeste e o edifício da Câmara, um pouco inclinado em relação à igreja deram especial importância à exposição a Oeste.

3.7 - PAVIMENTO

A última intervenção urbanística na praça condicionou o trânsito motorizado e à aplicação de um novo pavimento de calcáreo branco e negro e mármore rosa, procurando um desenho concêntrico a reforçar a presença da estátua de Bocage, tarefa difícil, porquanto entre um pavimento com uma visão aérea e a visão ao nível do transeunte existe uma enorme diferença de leituras.

3.8 - VEGETAÇÃO

Em época anterior a praça teve um tabuleiro central ajardinado envolvendo a estátua de Bocage e árvores dispersas pela periferia da praça (choupos).

Actualmente foram introduzidos canteiros semi-circulares com herbáceas e plantadas algumas árvores de espécies diversas, tais como plátanos e olaias.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

O edifício da Câmara e a igreja de S. Julião dominam a praça em importância arquitectónica. Ambos têm passado por sucessivas reconstruções. As últimas obras no edifício camarário datam de 1910, após incêndio de que foi vítima; a forma geral do tempo de D. João V foi aproximadamente mantida, sendo-lhe aumentado o número de portas e janelas e respectivos arcos da varanda joanina. No lado oposto à Câmara o edifício do Distrito de Recrutamento e Mobilização de Setúbal construído no século XVII para casa do corpo da guarda seguiu a tipologia arquitectónica do Paço do Concelho, com um pórtico térreo de quatro arcos encimado por varanda, mas mais modesta. Quanto à igreja de S. Julião é especialmente importante pelos portais manuelinos virados à praça, especialmente o lateral, a Norte. Os restantes edifícios existentes na praça são quase todos dos séculos XVIII e XIX, alguns com reedificações no século XX. São de uma arquitectura simples, de dois a quatro pisos com pilastras de pedra nos cunhais e molduras nos vãos. Alguns foram "alindados" com platibandas a encobrir o beirado, compostas por balaústres de faiança colorida e vidrada, a compensar com o seu elaborado formal a singeleza das fachadas de influência pombalina. Alguns raros edifícios apresentam uma silhueta um pouco mais elaborada nas molduras de vãos, com vergas encurvadas e ombreiras desenhando curvas bastante simples. No lado oposto à igreja de S. Julião estão dois edifícios modernos: um banco de dois pisos, procurando integrar-se através da escala, da cor e do ritmo dos vãos e um pavilhão de um piso apenas, com uma estrutura de ferro, vidro e toldos, servindo de pastelaria-restaurant, que pelas suas características não tem nada a ver com a arquitectura presente.

A diversidade de formas e de cores aliada às implantações irregulares dos edifícios provocam uma diversidade completamente contrária à imagem de unidade, apenas vagamente sugerida pelas cercas não muito diferenciadas dos edifícios.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

O elemento isolado principal é o monumento a Bocage, coluna esguia encimada pela estátua do poeta, de difícil afirmação como elemento fulcral em toda a irregularidade do espaço, sobretudo agora que aumentada a superfície peatonal e reduzido o antigo tabuleiro oval que envolvia o monumento a um pequeno quadrado.

Outro elemento isolado na praça é um quiosque colocado no lado oposto à igreja. É um elemento de animação do espaço, sobretudo quando funciona com esplanada anexa.

Há ainda que referir elementos interessantes que aproveitam a água, como seja a fonte-canal oferecedora de várias situações lúdicas de uso e o pequeno bebedouro das aves. Renovou-se com estas obras modernas a importância que a água sempre teve na praça, desde o chafariz do Sapal, hoje na Praça Teófilo Braga e que continua a ser a melhor peça da cidade no género.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Tendo em conta apenas a ocupação funcional de uso público temos as seguintes percentagens:

Serviços diversos (bancos, seguros, Câmara, CTT, etc)	49%
Consumos diários (restaurantes, pastelarias, bares)	13%
Consumos ocasionais (roupas, farmácia, etc)	24%
Consumos excepcionais (móveis, automóveis)	14%

A diversidade de ocupação, com maior peso nos serviços e em funções de consumo não diário demonstram as características fortemente marcadas de centro urbano.

3.12 - PERCEPÇÃO

Da Praça do Bocage é difícil ter-se uma única imagem padrão porque a percepção varia imenso com a maneira de a observar, desde o acesso escolhido aos variados pontos de vista possíveis. Duma maneira geral sente-se o contraste existente entre a maioria das ruas estreitas e o desafogo da praça. Mas a Sul a situação é diferente com a abertura para a Avenida Luisa Todi a oferecer a continuidade de perspectivas. A irregularidade dos limites da praça é outra característica vincada e que Vieira da Silva (1990; 33-34) bem sintetiza: "...concebida de raiz apenas na sua parte Norte, frente ao edifício da Câmara, como Praça do Sapal, foi-se sucessivamente alargando, por incorporação de outros

espaços que iam ficando livres, até se ligar com o adro da igreja de S. Julião" (veja-se planta de 1810 anexa). O resultado foi a consolidação de uma zona central onde desembocam variadas ruas das ligações longitudinais do burgo medieval.

O espaço central articula-se com sub-espaços laterais criando-se por vezes, uma certa indefinição entre praça e rua mas, por outro lado, enriquecendo-se a diversidade de situações espaciais. Apesar das irregularidades do contorno sente-se que o tecido urbano composto pelos pequenos largos e ruas ortogonais se transforma aqui ao marcar-se a centralidade urbana. Lugar de cruzamento em diversos sentidos é também de afluência, de encontro, para onde vão idosos e jovens, onde circulam os cauteleiros e vendedores ambulantes, onde se instalam os pedintes e onde os turistas tiram as fotografias e o espectáculo urbano está em constante renovação.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

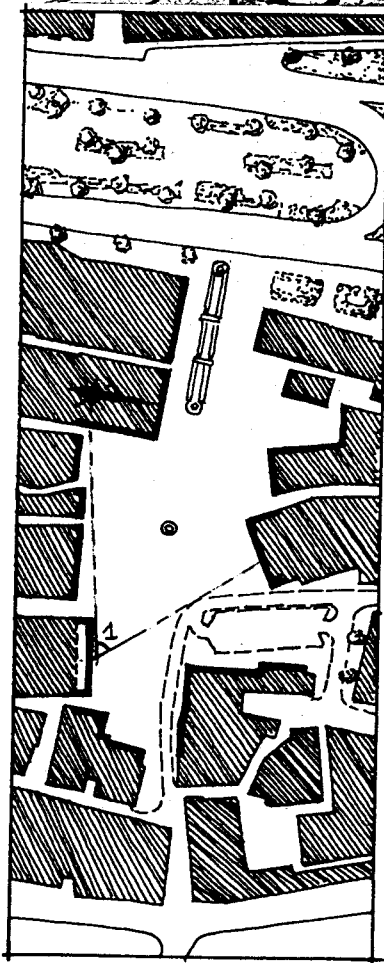
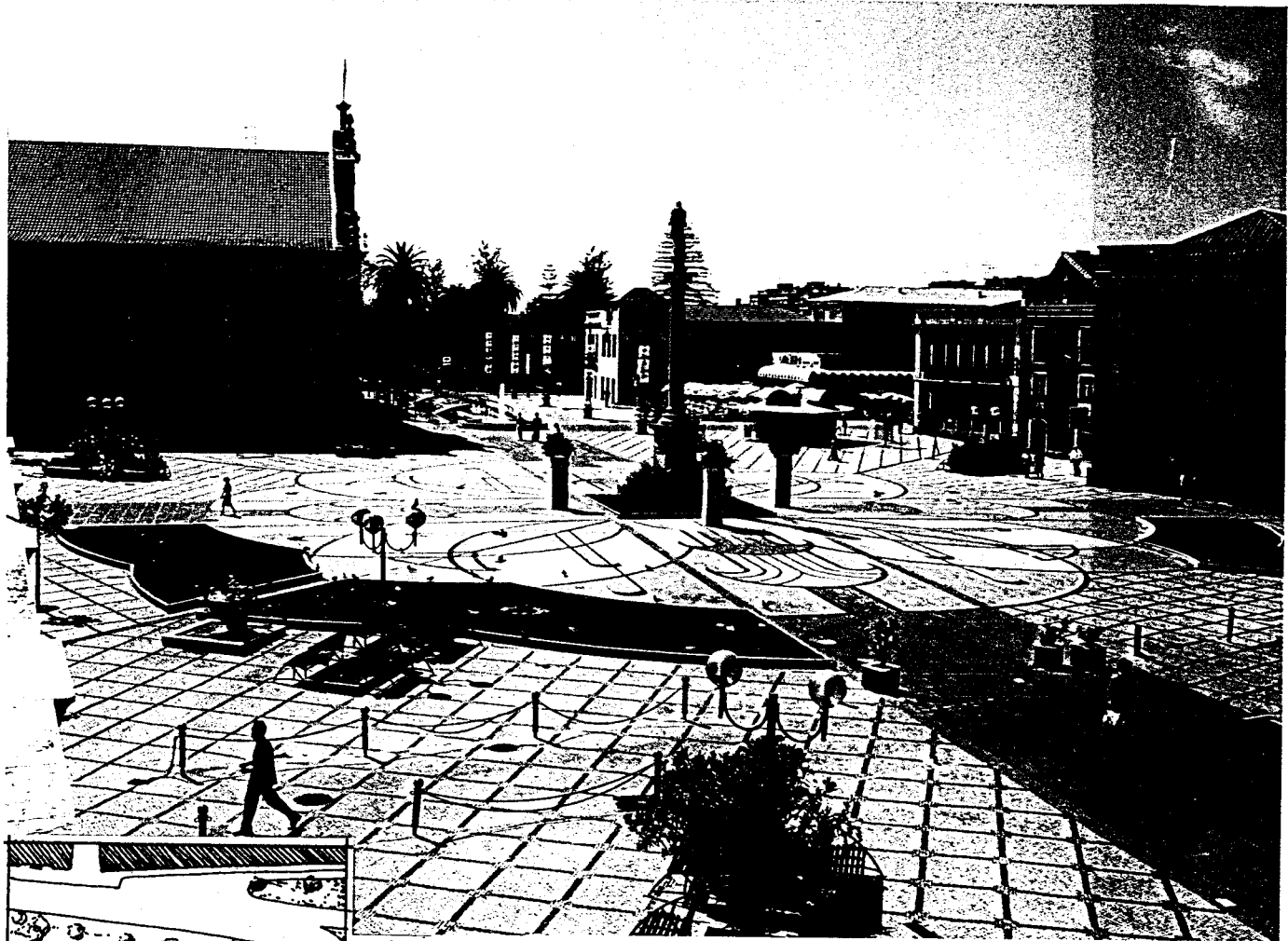
De formação semelhante a um rossio pela sua localização excêntrica na urbe medieval, a Praça do Sapal tornou-se espaço central com a extensão urbana para Oeste. A decisão da construção dos Paços do Concelho e dos edifícios que se lhe seguiram e a construção do chafariz da praça marcaram de forma decisiva a capacidade polarizadora do espaço.

As sucessivas ampliações, com a união ao adro da igreja de S. Julião, reforçaram a importância da praça pela dimensão espacial adquirida. A actual ocupação funcional intensa e diversificada confirma a grande capacidade de "lugar central" da cidade.

Curiosamente tanto esta praça como a avenida que tanto transformou a paisagem urbana oitocentista foram dedicados a artistas naturais da cidade.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça resultante da junção de adro e de átrio de Câmara.

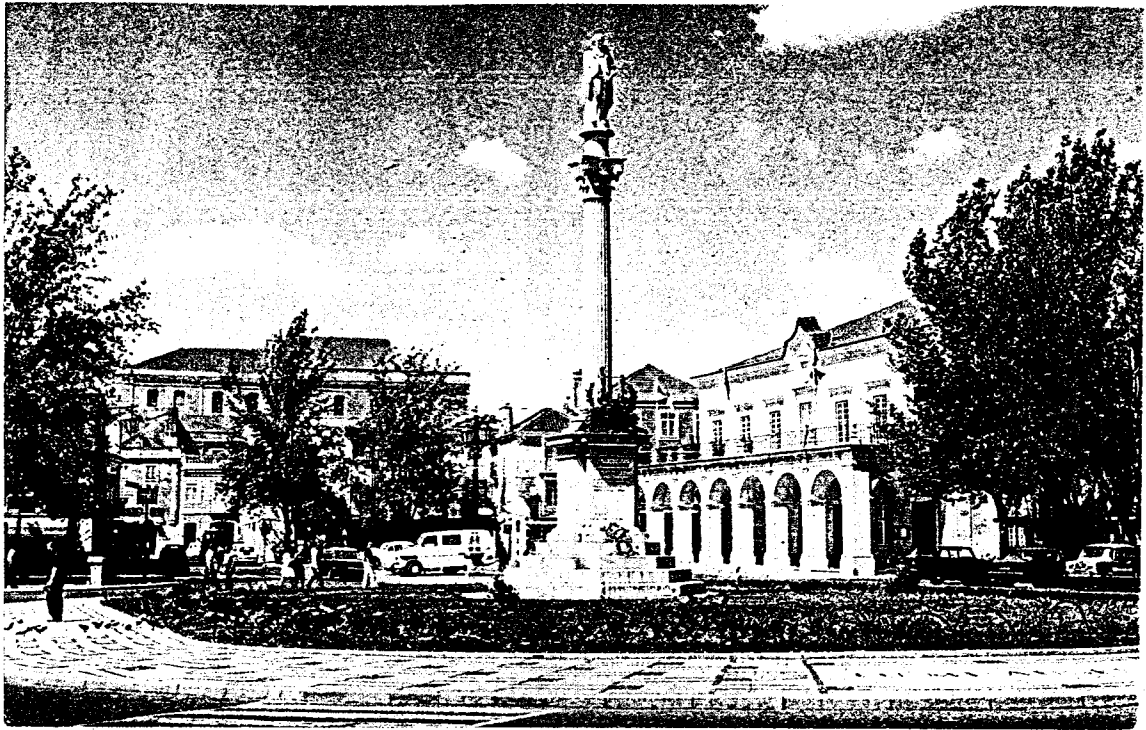


1
2

Fig. 1 - Panorâmica da praça sobre o lado Sul. Ao fundo, à esquerda, a igreja de S. Julião; ao centro, a ligação à Avenida Luisa Todi.

Fig. 2 - Planta da praça relacionando-a com a figura 1.





1
2

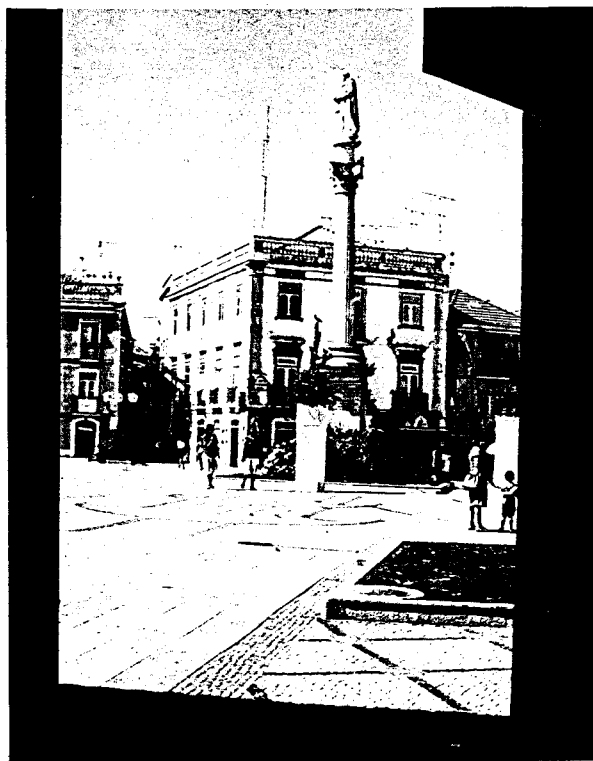
O EXTREMO SUL DA PRAÇA EM IMAGENS DE DUAS ÉPOCAS

Fig. 1 - Antes do último arranjo urbanístico da praça existia um tabuleiro concêntrico à estátua de Bocage e vários choupos dispersos pela periferia (postal dos anos 70).

Fig. 2 - Aspecto actual, em pormenor do lado Sul: desapareceram as árvores, o pavimento foi unificado com novo desenho e substituído o tabuleiro central por pequenos canteiros relvados, algo discutíveis. Para lá da praça surgiram grandes edificios com outras formas e ritmos formais bastante contrastantes com a arquitectura envolvente e, por isso, provocando uma interferência na leitura da praça.



1
2 3



ASPECTOS DA ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Fig. 1 - Lado Este, entre os Paços do Concelho e a igreja de S. Julião.

Fig. 2 - Pormenor observado de uma das ruas de acesso à praça pelo lado Este.

Fig. 3 - Lado Oeste num alargamento da praça aproveitado para estacionamento automóvel.

Desde a antiga Praça do Sapal à actual Praça de Bocage a presença da água foi elemento fundamental do reforço da sua importância.

Fig. 1 - Aspecto da fonte-canal como elemento polarizador da estadia.

Fig. 2 - Pormenor da fonte-canal com os seus jogos de água.



1
2

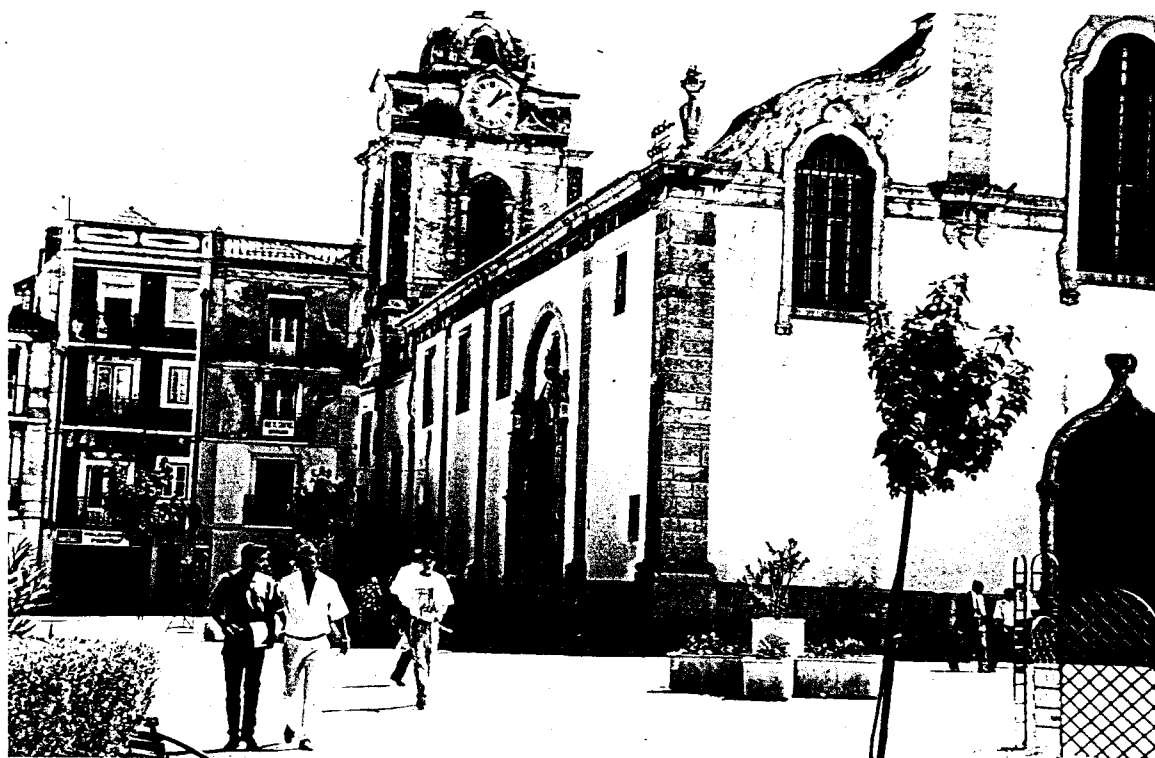
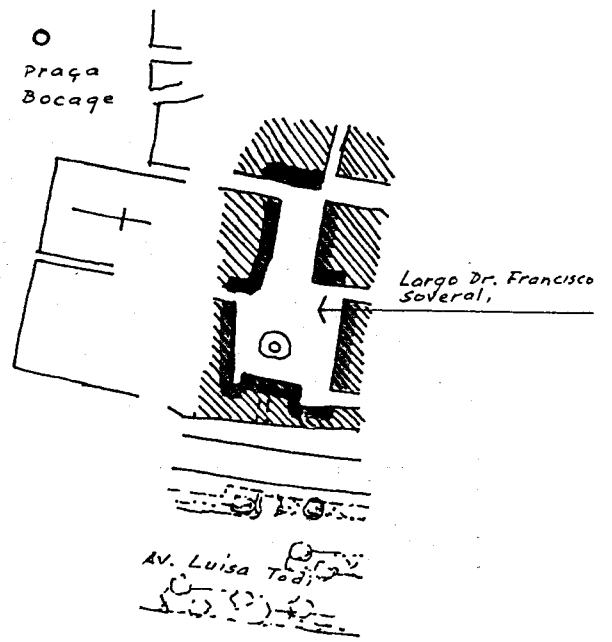
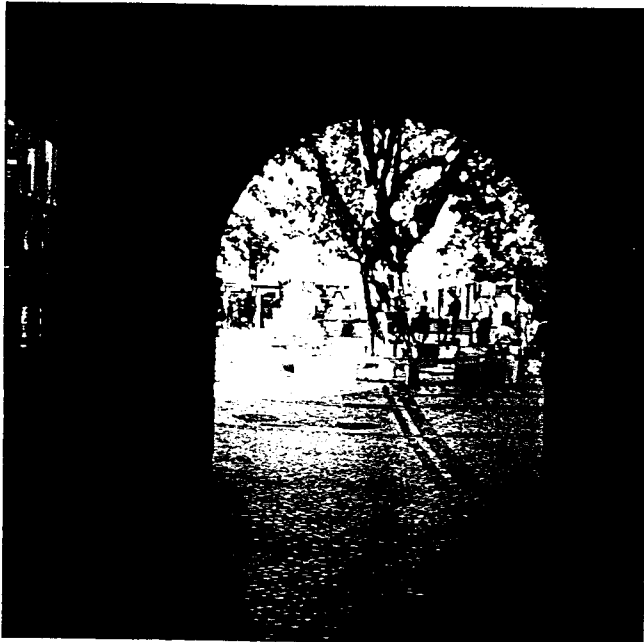


Fig. 1 - Aspecto parcial do adro da igreja de S. Julião. Percebe-se a importância do portal manuelino lateral e a estreita rua que aí desemboca, idêntica às outras que rodeiam a praça.

Fig. 2 - Lado Este, junto aos Paços do Concelho.



1
2
3

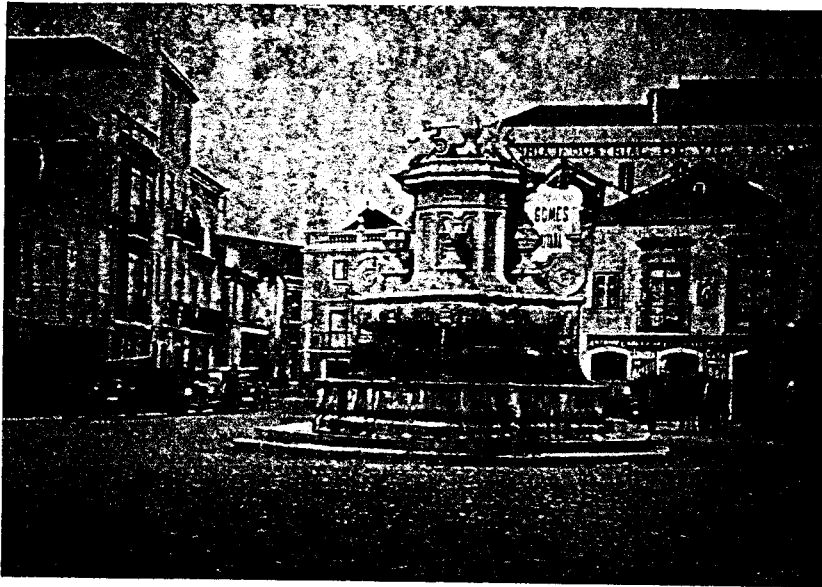
Setúbal confirma a sua ligação ao rio por vários aspectos urbanísticos herdados da Idade Média, tal como a Praça da Ribeira Velha ou Praça do Peixe (actual Largo Dr. Francisco Soveral).

Fig. 1 - Postigo medieval de entrada na praça pelo lado do mar.

Fig. 2 - Nesta praça esteve localizado o pelourinho. Actualmente é um frondoso plátano que oferece amenidade ao local.

Fig. 3 - pormenor da praça com o postigo ao fundo.





1
—
2

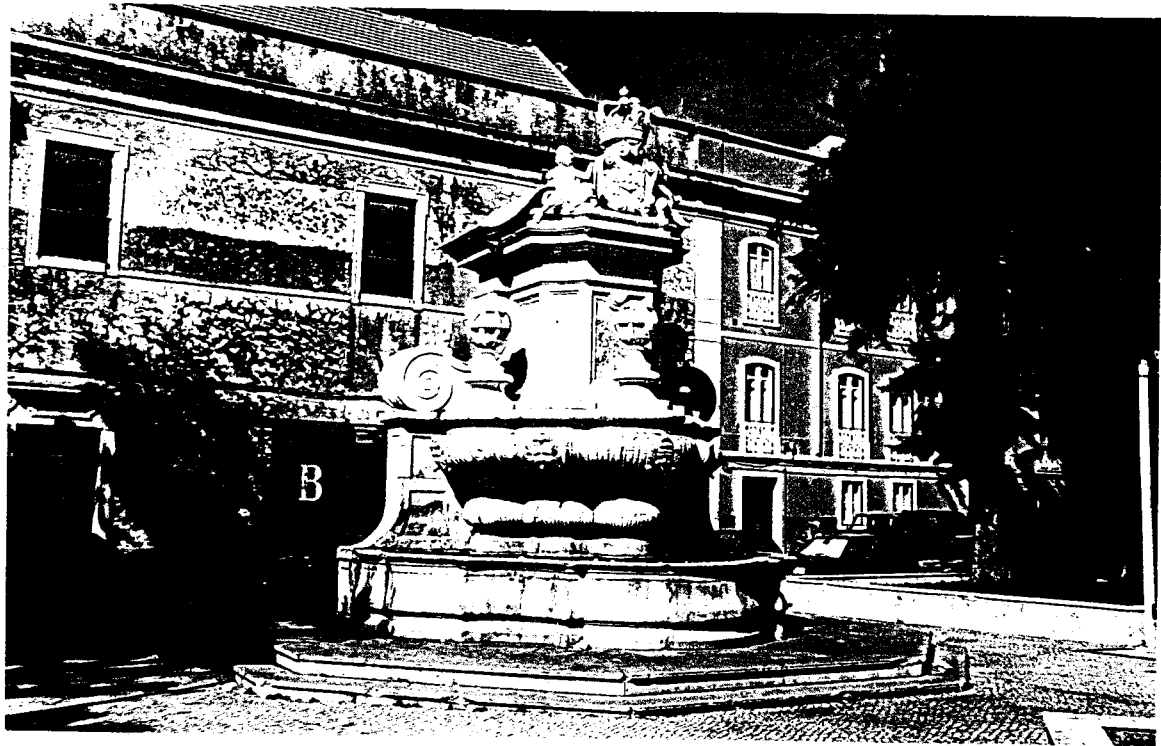


Fig. 1 - Fotografia das primeiras décadas do século XX com o chafariz do Sapal, de 1697, situado em frente da Câmara até 1937, altura em que a edilidade decidiu mudá-lo (catálogo da exposição "Casas e ruas na história de Setúbal", Museu de Arqueologia e Etnografia, 1977, 23).

Fig. 2 - O chafariz do Sapal na sua actual localização na Praça Teófilo Braga. O mais belo chafariz da cidade remetido para uma praça secundária.

Norte do país pela estrada que de Santarém seguia pelo vale de Tomar para Coimbra. Em contrapartida a Ordem recebia o senhorio dos foros civis e eclesiásticos do território de Tomar, onde constituiria a cabeça da Ordem (veja-se Rosa, 1981; 39).

No século XIII os Templários eram um potentado económico e detentores duma filosofia e de um saber herdado da antiguidade, factos que por constituírem uma ameaça à igreja de Roma e ao rei de França, ditaram a sua extinção em 1312.

D. Dinis juntamente com o rei de Espanha opuseram-se à sua extinção na Península, transformando-a na Ordem de Cristo. Entre os homens notáveis que passaram por Tomar conta-se o Infante D. Henrique, tido como um dos filhos de D. João I mais ilustrados (veja-se entre outros Sanceau, 1942; 35 e seguintes). D. Henrique requereu para Tomar feira franca, fez "boticas" na Praça de S. João e promoveu o aprofundamento do canal do Mouchão para viabilizar o saneamento dos terrenos do Bairro da Várzea Pequena (Rosa, 1965; 85-86).

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Antes da nacionalidade Tomar foi ocupada por diversos povos, mas por situar-se em terra de ninguém de entre cristãos e mouros acabou por declinar. A 1 de Março de 1160 os Templários iniciaram a construção do castelo e com isso a reactivação do povoamento. Terá sido a fortaleza construída, pelo menos em parte, com os restos de materiais da antiga povoação Luso-romana, como indicam as pedras lavradas aproveitadas para a obra (Rosa, 1981; 41), que deu origem a uma nova povoação no cimo do monte do convento.

Após a reconquista e unificação de todo o território português, as urbes medievais acasteiadas foram sendo substituídas pelos subúrbios localizados nas encostas ou sopés dos montes, em terras mais próximas das vias de comunicação, do rio e dos terrenos agrícolas. Tomar seguiu esse tipo de crescimento, constituindo-se duas zonas e duas freguesias: a Cerca", no monte do convento e a "Vila de Baixo". Nos dois lugares foram construídos importantes templos - a igreja de Santa Maria do Castelo e a igreja de Santa Maria do Olival.

Os Templários, mais guerreiros que monges, não viviam em clausura, o que facilitou o desenvolvimento da "Vila de Baixo", onde o comércio e as pequenas indústrias se foram desenvolvendo. Volvidos catorze anos da fundação do castelo a vila já seria bastante povoada para receber o terceiro foral (1174), existindo ruas como a Corredoura, o principal eixo Este-Oeste, a Rua Direita dos Moinhos e outras, o que dá que pensar sobre o processo urbanístico exemplar seguido por esta urbe.

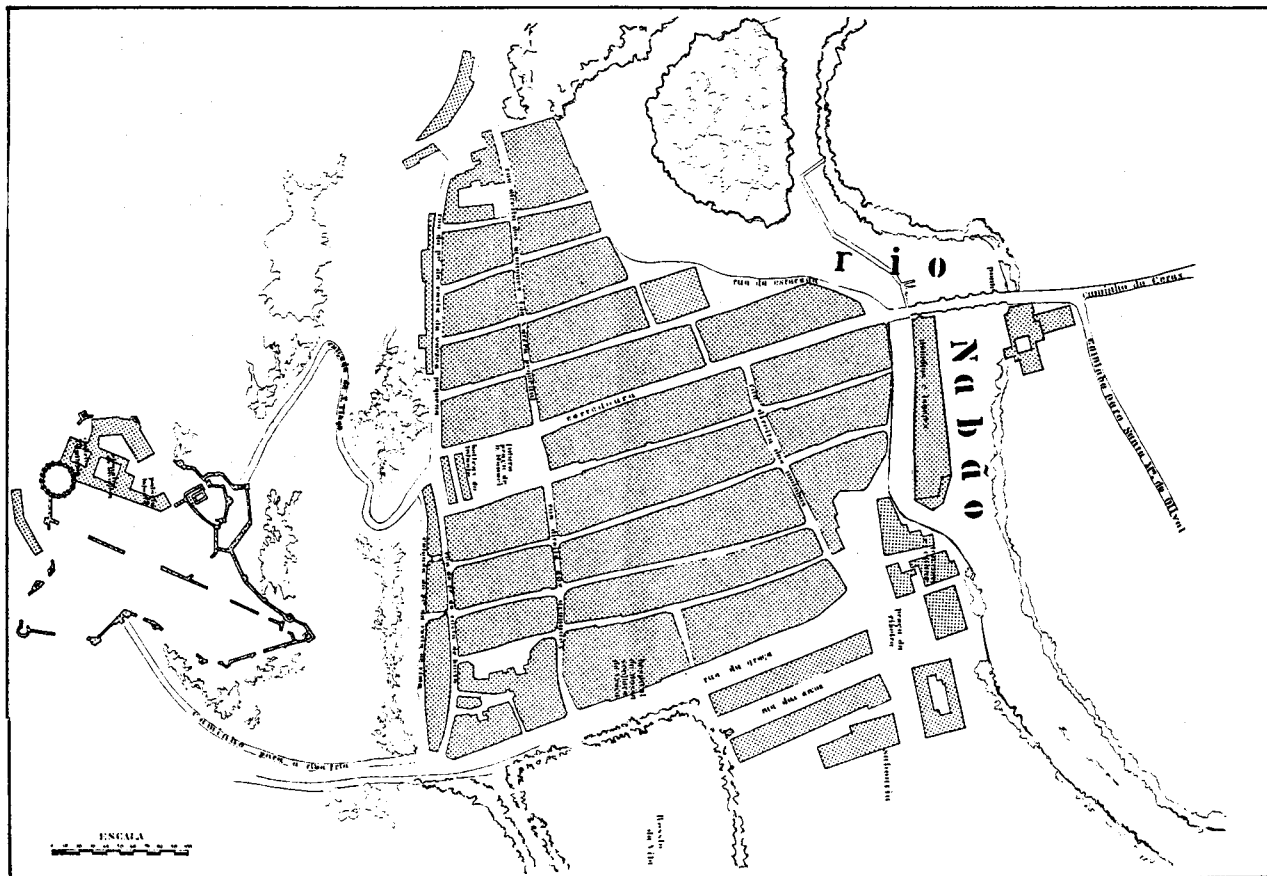
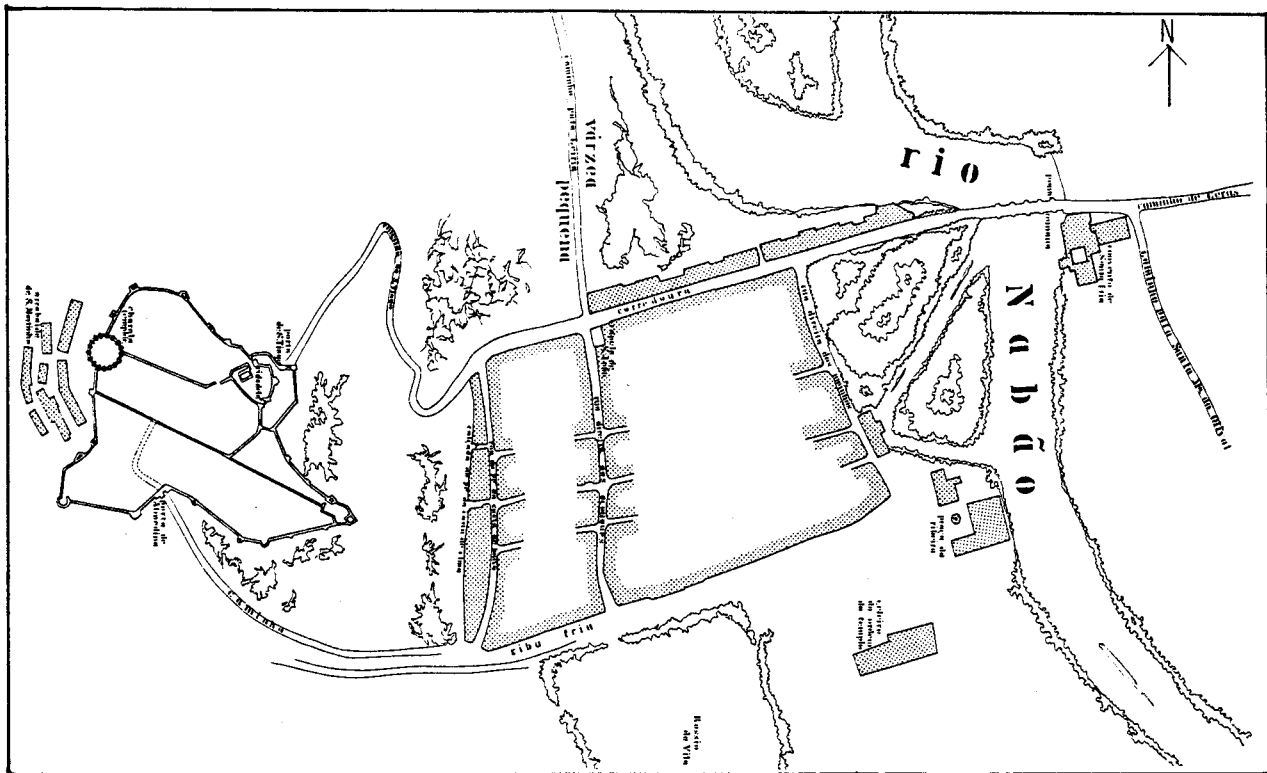


Fig. 1 - Reconstituição hipotética de Tomar dos Templários.

Fig. 2 - Idem, do Infante D. Henrique.

Adaptado de : José Inácio Rosa, "Nascimento e Evolução Urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique", *Boletim Cultural* da C. M. T., Nº 2, 1981.

2.3 - MALHA URBANA

A malha urbana de Tomar tem despertado enorme interesse a arquitectos e historiadores. Sabe-se como serviu de forte inspiração a Manuel da Maia e às equipas que com ele trabalharam na reconstrução de Lisboa. Exemplo único em Portugal quanto ao seu grau de regularidade geométrica, tem originado controvérsias quanto às suas origens. Para muitos, como Amorim Rosa (1965; 84) e José Manuel Fernandes (1989; 46) o urbanismo tomarense é devido ao Infante D. Henrique, governador da Ordem dos Templários entre 1418 e 1460 e um dos mais ilustres espíritos da época. Esta posição pode ser posta em questão quando se conhece o grande desenvolvimento que a povoação teve a partir da segunda metade do século XII, o que lhe permitiu a concessão de vários forais. Há ainda o facto dos documentos medievais referirem várias ruas, como a Corredoura, a rua de S. João, a rua Gil Vicente, a rua Maria Dona e a rua Garcia Rodrigues, que pelo seu número obrigaria à existência de uma malha, ainda que incipiente (veja-se: Conde, 1988; 91).

Por outro lado, sabe-se que os Templários realizaram em Paris, por 1279, a urbanização do Marais - terrenos marginais ao rio e alagadiços, situação um tanto semelhante a Tomar (veja-se Leguay, 1984; 44), sendo perfeitamente normal que também aqui aplicassem esse saber.

Existem por isto um conjunto de factos que levam a admitir a existência de uma malha geometrizada anterior ao Infante. Aliás temos vindo a ter consciência do tipo de urbes medievais portuguesas, sobretudo promovidas por Afonso III e D. Dinis que, embora não seguindo o rigor geométrico das "bastides" francesas ou das "Vilas Novas" espanholas, obedecem a organizações precisas. Encontra-se disso exemplo em Monsaraz e outras vilas alentejanas, como mais para Norte em Torre de Moncorvo ou Caminha (veja-se sobre este tema: Gaspar, 1969; 198-214).

Tomar estruturou-se a partir da Rua da Corredoura, (Rua Serpa Pinto), cuja orientação tem uma leve torção em relação à linha Este-Oeste; foi a principal via de ligação da ponte romana do Nabão com o acesso ao castelo.

Cruzando-se com a Corredoura em aproximada ortogonalidade está a antiga Rua Direita dos Açougues, (Rua Silva Magalhães e Infantaria 15), a principal no sentido Norte-Sul por fazer a ligação com a estrada de Leiria.

No cruzamento destas duas vias estruturantes foi implantada a Praça de S. João (actual da República), centro das quatro principais direcções do espaço. No prolongamento desses quatro braços foram localizados quatro conventos: o de

Santa Iria, a nascente; o de Cristo, a poente; o da Anunciada, a Norte, e o de S. Francisco, a Sul, evidenciando-se a intensão de estruturar o espaço de acordo com os princípios geométricos da Ordem.

Na Praça de S. João foi erguida no tempo do Infante a igreja de S. João Baptista, depois ampliada por D. Manuel. Este facto terá contribuído para afirmar esta praça como principal, uma vez que a Praça da Ribeira, ou Chão do Pombal, localizada a Sul do aglomerado e próximo da margem direita. Nela esteve o edifício da Câmara e o seu pelourinho (cf. Melo, 1981; 70). Também se localizaram aí o Celeiro da Ordem, a Saboaria e outros edifícios. Mais afastado da margem mas próximo da Ribeira localizou-se o Rossio da Vila, amplo descampado que servia de lugar para as grandes feiras.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A Praça da República localizou-se no cruzamento das duas principais ruas medievais da urbe.

Na estrutura geral resultou da omissão de um quarteirão, prática corrente em muitos traçados medievais europeus. Inicialmente ter-se-ia afirmado como adro da igreja de S. João Baptista, logo ampliado quando o Infante D. Henrique aí montou umas "boticas" (1430) para proveito da Ordem. No lado Oeste da praça, substituindo as antigas "boticas", existiu os Paços de D. Manuel, transformados no século XVII em edifício camarário (Proença e outros, 1927; 462) e com isso investindo a praça da importância que manteve até à actualidade.

Nesta praça realizava-se também o mercado semanal (Melo, 1981; V, 61), aproveitando da centralidade que o lugar oferece.

Pela relação que estabelece com a estrutura clássica da cidade e pelas funções que foi adquirindo, a Praça da República sugere com frequência uma digna herdeira de *fórum* romano ou centro cívico.

3.2 - TOPOGRAFIA

Suave pendente de Oeste para Este da praça.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento médio	63 metros
Largura média	47 metros
Área	2961 m ²

3.4 - FORMA

Aproximadamente rectangular; os enviezamentos dos lados não são suficientes para transmitirem a sensação de espaço trapezoidal.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$47 / 9 = 5,2$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O declive existente no pavimento não é suficiente para condicionar a exposição solar. Os lados da praça sensivelmente orientados segundo os pontos cardeais principais apresentam uma possível preferência de localização na igreja orientada Nascente-Poente, como indicam os cânones cristãos.

3.7 - PAVIMENTO

Rua de calçada de pedra irregular e tabuleiro de cuidado empedrado formando um desenho axadrezado preto e branco de bom efeito.

3.8 - VEGETAÇÃO

A única presença vegetal na praça é dada pelo octógono que envolve a estátua e por floreiras amovíveis colocadas nos cantos do tabuleiro.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

É a igreja de S. João Baptista que mais se impõe na praça - obra manuelina terminada em 1510 enriquecida pelo belo portal do final do gótico tardio, pela empena rematada horizontalmente com um friso vasado de flores de liz, pela imponente torre sineira octogonal assente sobre base quadrada e rematada por elegante cúpula piramidal. No lado oposto está o edifício dos Paços do Concelho, obra do século XVII onde se destacam os três arcos frontais com duplo pé direito; ao nível do 2º andar colocam-se nove varandas com vãos guarnecidos por silharia "renascentista". Toda a frente do edifício é marcado por quatro pilastras de pedra a toda a altura que marcam a zona central e duas laterais.

Dos restantes edifícios envolventes, com expressões arquitectónicas que variam do século XVIII ao Estado Novo, destaca-se no lado Sul o palacete de Dona Maria da Silveira, do século XVIII, com ampla fachada e repetidas lojas encimadas por varandas. A silharia apresenta algumas vergas e ombreiras com desenhos curvos de sugestão barroca.

Apesar da variada expressão arquitectónica é de notar uma cêrcea bastante regular que ajuda os dois edifícios principais a imporem-se aos restantes.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

No meio da praça, em substituição do pelourinho que aí existiu, está a estátua dedicada a Gualdim Pais.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A quantificação percentual das diversas ocupações é a seguinte:

Serviços	45%
Uso diário	20%
Uso ocasional	30%
Uso excepcional	5%

É evidente o maior peso para os serviços, tais como a Câmara e suas secções, companhias de seguros, Casa do Povo, clube desportivo, igreja, etc. O comércio diário tem pouca representatividade na praça, a que não será alheia a ocupação pelos serviços e o baixo índice de habitações existentes.

3.12 - PERCEPÇÃO

Esta praça apresenta-se com uma regularidade que não sendo absoluta dá bastante sensação de o ser. As suas proporções e dimensões não são frequentes em praças citadinas - rectângulo pouco alongado, de modestos 63 metros no lado maior. A linearidade das ruas tangenciais ajuda à sensação de prolongamento espacial pelas perspectivas que oferecem. Esse efeito é mais evidente no lado Oeste, cujo limite visual de fundo é dado pelo monte e muralhas do castelo, sendo um dos casos em que o que existe fora da praça contribui bastante para a percepção que se tem dela. Não se pode deixar de referir a igreja de S. João Baptista e, sobretudo, a sua torre sineira, contraponto vertical às repetidas afirmações horizontais de toda a envolvimento da praça. Alguns pormenores arquitectónicos existentes prendem a atenção ao referenciarem um dos períodos áureos da história pátria - o manuelino

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Tomar com toda a sua herança cultural e histórica envolve-se de referências e de enigmas a que dificilmente se foge. A mística dos Templários desceu até à "Vila de Baixo", onde a praça é o centro da cruz e a igreja perpetua o mistério. Sugerindo uma organização espacial idêntica à dos acampamentos militares que, aliás, os Templários adoptaram inspirando-se nos modelos da antiguidade, Tomar é caso à parte do urbanismo medieval português. Não porque não existam outros exemplos onde é evidente a intensão de ordenamento do espaço, mas porque em Tomar essa intensão afirmou-se de maneira exuberante, com dez ruas paralelas e duas perpendiculares a elas.

A praça localiza-se precisamente a meio do traçado das ruas paralelas, deixando cinco para Norte e cinco para Sul. A Praça da Ribeira ou Chão de Pombal foi espaço alternativo à Praça de S. João, perdendo gradualmente importância em favor desta.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada de adro frontal ampliado, juntando-se-lhe Casa da Câmara.

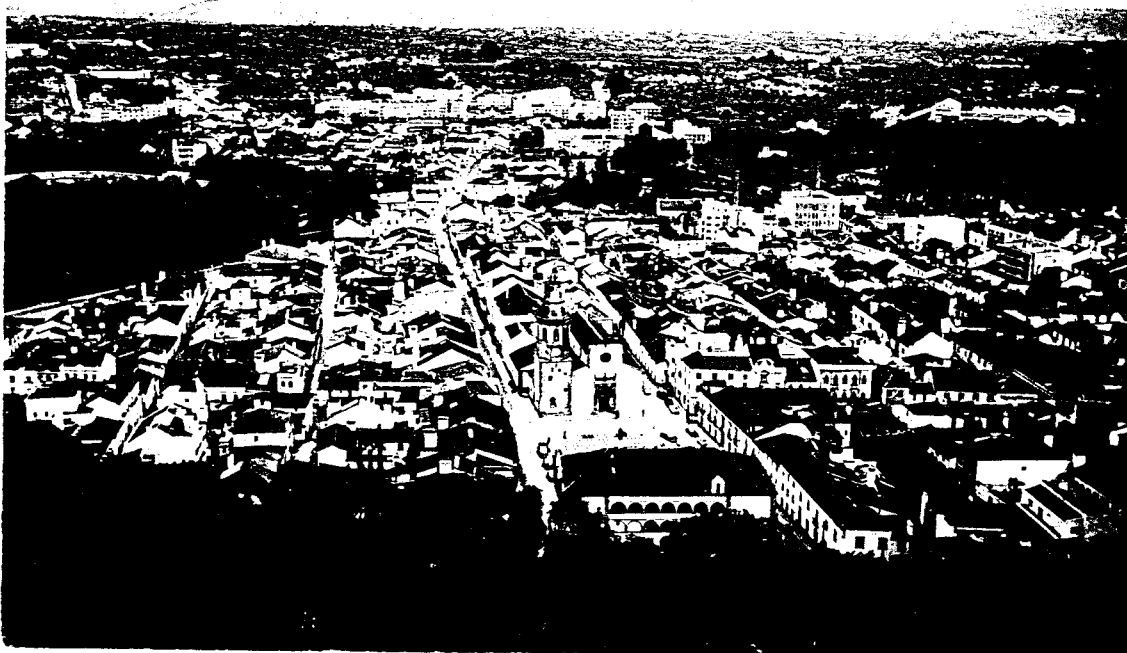
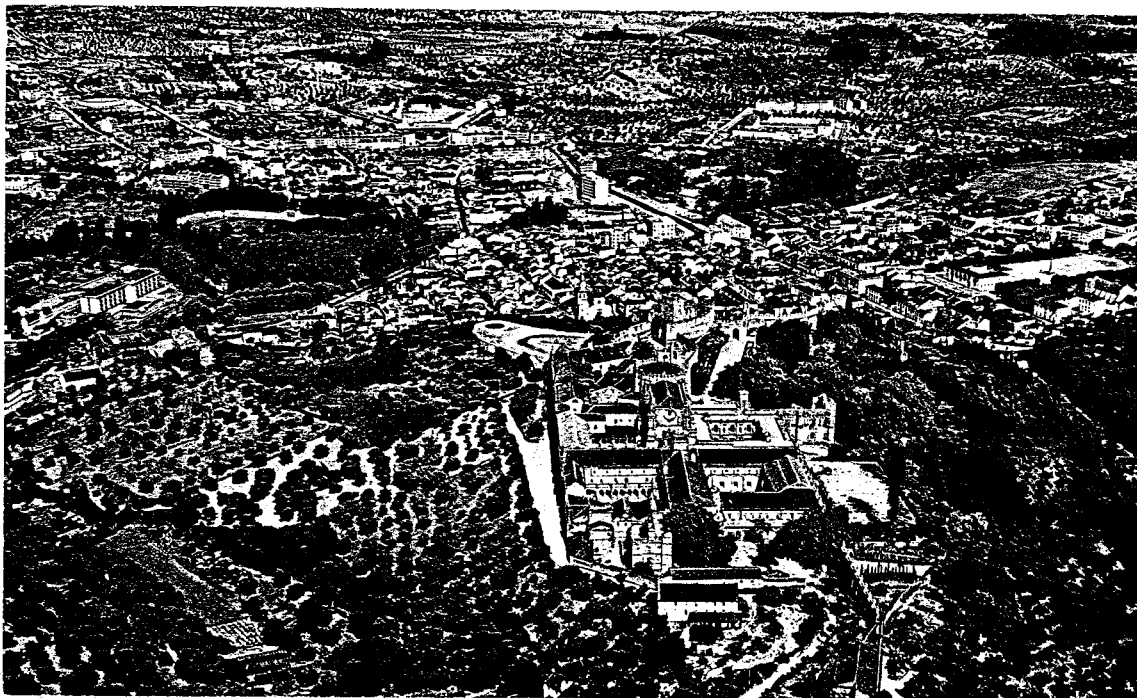


Fig. 1 - Vista aérea com o Convento da Ordem de Cristo no alto do monte e a "Vila de Baixo" no sopé e várzeas por onde actualmente se expande.

Fig. 2 - Vista panorâmica da cidade deixando perceber os arruamentos paralelos e a praça com a igreja de S. João Baptista.

1
—
2



Fig. 1 - A regularidade geométrica da Praça da República é percebida nesta perspectiva sobre o lado Oeste, onde se localiza a Câmara Municipal. Em limite de fundo vê-se o castelo dos Templários



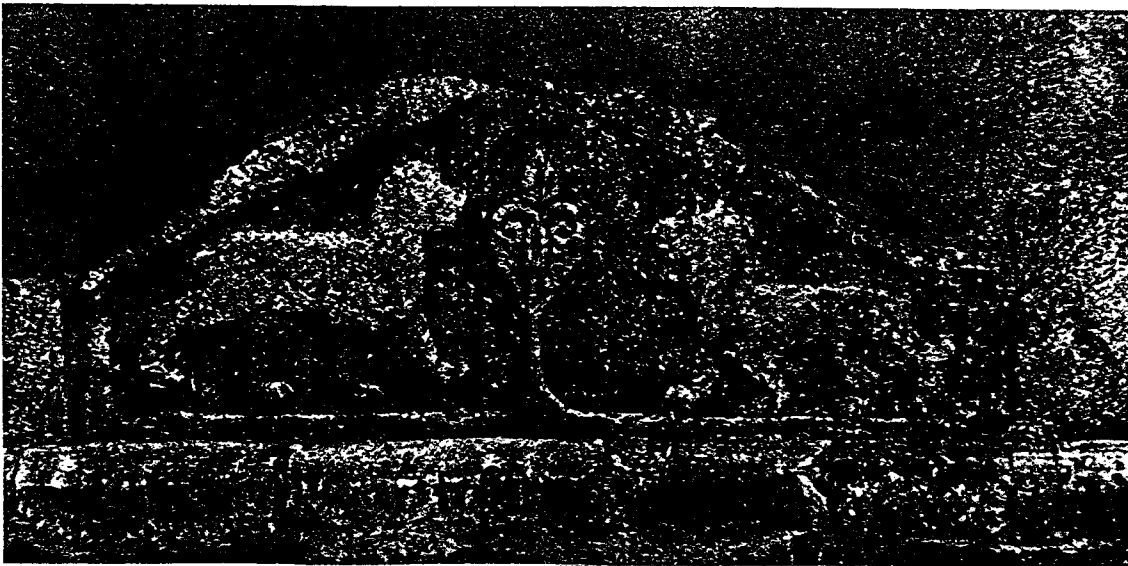
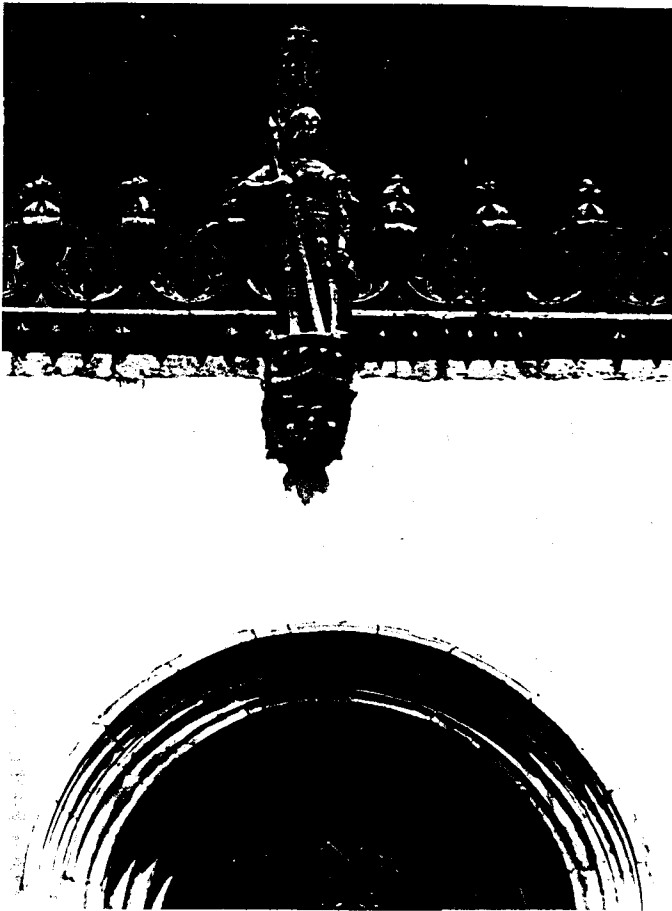
1
2 3



Fig. 1 - A Praça da República é também caracterizada pelo que está para além dela, o monte e o castelo.

Fig. 2 - A igreja de S. João Baptista com a sua forte torre sineira é um contraponto à horizontalidade marcada pelos outros edifícios da praça.

Fig. 3 - Aspecto do lado Sul da praça com o palácio de Maria da Silveira.



1	2
3	

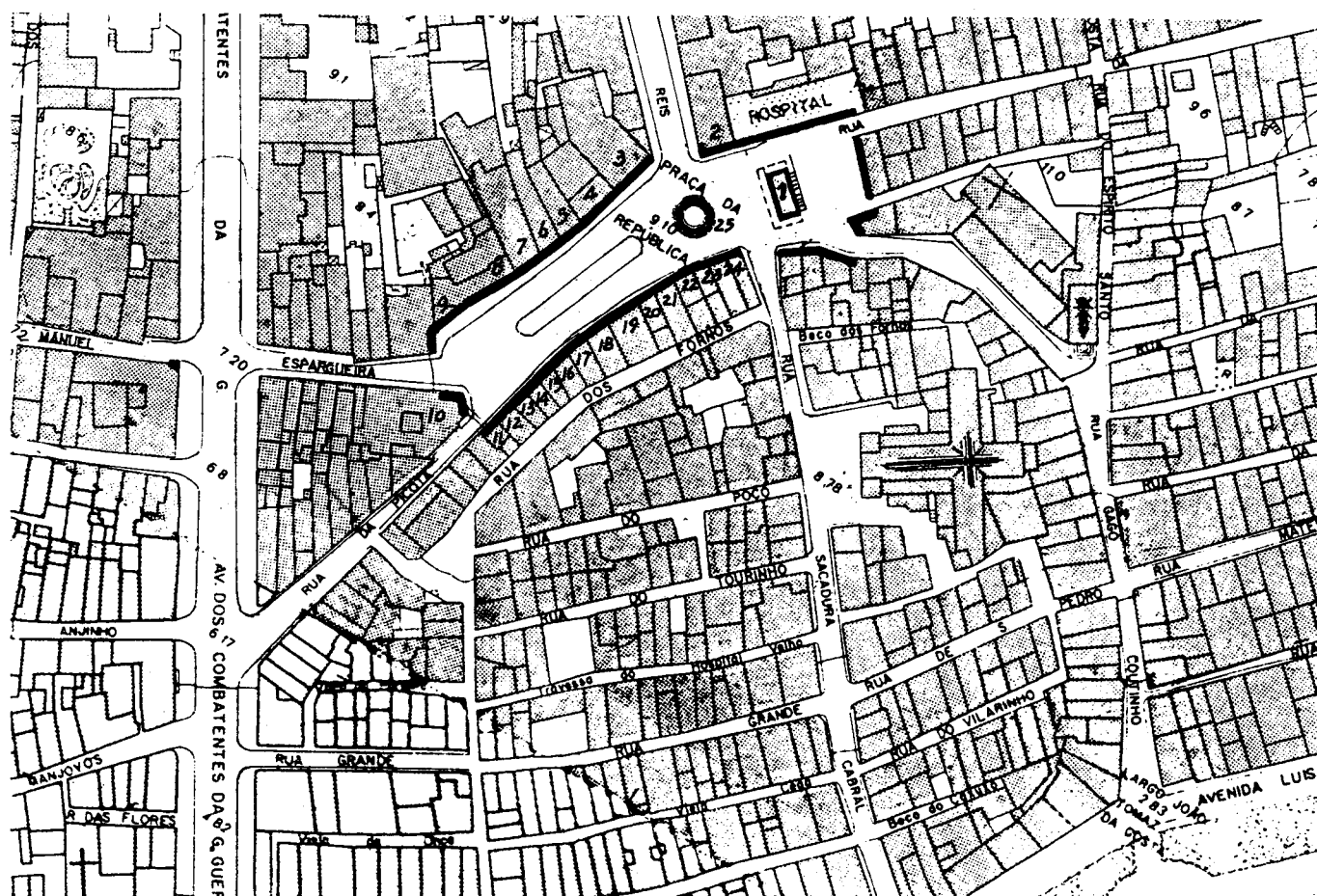
PORMENORES ARQUITECTÓNICOS DA IGREJA DE S. JOÃO BAPTISTA

Fig. 1 - Friso de remate da empena - flores de liz e guerreiro medieval.

Fig. 2 - Simbologia medieval.

Fig. 3 - Símbolos possivelmente pertencentes à iconologia templária.

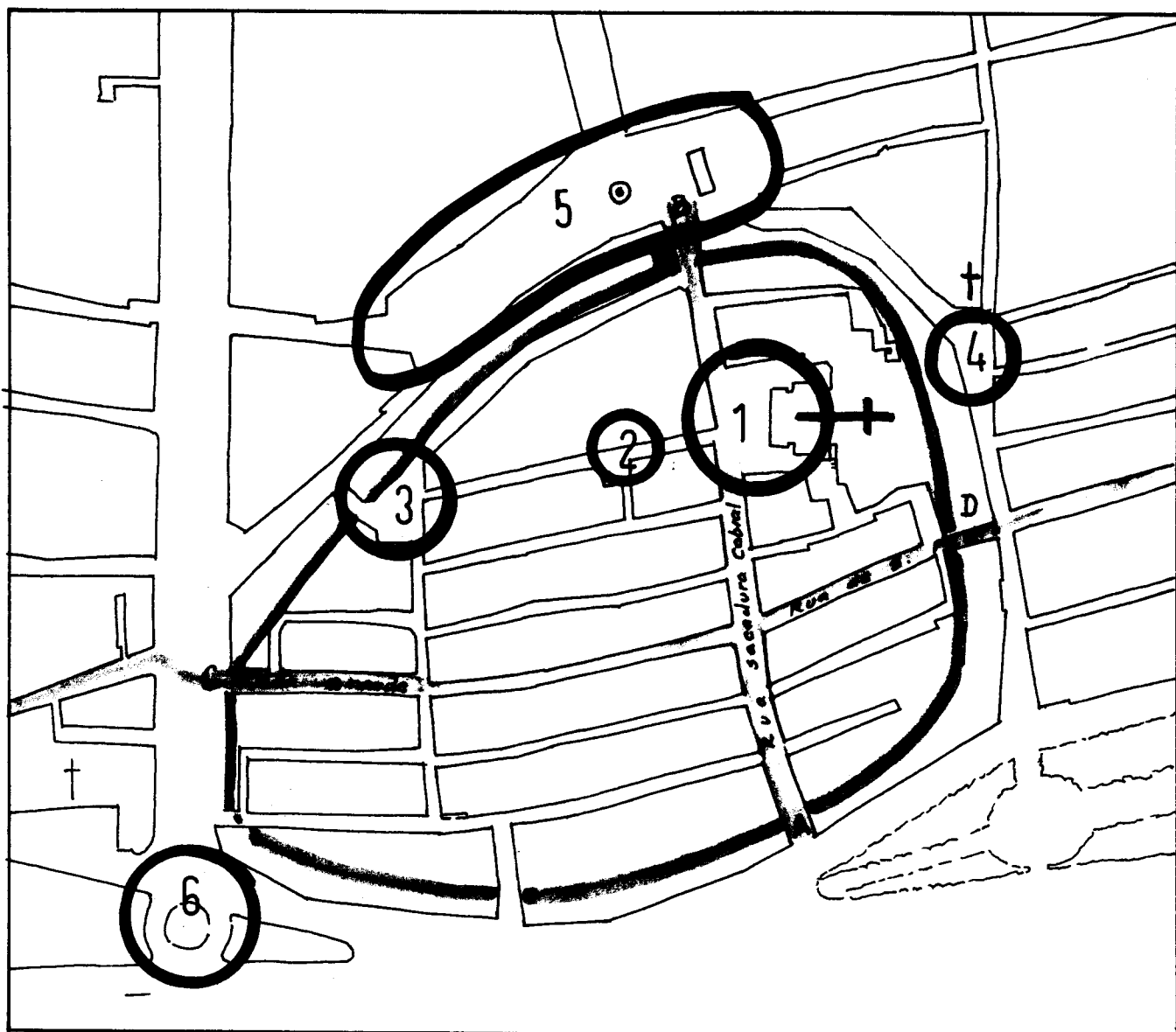
PRAÇA DA REPÚBLICA



Escala 1:2000

DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO FUNCIONAL

- 1 - R/c + 1 (antigos Paços do Concelho)
- 2 - R/c + 2 (Misericórdia)
- 3 - R/c (pastelaria com esplanada) + 1 (associação desportiva)
- 4 - R/c + 1 (banco)
- 5 - R/c (seguros) + 1 (advogado) + 2 (habitação)
- 6 - R/c (sapataria) + 2 (habitação)
- 7 - R/c + 1 (banco)
- 8 - R/c + 1 (banco - antigo solar)
- 9 - R/c (tabacaria; barbearia; livraria) + 1 (escritórios e associações)
- 10- R/c + 2 (Banco de Portugal)
- 11- R/c (ourivesaria) + 1 (advogados) + 2 (hab.)
- 12- R/c (artesanato regional) + 1 (médicos) + 3 (hab.)
- 13- R/c (imobiliária) + 3 (hab.)
- 14- R/c (imobiliária) + 2 (hab.)
- 15- R/c (imobiliária) + 2 (hab.)
- 16- R/c (imobiliária) + 2 (hab.)
- 17- R/c (ourivesaria) + 3 (hab.)
- 18- R/c (artesanato regional) + 1 (escritórios) + 3 (hab.)
- 19- R/c (tabacaria; agência de viagens) + 2 (clube desportivo)
- 20- R/c (escola de desporto) + 1 (análises clínicas) + 2 (hab.)
- 21- R/c (pronto a vestir) + 1 (cabeleireiro) + 2 (advogados)
- 22- R/c (artesanato regional) + 2 (advogados)
- 23- R/c (farmácia) + 2 (escritórios)
- 24- R/c (louças e vidros) + 2 (hab.)
- 25- Fonte quinhentista



DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DE GÊNESE MEDIEVAL

- 1 - Praça velha- anterior à actual igreja matriz; provável existência de capela
- 2 - Largo do Poço
- 3 - Praça da Erva ou dos Ferradores
- 4 - Praça das Couves- actualmente existe a capela dos Malheiro Reimão sobreposta à antiga praça
- 5 - Campo do Forno, actual Praça da República
- 6 - Praça do Peixe
- A - Porta do Postigo ou Arco de S. Crispim
- B - Porta do Forno ou de S. Tiago
- C - Porta da Ribeira ou de S. João
- D - Porta das Atafonas ou de S. Pedro

acção determinante de D. Afonso III, continuada por D. Dinis, poderá considerar-se que *Viana da Foz do Lima foi uma vila verdadeiramente fundada de novo (...) e, até certo ponto, planeada* (Caldas, Gomes, 1990; 16).

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Viana apresenta três épocas de desenvolvimento bem diferenciado, anterior ao século actual: desde a sua fundação até aos fins do século XV preenchendo-se a urbe intramuros; no século XV dá-se a expansão da vila a Este e Oeste e também a Norte onde se iniciou a delimitação do Campo do Forno, toponímia inicial da Praça da República; depois do período manuelino Viana tornou a afirmar-se com apreciável desenvolvimento urbanístico no último quartel do século XIX. Globalmente tornou-se evidente a preferência pelas zonas mais planas, de que resultou uma forma alongada de aglomeração paralela ao rio Lima.

2.3 - MALHA URBANA

Verifica-se que o casco urbano medieval comandou, em grande parte, a malha urbana posterior e que se estruturou a partir de dois eixos definidos pela actual Sacadura Cabral, aproximadamente orientada Norte-Sul, tangente à Praça Velha e que unia duas portas das muralhas. Esta rua cruzava-se com outra, a Rua Grande, continuada pela Rua Mateus Barbosa e que servia as portas Este e Oeste. Os tecidos quinhentistas seguiram aproximadamente estas orientações e também os ritmos dos quarteirões. Estes são um dos elementos característicos de Viana, pela sua forma marcadamente alongada, em proporções também, por exemplo, de 1:5. Note-se que esta proporção também surge em quarteirões de Tomar e Évora; mas em Tomar os quarteirões apresentam-se com maior largura (da ordem dos 30 metros) e maior comprimento (150 metros, por exemplo). A forma arredondada imposta pelo circuito das muralhas perturba a regularidade dos quarteirões, tal como as variações topográficas, o que não permite retirar conclusões definitivas em relação a possíveis cânones urbanísticos. É evidente que as urbanizações posteriores ao século XVI utilizavam outras proporções para o quarteirão, uma vez que a parcela urbana foi aumentando em área com o desenho da malha reflectindo-se nas formas das praças, de que Viana é um exemplo.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Até ao século XV o lugar da praça foi um rossio adjacente à Porta do Forno ou de S. Tiago. Três obras fundamentais assinalam a transição do centro urbano para o exterior das muralhas:

- A construção dos Paços dos Concelho, provavelmente iniciados na transição dos séculos e acabados no primeiro quartel de XVI. Até aí o Concelho de Viana reunia na Praça Velha, talvez na torre de menagem. A passagem para os Paços do Campo do Forno teria demarcado a instituição municipal com outra importância, o que o novo edifício isolado e o espaço livre que lhe ficava adstrito bem reflectiam.

- Seguiu-se aos Paços do Concelho a construção da fonte monumental em 1554, para a qual foi escolhido um mestre canteiro que já tinha dado sobejas provas em Caminha, no Porto e em Pontevedra. A fonte sempre teria sido considerada obra de mérito importante para a praça, como sugere a descrição de Frei Luis de Sousa de 1619 (1984; 747): "... quando começaram com a noite que entrava a soar caixas, e cantar pifaros, para a fonte onde chamam o Campo do Forno, que é na praça bem capaz, cercada de casas nobres, e com na fonte no meio, fermosa em abundância de água e feitio de pedraria".

- A rematar uma trilogia que definitivamente qualificou o Campo do Forno surgiu a partir de 1588 a construção das varandas ornamentais do hospital da Misericórdia que, aliás, já estava em construção nesse lugar. É uma obra de enobrecimento e de aparato, única no seu género em Portugal, o que demonstra também uma atitude de reverência para com o espaço urbano onde se localizava.

Gerado a partir dos Paços do Concelho, o Campo do Forno tornou-se durante o século XVI um dos espaços mais prestigiados da cidade, local de encenações teatrais, de jogos e de corridas de touros em épocas de festejos, como bem nos relata Frei Luis de Sousa (1984; 747-784).

3.2 - TOPOGRAFIA

Suave pendente para Sudoeste.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento médio	100 metros
Largura máxima	30 metros
Largura mínima	23 metros
Área	2650 m ²

Note-se que esta área é passível de ser acrescentada com o espaço adjacente ao alçado posterior dos Paços do Concelho, onde se localizam as escadas exteriores de acesso ao andar. As dimensões desse átrio são de 19 x 26 m o que perfaz 494 m² e 3144 m² para o total da praça.

3.4 - FORMA

A forma desta praça aparece-nos condicionada por dois factores:

- a muralha, com o seu desenvolvimento encurvada.
- a dimensão e proporção dos quarteirões do núcleo intramuros.

Disto resultou a forma bastante alongada da praça e uma largura bastante modesta, dando relações comprimento/largura da ordem de 4,5 ou 3,8 conforme se considerar o comprimento a incluir o espaço posterior aos Paços do Concelho ou não.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$26,5 / 9 = 2,9$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O eixo principal da praça inclina-se de cerca de 30 graus em relação à linha Norte-Sul, o que facilita uma insolação mais regular ao longo do dia. O pavimento pelo seu pequeno declive não interfere na exposição.

3.7 - PAVIMENTO

Actualmente a praça é toda lajeada a pedra granítica serrada em formas geométricas.

3.8 - VEGETAÇÃO

Não tem qualquer árvore. A nova pavimentação trouxe-lhe também um elemento escultórico que serve de floreira.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Desde logo ressalta a coexistência de expressões arquitectónicas de diversas épocas. Persistiu o traçado da praça, mas a arquitectura envolvente foi-se renovando, adoptando novas fachadas.

A Este, estabelecendo um limite e destacando-se como edifício isolado estão os Paços do Concelho, da transição do gótico para a renascença. Lembra os Paços do Concelho de Guimarães, mas este apresenta-se mais elaborado, talvez menos genuíno devido às remodelações de que foi alvo.

Logo à ilharga da antiga Câmara está o hospital da Misericórdia, com as suas varandas a dar prestígio e exuberância à obra que nascera austera. Veneziana, flamenga ou italianizante, muitas têm sido as hipóteses classificativas da sua inspiração. Obra única no nosso país, representa também a tradicional esmerada técnica de talhar a pedra da gente do Norte.

Do mesmo lado da Misericórdia, mas no outro extremo, está a casa renascentista dos Sá Souto-Maior que, eventualmente, terá determinado o alinhamento do lado Norte da praça. A cimalha desta casa é rematada por uma platibanda de merlões chanfrados. Do actual paramento branco sobressaem silhares de formas rectas, típicos do período.

Os outros edifícios não se diferenciam especialmente representando a maior parte deles o corrente edifício de habitação e comércio, com varandas nos andares, molduras de pedra lavrada e frequentes forros a azulejo. No extremo Oeste da praça avulta o edifício do Banco de Portugal de arquitectura que poderá incluir-se no ciclo do Estado Novo. Os três pisos são marcados por frequentes pilastras a desejarem impor-lhe uma monumentalidade que não corresponde ao resultado final.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

O elemento destacado é a fonte monumental, centrada em relação à rua Cândido dos Reis, aberta na mesma época e também centrada aos Paços do Concelho. É obra de João Lopes-o-Velho, datada de 1554. As suas formas situam-se na transição para a Renascença. O corpo central é semelhante à fonte do Terreiro de Caminha, do mesmo mestre, mas com um pódio bastante mais simplificado, reduzido a cinco degraus circulares.

No extremo Oeste da praça está um pequeno coreto em materiais precários e facilmente amovível. Destina-se, sobretudo, ao uso durante os meses de verão, quando as festas e as gentes invadem todo o Minho.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A distribuição percentual das ocupações na praça é a seguinte:

Serviços	59%
Uso diário	5%
Uso ocasional	22%
Uso excepcional	14%

Os serviços mostram-se francamente preponderantes, destacando-se destes quatro agências bancárias, quatro escritórios de negócios de imóveis, diversos consultórios e associações.

O uso diário é extremamente reduzido, o que dá a esta praça uma forte característica de centro de negócios, no sentido utilizado pelos técnicos americanos, ressaltando as diferenças de escala.

3.12 - PERCEPÇÃO

Consideramos que os elementos que maior peso têm na determinação da percepção global são:

- A centralidade da praça que lhe faculta um uso intensivo e, portanto, um ambiente dinâmico.

- As características das suas dimensões; a largura é a de uma rua larga, o que permite determinados aspectos que são de um espaço intimista (por exemplo, ser possível falar de um lado para o outro da praça). A dimensão do comprimento é diferente - os seus cem metros representam uma medida expressiva, superior a várias praças de outras cidades. Estas características da relação comprimento/largura impõem um dinamismo potencial, que é reforçado pelas duas ruas em cada lado extremo da praça, prolongando-a por enfiamentos visuais apelativos. Das outras duas ruas confluentes na praça nas direcções Norte e Sul é particularmente importante a rua Cândido dos Reis, por abrir perspectivas para Norte, enquadrantes da montanha da Santa Luzia e seu Templo.

- Outra característica fundamental é-nos dada pela cêrcea bastante contida: 6 edifícios de dois pisos, 14 de três pisos e quatro de quatro pisos, o que não só dá uma praça muito à escala humana, como também uma boa relação

largura/altura.

4 - CONCLUSÕES

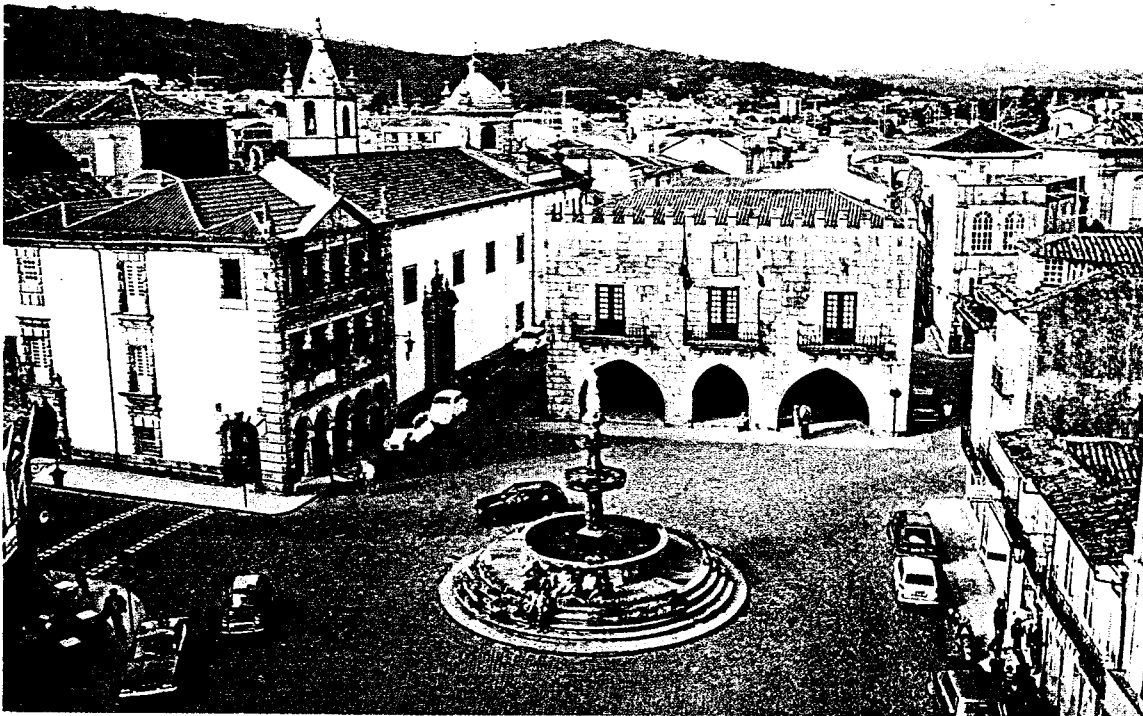
4.1 - SÍNTESE

Viana faz parte de uma família de novas povoações fundadas por D. Afonso III - D. Dinis, que se caracterizam pela sua malha de quarteirões alongados, mas quase paralelos e algumas travessas ortogonais, um Largo ou praça principal e as muralhas arredondadas ou fusiformes, conforme as características topográficas, a conter a urbe. Da expansão através dos caminhos que saem das portas da cerca ocorrem outros largos ou praças, como foi o caso de Viana na sua expansão para Norte.

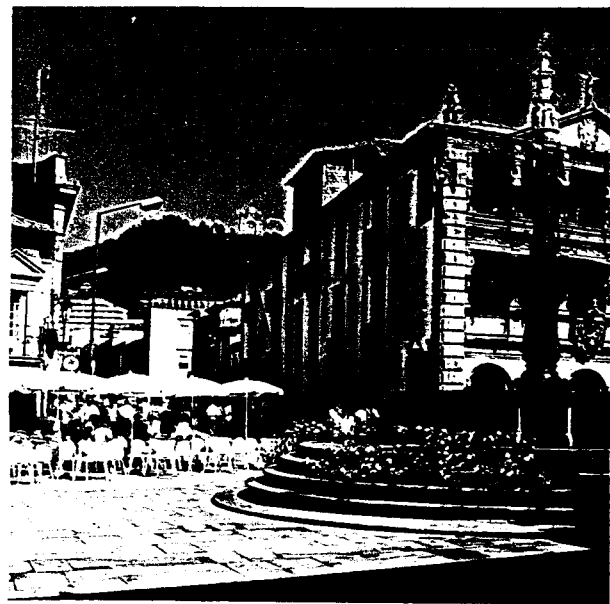
Os edifícios dos Paços do Concelho ou do hospital da Misericórdia impuseram características para que se construísse uma praça porticada, segundo a fórmula medieval-renascentista. Mas se tal aconteceu nalguns edifícios da praça, as posteriores alterações não permitiram que o exemplo fosse ampliado. Esta incapacidade para impor medidas urbanísticas de acordo com planos prévios, como tudo dava a entender que fosse conseguido com a implantação dos paços do Concelho e a Misericórdia em posição ortogonal, é aqui evidente. A praça desenvolveu-se ao sabor das várias implantações isoladas que se foram fazendo do lado Norte, enquanto que o lado Sul da praça era definido pelas casas encostadas à muralha e descrevendo o seu encurvamento.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça derivada de rossio e onde se instalou Casa da Câmara e outros edifícios de importância colectiva.



1	
2	3



VIANA, UMA CIDADE DE MÉDIA DIMENSÃO QUE DEMONSTROU DAR UMA ESPECIAL IMPORTÂNCIA À SUA ARQUITECTURA.

Fig. 1 - Os Paços, a Misericórdia e a fonte são três belos exemplos da arquitectura quinhentista

Fig. 2 - Capela da casa de Malheiro Reimão, no local da antiga Praça das Couves. Um dos mais notáveis exemplos do barroco. No cimo do monte está o templo dedicado a Stª Luzia.

Fig. 3 - Perspectiva que da Praça se observa para a Rua Cândido dos Reis.



1
—
2

Fig. 1 - Perspectiva sobre o lado Este da Praça.

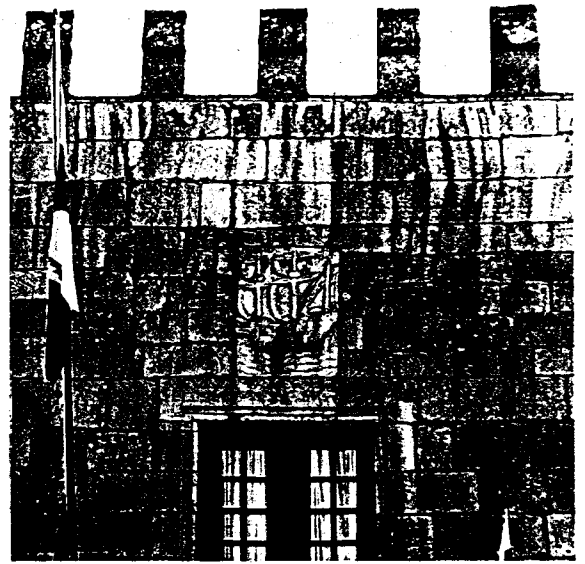
Fig. 2 - Perspectiva sobre o lado Oeste da Praça.



Fig. 1 - Pormenor da Misericórdia.

Fig. 2 - Simbologia de mareantes nos Paços do Concelho.

Fig. 3 - Pormenor do pórtico da Misericórdia.



1	2
3	



PERSPECTIVAS SOBRE A PRAÇA

Fig. 1 - Rua Gago Coutinho.

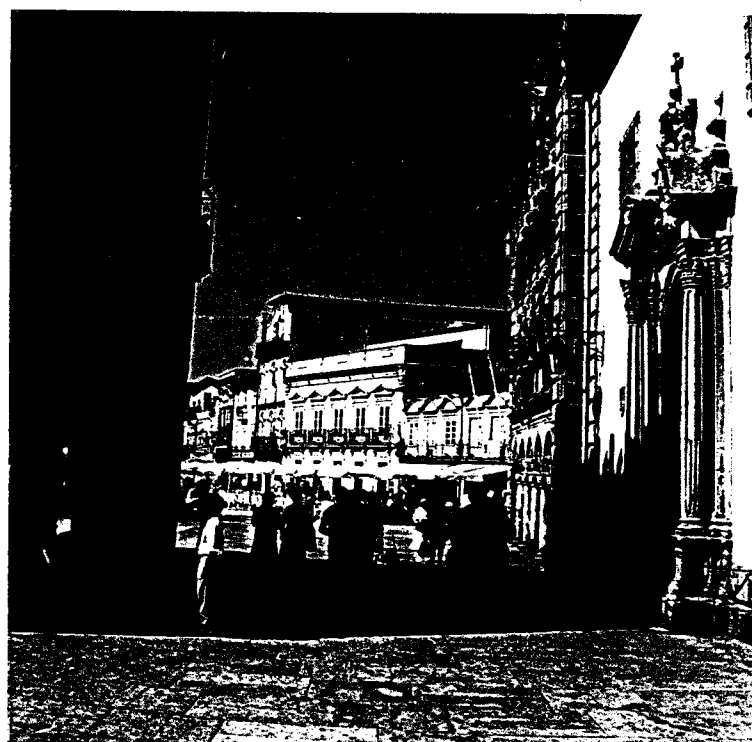
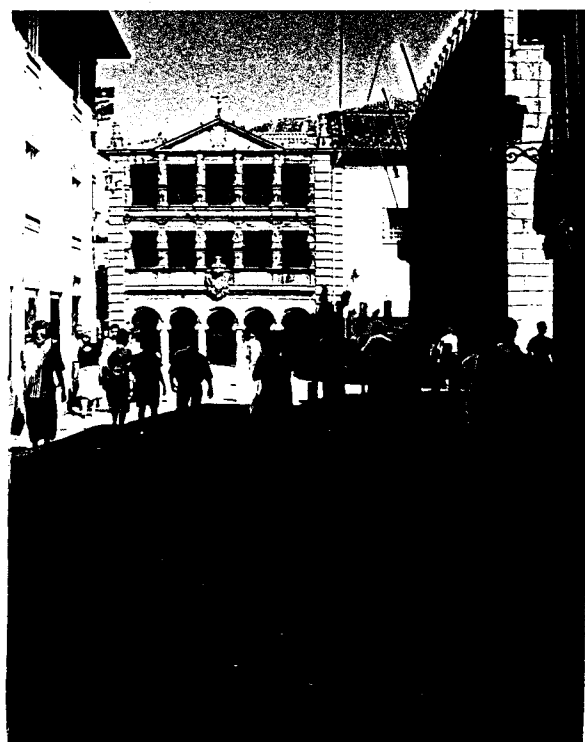
Fig. 2 - Arcadas dos Paços do Concelho.

Fig. 3 - Rua Sacadura Cabral.

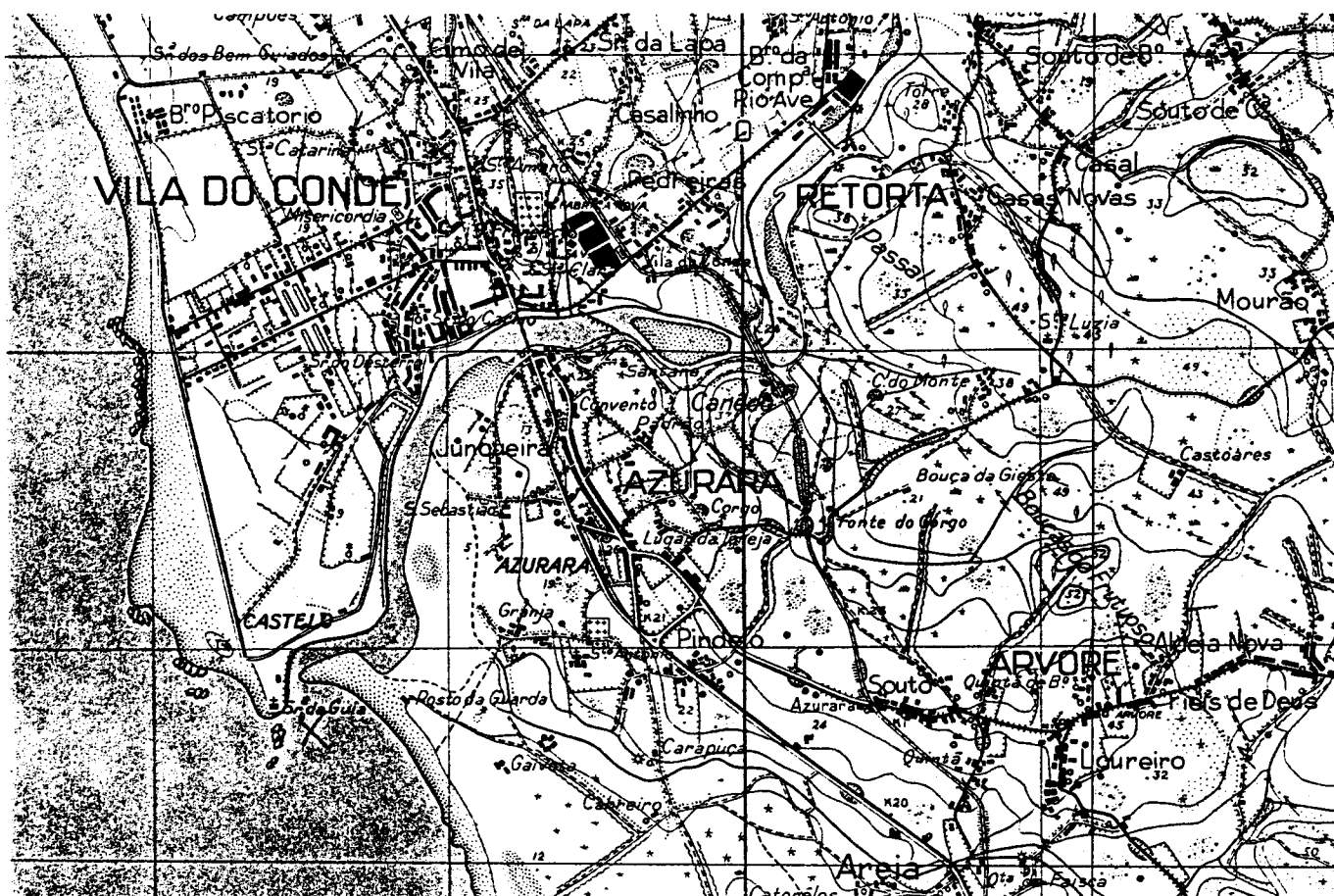
Fig. 4 - Rua da Bandeira.



1	2
3	4



VILA DO CONDE



Escala 1:25 000

1 - SÍTIO

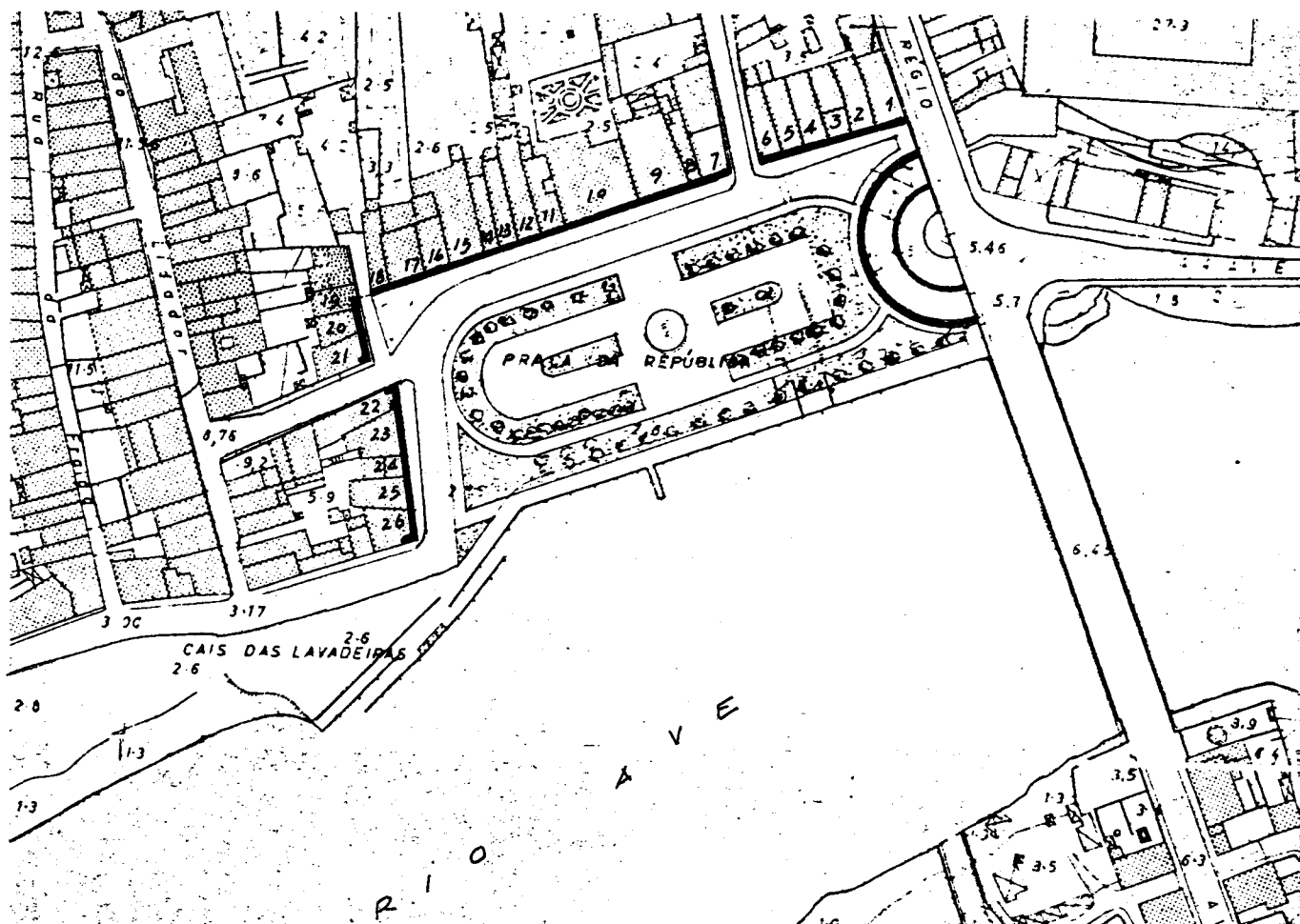
Junto à foz do rio Ave, a 25 Km a Nor-Noroeste do Porto e a 3 Km a Sul da Póvoa do Varzim; a maior parte da povoação desenvolve-se em terrenos de reduzidos declives e baixas altitudes, que variam entre os 3 e os 20 metros; a Este destaca-se o monte do convento de Santa Clara, dominando visualmente o rio e toda a povoação até à costa marítima.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A actual povoação de Vila do Conde faz parte de uma região de povoamento castrejo, denso e arcaico donde posteriormente derivaram várias póvoas marítimas, como Matosinhos, Póvoa de Varzim, Viana, etc. Vila do Conde é referenciada pela primeira vez em documentos de 953. A sua localização determinou actividades ligadas ao mar - salinas e pesca. O convento de Santa Clara, fundado na época de D. Dinis, teve o senhorio de terras, foros e padroados, sendo um dos

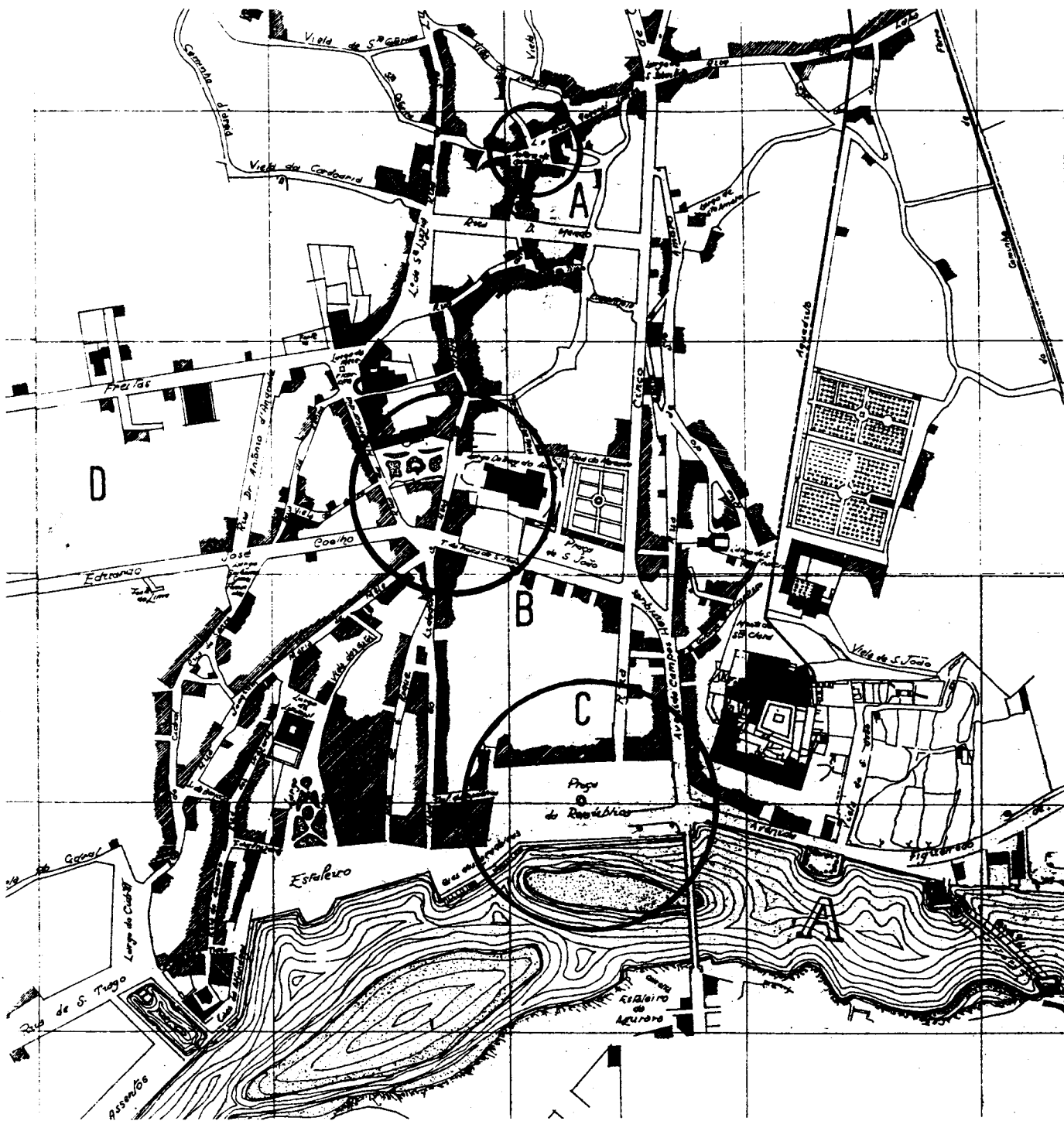
PRAÇA DA REPÚBLICA



DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Escala 1:2000

- 1 - R/c (fechado) + 2 (serviços)
- 2 - R/c (oficina de motos)
- 3 - R/c + 2 (desocupada e em semi-ruína)
- 4 - R/c (bar) + 2 (habitação)
- 5 - R/c + 1 (restaurante)
- 6 - Edifício demolido
- 7 - R/c (stand de automóveis) + 1 (hab.)
- 8 - R/c + 1 (hab.)
- 9 - R/c (supermercado) + 1 (hotel residencial)
- 10 - R/c + 1 (solar em recuperação para centro cultural)
- 11 - R/c + 1 (devoluto em mau estado de conservação)
- 12 - R/c + 2 (hab.)
- 13 - R/c + 2 (hab.)
- 14 - R/c (café) + 2 (hab.)
- 15 - R/c (bar; artigos eléctricos) + 1 (hab.)
- 16 - R/c (fechado) + 1 (clube) + 2 (hab.)
- 17 - R/c + 2 (edifício em reconstrução)
- 18 - R/c + 1 (hab.)
- 19 - R/c + 2 (hab.)
- 20 - R/c (bar encerrado para obras) + 1 (devoluto) + 2 (hab.)
- 21 - R/c (loja de óleos lubrificantes) + 1 (hab.)
- 22 - R/c (agência de viagens) + 1 (devoluto) + 2 (escola de condução)
- 23 - R/c + 2 (fechado, em mau estado de conservação)
- 24 - R/c (café-bar) + 2 (hab.)
- 25 - R/c (acessórios agrícolas) + 2 (ex-sede do PSD)
- 26 - R/c (bar-restaurante) + 1 (hab.)



SUCESSIVAS LOCALIZAÇÕES DA "PRAÇA PRINCIPAL"

A - Praça Velha, actual Largo Antero de Quental, anterior ao século XVI.

B - Adro da Sé e Praça Nova, a partir da construção da igreja matriz.

C - Praça da Ribeira, local de feira e centro cívico até 1973. Repare-se na ligação antes existente entre a ponte e a praça.

D - Direcção actual da expansão principal e de criação de uma nova centralidade.

(Adaptado da planta de Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1917)

elementos que contribuiu para a importância da povoação. O altivo edifício que coroa o monte, numa bela harmonia com a geomorfologia do lugar, é do século XVIII.

O progressivo assoreamento da foz do Ave prejudicou a vocação da urbe ao impedir o acesso a barcos de maior calado. Outras actividades como indústrias, turismo e serviços complementam hoje as ocupações tradicionais.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A malha urbana situou-se a Noroeste do convento de Santa Clara, logo a partir da parte da encosta onde os declives viabilizaram a construção de habitações apinhadas em pequenos lotes. É de crer que o antigo centro simbólico-funcional da povoação fosse mais para Norte, na zona onde se localiza a designada Praça Velha, actual largo Antero de Quental, porque era aí que estava o primeiro pelourinho conhecido, junto dos Paços do Concelho. É com a construção da igreja matriz que D. Manuel motiva um primeiro deslocamento para Sul, construindo-se espaços públicos mais desafogados, como se depreende da Carta Régia datada em Arrifana de Santa Maria a 5 de Dezembro de 1502: "*...Do lado da porta principal a igreja será afastada das casas quatro braças, (7,32 m); e ao redor da igreja e da capela ficarão despejadas seis braças para adro (10,98 m)*". Existe a imposição da igreja ficar "despejada", numa intenção de se valorizar a obra e de permitir uma maior funcionalidade do espaço envolvente, como se verifica na continuação da Carta Régia: "*...Nesta rua defronte da porta principal da igreja se fará uma praça quadrada de 15 braças por lado, (27,45 m), e a rua irá ter ao meio. Derribem-se as casas que estão entre as de Gonçalo André e Pero Mayor, e tomem-se os quintaes e chãos que forem necessários para se fazer a igreja nesta forma;*" (cf. Ferreira, 1923; 21). As prescrições manuelinas foram amplamente cumpridas porque o espaço livre envolvente da igreja matriz é bastante mais amplo que o determinado; as obras foram concluídas em 1514 e em 1543 já existia junto dela a Casa da Câmara e a cadeia, constituindo-se o que passou a designar-se por Praça Nova. Para a valorização da praça da Ribeira contribuíram a localização da alfandega, juntando-se a uma capela existente, e o enxugo de terrenos alagados da margem direita, seguido da construção de um primeiro cais. Em 1793 foi construída uma ponte de pedra, deixando-se de fazer a travessia do rio na barca de passagem. Em 1821 ruiu esta ponte, sendo a pedra aproveitada para a construção de novo cais, conquistando cerca de 12 metros ao rio. Entretanto já fora instituída a feira de gado nesse local. No século XVIII o Terreiro começa a ser delimitado com edifícios de habitação, destacando-se a Casa dos Vasconcelos (1770). (Agradecemos a variadas informações coligidas pelo Dr. Francisco de Vasconcelos, descendente da família vilacondence). A este progressivo deslocamento do centro da vila

de Norte para Sul, para junto do rio e da ponte que o atravessa, contrapõe-se a tendência contemporânea que provoca a aproximação da povoação da costa atlântica e das praias, seguindo o exemplo da próxima Póvoa do Varzim.

2.3 - MALHA URBANA

Apresenta-se irregular no casco histórico, com ruas divergentes de largos onde, com frequência, se localizam igrejas e conventos como núcleos polarizadores. A situação alterou-se ao longo da rua 5 de Outubro e seus prolongamentos dirigidos á ponte sobre o Ave e ao Rossio, constituindo alinhamentos rectos construídos.

Entretanto, os arruamentos do presente século, primeiro estabeleceram perpendiculares ao eixo viário principal Norte-Sul e depois, em segunda fase, à linha da costa marítima, que passou a determinar as direcções dos arruamentos e uma maior especulação dos solos levada pelo surto turístico, a exemplo do que aconteceu na vizinha Póvoa de Varzim. Estas novas urbanizações desprezam, tanto quanto possível, os espaços estruturadores da malha urbana traduzidos quer em edifícios notáveis quer em praças ou jardins.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

A polinuclearização referida e a falta de planeamento urbanístico não permitiram que nenhuma das praças existentes se afirmasse como lugar central da povoação.

A Praça Velha perdeu completamente a importância que teve tornando-se num largo rodeado de modestas habitações, algumas decadentes.

A Praça Nova (adro da Sé e prolongamentos) manteve-se limitada a servir a igreja e os Paços do Concelho e raras habitações, pelo que o espaço tem ocupações temporárias, valendo mais como praça monumental do que como praça polifuncional. Mas a influência da sua localização fez-se sentir nas ruas envolventes principais, onde se localizam os comércios e serviços. Ou seja não se constituiu uma praça central mas uma zona central de limites difusos.

Quanto à Praça da Ribeira sofreu com as alterações introduzidas pela nova ponte, construída em 1973-74, com uma cota bastante superior à praça, inviabilizando-lhe o acesso automóvel por esse lado. Com o acesso dificultado, os cafés, pensões e restaurantes existentes decaíram, seguindo-se o uso por indivíduos marginais.

Antes desta profunda alteração da circulação automóvel a Praça da Ribeira, ou da República, era o centro urbano, foi local de feira e nela se instalou o dinamismo proporcionado

pela diversidade funcional. Espaço frequentemente animado por viajantes e excursionistas que no terreiro improvisavam alegres arraiais (informações amavelmente comunicadas pelos architectos Maia Gomes e Miguel de Sousa, do G.T.L., que agradecemos).

Esta situação invulgar e o facto da praça reunir potencialidades para reassumir a recente importância que teve, leva-nos a que a escolhamos para estudo.

3.2 - TOPOGRAFIA

Os reduzidos desníveis permitem que se considere plana.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento médio	160 metros
Largura	70 metros
Área	11200 m ²

3.4 - FORMA

Embora trapezoidal pela inclinação do lado Oeste percebe-se como rectangular dado que os lados maiores são rigorosamente paralelos e perpendiculares ao lado Este.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$70 / 9 = 7,7$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

O eixo maior da praça tem uma torção de 20 graus em relação à direcção Este-Oeste, pelo que os edifícios estão expostos a Sul e a Este.

3.7 - PAVIMENTO

Betonilha asfáltica no arruamento lateral e calçada de pedra calcárea em paralelepipedos no tabuleiro e na alameda marginal ao rio.

3.8 - VEGETAÇÃO

O antigo terreiro foi transformado em jardim após a construção da nova ponte. Canteiros reilvados e com flores são debruados com sebes de buxo, alternando-se com fiadas de *Platanus acerifolia* e de *Fraxinus ornus*. Todo o desenho do jardim é mais motivador do uso dinâmico do que de estadia e de encontro como o anterior terreiro oferecia. A Este, na ligação com a ponte, foi construído um vasto patamar semi-cultural, com dois lanços de degraus, numa incompreensível monumentalidade, em desacordo com a arquitectura da praça.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

A arquitectura dominante tem as características da que vingou no Porto e também em Lisboa durante o século XIX. Os edifícios, de fachadas muito estreitas, tem uma expressão de esguios que não corresponde aos seus modestos dois andares. A maior percentagem da fachada é nos andares ocupada com vãos que se abrem para varandas, o que se justifica bem pelo apelo à contemplação desta aprazível paisagem. Guarnecimentos de pedra nos vãos, em pilastras que marcam os cunhais ou divisões entre edifícios e nas cimalthas contrastam com os diversos padrões de azulejos. O beirado tanto é balanceado como encoberto por platibanda de pedra ou de alvernaria esgravitada, como foi moda a partir dos fins do século passado.

Desta arquitectura, um tanto repetitiva, destaca-se o solar do século XVIII conhecido por Casa dos Vasconcelos. Na ampla fachada recortam-se as janelas de vergas curvas. O telhado é de águas múltiplas ou de "tesouro", processo que Orlando Ribeiro (1982; 96) tratou em interessante estudo das influências da arquitectura do Oriente em Portugal. Frequentes em Tavira e em Silves, estes telhados são raros no Norte do país.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Uma fonte de 1890 com tanque circular e taças centrais sobrepostas pontua o centro, mas sem força suficiente para se impor no vasto espaço.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Ressaltam desde logo dois aspectos:

- A alta percentagem de estabelecimentos fechados e de prédios desocupados por estado ruinoso ou por estarem em obras (25%).

- A muito significativa ocupação de estabelecimentos de uso diário, como supermercado, restaurantes, bares e cafés.

Esta situação resultou da perturbação dos usos tradicionais, motivada quer pelas alterações do acesso do trânsito automóvel, e por toda uma clientela indesejável que passou a frequentar a praça. Restaurantes e cafés decaíram, pensões degradaram-se e fecharam. Na perspectiva de alterar este ambiente são feitas remodelações nos estabelecimentos e a autarquia investe na implantação de um equipamento cultural, como é o caso da adaptação do solar dos Vasconcelos a auditório.

Entretanto o tipo de jardim construído não soube aproveitar as potencialidades do local para reuniões ao ar livre, como tradicionalmente acontecia antes com feiras e arraiais.

3.12 - PERCEPÇÃO

Nesta praça não é a arquitectura envolvente, as dimensões ou a forma que se impõem à percepção. É, sobretudo, a característica de espaço aberto à paisagem marginal do rio Ave, de amplos e profundos horizontes. É também a Este o monte e o convento de Santa Clara que constituem um cenário de altivez e harmonia.

Mas não se pode deixar de notar que estas aptidões de local invulgarmente aprazível são, em parte, contrariadas por um jardim centralizado, idêntico ao de qualquer tabuleiro de praça suficientemente ampla, como a Praça do Almada, da Póvoa do Varzim, a poucos quilómetros e, quem sabe, se não serviu de fonte de inspiração. Este desenho de jardim de sebes e fiadas de árvores impõe barreiras visuais que são cada vez mais fortes com o tempo, interiorizando um espaço em que as potencialidades de extroversão são por demais evidentes.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Vila do Conde devido a uma estrutura urbana poli-nucleada teve dificuldades em marcar um centro urbano, o que nem a igreja matriz nem os Paços do Concelho conseguiram.

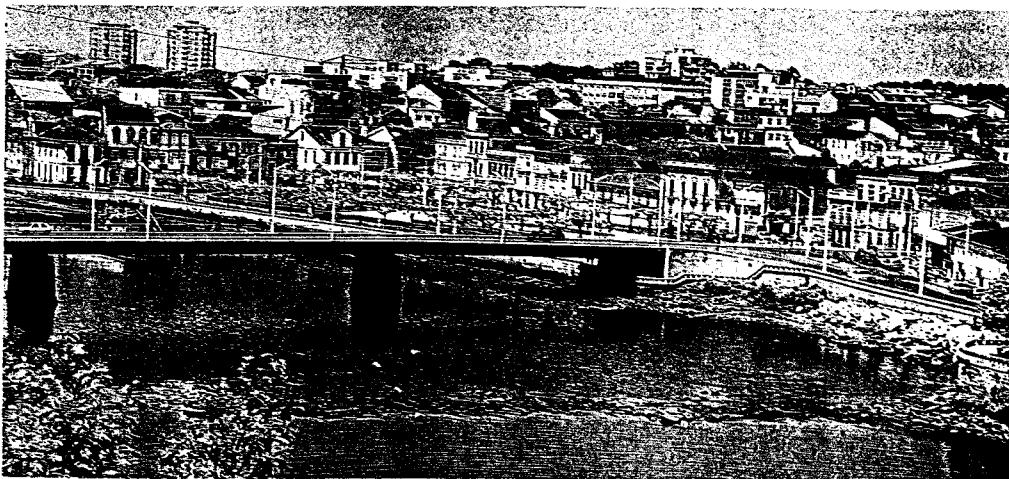
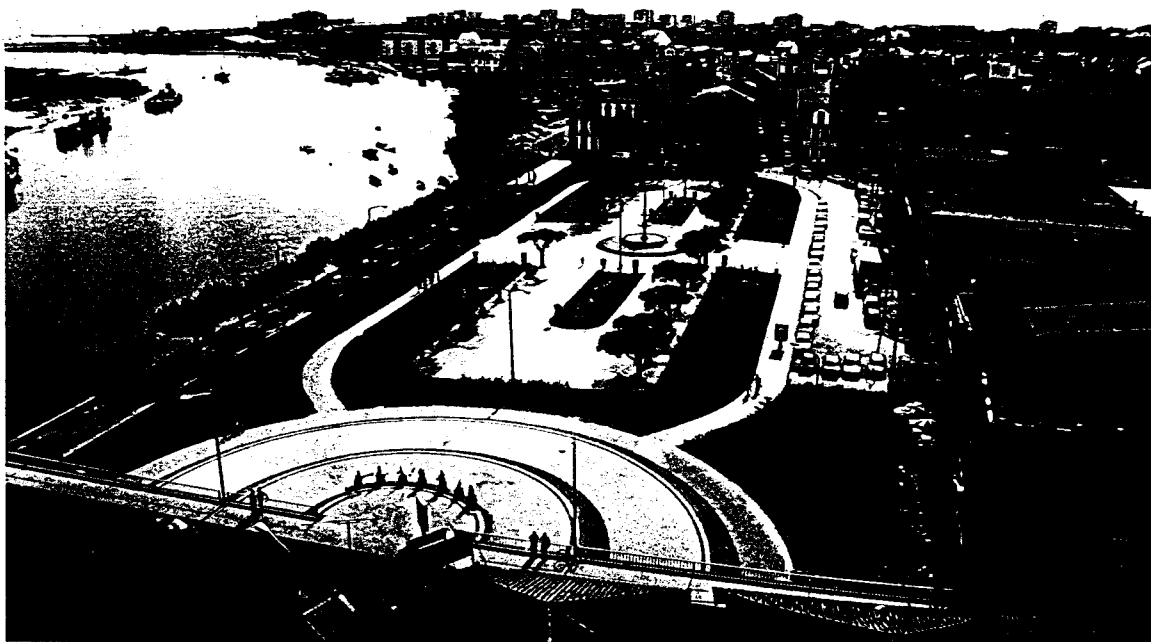
A Praça da Ribeira beneficiando da proximidade da Capitania, do estaleiro, do cais e, principalmente, do fácil acesso pela ponte que lhe fica junta, tornou-se desde o século XVI local importante, como prova a sua escolha para

colocação do pelourinho. Nela se realizavam as feiras, afluíam pessoas de todo o lado que aqui vinham, sendo o verdadeiro centro cívico.

As alterações funcionais ocorridas destruíram esse estatuto, tornando a praça num caso exemplar de decadência decorrente duma intervenção que não salvaguardou os aspectos culturais.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça portuária que exerceu as funções de centro urbano ou cívico.

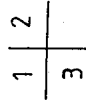
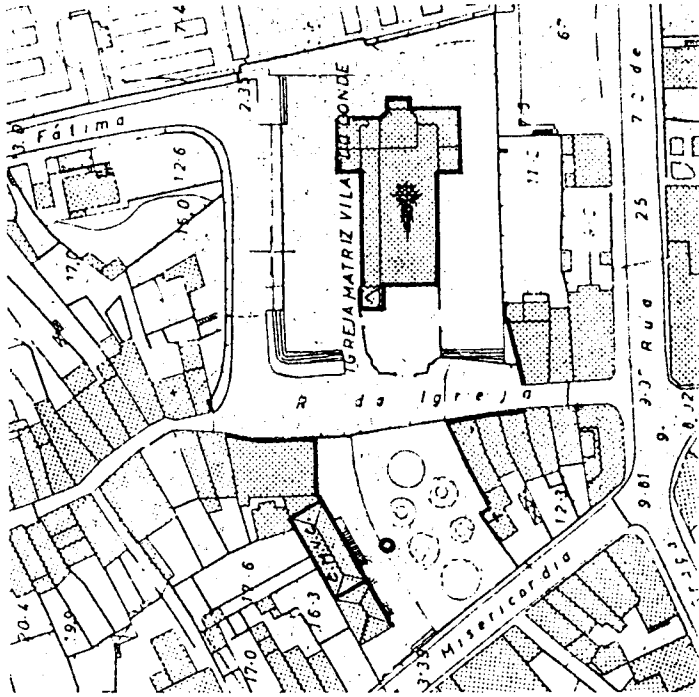


1

2

Fig. 1 - Vista panorâmica sobre a Praça da Ribeira (ou República), sobre o lado Oeste.

Fig. 2 - A praça observada da margem oposta do rio.

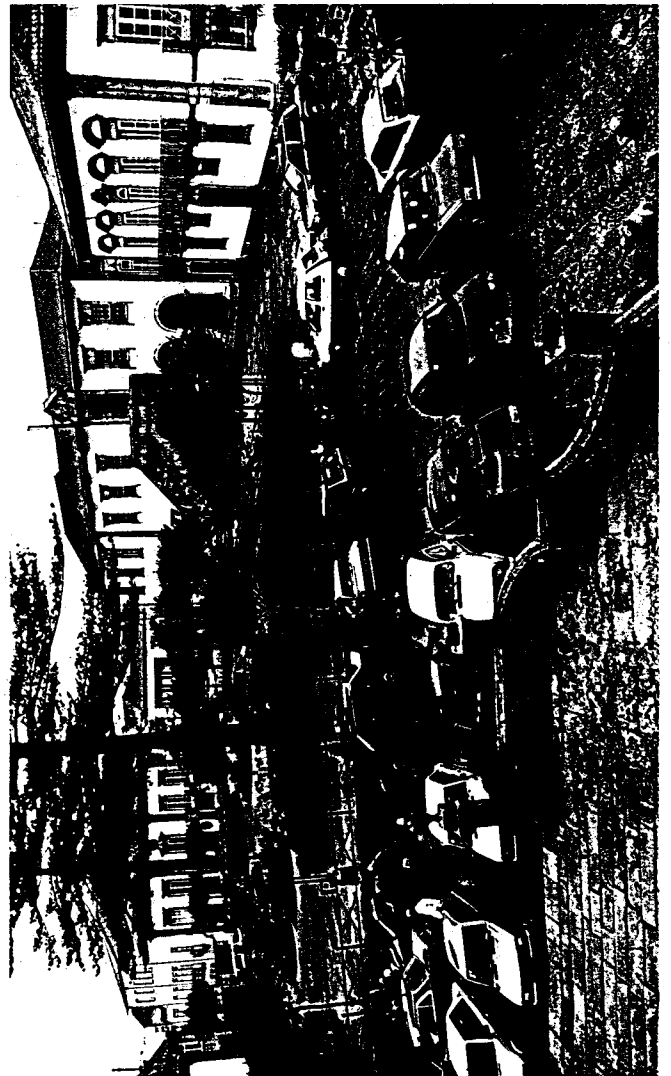
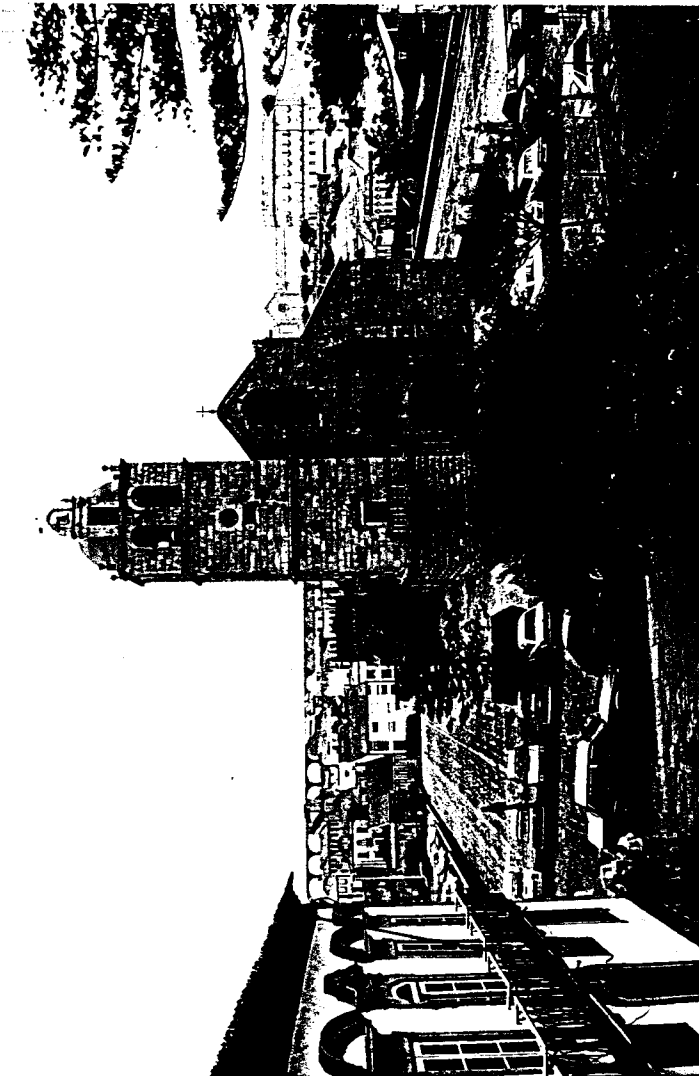


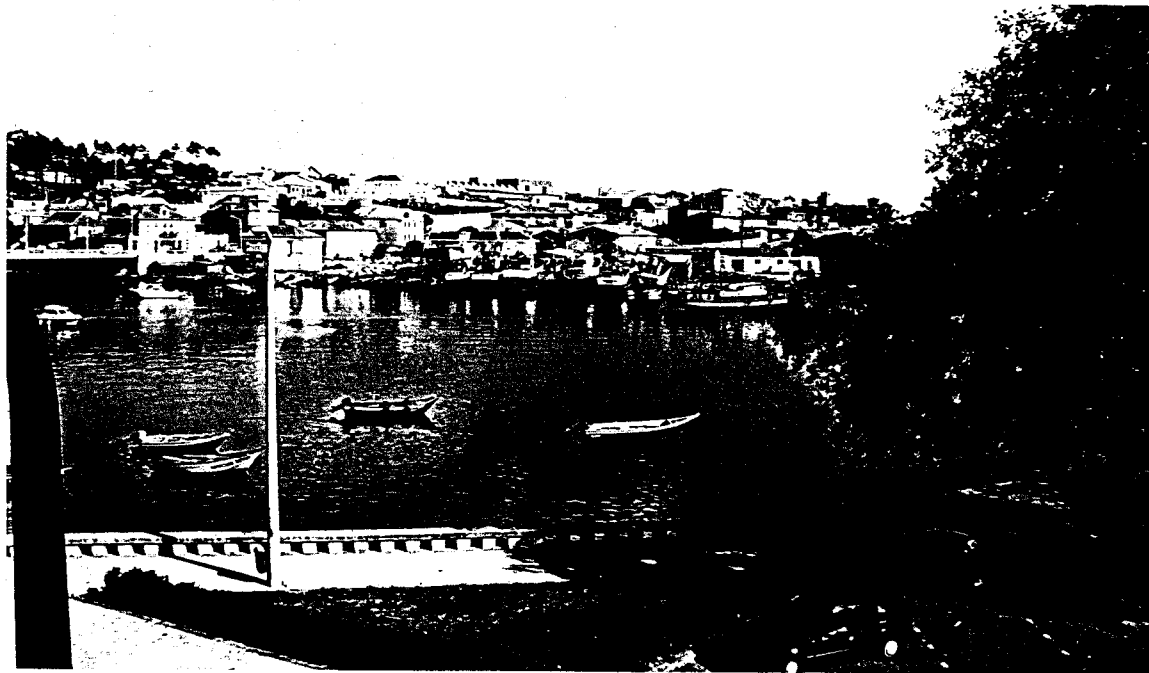
PRAÇA NOVA

Fig. 1 - Lado Este, com a igreja matriz e o amplo adro envolvente.

Fig. 2 - Planta da Praça Nova com igreja e Câmara manuelinas. Escala 1:2000.

Fig. 3 - Lado Oeste da Praça, com os Paços do Concelho com arcadas e escadaria exterior. De frente foi reimplantado o pelourinho em 1913; o edifício de gaveto é do século XVIII.





1
—
2

Fig. 1 - Paisagem actual da Praça da Ribeira, para o lado Este.

Fig. 2 - A margem oposta do rio na ligação com a ponte de acesso à Vila de Azurara, fronteira à praça.



PRAÇA DA RIBEIRA

Fig. 1 - Aspecto dos patamares de ligação da Praça da Ribeira com a ponte moderna.

Fig. 2 - A Casa dos Vasconcelos, em recuperação para auditório.

Fig. 3 - Lado Oeste e Norte da praça exemplificando o tipo de arquitectura predominante.



1
—
2
—
3



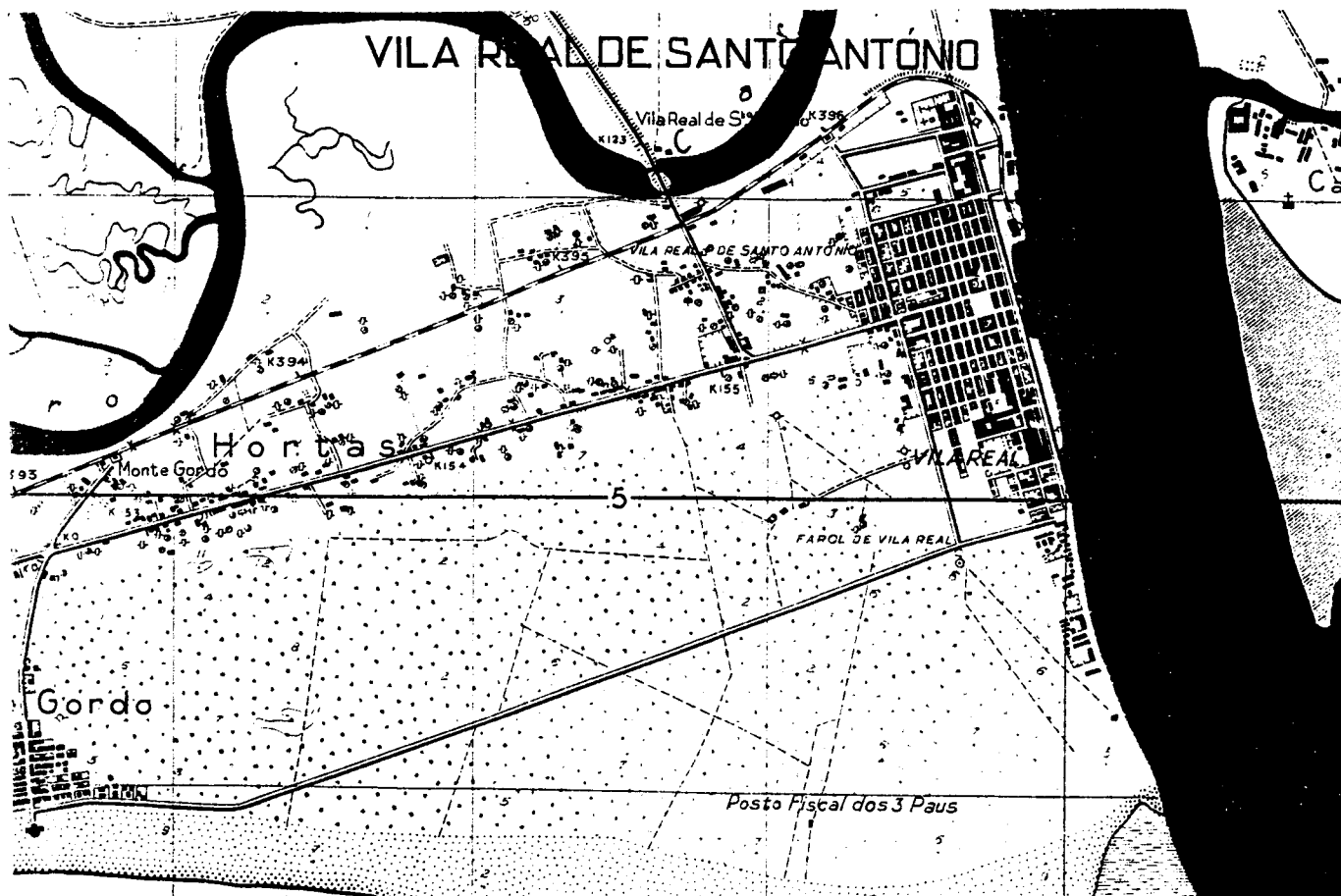
ARQUITECTURA ENVOLVENTE DA PRAÇA DA REPÚBLICA

Adaptado de: "Plano de reabilitação e salvaguarda do núcleo antigo de Vila do Conde e Azurara",
Câmara Municipal de Vila do Conde, G. T. L., 1991.

Esc. 1:400



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



1 - SÍTIO

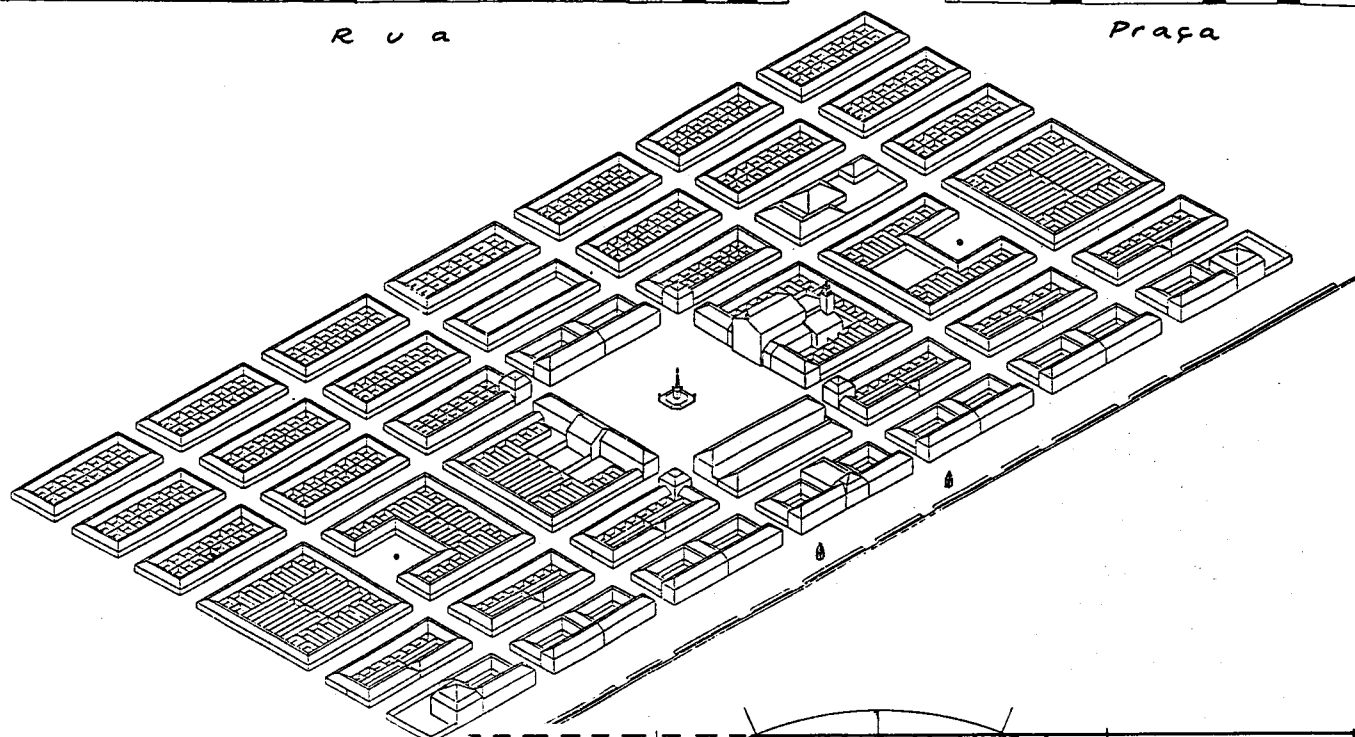
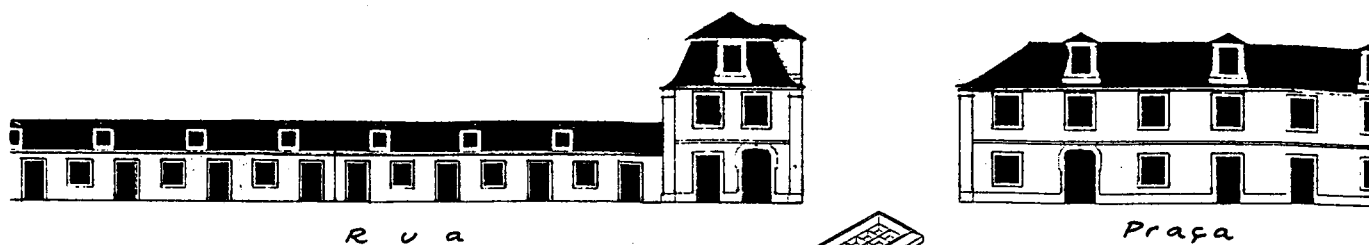
Escala 1:25000

Planície arenosa da margem direita do rio Guadiana junto à sua foz no oceano, com altitudes que não excedem os três metros. Em frente, na margem oposta do rio, está a povoação espanhola de Ayamonte.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

Em meados do século XVIII a margem direita do Guadiana, desde Castro Marim ao portal da barra e toda a costa marítima desde a foz à povoação de Monte Gordo estava deserta. Em 1774 o marquês de Pombal decidiu fundar uma povoação no local próximo donde existira até ao princípio do século XVII a povoação de Santo António de Arenilha. Esta decisão inscreveu-se num contexto europeu da época, marcado pelo Iluminismo, em que *reformular, reconstruir e sobretudo construir cidades "ex-novo" aparece um pouco por*



1
—
2

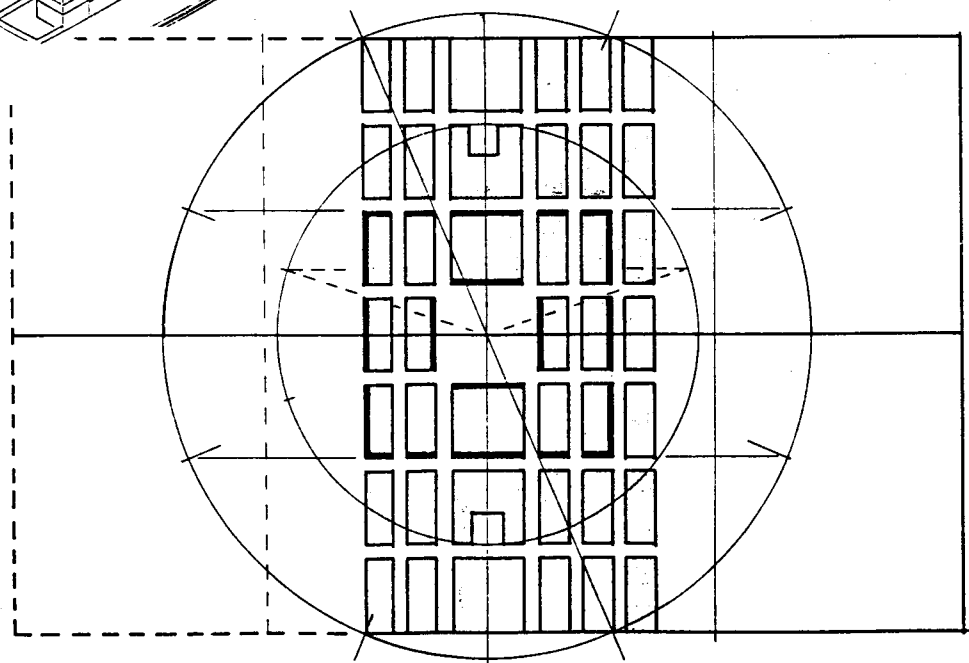
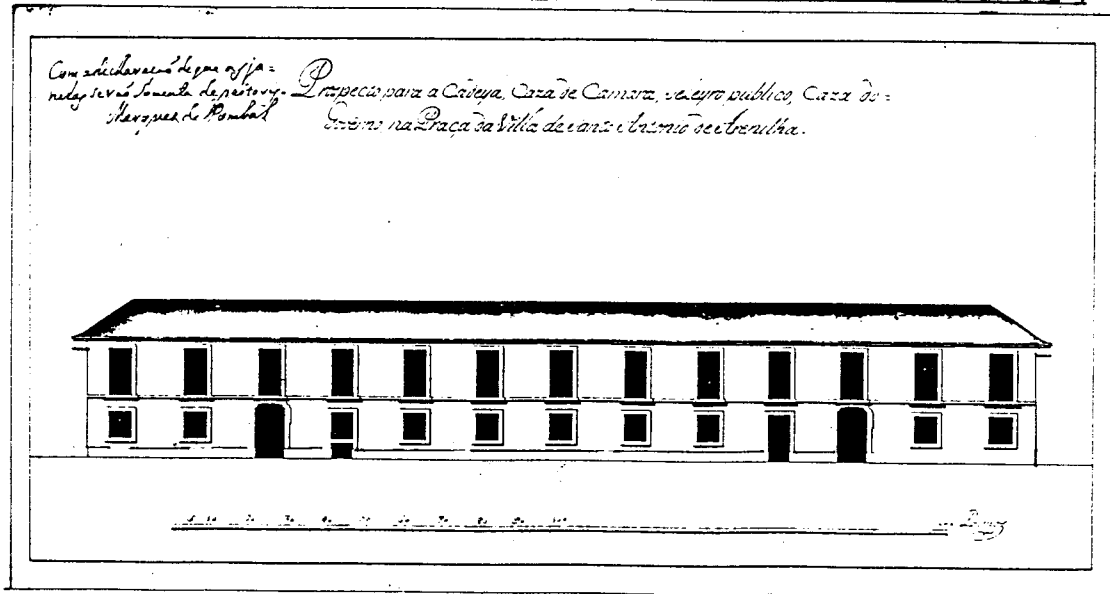
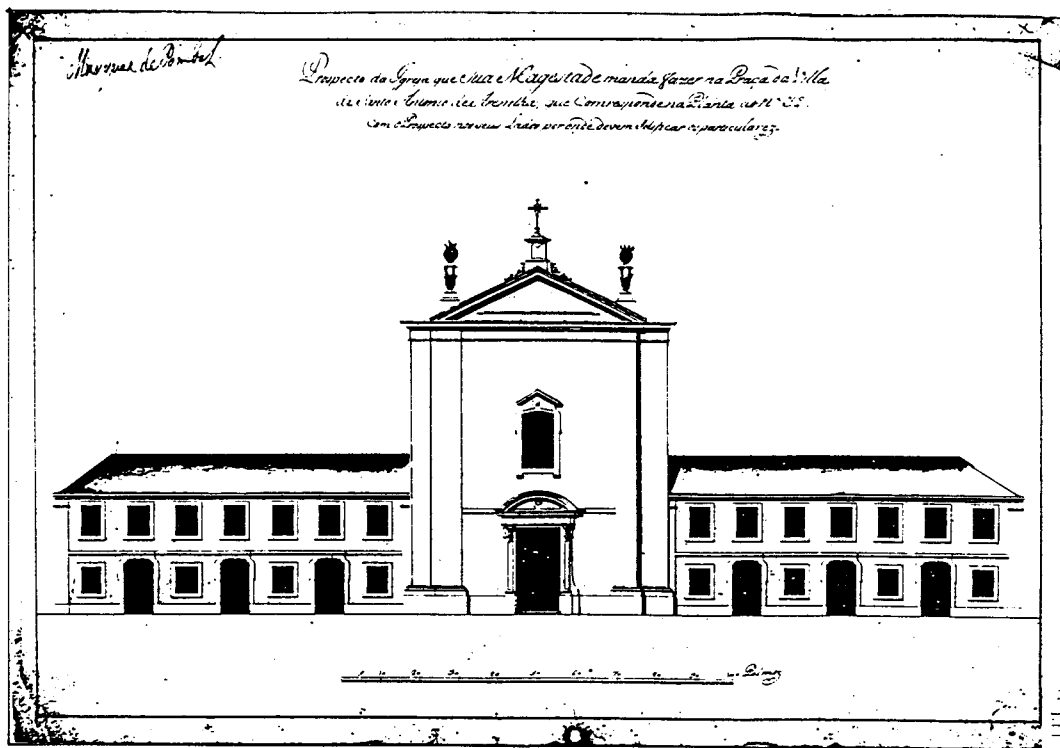


Fig. 1 - Perspectiva axonométrica do plano pombalino. Em cima, parte do alçado de um lado da praça e de uma rua divergente. Adaptado da documentação da C.M.V.R.S.A..

Fig. 2 - Diagrama mostrando o traçado gerador da malha urbana e da arquitectura da igreja, segundo João Gomes Horta (1987).



1
2

Fig. 1 - Projecto do lado Norte da praça, com a igreja e edifícios adjacentes.

Fig. 2 - Projecto do lado Este - Casa da Câmara, Seleiro público, Casa do Governo. Adaptado de documentação da C.M.V.R.S.A..

toda a parte, na Europa como em Portugal, (Correia, 1984; 14). Esta vila nascida do nada, surgiu vinte anos após a reconstrução de Lisboa e constituiu um caso único do urbanismo português europeu; beneficiando da experiência adquirida pela Casa do Risco das Obras Públicas, foi planeada entre 1773-76 e executada rigorosamente em função do plano urbanístico e arquitectónico.

2.2 - FORMA DE CRESCIMENTO

No caso de Vila Real de Santo António não se põem os aspectos derivados do crescimento urbano ao longo do tempo, porquanto foi construída de um jacto, ou seja, em cerca de dois anos (1774-1776).

2.3 - MALHA URBANA

Toda a malha recticulada está orientada em função da directriz marcada pela margem do rio, constituindo-se como um traçado ortogonal, mas não em quadriculado perfeito. Consta da obra pombalina sete quarteirões de frente para o rio e sete quarteirões em profundidade, perpendicularmente à linha de costa. Este ritmo básico foi alterado numa faixa longitudinal que abrange a praça principal, em que oito quarteirões foram reunidos dois a dois e transformados em quarteirões quadrados. Os quarteirões menores têm cerca de 52 x 22 metros, correspondendo a uma proporção de 1:2,3. Não deixa de ser curioso verificar-se que o quadrado da praça e os catorze quarteirões adjacentes estão também inscritos num outro quadrado com aproximadamente 180 metros de lado. Por sua vez as dimensões máximas do conjunto dos quarenta e cinco quarteirões são de 430 x 210 metros, correspondente a uma proporção de 1:2,0, o que não anda longe da proporção do quarteirão. Estas ilações são retiradas das dimensões lidas nas cartas topográficas actuais à escala 1:2000. Se nos reportarmos às dimensões em *palmos*, utilizadas no plano por Reinaldo Manuel, arquitecto autor, é possível encontrar números e relações que pertencem aos arquétipos $1 + \text{raiz quadrada de } 2 = 2,4$ ou o igual a 1,6 (da relação áurea), utilizados nas proporções do traçado urbanístico e da arquitectura envolvente da praça (veja-se Horta, 1987; 3). Conclue-se ter havido um especial cuidado na elaboração deste plano-símbolo de renovação duma urbe antiga e de afirmação de um poder centralizado.



3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

Como o esquema demonstra, a praça inscreve-se num quadrado que faz parte do sistema gerador da malha urbana. A situação que adopta não é a de uma praça portuária aberta ao rio, à imagem da Praça do Comércio, de Lisboa, ou da Praça da Ribeira, do Porto; mas de uma praça interiorizada e central que segue o modelo de cidade litoral fortificada, como Lagos, Setúbal e outras.

A ordem de D. José datada de 30 de Dezembro de 1773 para o Governador do Algarve fazer edificar a Vila de Santo António de Arenilha explicita que deverá ser construída "uma competente Praça" para que nela existisse mercado, Igreja, Casa da Câmara e Terreiro do Pão.

Horta Correia (1984; 246) ao estudar Vila Real de Santo António buscou possíveis influências das urbanizações andaluzas do período de D. Carlos III, em que ocorreram variadas obras de colonização interna, mas acabou por concluir que essas obras afastam-se da contenção formal e da unidade radical que a obra portuguesa apresenta. Esta advirá mais de um contexto português em que, após 1640, perante a necessidade premente de defender o país, é fomentada a aprendizagem da engenharia e arquitectura, o que deu origem ao surgimento de figuras como Luis Serrão Pimentel com o "Método Lusitânico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares", Manuel de Azevedo Fortes com o seu "Engenheiro Português", ou Manuel da Maia com oportunas traduções. Desta escola de engenheiros e arquitectos militares foram para o interior do Brasil e outras colónias os planos de novas povoações em que a praça é o elemento gerador ou, pelo menos, um dos mais importantes.

Por outro lado existiu uma conjugação com o Iluminismo europeu que, entre outros aspectos, pautou-se pela ampliação e sistematização de conhecimentos, a retoma de conhecimentos antigos, tais como regras da perspectiva e proporções que foram aplicados ao urbanismo.

3.2 - TOPOGRAFIA

Variações de escassos centímetros tornam, na prática, todo o pavimento de nível.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento do lado	72,60 metros
Área	5270,76 m ²

3.4 - FORMA

Quadrada.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

$$72,60 / 7,5 = 9,68$$

(Considerando dois pisos e meio, uma vez que os edifícios correntes são de dois pisos e mansarda)

3.6 - EXPOSIÇÃO

Não é detectável uma orientação preferencial para os lados desta praça quadrada, mas sim uma sujeição ao paralelismo com a margem do rio. Dentro desta condicionante, a igreja foi localizada com a fachada exposta a Sul e a Câmara Municipal exposta a Oeste.

3.7 - PAVIMENTO

O tabuleiro central está empedrado com calcáreo branco e cinzento escuro formando um desenho de faixas radiantes a partir do obelisco central, servindo para o evidenciar dando ao tabuleiro uma sugestão polarizadora e simultaneamente ornamentando o tabuleiro. O empedrado é de 1873. Os passeios também dispõem de calçada com desenho de listas diagonais cruzadas, enquanto que as ruas perimetrais, calcetadas com paralelepípedos graníticos foram revestidos, nos troços mais movimentados, com betonilha asfáltica.

3.8 - VEGETAÇÃO

Plantação perimetral ao tabuleiro com laranjeiras. Esta cercadura, aliás de aspecto pouco antigo, introduz na praça uma componente de apazibilidade muito favorável ao clima algarvio, sem inviabilizar a utilização do tabuleiro para usos diversos, como por exemplo, esplanadas ou concertos musicais estivais.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Sendo de proporções modestas e economicistas toda a arquitectura envolvente da praça, limitando-se a três pisos e sendo o último o aproveitamento dos forros dos telhados, ficando por isso o beirado à altura de um primeiro andar, é simultaneamente, uma arquitectura vernácula, despida de ornamentos, feita com uma grande economia de meios, mas que não deixa de evidenciar o cuidado formal do arquitecto pombalino, tanto pela proporção como pelos ritmos variados que utilizou na disposição dos vãos. Ou seja, cada piso forma um ritmo próprio, quer seja pela alternância de portas e janelas no rés-do-chão (hoje muito alterado), pela repetição uniforme de janelas ou pelas mansardas com maior espaçamento. Pequenos torreões marcam os cantos da praça, reminescência do Terreiro do Paço lisboeta; a quebrar a regularidade volumétrica está a igreja, centrada no lado Este e introduzindo uma marcação vertical, dialogante com as linhas horizontais predominantes.

Todo o conjunto constitui uma lição da perfeita conjugação do urbanismo com a arquitectura que o define de maneira global e precisa, sem que isso corresponda à desoladora uniformização nem à anarquia formal a que a prática arquitectónica contemporânea nos obrigou.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Centrado na praça está um obelisco dedicado a D. José I, que substitui o tradicional pelourinho municipal. Ambigualmente não está diante de palácio real, mas diante da igreja e dos Paços do Concelho.

Formalmente trata-se de uma peça de inspiração italiana, rara nas nossas praças. Parece evidente a intensão pombalina de instituir uma "praça real", uma vez que a primeira planta da praça previa um pelourinho, depois substituído em posterior desenho (veja-se Correia, 1984; 381).

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

Distribuição percentual:

Serviços	18%
Uso diário	35%
Uso ocasional	47%
Uso excepcional	--

Esta distribuição numérica não traduz a relação dinâmica existente; a Câmara Municipal por si só ocupa um lado da praça e agrega no edifício outros serviços públicos.

Quanto ao comércio, distribui-se entre lojas de consumo alimentar - bares, restaurantes e pastelarias - e lojas de venda de artigos procurados pelos vizinhos espanhóis de Ayamonte.

Este tipo de ocupação dá à praça um uso de apreciável dinamismo, apesar de já não cumprir as disposições da Ordem de D. José de 30 de Dezembro de 1773, que pretendia *competente praça* para que se fizesse *amplo mercado* (cf. Correia, 1984; 132). O mercado das verduras funciona actualmente numa rua traseira à praça, a Oeste, curiosamente sem praça alguma... Enquanto que o mercado do peixe está localizado na frente construída virada ao rio.

3.12 - PERCEPÇÃO

Quase todas as praças planeadas caracterizam fortemente o espaço, tornando-o impar e grandioso quando a arquitectura está à altura disso. Nesta praça sente-se a particularidade do espaço mas a escala da arquitectura não oferece a sensação de monumentalidade. Antes, a escala que possui contribui bastante para que seja um espaço aprazível, ordenado mas não monumentalista. É compreensível esta opção; trata-se da praça de uma vila que nasce do nada, e não de um centro urbano consolidado. Os dois elementos arquitectónicos mais chamativos são a igreja com sensivelmente o dobro da cêrcea dos edifícios contínuos, e o pelourinho, enfatizado como centro e lembrança do poder também ele central... Hoje, outros elementos, como as filas periféricas de laranjeiras e os toldos das esplanadas sobre o tabuleiro dificultam a visão global mas, por outro lado, criam uma agradável diversidade de situações. As ligações da praça com a envolvência é feita pelas oito ruas que saem dos cantos, preservando definitivamente o atravessamento central e "fechando" mais todo o espaço, uma vez que do tabuleiro só é percebida a construção envolvente.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Vila Real de Santo António apresenta-se como um caso impar no urbanismo português ao ser a única vila de promoção real projectada, no território continental.

O arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos dirige o plano da "vila regular", utilizando regras e cânones clássicos da composição, o que dá a medida do interesse posto na obra. A praça é pretendida centralizada e interiorizada no rectângulo definido pela malha. O seu destino é de usos e de significados múltiplos - da igreja, Casa da Câmara e mercado. Simbolicamente é dedicada ao rei através do obelisco,

substituto do pelourinho municipal.

Interiorizando a praça, os arquitectos da Casa do Risco preferiram virar para o rio uma frente contínua de edifícios, possivelmente para preservarem a zona central da praça, tendo em conta o triste fim da anterior povoação de Santo António da Arenilha, engolida pelo mar. Ou dando a essa frente a importância da Alfandega sómente, que a intensão de vila portuária requeria.

O plano contém igualmente duas pequenas praças, situadas a Norte e a Sul da praça do Marquês e que pretendiam complementá-la tal como preconizam as cidades ideais renascentistas (hierarquia de ruas, edifícios e praças). Ambas tinham no centro poços públicos, tendo a praça do Norte uma estalagem, servindo de paragem da mala-posta.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça planeada urbano-arquitectónica, para habitação e instituições (igreja e Casa da Câmara).

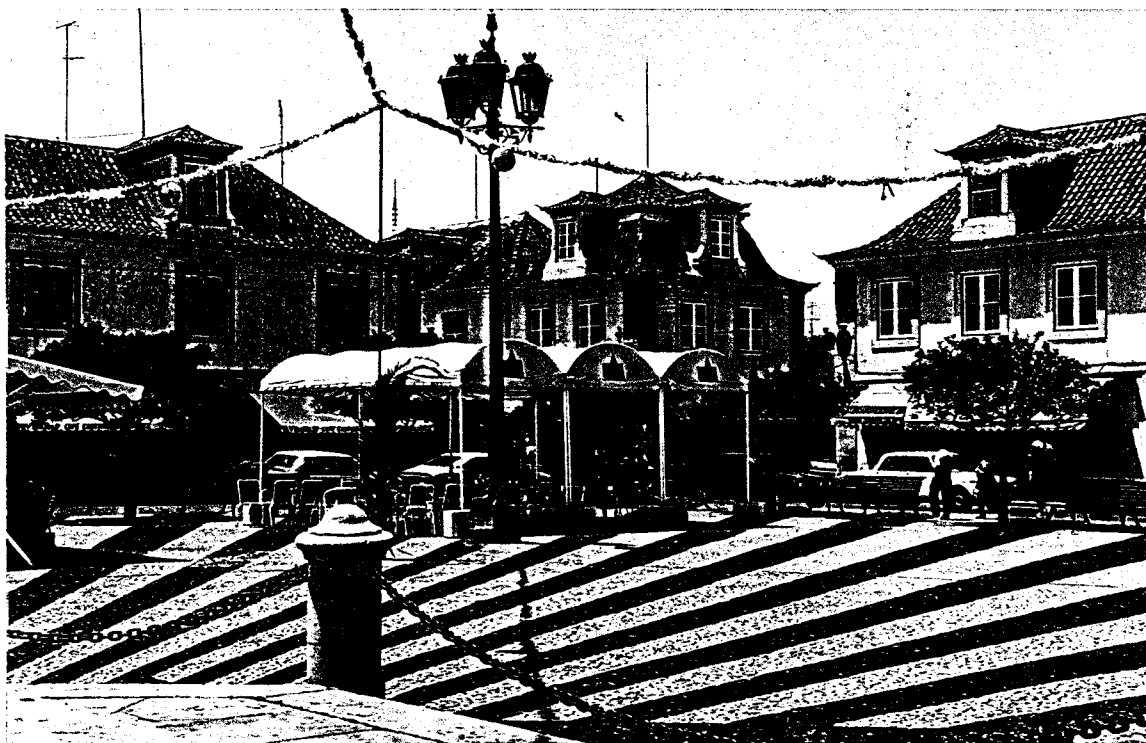
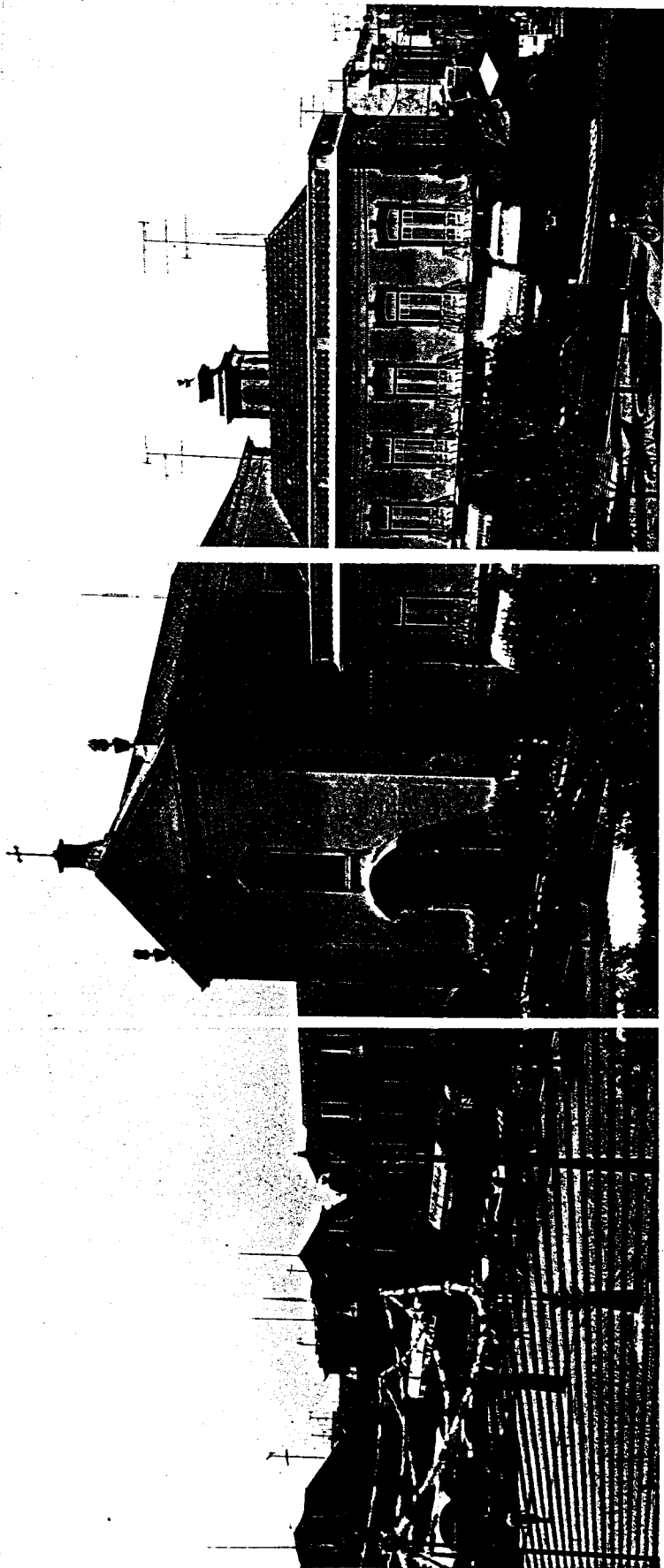


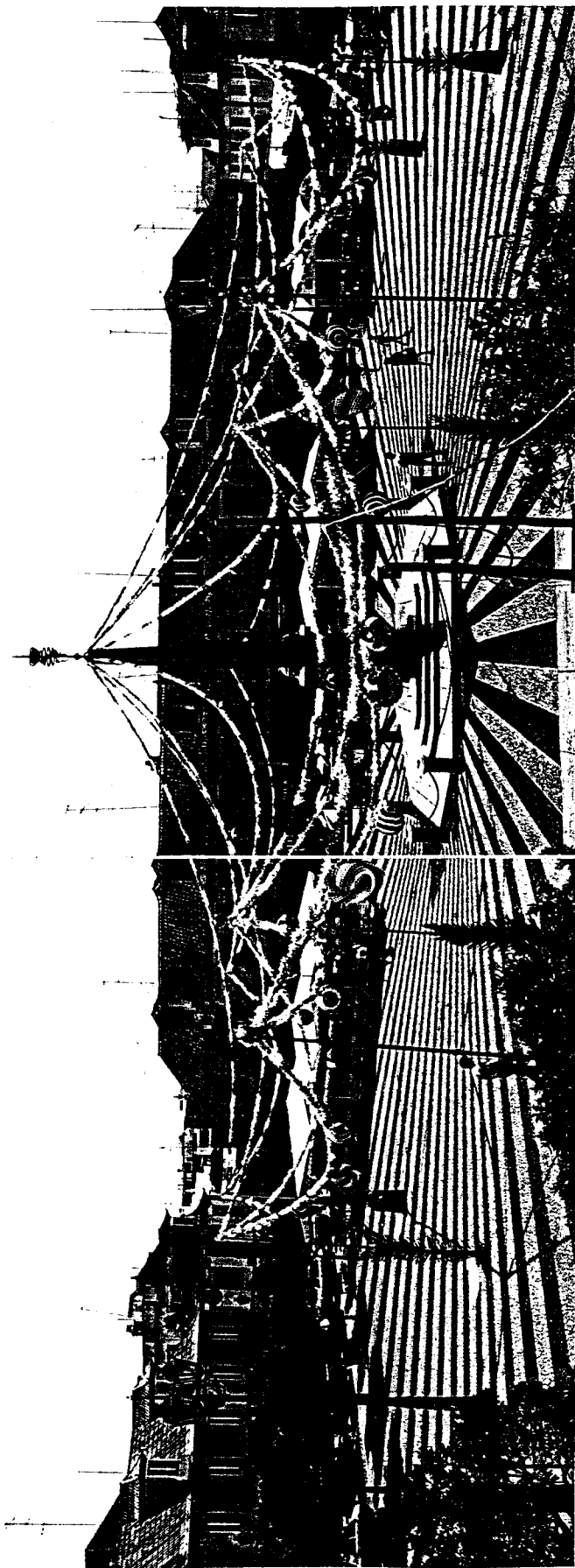
Fig. 1 - Canto Noroeste da praça.



1
—
2

Fig. 1 - Lado Norte da praça com a igreja e edifícios de habitação e comércio.

Fig. 2 - Simbolizadas pela arquitectura estão frente a frente o poder real e o poder secular.



1
—
2



Fig. 1 - Perspectiva sobre o lado Oeste da praça. Em primeiro plano está o obelisco real, em escala e joquente.

Fig. 2 - Pormenor do lado Sul da praça.

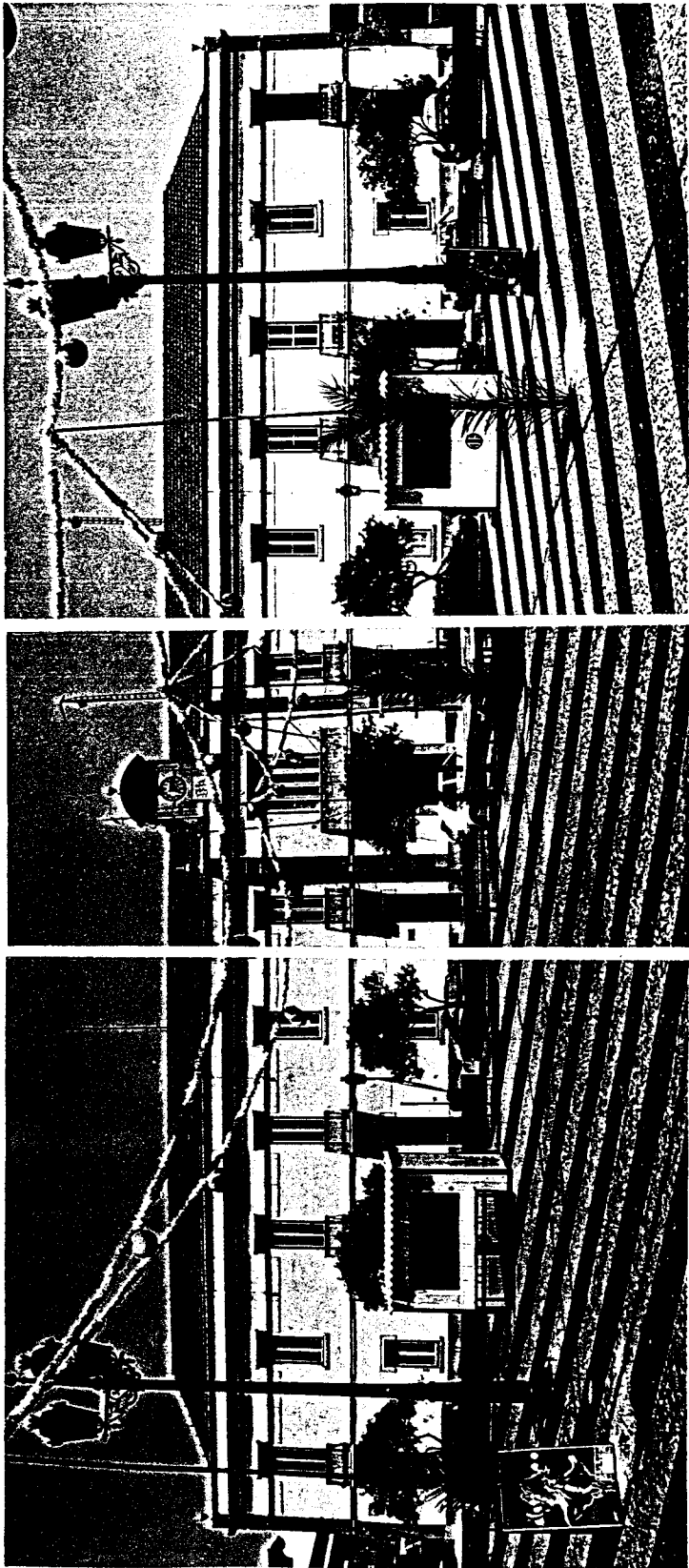
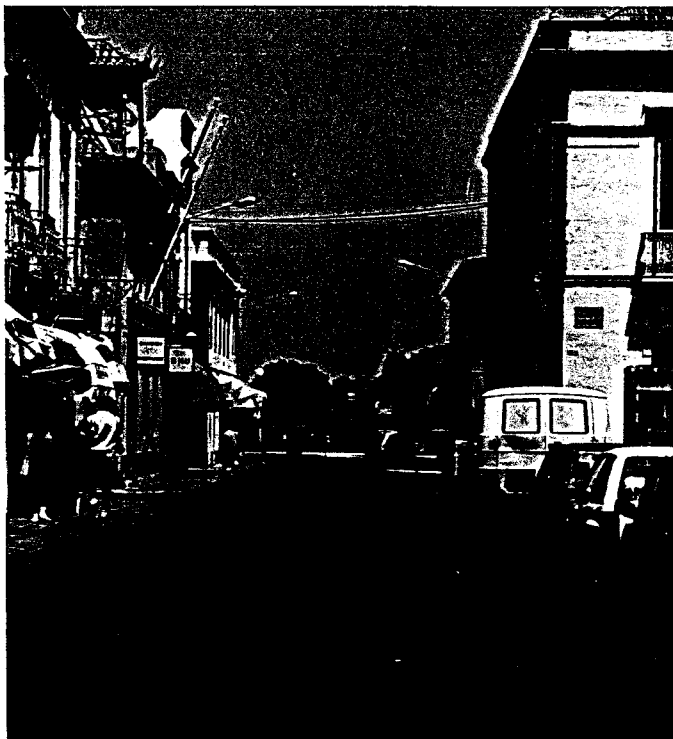


Fig. 1 - Lado Este da praça - Paços do Concelho e serviços diversos.



1	2
3	4

Fig. 1 - Perspectiva sobre a Rua Teófilo Braga.

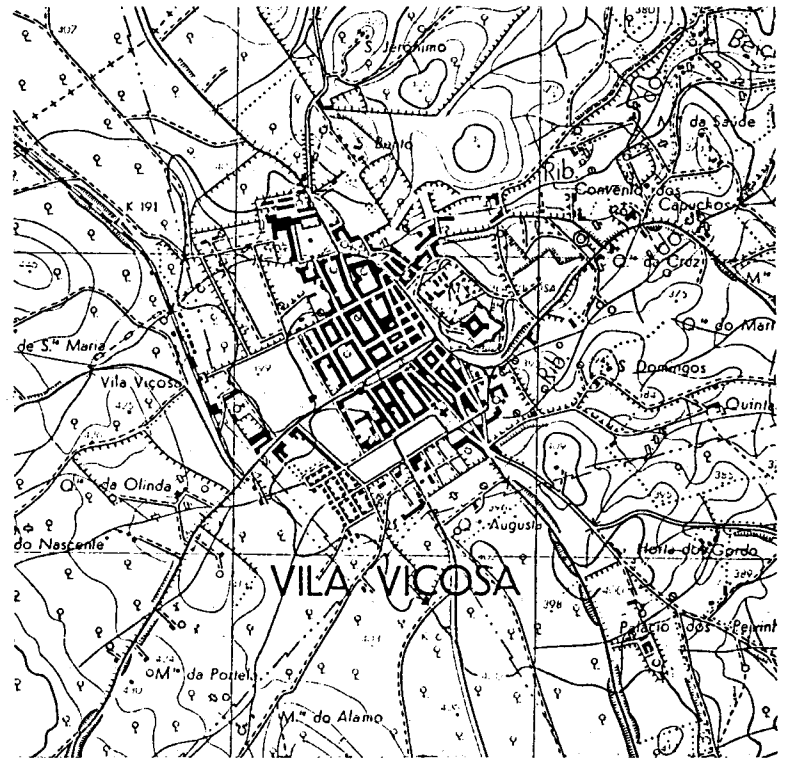
Fig. 2 - Idem, 19 de Dezembro.

Fig. 3 - Idem, Teófilo Braga, na direcção do Guadiana.

Fig. 4 - Pormenor do uso da praça como local da estadia.

VILA VIÇOSA

Escala 1:25.000



$\frac{1}{2}$

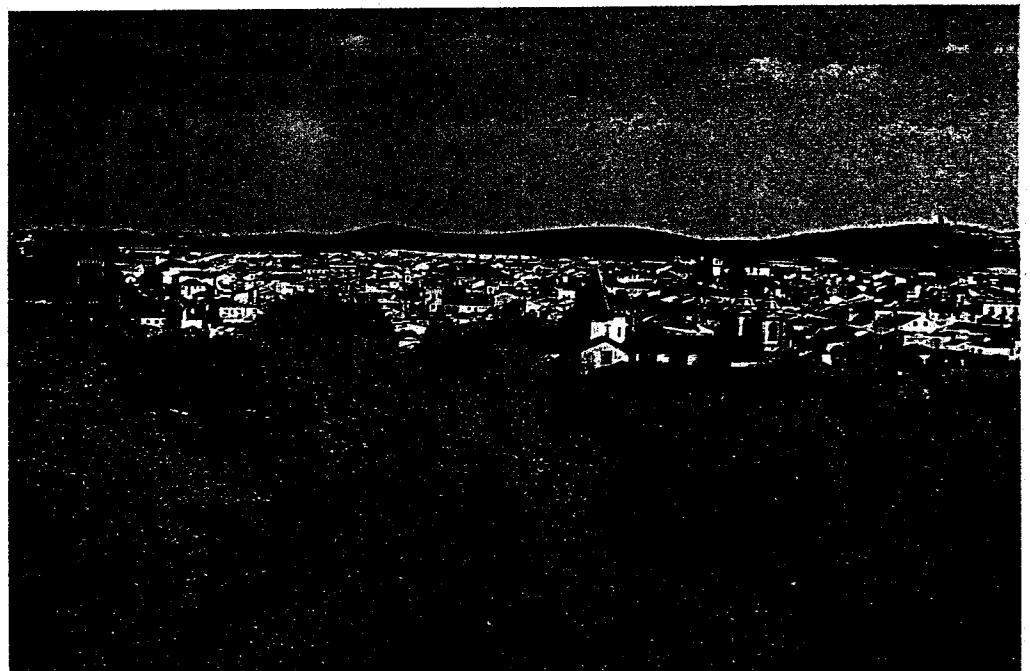


Fig. 1 - Vila Viçosa e envolvência, escala 1:25000.

Fig. 2 - Vista panorâmica da Vila. C. M. V. V.

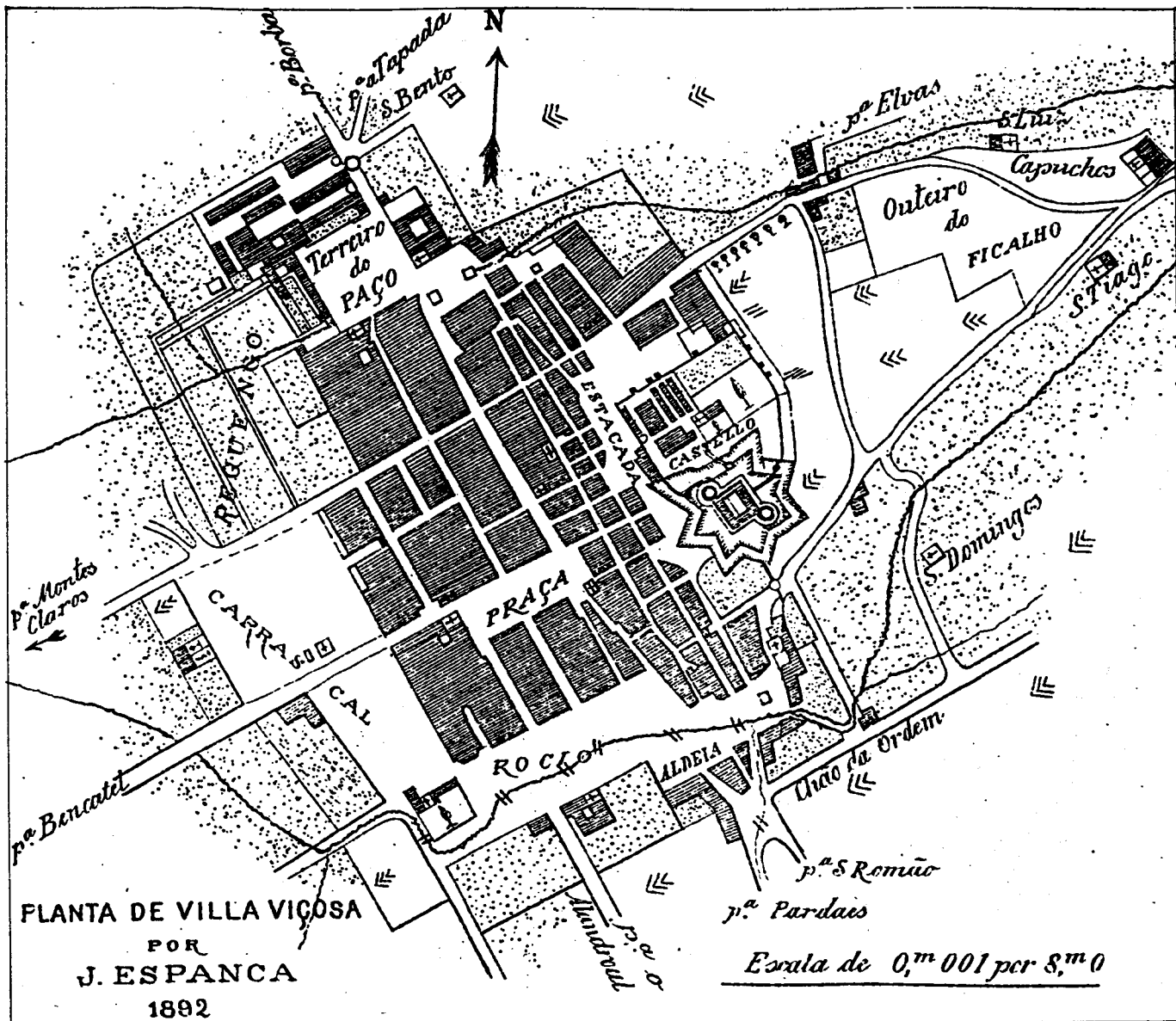


Fig. 1 - Planta elaborada por Joaquim da Rocha Espanca (1892). Note-se a "praça" ainda limitada pelos quarteirões de Nordeste, a "Estacada" ou Praça Velha, o Rossio e Carrascal, espaços públicos que se mantiveram a par do Terreiro do Paço. Atente-se na geometria de toda a povoação.

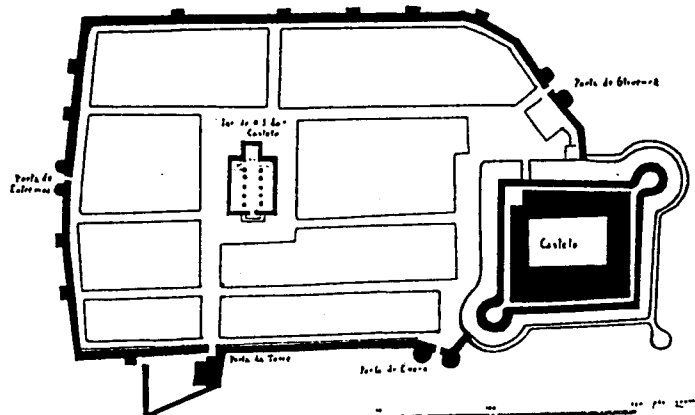


Fig. 2 - Planta da Vila Velha segundo cópia de Sant'Anna Dionísio (1947; 31) de um desenho de de Langres, do século XVII.

1 - SÍTIO

Localiza-se a Sudoeste de Borba e de Estremoz, distando 4 e 17 Km respectivamente; está no sopé das vertentes orientais da pequena serra de Borba, que faz parte da ampla planície de pequenos recôncavos e montes. Um dos vales deu o nome à terra (val viçoso...) no tempo da reconquista cristã. A altitude é de cerca de 400 metros.

2 - URBE

2.1 - GÉNESE

A apazibilidade do sítio teria proporcionado a localização de uma aldeia moura junto ao poço do Alandroal. A posterior implantação de um convento influenciou D. Afonso III a estabelecer aqui de um novo concelho, em 1270 (cf. Espanca, 1892; 102-104). As determinações deste monarca só puderam ser realizadas por D. Dinis, assíduo frequentador das vilas fundadas no tempo de seu pai e no dele (op. cit.; 122) e profundamente empenhado no povoamento por cristãos das terras conquistadas.

A 4 de Abril de 1422 Vila Viçosa passou para o senhorio de D. Fernando, neto de D. João I, morador na alcaçova da povoação; o título recebeu-o por morte de seu irmão, que não deixou descendentes. A partir daí a cabeça da poderosa Casa de Bragança situou-se em Vila Viçosa, advindo-lhe desse facto o seu engrandecimento. Tornou-se morada de nobreza e dos numerosos serviçais que a acompanharam e que funcionaram como factor de desenvolvimento.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

Segundo Rocha Espanca (1983; IV, 36), o núcleo original da aldeia moura estava situado junto ao Largo da Fonte do Alandroal e a primeira Casa da Câmara estava entre as ruas do Paço (actual Sacadura Cabral) e rua dos Frades, ou seja, a Sul do actual castelo. A fonte terá sido o elemento que gerou a centralidade. Após a construção do castelo e da igreja a praça pública principal passou para o adro e terreiro fronteiro à matriz, localizada intramuros; para aí vieram igualmente os tribunais. Com a afluência da nobreza a Vila Viçosa, atraída pela Casa de Bragança, construíram-se novas casas no exterior da cerca velha, a Sudoeste da Torre de Menagem e do pelourinho, actualmente existentes, dando origem à Rua dos Fidalgos (actual rua Dr. Couto Jardim) que desemboca a meio do lado Sul do Terreiro. Este crescimento originou a formação da Praça Velha ou

Estacada, situada precisamente entre o exterior das muralhas e os novos edifícios, por volta de 1450 (cf. Espanca, 1983; V, 35). Aqui se construíram os novos Paços do Concelho, cadeia e outros edifícios necessários, como o açougue, casa do trigo e farinha, etc. Foi a vila crescendo regularmente para Sudoeste originando-se numa outra praça a partir dos adros das igrejas de S. Bartolomeu (1636) e da misericórdia (1563), ambas marginando a estrada, vinda de Évora e Bencatel. Aí se localizavam também os Paços do Concelho (1757).

Conhecida primeiro por Praça Nova, depois por Praça da princesa Amélia, é a actual Praça da República. Pela demolição de três quarteirões do seu extremo Este, transformou-se numa alameda direccionada entre a igreja de S. Bartolomeu e o castelo, criando-se uma situação intermédia entre local central e de atravessamento.

Deve-se ao Duque D. Jaime o novo paço do Reguengo, iniciado em 1501 e que determinou a construção do Terreiro, para o qual mandou arrancar o olival que lá estava (talvez a exemplo do que fizera seu tio, o rei D. Manuel, em Lisboa para as novas urbanizações de Santa Catarina). No lugar já existia a igreja de Santo Agostinho e o Largo da Saboaria contínuo ao Terreiro do Paço, onde era feita uma feira de gado e de quinqueiharia. O paço e o Terreiro vieram a constituir o limite Norte da vila.

2.3 - MALHA URBANA

A estrutura urbana desta vila não nos deixa de surpreender pelos numerosos e amplos espaços públicos que dispõe e também pela regularidade de todo o traçado. É certo que a topografia ajudou, mas não cremos que seja essa a razão, porque muitas outras vilas localizadas em terrenos de pouco declive desenvolveram traçados bastante irregulares. Consideramos pertinente atender aos seguintes aspectos como possíveis motivadores da malha urbana implantada:

1º - A Vila Velha pré-existente intramuros tinha já um traçado excepcionalmente regular, de acordo com descrições que nos chegaram de Moraes Sardinha (1618) e Rocha Espanca (1983; IV, 44) e a planta de Nicolau de Langres, reproduzida por Sant'Anna Dionísio (1947; 31), onde se constata a existência de uma malha ortogonal perfeitamente conjugada com o castelo, as muralhas quadrangulares, a igreja. Este rigor geométrico de organização ter-se-á reflectido para extramuros, nas novas zonas de crescimento. É interessante notar como também a maioria das igrejas tem uma orientação adaptada à malha geral da vila, como se tudo ocorresse segundo um plano previamente elaborado.

A descrição de Rocha Espanca (1892; 123) das tipologias habitacionais da Vila Velha indica-nos o máximo aproveitamento do espaço construído; a geometrização das ruas e todo o espaço público será uma consequência da procura do apro-

veitamento máximo intramuros.

20 - Outro factor de influência a considerar no crescimento ordenado da vila, será a vinda de numerosas famílias da nobreza que a partir do segundo quartel do século XV foram atraídas pela Casa de Bragança. Nas novas construções que motivaram teriam procurado integrar-se nas características pré-existentes na vila, até porque não desejariam desagradar ao duque.

Vila Viçosa actual surge-nos assim como fruto de uma situação típica de vila fronteiriça, com a respectiva estrutura urbana, e um posterior desenvolvimento resultante de um tecido sócio-cultural particular.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

O Terreiro do Paço de Vila Viçosa surgiu como um espaço inteiramente construído para servir de átrio monumental ao edifício, localizando-se no extremo Norte da vila, junto das propriedades da Casa de Bragança.

3.2 - TOPOGRAFIA

Declive bastante reduzido do lado Oeste, junto ao palácio, para o lado Este.

3.3 - DIMENSÕES

Comprimento médio	137 metros
Largura média	115 metros
Área	15755 m ²

3.4 - FORMA

Espaço trapezoidal, aproximando-se muito do rectangular.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

Dado que este Terreiro tem a principal função de servir o palácio não faz muito sentido procurar as relações entre dimensões horizontais e as verticais do envolvimento. No entanto poderá considerar-se a seguinte relação aproximada:

137 / 14 = 9,7

3.6 - EXPOSIÇÃO

A fachada do palácio está exposta a nascente, tendo sido essa orientação que determinou o Terreiro.

3.7 - PAVIMENTO

Tabuleiro de saibro, emoldurado por um passeio calçetado a mármore branco irregular; a rua é calçetada com paralelepípedos de granito.

3.8 - VEGETAÇÃO

O lado Norte do Terreiro é limitado por um muro, interrompido por janelas, fazendo a separação com o Jardim do Bosque, adjacente ao extremo Norte do palácio. Parte da vegetação é composta por sebes espectaculares de buxo que se sobrepõem ao muro com janelas que limita a praça e por árvores diversas, onde predominam as laranjeiras e os ciprestes. Toda esta cortina vegetal tem uma presença apreciável e faz um contraste nítido com a arquitectura limitante dos outros lados do Terreiro.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

O palácio impõem-se de forma evidente no vasto Terreiro, "*com a sua fachada de mármore no mais sóbrio e equilibrado estilo do Renascimento do princípio do século XVII*" (Proença e outros, 1927; II, 123). Os seus altos três pisos, com mais um central, são compensados pelos cerca de 100 metros de fachada e por um ritmo bem marcado dos 72 vãos voltados ao Terreiro, separados entre si por pilastras interrompidas em cada piso por entablamentos que reforçam a horizontalidade da composição.

A Este do Terreiro está o mosteiro de Santo Agostinho, panteão dos duques, com uma fachada resultante de obras dos séculos XVII e XVIII que a puseram voltada para o Terreiro e substituiu a antiga fachada voltada a Sul. Ao paramento de pedra do andar térreo sobrepõe-se a alvernaria rebocada e caiada com molduras de pedra, tal como acontece em todos os outros edifícios presentes, excluindo-se o palácio (ver Kubler, 1988; 153).

O lado Sul é ocupado pelo convento das Chagas, panteão das duquesas, cuja igreja tem o eixo longitudinal paralelo ao

lado do Terreiro. A entrada é marcada por um portal de escala modesta e desenho clássico, ao geito do Renascimento português embrionário (cf. Espanca, 1978, 522). A restante fachada é composta por gigantes de mármore, volumes, vãos e ressaltos assimétricos e variados mas que por estarem unidos pela cor impecavelmente branca lhe dão a expressão regionalista de formas depuradas. Na continuação do convento é preenchido esse lado com o "paço dos bispos", hoje sede da administração rural da Casa de Bragança. Obra sóbria na sua regularidade formal onde as molduras dos vãos e o modesto portal marcando a entrada nobre dão o toque de casa apalaçada. Na continuação deste edifício ocorrem acrescentos e habitações de mais modesto porte.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Centrada no Terreiro está a estátua equestre de D. João IV, obra de Francisco Franco que emprestou ao espaço características de uma praça real póstuma, embora sem a programação global arquitectónica que o modelo francês usou com frequência.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

O desempenho das funções de átrio de palácio pelo Terreiro é evidenciado pela ocupação funcional, onde todos os usos dos edifícios serviram o palácio, submetendo-se às suas necessidades. As duas igrejas-conventos, dos Agostinhos a Este e das Chagas a Sul, prestigiaram o sítio, como sempre acontecia com todas as instituições religiosas na época, servindo as práticas religiosas e de panteão à família ducal. O Paço dos Bispos terá sido outro edifício escolhido para que neste vasto Terreiro estivessem reunidos os poderes temporais e seculares, constituindo uma verdadeira praça de "Signoria". Repare-se que, por contraste, os sucessivos edifícios dos Paços do Concelho foram-se afastando dos paços ducais, dando origem ou participando de outro tipo de praça.

A monofuncionalidade do Terreiro e a sua localização periférica votou-o a um uso raro, a que não são estranhas as transformações ocorridas com a implantação da República que fizeram esquecer os acontecimentos festivos, os torneios e touradas ou as grandes recepções. Hoje, apenas as comemorações do 1º de Dezembro de 1640 tem data festiva e honras militares ao rei saído de Vila Viçosa.

3.12 - PERCEPÇÃO

A sensação percebida é de um vasto espaço, deserto na maior parte do ano, marcado pela monumentalidade do palácio e da estátua equestre. Parte dos seus limites, sobretudo os do lado Norte e Este, são transparentes ou não têm edifícios a delimitá-los, permitindo a extensão do olhar e a sensação de continuidade espacial. O lado Sul, com edifícios de uma expressão menos faustosa que o palácio e mais ligada à arquitectura tradicional alentejana, não consegue marcar globalmente o espaço, funcionando como um conjunto de elementos arquitectónicos complementares do palácio, sucedendo o mesmo com o panteão dos duques e seminário, no lado Este. Todo o lado Norte limitado pelo muro com janelas (donde as damas assistiam aos torneios) e frondosa vegetação, tem características invulgaríssimas de ocorrência em praças, só se percebendo no contexto de jardins e tapada que rodearam o palácio.

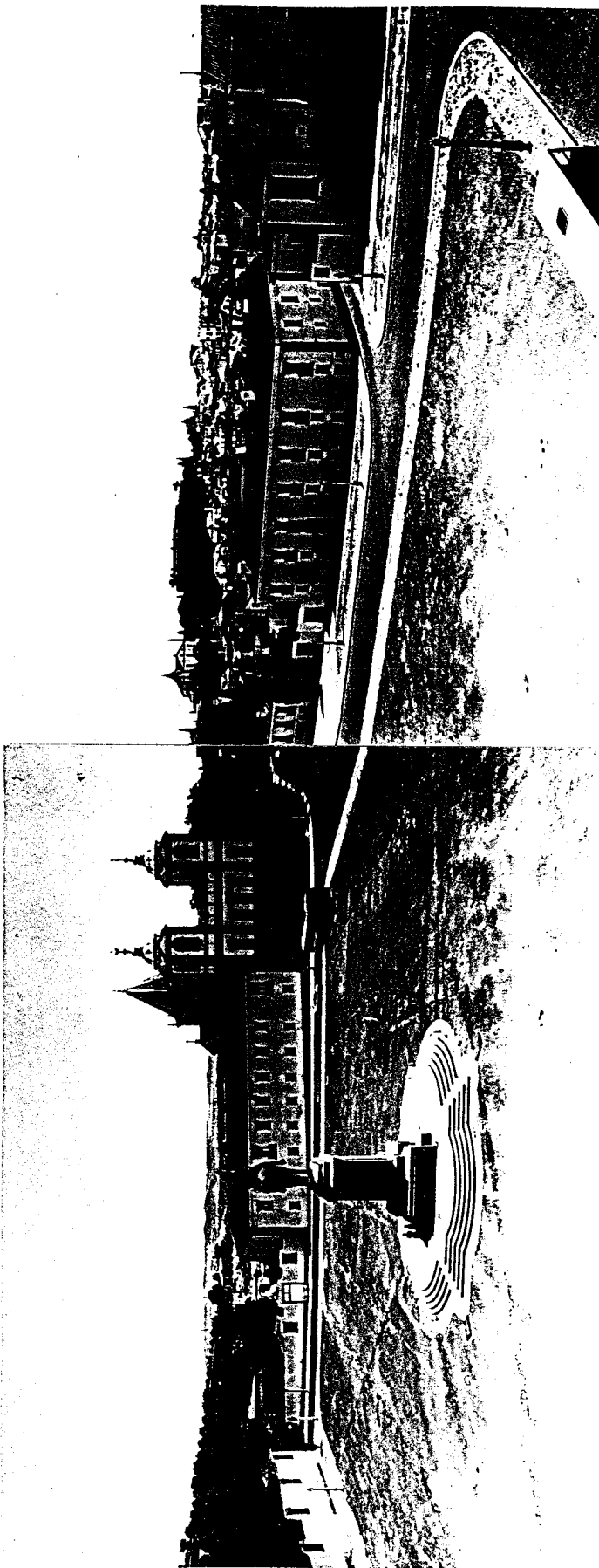
4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Vila Viçosa em termos de implantação e de tipo de desenvolvimento não difere muito de outras povoações que consolidaram a perpetuação através de um núcleo prestigiado. A originalidade da vila advém mais da maneira ordenada como o crescimento se processou e nas generosas dimensões dos largos e rossios, o que levou Rocha Espanca (1892; 15) a evocar encomiásticamente: "*Vila Viçosa tem cinco largos, e cada largo com três igrejas...*" expressão que segundo ele, já vem de tempos antigos. O desejo de um fausto correspondente ao poder da Casa de Bragança fez nascer o Terreiro do Paço que, só por si, mostra o grande contraste existente entre as suas dimensões e a de outras praças de vilas ou cidades da época. Apesar disso o Terreiro não substituiu o rossio, nem as praças Velha e Nova ou o Campo do Carrascal, confirmando a especificidade do seu uso exclusivo pela nobreza e clero.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

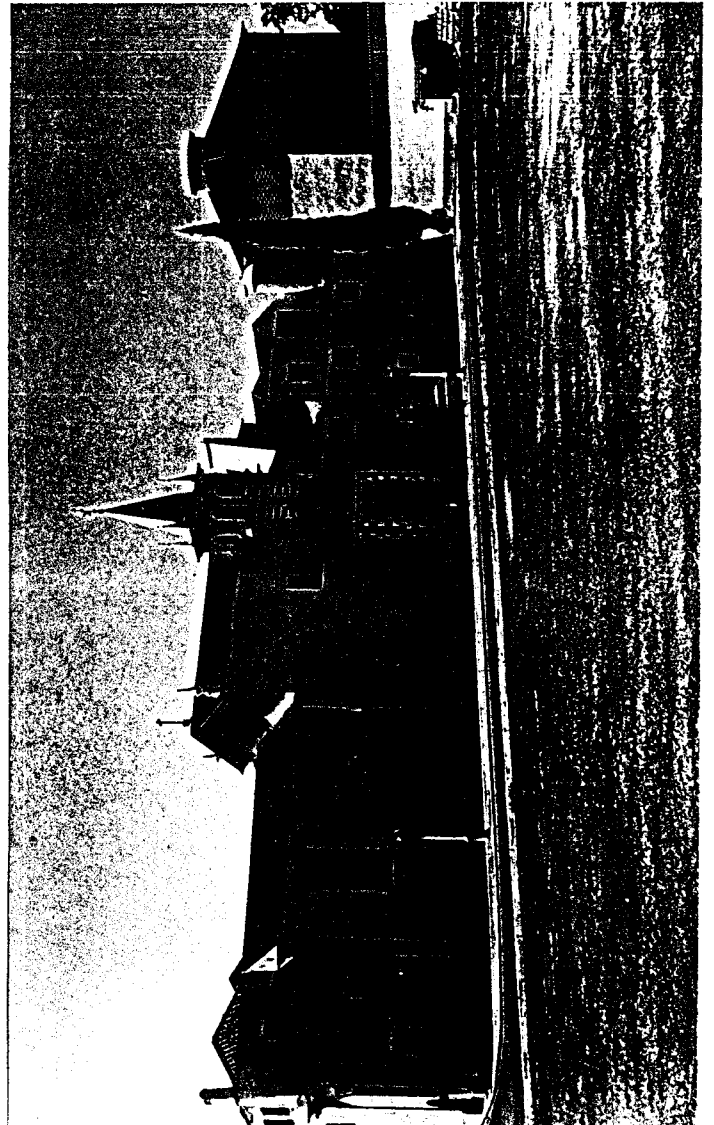
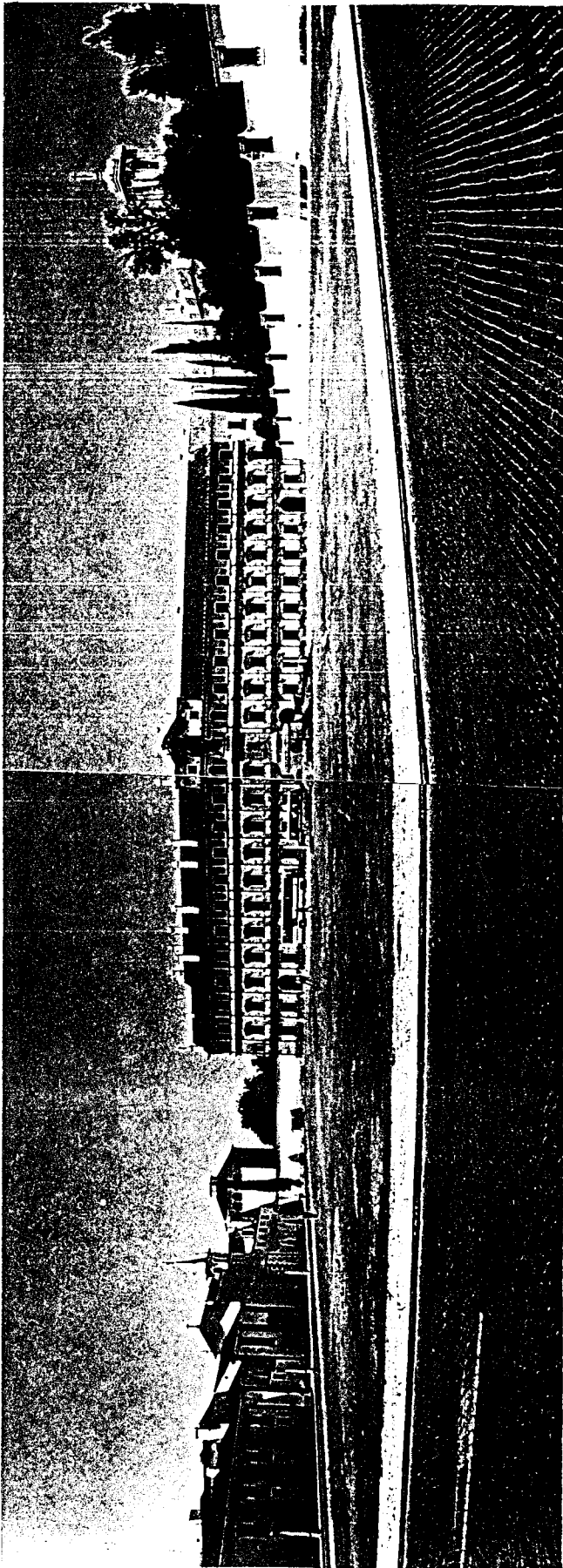
Praça átrio de palácio ampliada em terreiro para festividades e actos solenes, a que se reuniram edifícios prestigiados - conventos, Paço do bispo.



1
—
2

Fig. 1 - Perspectiva sobre o lado Este do Terreiro do Paço.

Fig. 2 - Pormenor do canto Noroeste, com a estátua equestre de D. João IV, o muro de vedação do Jardim do Bosque e um novo corpo do palácio, parcialmente visível.



1
—
2

Fig. 1 - Perspectiva sobre o lado Oeste do Terreiro do Paço.

Fig. 2 - O Convento das Chagas.

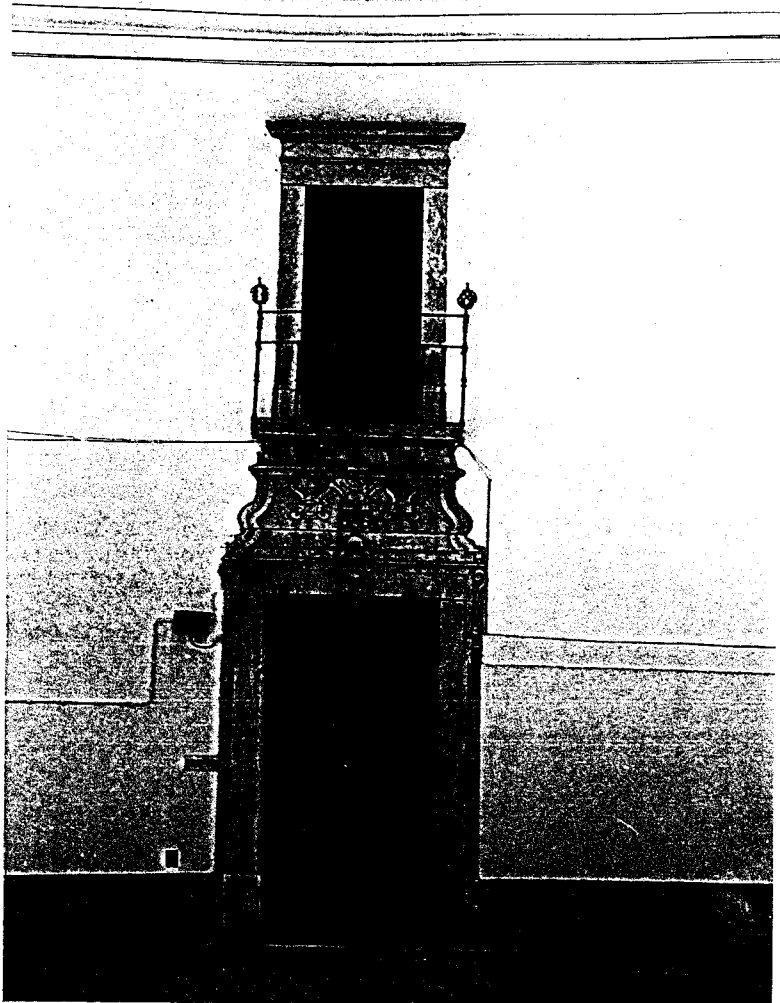


Fig. 1 - Pormenor do portal do Paço dos Bispos.

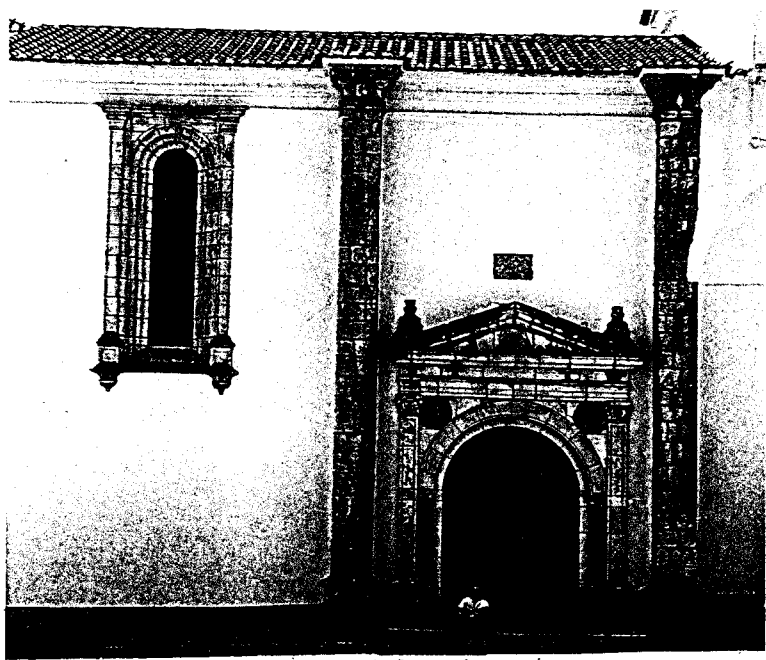
Fig. 2 - Pormenor do conjunto de torre sineira e cúpula do mosteiro dos Agostinhos.

Fig. 3 - Portal do Convento das Chagas.

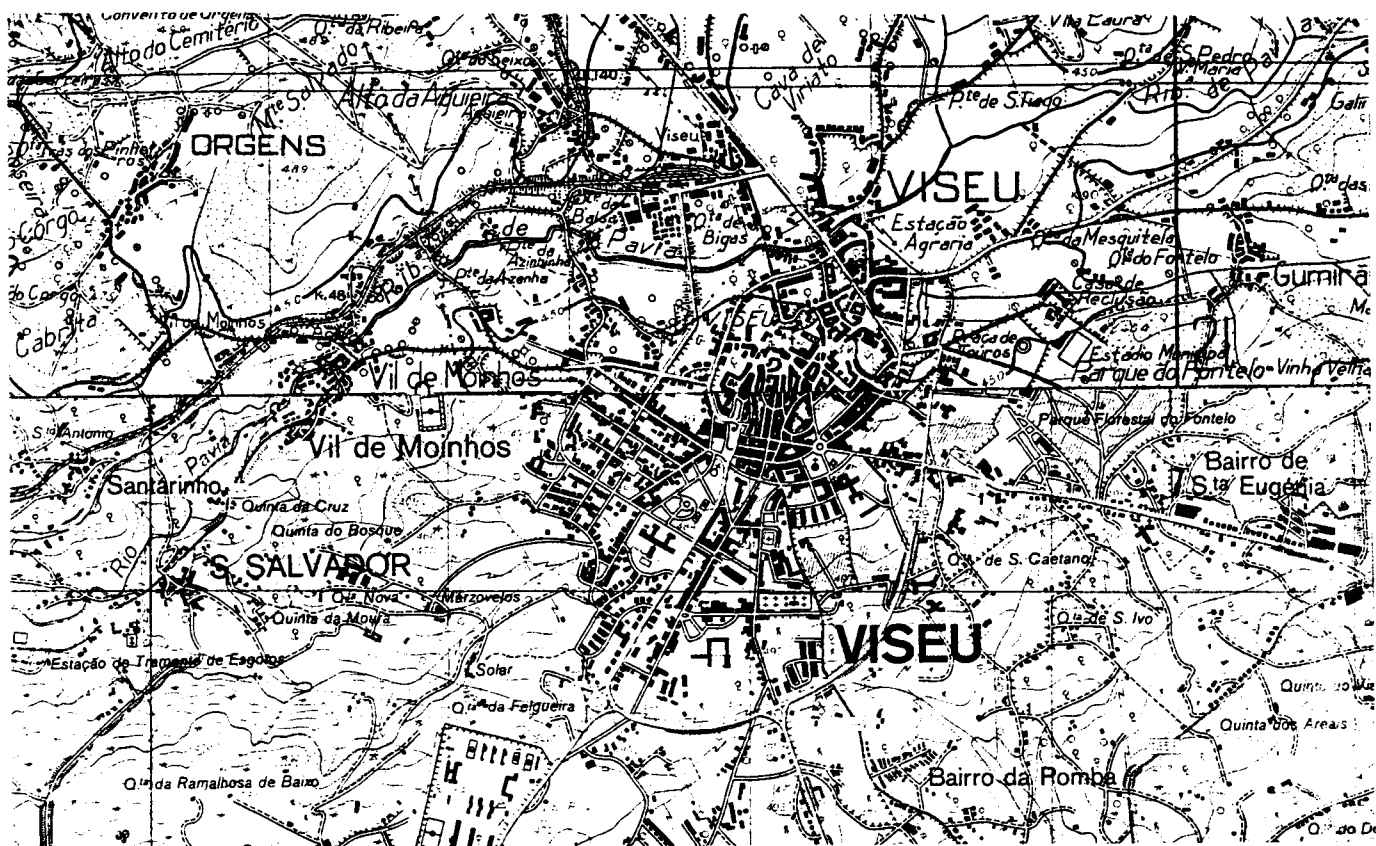
Fig. 4 - Rua Couto Jardim, ao desembocar no Terreiro.



1	2
3	4



UISEU



Escala 1:25000

1 - SÍLIO

O sítio de Viseu corresponde a um monte localizado junto à ribeira de Paiva e tem uma altitude de 482 metros. Cercam-no o vasto planalto da Beira Central que se estende desde o sopé da serra da Estrela às serras do Caramulo, Buçaco e Montemuro. O posicionamento central na região valeu-lhe servir de intersecção a várias estradas regionais importantes.

2 - URBE

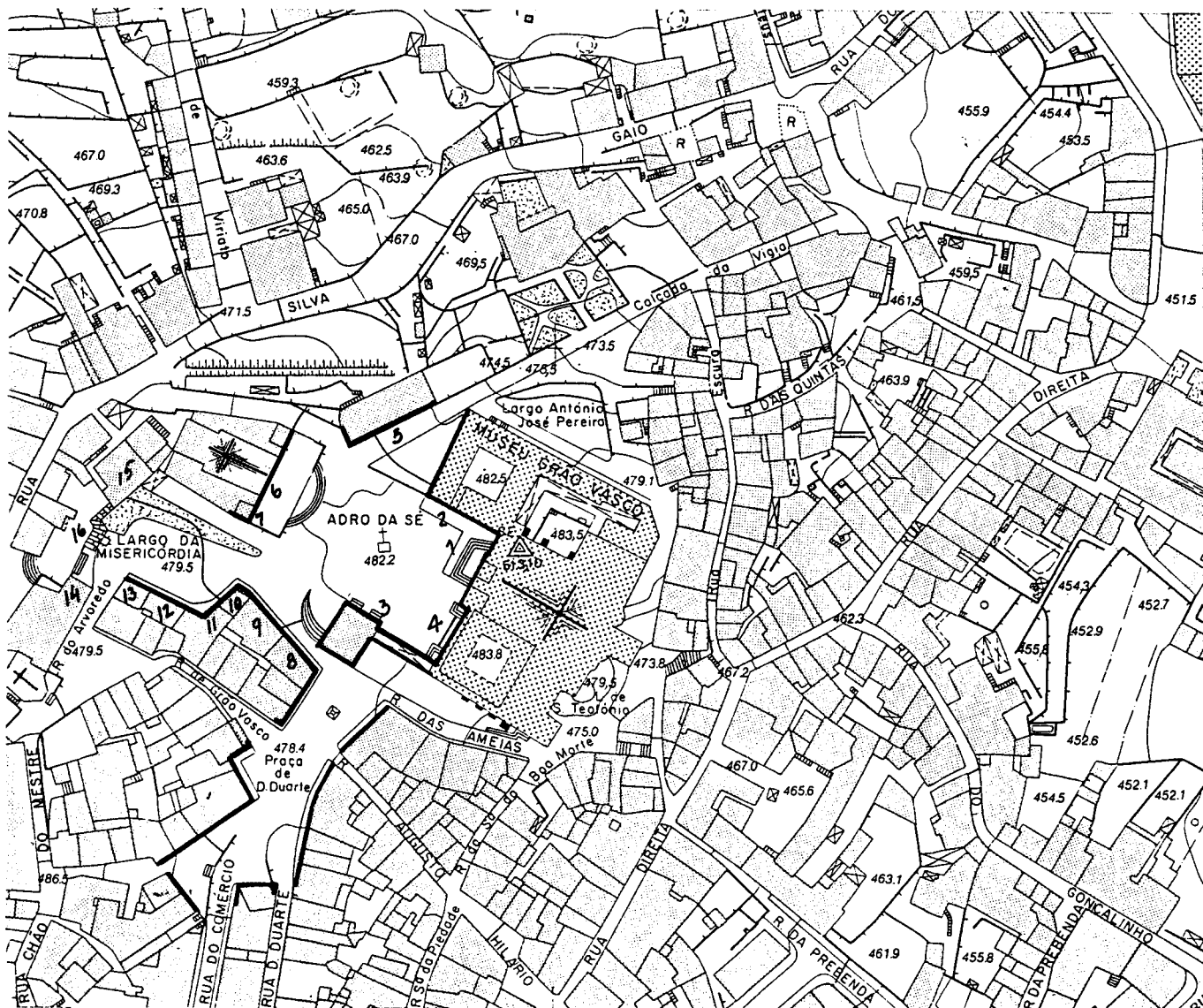
2.1 - GÉNESE

O facto de servir de local de cruzamento de estradas importantes deu-lhe indubitável importância. De Viseu partem nada menos de sete estradas regionais que lhe possibilitam uma ligação fácil com todas as regiões do país.

Os arqueólogos encontraram na região testemunhos de povoamento desde o 3º milénio a. C.. A ocupação romana imprimiu-lhe as suas marcas que se desvaneceram, na sua maior parte, com o tempo.

A posição de Viseu levou a que fosse paragem obrigatória da transumância de gados para a serra da Estrela, através da chamada via pecuária. Isto serviu de incentivo à importante

LARGO DA SÉ



Escaia 1:2000

OCUPAÇÃO FUNCIONAL NO ADRO DA SÉ

- 1 - Sé catedral
- 2 - R/c + 2 (Museu Grão Vasco)
- 3 - R/c + 2 (Paço Episcopal)
- 4 - R/c + 2 (claustro e museu de arte sacra)
- 5 - R/c + 1 (edifício em reconstrução)
- 6 - Igreja da Misericórdia
- 7 - R/c + 1 (dependência da Misericórdia ocupada pela Faculdade de Arquitectura)
- 8 - R/c (loja de artesanato; barbeiro) + 3 (habitação)
- 9 - R/c (loja de artesanato; loja de artesanato) + 1 (médico) + 3 (hab.)
- 10- R/c (loja de artesanato) + 3 (hab.)
- 11- R/c (oficina de electrónica; fábrica de pastelaria) + 4 (hab.)
- 12- R/c (restaurante-bar com esplanada) + 1 (escola de música) + 4 (hab.)
- 13- R/c (agência funerária) + 2 (hab.)
- 14- R/c + 1 (hab.)
- 15- R/c (hab.)
- 16- Chafariz de 1805

feira anual de S. Mateus.

2.2 - TIPO DE CRESCIMENTO

A cidade sempre privilegiou o monte, adensando-se à volta da "acrópole", actualmente marcada pela catedral e igreja da Misericórdia. A expansão fez-se, no geral, para Sul e nascente da colina e, mais modernamente, para Oeste com bairros do presente século. A muralha medieval, terminada no reinado de D. Afonso V, abria-se em sete portas, as quais orientaram a expansão urbana, segundo os diversos apelos presentes.

2.3 - MALHA URBANA

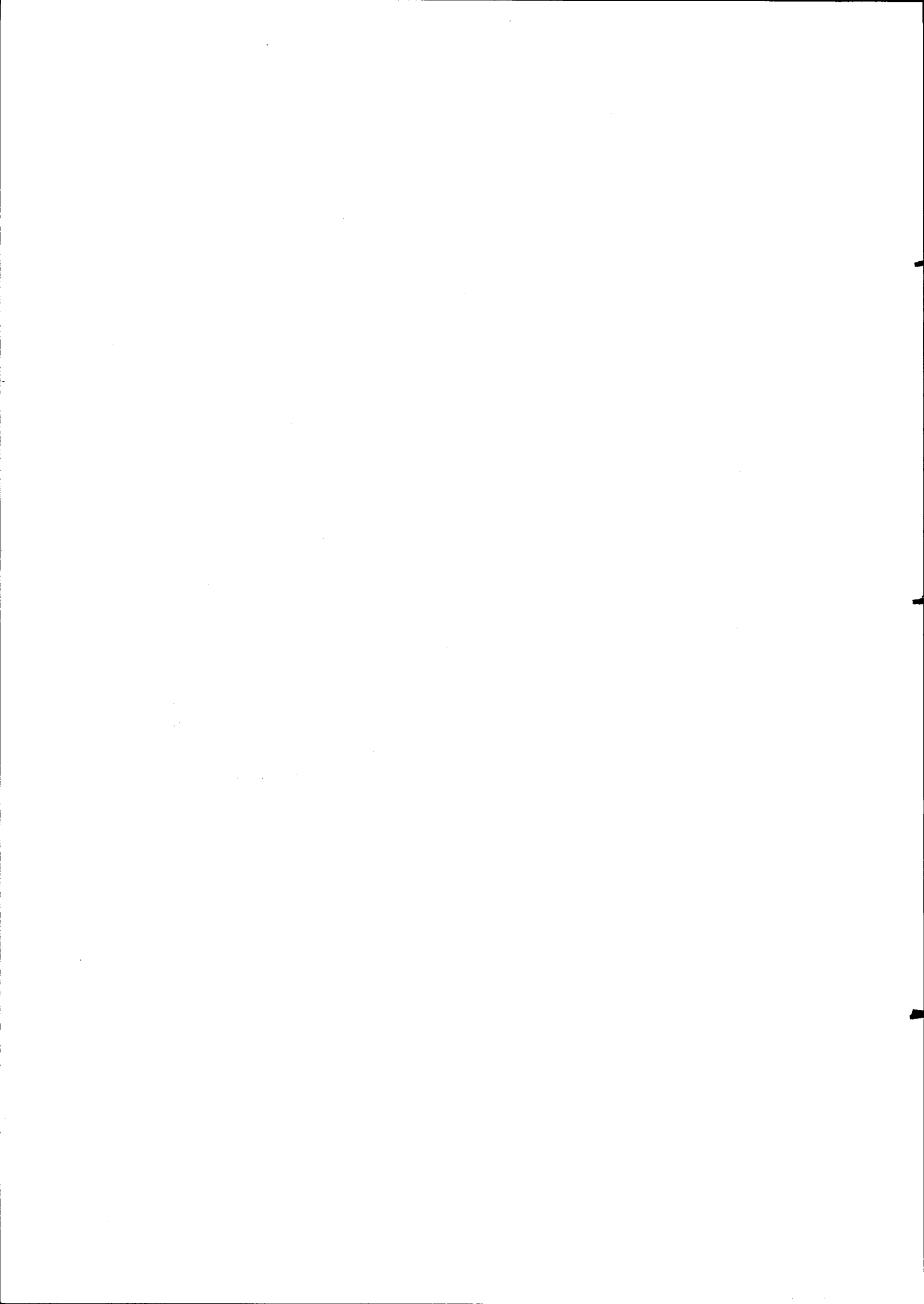
Apesar da influência romana porque passou, dum contínua ocupação e de ter sido por vezes morada de reis e príncipes, desde D. Teresa a D. João I e a D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo, não se percebe de forma evidente um anterior traçado recticulado ou mesmo de raiz medieval geometrizante.

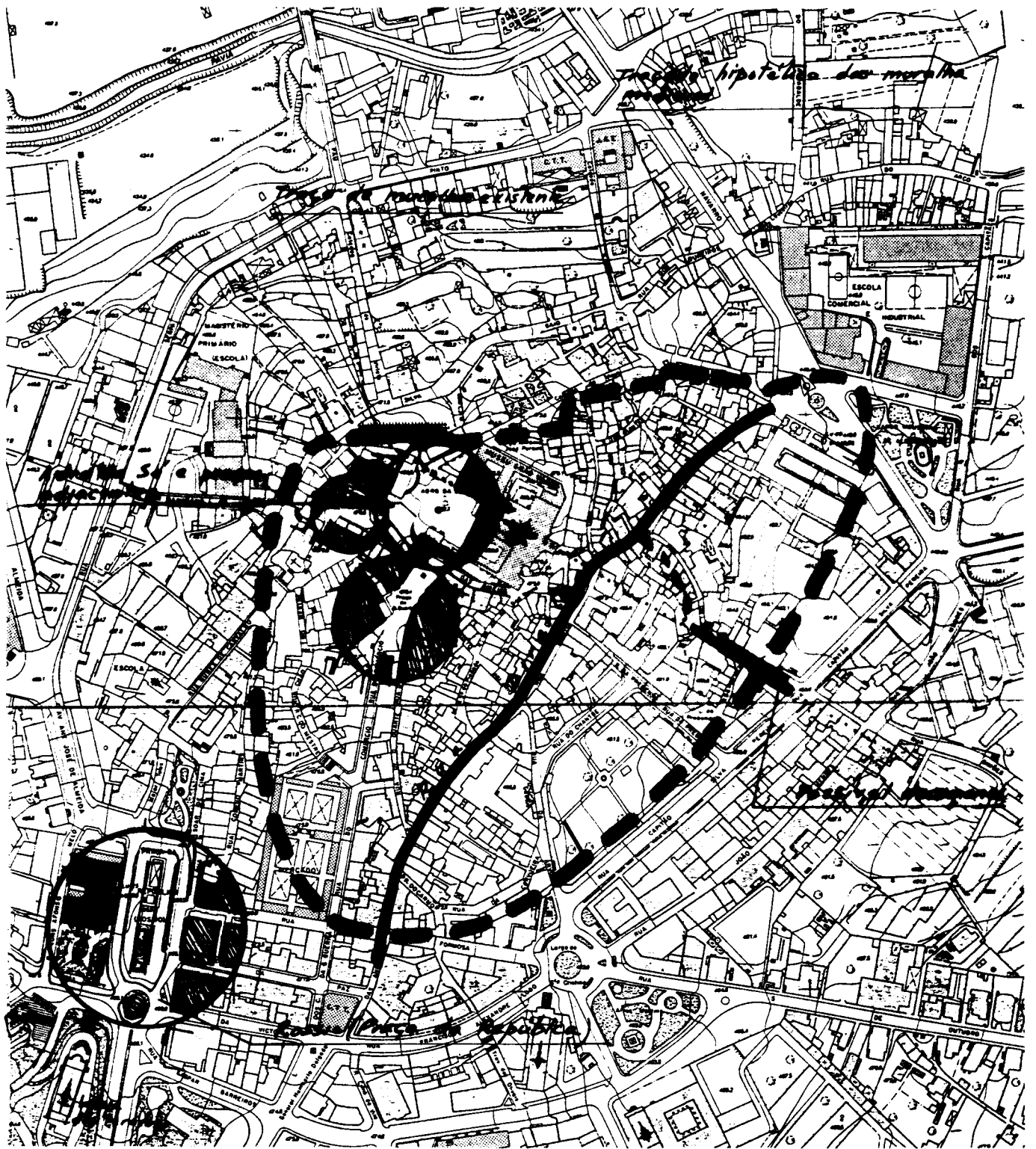
Das suas ruas irregulares e estreitas a mais típica e a que tem sido objecto de estudos diversos é a Rua Direita, sinuosa e apertada (com uma largura variando entre os 2 e os 4 metros), eixo de intenso comércio que fazia a ligação entre duas portas opostas da muralha (veja-se Ribeiro, 1968; 50-62). É suposto que a Rua Direita poderá corresponder aproximadamente ao *Cardo maximus* romano, enquanto que a Rua do Gonçalinho, a Sul, será uma porção do *Cardo decumanus* (cf. Correia, 1989; 13-14).

A malha mais irregular corresponde ao interior da muralha medieval; no espaço exterior desta, o traçado altera-se completamente, acentuando-se a geometrização e a direcção radial das ruas; parte destas já existiam no século XVI, uma vez que no reinado de D. João III já havia mais população fora de muros do que no recinto interior a eles (cf. Proença e outros, 1927; II, 767).

Em Viseu apresentam-se em confronto duas situações de espaços públicos de uso e simbolismos muito significativos. No local mais elevado da apinhada colina de casario abre-se um conjunto de praças ligadas entre si, ou muito próximas, e que representam o centro monumental da urbe. São elas: o Adro da Sé, o espaço de maior monumentalidade; o Largo da Misericórdia, à ilharga da igreja da Misericórdia, funcionando como um espaço de extensão do Adro; a Sul e ligada ao Adro por uma breve rampa está a que foi conhecida por Praça Velha, actual Praça D. Duarte, onde se localizou o Município, as lojas e o mercado.

Como na maioria das cidades medievais europeias, cada uma destas praças tinha os seus próprios usos, hoje difíceis de reconstituir em toda a sua dimensão. O Adro, para além de





(Adaptado de: O. Ribeiro, 1968; 56)

Escala 1:4.000

CENTRO HISTÓRICO DE VISEU

servir as duas igrejas, correspondeu também a átrio de palácio, primeiro real, que existiu no lugar do actual claustro da Sé e depois dos bispos e Seminário (século XVI, actual museu). A igreja da Misericórdia, substituta de outra que existira no local, teve início de construção em 1775 e pela sua monumentalidade exuberante, mais reforçou a importância do Adro como praça "senhorial", de aparato e de reuniões promovidas pelo clero. O Largo da Misericórdia ou a Praça de D. Duarte foram os espaços de comércio e reunião popular, dos acontecimentos espontâneos do dia a dia.

Esta situação de lugares centrais exclusivos, complementados esporadicamente pelo campo da feira ou pelo rossio, viu-se alterada a partir do século XIX. Em 1796 foram destruídos por um incêndio os antigos Paços do Concelho existentes na Praça Velha. A situação que daí adveio não foi resolvida senão a partir de 1887 com a construção de novo edifício, o qual passou a situar-se no Rossio; a partir daí este novo espaço começou a definir-se com outra escala, tanto para os edifícios, de programas mais exigentes, como para os espaços públicos, planeados segundo os padrões do fim do século, a que não falta a avenida arborizada, o jardim e o parque.

Através da nova urbanização o Rossio transformou-se no novo centro cívico da cidade. Nele desemboca a Rua Formosa com os seus comércios especializados e as novas avenidas da expansão urbana. Ou seja, o Rossio tornou-se num novo centro, enquanto que as antigas praças são agora vistas como espaços patrimoniais, significativos de um passado bastante rico, a conservar como memória e revitalizar, se possível. Para além disto, especialmente o Adro da Sé, poderá incluir-se entre as praças portuguesas de mais afirmada monumentalidade.

3 - PRAÇA

3.1 - SITUAÇÃO

No local mais alto da colina urbana, limitado a Este pela Sé, a Oeste pela igreja da Misericórdia, a Norte pelo Paço Episcopal e a Sul pela muralha e galeria que separa o Adro da Praça D. Duarte, antiga Praça Velha. Note-se que o espaço do Adro oferece uma continuidade espacial nos lados Norte e Oeste que desfaz completamente a sugestão de praça fechada dada pela Sé e edifícios contínuos.

3.2 - TOPOGRAFIA

O Adro apresenta-se plano, resultante de nivelamentos efectuados, sobretudo no lado Sul onde uma muralha com funções de muro de suporte separa o adro do desnível que se liga à Praça D. Duarte.

3.3 - DIMENSÕES

Há que considerar dois tipos de espaços, o adro bem definido pelas fachadas das duas igrejas, correspondente a um espaço quase rectangular, com as seguintes dimensões:

Comprimento médio	67 metros
Largura média	40,5 metros
Área	2713,5 m ²

Os espaços que prolongam o Adro somam mais 561 e 504 m².
A área total do Adro e espaços adjacentes é de 3778,5 m².

3.4 - FORMA

O espaço do Adro definido pela Sé e edifícios contínuos tem uma forma ligeiramente trapezoidal, alargando-se no sentido de quem olha para a igreja. Esta ocorrência sugere-nos, desde logo, algumas obras do Renascimento e Barroco italianos, como a praça central e adro da igreja de Pienza ou a Praça do Capitólio em Roma. Mas não cremos que seja o caso de ter havido uma intensão de jogar com as leis da perspectiva neste espaço exterior. Aliás, não conhecemos para Portugal e para esta época semelhante intensão, pelo que somos levados a crer que o resultado adveio de maneira espontânea, pelas sucessivas obras em diferentes épocas. Os espaços que expandem o Adro a Norte e a Sul contrariam a afirmação geométrica de todo o espaço entre as duas igrejas, abrindo perspectivas e possibilitando a diversidade de imagens, como é frequente na praça portuguesa.

3.5 - RELAÇÃO LARGURA/ALTURA

Pela diversidade de situações que se oferecem consideramos apenas a relação definida pela largura do adro e edifícios contínuos à Sé:

$$41 / 10 = 4,1$$

3.6 - EXPOSIÇÃO

A Sé determinou com a sua nave orientada aproximadamente Nascente-Poente (tem uma torção de 30 graus) o desenvolvimento do Adro. O antigo Paço Episcopal tem o alçado principal exposto a Sul.

3.7 - PAVIMENTO

Calçada de paralelepípedos de granito de 0,05 m de lado e fiadas de lajes, também em granito, marcando um rectângulo com diagonais e mediatrizes centradas no cruzeiro existente.

3.8 - VEGETAÇÃO

No Adro não existe qualquer vegetação, mas já ocorre no Largo da Misericórdia em ajardinamento lateral à igreja com árvores a enquadrarem o chafariz.

3.9 - ARQUITECTURA ENVOLVENTE

Os edifícios de maior monumentalidade são a Sé e a igreja da Misericórdia, complementadas pelo Paço Episcopal e varandas do claustro. Porém as expressões arquitectónicas são bastante diferentes e reflectem bem cada época de construção. Enquanto que a Sé e edifícios contínuos privilegiam os paramentos de pedra à vista, de que resultam expressões mais austeras, a igreja da Misericórdia apresenta-se com um ar algo festivo nos seus recortes de pedra que passaram a servir de adorno em contraste com os paramentos rebocados. Estas duas tão diferentes expressões confrontam-se frente a frente, num desejo de cada uma se afirmar. A construção do amplo terraço-adro da Misericórdia, elevando-se e demarcando-se com balustrada é a explicitação dessa vontade. Estas duas arquitecturas marcantes são complementadas pela arquitectura tradicional dos prédios de habitação e comércio que fecham o Adro a Sul. Embora com formas singelas mantem uma relação com o restante pelos paramentos brancos guarnecidos de silharia. Uma cêrcea limitada a R/c + 3 andares também contribui para a harmonização no conjunto. A banda de edifícios prolonga-se para o Largo da Misericórdia com características idênticas. Mas neste Largo a presença de um ajardinamento lateral à igreja e de um chafariz de espaldar datado de 1805, ensombrado por frondoso cedro, dão-lhe outra característica ambiental, mais aprazível do que a monumentalidade do Adro. Ainda outra característica diferente é mostrada pela arqui-

tectura envolvente da Praça D. Duarte - aqui os lados da praça com uma arquitectura de prédios de rendimento, já apontada, tem como remate no lado Norte os imponentes paramentos graníticos do alçado Sul da Sé e do varandim e actual Paço Episcopal. Mais uma vez coexistem duas expressões arquitectónicas contrastantes entre si, como tantas vezes ocorrem em praças portuguesas.

3.10 - ELEMENTOS ISOLADOS

Centrado no Adro está um cruzeiro do século XVIII, substituto de inexistente pelourinho.

3.11 - OCUPAÇÃO FUNCIONAL

A ocupação funcional existente prende-se bastante com as características monumentais do lugar; as duas igrejas são complementadas com dois museus, Paço Episcopal e Faculdade de Arquitectura, enquanto que no lado Sul ocorrem quatro lojas de artesanato regional e um restaurante-bar com esplanada. Torna-se bastante evidente o conjunto de funções que procuram tirar partido das frequentes visitas ao local, ou seja, a zona tem todas as características de centro histórico mas não de centro urbano. Mesmo a antiga Praça Velha (Praça D. Duarte) que foi o centro cívico da cidade perdeu há muito a capacidade polarizadora que possuía, em favor do mercado fixo, do Rossio e ruas adjacentes. Como aspecto dissonante do uso deste espaço assinala-se o intenso estacionamento automóvel.

3.12 - PERCEPÇÃO

Alguns factores que nos parecem evidentes estruturam a percepção do lugar, como sejam:

A - As características de acrópole facilmente percebidas pela relação com as ruas que daqui descendem e pelas aberturas para a paisagem distante.

B - A forte monumentalidade do conjunto arquitectónico, com definições espaciais precisas quanto ao espaço exterior - dois adros de igrejas frente a frente e que se transformam na prática num único espaço.

C - O "diálogo" que se estabelece entre as duas arquitecturas religiosas, tão marcadamente diferentes é outro factor importante para que se estabeleçam relações e se crie a diversidade de imagens e sensações. Aí se opõem a expressão arcaísta, austera e reverencial do conjunto da Sé com a

ligeireza, a graciosidade dos recortes e dos contrastes da fachada *rocaille* da Misericórdia.

Depois desta leitura essencial do espaço é com outros percursos e outras perspectivas de observação que se completa a ideia do lugar, deambulando pelos espaços adjacentes ao Adro ou subindo ao claustro da Sé e espraiando o olhar pelo verdejante planalto. Das múltiplas situações forma-se o sentimento que se tem para com esta particularíssima praça, e em cada visita acrescenta-se mais qualquer coisa.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - SÍNTESE

Viseu representa uma cidade que se manteve com o seu tecido urbano de raiz medieval bastante coeso. A sua Rua Direita é das mais típicas do urbanismo português e conservou-se até à actualidade. Junto ao local mais alto do monte da cidade localizaram-se os espaços urbanos mais importantes, relacionados com o significado dos edifícios que os limitam. À praça "senhorial" opõem-se as praças funcionais e do poder concelhio. A apertada malha urbana dificultou uma actualização funcional da cidade, pelo que foram procuradas áreas periféricas onde se construiu o mercado permanente, os novos Paços do Concelho e todas as outras instituições consentâneas com as exigências actuais. E assim o Rossio ou Praça da República transforma-se no novo centro tanto em termos funcionais como morfológicos.

4.2 - CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

Praça resultante da reunião de dois adros a que se juntaram edifícios prestigiados.



1
—
2

Fig. 1 - O perfil característico da cidade, com a Sé marcando uma acrópole (postal Lifer, Porto).

Fig. 2 - Perspectiva aérea da zona monumental, vendo-se o adro da Sé e praças adjacentes.

CENTRO HISTÓRICO DE VISEU

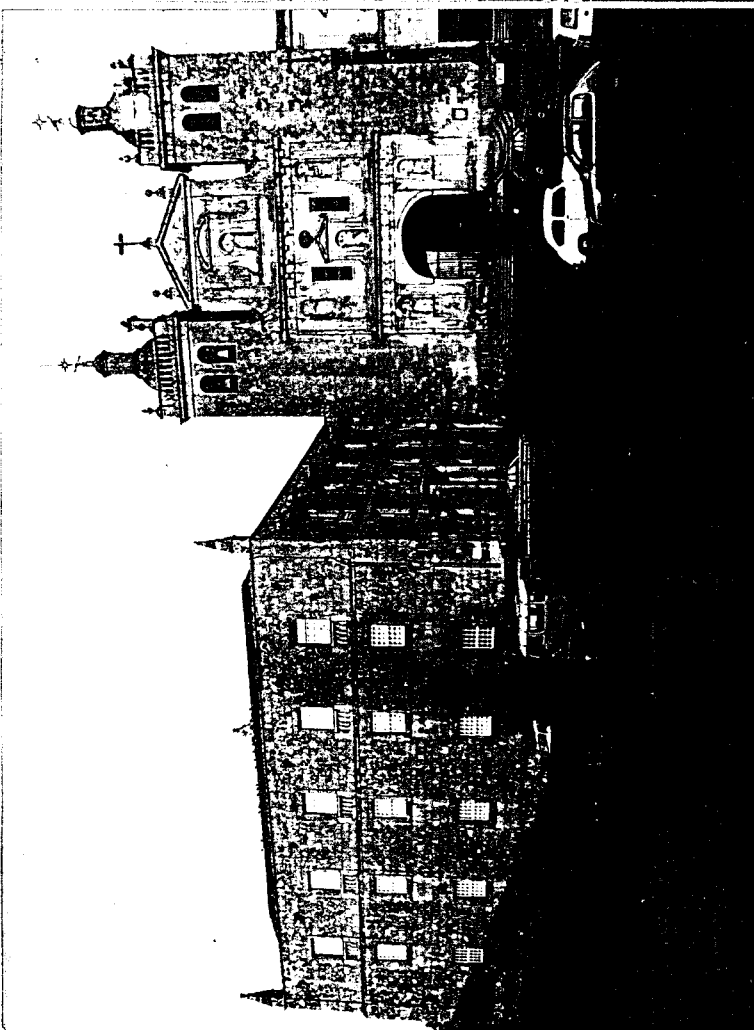
Fig. 1 - A igreja da Misericórdia e seu adro. Note-se a abertura para a paisagem que o local possibilitou.

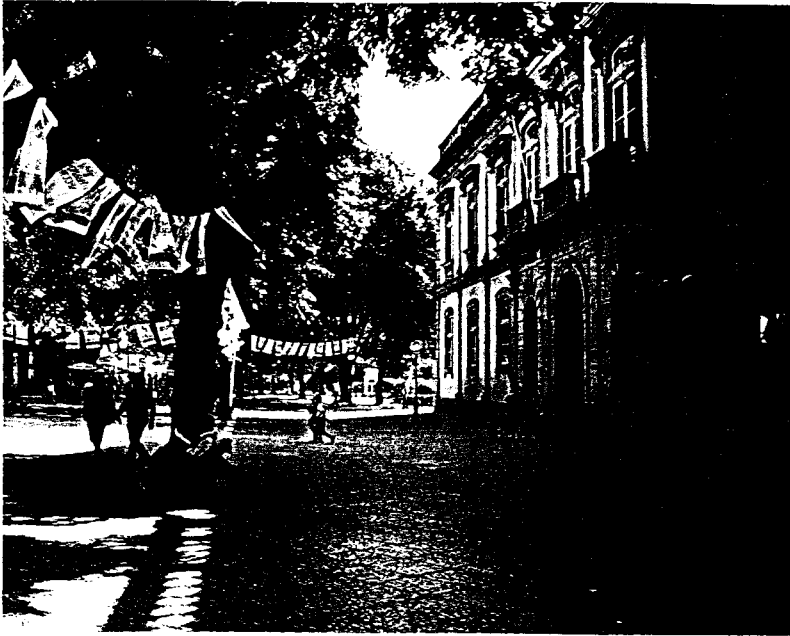
Fig. 2 - A Sé e edifícios adjacentes observados da varanda sobranceira ao portal da igreja da Misericórdia.



1

2





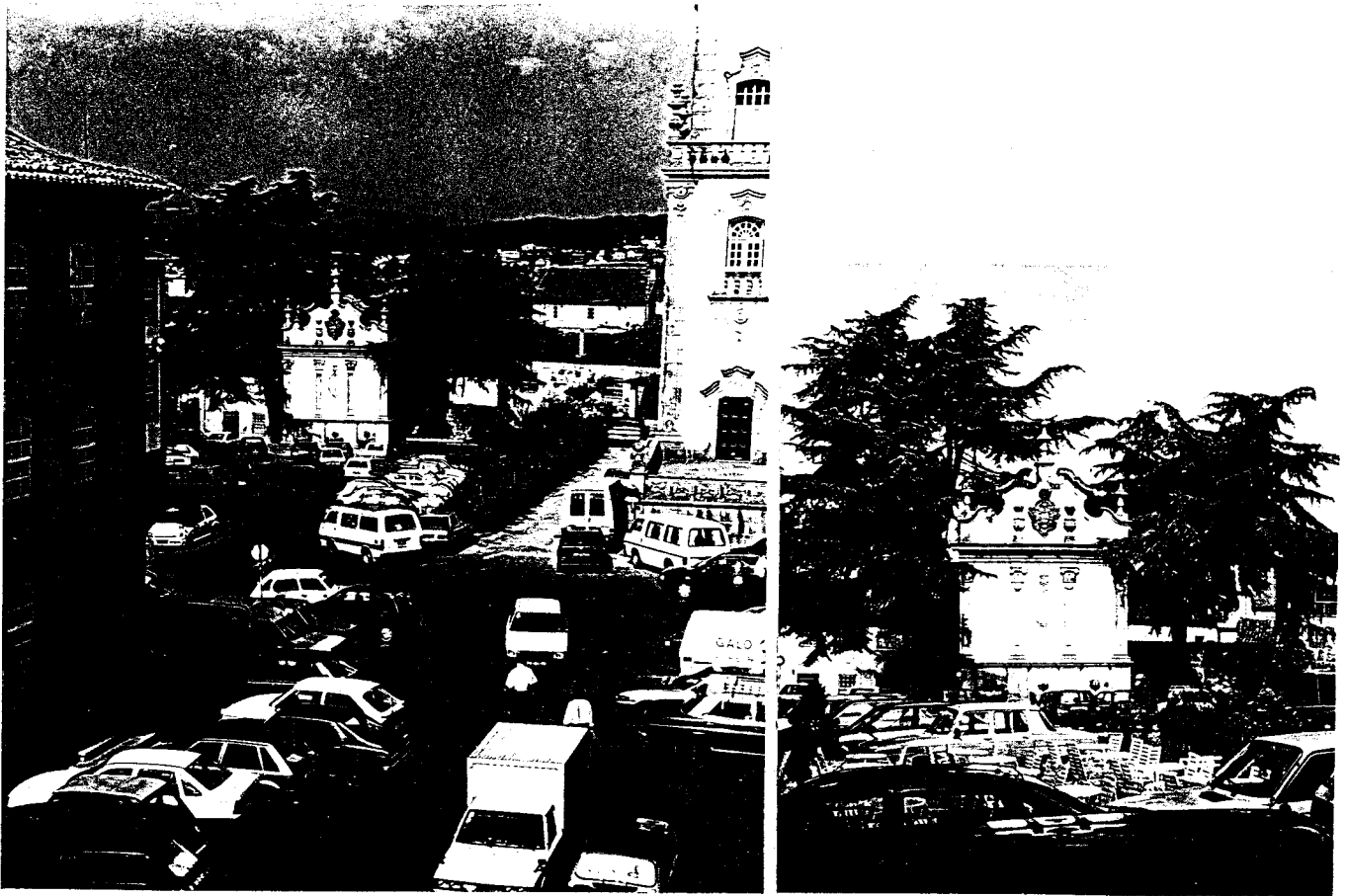
1	2
3	

ASPECTOS DA PRAÇA DA REPÚBLICA (ROSSIO)

Fig. 1 - Câmara Municipal e passeio adjacente.

Fig. 2 - Pormenor da fonte e esplanada no lado Sul da praça.

Fig. 3 - Aspecto do uso peatonal no passeio fronteiro à Câmara Municipal.



1	2
3	

LARGO DA MISERICÓRDIA

Fig. 1 - Perspectiva observada da varanda superior da claustro da Sé com o Largo da Misericórdia ao fundo.

Fig. 2 - Pormenor do interessante chafariz de espaldar, hoje desaproveitado.

Fig. 3 - Perspectiva observada da Largo da Misericórdia para o adro da Sé.

PRAÇA VELHA, ACTUAL PRAÇA D. DUARTE

Fig. 1 - Perspectiva para o lado Norte, o qual é limitado pelo claustro da Sé e actual Paço Episcopal.



Fig. 2 - Pormenor da praça com a estátua de D. Duarte.

1
—
2



